

GUIA DA

Fama



AS MELHORES
(e as nem tão
melhores)

RESPOSTAS DOS
APROVADOS Nº
CACD 2022

obliqua e dissimulada

Índice

Índice	02
A Turma	10
Diplomatas brasileiros.....	10
Diplomatas intercambistas.....	10
Sobre o guia	11
Introdução	12
Perfil dos aprovados	14
Visão geral.....	15
Mas ninguém é de ferro.....	22
A Banca Examinadora	27
1ª Fase do CACD 2022.....	28
2ª Fase do CACD 2022.....	28
3ª Fase do CACD 2022.....	29
LÍNGUA PORTUGUESA	30
Redação	31
Relatório de notas.....	31
Padrão de resposta.....	32
Leonardo Maciura Beltrame – 58.....	33
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 57,5.....	35
Mateus de Andrade Kuntzler – 56,7.....	36
Gabriel Joaquim – 56.....	38
Ana Luiza Pinto Cardão – 55,5.....	40
Nota média – Patrícia Camargo de Sousa – 54,7.....	42
Resumo	44
Relatório de notas.....	44
Padrão de resposta.....	47
Luiza Valladares de Gouvêa – 20.....	48
Guilherme Dias – 19.....	49
Patrícia Camargo Sousa – 19.....	50
Nota média – André Novo Viccini – 18,3.....	51
Exercício	53
Relatório de notas.....	53
Padrão de resposta.....	54
Luiza Valladares de Gouvêa – 19,65.....	54
Adriana Medeiros Gabinio – 19,65.....	55
André Delgado Freire – 19.....	55
Nota média – Ana Luiza Pinto Cardão – 18.....	56

LÍNGUA INGLESA	57
Composition	58
Relatório de notas.....	58
Padrão de resposta.....	58
Gabriel Joaquim – 49,33.....	59
Felipe Pereira – 48,83.....	60
Lucas Godoy Vilela Barbosa – 48,83.....	61
Vinícius Gonzalez Nobrega – 48,83.....	62
Ana Cecília Sabbá Colares – 48,66.....	63
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 48,66.....	65
Nota média – Anônimo – 45,65.....	66
Translation	68
Relatório de notas.....	68
Padrão de resposta.....	68
Leonardo Maciura Beltrame – 15.....	69
Anônimo – 14,5.....	69
Joao Pedro Portella Ribeiro Cardoso – 14.....	70
Nota média – Daniel Nogueira Chignoli – 11,5.....	70
Version	71
Relatório de notas.....	71
Padrão de resposta.....	72
Lucas Godoy Vilela Barbosa – 19,33.....	72
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 18,66.....	73
André Novo Viccini – 18.....	73
Nota média – Guilherme Dias – 15,32.....	74
Summary	75
Relatório de notas.....	75
Padrão de resposta.....	77
Ana Luiza Pinto Cardão – 14,65.....	78
Liz Pinhata de Souza – 14,3.....	79
Luiza Valladares de Gouvêa – 14,3.....	80
Nota média – Vinícius Kuczera Zampier – 11,75.....	81
HISTÓRIA DO BRASIL	83
Questão 1	84
Relatório de notas.....	84
Padrão de resposta.....	85
João Pedro Portella Ribeiro Cardoso – 28,5.....	87
Vinícius Kuczera Zampier – 25.....	90
Guilherme Augusto Baldan Costa Neves – 24.....	92
Nota Média – Fernanda Brandão de Souza – 17.....	95
Menor nota – Anônimo – 9,5.....	97
Questão 2	100
Relatório de notas.....	100
Padrão de resposta.....	101
Adriana de Medeiros Gabinio – 30.....	104
Andrea Kakitani Carbone – 27,5.....	106

Daniel Nogueira Chignoli – 27,5.....	109
Nota média – Vinícius Gonzalez Nóbrega – 23.....	111
Menor nota – Anônimo – 13,5.....	113
Questão 3.....	115
Relatório de notas.....	115
Padrão de resposta.....	116
Gabriela Barcelos Tamoio Costa – 17.....	118
Jonas Paskauskas Werdine – 17.....	119
Mateus de Andrade Kuntzler – 16,5.....	121
Nota média – Guilherme Dias – 15.....	122
Menor nota – Anônimo – 12.....	124
Questão 4.....	126
Relatório de notas.....	126
Padrão de resposta.....	127
Ana Cecília Sabbá Colares – 17,5.....	128
Felipe Pereira – 17,5.....	130
Luiza Valladares de Gouvêa – 17,5.....	132
Nota média – André Delgado Freire – 13.....	134
Menor nota – Anônimo – 4,5.....	136
GEOGRAFIA.....	137
Questão 1.....	138
Relatório de notas.....	138
Padrão de resposta.....	139
Adriana Medeiros de Gabinio – 30.....	142
André Delgado Freire – 30.....	144
Raíssa Guimarães Carvalho - 30.....	146
Nota média – Bruno Brito da Cruz Abaurre – 28.....	148
Menor nota – Anônimo – 23.....	150
Questão 2.....	152
Relatório de notas.....	152
Padrão de Resposta.....	153
Guilherme de Augusto Baldan Costa Neves – 29.....	155
Lucas Godoy Vilela Barbosa – 29.....	156
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 29.....	158
Nota média – Dandara Miranda Teixeira de Lima – 24,5.....	160
Menor nota – Anônimo – 20.....	161
Questão 3.....	163
Relatório de notas.....	163
Padrão de Resposta.....	164
Leonardo Maciura Beltrame – 19.....	166
Paloma Scroccaro Costa – 18.....	167
Andrea Kakitani Carbone – 16,5.....	169
Nota média – Bruno Brito da Cruz Abaurre – 14.....	170
Menor nota – Anônimo – 11,5.....	172

Questão 4.....	174
Relatório de notas.....	174
Padrão de Resposta.....	175
Guilherme Augusto Baldan Costa Neves – 18.....	177
Paloma Scroccaro Costa – 18.....	178
Aline Freitas de Paula e Silva – 17.....	180
Nota média – Mateus de Andrade Kuntzler – 14,5.....	181
Menor nota – Anônimo – 12.....	183
 POLÍTICA INTERNACIONAL.....	 185
Questão 1.....	186
Relatório de notas.....	186
Padrão de resposta.....	187
André Novo Viccini – 27.....	190
João Pedro Portella Ribeiro Cardoso – 27.....	192
Fernanda Brandão de Souza – 26,5.....	195
Nota média - Felipe Pereira – 18,5.....	197
Menor nota – Anônimo – 8,5.....	200
 Questão 2.....	 202
Relatório de notas.....	202
Padrão de resposta.....	203
Renato de Mendonça Neves – 29.....	205
Anônimo – 27.....	207
Raíssa Guimarães Carvalho – 27.....	210
Nota média – Liz Pinhata de Souza – 22,5.....	212
Menor nota – Anônimo – 15,5.....	214
 Questão 3.....	 217
Relatório de notas.....	217
Padrão de resposta.....	218
Ana Cecília Sabbá Colares – 18,5.....	220
Gabriela Barcelos Tamoio Costa – 18,5.....	222
Vinicius Henrique Fontana – 18,5.....	223
Nota média – André Delgado Freire – 15,5.....	225
Menor nota – Anônimo – 11,5.....	227
 Questão 4.....	 229
Relatório de notas.....	229
Padrão de resposta.....	230
Felipe Pereira – 15.....	232
André Novo Viccini – 14,5.....	234
Fernanda Brandão de Souza – 13,5.....	235
Nota média – Gabriela Barcelos Tamoio Costa – 10,5.....	237
Menor nota – Anônimo – 6.....	238

ECONOMIA	240
Questão 1	241
Relatório de notas.....	241
Padrão de resposta.....	242
André Delgado Freire – 29.....	243
Ana Cecília Sabbá Colares – 27,5.....	245
Leonardo Maciura Beltrame – 27,5.....	246
Nota média – Paloma Scroccaro Costa – 19,5.....	249
Menor nota – Anônimo – 6,5.....	251
Questão 2	253
Relatório de notas.....	253
Padrão de resposta.....	254
Fernanda Brandão de Souza – 30.....	256
Otávio Forattini Lemos Igreja – 27,5.....	258
Renato de Mendonça Neves – 25,5.....	260
Nota média – Vinícius Henrique Fontana – 17.....	261
Menor nota – Anônimo – 0.....	263
Questão 3	265
Relatório de notas.....	265
Padrão de resposta.....	265
João Pedro Portella Ribeiro Cardoso – 17.....	267
Vinicius Kuczera Zampier – 17.....	268
Bruno Brito da Cruz Abaurre – 15,5.....	270
Nota média – Anônimo – 13.....	271
Menor nota – Anônimo – 7,5.....	273
Questão 4	274
Relatório de notas.....	274
Padrão de resposta.....	275
Adriana de Medeiros Gabinio – 20.....	277
Liz Pinhata de Souza – 20.....	279
Renato de Mendonça Neves – 20.....	280
Nota média – Jonas Paskauskas Werdine – 16.....	281
Menor nota – Anônimo – 7,5.....	283
DIREITO	284
Questão 1	285
Relatório de notas.....	285
Padrão de resposta.....	286
Vinícius Kuczera Zampier – 29,5.....	291
Ana Cecília Sabbá Colares – 29.....	293
Anônimo – 28,5.....	295
Nota média – Vinícius Henrique Fontana – 25.....	297
Menor nota – Anônimo – 20,5.....	299
Questão 2	301
Relatório de notas.....	301
Padrão de resposta.....	302
Dandara Miranda Teixeira de Lima – 30.....	305

Daniel Nogueira Chignoli – 30.....	307
Jonas Paskauskas Werdine – 30.....	309
Nota média – Anônimo – 30.....	311
Menor nota – Anônimo – 27.....	312
Questão 3.....	314
Relatório de notas.....	314
Padrão de resposta.....	315
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 20.....	316
Lucas Godoy Vilela Barbosa – 19,5.....	317
Patrícia Camargo de Sousa – 19.....	319
Nota média – Aline Freitas de Paula e Silva – 16,5.....	320
Menor nota – Anônimo – 13,5.....	321
Questão 4.....	322
Relatório de notas.....	322
Padrão de resposta.....	324
Andrea Kakitani Carbone – 18.....	327
Luiza Valladares de Gouvêa – 16.....	328
Vinícius Kuczera Zampier – 15,5.....	330
Nota média – Otávio Forattini Lemos Igreja – 11,5.....	331
Menor nota – Anônimo – 6.....	333
LÍNGUA ESPANHOLA.....	334
Resumen.....	335
Padrão de resposta.....	338
Raíssa Guimarães Carvalho – 25.....	339
Luiza Valladares de Gouvêa – 24,5.....	340
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida – 24,5.....	341
Nota média – Dandara Miranda Teixeira de Lima – 19,75.....	342
Versión.....	344
Padrão de resposta.....	345
Vinícius Gonzalez Nóbrega – 23.....	346
Liz Pinhata de Souza – 21,25.....	347
Renato de Mendonça Neves – 21.....	348
Nota média – Guilherme Dias – 14.....	349
LÍNGUA FRANCESA.....	351
Résumé.....	352
Padrão de resposta.....	353
Raíssa Guimarães Carvalho – 25.....	354
Ana Luiza Pinto Cardão – 24.....	355
Vinícius Gonzalez Nóbrega – 24.....	356
Nota média – Aline Freitas de Paula e Silva – 16,75.....	357
Version.....	358
Padrão de resposta.....	359
Otávio Forattini Lemos Igreja – 16,75.....	360
Gabriel Joaquim – 14,75.....	361
Luiza Valladares de Gouvêa – 14.....	362

CACD 2017	363
Política internacional – Questão 4	364
Padrão de resposta.....	365
Rebeca Silva Mello – 20.....	365
Verônica Couto de Oliveira Tavares – 20.....	367



A Turma



Diplomatas Brasileiros

Adriana de Medeiros Gabinio
Aline Freitas de Paula e Silva
Ana Cecília Sabbá Colares
Ana Luiza Pinto Cardão
André Delgado Freire
André Novo Viccini
Andrea Kakitani Carbone
Bruno Brito da Cruz Abaurre
Dandara Miranda Teixeira de Lima
Daniel Nogueira Chignoli
Fernanda Brandão de Souza
Flávio Guion Corrêa
Gabriel Joaquim
Gabriela Barcelos Tamoio Costa
Giancarlo Camargo Guarnieri
Guilherme Augusto Baldan Costa Neves
Guilherme Dias
João Pedro Portella Ribeiro Cardoso
Jonas Paskauskas Werdine
Leonardo Maciura Beltrame
Liz Pinhata de Souza
Lucas Godoy Vilela Barbosa
Luiza Valladares de Gouvêa

Mateus de Andrade Kuntzler
Otávio Forattini Lemos Igreja
Paloma Scroccaro Costa
Patrícia Camargo de Sousa
Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida
Raissa Guimarães Carvalho
Rebeca Silva Mello
Renato de Mendonça Neves
Verônica Couto de Oliveira Tavares
Vinícius Gonzalez Nóbrega
Vinícius Henrique Fontana
Vinícius Kuczera Zampier

Diplomatas Intercambistas

Diego Sokolowicz (Argentina)
Edeneia Marly Dias Gonçalves (Cabo Verde)
Egas Gomes Barbosa Katar (Guiné-Bissau)
José Luis Yáñez (Equador)
Ritsuko Kawashima (Japão)
Rolyne Kendi Mworja (Quênia)
Shelby Sherelda (Suriname)

SOBRE O GUIA

Desde 2013, a turma de aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) lança uma coletânea de suas melhores (e não tão melhores) respostas nas fases discursivas, com o objetivo de oferecer aos candidatos subsídios para sua preparação.

O guia da Ema Oblíqua e Dissimulada dá continuidade a essa tradição, sabendo, contudo, renovar-se. Nesta edição, as questões das disciplinas são acompanhadas de um gráfico que compara a média das notas por quesito de todos os aprovados com a média das três melhores notas em cada questão entre os aprovados.



Introdução

Há uma década, as turmas do Instituto Rio Branco mantêm a iniciativa de publicar os já famosos Guias, de forma tão tradicional que sua leitura se tornou muito apreciada por quem decide seguir a maratona de preparação do CACD. Gnus, calangos, lagartixas, texugos, canarinhos, capivaras, esperanças e jacarés enriqueceram a fauna rio-branquina e continuam a auxiliar em aprovações. Nesse contexto, é comum que esperanças tenham lido texugos, e estes, calangos, em um ciclo sem fim que alimenta o Itamaraty, anualmente, com gente disposta a abraçar essa ideia corajosa de ser diplomata.

Mas o que distingue este Guia dos demais? A mesma especificidade que torna cada turma única: 36 pessoas que passaram anos da vida estudando com afinco e, agora, são convidadas a compartilhar uma longa carreira, que superará, e muito, os temas das provas. Isso faz que conhecer seus pares seja essencial, abrangendo mais do que conversas sobre os gabinetes do Império ou sobre o uso apropriado de adjuntos adverbiais. Por isso, além de apresentar as melhores (e as nem tão melhores) respostas, este Guia traz informações e estatísticas sobre os gostos, hobbies e signos dos membros da turma, demonstrando que quem passa no concurso também erra, sorri, gargalha, se confunde, acredita em astrologia, é atleta da seleção brasileira de punhobol e torce pro Remo — entre outros times.

Outro elemento que diferencia essa turma e este Guia, além das boas risadas que damos e das histórias que vivemos no Rio Branco, é o fato de termos o maior número de mulheres e pessoas negras da história do Itamaraty — um recorde do qual nos orgulhamos muito, mas que esperamos que seja superado em breve. Nesse sentido, após longo e

entusiasmado processo democrático, apresentamo-nos às futuras e aos futuros diplomatas como elegantes e bravas Emas. Animais diplomáticos e nativos da América do Sul, as Emas são gentis e pacíficas, mas capazes de fazer valer seu ponto contra qualquer tirania e negacionismo. Nos jardins do Alvorada, a Ema é a defesa contra as pragas, razão por que foi escolhida não só pelos planejadores de Brasília, como também por esta turma.

Quanto aos nossos adjetivos — dois, uma sutil inovação diante dos demais Guias —, são os mesmos que caracterizam Capitolina, ou só Capitu, quiçá a personagem feminina mais emblemática de todos os tempos (quem é Julieta perto de Capitu?), certamente de toda nossa literatura. Na jornada rumo ao Rio Branco, cacdistas devem não só ser valentes como a Ema, mas também dominar a arte de dissimular, de ser sutil, de usar da ambiguidade, para lutar o bom combate e cumprir suas missões. Além disso, aqueles que se aventuram a estudar para o CACD compartilham com nossa Ema a trajetória oblíqua, tortuosa e errática, mas sempre com coragem, personalidade e determinação.

Sabemos que há milhares de Capitus estudando para o concurso enquanto têm de vencer inúmeras adversidades, mas não desistam: sigam sua natureza e sua potência de viver e de agir, como aquela mulher que fez Bentinho sentir-se vivo e apaixonado. Dessa vez, vocês não precisam ser aprisionadas numa gaiola dourada na Suíça: podem voar para onde quiserem.

**Este Guia foi feito com muito carinho;
esperamos que desfrutem dele.**

Nos vemos em breve!

PERFIL DOS APROVADOS

Cada um tem uma história de vida, uma trajetória profissional, um passado, um jeito de ser. A gente sabe que, para quem ainda percorre essa jornada árdua (e ingrata), é muito importante colocar em perspectiva os próprios obstáculos, limitações, desafios e privilégios.

Não são poucos os mitos envolvendo os aprovados no CACD, e cada um tem uma opinião sobre o concurso: só é aprovado quem se dedica exclusivamente aos estudos? Precisamos ser fluentes em todos os idiomas estrangeiros antes de começar a estudar? Os aprovados são pessoas que já viveram no exterior? Cursar Relações Internacionais é um grande diferencial? Para ser aprovado, preciso ter gostos eruditos?

A presente seção tem por objetivo ajudar candidatas e candidatos a solucionar algumas dessas dúvidas e trazer informações relevantes sobre os aprovados no CACD 2022. Buscamos, aqui, traçar um perfil da turma que poderá confirmar ou rejeitar diversos mitos que costumamos ouvir ao longo da preparação e que, muitas vezes, afetam a estratégia de estudos dos candidatos e mesmo a opção de quem está se decidindo pela carreira. Esperamos que essas informações lhes sejam úteis!

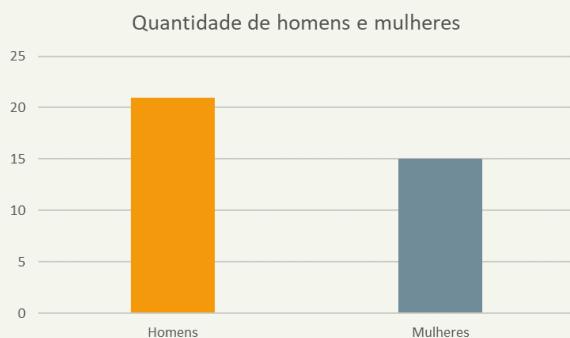
VISÃO GERAL

A Turma 2022-2023 do IRBr é composta por **36 brasileiros**, dos quais 34 foram aprovados no CACD 2022.

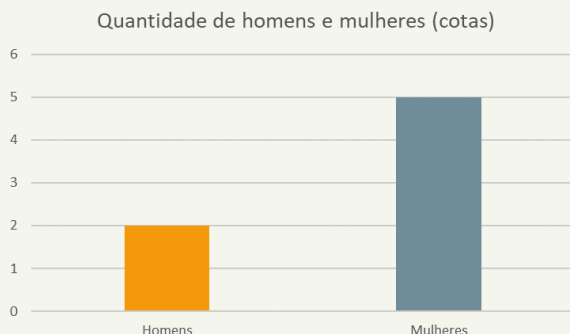
DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

Um dado do qual nos orgulhamos, mas em que esperamos ser superados em breve: **cerca de 42% da turma é composta por pessoas do sexo feminino!** Trata-se do maior percentual de mulheres da história a ingressar no MRE!

21 homens e 15 mulheres



Entre as cotas raciais, a proporção de mulheres supera a de homens, com 2 homens e 5 mulheres

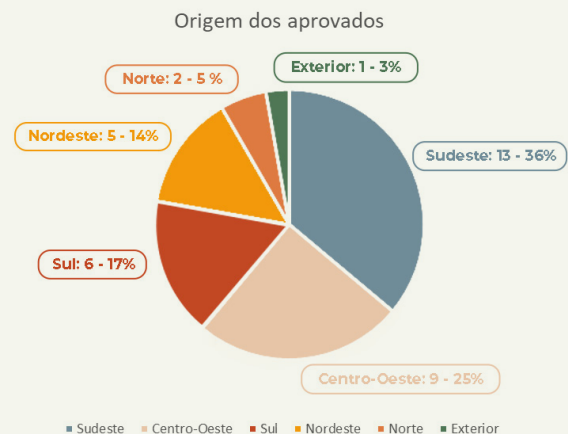


Já entre as PCD, apenas homens foram aprovados.

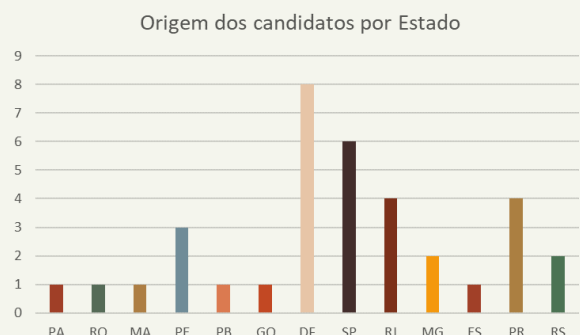
DE ONDE SOMOS...

A Turma 2022-2023 é composta por pessoas das 5 regiões do Brasil! Embora não seja uma situação inédita, é uma das muitas marcas de diversidade que nos destacam.

Na turma, temos 13 pessoas originárias do Sudeste, 9 do Centro-Oeste, 6 do Sul, 5 do Nordeste e 2 do Norte. Temos, ainda, 1 colega que nasceu no exterior.



Falando especificamente dos estados federados do Norte, temos **1 paraense** e **1 rondoniense**; entre estados nordestinos, temos **1 maranhense**, **3 pernambucanos** e **1 paraibana**; já para pessoas originadas do Centro-Oeste, **1 goiana** e **8 brasilienses**; entre os estados do Sudeste, são **6 paulistas**, **4 fluminenses**, **2 mineiros** e **1 capixaba**; last but not least, os sulistas da turma consistem em **4 paranaenses** e **2 gaúchos**. Não esqueçamos, claro, do já mencionado colega que nasceu no exterior.



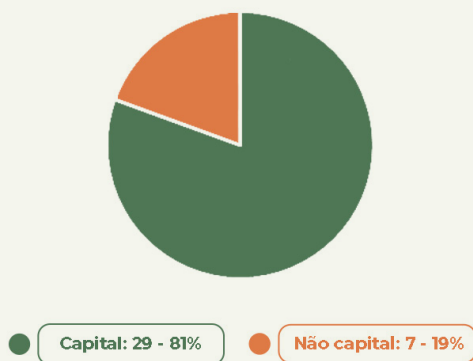
PARA ONDE FOMOS...

Mas nem todo mundo cresceu na mesma cidade em que nasceu, muito menos começou a estudar para o CACD no local de nascimento. Por isso, achamos importante incluir as cidades onde cada um realizou a maior parte de seus estudos para o concurso.



Como se vê, 29 dos aprovados estudaram em uma capital.

Local de preparação capital x não capital

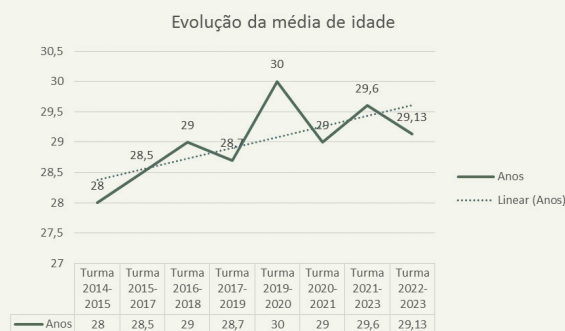


JOVENS (DE ESPÍRITO)

Foi-se o tempo em que recém-formados eram a maioria. A média de idade da turma é de 29,13 anos, sendo de 29,52 anos para homens e 28,6 anos para mulheres. O mais jovem da turma, em 15/6/2022, tinha 24 anos de idade, e a pessoa mais velha tinha 38.

Entre cotistas, a média de idade foi de 28,14 anos (30 anos para homens e 27,4 anos para mulheres) e, entre PCDs, a média foi de 28,5 anos.

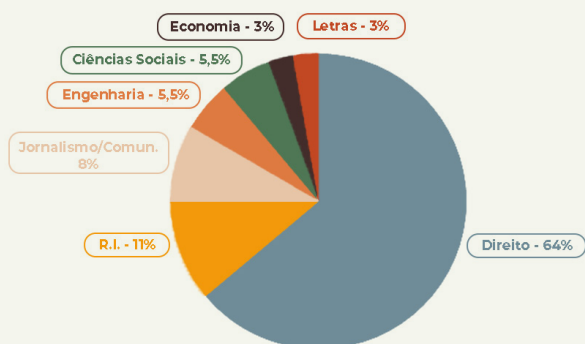
Vale destacar que, nas últimas 8 entradas do CACD, a média de idade das turmas foi superior a 28 anos, com tendência de crescimento.



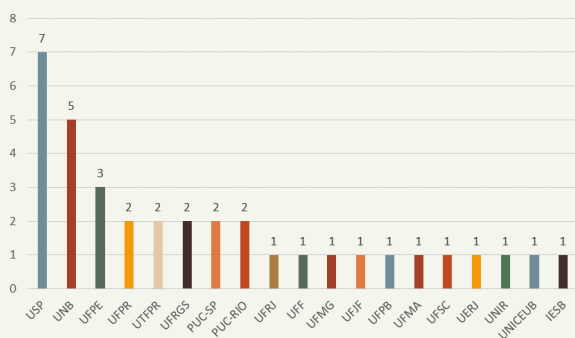
FORMAÇÃO DOS CANDIDATOS

Entre as 36 pessoas que integram a turma do IRBr 2022, 23 possuem formação em Direito, 4 são formadas em Relações Internacionais, 3 possuem formação nas áreas de Jornalismo ou Comunicação, 2 têm graduação em Engenharia, 2 são formados em Ciências Sociais, 1 formou-se em Economia e 1 graduou-se em Letras. Importante destacar que, entre os colegas formados em Direito, 3 possuem graduação completa ou incompleta em outra área.

FORMAÇÃO DA TURMA (GRADUAÇÃO)

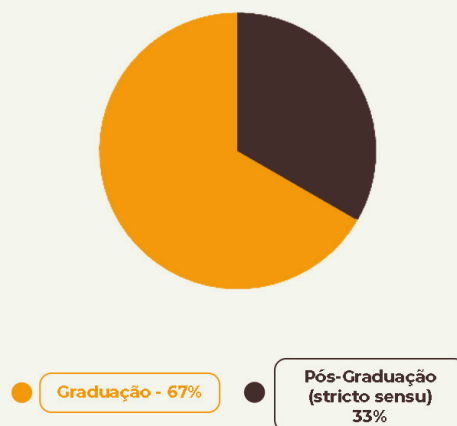


Nesse sentido, a maior parte da turma teve sua formação inicial em universidades públicas.



Além disso, dos 36 novos diplomatas, 12 concluíram pós-graduação stricto sensu.

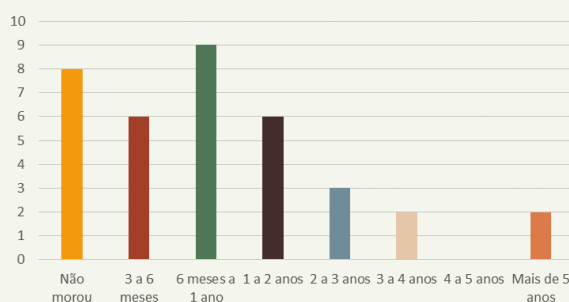
PERCENTUAL DA TURMA COM PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU



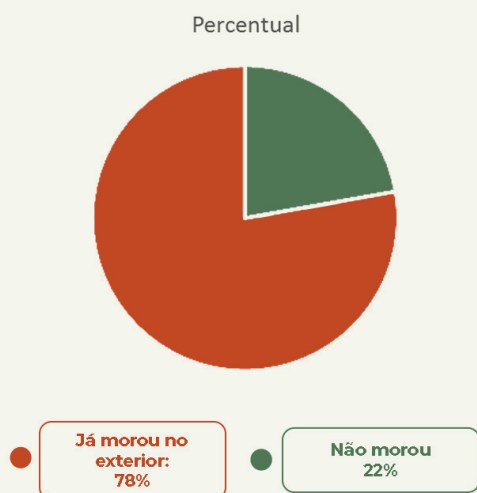
EXPERIÊNCIA NO EXTERIOR

A vivência no exterior é um dos principais atrativos da carreira, sendo importante motivação tanto para aqueles que anseiam por essa experiência quanto para quem já passou por isso e gostou. O gráfico abaixo indica a quantidade de aprovados que já viveu em outros países.

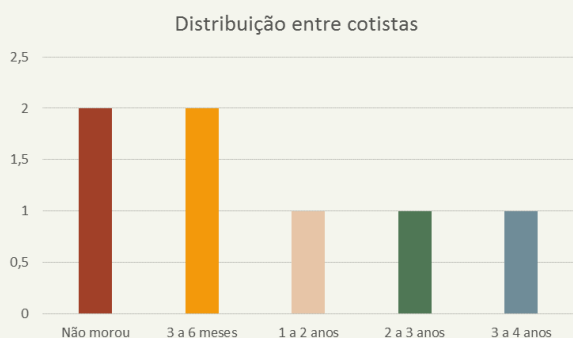
Aprovados que já viveram no exterior



A proporção entre aprovados que nunca moraram em outros países e aprovados que já tiveram essa experiência é a seguinte:



Entre os cotistas, as quantidades e proporções se distribuem na seguinte medida:



Entre as PCD, todos os aprovados tiveram experiência de, ao menos, 6 meses no exterior.

TEMPO DE ESTUDO

Aqui temos a resposta para a pergunta que mais ouvimos: afinal, você levou quanto tempo para passar?

A média consolidada dos aprovados no CACD 2022 foi de cerca de 3,75 anos (3 anos e 9 meses), sendo de cerca de 4,08 anos (4 anos e 1 mês) para a ampla concorrência; 3 anos e 2 meses para cotistas e 1 ano e 8 meses para PCD.

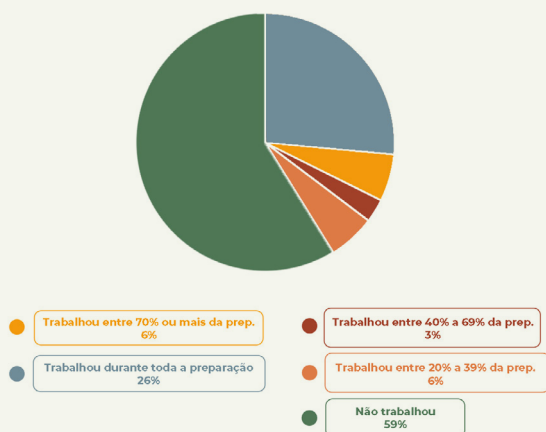
Entre homens e mulheres, a média de tempo geral foi muito próxima (3,8 anos - 45,96 meses - para eles, e 3,75 anos - 45,45 meses - para elas). Já na ampla, essa diferença se acentua para 4,1 anos (50,21 meses) e 3,9 anos (47,5 meses), respectivamente. Entre cotistas, homens levaram, em média, 2,08 anos (25 meses) para obter a aprovação, enquanto mulheres estudaram por 3,58 anos (43 meses).

E QUEM CONCILIOU TRABALHO E ESTUDO?

Uma das maiores dúvidas dos cacadistas é se é possível conciliar trabalho e estudo. A boa notícia é que, sim, é possível! No ano de 2023, o fato de se trabalhar e estudar não pareceu impactar significativamente o tempo levado até a aprovação.

Das 34 pessoas aprovadas no CACD 2022, 9 trabalharam durante todo o período de preparação em jornadas superiores a 20h semanais; 2 trabalharam durante 70% ou mais do período; 1 trabalhou entre 40% a 69% do seu tempo de estudos; e 2 trabalharam entre 20% a 39% do tempo de preparação. Os demais aprovados (20 pessoas) não desenvolveram atividades profissionais enquanto estudaram para o concurso.

Percentual de aprovados que conciliaram trabalho e estudo



A média de tempo de estudo das 11 pessoas que trabalharam durante 70% a 100% do tempo de preparação foi de 3,73 anos (44,8 meses), ao passo que, entre as pessoas que não trabalharam, foi de 3,55 anos (42,66 meses). Nos chamou a atenção o fato de que, dessas 11 pessoas, 10 eram do sexo masculino e apenas 1 era mulher.

PROPORÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NA AMPLA CONCORRÊNCIA

Na ampla concorrência, 17 indivíduos não trabalharam durante a preparação, 5 trabalharam durante toda a preparação, 2 desempenharam atividades durante 70% ou mais do tempo em que se prepararam e 1 trabalhou por um período de 20% a 39% do tempo em que estudou para o CACD. Na ampla concorrência, nenhuma mulher trabalhou por mais de 40% do período de preparação, enquanto os 7 indivíduos que desempenharam atividades durante 70% a 100% dos estudos para o CACD foram homens, os quais levaram, em média, 5 anos (60 meses) até a aprovação.

PROPORÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO NAS COTAS RACIAIS

Entre cotistas, 3 (2 homens e 1 mulher) desenvolveram atividades profissionais por todo o período de estudos, 1 trabalhou de 40% a 69% do seu tempo de estudos e 1 trabalhou de 20% a 39%. Opostamente, 2 pessoas aprovadas pelas cotas não trabalharam. A média de tempo entre os cotistas que trabalharam durante quase toda a preparação foi de 2,8 anos (34,66 meses) e entre os que não trabalharam foi de 3,6 anos (44,5 meses).

PROPORÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO ENTRE PCD

Por fim, dos 2 aprovados pela reserva de vagas destinadas a PCD, 1 trabalhou durante toda a preparação e o 1 não trabalhou. Este levou 2,25 anos (27 meses) até a aprovação e aquele foi aprovado após 1,16 ano (14 meses) de estudo.

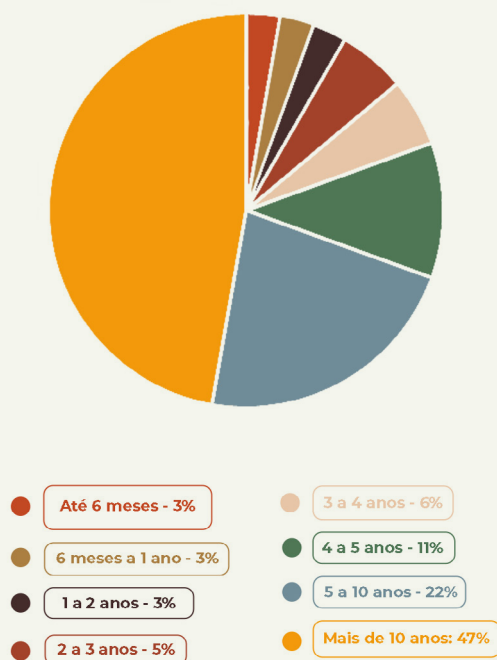
POLIGLOTA, EU?!

Nem todo mundo já dominava os idiomas estrangeiros antes de iniciar a preparação para o CACD. Os dados abaixo vão mostrar que, embora ser previamente fluente em inglês, francês e espanhol ajude (muito) nos estudos, não é algo tão essencial assim para obter a aprovação (sobretudo no caso dos dois últimos idiomas).

No nosso entendimento, o formato atual da prova prioriza um estudo instrumental do idioma, sendo mais importante o domínio de como fazer os exercícios do que o efetivo domínio da língua. Vamos aos dados (que incluem tanto estudo formal quanto períodos de intercâmbio):

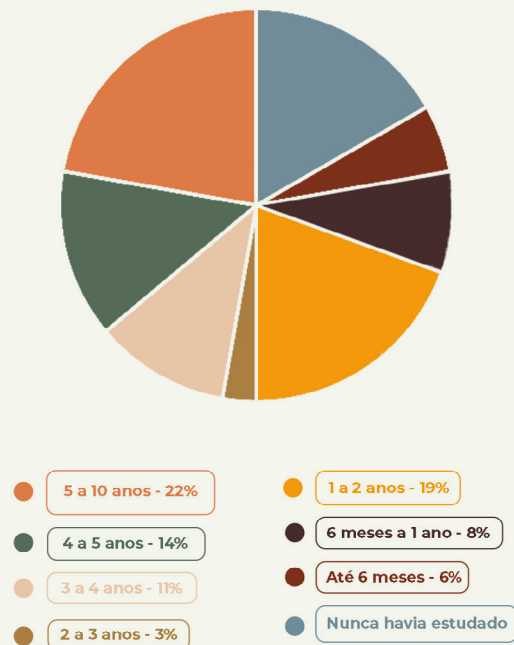
Por quanto tempo os aprovados estudaram inglês antes de iniciar a preparação?

Tempo de estudo prévio (inglês)



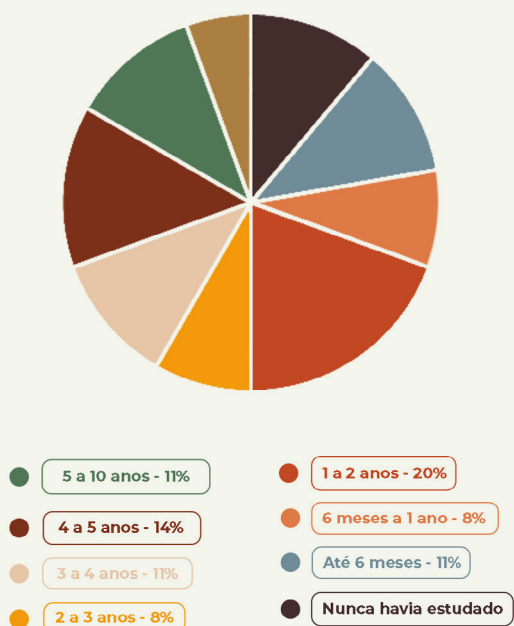
Por quanto tempo os aprovados estudaram francês antes de iniciar a preparação?

Tempo de estudo prévio (francês)



Por quanto tempo os aprovados estudaram espanhol antes de iniciar a preparação?

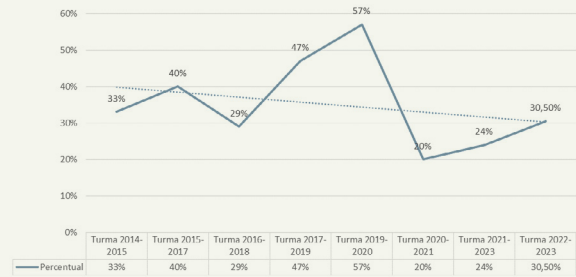
Tempo de estudo prévio (espanhol)



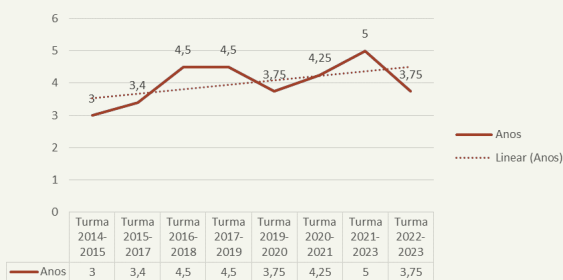
ALGUNS COMPARATIVOS ÚTEIS

As informações abaixo são resultado de pesquisa baseada em guias de estudo anteriores. Como nem sempre as turmas se valem dos mesmos critérios para levantar dados, pode haver algumas pequenas imprecisões. Mas a intenção aqui é apenas fornecer um norte que pode auxiliar aqueles que gostam de ler sobre o concurso (ou simplesmente curtem gráficos).

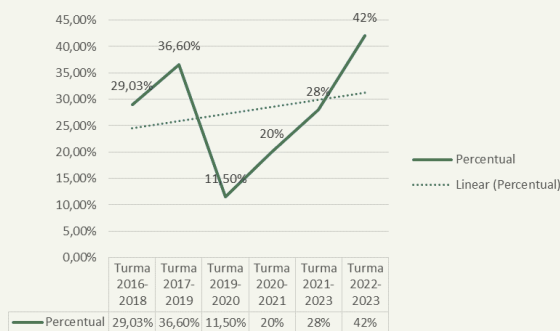
Evolução do percentual de aprovados que trabalharam e estudaram para o CACD concomitantemente



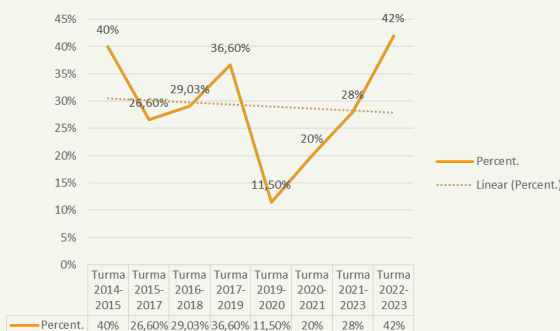
Evolução da média de tempo de estudos



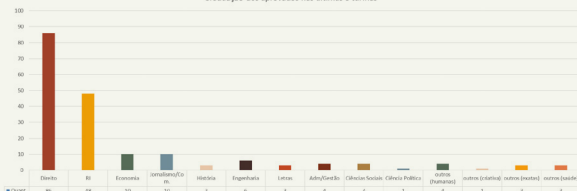
Evolução do percentual de mulheres



Evolução do percentual de mulheres



Graduação dos aprovados nas últimas 8 turmas



MAS NINGUÉM É DE FERRO...

Se tem um mito que NÃO é verdade sobre o CACD, é a preferência (absoluta) dos aprovados por passar finais de semana em bibliotecas lendo Guimarães Rosa ao som dos hits de Villa-Lobos.

Abaixo, colhemos algumas curiosidades sobre a turma que vão mostrar que tudo bem relaxar de vez em quando e se afundar em assuntos que, provavelmente, não vão aparecer na prova.

TALENTOS OCULTOS

Na turma, temos atletas (quase) olímpicos, gamers, médiuns que adivinham a hora e o clima, pessimistas incorrigíveis, políglotas interespecies, estrategistas de boardgames, além de pessoas com superpoderes como mexer a barriga, desaparecer de aulas e organizar tupperwares...

Pedimos para que cada um escrevesse um talento oculto seu, e o resultado foi este:

Achar sempre que tudo vai dar errado
Adivinhar as horas
Atuar
Cantar rap
Cartunista
Colocar apelidos que pegam
Desaparecer de aulas sem ser vista
Encontrar vaga em estacionamentos
Estragar surpresas
Falar pelos cotovelos
Fazer artesanatos
Fazer brigadeiro de panela
Forró solo
Futebol
Ganhar no term.ooo
Jogar bem war

Lamber o cotovelo
Levantar uma sobranceira
Memorizar bandeiras
Mexer a barriga
Mexer a orelha
Não Tenho
Not Available
Organização
Organizar tupperware
Pensar no pior
Perceber erros de continuidade em filmes
Platinei Skyrim
Podar arvores
Saber quando vai chover por meio de dor no joelho
Saltos ornamentais
Sentir cheiro de frio
Slackline

O QUE FAZEMOS EM NOSSA INTIMIDADE (OU NÃO):

Como trocar os fusíveis mentais é importante, também nos entregamos a todo tipo de vício. Abaixo, alguns hobbies que cada aprovado considera ser seu guilty pleasure (muitos nem tão guilty assim):

90 Dias para Casar
Almoçar Apenas Batata Frita
Animes
Assistir The Real Housewives Of Beverly Hills
BBB
Bolo com café depois do almoço
Botched
Brincar com meus sobrinhos
Casamento às Cegas
Casimiro
Cigarro
Comer cantinhos das unhas
Comer mais de 1 kg de comida no restaurante do IRBr
Correr
De Férias com o Ex
Dr. Pimple Popper
Duelo Amendoim
Game of Thrones
Gossip Girl
Imóveis De Luxo Em Família (Série)
Keeping Up With The Kardashians
Master Chef
Memes antigos
Novelas de qualidade questionável
Padrinhos Mágicos
Reality Show
Sentir cheiro de frio
Sharknado
Slackline
Solteiros, Ilhados e Desesperados
TikTok
Tutoriais de maquiagem
Vídeos de “Tente não rir”
Vídeos de marombeiro

NA NOSSA DIETA NÃO PODE FALTAR...

Arroz
Batata Frita
Bode guisado
Bolinho de bacalhau
Camarão
Chocolate
Churrasco
Cuscuz com ovo e requeijão
Doce de leite
Empadão de frango
Farofa
Frango à parmegiana
Hamburgão
Hambúrguer
Lámen
Macarrão com feijão
Maniçoba
Pad Thai
Picadinho
Pirão com arroz
Pizza
Purê de batata com linguiça
Pão de queijo
Queijo com goiabada
Risoto
Steak tartare
Sushi
Tambaqui na folha de bananeira

RECOMENDAMOS PARA VOCÊS

(SÉRIES FAVORITAS):

Anne with an E
Babylon Berlin
Better Call Saul
Breaking Bad
Curb your Enthusiasm
Dark
Dear White People
Fargo
Fleabag
Friends
Game of Thrones
Grey's Anatomy
Mad Men
Mayday: Desastres Aéreos
Narcos
One Piece
Rise of Phoenixes
Station Eleven
Succession
The Big Bang Theory
The Leftovers
The Midnight Gospel
The Office
The Sopranos
The Wire

AMANTES DA SÉTIMA ARTE (OU PESADELOS DE ISABELA BOSCOV):

ABAIXO, SEGUEM NOSSOS FILMES FAVORITOS:

8½
A Paixão de Cristo
As Asas do Desejo
Cidade de Deus
Direito de Amar
Era Uma Vez no Oeste
Gladiador
Harry Potter
Hotel Transilvânia
Interestelar
King Arthur (2004)
Laranja Mecânica
Melancolia
Moulin Rouge
Nós
O Poderoso Chefão
O Segredo dos Seus Olhos
O Senhor dos Anéis
O Senhor dos Anéis - O Retorno do Rei
Orgulho e Preconceito
Os Sete Samurais
Pierrot Le Fou
O Poderoso Chefão - Parte I
O Poderoso Chefão 2
Retrato de Uma Jovem em Chamas
Shrek: A Trilogia
Taxi Driver
Terra em Transe
Up!

NOSSO CORAÇÃO BATE AO RITMO DE...

Adriana Calcanhoto
Arcade Fire
Beatles
Hermeto Pascoal – Bebê
Beyoncé – Crazy in Love
Bob Marley
Caetano Veloso
Caetano Veloso – Um Índio
Chico Buarque
Daft Punk – Giorgio by Moroder
Dua Lipa
Elvis Presley – Always on my Mind
Evidências
Blink-182
Guns N' Roses – Paradise City
Il Divo
Jorge Ben
Jorge Ben Jor – O Telefone Tocou Novamente
Lana Del Rey
Lorde
Los Hermanos
Luedji Luna
Luiz Gonzaga – Asa Branca
Não tenho
Caetano Veloso – Oração ao Tempo
Os Mutantes
Péricles
Rosalía
The Beatles – Blackbird
The Knife – Heartbeats
Thérapie Taxi
Toots & the Maytals – Revolution
U2
Vitor Ramil – Deixando o Pago

NA NOSSA ESTANTE (LIVROS FAVORITOS)

A Hora e a Vez de Augusto Matraga – Guimarães Rosa
A Insustentável Leveza do Ser – Milan Kundera
A Sombra e o Vento – Carlos Ruiz Zafón
As Meninas – Lygia Fagundes Telles
Bíblia
Cem Anos de Solidão – Gabriel García Márquez
Copo Quebrado – Alain Mabanckou
Dom Quixote – Miguel de Cervantes
Emília – Patie
Gente Ansiosa – Fredrik Backman
Grande Sertão: Veredas – Guimarães Rosa
Harry Potter – J. K. Rowling
Jubiabá – Jorge Amado
La Guerra del Fin del Mundo – Mario Vargas Llosa
Libertinagem – Manuel Bandeira
O Amor de Pedro por João – Tabajara Ruas
O Arquipélago Gulag – Aleksandr Solzhenitsyn
O Mundo de Sofia – Jostein Gaarder
O Mundo se Despedaça – Chinua Achebe
Onde Vivem os Monstros – Maurice Sendak
Os Maias – Eça de Queirós
Os Miseráveis – Victor Hugo
Machado de Assis (todos)
O Retrato de Dorian Gray – Oscar Wilde
Rosa do Povo – Carlos Drummond de Andrade
Sidarta – Hermann Hesse
The Way of Zen – Alan W. Watts
Uma Aprendizagem/O Livro dos Prazeres – Clarice Lispector
Uma Sensação Estranha – Orhan Pamuk

EU NÃO ACREDITO EM SIGNOS, POIS NÓS AQUARIANOS SOMOS CÉTICOS (PERFIL ASTROLÓGICO DA TURMA):

Leão = 7
Gêmeos = 6
Escorpião = 4
Libra = 4
Sagitário = 3
Virgem = 3
Áries = 2
Câncer = 2
Capricórnio = 2
Aquário = 1
Peixes = 1
Touro = 1

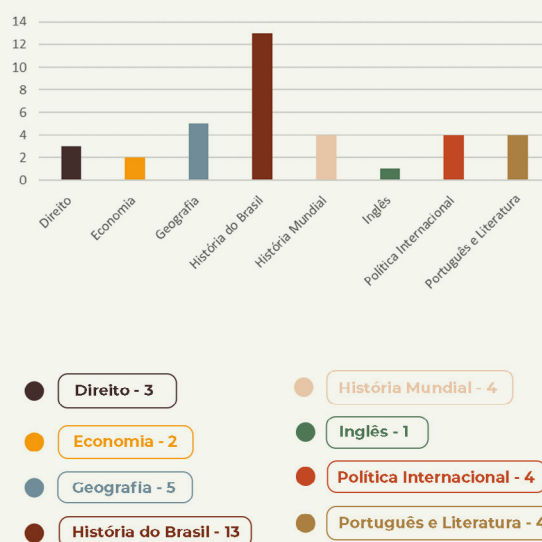
DESDE CRIANCINHA (TIME DE FUTEBOL)

Não têm = 7
América-MG = 1
Athletico Paranaense = 1
Botafogo = 2
Botafogo da Paraíba = 1
Corinthians = 1
Coritiba = 1
Flamengo = 5
Fluminense = 1
Grêmio = 1
Juventus (Mooca) = 1
Internacional = 1
E.C Novo Hamburgo = 1
Náutico = 1
Palmeiras = 2
S.E Gama Futebol Clube = 1
Santa Cruz = 1
Santos = 1
Sport Club do Recife = 1
São Paulo = 2
Vasco = 3
Remo = 1

MATÉRIA PREFERIDA DO CACD

OK, agora que já sabemos que um torcedor do Gama FC foi aprovado no concurso enquanto assistia a Grey's Anatomy, mexia a barriga e almoçava batata frita, vamos falar mais um pouco do concurso e contar para vocês qual matéria nós mais gostávamos de estudar:

Matérias favoritas





A Banca Examinadora

1ª Fase do CACD 2022

Língua Portuguesa

Alessandro Warley Candeads
Eloisa Nascimento Silva Pilati
Simone Silveira de Alcântara
Stefania Caetano Martins de R.
Zandomênico

Política Internacional

Danillo Allarcon
Filipe Correa Nasser Silva
Geisa Cunha Franco
Giovanni Hideki Chinaglia Okado
Haroldo Ramanzini Junior
Pedro Araújo Pietrafesa
Rodrigo Medina Zagni

Geografia

Carla Gualdani
Fernando Luiz Araujo Sobrinho
João Mendes da Rocha Neto
Lara Cristine Gomes Ferreira
Pedro de Castro da Cunha e
Menezes

Direito

Andre Pires Gontijo
André de Paiva Toledo
Leandro Vieira Silva
Leonardo de Camargo Subtil
Gustavo Oliveira de Lima Pereira
Henrique Choer Moraes
Língua Inglesa
Henrique Choer Moraes
João Marcos Senise de Paes Leme
Norma Diana Hamilton
Ofal Ribeiro Fialho

História do Brasil

Guilherme Frazão Conduru
Luiz César de Sá Júnior
José Inaldo Chaves Júnior
Thales Contin Fernandes
Rodrigo Medina Zagni

História Mundial

Paulo Thiago Pires Soares
Luiz César de Sá Júnior
Renata Silva Fernandes
Rodrigo Medina Zagni

Economia

Andrea Felipe Cabello
Daniel Klug Nogueira
Flávio Lyrio Carneiro
Luciano Martins Costa Póvoa
Tiago Ribeiro dos Santos

2ª Fase do CACD 2022

Língua Portuguesa

Alessandro Warley Candeads
André Lúcio Bento
Débora de Almeida Arruda
Eufrázia de Souza Rosa
Gisela Carneiro de Magalhães
Ferreira
Maria Sônia Vieira Lira
Simone Silveira de Alcântara
Stefania Caetano Martins de R.
Zandomênico
Yumi Suzuki

Língua Inglesa

Andréa Teixeira dos Santos
Ariane Machado Ciegliniski
Camila de Oliveira Gomes
Davi Rodrigues Oliveira
Henrique Choer Moraes
João Marcos Senise de Paes Leme
Júlia de Amorim Morelli
Laíse de Souza Santos
Lenise Fernandes
Marcus Vinícius da Costa Ramalho
Maria Cândida Figueiredo Moura da
Silva
Norma Diana Hamilton
Ofal Ribeiro Fialho
Rafael Galvão dos Santos
Rodrigo dos Santos Camilo

3ª Fase do CACD 2022

História do Brasil

Camila Pereira Martins
Daniel Gomes de Carvalho
Guilherme Frazão Conduru
Jonas Wilson Pegoraro
José Inaldo Chaves Júnior
Luiz César de Sá Júnior
Marcos Aurélio de Paula Pereira
Rodrigo Medina Zagni
Teresa Maria Malatian
Thales Contin Fernandes

Geografia

Adriano Botelho
Carla Guldani
Daniel Féo Castro de Araújo
Ercília Torres Steinke
Fernando Luiz Araujo Sobrinho
João Mendes da Rocha Neto
Lara Cristine Gomes Ferreira
Valdir Adilson Steinke

Política Internacional

Débora Jacintho de Faria
Fernanda Cristina Nanci Izidro
Gonçalves
Filipe Correa Nasser Silva
Giovanni Hideki Chinaglia Okado
Haroldo Ramanzini Junior
Marília Silva de Oliveira
Matheus Hoffmann Pfrimer
Maurício Kenyatta Barros da Costa
Pedro Araújo Pietrafesa

Economia

Alfredo Eric Romminger
Andrea Felipe Cabello
Camila Cardoso Pereira
Daniel Klug Nogueira
Flávio Lyrio Carneiro
Luciano Martins Costa Póvoa
Luis Guilherme Alho Batista
Michele Cristina Silva Melo
Priscila Braga Santiago
Tiago Ribeiro dos Santos

Direito

André de Paiva Toledo
André Kabke Bainy
Andre Pires Gontijo
Daiane Moura de Aguiar
Gustavo Oliveira de Lima Pereira
Henrique Choer Moraes
Leandro Vieira Silva
Leonardo de Camargo Subtil
Tiago Vinícius Zanella
Victor Ribeiro da Costa

Língua Espanhola

Dulce Maria Cassilha Andrigueto
Egisvanda Isys de Almeida Sandes
Francisca Javiera Gallardo Conejera
Gabriella Nascimento Cordeiro
Pereira
Linda Gabriela Reis Noletto
Mariana Fernandes da Silva Fonseca
Rodrigues
Paula Sarri de Araújo Farias
Rafael Sena Raposo de Melo
Sabrina Lima de Suza Cerqueira

Língua Francesa

Claudine Marie Geanne Franchon
Eliasane dos Santos Nogueira Patu
Florence Scianni Ribeiro
Jocileide da Costa Silva
Josely Bogo Machado Soncella
Khadidja Sara Sadi Valle
Maria Dara Ibiapina de Mesquita
Sophie Céline Sylvie Guérin Mateus



Língua Portuguesa

Redação

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 54,8

Média Pessoas com Deficiência: 55

Média Candidatos Negros: 54,8

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Albert Einstein:

“Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”

É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”

Sigmund Freud:

“O senhor começa com a relação entre direito e poder. Posso substituir a palavra ‘poder’ por violência? Conflitos de interesse entre os homens se resolvem mediante o emprego da violência.

Esse é o estado original, o domínio do poder maior, da violência crua ou apoiada na inteligência. Sabemos que houve um caminho da violência para o direito. A humanidade trocou numerosas, mesmo intermináveis pequenas guerras por raras, mas tanto mais devastadoras grandes guerras.

Quando os homens são incitados à guerra, neles há toda uma série de motivos a responder afirmativamente, nobres e baixos.

Não se trata de eliminar completamente as tendências agressivas humanas; pode-se tentar desviá-las a ponto de não terem que se manifestar na guerra.

Se a disposição para a guerra é uma decorrência do instinto de destruição, então será natural recorrer, contra ela, ao antagonista desse instinto. Tudo o que produz laços emocionais entre as pessoas tem efeito contrário à guerra. Essas ligações podem ser de dois tipos. Primeiro, relações como as que se tem com um objeto amoroso. O outro tipo de ligação emocional é o que se dá pela identificação.

Em sua forma atual, a guerra já não oferece oportunidade de satisfazer o antigo ideal heroico, e no futuro, graças ao aperfeiçoamento dos meios de destruição, uma guerra significaria a eliminação de um ou até mesmo de ambos os adversários.

Não se podem condenar igualmente todas as espécies de guerras; enquanto houver nações e reinos que estejam dispostos à destruição implacável de outros, esses outros têm que se armar para a guerra.

Mas pode não ser uma esperança utópica que a influência desses dois fatores, da atitude cultural e do justificado medo das consequências de uma guerra futura, venha a terminar com as guerras. Tudo o que promove a evolução cultural também trabalha contra a guerra.”

VENTURA, D.; SEITENFUS, R. Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra? Santa Maria: FADISMA, 2005, p. 21 e 25.

FREUD, Sigmund. Obras completas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v. 18, p. 238 - 250, com adaptações.

Com base na leitura dos excertos de troca de cartas entre Albert Einstein e Sigmund Freud no ano de 1932, discorra acerca do papel da diplomacia, fazendo referência a uma ou mais ideias mencionadas nos textos apresentados e a momentos históricos.

PADRÃO DE RESPOSTA

**Extensão do texto: de 65 a 70 linhas.
[valor: 60,00 pontos]**

Com base nas referências oferecidas, o (a) candidato(a) deverá articular uma ou várias ideias mencionadas nos trechos, como causas psicológicas e políticas da guerra, comportamento humano, poder e violência, direito, crescente letalidade da guerra, suas motivações nobres e baixas, instintos de destruição e de união, ligação emocional, identificação, potencial de destruição total, justificção da guerra em alguns casos e evolução cultural.

Deve-se demonstrar o papel da diplomacia para evitar a guerra por meio da negociação, da aproximação cultural/identificação, da construção de entidades internacionais, bilaterais ou multilaterais, da solução pacífica de controvérsias, do direito internacional, especialmente humanitário e de controle de armamentos.

Poderá citar, como exemplos históricos, o próprio momento entre guerras, que suscitou a troca de correspondências, a evolução do direito humanitário (convenções de Haia e de Genebra), o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus órgãos, e discutir a construção de alianças militares regionais. Poderá mencionar a Guerra Fria, a desagregação da estrutura de defesa no Leste Europeu, as teses de globalização e paz pela expansão de valores ocidentais – democracia, capitalismo – e sua crítica, a ordem do pós-Guerra Fria e sua contestação pelas forças transnacionais do terrorismo e pelo ressurgimento de potências rivais dos Estados Unidos da América, no âmbito da multipolaridade estratégica.

A alusão a teorias e a autores de relações internacionais será bem avaliada, da mesma forma que a citação de teses de psicologia social que tratem da questão da violência e dos instintos de destruição e solidariedade humana. Da

mesma forma, a menção aos princípios constitucionais da política externa brasileira e à sua aplicação concreta na história merecerão avaliação positiva.

Em síntese, a valorização da diplomacia na construção da paz deve ser enfatizada. Serão bem avaliadas referências ao papel da ONU e aos princípios tradicionais e constitucionais da diplomacia brasileira.

Referências:

- VENTURA, D.; SEITENFUS, R. *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra? Santa Maria: FADISMA, 2005, p. 21 e 25.*
- FREUD, Sigmund. *Obras completas. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v. 18, p. 238-250, com adaptações.*

Leonardo Maciura Beltrame 58

A troca de cartas entre Albert Einstein e Sigmund Freud ocorreu em um período em que a diplomacia brasileira falhava em conter e em prevenir conflitos. O questionamento de Einstein e a resposta pessimista de Freud, que enxergava o fim das guerras como uma ideia utópica, são, portanto, compreensíveis. No entanto, a diplomacia evoluiu consideravelmente desde então. Após o final da Segunda Guerra Mundial, a diplomacia mostrou-se capaz de conter as tendências agressivas humanas, de produzir laços emocionais entre os países e de promover a aproximação cultural. Dessa forma, em resposta à indagação de Einstein, torna-se evidente que a diplomacia, ao contribuir para estreitar os vínculos entre os povos, pode livrar a humanidade da ameaça da guerra.

Freud sustenta que a violência é o “estado original” do ser humano, de modo que seria impossível eliminá-la. Pode-se, contudo, tentar mitigá-la. Com efeito, a diplomacia é o principal instrumento capaz de conter as tendências agressivas humanas. Na Conferência de São Francisco, em 1945, os Estados participantes lograram a aprovação do artigo 2º, § 4º, da Carta das Nações Unidas. Esse dispositivo proibiu o uso da força nas relações internacionais, embora haja exceções, como a legítima defesa. Ademais, a ONU inovou ao promover a criação das operações de paz, as quais se destinam a prevenir e a solucionar conflitos armados. Durante a crise de Suez, por exemplo, a UNEF-I foi essencial para assegurar o cessar fogo. No século XXI, a MINUSTAH, por meio do auxílio de especialistas das mais diversas áreas, contribuiu para aperfeiçoar as

instituições do Haiti. Por fim, deve-se reconhecer que, durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética não se enfrentaram em uma guerra direta, o que só foi possível graças à existência de contatos diplomáticos regulares. Assim, embora conflitos continuem existindo, a diplomacia evitou outra guerra de grandes proporções.

A atividade diplomática também pode ser entendida como uma antagonista ao instinto de destruição, uma vez que permite o segundo tipo de ligação emocional mencionado por Freud, a identificação. As missões diplomáticas e as conferências internacionais são espaços em que os países podem intensificar o conhecimento recíproco e promover a aproximação. Nos anos 1960, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) resultou na formação do G77, grupo de países em desenvolvimento que, devido a interesses comuns, pleiteava a reforma da ordem internacional. Muitos desses países eram consideravelmente diferentes, de modo que, na ausência da diplomacia, dificilmente se aproximariam. Outros blocos e agrupamentos também permitiram maior identificação entre nações. A proximidade geográfica foi a base para a formação do MERCOSUL, ao passo que, no âmbito do fórum IBAS, África do Sul, Brasil e Índia se reconhecem como democracias multiétnicas e multiculturais. Mais recentemente, no contexto do conflito na Ucrânia, o presidente ucraniano, Volodimir Zelensky, busca ressaltar a identificação em seus discursos no parlamento de diversos países. Assim, em virtude de produzir laços emocionais entre os povos, a diplomacia possui o papel de construir pontes, prevenindo conflitos armados.

A diplomacia tem, demais, a função de promover a aproximação cultural. Como, segundo Freud, “tudo o que promove a evolução cultural também trabalha contra a guerra”, trata-se de outro aspecto que comprova o poder, intrínseco à atividade diplomática, de fomentar a paz. A aproximação cultural, feita por meio das missões diplomáticas ou de feiras no exterior, fortalece o conhecimento mútuo e inibe o desejo de se recorrer à força militar. Essa foi a estratégia utilizada pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, quando Washington buscava o apoio dos países latino-americanos. A personagem Zé Carioca, por exemplo, aproximou o povo brasileiro ao povo norte-americano. Além disso, é frequente a prática de intercâmbio entre academias diplomáticas, o que gera redução de desconfianças e intensificação das relações bilaterais. Finalmente, deve-se destacar que a diplomacia brasileira confere papel central a questões culturais. As novelas brasileiras são apreciadas em Angola, e as escolas brasileiras de futebol são fatores de aproximação com a Rússia. Portanto, a diplomacia, por possibilitar o intercâmbio cultural, diminui a possibilidade do recurso à violência.

O papel da diplomacia é nobre. A atividade diplomática cerceia as tendências agressivas humanas, permite a formação de laços emocionais e promove a aproximação cultural. Em virtude dessas funções, é possível responder afirmativamente à indagação feita por Einstein. A diplomacia é uma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra, embora o esforço seja interminável, como no mito de Sísifo. O fim completo dos conflitos continua a ser uma utopia, como pensava Freud. No entanto, os avanços da atividade diplomática indicam um futuro auspicioso.

Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida

57,5

As cartas trocadas por Albert Einstein e Sigmund Freud são um exemplo relevante de como a Primeira Guerra Mundial provocou novos debates sobre a origem da guerra e sobre a possibilidade da paz. Uma das consequências desses debates foi o surgimento das primeiras teorias sobre as relações entre nações, por autores ditos “liberais” ou “realistas”. A diplomacia está no cerne da questão, uma vez que constitui um âmbito central no qual os Estados interagem, e é uma ferramenta indispensável para a manutenção da paz.

Uma das causas tradicionalmente apontadas para a Primeira Guerra é a diplomacia secreta, a qual contribuiria para a desconfiança entre nações e para uma maior propensão à escalada de conflitos em meio a situações de divergência. Freud tangencia essa questão, de certa forma, ao falar sobre a existência de laços emocionais entre pessoas como um instinto antagônico à violência enquanto recurso. A partir desse pressuposto, Freud faz uso da mesma lógica de pensamento utilizada pelos primeiros teóricos das Relações Internacionais: tanto liberais quanto realistas buscavam entender a natureza humana e projetá-la na dimensão estatal, de modo a traçar paralelos quanto aos seus modos de operação. Assim o faz, igualmente, Einstein, quando se questiona acerca da violência no âmbito individual (“mente do homem”) e no âmbito coletivo (“humanidade”). A diplomacia secreta impediria que grupos humanos organizados em Estados construíssem tais laços emocionais necessários para a formação de

confiança mútua e para o desvio das tendências agressivas humanas.

Um dos objetivos da Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra, foi o de estabelecer um espaço onde Estados pudessem congregar-se por meio da diplomacia pública. Ela foi fundada a partir dos ideais liberais defendidos por W. Wilson, presidente dos Estados Unidos à época, os quais deveriam guiar as ações dos Estados não apenas na esfera política, mas também econômica. Autores liberais da época conferiam importância capital à liberdade dos mares e do comércio, por exemplo. Essas mudanças permitiriam que homens e nações repreendessem seus impulsos violentos e, enfim, estabelecessem uma “paz democrática”, noção que advinha de Kant e que se coaduna com as expectativas de Einstein e de Freud quanto à possibilidade de uma “evolução cultural”. A diplomacia seria, portanto, a ferramenta ideal para a cooperação entre países e para a mitigação de conflitos em bases pacíficas.

A diplomacia, porém, se mostraria essencial para a promoção da paz ainda em outro âmbito, o da conformação de um equilíbrio de poder. Para além da necessidade de haver mudanças culturais para que se evitasse a guerra, Freud menciona o ímpeto inerente às nações de armarem-se frente a uma ameaça externa, o que teóricos realistas entendiam como a maximização de poder como forma de garantir a sobrevivência estatal. Embora a diplomacia europeia tenha logrado criar a Liga das Nações, houve ausências importantes, e ela não foi capaz de produzir um cenário em que a Alemanha e seus líderes se sentissem seguros. A “paz cartaginesa” imposta por Grã-Bretanha e França agiu em sentido contrário, e pode ser entendida como um condicionante relevante

para o novo conflito que se seguiu, uma vez que ela intensificou aquilo que Einstein chamou de “psicoses do ódio e da destrutividade”.

Freud avança a possibilidade de aperfeiçoamento dos meios de destruição de guerra e da aniquilação mútua de adversários, o que viria a concretizar-se com a invenção das armas nucleares e da consequente configuração da “destruição mútua assegurada”. Einstein teve papel importante nesse processo, não apenas por suas contribuições teóricas que permitiram o desenvolvimento tecnológico nuclear, mas também por sua carta enviada a Roosevelt, no sentido de incentivar os norte-americanos a criar tais armamentos, uma vez que a possibilidade de que a Alemanha nazista o fizesse se prenunciava catastrófica.

A troca de cartas entre Einstein e Freud traz reflexões atuais acerca das origens e consequências da guerra. Ainda que haja divergências teóricas a esse respeito, a diplomacia constitui-se central para a manutenção da paz. Para tanto, ela é indispensável à promoção da cooperação entre Estados nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, mas também ao estabelecimento de um equilíbrio de poder que proporcione segurança a todas as nações.

Mateus de Andrade Kuntzler 56,7

A partir da criação da Liga das Nações em 1919, o principal objetivo da humanidade passou a ser a prevenção da guerra. Em 1932, em carta dirigida a Sigmund Freud, Albert Einstein reflete essa meta ao perguntar qual seria a maneira de evitar conflitos armados. Em sua resposta, Freud menciona que o número de conflagrações poderia ser reduzido por meio da promoção do amor e da identidade, os quais amenizariam as tendências agressivas do homem. Freud, porém, esqueceu-se de mencionar o papel da diplomacia, pois ela sempre foi a principal razão de os humanos terem vivido prolongados períodos de paz. Logo, embora ainda existam conflitos, a principal função da diplomacia é evitar a guerra por meio da valorização do amor entre as nações e de uma identidade global pacífica. O amor, em âmbito internacional, é representado por relações fraternais entre os países, enquanto a identidade pacífica é entendida como sendo o enaltecimento da proibição à guerra.

A diplomacia tem a capacidade de evitar guerras, pois promove o amor entre os povos. Durante o período no qual Getúlio Vargas esteve no governo do Brasil, a diplomacia do país era fortemente influenciada pelo Positivismo, ideologia que enaltece o amor, a ordem e o progresso. Como consequência, o Brasil evitou a guerra entre Peru e Colômbia ao mediar a controvérsia territorial sobre a região de Letícia. O diplomata brasileiro Afrânio Franco logrou impedir a conflagração armada, pois evidenciou as relações de fraternidade entre Peru e Colômbia, países andinos com origens semelhantes. Apesar da diplomacia brasileira não mais

orientar-se pelo Positivismo, na atualidade, os servidores brasileiros ainda buscam promover o amor e a irmandade. Prova disso é o envolvimento do Brasil na Conferência de Anápolis durante o governo de Lula da Silva, ocasião na qual o Brasil salientou o laço fraternal entre os povos árabes e muçulmanos com o intuito de evitar o recrudescimento do conflito na Palestina. Portanto, ao valorizar o amor, a diplomacia é capaz de fortalecer a paz.

A propósito, mesmo quando a diplomacia falha em salientar o amor entre os povos, ela pode impedir a guerra, pois o exercício de relações diplomáticas cria uma cultura pacifista. A Organização das Nações Unidas (ONU), um dos principais espaços de atuação diplomática, comprova a criação dessa identidade voltada à paz, pois, em sua Carta, proíbe a solução de controvérsias por meio do uso da força. Logo, todo representante de seu país na ONU, por meio de um processo de aculturação, é gradualmente influenciado pelo pacifismo vigente nessa instituição. Essa cultura orientada à proscrição da violência também se verifica em âmbito sul-americano, vista a diplomacia praticada no Mercosul. Inicialmente um bloco comercial, ele rapidamente se inclinou ao pacifismo por meio da diplomacia. Evidência disso foram os Protocolos de Brasília e Olivos, que, respectivamente, criaram e reformaram um mecanismo regional pacífico de solução de controvérsias. Portanto, a diplomacia, amplamente exercida em órgãos internacionais, também evita ações armadas, pois cria uma identidade pacifista.

No entanto, embora a diplomacia contribua para a paz, ainda ocorrem conflitos internacionais. Isso acontece, pois há países que desprezam a atuação de diplomatas, coibindo a

valorização do amor e do pacifismo no plano internacional. O presidente Emmanuel Macron, por exemplo, dissolveu a instituição responsável pela formação de diplomatas na França, expondo sua nação à violência, já que os assuntos externos do país poderão ser conduzidos por funcionários públicos sem experiência diplomática. Como não estão habituados à diplomacia, esses servidores não sofreram a influência do amor e do pacifismo próprios à atuação do diplomata. Logo, a guerra ainda ocorre em função da ausência da diplomacia, e não em razão da falha dela.

Desse modo, percebe-se como o amor e a identidade pacifista promovidos pela diplomacia são capazes de evitar conflitos armados. Ademais, se conflitos ainda acontecem, isso não se deve à diplomacia, mas sim à falta dela. Portanto, a diplomacia é e sempre será a principal responsável por impedir o flagelo da guerra.

Por haver enganado a morte em duas ocasiões, Sísifo sofreu uma condenação exemplar de Zeus. O humano foi obrigado a repetir, eternamente, a atividade de tentar empurrar uma pedra até o cume de uma montanha; pouco antes de concluir a tarefa, contudo, Sísifo perde as forças, e a pedra rola até a base do monte. O episódio mostra a repetição estéril de uma atividade que nunca alcança seu objetivo de maneira integral. Analogamente, nas relações internacionais, a diplomacia atua como um Sísifo: conquanto busque alcançar a paz perpétua, a guerra sempre se impõe como circunstância inescapável das relações humanas. Considerando a recorrência “das psicoses do ódio e da destrutividade”, Albert Einstein questionou Sigmund Freud sobre a possibilidade de alteração da mente humana, para que se proscruva a guerra. Apesar de considerar improvável, Freud acreditava que o fenômeno das guerras poderia ser extinto. Hoje, noventa anos depois da troca de cartas entre Einstein e Freud, a guerra ainda é um fenômeno recorrente; a diplomacia, portanto, segue desempenhando papel essencial para que, diante do par antitético violência-direito, a lei prevaleça sobre o poder.

A diplomacia serve para construir relações entre diferentes grupos humanos, de forma a evitar a desumanização do outro. Trata-se da “atitude cultural”, referenciada por Freud na troca de cartas. É preciso fomentar o conhecimento mútuo entre diferentes sociedades, para que se evitem as armadilhas do “Orientalismo”. Cunhado por Edward Said, o conceito descreve a falta de conhecimento do Ocidente sobre

o Oriente como uma das razões da violência contra estrangeiros identificados como orientais. Hannah Arendt, por sua vez, conceituou a “Banalidade do Mal”, para afirmar que o seguidor ideal do fascismo não é o indivíduo fanatizado, mas, sim, o burocrata padrão que perdeu a capacidade de diferenciar realidade e ficção. Seguindo ordens de seus superiores, Eichmann promoveu a desumanização do outro durante a Segunda Guerra Mundial. À diplomacia, caberia construir relações culturais entre os alemães e os povos que desumanizaram, como judeus e eslavos. Frequentemente, o desconhecimento cultural é acompanhado pela securitização do tema, no plano dos Estados.

A diplomacia tem a função de enunciar os interesses securitários de um país, para que as demais nações não violem sua soberania. Trata-se do “medo das consequências de uma guerra”, referenciado por Freud. Segundo o paradigma realista do estudo das relações internacionais, os Estados pensam em termos de balança de poder. O equilíbrio de poder militar, garantido pelo desenvolvimento das armas de destruição em massa, inviabilizou o enfrentamento direto entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. Os diplomatas russos e norte-americanos foram responsáveis por comunicar uns aos outros os interesses securitários de seus países. Na Crise dos Mísseis, os norte-americanos conseguiram comunicar que a instalação de silos nucleares em Cuba representava um risco muito grande aos EUA e que não seria tolerada. Em contrapartida, os soviéticos obtiveram a remoção de mísseis da Turquia. Sob o risco de destruição mútua, a diplomacia serviu para comunicar os interesses securitários de cada nação, de forma a evitar uma guerra nuclear. Além do

diálogo durante a crise, os diplomatas passaram a desenvolver regras de restrição aos seus arsenais nucleares.

A diplomacia tem o papel de criar normas internacionais que promovam a lei em detrimento do uso da força. Trata-se da evolução da violência para o direito, referenciada por Freud na troca de cartas. Após os horrores da Segunda Guerra Mundial, diplomatas de todo o mundo assinaram a Carta das Nações Unidas. Pela primeira vez, acordou-se a proscricção geral da guerra, positivada no art. 2 (4) do documento. De acordo com teóricos liberais das relações internacionais, as instituições podem reforçar a defesa da paz; Keohane afirma que o aprofundamento das relações cria uma “interdependência complexa” capaz de mitigar a ocorrência de guerras. Apesar de a ONU haver sido capaz de evitar a ocorrência de outra guerra sistêmica desde 1945, conflitos de dimensões menores foram recorrentes. A invasão do Iraque pelos EUA ocorreu em flagrante violação da Carta da ONU, e coube à diplomacia buscar soluções para que o ilícito não se repetisse. A recente invasão da Ucrânia pela Rússia foi condenada pela Assembleia Geral das Nações Unidas; o conflito serve para lembrar que, diferentemente da crença de Freud, a guerra segue presente nas relações internacionais.

Em O Mito de Sísifo, Albert Camus ressignificou a figura do homem condenado à punição eterna. Para o filósofo francês, é preciso imaginar Sísifo feliz. Apesar de fracassar eternamente, Sísifo ganha consciência do valor de sua tarefa toda vez que desce a montanha, para recomeçar seu labor. Os diplomatas, como Sísifos felizes, devem esforçar-se para obter satisfação em sua interminável tarefa de promoção da paz perpétua. Construir relações culturais entre

comunidades diferentes, comunicar os interesses securitários de seus países e formular regras internacionais são as ferramentas de que a diplomacia dispõe, para que o direito prevaleça sobre a violência.

Ana Luiza Pinto Cardão

55,5

Em uma carta endereçada a Sigmund Freud, o físico Albert Einstein apresenta um questionamento sobre a possibilidade de erradicação guerra. Segundo o historiador John Keegan, em *Uma história da guerra*, os conflitos são algo inerente à natureza humana à vida em comunidade. Essa ideia vai ao encontro da argumentação proposta por Freud, que acredita que a violência é o estado original da existência humana. O psicanalista, nesse sentido, propõe a criação de mecanismos que desviem as tendências agressivas das pessoas, de modo que se recorra, cada vez menos, à guerra. Para que isso seja possível, é necessário um esforço, para estabelecer uma cultura avessa à guerra, fundamentada na ampliação dos contatos entre os povos e em princípios avessos à violência. A diplomacia é um instrumento indispensável para a construção da paz, uma vez que favorece o processo de evolução cultural que, um dia, pode levar ao fim da guerra.

Segundo o general prussiano Karl von Clausewitz, a guerra acontece, quando a política não fornece um meio adequado de solução de problemas entre os Estados. Nessa lógica, a sociedade internacional precisa ampliar os meios pacíficos de solução de controvérsias, reduzindo os interesses políticos de empregar a violência. A diplomacia dá aos Estados maneiras alternativas de resolver suas disputas, reduzindo a ocorrência de guerras. Na década de 1980, por exemplo, o Vaticano mediou as negociações sobre o Canal de Beagle, território reivindicado pela Argentina e pelo Chile. Evitou-se, dessa forma, a eclosão de um conflito que desestabilizaria toda a América do Sul. Em vez disso, a diplomacia papal

contribuiu para o aumento do diálogo entre vizinhos que compartilham uma fronteira extensa, estabelecendo as bases para um processo gradual de construção de confiança e de integração. Além da mediação, existem outros meios pacíficos para a resolução de problemas, como os bons ofícios, as negociações diretas, a arbitragem e os tribunais internacionais. Fortalecê-los significaria multiplicar os elementos de desvio das tendências agressivas humanas mencionados por Freud.

O psicanalista destaca, também, o medo das consequências de uma guerra como um desincentivo ao conflito. Durante o período da Guerra Fria, o conflito ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética acarretou uma corrida armamentista, que, por sua vez, fez as potências desenvolverem armas nucleares cada vez mais destrutivas. Nesse contexto, a diplomacia pode exercer um papel de conscientização da comunidade internacional, enfatizando os riscos existentes e provendo informação confiável aos governantes. A ação diplomática teve uma função essencial na construção do regime internacional de não-proliferação nuclear, por meio de tratados que não só falam sobre o desarmamento, mas também exigem que os Estados detentores de tecnologias nucleares apresentem relatórios transparentes sobre seu arsenal e sobre suas políticas de segurança. Além da assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em 1967, que inaugurou uma fase de maior estabilidade, na Guerra Fria, a diplomacia levou os Estados Unidos e a União Soviética a adotarem, ao longo das décadas de 1970 e de 1980, uma série de acordos que diminuíam o alcance de mísseis que levam armas nucleares. Isso foi consequência da ampliação do medo dos efeitos catastróficos que um ataque nuclear poderia causar.

Uma diplomacia bem-sucedida contribui para a construção de uma sociedade internacional que tenha a paz como princípio comunitário. O internacionalista britânico Hedley Bull fez uma diferenciação entre os conceitos de sistema internacional e de sociedade internacional. Se, por um lado, o primeiro se define, apenas, como um grupo de Estados em interação, por outro, o segundo destaca-se pela existência de princípios, regras, normas e valores comuns. Essa ideia de sociedade internacional coaduna-se com a análise de Sigmund Freud, que exalta o papel da evolução cultural contra a guerra. Após a Segunda Guerra Mundial, a diplomacia norte-americana apoiou-se em uma proposta de ordem mundial liberal, em que instituições como a Organização das Nações Unidas incorporariam e promoveriam princípios como o multilateralismo, a igualdade soberana, a solução pacífica de controvérsias e a paz. Embora a ONU não tenha conseguido evitar a ocorrência de conflitos, ela reduziu seu número e criou limitações importantes de conduta dos Estados, como a proibição da anexação territorial por guerra e o fortalecimento do Direito Internacional Humanitário. Desse modo, ela representa uma contribuição importante da diplomacia para o estabelecimento de uma cultura de repúdio à violência.

Em 2022, o diálogo entre Albert Einstein e Sigmund Freud sobre a necessidade de livrar a humanidade do flagelo da guerra continua atual. Malgrado alguns avanços jurídicos e políticos, alcançados ao longo do século XX, uma boa parte dos líderes mundiais continua a considerar o recurso à violência uma possibilidade de ação. Freud estava certo, ao afirmar que a sociedade precisa estar informada sobre os riscos da guerra e construir uma cultura de

paz. Nesse processo, a diplomacia é um elemento inescapável e valioso, visto que funciona como principal mecanismo coordenador das relações entre os Estados. Nos dias atuais, seu trabalho pode, inclusive, ser facilitado pela revolução tecnológica nos meios de comunicação, que ampliam os contatos entre os povos. Cabe, agora, à própria humanidade decidir se quer utilizá-la para tornar a guerra um fenômeno em desuso.

**Patrícia Camargo
de Sousa**
54,7

A diplomacia é tradicionalmente associada à prevenção de conflitos armados. De fato, a diplomacia desempenha papéis diferentes, mas complementares, que contribuem para o arrefecimento de tensões no mundo inteiro. Isso porque, como advertiu Sigmund Freud a Albert Einstein em 1932, o avanço das tecnologias implica a eliminação mútua dos adversários em conflitos militares e as guerras sem resolução têm consequências trágicas. Para a psicólogo, o estreitamento dos laços emocionais entre as pessoas figura como alternativa à guerra. A diplomacia, portanto, é capaz de atuar nessas três frentes de solução pacífica de controvérsia, o que tem reflexos positivos na sociedade internacional como um todo.

De forma geral, o papel da diplomacia pode ser associado à própria necessidade de sobrevivência do Estado, o que se reflete na prevenção de conflitos. Como recorda Freud, algumas guerras são capazes de destruir não apenas um adversário, mas todos os combatentes. No contexto da Guerra Fria, por exemplo, havia a percepção de que um conflito entre os EUA e a URSS conduzia à destruição mútua dos envolvidos. Como consequência, foi nesse período que os contatos diplomáticos entre os países se intensificaram, culminando na prática, vigente até hoje, de acordos de redução de armamentos nucleares. Nesse momento, a diplomacia foi o meio pelo qual os EUA e a URSS desenvolveram certo grau de confiança mútua, evitando a escalada de tensões e contribuindo

para a sobrevivência não apenas dos dois países, mas também de todos os outros que seriam afetados por uma guerra nuclear.

Igualmente, o papel mediador da diplomacia, por tratar as partes de um conflito como iguais, possibilita a implementação de soluções de compromisso, nas quais nenhum lado tem a vitória absoluta. Isso é particularmente relevante em conflitos de menores dimensões que apresentam certa continuidade, os quais Freud considera tão graves quanto aqueles provocados por guerras maiores. Na Questão de Letícia, por exemplo, Equador, Colômbia e Peru, em diferentes graus de intensidade, disputaram, por décadas, território próximo à fronteira brasileira. Como o impasse militar impedia a vitória definitiva de um dos lados, a questão só foi resolvida por completo após ação diplomática de países da região, inclusive o Brasil, que temiam o transbordamento de conflito pela Amazônia. A paz sem vencedores, portanto, foi consequência direta da diplomacia regional, que pôs fim ao último conflito territorial sul-americano decorrente do colonialismo ibérico.

Além disso, a diplomacia também tem o papel de aproximar culturas, conquistando corações e mentes para além das fronteiras de um Estado. Para Freud, a criação de laços emocionais é a própria antítese da guerra, o que pode ser verificado em ações de diplomacia cultural no Leste Asiático, por exemplo. Termos como “Hanfeng”, na China, e “Hallyu”, na Coreia do Sul, englobam uma série de ações diplomáticas que visam a apresentar a cultura desses países para a região, promovendo a ideia de uma identidade asiática comum, baseada na filosofia budista e confucionista, mesmo após séculos de guerra. Isso tem reflexos importantes na estabilidade da região, que, em

que pese a ausência de mecanismos formais de solução de controvérsias, vem construindo canais diplomáticos informais, inclusive com a participação de artistas dos países asiáticos.

Assim, há relação direta entre prevenção de conflitos e os papéis desempenhados pela diplomacia. A depender do tipo de conflito, a diplomacia pode ser instrumentalizada para a proteção da integridade dos Estados, a mediação entre iguais e a aproximação cultural. De forma geral, os reflexos dessa atuação são positivos para toda a comunidade internacional. Como explicou Freud, tudo que promove a evolução cultural colabora para a prevenção de guerras, e a diplomacia, com seus diversos papéis, está na dianteira desse processo.

Resumo

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 18,4

Média Pessoas com Deficiência: 16,7

Média Candidatos Negros: 17,6

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A arte moderna veio de longe, seguindo os caminhos da máquina. Relacionou-se com o processo técnico, em um contínuo encadeamento de causas e efeitos. Foram surgindo, conseqüentemente, problemas de representação plástica das mais variadas formas.

Em uma primeira fase, procurou-se representar o objetivo dentro de formas geométricas puras. A realidade ficou reduzida a um tipo de natureza-morta, com a supressão da atmosfera envolvente. Desse tipo de cezanismo, com formas geometrizadas, alcançou-se gradativamente o Cubismo, de caráter estático, chamado também “pintura a duas dimensões”, isto é, pintura de volumes em superfícies planas, com decomposições de objeto.

Quase ao mesmo tempo, surgiu, na Itália, o Futurismo, em perfeita concomitância com a máquina. Trouxe consigo realizações plásticas fascinantes, com a predominância de formas dinâmicas, de alto valor expressivo. O seu ruído, de caráter polêmico, teatral, declamatório, acordou o interesse público internacional para os problemas da arte moderna.

O Expressionismo teve as suas raízes no início do século (1903 em Dresde; 1906 em Berlim, com o grupo Die Brücke; e alongou-se até a faixa de 1920). Fiel aos seus fundamentos de “expressar sentimentos”, o movimento veio recolhendo tendências plásticas diversas. Enriqueceu-se com experiências novas. Algumas fases da sua evolução se caracterizam com integrações exóticas. Cores vibrantes invadem as telas, com erupções desbordantes. Quebram-se estruturas, envolvidas em massas convulsas. O Expressionismo toca profundidades. Nele predominam, geralmente, as formas trágicas. Um ensaísta francês classificou-o de “um simples fauvismo mais violento”.

Quando veio a guerra (1914), as forças de destruição refletiram-se, necessariamente, no espírito da geração montparnasiana. Esta, em uma fúria vanguardista, conduzia as novas representações plásticas no caminho da desagregação. A arte espelhava um mundo convulso tocado de angústia humana, com dramas profundos e arrasado pelo choque de massas brutas.

O grupo Dadá (composto, em parte, de subartistas apátridas, refugiados em um Cantão suíço, em 1916) aproveitou-se da confusão para fazer uma tábula rasa de valores. Do Café Voltaire, em Zurich, os dadaístas soltavam manifestos. Proclamavam, arrogantemente, a antiarte. As suas demonstrações levavam, geralmente, à tônica de sarcasmo ou burla. Nas revistas do grupo (391, Canibale), entretinham-se em elogios dos cataclismos. Exaltavam, com um sentido anarquista, as formas homicidas.

Este movimento, com as heranças da guerra, derivou, mais tarde, para o Surrealismo (registrado por alguns críticos como filho bastardo de Dadá). Reduziu o mundo real ao imaginário

com aspirações obscuras. Fechou parênteses às ideias cartesianas, que ainda prevaleciam nas letras e nas artes. “O homem não é mais prisioneiro da sua razão” (André Breton). Abriu portas ao subconsciente, para a fermentação de ideias intuitivas. Esfinges interrogando interioridades humanas.

Paris, o centro magnético da Europa, agitava-se, direta ou indiretamente, com essa multiplicidade de escolas.

Manifestações nos domínios da arte, por vários cantos do mundo, tinham seus reflexos na grande cidade. Essa situação se repetia desde as primeiras tentativas de arte moderna, em busca de maior poder expressivo.

Nessa fase de inquietações, nos começos do século, os cafés da rive gauche animavam-se em controvérsias teóricas. Os artistas discutiam ideias que resultavam de novas experiências plásticas. Telas do grupo de vanguarda eram recusadas pelo Salão Oficial. A crítica consagrava artistas, sob um jogo de influências. Mas as novas teorias iam ganhando terreno. Algumas escolas iam caindo em descrédito. Cediam lugar a outras, em transformações contínuas.

Enquanto Paris se agitava dentro de novas correntes culturais, no Brasil somente algumas poucas áreas eram sensíveis a essa inquietação. Pressentia-se, em vibrações vagas, a necessidade de substituir a expressão artística por formas mais evoluídas.

São Paulo, em problemas de arte, permanecia ainda em um velho conformismo, amarrado a formas antiquadas, em contradição com a sua pujança econômica. Guardava posições acadêmicas, em uma rigorosa sujeição aos preceitos rotineiros.

Os andaimes se projetavam, cada vez mais altos. As chaminés afirmavam

a sua força industrial, pelos setores urbanos. Mas o espírito moderno (no período anterior a 1922), em suas tímidas vacilações, não havia penetrado nos seus hábitos de atividade, em sintonia com a sua evolução material. Estava embrionário. Ocultava-se, entre resíduos passadistas, vago e desajustado.

Por volta do ano de 1917, em plena guerra, veio ao Brasil, como Enviado Plenipotenciário, Paul Claudel, para cuidar dos interesses da França (arrendamentos de navios confiscados da Alemanha; transações de café com a firma Prado Chaves etc.).

Veio, com ele, Darius Millaud, como adido cultural da Missão. De chegada, Millaud tomou carinho pelas coisas brasileiras. Fascinou-se pelas formas tropicais. Em horas vagas, fazia excursões com Claudel pelas Paineiras, Tijuca, imediações do largo do Boticário e pelo Jardim Botânico. Encheu os quintais da Embaixada, à rua Paissandu, com folhagens de plantas exóticas. Amigos lhe arranjaram uma coleção de araras e tucanos. Nas suas relações com gente jovem e de instinto boêmio, contagiou-se com músicas de Carnaval, que desciam dos morros, em ritmos novos, em um cerrado de contraponto de tambores.

Frequentemente, Claudel e Millaud iam à casa dos Betim Pais Leme, onde passavam restos de tarde. Dona Isar, com uma apurada sensibilidade musical, trazia, em revista, sambas e outros fragmentos de Ernesto Nazaré e Tupinambá. A casa dos Pais Leme oferecia um ambiente delicioso, para essas duas personalidades. Estavam aprendendo lições de Brasil...

Quando Millaud voltou à Europa, levou consigo a tônica da nossa música. O ritmo do samba, em novas estilizações, estendeu-se pela sua obra (publicou os Souvenirs du Brésil e

Notes sans musique). A marchinha Boi no telhado transformou-se no famoso Boeuf sur le toit. Mais tarde, virou boate que, por uns tempos, foi em Paris ponto de reunião de elementos de vanguarda: Apollinaire, Cocteau, Léger, o próprio Darius Millaud e outros.

As conversas do grupo semearam entusiasmos geográficos. Narrava-se um Brasil imaginário, cheio de paisagens coloridas, como um país de utopia.

“A terra é de tal maneira graciosa.”

Trenzinhos subindo o Corcovado. Lá em cima, os paredões de rocha viva, com esculturas monolíticas. E a cidade imensa se estendendo, em sínteses geométricas, pela beira do mar. Sambas por toda parte.

Essas digressões iam se repetindo, com acréscimos individuais. Espalharam-se por outros grupos. Os próprios brasileiros, que faziam suas férias em Paris, começaram a gostar desse “Brasil” cordial, narrado na sua frescura primitiva.

Havia, em São Paulo, uma pequena elite culta, que ia e vinha todos os anos da Europa. Uma seminobreza rural, com longas tradições de família, florescia à base do café. Eram tempos tranquilos e de fartura plena. Latifúndios opulentos. Cafezais a se perderem de vista.

O reduzido grupo de pessoas de bom gosto e cultas, que fazia regularmente as suas viagens transatlânticas, não ficava indiferente aos fatos mais notórios da vida artística europeia. Ouviam os diálogos de um mundo em plena transformação.

Em contato com artistas de vanguarda, procuravam conhecer as várias modalidades da pintura moderna e suas sutilezas técnicas.

De volta a São Paulo, traziam consigo peças adquiridas, de pintura figurativa ou de correntes abstracionistas. E explicavam aos amigos os princípios básicos desses movimentos. Com as novas tendências plásticas, o artista estava em pleno domínio de expressão, isto é, podia exprimir livremente as suas criações, com maneiras que lhe eram peculiares, emancipado de qualquer formulário estilístico.

BOPP, Raul. Vida e morte da antropofagia. José Olympio. Edição do Kindle, com adaptações.

Redija, com as suas próprias palavras, um resumo do texto.

**Extensão do texto: de 35 a 50 linhas.
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

A arte moderna veio de longe, assim como a máquina. A princípio, empregaram-se formas geométricas puras. A realidade era representada como um tipo de natureza-morta – um tipo de cezanismo que gradativamente alcançou o Cubismo, de caráter estático, considerado “pintura a duas dimensões”.

À mesma época, na Itália, surgia o Futurismo, em que predominavam formas dinâmicas, de alto valor expressivo, e cujo ruído despertou o interesse público internacional para os problemas da arte moderna. Já no início do século 20, surgiu o Expressionismo, movimento cujos fundamentos consistiam em “expressar sentimentos”, além de recolher tendências plásticas diversas. Entre as novas experiências, encontram-se as integrações exóticas, o uso de cores vibrantes, as erupções desbordantes. Predominam as formas trágicas, o que levou o movimento a ser caracterizado como “um simples fauvismo mais violento”. Quando a guerra teve início, em 1914, as novas representações plásticas trilharam o caminho da desagregação, espelhando um mundo convulso tocado de angústia humana, com dramas profundos, arrasado.

O grupo Dadá – ou os dadaístas –, em 1916, começou a soltar manifestos, proclamando a antiarte; geralmente, à tônica de sarcasmo ou burla. Exaltavam, com um sentido anarquista, as formas homicidas. Deste movimento derivou o Surrealismo, que foi considerado por alguns como “filho bastardo de Dadá”. O Surrealismo reduziu o mundo real ao imaginário, com aspirações obscuras, e deixou de lado as ideias cartesianas, ainda prevalentes nas letras e nas artes.

Nesse contexto, Paris agitava-se com essa multiplicidade de escolas. As manifestações artísticas dos diversos locais do mundo se refletiam na cidade. Novas teorias iam ganhando terreno, ao passo que algumas escolas iam caindo em descrédito, cedendo lugar a outras.

No Brasil, somente algumas poucas áreas eram sensíveis a esses acontecimentos. Apenas vagamente, sentia-se a necessidade de substituir a expressão artística por formas mais evoluídas. São Paulo, em um velho conformismo e amarrado a formas antiquadas, ainda se sujeitava rigorosamente aos preceitos rotineiros. A força da indústria, cada vez mais, tomava conta da cidade, mas o espírito moderno ainda não havia penetrado nos seus hábitos de atividade.

Por volta do ano de 1917, em plena guerra, vieram ao Brasil Paul Claudel, para cuidar dos interesses da França, e Darius Millaud, como adido cultural da Missão. Millaud agradou-se das coisas brasileiras e das formas tropicais do País, o que o levou a fazer excursões pelas Paineiras e pelo Jardim Botânico, entre outros lugares. Passou a cultivar folhagens de plantas exóticas e chegou a ser presenteado com uma coleção de araras e tucanos. Encantou-se pelas músicas de Carnaval. Aprendeu lições de brasilidade na casa da família Betim Pais Leme, aonde ia frequentemente com Claudel.

De volta à Europa, Millaud levou consigo a tônica da música brasileira: publicou os *Souvenirs du Brésil* e *Notes sans musique*) e transformou a marchinha Boi no telhado no famoso *Boeuf sur le toit*, local que se transformou em ponto de reunião de elementos de vanguarda, como Apollinaire, Léger, entre outros que narravam um Brasil imaginário, cheio de paisagens coloridas.

Os próprios brasileiros, de férias em Paris, afeiçoaram-se a esse “Brasil” cordial. O reduzido grupo de pessoas que viajava regularmente à Europa não ficava indiferente aos fatos mais notórios da vida artística europeia. Na volta ao País, traziam peças de pintura figurativa ou de correntes abstracionistas e explicavam aos amigos os princípios básicos desses movimentos. Naquele momento, era pleno o domínio de expressão do artista.

Luiza Valladares de Gouvêa 20

Em Vida e morte da antropofagia, Raul Bopp argumenta que a arte moderna remonta ao processo técnico característico das máquinas, o que acarretou problemas de representação plástica.

Inicialmente, as formas geométricas puras foram usadas; para representar a realidade, reduzindo-a, contudo, a uma espécie de natureza-morta. O Cubismo, caracterizado pela decomposição dos objetos e pela “pintura a duas dimensões”, derivou dessa técnica. Na mesma época, o Futurismo surgiu na Itália e provocou a problematização da arte moderna, em razão de seu caráter polêmico. O Expressionismo, por sua vez, remonta ao início do século XX. Diferentemente do Futurismo, que se assemelhou esteticamente às máquinas, o Expressionismo buscou expressar sentimentos, com base em diversas tendências plásticas, com o predomínio de formas trágicas.

Segundo o autor, a Primeira Guerra Mundial provocou uma renovação artística, levada a cabo pela geração montparnasiana, que representava, em sua arte, a destruição da guerra e a angústia humana. Nesse contexto, o grupo Dadá questionava valores, proclamando a antiarte e exaltando formas homicidas, por meio do sarcasmo. O Surrealismo derivou desse movimento e valorizou o mundo imaginário, em detrimento do mundo real. As representações subconscientes substituíam o cartesianismo, vigente nas letras e nas artes.

Raul Bopp segue afirmando que essas escolas artísticas esgotavam a cidade de Paris, cuja cultura manifestava

expressões da arte de todo o mundo. Controvérsias teóricas eram debatidas pelos artistas, e a crítica era submetida a um jogo de influências. Gradualmente, ocorria uma transformação artística, com a emergência de novas teorias. No Brasil, contudo, a inquietação que agitava Paris tinha pouca repercussão. O academicismo confirmava a prevaência em São Paulo, em contraste com a pujança econômica e com o processo de urbanização e de industrialização do Estado.

O autor relata que Paul Claudel e Darius Milhaud vieram ao Brasil, em plena guerra, e faziam excursões pela cidade do Rio de Janeiro. Eles frequentaram a casa dos Pais Leme, em que tiveram contato com músicas de Ernesto Nazare e Tupinambá trazidas por Dona Isar. Milhaud ficou fascinado com a música e com a natureza do Brasil. A musicalidade brasileira inspirou sua obra, notadamente, a música "Boeuf sur le toit", derivada da marchinha "Boi no Telhado". A canção de Milhaud deu origem a uma boate, em Paris, que reuniu personalidades da vanguarda.

O Brasil se havia tornado objeto de entusiasmo geográfico, na Europa, apesar de tratar-se de um Brasil imaginário e utópico, idealizado pelos artistas. Os próprios brasileiros, de férias em Paris, foram influenciados por esse ponto de vista que exaltava o samba, a natureza e a paisagem do Corcovado. Entre esses brasileiros estavam alguns membros da elite culta de São Paulo, que buscava conhecer novidades artísticas e tinha contato com artistas de vanguarda.

Segundo Raul Bopp, essas pessoas traziam exemplares de obras vanguardistas europeias para São Paulo e explicavam os princípios artísticos aos amigos. O autor conclui afirmando que os artistas gozavam de maior liberdade de expressão, consoante as novas tendências plásticas.

Guilherme Dias 19

Raul Bopp, em *Vida e morte da antropofagia*, afirma que a arte moderna tem suas origens ligadas ao desenvolvimento das máquinas. Segundo o autor, em um primeiro momento, buscava-se representar o objetivo com formas geométricas puras, um tipo de cezianismo, que gradualmente levou ao Cubismo, caracterizado por pintar volumes em superfícies planas, decompondo o objeto. O autor afirma que o Futurismo surgiu na Itália ainda nesse período, e era caracterizado por sua relação com a máquina e por suas formas dinâmicas. O autor segue descrevendo o Expressionismo, que teve suas raízes no início do século 20, e buscava "expressar sentimentos", integrando novas experiências, usando cores vibrantes e dando preferência às formas trágicas.

A seguir, o autor afirma que a destruição ensejada pela guerra de 1914 influenciou a geração montparnasiana a representar, na arte, os dramas e angústias característicos do período, e levou os dadaístas a romper com os valores da época, por meio de manifestos, e a representar, na arte, essa angústia de forma irônica. Do Dadaísmo, o autor afirma, surgiu o Surrealismo, que buscava retratar o subconsciente e questionar a razão.

O autor, em seguida, descreve a importância de Paris para o desenvolvimento dessas escolas vanguardistas, enquanto ainda não era possível sentir suas influências no Brasil. O autor assevera que, em São Paulo, a arte de destaque ainda era antiquada, apesar de seu desenvolvimento econômico, e o espírito moderno, na arte, era, ainda, embrionário.

O autor conta, a seguir, da vinda, em 1917, de Paul Claudel, Enviado Plenipotenciário da França, ao Brasil, junto com o adido cultural dessa missão, Darius Millaud. Segundo o autor, Claudel e Millaud criaram afetos pelo Brasil e pela cultura brasileira, devido às relações de amizade que cultivaram com brasileiros como os Betim Pais Leme, às excursões que faziam na cidade do Rio de Janeiro, à fauna, à flora, entre outras razões. Millaud, quando do seu retorno à Europa, buscou divulgar a cultura brasileira no continente, e, de acordo com o autor, criou-se um Brasil imaginário nos grupos de conversas de vanguardistas como Apollinaire, Cocteau, Léger, o próprio Millaud, entre outros, de tal maneira que mesmo brasileiros que iam passar férias em Paris passaram a criar afeto por esse Brasil imaginário.

O autor, então, descreve a pequena elite cafeeira de São Paulo, que viajava à Europa com frequência. O autor afirma que, na Europa, indivíduos dessa elite entravam em contato com os artistas da vanguarda, e, de volta ao Brasil, traziam peças artísticas das correntes vanguardistas e divulgavam os princípios básicos dessas correntes aos seus pares.

Patrícia Camargo Sousa 19

A arte moderna tem relação com a modernização técnica, o que gerou dilemas artísticos próprios. Inicialmente, a geometria foi favorecida em detrimento de aspectos subjetivos. Assim, foi-se de Cézanne ao Cubismo, que, por sua natureza imóvel, mostrava apenas duas dimensões do objeto. O Futurismo, contemporâneo aos dois, se relacionava ao maquinário do período, rápido e ruidoso, chamando a atenção do mundo para a arte moderna e suas questões.

Já o Expressionismo se deixou influenciar por diversas tendências artísticas. Nele havia uma profusão de cores, procurando romper dogmas e valorizar os sentimentos. Alguns especialistas diferenciaram esse estilo pela violência. A Primeira Guerra Mundial influenciou a arte seguinte, caracterizada pelo sofrimento. O Dadaísmo é fruto desse período, caracterizando-se por ser um movimento artístico que debochava da arte.

O Surrealismo, que teve origem no Dadaísmo, procurou concentrar-se na subjetividade e na imaginação, terminando de cortar os laços com a razão Iluminista. Nesse grupo, a arte voltava-se para dentro das pessoas.

Paris era o epicentro desses movimentos, o que fazia da cidade o local das disputas artísticas. Grupos eram recusados pelas instituições tradicionais de arte, cuja reputação estava cada vez mais abalada. Havia uma rápida sucessão de movimentos artísticos na cidade.

Já no Brasil, a agitação em torno da arte moderna era limitada. Apesar do dinamismo econômico, São Paulo se mantinha conservadora em termos de

arte. A modernidade da cidade ainda não encontrava reflexo no cenário artístico. Em 1917, chegaram ao Rio de Janeiro Paul Claudel e Darius Millaud, representantes do governo francês. Millaud demonstrou entusiasmo pelo Brasil desde o começo: conheceu a cidade, trouxe plantas brasileiras para a embaixada francesa e ganhou animais endêmicos da região.

A música também o contagiou, especialmente as marchinhas e o samba de sarau privados. Por isso, ao retornar ao velho continente, Millaud apresentou a música brasileira por meio dos seus escritos. Foi assim que a marchinha “Boi no telhado” virou nome de boate em Paris, reunindo vários artistas vanguardistas.

Consequência disso foi a criação de um Brasil fantástico no imaginário popular. Havia música e cores pelo país. Essa ideia foi se perpetuando no imaginário estrangeiro, influenciando até mesmo a percepção de brasileiros.

Em São Paulo, a elite erudita, beneficiada pelo dinamismo da agricultura, mantinha contato com as tendências artísticas europeias. Essas pessoas viajam com certa frequência para a Europa, trazendo consigo obras de arte e novos conhecimentos artísticos. Com a arte moderna, a expressão dos artistas era, mais importante que os cânones artísticos, o que conferia ao autor maior liberdade de ação.

NOTA MÉDIA

André Novo Viccini 18,3

De acordo com Raul Bopp, em *Vida e morte da antropofagia*, a arte moderna acompanhou a evolução do processo técnico associado à maquinização, que colocou para ela desafios de representação plástica das diferentes formas.

Em uma primeira etapa, uma espécie de cezanismo buscou representar a realidade por meio de formas geométricas puras, reduzindo-a a uma espécie de natureza-morta. A partir dele, chegou-se ao Cubismo, com pintura de volumes em superfícies planas e decomposições do objeto. O Futurismo surge no mesmo período, juntamente com a máquina, nele sobressaindo as formas dinâmicas. O Expressionismo, por sua vez, surge no início do século XX e estende-se até os anos 1920, reunindo correntes plásticas diversas para exprimir sentimentos, valendo-se de cores vibrantes e massas agitadas, em geral com formas trágicas.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, com sua destruição, deu ocasião a representações plásticas caracterizadas pela desagregação. Desse modo, os dadaístas, formados por subartistas apátridas, formaram o Grupo Dadá na Suíça, em 1916, publicando manifestos e valorizando formas que queriam que fossem antiarte, conforme seu anarquismo. O Surrealismo proveio do Dadá, reduzindo a realidade à imaginação, em um irracionalismo vinculado ao subconsciente.

As diversas escolas artísticas agitaram Paris e os seus cafés, onde se debatiam as concepções sobre as experiências plásticas, vencendo

umas, perdendo outras, que perdiam prestígio diante da crítica. No Brasil, porém, apenas surgia a consciência da necessidade de formas artísticas mais evoluídas. São Paulo, embora economicamente avançada, ainda era marcada pelo conformismo acadêmico, não tendo sido atingida pelas idéias modernas.

Cerca de 1917, Paul Claudel é enviado ao Brasil, ainda durante a guerra, como Enviado Plenipotenciário da França, e com ele Darius Millaud, como adido cultural, o qual se encantou com as formas tropicais da fauna e da flora brasileiras e com as músicas do Carnaval. Na obra de Millaud, como *Souvenirs du Brésil* e *Notes sans musiques*, aparece o ritmo do samba, e a marchinha *Boi no telhado* se tornou *Boeuf sur le toit*, que emprestou o nome para uma boate em Paris que reunia vanguardistas como Apollinaire e Cocteau e onde se imaginava um Brasil colorido e utópico, com sínteses geométricas e repleto de samba.

Essa imagem de um Brasil cordial se difundia na Europa e foi apropriada pela pequena elite culta, de famílias de cafeicultores, que costumava passar férias naquele continente. Essa elite tomou contato com a pintura moderna e suas técnicas, trazendo de volta para São Paulo obras de pintura figurativa e abstrata. Aos amigos, explicava, os princípios das novas escolas. Por meio delas, o artista alcançava liberdade de expressão, não mais sujeito a fórmulas.

Exercício

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 18,2

Média Pessoas com Deficiência: 17,2

Média Candidatos Negros: 17,1

**Leia, com atenção,
o texto a seguir.**

O ENCONTRO

Em 1926, a coluna social Noticiário Elegante registrou a primeira visita que um jovem antropólogo pernambucano, o “Doutor” – como fez questão de frisar o colunista Gilberto Freire – fez ao Rio de Janeiro. Sobre essa visita, fica registrada uma “noitada de violão”, assim chamada pelo próprio escritor em seu diário. Nela, estavam presentes o historiador Sérgio Buarque de Holanda; o promotor Prudente de Moraes Neto; o compositor clássico Heitor Villa-Lobos; o pianista Luciano Gallet; e os sambistas Patrício Teixeira, Donga e Pixinguinha. O encontro juntava, portanto, dois grupos bastante distintos da sociedade brasileira da época. De um lado, representantes da elite, da intelectualidade e da arte erudita e, do outro lado, músicos oriundos das camadas mais pobres da cidade. Dois jovens escritores, que iniciavam as pesquisas que resultaram em *Casa-Grande e Senzala*, em 1933, e *Raízes do Brasil*, em 1936, obras fundamentais na definição do que seria brasileiro no Brasil e, à frente deles, Pixinguinha, Donga e Patrício Teixeira, os quais definiam a

música que seria, a partir dos anos 30, considerada como o que, no Brasil, existe de mais brasileiro. Essa “noitada de violão” pode servir como alegoria, no sentido carnavalesco da palavra, “da invenção de uma tradição”, aquela do Brasil mestiço, onde o samba ocupa lugar de destaque como elemento definidor de nacionalidade e, como diria Antonio Candido, de “quebra de barreiras”, servindo de elemento unificador ou de canal de comunicação para grupos bastante diversos da sociedade brasileira.

VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, UFRJ, 2007, p. 19, com adaptações.

Considerando o encontro descrito pelo antropólogo Hermano Vianna, suas reflexões, bem como a cultura brasileira em geral, analise a relevância, no Brasil, das artes como formadoras da identidade nacional. Nesse contexto, comente como as artes, sobretudo a música, podem ser campo privilegiado, no qual é possível, além do debate identitário, o encontro entre a cultura popular e a erudita.

**Extensão do texto: de 15 a 20 linhas.
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

A resposta deverá ser sucinta e bem estruturada, com progressão de argumentos coerentes, conceitualmente bem fundamentada e textualmente coesa, com problematização da questão suscitada e com posicionamento do(a) candidato(a) quanto aos temas que ele(a) próprio(a) deverá propor (i.e., postura analítica, mais que descritiva ou enunciativa).

O (A) candidato(a) deverá discorrer, de forma crítica, a respeito da relevância, no Brasil, das artes como formadoras de identidade nacional, citando, por exemplo, a literatura, o cinema, a escultura e, sobretudo, a música popular brasileira. Nesse contexto, o (a) candidato(a) também terá que fazer um comentário que trate da arte como campo privilegiado para o encontro entre a cultura popular e a erudita.

A avaliação seguirá o critério comparativo — i.e., e a avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o (a) candidato(a) possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros(as) que tiverem feito o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal. Serão consideradas positivamente citações pertinentes de autores acadêmicos e personalidades reconhecidas, bem como a citação de movimentos estéticos que denotem conhecimento profundo da cultura e da arte brasileira e a complexidade na reflexão acerca do encontro descrito pelo antropólogo Hermano Vianna.

Referências: VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, UFRJ, 2007, p. 19, com adaptações.

Luiza Valladares de Gouvêa 19,65

Em *O Mistério do Samba*, Hermano Vianna descreve como um encontro musical entre intelectuais eruditos, como Heitor Villa-Lobos e Luciano Gallet, e músicos populares, como Donga e Pixinguinha, contribuiu para a “invenção de uma tradição” baseada no samba, uma alusão ao livro de Eric Hobsbawn, *A Invenção das Tradições*. A nacionalidade brasileira, que os demiurgos Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, presentes no encontro, buscaram analisar, tem, na arte, um de seus principais pilares. Desde a fundação da Academia Imperial de Belas Artes, passando pelo Modernismo, até a Tropicália, o brasileiro busca encontrar-se em expressões artísticas que descifrem o mistério de sua identidade mestiça e diversa. O Brasil, nesse sentido, nunca foi uma obra pronta; é construído por meio da arte.

A música, em particular, é um campo artístico privilegiado, para entender a identidade brasileira. Nela, referências populares e eruditos combinam-se, para formar a sonoridade única do samba. De forma análoga à identidade brasileira, a música afirma a mestiçagem. O mistério do samba, dessa forma, consiste tanto em sua receptividade a influências externas quanto em sua capacidade de influenciar outras sonoridades, promovendo o encontro entre o popular e o erudito. Exemplo disso é a obra de Pixinguinha, que trouxe arranjos eruditos de flauta transversal para o cancionista que anima rodas de choro, populares até hoje. As eruditas “Bachianas Brasileiras”, de Villa-Lobos, por sua vez, são inspiradas na brasilidade rítmica do samba, em cantos populares e em sons da natureza.

Adriana Medeiros

Gabinio

19,65

O encontro de 1926 descrito por Hermano Vianna explicita uma das características fundamentais a identidade brasileira: a convivência das diferenças, contradição intrínseca do País. Impulsionados pela renovação estética proposta pelos artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, escritores e intelectuais da década de 1920 buscavam interpretar o Brasil e entender o “brasileiro”, retratando não apenas o que o Brasil era, mas também o que a Nação almejava ser. Nesse sentido, o contraste entre as representações pictóricas de Modesto Brocos, com *A Redenção de Cam*, de 1895, e de Tarsila do Amaral, com *Operários*, de 1933, demonstra a transição do pensamento eugenista no Brasil para a exaltação da miscigenação e das diversas origens e culturas que compõem o País.

A emancipação artística do Brasil implicava, portanto, a emancipação da identidade nacional brasileira, que identifica – notadamente após a publicação de *Casa-Grande e Senzala*, em 1933 – o brasileiro como mestiço, fruto do encontro de culturas e raças e motivo de orgulho nacional. Nesse contexto, a arte refletia a conciliação entre nacional e estrangeiro, harmonizando aparentes contradições na beleza da *Aquarela do Brasil* e seu “mulato inzoneiro”, na letra de Tom Jobim. Não obstante, o debate sobre o que poderia ser considerado “verdadeiramente” brasileiro, em especial, na música, persistiu por décadas, até ser definitivamente solucionado pela proposta do tropicalismo, em 1967: não há, no Brasil, oposição entre erudito e popular, nacional e estrangeiro, rock ou samba, pois o Brasil é tudo isso.

André Delgado Freire

19

A arte sempre foi relevante na formação da identidade de qualquer povo. Por meio da literatura, da pintura, da escultura e da música, forjam-se elementos de identificação e de unificação cultural, que sedimentam as identidades nacionais.

No caso do Brasil, à arte foi concedido papel de destaque na construção da nacionalidade. As telas de Pedro Américo, os poemas de Gonçalves Dias, bem como os escritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, compuseram, desde cedo, o repertório identitário nacional. Na atualidade, o samba tem papel de destaque naquilo que se considera genuinamente brasileiro. O ritmo, com raízes africanas e origem popular, certamente teve influência sobre os grandes estudiosos do Brasil e sobre suas teses.

Conforme narrado por Hermano Vianna, houve, em 1926, no Rio de Janeiro, um encontro que reuniu Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Heitor Villa-Lobos, entre outros representantes da intelectualidade e da arte erudita, com Patrício Teixeira, Donga e Pixinguinha, expoentes da música popular sinônima de brasilidade. O encontro representa, sem dúvida, um momento de “invenção de uma tradição”.

A música continua a ser campo privilegiado, tanto para o debate identitário quanto para o encontro entre o popular e o erudito. A recente posse do cantor Gilberto Gil na Academia Brasileira de Letras demonstra essa posição.

Ana Luiza Pinto

Cardão

18

A identidade nacional não é rígida e fixa, mas um elemento em processo de construção e de transformação. Ela constitui-se com base na ideia de símbolos facilmente reconhecidos, de uma história comum e de um projeto de futuro comunitário. No Brasil, esse processo ocorreu de forma peculiar. Segundo o historiador Evaldo Cabral de Melo, em *Um imenso Portugal*, o país tornou-se um território, antes de ser uma nação; o desafio do Estado brasileiro, portanto, era criar uma identidade nacional capaz de dar uma sensação de unidade a um povo tão plural. Se, por um lado, no Império, a monarquia exercia essa função de amálgama cultural, por outro, depois da Proclamação da República, foi necessário buscar uma nova referência. Surge, desse modo, o Modernismo, que se propôs a pensar uma identidade genuinamente brasileira.

Embora tenha começado entre os filhos da elite cafeeira paulista, que podia viajar a estudar as vanguardas europeias, aos poucos, consolidou-se a necessidade de dialogar com artistas populares, sobretudo da música, arte de grande importância em uma sociedade pouco alfabetizada. Para que o processo de construção da identidade nacional seja bem-sucedido, a população tem de ser capaz de sentir-se representada pela ideia proposta. Nesse contexto, ocorreu o encontro descrito por Hermano Viana, em "O encontro", no qual se reuniram representantes da intelectualidade e músicos de bairros pobres do Rio de Janeiro e que ajudou a consagrar o samba como grande símbolo brasileiro. Um

país miscigenado requer um projeto artístico que comporte a pluralidade.



Lingua Inglese

Composition

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **45,9**

Média Pessoas com Deficiência: **45,7**

Média Candidatos Negros: **43,4**

Read the following texts carefully.

“Diplomacy has adjusted to all economic, social and technological developments. It has changed simply in order to remain the same.”

Kurbalija, Jovan. Don't Waste the Crisis: towards Diplomacy 2.0. Diplo (blog). Dec. 3, 2010. Accessed Apr. 14, 2022. <https://www.diplomacy.edu/blogs>, with adaptations

‘The quintessence of diplomacy is and has been the dealing with the interface of conflict and peace-making. And its practioners’ ultimate goal remains the same: undertaking the challenging tasks of representing, negotiating, and reporting.’

Compare and contrast the quotations above and do a brief historical survey of the practice of the diplomacy of the late 20th and early 21st centuries. Decide if the common core functions of traditional diplomacy have stood the test of time or if they have changed in any significant way.

PADRÃO DE RESPOSTA

Candidates are expected to discuss that being a diplomat entails solving problems between countries, dealing with conflict and its solution. From the very inception of the diplomatic practice, the hard core objectives of diplomacy have never veered from the threefold challenges of representation, negotiation and reporting. The scope or area of diplomacy action has expanded dramatically for countless new fields of human endeavour have mushroomed. But be it cybersecurity or emigration, the brown agenda or the interaction with media social groups, diplomats’ role in dealing with these issues remains the same: representing, negotiating and reporting. What have changed were the approach and tools to deal with problems or the problems themselves but not the end-result of the diplomatic action. In this sense, diplomacy has changed and adapted in order to remain the same, as the quote suggests. Accepted discussions do not need to be contextualized in chronological order.

Referências: Kurbalija, Jovan. Don't Waste the Crisis: towards Diplomacy 2.0. Diplo (blog). Dec. 3, 2010. Accessed Apr. 14, 2022. <https://diplomacy.edu/blog>, with adaptations.

**Text length: 45 to 50 lines.
[value: 50,00 points]**

Gabriel Joaquim

49,33

Diplomacy is the art of fomenting relations between two different communities. Its three core functions are the tasks of representing, negotiating, and reporting. Since the end of the Cold War, diplomats have learned how to deal with the emergence of new subjects, actors, and technologies. These developments, however, did not change the essence of diplomacy.

Since the late 20th century, diplomacy has adjusted to the emergence of new subjects. After the demise of the Soviet Union, diplomats had to deal less with security issues and more with new subjects, such as the environment, human rights, and trade. Politicians from the whole world gathered in Brazil to discuss sustainable development during the Rio-92 Conference. Still in the 1990s, diplomats negotiated the Declaration of Vienna on human rights. Lastly, countries created the World Trade Organization (WTO), which was responsible for fast international growth in the following decades. As Jovan Kurbalija affirmed, diplomacy was able to negotiate deals on new issues.

Since the early 21st century, diplomacy has dealt with the emergence of new actors. In environmental discussions, NGOs, such as Greenpeace, have participated in multilateral conferences. As far as human rights violations are concerned, individuals were allowed to denounce States in international courts, such as the European Court on Human Rights. As a consequence of the growth of international trade, countries started to consult their enterprises to promote domestic development. In all these cases, diplomats had to adapt the task

of representing their States due to the emergence of NGOs, individuals and enterprises. As the author of the second quotation affirmed, representation is still one of diplomacy's ultimate goals.

Since the late 20th century, diplomacy has adjusted to the development of new technologies. Diplomats had to learn how to communicate with new actors in new platforms, such as Twitter, Facebook, and Instagram. British diplomat Tom Fletcher affirmed most countries are switching from an era of secret diplomacy to the age of public diplomacy. Today's diplomats must be able to explain how international negotiations can change the lives of common citizens. Although this task is increasingly difficult, diplomats have been convincing others of the importance of their work since the foundation of the modern State. Moreover, the work of diplomats is being influenced by the increasing amount of information present on social media. In order to maintain their task of reporting, diplomats became specialists in distinguishing relevant information from fake news.

All things considered, the authors of the two quotations are right to affirm that the common core functions of traditional diplomacy have stood the test of time. Since the end of the 20th century, diplomats have learned to negotiate new subjects, to represent States vis-à-vis new actors, and to use new technologies to report relevant information.

Felipe Pereira

48,83

On the contemporary world scene, States have been dealing with complex problems. Many affirm that the nature of diplomacy itself should change in order to solve today's challenges. Even though diplomatic officers have incorporated new topics into their agendas, the core functions of diplomacy have remained the same. Thus, it is essential to analyze how the practice of diplomacy has evolved since the late 20th century.

In the aftermath of the Cold War, most economies adopted liberal policies. Economic blocs were created so that States could increase trade and benefit from globalization. Given that diplomats must represent their countries in the global order, the foreign services were vital to create international organizations that could promote trade. Accordingly, South American diplomats have been representing their countries in economic blocs, such as MERCOSUR. Hence, the core function of representation has not changed until now.

In the 1990s, climate change became an important topic in foreign relations. Since illegal logging and pollution were both changing climate and the lives of citizens, members of society became interested in the environment. That is not to say that governments took this subject for granted; on the contrary, diplomats have been negotiating solutions for global warming ever since. A case in point is the Paris Agreement, signed in 2015.

Finally, in the 21st century, there has been an expansion of organized crime and conflicts by means of the Internet. As a matter of fact, wars occur

in geographical areas and in the digital arena as well. Cognizant of these threats, diplomatic officers use advanced systems to analyze cyberattacks and their consequences on foreign relations. The war in Ukraine epitomizes how the function of reporting has remained crucial to diplomacy.

All things considered, the common functions of traditional diplomacy, namely representing, negotiating, and reporting, have stood the test of time. I must concur with Jovan Kurbalija that diplomacy was influenced by transformations in the international arena; however, new topics, like climate change and cyberattacks, have not changed "the quintessence of diplomacy". Whether geopolitics will change the practice of diplomacy in a significant way in the future remains to be seen.

Lucas Godoy Vilela Barbosa 48,83

Dwelling upon the impact of external changes on diplomacy, Jovan Kurbalija stated that the latter has changed to remain the same. Another quotation presented, despite not referring to the susceptibility of diplomacy to economic, social or technological developments, comes to a similar conclusion, arguing that the goals of diplomacy were not substantially altered. Indeed, the core functions of diplomacy – to represent, to negotiate and to report – linger in current-day international affairs. Yet, since the end of the Cold War, they have experimented significant shifts, prompted by an international environment which is mutating at a fast pace.

As the number of issues dealt within multilateral fora increases, diplomatic negotiation becomes a harder task. In the aftermath of the bipolarity that hampered political consensus during the Cold War, countries began to construe as international challenges a broad set of issues that previously received scant global attention. Thus, international negotiations grew more complex, demanding from diplomats a more technical understanding of the matters under analysis. The adoption of the Kyoto Protocol to the UNFCCC, for instance, demanded exhaustive debates, which yielded painstakingly negotiated clauses. Yet, even if it has become more difficult, the notion of negotiation remains at the core of the practice of diplomacy.

Greater citizen participation renders diplomats more accountable to society, therefore changing the ways in which they should report. In the wake of the fall of the Berlin Wall,

democracy flourished throughout the globe, spurring public debate about matters that were primarily dealt with by the government, such as diplomacy. As citizens became more engaged in foreign affairs, diplomats had to modify the way they reported to their homelands. Now, reporting is a task akin to convincing domestic audiences that the decisions taken by the diplomat will eventually pay off. Hence the growing difficulty in approving military interventions in foreign countries. The function of reporting remains the same, but now society as a whole is the main receiver of the message.

Nowadays, diplomats represent not only their country but also their whole society. Since the late 20th century, a relentless technological evolution has connected different cultures around the world, rendering people more acquainted with national and cultural traits of different countries. In this light, diplomats no longer represent a single center of power; now, they are a token of their societies as well. Thus, they have broader leeway to engage in matters such as cultural diplomacy, which face fewer political constraints compared to other issues, such as defense. Not surprisingly, soft power became a buzzword in diplomacy after the Cold War. Although representation remains a nuclear function of diplomacy, the state is no longer the only entity to be represented.

In the past 30 years, important changes modified the practice of diplomacy, without altering their basic functions. Now, society is more engaged in international affairs, and diplomats ought to consider its demands when negotiating, reporting and representing.

Vinícius Gonzalez Nobrega 48,83

It is frequently said that the technological and social changes of the last decades, especially the ones related to information technology (IT), radically altered all fields of human society. Diplomacy, defined as the field of statecraft pertaining to intercourse with foreign nations, has certainly adapted itself to such developments. As stated in both quotations, however, recent changes did not alter the essence of diplomatic activity. The core functions of all diplomatic activity, as identified in the second quotation, have essentially remained the same. Negotiating, reporting and representing are still the main pillars of diplomacy. Recent developments have merely altered the manners of partaking in such activities.

Negotiations can be defined as communications between two or more parties, aiming to solve a dispute or to reach a common position on a given issue. For centuries, states have sent their diplomats abroad, to negotiate peace deals, defensive alliances, trade agreements or royal marriages. Negotiations are still a key component of modern diplomats' work, but social and economic changes in the 20th century have vastly expanded the range of negotiation topics. Besides the traditional matters of war and peace, modern diplomats now negotiate on an extremely broad range of issues, such as telecommunications, climate change or intellectual property. Moreover, it is now much more common for diplomats to partake in multilateral negotiations, in places such as the United Nations or the World Trade Organization.

Another important component of diplomatic activity is reporting. States need accurate and up-to-date information on various issues. Regarding foreign policy, it has long been a diplomat's task to inform his home country about political or economic changes in other nations. Advances in the IT sector have significantly altered the form of such communications, as it is now possible for diplomats to instantly report on any relevant happenings. Furthermore, the storage of data in digital media has led to novel concerns regarding cybersecurity. There is now a myriad of ways in which communications between a diplomat and his country can be intercepted. Hence, cybersecurity is now a key priority for most states, especially regarding sensitive diplomatic communications.

The third main pillar of diplomacy is representation. Diplomats often act and speak on behalf of their home countries. Representation is, for example, a condition for negotiations, as only accredited diplomats may sign binding agreements in the name of their countries. Similarly to what happened to reporting, technological advances have altered the manners in which diplomats represent their nations. It is now quite common for states to maintain official accounts on social media platforms, a tendency often called "twiplomacy" or "Diplomacy 2.0". Besides representing their countries before state officials, diplomats now do so before the general population of other countries. This form of public diplomacy is important for states to improve their reputations and to promote the culture and the values of their peoples around the world.

The multiple economic, social and technological changes observed in the last few decades have not altered the essence of diplomatic activity. Similarly

to their counterparts in ancient civilizations, modern diplomats are ultimately representatives of their countries, partaking in activities such as negotiating or writing reports. Diplomacy has been affected by the aforementioned changes only insofar as they altered the subjects of diplomatic negotiations or the manners of communication between state officials. In adopting new technologies, diplomats have been able to better undertake their quintessential tasks, which are likely to remain the same in all ages.

Ana Cecília Sabbá Colares 48,66

Although diplomacy has adjusted to recent developments, it has remained the same, says Jovan Kurbalija. Indeed, diplomats have to represent, negotiate, and report, just like they did hundreds of years ago. The practice of the diplomacy of the late 20th and early 21st centuries corroborates the argument that the common core functions of traditional diplomacy have not changed significantly. Nevertheless, diplomats have accumulated other functions as well, such as promoting their country around the world – the so-called cultural diplomacy – and strengthening commercial relations among nations.

Diplomacy in the late 20th and early 21st centuries reflects all the main tasks of a diplomat: representing, negotiating and reporting. Multilateral institutions gained ground, and diplomacy had to continue dealing with the interface of conflict and peace, but now, through other means. The proliferation of multilateral forums promoted negotiations among a greater number of actors. For example, Brazil could better negotiate with other developing nations at UN forums, and they made important achievements, such as better trade conditions for developing economies. The creation of the G20, in 1998, was also a milestone of the late 20th century, which contributed to a more inclusive world order. The end of the century brought changes to empower emerging economies, but the power of negotiation remained as important as always.

Representing and reporting became even more relevant. The growing interest in climate change, from 1972 onwards, led some countries to defend their right to development at the international level. On the one hand, Brazilian diplomats had to represent the country's urge to end poverty, as well as its right to use its natural resources. On the other hand, rich countries argued that nature had to be preserved. Both positions show the relevance of representation. With the beginning of the 21st century, the economic growth of emerging economies at faster speed than developed ones highlighted the importance of reporting. Multiple conferences to deal with the 2008 crisis were held, and diplomats had to maintain the communication with their governments in order to represent their countries' interests properly and to negotiate treaties that would benefit their people. Technological development has not yet undermined the importance of representing and reporting.

Although the main functions of diplomacy have remained the same, there are other functions that today are also part of the work of diplomats. In the 21st century, soft power is as important as hard power. Therefore, diplomats have to promote their countries in order to shape the world order according to their nations' interests. Cultural diplomacy plays an important role in this process. Diplomats need to present their countries to others, promoting its values and culture. Moreover, strengthening commercial relations is also part of their work. Promoting exhibitions of national products abroad and meetings among CEOs are now common practices. In the interface between conflict and peacemaking, these actions work in favor of peace.

Diplomacy has indeed kept its main characteristics, but diplomats' functions have increased. Currently, diplomats must not only negotiate, represent, and report, but they also need to play a more active role in peacebuilding. Cultural diplomacy and commercial relations are the ways towards a world where armed conflicts are no longer a threat.

Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida 48,66

The world has gone through significant economic, social and technological changes since the late 20th century, and diplomacy has adjusted to all of them in an ongoing process. Its core functions, though, those of representing, negotiating and reporting, remain the same, which is highlighted in both quotations. The reason for it is that the international order has not changed its fundamental structure, which is based on State sovereignty.

Globalization accelerated by the late 20th century, driven mainly by a technological revolution in communication and transportation. Countries increased trade greatly, which made national economies deeply dependent on one another. This has certainly changed the way diplomats negotiate, since problems have become more complex and involve nowadays a larger number of players. Nevertheless, diplomacy has adapted to it by negotiating trade in multilateral organizations, such as the WTO, or in regional levels, through integration. Despite these changes, the main players in trade and commerce are still sovereign States, which need diplomats to represent them and negotiate for them.

Not only trade has changed significantly since the late 20th century, but also communication. The internet has made it possible for diplomats abroad to communicate better and faster. Nevertheless, it has also made it harder for diplomats to have a real sense of social and political status on the ground, since there is

too much information online. This has changed the way diplomats select information for reporting, but it has not changed the fact that reporting itself remains one of diplomacy's core function. The existence of sovereign States demanding information about one another through representatives still remains.

There has also been significant transformation in social relations in the 21st century. Social media has become the most powerful communication tool available not only for individuals to communicate to each other, but also for States to communicate with their citizens. Diplomats have adapted to it by exploring new means of sharing information with the general public and by testing the limits of social media political effects, both in the national and in the international spheres. Even though diplomats have changed the way they communicate through the use of new platforms and tools, the fact that communication is, in a broad sense, their most important asset remains untouched.

In the 21st century, countries are more dependent on one another, and new challenges, such as climate change, need to be faced collectively. Even so, the international order based on sovereign States created in the 17th century still stands. This means that sovereign countries have a certain degree of freedom to act, but also that there are limits to their actions. In this sense, diplomacy continues to be the main tool in which States can deal with the conflicts which emerge from this very system. Even though diplomats have changed the way they represent, negotiate and report, these continue to be their ultimate goals.

Anônimo
45,65

Changing is part of diplomacy's nature. If it were not, diplomacy would not be a century-old human practice. In the past, for instance, diplomacy was carried out solely on behalf of the sovereign, either a king, a khalifa or any other kind of leader. As time passed, diplomats began to work on behalf of their countries and peoples. Simultaneously, other changes also transpired, such as the relatively recent adoption of English as the main language in international organisations. In spite of the changes diplomacy and the diplomatic practice have undergone, peace is still the former's goal, as well as representing, negotiating and reporting being the latter's core tasks.

At the outset of the 21st century, the world has witnessed the economic and political emergence of the countries in development, which has ushered in a new geopolitical and geoeconomic conjuncture. Especially due to the commodities boom, in the early 2000s, countries like those who are part of the BRICS managed to increase their power and their influence both politically and economically. As a result, the practice of diplomacy has had to be adapted, and, for instance, multilateral negotiations gained even more importance, since they are the best way to deal with an array of different interests and positions. Agencies like the World Trade Organisation and the G20 are increasingly important and they bear witness to the fact that negotiating is still fundamental for achieving peace.

The astonishing development of technologies has also contributed to a more dynamic world order, and diplomats must, now, pay even more attention to the task of reporting. Since the end of the 20th century, technology has undergone great development, especially in the field of communication. One of humans' main needs, communication has been completely transformed. Cellphones with access to the internet, 5G technology and social media, to name a few, have changed the way people exchange information. In this context, not only has reporting remained one of the core functions of a diplomat, but it has also gained more importance. This is so because, more than ever, diplomats need to access a vast number of sources of information and, also, properly filter them. One example is the necessity to keep track of foreign officials' social medias, since there has been the emergence of what some call the "twiplomacy".

Social demands, in the 21st century, is the third factor which contributes to transforming the world order and to reinforcing the role of diplomacy and diplomats. Societies are increasingly complex in each and every country, due to many reasons, such as globalisation and economic development. Accordingly, new types of social demands arise by the day, since social groups develop new kinds of interests. In this context, diplomats face the challenge of representing their countries in a number of different, technical which did not exist before or at least did not have much importance, such as intellectual property and public procurements. That is why countries like Brazil maintain a very qualified and specialised diplomatic body, so Brazilian social demands are represented internationally.

The world order has changed and has become more challenging than ever, since the end of the 20th century. This is due to factors such as new and powerful states, new technologies, and new social demands. Consequently, diplomacy and the diplomatic practice have had to be adapted. Nevertheless, as argues Jovan Kurbalija, they have changed “simply in order to remain the same”, since securing peace is still diplomacy’s main goal, and representing, negotiating and reporting are still diplomats’ “challenging tasks”. It is safe to say that world diplomacy seems to have followed Itamaraty’s motto, which says that the greatest tradition of the ministry is knowing how to renew itself.



Translation

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 11,4

Média Pessoas com Deficiência: 12

Média Candidatos Negros: 11,5

Read the following text carefully.

Looking back upon the weird conversation, Clement saw this as a turning point. The speeding sky was dark outside, the room was dark, the rain now, no longer bothered by the wind, was falling with a steady faint sizzling hiss. The lamp illumed only the surface of the desk and one of Lucas's hands. The figure of Mir, suddenly rising up in the gloom, broad-shouldered, rectangular, seemed uncanny, unnaturally tall. Clement too, as if compelled by a kind of respect, or alarm, rose to his feet. Mir turned to him for a moment and Clement gained an impression of his head, suddenly like the head of a large animal, a boar, perhaps, or even a buffalo. Then Mir, noticing Clement also rising, smiled, his glinting teeth appearing as out of dark fur. Then he sat down again, and Clement, discreetly moving his chair forward and a little to the side, sat down too. Lucas waited as if expecting Mir to say something, then said, not in his previous cold sarcastic tone, but as if more thoughtfully, "surely in your book it says that vengeance belongs to God."

Mir replied at once, as if saying something obvious, "I am His instrument."

MURDOCH, *Iris. The Green Knight*. London: Penguin, 1993. p. 124.

Translate this excerpt into Portuguese.

[value: 15,00 points]

PADRÃO DE RESPOSTA

Ao recordar a estranha conversa, Clement viu o momento como um ponto de inflexão. Lá fora, o céu fugidio estava escuro, a sala estava escura, e a chuva, agora, não mais perturbada pelo vento, caía num silvo chiado, leve e constante. A lamparina só iluminava a superfície da escrivaninha e uma das mãos de Lucas. O vulto de Mir, que de repente se projetava na penumbra, ombros largos, retangulares, parecia improvável, de altura sobrenatural. Clement, da mesma forma, como se compelido por um tipo de deferência, ou alarme, pôs-se de pé. Mir voltou-se para ele por um instante, e o outro pôde distinguir sua cabeça, repentinamente, como a cabeça de um animal de grande porte, um javali, talvez, ou até mesmo um búfalo. E então Mir, ao notar que Clement também se erguia, sorriu, e seus dentes reluzentes apareceram, como se brotassem de uma pelagem escura. Ele então se sentou de novo, e Clement, movendo discretamente a cadeira para frente e um pouquinho para o lado, sentou-se também. Lucas aguardou, como se esperasse que Mir fosse dizer alguma coisa, e então enunciou, não em sua entonação anterior, fria e sarcástica, mas como algo mais refletido: "Certamente no seu livro está escrito que a vingança cabe a Deus". Mir replicou de chofre, como se dissesse algo óbvio: "Eu sou Seu instrumento".

Referências: MURDOCH, *Iris. The Green Knight*. London: Penguin, 1993. p. 124.

Leonardo Maciura Beltrame 15

Ao rememorar a conversa estranha, Clement enxergou isso como um momento de mudança. Lá fora, o céu veloz estava escuro, a sala estava escura, e a chuva, agora, não mais incomodada pelo vento, caía com um leve e contínuo sopro. A lâmpada iluminava apenas a superfície da mesa e uma das mãos de Lucas. A imagem de Mir, de repente surgindo no escuro, com ombros largos, retangular, parecia sinistra, artificialmente alta. Clement, também, como se compelido por alguma espécie de respeito, ou alarme, levantou-se. Mir voltou-se para ele por um momento, e Clement teve um vislumbre de sua cabeça, repentinamente como a cabeça de um grande animal, um javali, talvez, ou até um búfalo. Então, Mir, ao perceber que Clement também se levantava, sorriu, seus dentes brilhantes aparecendo, como se saíssem de pele escura. Em sequência, ele se sentou, de novo, e Clement, movendo discretamente a sua cadeira para a frente e um pouco para o lado, também se sentou.

Lucas estacou, como se esperasse que Mir fosse falar algo, e, então, disse, não no tom frio e sarcástico de antes, mas como se pensasse com mais cuidado, “certamente, diz-se, no seu livro, que a vingança pertence a Deus”.

Mir respondeu imediatamente, como se dissesse algo óbvio, “Eu sou o instrumento Dele”.

Anônimo 14,5

Relembrando a estranha conversa, Clement viu isso como um ponto de virada. O céu acelerado estava escuro lá fora, o quarto estava escuro, a chuva, agora, não mais incomodada pelo vento, caía como um chiado leve e constante. O lampião iluminava apenas a superfície da mesa e uma das mãos de Lucas. A imagem de Mir, levantando-se, de repente, na escuridão, com ombros largos, retangular, pareceu alta de uma maneira estranha e não natural. Clement, também, como se compelido por um tipo de respeito, ou de alarme, ficou de pé. Mir virou-se para ele por um instante, e Clement pôde ver a cabeça dele, subitamente parecida com a cabeça de um grande animal, um javali, talvez, ou até mesmo um búfalo. Então, Mir, percebendo que Clement também se levantava, sorriu, com seus dentes brilhantes aparecendo como se para fora de uma pelagem escura. Depois, ele sentou-se novamente, e Clement, movendo, discretamente, sua cadeira para frente e um pouco para o lado, sentou-se também.

Lucas aguardou, como se esperando que Mir dissesse algo, e então disse, não em seu prévio tom frio e sarcástico, mas como se mais carinhosamente: “certamente, em seu livro, diz que a vingança pertence a Deus”.

Mir respondeu de uma só vez, como se falasse algo óbvio: “Eu sou Seu instrumento.”.

**Joao Pedro Portella
Ribeiro Cardoso
14**

Ao recordar-se da estranha conversa, Clement enxergou-a como um ponto de virada. Lá fora o céu veloz estava escuro, o aposento estava às sombras, e a chuva, não mais perturbada pelo vento, caía em um chiar contínuo, fraco e sibilante. A lamparina iluminava apenas a superfície da escrivaninha e uma das mãos de Lucas. A silhueta de Mir, erguendo-se subitamente na penumbra, de ombros largos, retangular, parecia esquisita e anormalmente alta. Clement, como se impelido por uma espécie de respeito, ou alarme, também se pôs de pé. Mir voltou-se a ele por um instante e Clement teve uma impressão de sua cabeça, de súbito como a de um grande animal, um javali, talvez, ou mesmo um búfalo. Então Mir, percebendo que Clement também se erguia, sorriu, seus dentes cintilantes surgindo como que de uma pelagem escura. Então sentou-se novamente, e Clement, movendo sua cadeira discretamente adiante e para o lado, também se sentou.

Lucas aguardou como se esperasse que Mir dissesse algo, e então disse, não em seu tom frio e sarcástico de antes, mas como se mais ponderadamente, “Certamente se diz em seu livro que a vingança pertence a Deus.”

Mir respondeu de imediato, como se dissesse algo óbvio: “Eu sou Seu instrumento”.

NOTA MÉDIA

**Daniel Nogueira Chignoli
11,5**

Analisando, retroativamente, a respeito da conversa estranha, Clement viu-a como um ponto de virada. O céu veloz era escuro lá fora, a sala era escura, a chuva, agora, não mais incomodada pelo vento, caía com um frio contínuo e fraco. A lâmpada iluminava apenas a superfície da mesa e uma das mãos de Lucas. A figura de Mir, de repente levantando-se do salão, ombros largos, retangular, parecendo misterioso, alto de maneira não natural. Clement também, como se compelido por um tipo de respeito, ou alarme, ficou de pé. Mir virou-se para ele por um momento, e Clement teve uma impressão de sua cabeça, subitamente como a cabeça de um animal grande, um bisão, talvez, ou mesmo um búfalo. Então Mir, notando que Clement também se levantava, sorriu, seus dentes brilhantes aparecendo como que de fora de uma pelagem escura. Então ele sentou-se novamente, e Clement, discretamente movendo sua cadeira em frente e um pouco para o lado, também se sentou.

Lucas esperou como se esperando Mir dizer alguma coisa, então disse, não no seu tom anterior frio e sarcástico, mas como se mais raciocinando, “certamente no seu livro é dito que a vingança pertence a Deus”.

Mir respondeu de uma vez, como se dissesse algo óbvio: “Eu sou Seu instrumento”.

Version

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 15,8

Média Pessoas com Deficiência: 12,7

Média Candidatos Negros: 14,1

Read the following text carefully.

Grande parte do assédio ao modernismo se manteve na tentativa de depreciar a sua revolução pela denúncia de seus estrangeirismos. O modernismo teria sido tão importado quanto as nossas outras mais antigas ondas culturais. [...].

A importação foi quase nada; em contraste com ela, a conquista do Brasil se tornou uma das glórias dessa poesia. [...].

A poesia de hoje se livrará do medíocre, do vácuo poético, quando reencontrar para si mesma a urgente precisão de nacionalidade tão bem sentida por Mário; quando recomeçar o caminho da intimidade com o social; quando finalmente compreender – como João Cabral de Melo Neto – que a herança de 22 manda impelir a poesia brasileira na direção dos grandes temas objetivos, sociais e filosóficos que a preparação de linguagem dos mestres do modernismo tornou possível e imperiosa. Não porque a literatura se melhore pela simples modificação dos assuntos, mas porque nenhuma língua poética, nenhum instrumento de alta expressão, jamais se renovou pelo tolo experimentalismo sem raiz na existência e no mundo – e sempre se expandiu, sempre ergueu seu tom

e construiu seu símbolo, naquele exato momento em que a linguagem se abriu para a nervosa e complexa compreensão da vida social; da grande vida coletiva de que, na literatura como no mais, o país funda agora a mais vívida consciência – e do autêntico brasileirismo que os poetas de 22 tiveram o esforço e a glória de instaurar.

(1962) MERQUIOR, José Guilherme. A poesia modernista. in: Razão do poema – Ensaios de crítica e de estética. São Paulo: É Realizações Editora, 2016, pp. 40 e 50, com adaptações.

Translate this excerpt into English.

[value: 20 points]

PADRÃO DE RESPOSTA

A large part of the assault on modernism focused on denouncing its foreignisms in the attempt to belittle the revolution it unleashed. Modernism would have been as imported as our past cultural waves. [...] Importation was almost non-existent; instead, what emerged as one of the glories of this poetry was the conquest of Brazil. [...] Contemporary poetry will be freed from the mediocre, from the poetic vacuum, when it finds for itself the urgent preciseness of nationality so keenly felt by Mário; when it resumes pursuing an intimate connection with what is social; when it finally understands – as did João Cabral de Melo Neto – that the legacy of '22 forcefully propels Brazilian poetry towards the great objective, social and philosophical themes made both possible and necessary by the language proficiency displayed by the masters of modernism. Not because literature is improved by the simple modification of topics, but because no poetic language, no instrument of high expression, has ever been modernized by fool experimentalism, not rooted in the existence and in the world – and has always expanded, always raised its tone and built its symbol at that exact moment when language embraced the nervous and complex understanding of social life; the great collective life of which, in literature as elsewhere, the nation is now vividly conscious – and of the authentic “brazilianness” the '22 poets had the effort and the glory of inaugurating.

Referências: MERQUIOR, José Guilherme. A poesia modernista. in: Razão do poema – Ensaios de crítica e de estética. São Paulo: É Realizações Editora, 2016, pp. 40 e 50, com adaptações.

Lucas Godoy Vilela Barbosa 19,33

A great part of the attack on Modernism was based on the attempt to downplay its revolution by decrying its use of foreign influences. Modernism would have been as imported as our other previous cultural waves.

Almost nothing was imported; in contrast, the conquest of Brazil became one of the glories of this poetry.

Today's poetry will get rid of mediocrity, of poetic vacuum, when it finds once again the urgent need to have a nationality, as felt so well by Mario; when it starts once again to follow the trail of intimacy with social issues; when it finally understands, as did João Cabral de Melo Neto, that the legacy of 1922 compels us to direct Brazilian poetry towards the major objective, social and philosophical themes which were rendered possible and imperative by the preparation of language undertaken by the masters of Modernism. Not because literature gets better only by the simple modification of its subject, but because no poetic language, no instrument of high expression, has ever renewed itself by the foolish experimentalism with no roots in the existence and in the world. It has always expanded itself, always raised its level and built its symbol in that precise moment in which language was open to the nervous and complex understanding of social life; of the great collective life whose vivid conscience is now being created by the country, in literature as in other realms – and of the genuine Brazilianism that the poets from 1922 set up through their effort and to their glory. (1962).

**Pedro Guilherme Bastos
Menezes de Almeida
18,66**

Most of the criticism towards the modernist movement could not go beyond the attempt of devaluating its revolution by denouncing its foreign influences. Modernism would have been imported, just like our older cultural waves. [...]

It was hardly imported at all; in contrast to it, the conquest of Brazil became one of the achievements of this poetry. [...]

Today's poetry will free itself from the mediocre, from the poetic void, when it finds again for itself the urgent need of the national dimension so deeply felt by Mário; when it takes back the path of intimacy to social matters; when it finally understands - as João Cabral de Melo does - that the heritage of 1922 commands Brazilian poetry to be sent towards the great objective, social and philosophical themes which the preparation of the language by the modernist masters made possible and mandatory. Not because literature is improved by the simple change of its subjects, but because no poetic language, no tool of high expression has ever renewed itself through mere experimentalism without roots in the existence and in the world - and it has always expanded itself, it has always heightened its tone and built its symbol in that exact moment in which the language opened itself to the frenetic and complex comprehension of social life; of the great collective life of which, in literature and in everything else, the country now creates the most vivid conscience - and of the authentic Brazilianism which the 1922 poets had the effort and glory of establishing. (1962)

**André Novo Viccini
18**

The majority of the attacks against Modernism kept trying to minimise its revolution by denouncing its foreign elements. Modernism would have been as imported as our previous cultural movements [...].

The import was almost nothing; compared to it, the conquest of Brazil became one of the glories of this poetry [...].

Today's poetry will free itself from the mediocre, the poetic vacuum, when it finds for itself the need for nationality that Mario experienced well; when it walks again the path of intimacy along with the social dimension; when it finally understands - as João Cabral de Melo Neto did - that the legacy of 1922 compels us to put Brazilian poetry on the path towards the great objective, social and philosophical subjects that the preparation of language of the great masters of Modernism made possible and imperious. Not because literature improves simply by changing its subjects, but rather because no poetic language, no instrument of great expression, has ever been renewed by the foolish experimentalism that is not rooted in the existence and the world - and it has always expanded itself, always went higher in its tone, and constructed its symbol, at that precise moment when language opened itself to the nervous and complex understanding of social life; of the great collective life the consciousness of which, in literature as in anything else, the country now inaugurates - and of the authentic Brazilian character the poets of 1922 effortly and gloriously inaugurated.

Guilherme Dias

15,32

A big portion of the attacks against modernism kept trying to devalue its revolution by denouncing its foreignness. Modernism was as imported as our older cultural waves. [...].

There was barely any importation; in contrast, the conquest of Brazil became one of the glories of this poetry. [...].

Today's poetry will be free from the mediocre, from the poetic void, when it reattains the same urgent precision of nationality so well felt by Mário; when it restarts the path of intimacy with the social; when it finally understands – as João Cabral de Melo Neto did – that the legacy of 22 orders to push the brazilian poetry towards the great objective, social and philosophical themes that modernism masters preparation of the language made possible and imperious. Not because literature improves by the simple change of subjects, but because no poetic language, no instrument of high expression, has ever been renovated by the foolish experimentalism without roots in the existence and in the world – and has always expanded, always raised its tone and built its symbol, in the exact moment that the language was opened to the nervous and complex understanding of social life; of the great collective life that, in literature and beyond, the country now builds the most vivid conscience – and of the authentic brazilianism that the poets of 22 made the effort and had the glory to create. (1962)

Summary

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 11,8

Média Pessoas com Deficiência: 10,4

Média Candidatos Negros: 12,2

Read the following text carefully.

The Brazilians have a jewel for all the world to envy – a veritable Kohinoor among writers of fiction – Machado de Assis. More than any other people, those of the English-speaking world envy Brazil. This writer who so constantly used Shakespeare’s model – so neatly fused into his own stories, the characters, the plots, and ideas of Shakespeare – that they may flatter themselves that only they can truly appreciate the great Brazilian. Since Machado himself referred many of his recurring ideas to Shakespeare, I have tried to trace such references to their source.

Machado’s first novel appeared in 1872. Twenty-eight years later, he published his masterpiece, *Dom Casmurro* – perhaps the finest of all American novels. In both books, the reader witnesses this struggle of love and jealousy for possession of a man’s heart, with love going down to tardy but complete defeat. Jealousy never seized to fascinate Machado de Assis. Throughout his works, in articles as well as fiction, he often paused to stick a leisurely scalpel into some new manifestation of jealousy. Jealousy has a fat part in seven of his nine novels; the plots of 10 stories turn upon the

ugly passion – though in seven of the latter, to be sure, it receives an ironic, if not rudely comic, treatment.

Shakespeare’s *Othello* is brought into the argument of twenty-eight stories, plays, and articles. *Othello* is not the only play of Shakespeare that Machado de Assis hitched to his starry wagon. *Romeo and Juliet* serves as a plot for one novel and two short pieces. The character of Hamlet has a way of creeping in – even into his *Othelloes*. Ophelia, Jaques, Caliban, Lady Macbeth, and others turn up miraculously in the suburbs of Rio de Janeiro. But let us stay for the present with *Othello* and *Dom Casmurro*.

Machado de Assis turned over the narration of *Dom Casmurro* to a figment of his imagination – it’s hero Bento Santiago, a 57 years old recluse living in a suburb of Rio de Janeiro. Santiago calls himself an “*Othello*”, but his disengaging air of frankness, calm impartiality and reasonableness more nearly resembles the bluff style of “*honest Iago*” than that of the impassioned *Othello*.

It is immediately apparent that Santiago is a subtle man, and a lawyer into the bargain, whose words the reader will do well to weigh carefully. It is he who discloses that his story is that of *Othello*, but with a certain important difference – his *Desdemona* is guilty.

There are other less important differences. Our Brazilian *Othello*, at the beginning of his tale, is not a man of mature years, a proud dusky warrior in strange, rich dress, who had seen men with their heads growing beneath their shoulders. He is a 15 year old boy given to daydreams that perhaps equaled in color and vividness the marvels the Moorish *Othello* knew. There is nothing hard and warlike about Santiago – he is even cowardly:

witness the position in which we first find him, hiding behind a door. He was Christian and Catholic, with an aversion to bloodshed, the only child of a wealthy widow, and tied to his mothers' apron strings.

His Desdemona is the girl next door. Capitulina, or Capitú for short, only 14 but tall and well developed for her age – in fact, she was a little taller than her hero. She is not a highborn Venetian, but a rather poor girl; and, though like the other Desdemona she gazed upon her beauty in a mirror, it was a cheap little mirror bought for fifteen cents.

Shakespeare's Michael Cassio is Santiago's classmate Ezequiel Escobar. Like Cassio, Escobar is a great "mathematician", handsome, courteous, ingratiating. Like Cassio, he has a hand in Santiago's wooing, urged on the love affair between the young lovers, and acted as a go-between for their letters.

The Iago of the story, according to our hero, is José Dias, a trusted dependent of the Santiago household. Like his Shakespearean prototype, he devotes his energies to giving freely of his advice: he has no other regular occupation. Santiago says that he does it "just to make trouble", and this was the opinion of Cousin Justina, a poor relative, who acts as companion to Santiago's mother.

José Dias's ties begins to weave the plot, in which we identify the Othello in Santiago. He not only implants the seeds of love in Bento by his "informing"; he also implants the suspicion that Capitú would entrap and deceive him, with the remark about her "gypsy eyes". While Bento is in the seminary, although he goes home on many occasions, José Dias reports to him that, in his absence,

Capitú is gay and carefree as usual, and that she will probably "hook" one of the young nobles in the neighbourhood and marry him. The thought that Capitú is happy while he is sad and lonesome, and that she is flirting with some handsome noble, turns Santiago's vague feeling of suspicion into definite jealousy. From this point on, Othello-Santiago takes over the role of Iago as well, and manipulates his own handkerchiefs to fan his own jealous passion.

Years later, Bentinho eventually marries Capitú, but spends a lifetime doubting her faithfulness. In their son's face, Ezequiel, he claims to only see Escobar's features. He ends up banishing his wife and son to Switzerland, where Capitú, after several years, dies alone, away from her family. Like Desdemona, she dies praising her Othello. She had spoken much of Bento to their son, praised him as "the finest man in the world and the most worthy of being loved".

As for Santiago, the conclusion to which he gradually leads the reader is that the deceit perpetrated against him by his dearly loved wife and dearly loved friend wrought upon him and changed him from the kind loving, ingenious Bento into the hard, cruel and cynical Dom Casmurro. Santiago tells us that the big difference between his story and Othello's is that Capitú is guilty. But there is a more obvious difference, one that arises perhaps from Santiago's own nature. The "accessory" – the "handkerchief of Desdemona" – in Dom Casmurro is the resemblance, or fancied resemblance, of Santiago's son, Ezequiel, to Escobar. Santiago's putative Iago, José Dias, had abandoned the role long before this resemblance made its appearance. It is Santiago who discovers this resemblance; it is Santiago who manipulates this "handkerchief".

Machado's formula for dramatic action could be read as the following: the jealous soul of Othello-Santiago, the perfidy of Iago-Santiago, and the guilt (or innocence) of Desdemona-Capitú – these are the principal elements of the action. The drama exists because it is in the natures, passions, and spiritual condition of Othello-Santiago, Iago-Santiago, and Desdemona-Capitú; the resemblance between Ezequiel and Escobar does not control these three characters, from whose passions the action flows.

CALDWELL, Helen. The Brazilian Othello of Machado de Assis. Berkeley, University of California Press, 1960. pp V e VI e 1 - 12, with adaptations.

Write a summary of the text in your words.

Text length: up to 50 lines
[value: 15,00 points]

PADRÃO DE RESPOSTA

In the text taken from *The Brazilian Othello* of Machado de Assis, Helen Caldwell focuses on a parallel between the books *Dom Casmurro* and *Othello*, identifying some of the ideas and aspects in the first that have been influenced by the latter. She states that the Brazilian writer Machado de Assis, author of *Dom Casmurro*, as he himself indicates, made use of some of Shakespeare's ideas in his works in an adept way, stirring the envy of the English-speaking world. The first parallel that Caldwell draws between the novels regards the protagonists: Santiago from *Dom Casmurro* declares himself an Othello. However, Caldwell believes that his personality, his pretense of indifference and calmness, is more fitting to that of Iago. In addition, she states that Santiago, or Bentinho, – at the beginning of the story – at 15 years old, a Christian, is quite timid, coward and soft, very different from the hard and warlike Moorish Othello. The second parallel is drawn between Capitú, Bentinho's beloved, and Desdemona. As Caldwell states, in spite of coming from a very poor family, her elegance and attitude towards beauty resemble that of Desdemona. Caldwell also identifies Michael Cassio from *Othello* in Santiago's story: he represents Ezequiel Escobar, Santiago's best friend, a charming, handsome and calculating young man, who acts as messenger for Santiago and Capitú. The final parallel made by Caldwell regarding the characters is that between José Dias, Bentinho's unsought adviser, and Iago from *Othello*. Caldwell points out that this parallel is declared by Santiago himself. Caldwell then moves on to make a comparison between the plots of the novel and the play, stating that it is José Dias that puts it into action: he instills jealousy in Bentinho by reporting to him that Capitú is set

on finding a husband while he is away at the seminary. From that moment on, as Caldwell mentions, Bentinho, like Othello, and even Iago, becomes manipulative, as a way of trying to secure Capitú for himself. She says that his profound jealousy carries on into their marriage as he continues to doubt Capitú's loyalty to him: he claims to identify a strong physical resemblance between his son and Escobar, a part of the plot that is no longer woven by José Dias. Declaring his Desdemona guilty, Santiago exiles her and their son to Switzerland, where she dies alone, not before praising her Othello, as Caldwell shows us.

Referências: CALDWELL, Helen. The Brazilian Othello of Machado de Assis. Berkeley, University of California Press, 1960. pp V e VI e 1 - 12., with adaptations.

Ana Luiza Pinto Cardão 14,65

In The Brazilian Othello of Machado de Assis, Helen Caldwell praises the work of Machado de Assis. The Brazilian writer, for Caldwell, is so influenced by Shakespeare that the English-speaking world should be proud. Both Machado's first novel and his masterpiece, Dom Casmurro, portray the consequences of jealousy, a subject that appears in a large number of his books. Indeed, the author generally approaches it in a sarcastic, comic tone.

Shakespeare's models and characters can be seen in many of Machado's texts, but Caldwell sticks to the analysis of the similarities between Othello and Dom Casmurro. The latter focuses on the perspective of Bento Santiago, a recluse man who lives in Rio de Janeiro. Even though the character calls himself an "Othello", his personality is closer to that of "honest Iago". Santiago's words must be weighed carefully by the reader, as he tells his version, in which his Desdemona is guilty. Moreover, there are other differences, such as the fact that the story begins with a young, immature Santiago and the cowardice of the main character's personality.

According to Caldwell, Capitú, a young and beautiful neighbor, is Santiago's Desdemona. But, unlike the original version, the Brazilian author presents a poor girl, who has the habit of admiring herself in a cheap mirror. In his turn, Machado's Michael Cassio Ezequiel Escobar, a handsome friend that is responsible for Santiago's suffering. José Dias can be seen as the Brazilian Iago, a man used to giving people his advice, perceived by others as a troublemaker.

In fact, José Dias is the one who sows love and suspicion; his “informing” make Santiago fall in love with Capitú at first, but then he talks about her “gypsy eyes” and raises the question of infidelity. When the main character is away and lonesome, Capitú is joyful and flirting with other men. This idea makes Santiago jealous and, from this moment on, he also acts like Iago, manipulating his handkerchief as a way to express his jealous love.

Bentinho and Capitú end up getting married, but infidelity remains a constant suspicion. The couple has a son, but the main character this he has Escobar’s features, so he sends his wife and the boy away to Switzerland. Nevertheless, Capitú, like Desdemona, spends the rest of her life praising her husband to their child. Capitú and Escobar’s alleged love affair, for Santiago, transformed his personality - he became the cynical Dom Casmurro. He argues that in his version of Othello, Capitú is guilty. But Helen Caldwell stresses another difference — in Dom Casmurro, the resemblance to Escobar that Bentinho sees in his son works as the “accessory” — “the handkerchief of Desdemona”. It was not José Dias who brought it up, but Santiago himself, who manipulates his own handkerchief.

Machado de Assis was influenced by Shakespeare’s story of jealousy, perfidy and guilt (or innocence). The plot unfolds not because of the resemblance between the child and the friend, but because of the characteristics and the passions of Othello-Santiago, Iago-Santiago and Desdemona-Capitú.

Liz Pinhata de Souza 14,3

In The Brazilian Othello of Machado de Assis, Helen Caldwell presents the similarities and differences between Shakespeare’s Othello and Machado de Assis’s Dom Casmurro. The author begins by introducing Machado de Assis to English-speaking readers, to later state that he used many of Shakespeare’s plots and characters as inspiration – as affirmed by Machado himself in his lifetime.

Machado liked to display the feeling of jealousy in his work. According to Caldwell, Dom Casmurro may be one of America’s best novels. In this book, jealousy is the main theme, as it is in a number of other articles and novels written by Machado. In many of them, this feeling is treated rather comically. Additionally, Othello is mentioned in up to 28 of Machado’s works. From Shakespeare, Machado also uses Romeo and Juliet’s plot, as well as the characters of Hamlet, Lady Macbeth, among others.

Caldwell then compares, in detail, Othello with Dom Casmurro. The latter is narrated by Bento Santiago, who claims he is an “Othello”, even though, at first, he resembles more an “Iago”. Santiago states, nevertheless, that his “Desdemona” is guilty, contrary to Shakespeare’s story. Other differences between Santiago and Othello are that the former is first presented as a 15 year-old boy, who is a dreamer, a coward and very close to his widowed mother. Capitú, Santiago’s Desdemona, is the beautiful 14 year-old neighbor. Escobar, Bento’s Cassio, is his handsome classmate, who delivers letters from Santiago to Capitú. The narrator claims José Dias is his story’s Iago and that his only occupation is

giving people unnecessary advice – an opinion he shares with Cousin Justina, his mother’s companion.

The reader starts to identify the Othello in Santiago as the plot develops. José Dias influences the emergence of Bento’s love for Capitú and his jealousy of her, by reporting that she is happy while he is away in the seminary. However, there is a point in which Santiago takes José Dias’s role and becomes his own Iago, increasing his jealousy by himself. Bento ends up marrying Capitú, but he always suspects she is unfaithful to him, for he thinks his son looks like Escobar. He, therefore, sends Capitú and his son Ezequiel to live in Switzerland, where his wife dies alone.

Santiago believes his transformation from the kind Bentinho into the cynical Dom Casmurro was the result of Capitú’s and Escobar’s betrayal. There are two significant differences between Santiago and Othello. According to Santiago, the difference is that Capitú is guilty. The reader notices, most importantly, that Santiago plays the role of both Othello and Iago, stimulating his own jealous passion, based on a physical resemblance he spotted himself and manipulates like the “handkerchief” from Othello.

Luiza Valladares de Gouvêa

14,3

According to Helen Caldwell, in an article published in 1960, as Machado de Assis’ fiction novels were inspired by Shakespeare, only English speakers can really appreciate Machado’s work. Given that his references to Shakespeare’s ideas are as abundant, the author will try to trace them back to their source.

Both in Machado’s first novel and in *Dom Casmurro*, jealousy is a recurring subject. The great Brazilian was fascinated by it, writing about it in most of his stories and novels. Shakespeare’s Othello is cited in twenty-eight of them. Romeo and Juliet, Hamlet and many other Shakespearean characters also inspired Machado. The author of the article, however, focuses on Othello, comparing it to the plot of *Dom Casmurro*.

In *Dom Casmurro*, the protagonist, Bento Santiago, considers himself an “Othello”, although his passionless personality resembles more that of an “honest Iago”. Some of the differences between the two stories are that Capitú is considered guilty, the hero is only a 15 year-old boy in the beginning of the story, and he is not nearly as sumptuous as Othello. For instance, he was hiding behind a door in the beginning of the story. As for Capitú, she was not as noble as Desdemona.

The author continues drawing analogies between character in the stories. Ezequiel Escobar, the handsome classmate, plays a role similar to that of Michael Cassio. José Dias corresponds to Iago. His “informing” made Santiago fall in love with Capitú while he was in the

seminary, but also made him insecure about Capitú's faithfulness. Santiago gradually becomes obsessed with jealousy, playing also the role of Iago in fomenting his own passion.

Later in the story, Capitú and Santiago get married, but jealousy ruined their marriage, as Santiago claimed that their son was, in fact, Escobar's. He sent Capitú and the child to Switzerland, where Capitú died alone many years later, although praising Santiago until the end.

According to Santiago's point of view, he was a victim of deceit, which transformed him into Dom Casmurro. The difference between his story and Othello's would then lie in the fact that Capitú was guilty, unlike Desdemona. A more blatant difference, however, is that Santiago's son indeed looked like Escobar.

The author concludes that Machado's formula consists in jealousy, perfidy and the dilemma of guilt-innocence. Action, therefore, flows, as drama is in the nature of his characters.

NOTA MÉDIA

Vinícius Kuczera Zampier 11,75

Brazil has a writer, Machado de Assis, who is appreciated all over the world, particularly in countries that speak English, since Shakespeare's model has deeply influenced his work. His first novel was published in 1872 and, almost three decades later, came his masterpiece, *Dom Casmurro*. The plot revolves around passion and jealousy, a subject that appears in many of the author's works, including articles and seven novels. Some stories even have an ironic touch. Several of them also featured Shakespeare's Othello. Moreover, one of his plots is based on Romeo and Juliet, and the character of Hamlet is constantly present in his work.

In *Dom Casmurro* it is possible to find many connections with Othello. The main character is Bento Santiago, a middle-aged man who lives in Rio de Janeiro and believes that his history is similar to Othello's one. However, there are important differences. First of all, his Desdemona is guilty. Moreover, Santiago is a young boy at the beginning of the story and is not hard like Othello. He is even a little bit coward and cannot stand violence. The woman he falls in love with is Capitú, a poor girl who lives next to him. One of Santiago's classmates, Ezequiel Escobar, can be considered the "Michael Cassio" of Machado's plot, since he serves a bridge between the lovers. Finally, José Dias is the Iago of the book. He lives with Santiago and always shares his thoughts.

The character of José Dias has a major role in the development of Santiago's feelings, since he is the one who shares the idea that Capitú will deceive her lover and that she has

“gypsy eyes”. Away from her, Santiago begins to believe that she is happy and becomes more and more jealous. However, they marry, years later, and Santiago’s jealousy grows stronger. As a result, he decides to send his wife, and their son, to Europe. For him, the boy is too similar to Escobar.

Over the next chapters, Santiago shows to the readers that his wife’s deceit is the main cause of his behavior and claims that Capitú is guilty, which sets Dom Casmurro and Othello apart. However, there is also another difference, the fact that his son is similar to Escobar, something that Santiago notes himself. In conclusion, one may consider that Santiago’s jealousy and perfidy, coupled with Capitú’s guilty, are the main elements of the plot. Moreover, it is clear that the drama comes from the characters’ nature and passions.



História do Brasil

Questão 01

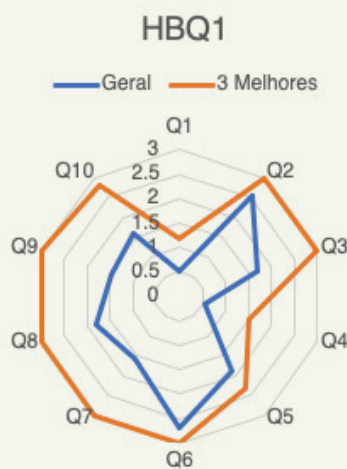
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **16,7**

Média Pessoas com Deficiência: **16,3**

Média Candidatos Negros: **15**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A todos nos pareceu tão bem esta terra, que o capitão determinou de a povoar, e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas e fez uma vila na ilha de São Vicente[...]. pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação com verem povoar vilas, e ter leis e sacrifícios, e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes, e ser cada um senhor do seu, e vestir as enjúrias particulares, e ter todos os outros bens da vida segura e conversável.

SOUZA, Pero Lopes. Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532). v.1. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927, pp. 340-342, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da configuração territorial da América portuguesa no Período Colonial (séculos 16 a 18). Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a relação entre o paradigma jurisdicionalista do governo e a organização territorial do poder;
- a formação de capitânias e do governo geral, com as respectivas características;
- as vilas, as cidades e outras expressões do poder local; e
- as mudanças nas concepções e as práticas ligadas à territorialidade no século 18

Extensão do texto: até 90 linhas

[valor: 30,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Deve-se iniciar sublinhando a importância da administração da justiça, que estruturava a governação nas sociedades do Antigo Regime da época moderna, situando o papel do monarca na organização das gentes e do território. Deve-se destacar que governar de forma justa significava, entre outros elementos daquele pacto político, conservar e expandir o reino, estabelecer a justiça e a equidade, bem como recompensar os vassalos com mercês e privilégios.

Q2. Território e jurisdição faziam parte da mesma perspectiva de administração do poder na América portuguesa, estruturada pela institucionalização dos territórios. É necessário observar as características da colonização, marcada pela atuação de feitores e almoxarifes como representantes da Monarquia no território, e a primeira divisão territorial em capitanias na década de 1530, ressaltando-se a emergência de um governo geral em 1549.

Q3. Entre as características gerais da formação das capitanias hereditárias, cabe marcar a noção de recompensa segundo a lógica das mercês, o desenvolvimento de um conjunto de estratégias visando ao povoamento e a sua proteção, e a defesa da fé católica, premissa da expansão. Além disso, deve-se mostrar que as capitanias eram senhorios jurisdicionais, cabendo aos donatários administrar os territórios particulares que lhes cabiam, arrecadar rendas, nomear funcionários, distribuir sesmarias e manter a comunicação política com a Monarquia.

Q4. Cumpre assinalar o processo lento e descontínuo de territorialização nos

séculos 16 e 17, podendo-se definir a América portuguesa no período como um “arquipélago de assentamentos”. É necessário mencionar que essa situação teve repercussões administrativas relevantes, impelindo à autonomização jurisdicional e à formação de polos socioeconômicos específicos. Um exemplo de destaque é o do estado do Maranhão, autonomizado nas primeiras décadas do século 17.

Q5. Deve-se discutir a coexistência de capitanias da Coroa e de capitanias hereditárias, o que deu origem a duas perspectivas político-territoriais e de administração. Também é importante indicar que o processo não foi planejado e (ou) linear, sendo orquestrado ao longo dos séculos 16 e 17 a partir de desafios contingentes. Além disso, deve-se também marcar a sobreposição de jurisdições, em que a atuação dos oficiais de justiça dos donatários coincidia com os territórios das capitanias, enquanto a organização da Coroa levou à criação das comarcas, cuja área de atuação nem sempre coincidia com aquelas das capitanias.

Q6. É preciso considerar, ainda, a afirmação de setores de povoamento esparsos e com considerável grau de autonomia que limitava as prerrogativas do governo da Bahia. Não obstante, sua capacidade de ingerência nos territórios variava conforme a matéria; em certos casos, como a defesa do Estado do Brasil, o lugar hierárquico do governo geral era forte. Por outro lado, as matérias de ordem local, como a concessão de sesmarias, conferiam alta margem de manobra aos capitães-mores e (ou) aos governadores.

Q7. Quanto aos conselhos dirigidos pelas Câmaras, cabe ao candidato destacar que eles desempenharam papel decisivo no âmbito político-territorial como bases da organização do poder local. Tratava-se de um

modelo presente em todo o território continental, o qual foi transferido para os territórios ultramarinos, sendo preciso indicar que esse processo foi pontuado por adaptações segundo as circunstâncias. São exemplos disso os desafios impostos pela extensão dos territórios e pela configuração social da América portuguesa. Ademais, é fundamental citar que esses espaços também recebiam as manifestações dos interesses dos colonos, instituindo-se como arenas de negociação.

Q8. É imprescindível mencionar que houve alterações significativas nas concepções de territorialidade na segunda metade do século 18, sobretudo a partir do Tratado de Madrid e da expulsão dos jesuítas, momento em que também se configurava a chamada “ciência de polícia” que sustentou projetos de racionalização das estruturas do poder. É necessário referir-se a essas características no bojo do projeto pombalino.

Q9. Ao tratar do processo de expansão das estruturas administrativas para o interior, é fundamental observar que ele foi acompanhado pela construção de novas hierarquias e por uma nova forma de soberania da monarquia portuguesa. Faziam parte dela, entre outros exemplos possíveis, a emergência de paróquias e vilas no interior e a perda de patrimônios e privilégios das ordens religiosas.

Q10. As políticas territoriais da segunda metade do século 18 acarretaram a criação de políticas demográficas, com expedições de demarcação e elaboração de censos populacionais, nas quais atuaram cartógrafos e naturalistas, engenheiros militares e até mesmo astrônomos. Tratava-se, nesse sentido, de orientar o assentamento de populações em territórios litigados por outros potentados, com a consequência de fomentar uma nova consciência geográfica.

Referências:

- CUNHA, Mafalda Soares; NUNES, António Castro. *Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo (Niterói, on-line)*, v. 22, jan.-abr. 2016, pp. 001-030.
- FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima (orgs.). *O Brasil colonial: volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.*
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.*

João Pedro Portella Ribeiro Cardoso 28,5

TL – 90;
1385 palavras;
15,4 palavras por linha

O absolutismo português organizava-se, desde Dom Afonso Henriques, em uma estrutura com predomínio do poder monárquico e relativamente fraca nobreza, que dependia internamente dos favores reais, na chamada “economia das mercês”. Esses favores estavam intimamente ligados aos objetivos da expansão marítima: difundir a Fé católica e alargar o Império português. Por outro lado, conforme esse Império dilatou-se pelo globo, assumiu caráter notadamente descentralizado. Da mesma forma que a distribuição do poder na metrópole se dava entre rei, de um lado, e a fidalguia dos “Concelhos”, de outro, nas colônias havia protagonismo de instituições descentralizadas, como as Câmaras Municipais e as Misericórdias.

O Brasil, uma vez descoberto, não foi imediatamente ocupado. A carreira das Índias ainda prometia maiores lucros e a América portuguesa, conforme a divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, não parecia oferecer riquezas imediatas além do pau-brasil, cujo tráfico se dava em um regime de delegação à iniciativa privada, com monopólio (“estanco”) e escambo com indígenas. O risco de perder as terras descobertas para invasores franceses e holandeses, comprovado pela expedição guardacostas de Martim Afonso em 1530, fez com que a Coroa mudasse de estratégia. Partindo da experiência bem-sucedida de colonização dos Açores, Portugal estabelece na América o regime de capitanias

hereditárias em 1532-1534. A função do regime seria facilitar a ocupação da terra, delegando-a a agentes privados, e sua exploração produtiva apesar da aparente ausência de metais preciosos. Os capitães donatários, em sua maioria membros da pequena nobreza ou da classe militar que não tinham recursos ou mercês para explorar as Índias, receberiam dois documentos: uma Carta de Doação, que encerrava a doação das terras na América em caráter hereditário, e o Foral, que assegurava ao Capitão os poderes de administração necessários, como a competência para administrar a justiça, recolher impostos ou mesmo conceder doações de sesmarias, conforme a Lei das Sesmarias de 1375. Adicionalmente, os capitães donatários poderiam exigir dos sesmeiros que erigissem engenhos, limpassem a vegetação e ocupassem produtivamente a terra doada. As capitanias, traçadas a partir de linhas retas do litoral para o interior até o meridiano de Tordesilhas (370 léguas de Cabo Verde), tiveram limitado sucesso inicial. Alguns donatários nunca chegaram à América, enquanto outros foram repelidos pelos indígenas, pela dificuldade de tratar a terra ou pela baixa rentabilidade dos engenhos, que exigiam alto endividamento inicial. Apenas Pernambuco, beneficiada pela maior proximidade em relação a Portugal e pela presença do solo de massapê, e São Vicente, que fora fundada por Martim Afonso e rapidamente se convertera à atividade de capturar escravos indígenas, sobreviveram a esses anos iniciais. De modo a corrigir o problema, a Coroa instala, em 1548, o Governo Geral, com sede na agora Capitania Real de Salvador. O objetivo do Governo Geral seria o de facilitar a ocupação das capitanias e sua defesa contra indígenas e invasores, centralizando parcialmente o poder sem verticalizá-lo, uma vez que os

capitães donatários ainda gozavam de ampla autonomia. O primeiro Governador Geral foi Tomé de Sousa, que chega à América em 1549 com seu “regimento”, chamado por alguns de “primeira constituição do Brasil”, uma vez que estabelecia textualmente a autoridade do Governador, incluindo o poder de arregimentar milícias e coletar tributos. Tomé de Sousa foi acompanhado dos jesuítas, que teriam papel na aculturação dos nativos e na expansão territorial. A partir desse momento, as capitanias começam a prosperar.

Apesar da presença do Governo Geral, permanece na América a característica geral do Império português, comparado a um “Império de Repúblicas”. As duas principais forças centrifugas do Império Luso — as câmaras municipais e as Misericórdias — também estavam no Brasil, consequência do comportamento da Coroa de delegar a ocupação colonial a entes privados. As Câmaras Municipais eram o locus privilegiado do poder local e eram dominadas pelos “homens bons”, isto é, proprietários, cristãos-velhos e “brancos” do sexo masculino que compunham a “nobreza da terra”. Não bastava fortuna para ser homem bom e exercer a vereança: era necessário ter terras e escravos, o que, na sociedade de “antigo regime nos trópicos”, era identificado com mercês e poder. Por isso, comerciantes e traficantes estavam, a princípio, excluídos do exercício do poder. As Câmaras Municipais, que detinham competências amplas na administração local, como a zeladoria urbana e o julgamento de pequenos delitos, concorriam ainda com o poder exercido autocraticamente pelos senhores de terras em seus latifúndios, onde raramente enfrentavam limitações externas. A depender, ainda, do número de “fogos” (lares), os povoados eram organizados hierarquicamente e vilas e cidades, com maiores ou menores privilégios reais. Assim, conviviam a

descentralização do poder e a intensa hierarquização deste, característica do Antigo Regime. Mesmo entre os escravos havia hierarquia, dada entre os nascidos na América, os traficados que haviam dominado o português (“ladinos”) e os recém-chegados da África (“boçais”). As Misericórdias, por fim, eram instituições privadas, mantidas pela “nobreza da terra”, para a prática da caridade, o que também era, de certa forma, um recurso de poder.

A partir de 1626, com a necessidade de facilitar a ocupação e a defesa do Norte da colônia, a América portuguesa é dividida entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Essa racionalização da administração territorial é acompanhada da criação, ainda no século XVIII, do Conselho Ultramarino, destinado a fortalecer a presença da Coroa na colônia, que, com o fim da União Ibérica, se tornara a principal possessão portuguesa no além-mar. Nas Câmaras Municipais, surge a figura do “juiz de fora”, enviado da Coroa, e no Norte o comércio passa a ser monopolizado por Companhias de Comércio criadas por Portugal. Inicia-se, assim, um processo de verticalização do Poder que está ligado à necessidade de Lisboa por extrair recursos da colônia. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, a Coroa não deixa de delegar a exploração econômica a entes privados, tampouco a coleta de impostos, feita pelos “coletadores”, mas empreende diversas tentativas de arrochar a cobrança dos tributos, como as Casas de Fundição, a “capitação” e a “Finta”, complementada pela “Derrama”. Outrossim, o controle do território passa pela garantia de suas aparentes “fronteiras naturais”, isto é, a foz do Amazonas e o estuário do Prata. Este último, apesar da fundação de Colônia do Sacramento em 1680, é ferrenhamente disputado com a Espanha. Em 1750, após uma série de conflitos europeus (notadamente a

Guerra de Sucessão Espanhola) arrastar Portugal e Espanha ao confronto e causar reveses nas fronteiras coloniais, as duas Coroas assinam o Tratado de Madri, destinado a consolidar suas fronteiras na América após as expansões territoriais portuguesas além-Tordesilhas e evitar, mediante cláusula secreta (art. XXI), que conflitos entre as metrópoles alterassem o status quo nas Colônias. O tratado foi idealizado pelo santista Alexandre de Gusmão e baseou-se nos critérios de “uti possidetis” (quem tem a posse deve mantê-la) e fronteiras naturais. Além disso, implicou a entrega de Colônia do Sacramento aos espanhóis, em troca de Sete Povos das Missões.

A morte de D. João V em 1750 e a ascensão do Marquês de Pombal, valido do rei D. José I, provocaram mudança de rumos. Pombal discordava da cessão de Colônia e, por isso, boicotou a demarcação do tratado (que passa pelas Guerras Guaraníticas no Sul), obtendo sua anulação em 1761, pelo Tratado de El Pardo. Adepto do despotismo esclarecido, Pombal interferiu diretamente na administração da Colônia, criando o vice-reino do Brasil em 1774 (encerrando a divisão em dois Estados), com capital no Rio de Janeiro. A nova capital deveria auxiliar a presença portuguesa nas Minas Gerais e funcionar como base de operações para uma reconquista da região Sul, notadamente o Rio Grande, ocupado por Dom Pedro de Cevallos desde 1763. Pombal reformou a coleta de impostos nas Minas, colocando autoridades locais em postos de governo de modo a assegurar sua cooptação, criou o Diretório dos Índios, proibindo a escravização destes e estimulando seu casamento com “brancos”, e instituiu aulas régias para a educação da nobreza local. Centralizava-se ainda mais o poder, sem ignorar a relevância do poder local, que fora largamente

responsável pela expansão territorial e pela expulsão dos holandeses do Nordeste e de Angola, no séc. XVII. A morte de D. José e a ascensão de D. Maria I interromperam as reformas pombalinas, desfazendo a expulsão dos jesuítas operada por Pombal, limitando as manufaturas locais e dando início à “Viradeira”.

Vinícius Kuczera Zampier

25

TL – 89 linhas;
1155 palavras;
13 palavras por linha

A ocupação portuguesa de sua colônia nas Américas ganha força em 1530, após um período de relativo descaso (maior interesse nas Índias, prevalência do escambo e feitorias), em razão do sucesso espanhol na região e do crescente interesse de potências como a França. Como consequência, é enviada a expedição de Martim Afonso de Sousa (patrulhamento, criação de fortificações, fundação da primeira vila) e criado o sistema de capitanias hereditárias, que já havia sido utilizado por Lisboa em razão da falta de recursos materiais para uma ocupação estatal. Tal sistema representou uma descentralização da colonização (doação de faixas de terra para nobres e militares, regulação pela carta de doação e pelo foral, dever de colonizar e proteger o território por meio da doação de sesmarias e cobrança de impostos, permanência de atividades sob o domínio da Coroa, como a extração de Pau-brasil), mas somente as capitanias de São Vicente e Pernambuco apresentaram relativo sucesso. Esse fracasso levou à criação do Governo-Geral, movimento de centralização administrativa (nomeação de um governador pela Coroa, que governaria desde Salvador; criação dos cargos de provedor-mor e capitão-mor; partilha de competências entre o governador e os donatários; dever de proteger a colônia, povoar as suas terras, espalhar a fé cristã e incentivar atividades econômicas). O primeiro governador foi responsável por incentivar o plantio de cana, trazer mão de obra escrava e missionários jesuítas (Tomé de Sousa).

No século XVI, as câmaras municipais também desempenharam um papel central na organização territorial de poder (administração da vida local, manutenção da infraestrutura das vilas, cobrança de impostos, julgamento de pequenas causas, envio de reclamações à Lisboa por meio do instituto da ab-rogação). A câmara, presente em vilas, era criada por decreto real e formada pelos chamados homens bons, membros da elite local eleitos a cada três anos. Cidades também podiam ter câmaras, já agrupamentos de menor extensão eram privados desse instituto cuja origem data da influência moura na administração portuguesa. Apesar dessa presença do poder real, no século XVI a presença portuguesa nas Américas se limitava ao litoral e tinha como limites Pernambuco ao norte e São Vicente ao sul. Com relação aos limites jurídicos, vigorava o T. de Tordesilhas, que delimitava as terras portuguesas à 340 léguas da Ilha de Cabo Verde e era negado por outras potências (criação da França Equinocial na Baía de Guanabara por Nicolas Villegaignon, expulsão realizada por Mem de Sá).

O fim do século XVI marca o início da União Ibérica (Reino de Portugal sob a administração de Filipe II em razão da morte de D. Sebastião e de sua vitória sobre os demais pretendentes, previsão de direitos e obrigações editados pelas Cortes de Tomar). Tal período deixou marcas profundas na administração colonial (vigência das Ordenações Filipinas; expansão ao norte em razão do desejo de conter a presença estrangeira; criação de uma estrutura administrativa mais racional e interiorizada; inúmeras tentativas de invasão ao norte com a ocupação do Cabo Norte, holandeses em Salvador e posteriormente em Pernambuco, onde permanecem por anos e se expandem por toda a Zona da Mata,

ingleses e holandeses na Amazônia; centralização administrativa; aumento do comércio ao sul por meio do estuário do Prata). Apesar de tais ganhos, a tentativa espanhola de aprofundar a integração e a insatisfação do clero e dos nobres levaram ao fim da União e ao início da Dinastia Bragança (D. João IV). Este enfrentou uma situação delicada (guerra com a Espanha e Holanda, início da crise da cana, falta de prata), o que o levou a uma nova tentativa de centralização colonial (criação do Conselho Ultramarino, criação do cargo de juiz nomeado por Lisboa, instituição de novas companhias de comércio, concessão de direito de representação nas Cortes para a colônia americana, atribuição de título de vice-rei ao governador-geral). No seu reinado também houve continuidade na expansão ao norte (envio da expedição Castelo Branco, da expedição Pedro Teixeira, que chega a Quito pelo Amazonas; criação de vilas e fortificações no estuário do Amazonas) e ao sul (criação de Laguna, ocupação da ilha de Santa Catarina pelos bandeirantes, expulsão de missionários espanhóis do território do Rio Grande). O início da administração de D. Pedro II também foi marcado por ocupação territorial (criação de Sacramento no estuário platino em prol da consolidação da fronteira sul – enclave militar – e da manutenção do comércio peruleiro, para além do escoamento do couro para novos mercados e da garantia de acesso ao Mato Grosso) e por uma tentativa de implementar um projeto de feição colbertista (revitalização da economia colonial em prol da metrópole). Tal anseio levou ao encontro de metais preciosos na região das Minas Gerais no final do século por Gato Borba. A extração de ouro marcou o reinado de D. João VI, pois aumentou o poderio português e ocasionou a ocupação da região central da colônia (Minas, Goiás, Mato Grosso). Além disso, cresceu a

presença da administração portuguesa (criação da Intendência das Minas, edição de regulamentos reais, criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro Preto, aumento do fiscalismo) e houve uma maior integração entre diferentes partes da colônia, mesmo que ainda diminuta (transporte de gado pelo sul via Sorocaba, aumento da imigração, criação de novas cidades e vilas). Tal cenário possibilitou à Coroa a celebração do T. de Madri, que delimitou as fronteiras nas Américas (uso do princípio do *uti possidetis* e de acidentes geográficos para delimitar a fronteira, permuta entre Sacramento e Sete Povos das Missões, reconhecimento da ocupação portuguesa da Amazônia e da região Centro-Oeste, paz entre os súditos americanos).

No século XVII, contudo, houve importantes mudanças relacionadas à territorialidade. O início do reinado de D. José marca a implementação de um projeto ilustrado, liderado pelo Marquês de Pombal, com a intenção de fortalecer o poder real, diminuir a influência inglesa e revitalizar a economia metropolitana. Como resultado, realiza reformas administrativas (extinção das capitanias hereditárias, mudança da administração colonial para o Rio de Janeiro, concessão do título de Vice-Reino, integração de colonos em cargos relevantes), econômicas (incentivos à criação de manufaturas, criação de companhias de comércio, revitalização da agricultura e da extração de ouro – retorno do quinto, finta e derrama –, combate ao comércio triangular), militares (reforma idealizada pelo Conde de Lippe e executada pelo Conde da Cunha, criação de fortificações) e sociais (instituição de um regime municipalista na Amazônia, transformação de indígenas em súditos, expulsão da C. de Jesus, criação da capitania do Rio Negro). Na esfera territorial, houve a celebração

de uma série de tratados: El Pardo (revogação do T. de Madri), T. de Paris (retorno de Sacramento para Portugal no contexto da Guerra dos 7 anos), T. de Santo Ildefonso (Sacramento e Sete Povos para Espanha, reconhecimento das demais fronteiras portuguesas, retorno da ilha de Santa Catarina para Lisboa). Como resultado, ao fim do período colonial as fronteiras terrestres do Brasil independente estavam parcialmente consolidadas, apesar de internamente reinar grande descentralização entre as províncias e o Rio de Janeiro.

Guilherme Augusto Baldan Costa Neves 24

**TL – 90;
1066 palavras;
11,8 palavras por linha**

A descoberta do Brasil não provocou entusiasmo imediato em Portugal, que, no início do século XVI, tinha suas atenções voltadas sobretudo para os negócios lucrativos que mantinha na África e na Ásia. Logo após o descobrimento, houve um breve ensaio de transferir as responsabilidades de exploração da nova terra para particulares, que, no entanto, foi rapidamente interrompido. A ocupação ganhou mais solidez após expedição guarda-costas a serviço da Coroa, sob liderança de Martim Afonso. A expedição pretendia, num contexto em que se intensificava a presença de corsários estrangeiros na costa brasileira, lançar as bases de uma presença definitiva mais sólida. Entre 1530 e 1532, foram distribuídas terras a particulares, em caráter não hereditário, e foram estabelecidos pontos de proteção do território no litoral. A partir de 1532, o território foi finalmente repartido em capitâncias hereditárias, que foram distribuídas, principalmente, a membros da baixa nobreza portuguesa. Os capitães eram responsáveis pela colheita de impostos, pela exploração econômica, pela proteção do território (podendo doar sesmarias a posseiros) e pela difusão da fé cristã. A empreitada revelou-se de difícil execução para particulares, a despeito dos amplos poderes que possuíam. Apenas as capitâncias de Pernambuco e São Vicente conseguiram, em alguma medida, exitosamente conciliar exploração econômica – com base, principalmente, no açúcar – e convívio relativamente pacífico com as populações autóctones.

As fragilidades do modelo das capitanias hereditárias levaram a Coroa portuguesa a estabelecer, ao longo da década de 1540, o Governo-Geral, cargo cujo primeiro ocupante foi Tomé de Sousa. Tratava-se de tentativa de centralizar o poder, mas a tarefa era bastante dificultada pela escassa comunicação existente entre a capitania da Bahia de Todos os Santos, onde se estabeleceu o Governo-Geral, e as demais partes do território. As instruções dadas a Tomé de Sousa refletiam as prioridades da Coroa, no sentido, sobretudo, de organizar as rendas da Coroa e solidificar a exploração econômica, em benefício da metrópole. O estabelecimento do Governo-Geral foi acompanhado da vinda dos primeiros jesuítas, liderados por Manuel da Nóbrega. Geralmente, a Companhia de Jesus se tornaria ator de fundamental importância na Colônia, controlando grande volume de terras e mão de obra, na forma de índios catequizados.

A despeito desses esforços centralizadores, a administração da Colônia continuava a ser marcada pela baixa hierarquização do poder. A administração era complementada, ainda, pelos ocupantes dos cargos de provedor-mor, capitão-mor e responsáveis pela aplicação da justiça; e pelas câmaras municipais. As câmaras municipais, instituição que se repetia em todo o Império português, eram os locais por excelência da representação dos interesses locais e do embate entre forças centrífugas e centrípetas. Eram lócus compostos pelos chamados homens bons, homens brancos, católicos e proprietários de terras e escravos, que eram eleitos. A existência das câmaras municipais e a importância a elas atribuídas, ao menos inicialmente, eram evidência da importância da cidade como centro de exercício do poder político e administrativo. Embora as

bases econômicas e, efetivamente, demográficas fossem rurais, o poder se exercia nas vilas e nas cidades.

O governo-geral, em função das dificuldades de centralização, foi eventualmente dividido, em mais de uma ocasião. Passavam, dessa forma, a existir o Estado do Brasil, de um lado, e, de outro, o Estado do Maranhão e Grã-Pará [sic], embora este último tenha ocasionalmente recebido outra nomeação. Cada um dos Estados dialogava diretamente com Lisboa, sem relação de hierarquização entre si. A repartição persistiu, de forma geral, até o governo de Pombal, quando, num contexto marcado pelos desentendimentos quanto à repartição territorial entre possessões lusas e hispânicas, o governo foi definitivamente unificado, tendo, ademais, sua capital transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Essas transformações, além de acompanhar o deslocamento crescente do eixo dinâmico da economia, pretendia aproximar a administração da fronteira conflagrada ao Sul, já que o Tratado de Madri havia sido repudiado por d. José e seu principal ministro. Este foi um período, também, de construções de fortalezas (como Humaitá e Forte Príncipe da Beira) no espaço amazônico e de estímulo à criação de vilas naquela região, como forma de estimular uma maior presença estatal, que conferisse maior solidez aos pleitos territoriais portugueses, em sua disputa com a Espanha.

Outras transformações importantes quanto à organização do poder foram realizadas sob Pombal. Além das reformas militares do Conde de Lippe, foram expulsos da colônia os jesuítas, acusados de formar um “Estado dentro do Estado”, tamanho o poder que haviam acumulado, sem que suas prioridades coincidissem invariavelmente com as da Coroa.

Ademais, foi estimulada a integração do elemento indígena, por meio de casamentos, da proibição da língua geral e da aprovação de um estatuto que lhes era específico, a fim de fazer coincidir seus interesses com os da Coroa. Além disso, foi concluído o processo de passagem do controle privado para o público sobre as capitanias, o que representou o fim definitivo do sistema de capitanias hereditárias, embora o território continuasse a se organizar em capitanias. Finalmente, houve um redimensionamento dos poderes do Conselho Ultramarino, que teve sua influência reduzida. Essa instituição havia sido criada na segunda metade do século XVII, num cenário em que Portugal, fragilizado e recém-saído da União Ibérica, buscava centralizar a administração de suas colônias. Este foi um período, ainda, em que Portugal viu seu império crescentemente assediado por potências hostis, com destaque para os neerlandeses, que, além de ocuparem temporariamente partes importantes do Nordeste açucareiro e portos africanos fundamentais para o tráfico de escravos, tomaram de Portugal territórios de grande valor na Ásia, como Ceilão. Dessa forma, a criação do Conselho Ultramarino era uma tentativa de reforçar o controle luso sobre os territórios ainda agregados ao Império. Este “ministério das colônias” perdeu parte significativa de seus poderes sob Pombal, que se caracterizou, ademais, pelas concepções mercantilistas, pelo absolutismo ilustrado e pelo fiscalismo.

Ao longo de toda a Colônia, o sistema produtivo foi caracterizado pela grande propriedade monocultora e baseada na mão de obra escrava, tendo em vista o enriquecimento da metrópole. A base econômica era fundamentalmente agrária, da mesma forma que a maioria da população vivia

no campo. A mineração, em contraste, contribuía para o estabelecimento de redes sensivelmente mais baseadas no espaço urbano, além de estabelecer ligações mais profundas com partes mais distantes do território. De toda forma, as cidades e vilas foram os lócus da expressão do poder político e administrativo. Com efeito, formou-se, no Recôncavo Baiano, a primeira rede urbana de toda a América do Sul.

Fernanda Brandão de Souza

17

TL – 90;

1196 palavras;

13,3 palavras por linha

No Período Colonial, o paradigma jurisdicionalista do governo e da Coroa portugueses influenciou a ocupação e a colonização das terras do Novo Mundo e determinou a organização territorial de poder na América Portuguesa. Haja vista os escassos recursos de poder do Império Português, sobretudo em termos demográficos, não havia, a princípio, uma definição clara acerca de qual modelo colonizador seria o mais adequado na colonização americana. Inicialmente, as decisões foram influenciadas por tratados negociados com a Espanha, sobretudo o Tratado de Tordesilhas, de 1494, o qual substituiu a Bula Inter Coetera (1493), proferida então por ordem papal, e determinou que jurisdição portuguesa seria demarcada a partir de linha a 370 léguas do arquipélago de Cabo Verde; Tordesilhas possibilitou, portanto, que Portugal garantisse a Volta do Mar, em seu projeto de colonização rumo às Índias, e estabelecesse seu domínio “de jure” sobre a parte oeste da América Portuguesa, a partir da linha que tangenciava a foz do Tocantins e a do Amazonas do Brasil atual.

Devido à prioridade conferida às rotas comerciais rumo às Índias, a ocupação da América Portuguesa ficou, a princípio, em segundo plano. Com exceção da capitania pioneira concedida, em 1504, a Fernão de Loronha, houve estímulo à construção de feitorias no litoral brasileiro. Por meio do estanco, particulares tiveram o direito de realizar escambo com as populações autóctones, em troca

das obrigações de defender o novo território de ameaças advindas de outros países europeus, como França e Inglaterra. Contudo, devido à decadência do comércio com as Índias e às constantes ameaças estrangeiras ao território americano, providenciou-se solução que fosse mais duradoura e eficiente na ocupação da América Portuguesa. A partir de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa, a qual se destinava a cartografar o litoral brasileiro, estabelecer capitânias não hereditárias de terra e iniciar núcleo de povoamento, o que se desdobrou na formação de São Vicente, iniciou-se projeto mais bem definido de colonização do território. Com o intuito de fortalecer a ocupação, determinou-se base econômica fixa, a qual visava a complementar a atividade extrativa de pau-brasil, predominante até então, em modelo análogo ao estabelecido nas ilhas do Atlântico, com base em plantações de cana-de-açúcar. Além disso, pautadas por decisão de 1532, as capitânias hereditárias foram determinadas, em 1534, como modelo basilar da ordenação administrativa do território. Aos donatários, geralmente membros da pequena nobreza lusa, eram destinadas a carta de doações, que determinava a extensão das possessões do donatário, e o foral, que estabelecia direitos e deveres do donatário, como poderes judiciais e policiais. Com amplos poderes sobre o seu território, os donatários deveriam estabelecer bases de ocupação, defender suas terras e poderiam, inclusive, conceder sesmarias, as quais foram determinantes para a futura configuração fundiária brasileira.

Em 1549, adicionalmente, foi estabelecido o governo-geral, com sede na capitania real de Salvador; seu objetivo, contudo, não era suplantando ou subordinar as capitânias hereditárias já concedidas. Ao contrário, o governo-geral destinava-se a viabilizar essas

capitanias e formular medidas de coordenação com elas. Desse modo, portando o Regimento de Tomé de Souza e acompanhado de companhias jesuíticas e de assessores relacionados a questão de finanças, defesa e justiça, estabeleceu-se o primeiro governador-geral no Brasil, Tomé de Souza, o qual foi sucedido, posteriormente, por Duarte da Costa e Mem de Sá.

Apesar dessas disposições iniciais de organização territorial da América Portuguesa, houve diversas alterações ao longo dos séculos XVI a XVIII. Primeiramente, nem todas as capitanias obtiveram o êxito esperado. Com efeito, apenas a capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, logrou estabelecer produção canavieira consolidada, que suplantou, inclusive, a prosperidade inicial experimentada por São Vicente. Esta, por sua vez, perdeu o impulso econômico inicial, diante da competição pernambucana, e reduziu-se a núcleos de povoamento rústicos, em que predominava o contato com grupos indígenas e a língua geral. Nesse sentido, o sistema de capitanias malogrou com o tempo, e todas as capitanias foram recuperadas pela Coroa, no século XVIII, no Período Pombalino.

A ocupação territorial da América Portuguesa tampouco se restringiu ao litoral, em que pesem as determinações de Tordesilhas. A partir de São Vicente, foram formadas as bandeiras vicentinas, as quais eram compostas por homens rústicos que se propuseram a desbravar o interior do território, em busca de apresamento de indígenas e de prospecção de metais preciosos, além de serem caracterizadas, também, pelo sertanismo de contrato. A ocupação ultrapassou Tordesilhas, também, no Norte. A princípio, houve a ocupação Norte-Nordeste em razão da pecuária, que se alastrou pelo interior do Nordeste brasileiro, como subproduto

da economia canavieira, e direcionada pelo curso dos rios, sobretudo o Rio São Francisco, o Rio dos Currais. No entanto, logo houve a ultrapassagem de Tordesilhas, estimulada, inclusive, pela Coroa Espanhola no momento da União Ibérica. Houve a interiorização de colonos pela Bacia do Amazonas, com vistas a explorar especiarias locais e defender o território de assédio estrangeiro. Nesse sentido, houve diversas fortificações, como o Forte do Presépio (1616), que deram origem a cidades e visavam a afastar estrangeiros, como os franceses que estabeleceram São Luís (1612), com a França Equinocial. Esses fatores, conjugados com a presença jesuítica na Amazônia, fortaleceram a jurisdição portuguesa sobre os territórios do Centro-Norte da América Portuguesa, como se definiu nos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Nessa perspectiva, evidencia-se o papel de defesa assumido por fortificações e por cidades territorializadas. A exemplo de Belém e de Manaus ao Norte, a Colônia de Sacramento (1680) consistiu em enclave ao sul da América Portuguesa, que possibilitou a jurisdição portuguesa além-Tordesilhas na região meridional, também consolidada pela pecuária extensiva. As vilas e cidades, por conseguinte, foram essenciais para atual configuração do território brasileiro. Embora a rede urbana fosse rarefeita no Período Colonial, os poucos núcleos urbanos eram posicionados de modo estratégico no território, como medida de defesa e como expressão do poder local. O “status” de vila era importante para a ascensão política das elites locais, como se observou na Guerra dos Mascates (1709-1711), pois era o que possibilitava a existência de câmaras municipais, as quais eram compostas por vereadores locais (além do juiz de fora, selecionado pelo Conselho

Ultramarino, criado em 1642) e que expressavam os interesses dessas elites, muitas vezes mais efetivos que as determinações da longínqua Coroa. O pelourinho também constituía símbolo de poder que demonstrava a função destacada das cidades no processo de decisão na América Lusa.

No século XVIII, a mineração viabilizou mudanças nas concepções e práticas ligadas à territorialidade e à função das cidades no território. Houve fortalecimento relativo da rede urbana no território, em decorrência do comércio realizado na Estrada Real e que conectava os produtores e consumidores do Centro-Sul, por meio do comércio de charque provindo do Sul e da logística de escoamento até os portos do Rio de Janeiro. No Período Pombalino, a mudança da capital para o Rio de Janeiro (1763) evidenciou a centralidade do Centro-Sul e de Sacramento, em detrimento da decadente região nordestina. Medidas de ocupação dirigida, como a presença de açorianos em Porto dos Casais, também evidenciaram a crescente importância econômico-político-militar do Centro-Sul. Essa trajetória evidencia a importância da organização territorial de poder, que, embora comandada por códigos dispersos, como as Ordenações Filipinas (1603), garantiu a jurisdição lusa sobre ampla porção da América Portuguesa.

MENOR NOTA

Anônimo

9,5

TL – 85;
1049 palavras;
12,3 palavras por linha

A América Portuguesa foi o fruto colhido por Portugal não só de seus avanços na região, mas também de sua unificação como Estado, o que deu condições para o desenvolvimento e a manutenção de um império com amplos domínios coloniais. No caso da América Portuguesa, é preciso compreender a formação territorial, de um lado, sob a perspectiva de uma disputa por domínio entre as potências europeias, notadamente Portugal e Espanha, e, de outro, como um movimento contínuo de expansão do litoral em direção ao interior, cuja maior parte ocorre entre os séculos 16 e 18. Nesse sentido, a experiência colonial portuguesa caracterizou-se como uma série de experiências administrativas, que se alteravam de acordo com os acertos e erros e com mudanças na balança de poder europeia.

Nos primeiros momentos, até a década de 1530, Portugal mostrava mais interesse na exploração do comércio com as Índias do que com o estabelecimento de uma estrutura administrativa complexa na América. Nesse período, a ocupação permaneceu concentrada no litoral, onde se construíram algumas feitorias, que serviriam de pontos para o embarque de pau-brasil para a Europa e para a defesa da costa. A mata atlântica constituía um obstáculo para a penetração ao interior, onde também não se encontraram metais preciosos, diferentemente da América Espanhola. Os portugueses estabeleceram alguns monopólios comerciais e fizeram trocas com os

indígenas. Sua ocupação, apesar de restrita, estava baseada juridicamente no Tratado de Tordesilhas, celebrado entre espanhóis e portugueses, que dividiram para si o Novo Mundo, com base em uma linha imaginária 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

Na década de 1530, no intento, ocorre uma inflexão, com a missão de Martim Afonso de Sousa. Enviado pelo rei, ele implantou o sistema de capitanias-gerais, que Portugal já havia usado anteriormente em outras experiências coloniais menores. A divisão em capitanias, de modo geral, era feita com base em critérios cartográficos - alguns limites influenciam as divisões dos estados brasileiros até os dias atuais. Era concedida uma carta foral ao capitão, que costumava ser um militar ou um nobre de hierarquia mais baixa, que passava a ser responsável pela defesa, pela exploração econômica e pela distribuição de terras. De modo geral, foi uma espécie de parceria público-privada, que permitia a Portugal dividir os custos da colonização com os particulares.

Todavia, Portugal e Espanha foram, aos poucos, perdendo as vantagens iniciais no campo da navegação. Nesse escopo, outros europeus foram tentando conquistar territórios nas Américas. Para os portugueses, a principal ameaça veio dos franceses, que tentaram ocupar Salvador, o norte (Maranhão) e a baía de Guanabara. A percepção de crescente ameaça leva o rei a criar o governo geral, com sede inicial em Salvador. Cabe lembrar, ainda, que a América Portuguesa tinha duas grandes regiões administrativas, o Brasil e o Grão-Pará-Maranhão, que tinham governos distintos. Em um cenário em que nem todas as capitanias tinham sido bem-sucedidas, o governo geral, ocupado, em um primeiro momento,

por Tomé de Sousa, ampliaria o controle da metrópole por meio de um representante oficial, que também organizaria a defesa, a cobrança de impostos e a administração da colônia.

Aos poucos, os portugueses também empreenderam um processo de interiorização que, em última instância, expandiu seus limites para além do que havia sido definido em Tordesilhas. Destaca-se, nesse ponto, o período da União Ibérica, em que os espanhóis foram relativamente condescendentes com os avanços portugueses. A Coroa portuguesa teve um papel chave, estimulando expedições como as de Pedro de Teixeira na bacia amazônica, os estudos cartográficos e a ação dos bandeirantes. Ela teve, também, alguns aliados essenciais: grupos privados que iam ao interior buscar riquezas e mão de obra indígena e as ordens religiosas, especialmente os jesuítas. Estes, sob o pretexto de catequização dos nativos, não só estabeleceram missões que alargaram o domínio português, mas também desenvolveram instrumentos que facilitaram o contato e a subordinação dos povos indígenas, como a língua geral.

No plano organizacional, o território caracterizava-se pela pouca integração, o que contribuía para o fortalecimento das estruturas administrativas locais. As cidades encontravam-se no grau mais baixo da hierarquia administrativa, sendo seguidas pelas vilas, que eram centros locais. Com a existência das câmaras dos homens bons, as vilas eram um espaço que permitia a expressão política dos colonos, com destaque para os proprietários de terras. Esses órgãos serviam como organizadores locais da justiça e da polícia, por exemplo. A elevação de uma cidade à condição de vila, ademais, podia ensejar conflitos nas balanças de poder locais, como foi o caso da Guerra dos

Mascates, em Pernambuco, em que os olindenses resistiram ao crescimento da influência do Recife.

Durante todo o tempo, Portugal enfatizou o paradigma jurisdicionalista, algo que vai ao encontro de sua condição de pequena potência europeia, sem grandes excedentes de poder militar, em que a lei era uma forma de manter a ordem e a influência. No plano interno, esse paradigma levou a constantes reformulações da política administrativa da colônia americana. No século 18, isso significou esforços de maior controle da Coroa, especialmente após a descoberta de metais preciosos. Aperfeiçoaram-se, por exemplo, as cobranças de impostos, com a criação das casas de fundição e de novos impostos, como a capitação e a finta. Com a chegada ao trono de José I, o marquês de Pombal dedica-se a aperfeiçoar e a racionalizar ainda mais a administração.

No plano internacional, o século 18 também foi importante, pois marcou o esforço português de legitimar sua expansão territorial em tratados internacionais. Para isso, Portugal aliou-se à Inglaterra, uma potência militar em expansão, o que lhe deu algumas vantagens em negociações territoriais, como as dos tratados de Utrecht de 1713 e 1715. Outrossim, a Coroa trouxe uma inovação jurídica, o *uti possidetis*, introduzida por Alexandre de Gusmão nas negociações do Tratado de Madri. Privilegiava-se, desse modo, a ocupação efetiva, o que ajudou os portugueses a consolidar a posse de territórios além-Tordesilhas, como a Amazônia e o Centro-Oeste.

A análise da configuração territorial da América Portuguesa entre os séculos 16 e 18 já nos permite entender a parte principal do corpo da pátria brasileiro. O desafio, depois da expansão, passa a ser a garantia da

unidade e a integração. Afinal, como afirma Evaldo Cabral de Melo, o Brasil fez-se território antes de ser pátria.

Questão 02

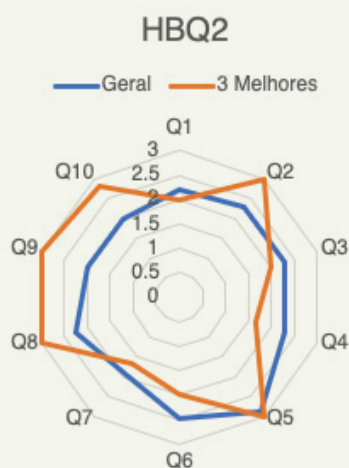
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **23,9**

Média Pessoas com Deficiência: **21,5**

Média Candidatos Negros: **16,8**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Os dirigentes do Estado Novo perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, entre outros, ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995, p.376, com adaptações.

É a partir da década de 1930 que eles [os intelectuais] passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia

de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil republicano, v.2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [2003], 4. ed, pp. 145-179.

A legitimidade [...] do Estado Novo dependia de que seus agentes o associassem a Vargas, combinando [...] a imagem do líder com a representação da nação.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.377.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo concernente à política cultural na era Vargas (1930-1945). Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a criação de órgão governamentais com atuação na área cultural;
- as iniciativas de controle estatal referentes às manifestações da cultura popular; e
- a relação dos intelectuais com o regime político no contexto de iniciativas estatais nos campos da arquitetura, da preservação do patrimônio e dos museus.

Extensão do texto: até 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A caracterização do Estado que se construiu a partir da Revolução de 1930 como um Estado centralizador e com mais autonomia em relação às classes e aos agentes sociais do que o Estado oligárquico da Primeira República, com ímpeto intervencionista tanto na área econômica – inclusive com objetivos de promoção da industrialização – como na área social, na qual procurou desempenhar um papel de mediador ou árbitro entre a classe trabalhadora e os empresários a partir de iniciativas de proteção do trabalhador urbano. Deve-se ressaltar que também marcou o período o fortalecimento do papel das Forças Armadas como garantia da ordem interna, além de grupo de pressão, dentro da administração pública, a favor da industrialização.

Q2. Cabe ressaltar que, entre as primeiras medidas do chefe do Governo Provisório, se incluem a criação, ainda em novembro de 1930, dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde Pública, que traduziam duas prioridades: a política trabalhista – voltada para a subordinação dos sindicatos ao Estado, ao mesmo tempo em que reconhecia direitos aos trabalhadores, como as oito horas de jornada diária, férias remuneradas e salário mínimo –; e a política educacional que almejou, desde uma perspectiva autoritária, centralizadora e conservadora, a reforma do ensino e da educação pública com vistas à formação de um “novo homem”.

Q3. Quanto à preocupação com a preservação de monumentos históricos, entendidos como referenciais da identidade nacional, levou-se à criação,

em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual arregimentou vários intelectuais vinculados ao Modernismo. Enquanto o projeto de criação do SPHAN – elaborado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade por encargo de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública – tramitava no Legislativo, o Congresso Nacional foi fechado em 10 de novembro de 1937. Deve-se destacar que gestões junto a Getúlio Vargas levaram à aprovação do projeto pelo Decreto-Lei no 25, em 20 de novembro, que fixou o campo de atuação do novo órgão e estabeleceu um marco jurídico que conciliou a proteção de bens culturais e o direito à propriedade, pois o tombamento não implicava a desapropriação do bem tombado pelo Estado. Além do conceito de tombamento, o Decreto-Lei no 25 institucionalizou o Conselho Consultivo, instância decisória à qual competia deliberar sobre o que seria ou não tombado.

Q4. Instaurado por um golpe que fechou o Congresso Nacional, sem resistências significativas e sem mobilização popular, sob o pretexto de ameaça de nova insurreição comunista, denunciada por militares a partir de documento chamado Plano Cohen (que, posteriormente, se revelou forjado), o Estado Novo não representou uma ruptura drástica com o período de 1930-1937. Apesar de rejeitar a democracia liberal como modelo de organização política – e, nesse sentido, ter representado uma ruptura institucional –, o Estado Novo aprofundou tendências presentes no período anterior, entre elas, o autoritarismo, a centralização político-administrativa e o aprimoramento da máquina administrativa do Estado.

Q5. É necessário mencionar a criação, em dezembro de 1939, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como instrumento de comunicação social diretamente subordinado ao chefe do Poder Executivo e com amplo poder de interferência na área da cultura, o que evidencia o caráter estratégico que o controle da opinião pública representava para o regime. As seções em que se dividia o DIP exprimem o alcance da nova agência: imprensa, propaganda, radiodifusão, teatro e cinema, turismo e serviços auxiliares. O fundamento das atividades exercidas pelo DIP consistia em promover a legitimação social do regime. Diante do exposto, espera-se a menção de que, para isso, o órgão não hesitou em interferir na vida cultural brasileira seja por meio da censura a manifestações artísticas e aos meios de comunicação, seja mediante a divulgação da doutrina ideológica do regime em periódicos voltados para um público letrado (Cultura Política e Ciência Política).

Q6. Como testemunhos da multiplicidade de competências do DIP, podem ser citados, entre outros exemplos: a produção do programa radiofônico A hora do Brasil, utilizado como instrumento de propaganda do regime e de educação cívica em uma época na qual o rádio era o principal veículo de comunicação de massa; a organização oficial do Carnaval pela Prefeitura do Distrito Federal, juntamente com a seção de turismo do DIP, que passaram a impor temas de conteúdo nacionalista e de exaltação patriótica a escolas de samba e ranchos; e a organização de cerimônias cívicas multitudinárias segundo um calendário oficial de eventos que incluíam o Dia do Trabalho (1o de maio), o Dia da Bandeira (19 de novembro), o aniversário de Getúlio Vargas (19 de abril) e a celebração da instalação do Estado Novo (10 de novembro).

Q7. Espera-se que o candidato cite as comemorações do 1o de maio no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, e, a partir de 1944, no Pacaembu, em São Paulo, que reuniam multidões que aguardavam, com ansiedade, o anúncio de algum benefício social para os trabalhadores. A comemoração do aniversário de Getúlio Vargas era mais um dos instrumentos de propaganda oficial em torno da construção simbólica da imagem do ditador como protetor dos trabalhadores. A publicação de A nova política do Brasil e o ingresso na Academia Brasileira de Letras foram outros investimentos oficiais no sentido de criar para Getúlio uma aura de intelectual e, ao mesmo tempo, de homem de ação.

Q8. Acerca das relações entre o Estado como patrocinador e as artes e a cultura ao longo do período, o candidato deve frisar que elas também se desenvolveram no campo da arquitetura, quando concursos públicos para a construção de novas sedes para os Ministérios deram lugar a disputas entre diferentes correntes. É fundamental que cite o seguinte: a capital da República foi objeto de projetos de remodelação urbana, que incluíram a construção de novos edifícios públicos, em especial na Esplanada do Castelo, grande área central disponível para ocupação a partir do desmonte do Morro do Castelo, em 1922; o exemplo mais icônico das novas ideias de racionalismo e funcionalidade foi o projeto para a sede do Ministério da Educação e Saúde, resultado da colaboração de vários arquitetos modernos sob a liderança de Lúcio Costa, convidado por Gustavo Capanema, que não se satisfizera com o projeto vencedor do concurso; a equipe recebeu uma espécie de consultoria do franco-suíço Le Corbusier que, a convite do governo, visitou o Rio de Janeiro entre junho e julho de 1936.

Q9. É preciso mencionar que a discricionariedade de altos dirigentes públicos – ao se anular o resultado de concursos e escolher arquitetos por convite pessoal – não excluía o convívio e as disputas entre defensores de correntes arquitetônicas distintas, como os acadêmicos, dominantes na Escola de Belas Artes, e os adeptos do estilo neocolonial, além dos modernos. Deve-se destacar que a diversidade de estilos se expressou em obras como os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Marinha e da Guerra e em projeto não realizado para o das Relações Exteriores. Outra evidência que deve ser ressaltada é que, com o apoio e o patrocínio do Estado, o modernismo arquitetônico brasileiro se consolidaria como dominante e reivindicaria participação no mercado internacional, para o que a exposição Brazil Builds, organizada em Nova Iorque, em 1943, representou excelente oportunidade de divulgação.

Q10. Também deve-se comentar acerca de outro setor no campo da cultura que recebeu atenção do Estado Novo, que foi o dos museus, embora não se possa afirmar que tenha havido uma política coesa para o setor, com planejamento orgânico, exceto talvez no caso do SPHAN. A criação de instituições museais no período de 1930-1945 correspondeu a iniciativas diferenciadas em resposta a impulsos desconexos entre si. Alguns exemplos podem ser mencionados. Cabe evidenciar que as iniciativas do SPHAN valorizaram o patrimônio monumental herdado do Período Colonial, como o museu das Missões, em São Miguel das Missões/RS, de 1940, e o da Inconfidência de Ouro Preto/MG. No caso mineiro, a operação envolveu o repatriamento dos restos mortais dos heróis da Conjuração Mineira de 1789, a montagem de um Panteão e a instalação do museu na antiga Casa da Câmara e Cadeia, em

1944. A criação do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1937, com a pretensão de expor uma narrativa universal da história da arte, à qual a arte brasileira reivindicava inserção, expressou o tradicionalismo predominante no meio acadêmico, antimodernista. É importante destacar ainda que o Museu Imperial de Petrópolis, inaugurado em 1943, dedicava-se a cultuar a memória de Pedro II como monarca esclarecido, justo e incentivador das ciências e das artes, pacificador e garantidor da unidade da nação.

Referências:

- CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil republicano, v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [2003], 4. ed.p, p. 145-179.

Adriana de Medeiros

Gabinio

30

TL – 90;
1315 palavras;
14,6 palavras por linha

A Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder em 03 de novembro de 1930, originou-se de uma aliança ampla e heterogênea, formada por oligarquias “ressequidas”, tenentes e liberais, que buscavam efetivar reformas no sistema político, educacional e social. Como consequência, os quinze anos da era Vargas foram caracterizados pela mediação varguista entre os distintos interesses dos grupos políticos que o apoiavam, mediante o fortalecimento do poder estatal em sua própria figura: tratava-se do Estado de compromisso, que centralizava o poder no Estado, a fim de mediar os grupos políticos, fossem eles trabalhadores, católicos, liberais, industriais, militares e intelectuais. Nesse contexto, conforme apontado por Boris Fausto, o Estado Novo – ápice dessa centralização – empenhou-se em atrair também os intelectuais para o governo.

Na década de 1930, as ideias modernistas de 1922 ecoavam no pensamento social brasileiro, levando a uma nova interpretação do Brasil e do brasileiro: o darwinismo social e a política do embranquecimento do fim do XIX foram substituídos pelo orgulho da mestiçagem, conforme ideias de Gilberto Freyre em Casa-Grande e Senzala (1933), ao qual se somariam as obras de Buarque de Holanda (Raízes do Brasil, 1936) e Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo, 1944). Politicamente, a substituição da ideologia do embranquecimento (ilustrado na Redenção de Cam, de Brocos) pela modernidade e orgulho da miscigenação (ilustrado

em Operários, de Tarsila do Amaral) era posta em prática pelas políticas de nacionalização do trabalho, com quotas de imigração, e de valorização da cultura nacional. Nesse ponto, porém, destaca-se que havia candente debate sobre que era “cultura nacional”: enquanto os herdeiros da Antropofagia – e seu índio caraíba, a capivara, o “herói de nossa gente”, Macunaíma (1933, de Mário de Andrade) – defendiam que a cultura brasileira seria a mistura, a incorporação crítica do estrangeiro, os herdeiros da Escola da Ante e do Verde-amarelismo – com o “bom selvagem”, a anta, Martim-Cererê (Cassiano Ricardo) – excluía qualquer influência estrangeira em busca da pureza nacional, ligando-se ao ufanismo. Ademais, na década de 1920, outro debate ganhou espaço: o da educação. Nesse ponto, dois grupos se opunham: o da Escola Nova (liderado por Anísio Teixeira) e do grupo católico (concentrado no Centro Dom Vital, Liga Católica e os católicos mineiros). A fim de conciliar tão diferentes ideias, Vargas buscou o meio-termo, incluindo toda a intelectualidade, na medida do possível, na máquina estatal ou a ela associados. Notável destaque diz respeito ao limite da conciliação: não se podia criticar o governo – o que explica a prisão de escritores como Graciliano Ramos e Monteiro Lobato.

Assim, a criação de órgãos governamentais na área cultural buscava dois objetivos: evitar e censurar as críticas – mediante ação do DIP – e criar, difundir e fortalecer a cultura e identidade nacional – mediante Ministério da Educação e Saúde. Ambos os órgãos foram inovações do governo Vargas e tinham função complementar na área cultural. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes, seguia padrões de regimes autoritários da Itália e Alemanha, sendo responsável pela censura,

pela administração do calendário festivo e da exaltação personalista de Vargas. A fim de impor a censura, Fontes fora instruído com métodos de tortura pela própria Gestapo, a qual foi aplicada impiedosamente contra os envolvidos na Intentona Comunista de 1935. Para as festividades nacionais, quatro datas foram eleitas: 19 de abril (aniversário de Vargas), 01 de maio (dia do trabalhador), 07 de setembro (independência nacional) e 10 de novembro (instauração do Estado Novo). A exaltação e construção do “mito Vargas”, por sua vez, teve as mais criativas ações, além de bustos, fotografias e apresentações cívicas, como a publicação de livros infantis (Vargas para Crianças) e programa de rádio que depois se transformaria na “Voz do Brasil”. A ação do DIP, assim, concentrado no período do Estado Novo, fundava-se na concepção autoritária do Estado, que remonta aos escritos de Alberto Torres e encontraria respaldo no contexto internacional de crise do liberalismo e ascensão dos autoritarismos e do fascismo.

A ação do Ministério da Educação e Saúde (MES), por sua vez, após inicialmente liderada por Francisco Campos, passou a ser encabeçada pelo notável católico mineiro Capanema, a partir de 1933. Seu chefe de gabinete, Carlos Drummond, e outros altos funcionários, como Melo Franco, tinham ligações diretas com os modernistas de 1922. A política educacional, de forma geral, foi baseada na proposta católica, que prevaleceu na Constituinte de 1933-1934, mantendo o ensino com separação por gênero e o ensino religioso (contra a proposta laica e sem distinção de gênero do Manifesto da Escola Nova). Não obstante, não se limitou a isso: na nacionalização do ensino, que proibia estrangeiros de serem donos de escolas e o ensino em língua estrangeira, houve implantação de um currículo nacional, em que não apenas a figura de Vargas

era exaltada, mas a ideologia de uma miscigenação positiva, o pensamento modernista e a valorização do trabalho eram notáveis. Ao mesmo tempo, o MES esforçou-se em criar mecanismos de proteção cultural, notadamente via SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, baseando-se na proposta de Mário de Andrade, com quatro livros de tombamento e criação de museus modernos, como o Museu das Missões (Rio Grande do Sul) e o Museu da Inconfidência (Minas Gerais).

Ao mesmo tempo, Vargas nomeia Gustavo Barroso para diretoria do Museu Histórico Nacional, criado em 1932. Em contraposição à perspectiva moderna dos museus criados pelo grupo do MES – em que se destacavam arte indígena, objetos do cotidiano, além do Barroco mineiro, com curadoria e objetivo de aprender sobre o passado e a identidade do País – o Museu Histórico Nacional, sob direção de Barroso, incorpora caráter laudatório do passado histórico, com clara predominância da herança europeia, destacando-se exaltação aos bandeirantes e uma noção de Nação perpétua, evolucionista. A concepção de arte nacional de Barroso, não por coincidência, derivava da Escola da Anta, sendo ele um dos maiores expoentes do Integralismo, que seria aliado da política em 1938.

No contexto da “era do rádio”, o Estado não ficou alheio às músicas ouvidas pelos brasileiros, e censurou letras como o samba de Wilson Batista, que cantava “ter orgulho de ser tão vadio”. No seio da exaltação ao trabalhismo, criação da CLT, da carteira de trabalho, o sambista passaria a cantar outras estrofes, feliz por ir trabalhar no bonde da cidade. Outra notável ação de Vargas foi a legalização da prática da capoeira, popularizada pelos estudos de Mestre Bimba e sua

capoeira regional. Reprimida durante a Primeira República, a capoeira passa a ser elevada a patrimônio e orgulho nacional, pela relação latente com a miscigenação do povo brasileiro.

Ainda, no campo da arquitetura, destacavam-se a quase ausência de edifícios da Primeira República no livro de tombamento do período, na lógica da rejeição da “república oligárquica”, bem como a construção do Edifício Capanema, internacionalmente reconhecido pelo seu valor artístico. A construção do que seria sede do MES foi objeto de concurso, vencendo o tradicional Archimedes Memória. O projeto, porém, não foi construído, tamanha a influência modernista no Ministério. Contrataram-se Lúcio Costa, Burle Marx e outros notáveis arquitetos, com consultoria de Le Corbusier, que veio ao Brasil para o projeto. Com a inauguração do prédio, a arquitetura brasileira passou a ser internacionalmente admirada, alcançando ápice na construção de Brasília, com Niemeyer.

Em todas essas ações, destaca-se o caráter conciliatório e, ao mesmo tempo, contraditório do governo Vargas, inerente à natureza de “Estado de compromisso”: enquanto museus modernos eram inaugurados em Minas, o Museu do Império (notavelmente laudatório) era organizado em Petrópolis; ao passo em que incluía comunistas no MES, Vargas perseguia líderes da Intentona pelo DIP; ao passo em que criava a narrativa do “mito Vargas”, esforçava-se por reconhecer a diversidade dos antepassados na capoeira. Por tudo isso, a política cultural de Vargas foi extremamente diversa e rica, buscando, pelas maneiras mais distintas, a legitimidade do poder através da função simbólica, como ensina Lilia Schwarcz.

Andrea Kakitani Carbone 27,5

TL – 89;
1105 palavras;
12,4 palavras por linha

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder ocorreu no contexto de crise política da República oligárquica, nos anos 1920, e crise econômica de 1929, a qual fez o preço do café cair e afetou a economia agroexportadora brasileira. Ainda que a Aliança Libertadora de Vargas e João Pessoa não tenha tido êxito nas eleições de 1929/1930, o grupo chegou ao poder por meio de uma revolução, destituindo Washington Luís. A era Vargas (1930-1945) caracterizou-se pela formação de um Estado de Compromisso, conciliando interesses das oligarquias estaduais, dos tenentes, dos militares e dos industriais. Tratava-se de um governo centralizador, influenciado pelo corporativismo de Manólesco, pelo positivismo castilhistas, pela Doutrina Social da Igreja (Rerum Novarum e Quadragesimo Anno) e pelo autoritarismo. O regime varguista marcou um ponto de inflexão para o Brasil, pois o modelo agroexportador foi substituído pelo modelo econômico desenvolvimentista, centrado no mercado interno e na indústria. Essa mudança teve consequências para a política exterior, pois a diplomacia passou a orientar-se pela busca de desenvolvimento.

Os órgãos governamentais com atuação na área cultural da era Vargas tem como precedente uma comissão brasileira de cooperação intelectual, a qual exercia funções em órgão destinado à cultura da Liga das Nações, espécie de UNESCO. Com o início do Governo provisório (1930-1934), foram promovidas mudanças no setor cultural: criou-se o Serviço de Cooperação Intelectual, o qual, mais tarde, evoluiria para Departamento

de Cooperação Intelectual (DCI). Em torno desses órgãos havia uma disputa entre três setores do governo – o DIP, a chancelaria e o MES de Capanema. A promoção da cultura brasileira ficaria a cargo dessas três instâncias, as quais não tinham exatamente o mesmo projeto. Capanema, por exemplo, queria superar o modelo de atuação cultural dos anos 1920, de modo a promover ações como intercâmbio educacional e exposição da identidade brasileira no exterior. Seu ministério, apelidado de “Constelação Capanema”, contratou artistas modernistas, sobretudo do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, para promover e consolidar uma identidade nacional, difundindo elementos da cultura popular (samba, futebol, etc.). Ademais, o MES investiu no projeto de reforma do ensino, adaptando as instituições de 2º grau para a formação de elites e profissionais e criando universidades, como a Universidade do Rio de Janeiro. Havia, no entanto, embates entre diferentes grupos, como os católicos e os reformadores liberais – os primeiros queriam ensino religioso nas escolas e uma divisão por gênero; os segundos eram favoráveis ao ensino laico e sem distinção de gêneros. Buscava-se conciliar os interesses dissonantes.

Enquanto, via DCI, o governo Vargas valorizava a cultura erudita brasileira no estrangeiro, sendo exemplo disso as apresentações de Villa-Lobos no exterior, acompanhado de sua “embaixada musical; no âmbito interno, promovia-se a cultura popular. A difusão de símbolos populares fazia parte da estratégia de formação de identidade nacional, em substituição às identidades estaduais. As manifestações de cultura popular, todavia, não gozavam de plena liberdade: o carnaval de rua era restringido e, principalmente com o início do Estado Novo, as obras eram censuradas pelo DIP, que não permitia

publicações danosas à imagem do governo. Esse controle estatal também era presente na política. Com a urbanização e a industrialização da sociedade brasileira, surgiram partidos de massa: ANL, de esquerda e liderada por Prestes, e AIB, de direita e liderada por Plínio Salgado. Durante o governo provisório e o governo constitucionalista, Vargas usou a AIB para alcançar seus interesses, isto é, reprimir os setores à esquerda. Após a Lei de Segurança Nacional (1935), a ANL foi fechada, o que motivou a Intentona Comunista (derrotada, com líderes enviados ao exílio). Os integralistas pensavam que teriam lugar de destaque no governo após a decretação do Estado de Sítio e o início do Estado Novo (motivado pela divulgação do falso plano de golpe comunista, Plano Cohen), mas Vargas decretou o fechamento de todos os partidos (1938) e reprimiu a AIB em razão do Putsch Integralista. Nos anos 1940, promove-se a “invenção do trabalhismo”, com o auxílio do programa de rádio Hora do Brasil e do ministro do trabalho Alexandre Marcondes Filho. Tratava-se de uma cultura de valorização do trabalhador para constituir uma cidadania tutelada, legitimando o governo.

Na frente externa, a política cultural relacionava-se com a equidistância pragmática e a entrada na II GM. Entre 1935 e 1937, teve-se o equilíbrio possível entre Alemanha, com a qual praticava-se o comércio compensado via acordo de 1935, e os EUA, com o qual havia comércio em termos liberais via acordo de 1935 com cláusula da nação mais favorecida. Nesse período, a Alemanha superou os EUA como principal origem das importações brasileiras. Entre 1938 e 1939, há um equilíbrio difícil pela eminência de guerra, a divisão interna entre germanófilos e americanistas e pelo Caso Ritter (resultado do fechamento

de célula nazista no Brasil). Entre 1939 e 1942, o equilíbrio é rompido, pois o Brasil declara neutralidade na guerra como forma de barganhar financiamento à siderúrgica CSN e o reaparelhamento das Forças Armadas. Além disso, o bloqueio atlântico prejudica o comércio com a Alemanha e inicia-se uma cobeligerância com os EUA (recebimento de armas via Lend and Lease, política econômica voltada aos EUA). Para afastar a influência nazista da América Latina e dissipar o antiamericanismo, os EUA mudam sua política cultural e adotam proposta de Nelson Rockefeller. Desse modo, via OCIAA, os EUA promoviam uma melhora de sua imagem na América Latina e buscavam rejeitar estereótipos negativos dos latinos na cultura norte-americana. Em relação ao Brasil, enalteceu-se figuras como Carmen Miranda e produziram-se filmes da Disney com a personagem Zé Carioca. A política cultural brasileira beneficiou-se desse movimento, de modo que, similarmente aos EUA, Vargas auxiliou na formação de uma indústria cinematográfica que promovesse uma imagem positiva do Brasil nos vizinhos. O resultado do rompimento do equilíbrio pragmático e da política cultural de Roosevelt, sob a Política da Boa Vizinhança, foi a aproximação EUA-Brasil e a definitiva entrada brasileira na guerra. Formava-se uma “aliança especial”.

No âmbito interno, durante o Estado Novo, Vargas seguiu atraindo intelectuais ao governo, principalmente aqueles à direita, para dar continuidade à política cultural de integração nacional. Beneficiava-se, assim, uma representação de nação que partisse do Estado e fosse por ele organizada via lógica corporativista. O pensamento nacionalista autoritário destacou-se nesse contexto, com autores como Francisco Campos e Oliveira Vianna. Em relação à arquitetura, ao patrimônio

e aos museus, manteve-se orientação dos anos 1930: apesar da diferença ideológica, arquitetos modernistas, como Lucio Costa, realizaram obras para o governo (Ed. Capanema); a preservação do patrimônio deu-se principalmente via nacionalização de recursos (Código de Minas, Código de Águas); e o MES cumpriu função museológica em relação às obras modernistas. Além disso, a abertura de museus e instituições de ensino visava promover uma identidade nacional.

Daniel Nogueira Chignoli

27,5

TL – 80;
1010 palavras;
12,6 palavras por linha

A Revolução de 1930 é um marco da modernidade brasileira. Nada obstante, as contradições entre o europeísmo mimetizado presente na Primeira República e a busca por uma manifestação cultural verdadeiramente nacional já se manifestam na década de 1920, como se constata com a Semana de Arte Moderna, o movimento verde-amarelista e o manifesto antropofágico. A Era Vargas é um momento em que todos esses movimentos que existiam foram da estrutura burocrática do Estado são inseridos, de maneira seletiva, nela, para a constituição de uma política cultural nacional.

Após chegar ao poder, Vargas cria o ministério da educação, sob o comando de Capanema, um político de influência católica, mas que vai mostrar-se tolerante com manifestações culturais de diferentes matizes ideológicas, abrigando nas estruturas do ministério, inclusive, comunistas. Campanhas de alfabetização e a padronização de livros didáticos auxiliam na criação de uma grade curricular mínima, e a literatura infanto-juvenil, como os livros de Monteiro Lobato, ganha importância. Nesse sentido, é valorizada uma cultura brasileira que não se submete aos cânones europeus, mas que apresenta características de modernidade. A importância do Ministério da Educação também é demonstrada pelo interesse que grupos políticos, como os integralistas, que desejam que Plínio Salgado fosse ministro da educação, tinham em controlá-lo, para poder conduzir esse processo de conformação cultural nacional mediante o sistema nacional de ensino.

Além disso, o Ministério das Relações Exteriores também apresenta mudanças, atraindo intelectuais e escritores que conformam a segunda geração modernista, como Vinicius de Moraes, João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa, que farão uso de suas vivências diplomáticas para a escritura de suas obras. Ademais, uma burocracia para a promoção da cultura brasileira no exterior é formada, no âmbito do Itamaraty. A ideia de apresentar o Brasil como um país moderno e em franco desenvolvimento consolida-se. Nesse sentido, na Era Vargas, passa-se a contrapor esse novo período com o da Primeira República, agora chama de “República Velha”.

A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda cristaliza a intervenção estatal sobre as manifestações culturais. Além das campanhas educativas, como de saúde e de alfabetização, o DIP forma um significativo aparato de censura, que irá selecionar quais expressões serão toleradas pelo regime, como demonstra a censura e a prisão de Graciliano Ramos. Uma estética do Estado Novo calcada em expressões do realismo fascista e soviético é incentivada de modo a demonstrar Vargas como o líder da nação, primeiro trabalhador e pai dos pobres. Paulatinamente, conforma-se um modelo de identidade nacional mediante a união do samba das camadas populares com o futebol das elites, tudo isso repercutido pelo rádio, meio de comunicação muito usado por Vargas, com a transmissão de seus discursos pela Rádio Nacional. Nesse sentido, havia o controle estatal das manifestações culturais, de modo a criar uma identidade brasileira conformada pelo regime.

Esse controle já começa a aparecer com a crise do Diário Carioca, em 1931, que criticava Vargas e acaba

empastelado pelos apoiadores do presidente, o que enseja o pedido de demissão de todos os ministros gaúchos. Desse fato, já se constata que as manifestações, malgrado a tolerância do Ministério da Educação de Capanema, contrárias ao regime não seriam tolerados facilmente. Ainda assim, há o esforço em se diferenciar do elitismo europeu da Primeira República, e as manifestações culturais negras deixam, em parte, de ser marginalizadas para serem assimiladas, também seletivamente. Vargas cria o Dia da Raça, de modo a, oficialmente, valorizar as contribuições dos afro-brasileiros. Da mesma forma, em 1933, Gilberto Freyre lança Casa-Grande & Senzala, em que expõe sua valorização da negritude brasileira, ainda que sob o paradigma da democracia racial. Desse modo, constitui-se o paradigma de uma nação culturalmente mestiça, em contraponto ao objetivo de embranquecimento populacional que havia na Primeira República. Nada obstante, Vargas irá, embora revogue leis como a da vadiagem que perseguia comunidades negras, exercer o controle sobre manifestações culturais como o carnaval, coibindo posicionamentos críticos ao regime e até mesmo destruindo a praça XI, espaço de carnavalescos e de críticos ao regime, por meio da construção da avenida presidente Vargas. A censura começa a se fazer sentir nas músicas, como “O Bonde de São Januário”, de Cyro Monteiro, que tem a letra alterada para ser favorável ao Estado Novo. Poemas como “Áporo” e “Rosa do Povo”, de Carlos Drummond de Andrade, também exemplificam a atmosfera de repressão. Essa contradição entre uma efervescência cultural e a censura ensejará o Manifesto dos Escritores, em janeiro de 1945, que pedirá o fim da censura, contribuindo para o fim da Era Vargas.

A intelectualidade foi usada para a legitimação do caráter moderno do regime varguista. Nesse sentido, o novo prédio do Ministério da Educação, projetado por Le Corbusier, com seus pilotis e vãos livres, é exemplo dessa busca pela nacionalidade. É, também, na Era Vargas que Lúcio Costa e Niemeyer começam seus trabalhos e parcerias, além da consolidação do paisagismo de Burle Marx, todos com reconhecimento nacional e internacional, separando o neoclassicismo e o art déco que vigoravam, majoritariamente, na arquitetura nacional, abrindo caminho para o uso do concreto e das curvas, o que ensejará o brutalismo das décadas seguintes. A preocupação com o patrimônio nacional começa a ser racionalizada por meio da criação do DASP, o que enseja a constituição de outros órgãos, como o IPHAN, de modo a preservar o legado histórico e artístico nacional. Novos museus são criados, como o Museu Nacional, e a elite paulistana inicia o processo para a construção do Museu de Arte de São Paulo (MASP), sob os auspícios de Lina Bo Bardi e de Assis Chateaubriand. Dessa forma, há a preocupação com a constituição de uma memória nacional, por intermédio de aparelhos culturais como repositório e divulgação desse patrimônio.

A Era Vargas foi um período de consolidação da cultura e da identidade nacionais. Sem embargo, não houve plena liberdade intelectual, com uma assimilação seletiva, de acordo com os interesses do regime. O aparato burocrático, dessa forma, foi expandido e modernizado para abrigar intelectuais e consolidar uma narrativa de ruptura entre a Primeira República, dita “Velha”, e o Estado Novo

Vinícius Gonzalez Nóbrega

23

TL – 90;
1200 palavras;
13,3 palavras por linha

O período da Era Vargas (1930-1945) foi ocasião de grande efervescência cultural no Brasil, que experimentou o auge dos movimentos modernistas de arte. Do ponto de vista político, havia um premente anseio de desvinculação do Estado brasileiro das bases estéticas europeizantes da Primeira República, tachada de “República Velha”. Tal período também coincidiu com a consolidação de novos meios de expressão artística (mormente o rádio e o cinema) e com a “política da boa vizinhança” dos EUA, que ensejou grande aproximação entre os dois países no plano cultural. A reformulação do Estado brasileiro também implicou a formulação de diversos órgãos incumbidos de promoção e preservação cultural.

O período anterior à Era Vargas foi caracterizado, no plano das ideias, pela generalizada crença na superioridade dos povos europeus, como exemplificado pela participação de Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, no “Congresso Internacional das Raças”, em Londres em 1911. Na arte, havia predomínio da pintura academicista, da arquitetura eclética e das produções eruditas europeias. No Velho Continente, contudo, tais bases estéticas começaram a ruir com o crescimento da popularidade das vanguardas, como o expressionismo, o dadaísmo, o futurismo e o cubismo. Os movimentos vanguardistas foram recebidos com grande entusiasmo por parte de setores da

elite brasileira, como Anita Malfatti, que havia estudado na Europa e, no Brasil, seria duramente criticada pelo artigo “Paranoia e mistificação”, de Monteiro Lobato. Não obstante, a arte autoproclamada “futurista” (em contraposição ao “passadismo” visto na arte de outrora) ganhou popularidade entre parte da elite paulista, e o empresário Paulo Prado patrocinou a realização da “Semana de Arte Moderna”, no Theatro Municipal de SP. Após a “Semana de 1922”, observou-se uma clivagem estética entre os modernistas. No “Manifesto Pau-Brasil”, depois ratificado pelo “Manifesto Antropofágico”, Oswald de Andrade advogava por uma “arte brasileira de exportação”, que, tal qual certas tribos indígenas faziam, deveria “deglutir” padrões estéticos europeus e incorporá-los a uma arte genuinamente nacional. Em contrapartida, o “Grupo da Anta”, integrado por nomes como Plínio Salgado e Menotti del Picchia, acusava os antropófagos de subserviência e advogava por uma identidade ferrenhamente nacionalista, baseada no “mito das três raças”, tal qual elaborado na obra “Martim Cererê”, de Cassiano Ricardo. Paralelamente a essa disputa, ocorria grande mudança na museologia brasileira, com a fundação do Museu Histórico Nacional, na esteira da comemoração dos 100 anos de independência; o diretor, Gustavo Barroso, abandonou o paradigma enciclopedista do século XIX (presente, por exemplo, no Museu Nacional) e iniciou um museu temático, com exposições destinadas a laudar a construção do Brasil pelos colonizadores. Tal corrente museológica foi, pouco depois, seguida pelo Museu Paulista, que havia sido criado no século anterior.

Após a Revolução de 1930, houve uma maior preocupação do Estado brasileiro com temas culturais. Tal era uma

preocupação observada no mundo inteiro, decorrente da consolidação dos meios de comunicação em massa (rádio e cinema) e da ascensão do nacionalismo em muitos países, o que implicava um anseio por firmar uma identidade nacional. Foi emblemático, assim, o fato de uma das primeiras medidas do Governo Provisório ter sido a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), inicialmente sob a chefia de Francisco Campos, mas depois comandado por Gustavo Capanema. O MEC notabilizou-se por uma promoção da identidade cultural nos termos do ideário modernista, rechaçando a concepção de que o “branqueamento” do Brasil seria o único caminho para o progresso. Pelo contrário, o governo Vargas impôs severas restrições à imigração e manifestou preocupação quanto a colônias étnicas europeias no Sul do Brasil, proibindo o ensino em qualquer língua que não o português. Foi também emblemática a construção do “Edifício Capanema” para abrigar o MEC: pela primeira vez, o Estado brasileiro bancava grande obra no estilo arquitetônico modernista, inclusive com a visita do renomado arquiteto Le Corbusier ao canteiro de obras.

Quanto aos museus, o governo Vargas criou o “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (SPHAN), com grande influência do intelectual Mário de Andrade. O SPHAN levou a cabo uma significativa mudança na concepção museológica nacional, com a construção de museus como o Museu das Missões (RS), o Museu da Inconfidência (MG) e o Museu do Ouro (MG). Abandonava-se em definitivo a museologia enciclopédica, consistente na exibição de diversos artefatos com pouca relação temática entre si. Ao invés da concepção laudatória idealizada pelo integralista Gustavo Barroso, no entanto, os museus do SPHAN caracterizavam-se pela exibição de objetos da vida cotidiana,

como roupas, armas, moedas e cartas. O SPHAN também inaugurou o instituto jurídico do tombamento para a preservação do patrimônio histórico e artístico. Quanto aos edifícios tombados, houve uma nítida preferência pelo barroco, em especial pelo barroco mineiro, consoante o fascínio de vários modernistas por essa tendência arquitetônica, como exemplificado pela visita de Blaise Cendrars ao Brasil. Foi também notável a parca proteção aos edifícios ecléticos da Primeira República, com a exceção notável do Teatro Amazonas, em Manaus.

Outro pilar da política cultural da Era Vargas foi o “Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP), chefiado por Lourival Fontes e com uma cultura institucional muito influenciada pelo integralismo. Tal qual seus precursores “verde-amarelistas”, os integralistas do DIP propugnavam uma identidade brasileira calcada no “mito das três raças” - por essa razão, o símbolo de seu movimento era a letra grega “sigma” (na matemática, notação para “somatório”). Além de promulgar a ideia de pertencimento a um Brasil fundado pelo heroísmo de três raças, o DIP era responsável pelo controle dos meios de comunicação e por promover um culto à personalidade em torno do presidente Vargas. A popularização do rádio ensejou a realização do programa “Voz do Brasil”, com grande influência na construção do mito de Vargas como o benemérito do trabalhador brasileiro.

Consoante a concepção modernista de aproximar arte popular e erudita, a política cultural de Vargas foi também caracterizada pelo esforço em apropriação e controle de manifestações culturais populares. Como a sede do poder estava no Rio de Janeiro, o samba passou a ser um dos principais alvos dessa política. De ritmo

marginalizado no início do século, o samba passou a ser promovido como símbolo da tradição musical brasileira, inclusive com a sua promoção no estrangeiro, como exemplificado pela popularidade de Cármen Miranda nos EUA. No carnaval, iniciaram-se os “desfiles de escolas de samba”, com enredos laudatórios à concepção de identidade regional adotada pelo regime. Também instrumentalizou-se o futebol, que já era o esporte mais popular do Brasil na década de 1930.

O Itamaraty esteve presente durante todo o processo de reformulação das bases estéticas nacionais. Desde a participação dos diplomatas Graça Aranha e Ronald de Carvalho na Semana de 1922, observou-se um crescente esforço da diplomacia brasileira na promoção cultural do país. Tais esforços foram exemplificados pela atuação do embaixador Souza Dantas em Paris, e culminaram no estabelecimento da Divisão de Cooperação Intelectual, no seio do MRE, durante a chancelaria de Oswaldo Aranha. O Brasil cooperou intensamente na difusão da cultura popular de seu povo, favorecida pela “política da boa vizinhança” dos EUA. No plano multilateral, o Brasil contribuiu intensamente nas discussões que culminaram na criação da UNESCO, além de contribuir com artistas como Niemeyer para a construção da sede da ONU, e obras de modernistas como Cândido Portinari, na ONU, e Iberê Camargo, na OMS.

MENOR NOTA

Anônimo

13,5

TL – 53;
516 palavras;
9,73 palavras/linha

A Era Vargas corresponde a um período de constituição da moderna ideia de nação no Brasil, à qual corresponde um Estado fortalecido e centralizado capaz de promover uma determinada concepção de cultura. Se, por um lado, intelectuais de diversos matizes aderiram às propostas de Vargas, por outro, a este foi particularmente benéfico o apoio da classe artística e intelectual, cabendo ressaltar que parte da crise do Estado Novo é devido à perda de apoio dessas classes.

O governo Vargas tem início em um contexto geral de desencanto com as propostas liberais. Seja na América Latina ou na Europa, as crises posteriores à Primeira Guerra Mundial e, particularmente, a Crise de 29, trazem a noção da necessária presença de um Estado forte e garantidor do bem-estar da nação. No entanto, a construção tanto da ideia de Estado quanto de nação não são auto-evidentes, necessitando construção de um arcabouço que possibilite a união da população em torno de uma ideia comum de povo. Nesse sentido, o governo Vargas é marcado pela colaboração com grupos culturais e intelectuais diversos, como os modernistas, os católicos, os intelectuais e os integralistas.

Os modernistas são integrados à ideologia e prática estatal no que foi conceituado como “rotinização do modernismo”. A valorização das diferentes raízes formadoras da cultura brasileira foi marca importante do governo Vargas, assim como proposto pelo Modernismo.

Nesse sentido, importantes órgãos foram criados com interferência na área cultural. Cabe ressaltar o Ministério da Educação, sob direção de Gustavo Capanema, onde está presente pintura de Candido Portinari. Houve busca de uniformizar o ensino por todo o país, o que envolveu a repressão ao ensino da língua materna de imigrantes em regiões onde eram maioria, tendo prevalência do ensino do português. Outro importante meio de uniformização cultural foi o intenso uso do rádio, pelo qual eram transmitidas músicas, novelas e comunicados sobre as atividades do governo, na Hora do Brasil.

Algumas manifestações eram, no entanto, alvo de estigmatização. É notável a dupla atuação sobre o samba durante o governo Vargas, pois, enquanto de um lado foi elevado à categoria de reflexo do povo brasileiro, por outro, o sambista foi frequentemente associado à figura do malandro e reprimido sob a lei da vadiagem.

Ainda assim, muitos intelectuais tomaram parte no regime, como Carlos Drummond de Andrade, em Minas Gerais, e Oswald de Andrade, em São Paulo. É importante notar que embora muitos intelectuais tivessem orientação comunista, como Jorge Amado, a repressão do governo era acionada sobretudo quando estes faziam críticas diretas ao governo.

Outros grupos cooptados pelo governo Vargas foram os católicos, que tiveram artigos inscritos na Constituição de 1934, com a previsão de um padre em hospitais e em áreas militares. O período também marca a construção do Cristo Redentor no Rio de Janeiro e o casamento de Vargas como forma de melhorar a perspectiva religiosa sobre ele.

Cabe, finalmente, ressaltar que o apoio dos artistas e intelectuais tem sua importância confirmada no contexto da crise do Estado Novo, durante a qual um dos eventos de maior relevância foi o Manifesto dos Artistas, em 1943, demandando o retorno à democracia.

Questão 03

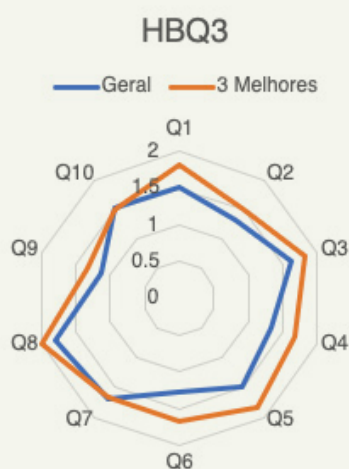
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 14,9

Média Pessoas com Deficiência: 14,3

Média Candidatos Negros: 13,7

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Pesa sobre a geração 1870 a acusação de ter se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos que em interpretar a realidade nacional, ignorando solenemente, salvo honrosas exceções, como Joaquim Nabuco, os problemas cruciais da sociedade brasileira, sobretudo a escravidão: “Os brasileiros liam [...] de regra sem nenhum espírito crítico. [...] Caudatários. Na sua cultura, imitativos, no pensamento – e cômicos disso - [...], estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa”.

Acredito que o diagnóstico da imitação resulta de dois procedimentos adotados pelos analistas. De um lado, a incorporação acrítica das interpretações e classificações construídas pós-factum por membros da própria geração de 1870, em suas memórias, já na República. Assim endossaram a clivagem doutrinária como eixo explicativo do movimento. De outro, supuseram que o campo intelectual fosse autônomo, analisando, em decorrência, o movimento por comparação com sistemas intelectuais europeus.

Alonso, Angela. Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 21 e 22, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca das relações entre a crise do Estado Monárquico e a vida acadêmica, científica e literária no Segundo Reinado. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o contexto sociopolítico que levou ao surgimento da geração de 1870;
- a circulação intelectual na segunda metade do século 19; e
- a crise da Monarquia.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. A geração 1870 é alvo de investigações desde o seu surgimento na segunda metade do século 19. De lá para cá, muitos intérpretes buscaram elucidar as causas de sua formação, bem como os seus pensamentos, a origem social, além do impacto político e intelectual. Espera-se, nesse sentido, uma reflexão mais ampla acerca do lugar ocupado pelos atores desse movimento na conjuntura que antecede a queda do Segundo Reinado, logo, sabendo situá-lo dentro de sua importância histórica para o referido período.

Q2. Como elemento inicial de análise, o candidato deve ressaltar que, antes de tudo, os movimentos intelectuais e políticos encabeçados pela geração 1870 assumiram um caráter de contestação à ordem estabelecida, a saber, o domínio dos saquaremas e o liberalismo estamental; sendo assim, tal geração adotou uma postura crítica ao status quo dominante.

Q3. Cabe ressaltar a importância de se considerar que a hierarquização social, herdeira do Antigo Regime e inserida no jogo de dominação das elites liberais e conservadoras, barrava o ingresso ao poder de novos agentes, bem como a ascensão daqueles que, já inseridos nas estruturas de poder, se encontravam marginalizados. Dessa forma, as críticas e as reformas almejadas visavam também à inserção desses agentes no cenário político em vigor ou na alteração dele.

Q4. Ainda em relação ao contexto sociopolítico que levou ao surgimento da geração 1870, é fundamental destacar as mudanças ocasionadas pela chamada modernização conservadora,

a qual, mesmo incompleta, possibilitou uma maior permeabilidade social e econômica. Além disso, tais reformas foram responsáveis por uma cisão na elite política dominante, assim, foi aberto o espaço para as contestações extrainstitucionais.

Q5. No que concerne à circulação intelectual na segunda metade do século 19, o candidato deve mencionar também que a geração 1870 se destacava pela propagação de ideologias progressistas, vistas amiúde como radicais por seus detratores enraizados na estrutura estatal do Império. Apesar de serem muito influenciados por filosofias europeias, como darwinismo social, spencerianismo, positivismo, entre outras, as apropriações por parte dos agentes envolvidos – outrora interpretadas pela historiografia como cópias ornamentais de ideias europeias – davam-se mediante necessidades das disputas políticas em vigor; desse modo, o repertório intelectual do movimento era formado por elementos estrangeiros, mas também pela tradição e peculiaridades nacionais.

Q6. O estabelecimento de uma unidade doutrinária e intelectual para o grupo é inviável, dado que as ideias eram tão diversas quanto as apropriações e as necessidades de sua aplicação nas disputas políticas. Por isso, demonstrará erudição e domínio do conteúdo o candidato que considerar o ecletismo e o sincretismo dessas ideias, que longe de serem “puras” na Europa muito menos eram no Brasil. Reputam-se como defasadas as teses que visam a analisar os postulados intelectuais do movimento pelo viés da fidelidade doutrinária, ou não, a suas raízes europeias.

Q7. É necessário destacar também que os debates se davam, na maioria das vezes, em esferas públicas de discussão, e não pelas vias institucionais, como

o Parlamento e as instituições educacionais, mantidas pelo Estado. Aliás, muitos de seus agentes somente integraram as estruturas oficiais de ressonância intelectual e política durante a República. Desse modo, a imprensa, as publicações diversas e os palanques eram, frequentemente, as formas mais usuais de propagação de seu pensamento.

Q8. É imprescindível que o candidato mencione a impossibilidade de se desvincular a trajetória da geração 1870 da crise que se abateu sobre o Império nas últimas décadas do século 19. A grande experiência social compartilhada por esse grupo era a exclusão nas entranhas do aparato político e administrativo do Segundo Reinado, e o seu nascimento deu-se justamente em contestação a essa ordem. À medida em que se fendia, a estrutura do regime abria espaço para novas ideias contestatórias; dessa forma, pode-se dizer que a ação dos membros desse movimento alimentou-se da crise e fomentou-a. Ao pregarem o fim do sistema de trabalho escravista vigente, a extinção do Poder Moderador e a laicização do Estado, os integrantes dessa geração minavam os pilares que sustentavam o regime desde então.

Q9. Em que pese a constatação da marginalização e da exclusão do grupo representado pela geração 1870, diante do cenário político vigente na época, é importante destacar que tal grupo fazia parte de certa elite nacional, haja vista que o próprio letramento era um fator de distinção. Mesmo aleijada das altas instâncias de poder, essa elite não buscou uma ruptura radical e, sim, uma profunda reforma nos aparelhos do Estado, e uma prova disso é a opção por ideologias não revolucionárias – como, por exemplo, o positivismo – ao invés de opções revolucionárias como o marxismo, também disponíveis no repertório daquela época.

Q10. O candidato deve ressaltar, por fim, que muitos integrantes dessa geração posteriormente ocuparam lugares de destaque na construção política e intelectual da República, como é o caso de Júlio de Castilhos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rui Barbosa, Sílvio Romero, entre outros. Armados de ideias abolicionistas e republicanas, muitos desses atores pavimentaram os caminhos que o novo regime percorreria.

Referências:

ALONSO, Angela. Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In.: Revi no 44, out 2000.

Gabriela Barcelos Tamoio Costa 17

TL – 60;
637 palavras;
10,61 palavras/linha

As ideias que circularam no Império do Brasil ao longo da segunda metade do Segundo reinado foram importantes fatores para a desestabilização do regime monárquico. A chamada geração de 1870 foi influenciada, internamente, pelas reformas instauradas pelo Visconde do Rio Branco, pela renovação empreendida no Parlamento após a implementação da Lei dos Círculos, pelo contexto de crise econômica oriunda da Guerra do Paraguai, entre outros, e, externamente, pelas ideias liberais que circulavam nos Estados Unidos e na Europa.

A emergência da Geração de 1870 traz uma reorganização da configuração partidária que havia se estabelecido desde o início do Segundo Reinado. Até o período, dois partidos dominavam as relações no Parlamento, os liberais e os conservadores, tendo havido ainda entre 1853 e 1858 a união dos dois no chamado Gabinete da Conciliação. O breve período de predomínio liberal no Gabinete Zacarias no início dos anos 1860 é interrompido pela atuação do Imperador em favor do conservador Visconde do Rio Branco a fim de finalizar o conflito no Paraguai. Se, por um lado, a intervenção no Imperador gerou um racha entre os liberais, que formaram dois outros partidos, o Partido Liberal e o Partido Radical – posteriormente Partido Republicano –, por outro, possibilitou ao Visconde do Rio Branco implementar uma série de reformas que teriam importante consequências nos anos seguintes.

Com uma agenda destinada a implementar pautas liberais, o Visconde do Rio Branco foi responsável, entre outras coisas, pela criação de faculdades, notadamente a faculdade de Geologia de Ouro Preto, possibilitando a jovens de classe média formar-se e terem ambições de ter mais poder político, e implementou também a Lei do Terço, que garantia que a cada dois deputados eleitos na província, um seria de oposição. Tais medidas são importantes para a compreensão dos debates da década de 1870.

Uma nova classe média urbana formava-se e, como tal, refletia uma dada percepção de sua exclusão do debate político. Compreende-se, nesse sentido, a formação mesmo do Partido Republicano logo após o lançamento do Manifesto Republicano de 1870. Majoritariamente formado por profissionais liberais urbanos, defendia o fim do Conselho de Estado, do Poder Moderador, a defesa de direitos civis e políticos, embora não tocasse no tema da escravidão. Cabe, no entanto, ressaltar que o Partido Republicano Paulista, criado na Convenção de Uti, tinha outras prioridades. Formado, sobretudo, por proprietários rurais de novas zonas de produção cafeeira, tinham interesse na autonomia regional para levarem à frente seus negócios estando os direitos civis e políticos em segundo plano.

A efervescência intelectual que marca o período não é apenas fruto de uma conjuntura interna, mas também da absorção de desenvolvimentos internacionais, do que são exemplo a Guerra Civil nos Estados Unidos e a instauração da III República na França, após a queda da Comuna de Paris. Noções de defesa do liberalismo rapidamente difundiram-se no Brasil e, embora muitos pesquisadores defendam que essas ideias foram

adotadas acriticamente, pesquisas mais recentes como a de Angela Alonso advogam que essas ideias foram selecionadas à partir de sua adaptação ao contexto brasileiro, e lidas sob uma perspectiva local. Assim, liberalismo, darwinismo e positivismo encontraram bastante receptividade no Brasil.

Sob vários aspectos essas ideias estiveram presentes na crise que levou ao ocaso da Monarquia. O liberalismo, notadamente político, estava presente no Parlamento com o Partido Republicano e com as intensas críticas levantadas pelo grupo e pelos jornais à manutenção do regime e à crise oriunda do conflito no Paraguai. O positivismo também esteve presente, sobretudo na formação de cadetes na Praia Vermelha. Sob liderança de Benjamin Constant, os jovens receberam formação altamente intelectualizada que pregava a participação do soldado na vida política, o que foi nomeado por José Murilo de Carvalho como a ideologia do soldado-cidadão. Embora outras questões também tenham sido fundamentais para a crise do Império, a difusão de ideias renovadoras teve importante papel.

Jonas Paskauskas Werdine 17

TL – 60;
764 palavras;
12,7 palavras por linha

A vida acadêmica, científica e literária no Segundo Reinado é fortemente influenciada por instituições e pelo ideário difundido a partir do “Retorno Conservador”. Já na regência uma de Araújo Lima, criar-se-iam instituições destinadas a reforçar a coesão política das elites a partir da difusão de uma identidade nacional que se pretendia superior aos regionalismos. OIHGB, responsável pela narrativa historiográfica marcada pelo “mito das três raças”, sobretudo após a tese Von Martius e a teorização de Varnhagen, o Colégio Pedro II, difusor de um modelo de educação e um ponto de confluência das elites, e as reformas educacionais que estabeleceriam coerência curricular entre as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife teriam papel central na estabilidade política do Segundo Reinado. Por outro lado, a Guerra do Paraguai, que foi um dos principais eventos durante o chamado “Renascimento Liberal” (Basile), soma-se ao alijamento de grupos políticos da burocracia e à chegada de novas ideias, de origem europeia, que influenciaram figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e outros, que elaboraram o projeto alternativo à monarquia ante a erosão de suas bases.

Durante a década de 1860, o Partido Progressista, cujo nome de maior destaque era Zacaria Goes de Almeida, encarnou o espírito da conciliação entre liberais e conservadores moderados, após cerca de 15 anos de domínio do Partido Conservador nos gabinetes. Nesse contexto, a Guerra do Paraguai, devido à sua duração e elevada mortalidade,

acabou enfraquecendo o partido e levando à sua queda em 1868, reiniciando um período de predominância conservadora até 1878. Nesse contexto, indivíduos, sobretudo jovens bachareis ligados a ideias liberais foram, em grande medida, impedidos de integrar ou de obter maior proeminência na burocracia estatal, o que os levou a adotar postura crítica ao governo.

No âmbito externo, o ideário positivista se difundia em formas variadas, promovendo o cientificismo nos campos político e social e ensejando a elaboração de novos sistemas teóricos de governo e mesmo de um ideário racista pautado no darwinismo social. As chamadas “ideias fora do lugar” reverberiam no Brasil a partir, sobretudo, da geração de 1870, da qual muitos indivíduos seriam abolicionistas, republicanos, defensores do embranquecimento e da imigração europeia, entre outras ideias que, nem sempre, seriam convergentes. Embora os membros da “Geração de 1870” pertencessem, em grande medida, à elite cafeeira, figuras de origem popular, como Luiz Gama e José do Patrocínio, sem jamais pertencerem a esse grupo, estabeleceram pontos de contato relevantes com essas personalidades.

Na segunda metade do século XIX, a imprensa se afirma como uma das principais maneiras de circulação intelectual. Considerando o elevado índice de analfabetismo do Império, os debates políticos de maior envergadura acabavam restritos a uma elite letrada e europeizada pelas instituições e visão cultural estabelecidas pelo Regresso Conservador. Evidentemente, isso não obstava totalmente o engajamento político da população via “murmuração” de ideias, embora a “cidadania em negativo” fosse a regra do período.

De toda sorte, os anos 1870 apresentariam algumas inovações em matéria de circulação intelectual, para além da imprensa e dos meios acadêmicos, o que se verificaria nos “meetings” e nos manifestos políticos dos partidos conservador, liberal, liberal radical e republicano.

O “reform mongering” deflagrado pelo Gabinete Rio Branco, do qual a Lei do Ventre Livre seria a maior expressão, tinha como objetivo esvaziar a agenda liberal ao se implementar, de forma controlada, algumas propostas que persistiam desde o renascer dos anos 1860. Não obstante, o contexto da década representava a difusão de ideias que atacavam as próprias bases do regime monárquico, como o abolicionismo e a república.

Após a Lei do Ventre Livre, o movimento abolicionista ganha força e forma efetiva, tendo na geração de 1870 alguns de seus principais defensores. Os chamados “meetings”, espécies de comícios, ajudariam na difusão do ideário abolicionista entre a população, somando-se à crescente pressão internacional de organizações civis e estrangeiras e à crescente insatisfação do exército com o escravismo brasileiro desde a Guerra do Paraguai. Sendo o Brasil, desde o fim da Guerra de Secessão Americana, o último grande Estado escravista, a posição se tornava cada vez mais insustentável. Por outro lado, a difusão do positivismo entre oficiais da escola militar da praia vermelha, influenciados pelo salvacionismo de B. Constant, se somaria à Questão Militar, deflagrada pela insatisfação com a inclusão de contribuição obrigatória à caixas de montepio e agravada pelos episódios envolvendo as punições a Sena Madureira por suas declarações à imprensa e manifesta adesão ao abolicionismo (convite a Dragão do Mar à escola de tiro do RJ). A abolição em 1888, vitória política da Princesa Isabel, terminaria por erodir a última base de apoio do Império.

Mateus de Andrade Kuntzler 16,5

TL – 59,
640 palavras,
10,8 palavras por linha

Para analisar a crise do Estado monárquico brasileiro, cumpre analisar as transformações ocorridas em função das gerações de 1860 e 1870. Essa análise é feita por Ângela Alonso por meio do conceito de “ideias fora do lugar”. Cumpre analisar também as transformações ocorridas no Gabinete Rio Branco (1871-1875), no exército e na literatura.

A década de 1860 seria marcada pelo “Renascer Liberal”, causado principalmente pela Lei dos Círculos (1855). Os autores, cientistas e políticos da década de 1860 se orientariam, de acordo com José Murilo de Carvalho, de acordo com ideias da sociologia histórica. Deriva daí o fato da Geração de 1860 ser mais radical do que a Geração de 1870, visto que essa última era orientada por ideias advindas do determinismo biológico, expressado por Spencer e Gobineau. A Geração de 1860, por meio do Clube Radical, pedia pela abolição da escravidão, enquanto a Geração de 1870 não o fazia, haja vista a presença de proprietários de terra no Movimento Republicano, e em especial no Partido Republicano Paulista.

Além do determinismo biológico, a Geração de 1870 sofreu influências do Positivismo, formulado por Auguste Comte. Essa ideologia seria presente principalmente no seio do exército, que seria o responsável pela queda da monarquia.

A Geração de 1870 encontraria fertilidade em função da modernização levada a cabo pelo Gabinete Rio

Branco. Após anos de Hegemonia Progressista, as ideias liberais não haviam sido aplicadas, em função da heterogeneidade do Partido Progressista. Coube ao Gabinete Rio Branco “roubar” a agenda liberal. Logo, foram criadas diversas vagas no ensino superior; o Brasil integrou-se à Europa por meio de uma rede telegráfica; a Guarda Nacional foi desmobilizada e promulgou-se a Lei do Ventre Livre.

A modernização de Rio Branco levaria ao aumento da circulação de ideias dentro do Brasil e entre o país e a Europa. Logo, a Geração de 1870 teria maior facilidade de articulação do que as anteriores. Antes dela, por mais que existissem ideias abolicionistas (vide os poemas de Castro Alves) e republicanas (vide a influência iluminista), as mesmas não logravam circular pelo país.

Logo, a partir de 1870, ideias que gerariam o ocaso do Império passam a proliferar-se. O Movimento Republicano seria formado a partir do Manifesto Republicano. O exército, recém saído da Guerra do Paraguai, seria influenciado, em todo território nacional, por ideias abolicionistas. Já o abolicionismo teria melhores meios de organização, visto que comícios e rifas seriam organizados em prol da libertação de cativos.

No campo científico, notar-se-ia grande progresso. A circulação de ideias científicas pode ser comprovada pelo aumento de ferrovias no país e pela presença do Imperador na Conferência Científica da Filadélfia. Já na literatura, observa-se a ascensão de Machado de Assis. O autor não teria tido tamanha popularidade, caso não houvesse veículos disponíveis para veicular sua obra. Estava completo o sistema literário segundo Antônio Candido.

Contudo, os intelectuais surgidos em 1870 não encontravam espaço no sistema político brasileiro. O exército não se via representado nas instituições políticas após a morte de Osório e Caxias. Os abolicionistas, durante o Gabinete Cotegipe, só tinham Joaquim Nabuco como representante. Já os republicanos não logravam organizar-se em função de sua heterogeneidade.

Desse modo, a Geração de 1870 levaria ao fim do Império por meio da questão militar e da questão abolicionista. O abolicionismo tomaria as ruas após a Lei dos Sexagenários (Saraiva-Cotegipe) e o exército pressionaria o Império em função da Questão Sena Madureira e das fichas sujas pelos gabinetes liberais da década de 1880. Logo, após o Baile da Ilha Fiscal, o Império conheceria seu fim, sacramentado pelo movimento militar positivista do 15 de Novembro de 1889.

Angela Alonso discorda da noção de que a Geração de 1870 orientava-se por ideias europeias fora do lugar. Tratava-se de ideias interpretadas por brasileiros, aplicadas em um contexto específico, diferente daquele da Europa.

NOTA MÉDIA

Guilherme Dias

15

TL 57;
598 palavras;
10,5 palavras por linha.

Nas últimas décadas do Segundo Reinado, ocorre um fortalecimento do exército brasileiro após a Guerra do Paraguai, uma crescente luta contra a escravidão até sua abolição, e o que foi chamado por alguns especialistas de “ideias fora do lugar, que foi a incorporação das novas ideologias europeias na política e na cultura brasileira da geração de 1870. Estas três questões estão entre as principais que levaram à proclamação da república.

A cultura durante o Segundo Reinado era pujante. Instituições como o IHGB, as faculdades de direito de Olinda e de São Paulo e a imprensa dinâmica eram verdadeiras pontos focais de desenvolvimento de ideias, debates e manifestações culturais. Além disso, o próprio Estado financiava e fomentava a cultura e a literatura brasileira, chegando a subvencionar artistas como Pedro Américo para estudar na Europa. O IHGB realizava concursos para desenvolvimento da academia brasileira, como o que Von Martius ganhou sobre a história brasileira, e a Coroa financiava exposições científicas típicas da Belle époque no Rio de Janeiro, e selecionava as melhores exposições nacionais para representarem o Brasil nas grandes exposições internacionais, como as de Paris ou de Londres. Ademais, o Brasil foi importante participante de organizações internacionais científicas, como a União Internacional do Telégrafo, primeiro organismo internacional do mundo e do qual o Brasil é membro fundador.

Tamanha pujança cultural, no entanto, fez os brasileiros entrarem em contato com as novas ideologias europeias, como o Positivismo, o Darwinismo social, o Naturalismo, o Realismo, o Republicanismo, entre outras. Esse contato teve seu ápice durante a geração de 1870, tendo como expoentes, por exemplo, Olavo Bilac no positivismo e Machado de Assis no Realismo. Esses movimentos, ocorrendo após uma certa queda de prestígio da monarquia após a Guerra do Paraguai, e devido à ascensão de grupos intelectuais e políticos que se sentiam aliçados do poder, levou a um cenário de instabilidade progressiva que resultaria no fim da monarquia. Ocorre, em 1870, a popularização do abolicionismo, da ideia de branqueamento, surge o embrião dos partidos republicanos, e fortalece-se o exército

O exército tinha pouco prestígio político desde a independência do Brasil por ser considerada uma instituição portuguesa. Na década de 1860, no entanto, com a vitória decisiva na Guerra do Paraguai, e com a queda do gabinete liberal e a ascensão de Duque de Caxias, a instituição começou a ter um prestígio que nunca havia tido, porém ainda não se sentiam representados politicamente. Na década de 1870, devido à participação de escravos na Guerra do Paraguai, a instituição foi ficando progressivamente abolicionista, chegando a declarar no final da monarquia que não mais perseguiria escravos fugidos. Além disso, com esse novo prestígio, a instituição passou a ter conflitos com os civis, principalmente os gabinetes liberais, que eram contra manifestações políticas de oficiais militares, como o caso de Sena Madureira. “O exército tem que pedir permissão até para gemer”, diziam. Além disso, com o ensino positivista de Olavo Bilac nas escolas militares, os

novos oficiais passaram a ser contra as elites políticas e o regime, almejando um governo forte para acabar com a corrupção dos civis.

Nos anos 1880, com a perda de prestígio da monarquia perante os liberais, e com os conflitos entre civis e militares, o regime perde seu último sustentáculo com a abolição da escravidão. Agora, nem a elite escravocrata sustentava a monarquia. Com a perda de prestígio e sustentação da monarquia e as acusações de corrupção na elite política, como no caso do baile da ilha fiscal, os jovens militares positivistas cooptam a liderança militar de Deodoro da Fonseca e derrubam a monarquia em 1889 com apoio dos republicanistas.

TL – 60;

593 palavras;

9,9 palavras por linha

O Segundo Reinado foi um momento de ebulição de ideias, seja pela produção intelectual nacional, seja pelo “bando de ideias novas” que vinham de além-mar. Duas instituições criadas na regência tiveram destaque no reinado tiveram destaque no reinado de Dom Pedro II: o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB, em especial, foi fundamental para as discussões acerca da construção da identidade nacional, como nos trabalhos de Von Martius sobre as três raças e de Adolpho de Varnhagen e a importância da herança portuguesa. Outras instituições de ensino também foram relevantes, como as escolas de direito de São Paulo e de Recife (antes Olinda), de matriz coimbrã e que serviram para a homogeneização das elites, como pondera José Murilo de Carvalho. Ademais, havia as escolas de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, de minas e farmácia em Ouro Preto e as escolas de matriz militar, como a Politécnica e a Escola Militar, de grande relevância a partir dos anos 1870 como difusora das ideias positivistas, ensinadas tanto a civis quanto a militares por Benjamin Constant.

O Imperador atuou como um mecenas da atividade científica e literária no Brasil. Escritores como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar tiveram obras patrocinadas pelo monarca, que também trouxe ao Brasil inovações tecnológicas, como o

telefone. Entretanto, esse movimento intelectual ainda estava restrito às elites. Outros meios de circulação de ideias ganharam relevância, como os panfletos e os jornais.

Nesse contexto, surge a chamada “Geração de 1870”. Esse movimento é antecedido por outro de viés mais progressista, agregado em torno do chamado “Clube Radical”, criado em 1868 como uma reação à queda do gabinete Zacarias, de cunho liberal. Essa agremiação advogava o fim de instituições como o Senado Vitalício, o Conselho de Estado e, principalmente, da escravidão o mais brevemente possível. O grupo passou a promover suas ideias pela imprensa mas também fez uso de comícios públicos, método que seria replicado pela geração de 1870.

A geração de 1870, como aponta Ângela Alonso, não estava preparado para discutir as ideias vindas da Europa. Em sua maioria, não era um corpo de intelectuais, mas sim de políticos que se apropriavam do discurso e o moldavam ao seu melhor servir. O abolicionismo, central para o Clube Radical, não entrou com vigor na pauta da geração de 1870, porém ideias como o positivismo e outras doutrinas socio-políticas sim. Alguns abraçaram conceitos da frenologia e corruptelas do evolucionismo para descartar a manumissão de escravos como um ato de dignidade humana e torná-lo um objetivo “gradual”.

O primeiro grande documento dessa geração é o Manifesto Republicano de 1870. Difundido pelos jornais, inova em relação aos radicais de 1868 ao defender essa forma de governo. Defende uma centralização de poder em nível mais aprofundado do que o prezado pelos radicais.

A geração de 1870 é composta por profissionais liberais em menor número do que a sua antecessora. Em compensação, há o crescimento da importância da elite cafeicultora paulista, que em 1873 fundaria o Partido Republicano Paulista em Itu. Destaca-se também a influência que o positivismo exerce sobre os militares lotados no Rio Grande do Sul, especialmente. Esses grupos terão influência decisiva na queda da monarquia ao buscarem alternativas ao sistema centralizador. Assim, as crises da monarquia podem ser entendidas como uma combinação de insatisfação militar, desejo por maior poder pelos civis eleitos democraticamente e descontentamento com a forma pela qual foi conduzida a questão abolicionista, em especial pelas elites escravocratas (republicanos do 14 de maio, como rotulados por José do Patrocínio).

Questão 04

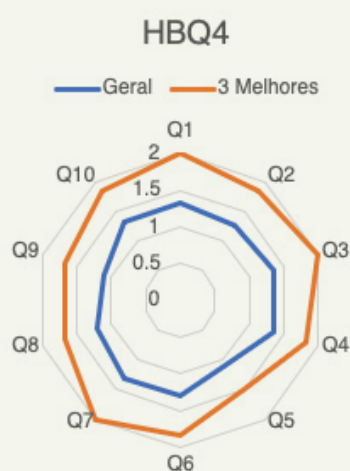
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **13,2**

Média Pessoas com Deficiência: **12,5**

Média Candidatos Negros: **9,8**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Ainda quando não prevalecessem essas condições, ainda quando se presumisse a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando, ao lado do poder que impõe pela força, não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do Poder Moderador, com as faculdades que lhe dá a Carta, com o veto secundado pela dissolução, para nulificar de fato o elemento democrático.

Esse sistema misto é uma utopia, porque é utopia ligar, de modo sólido e perdurável, dois elementos heterogêneos, dois poderes diversos

em sua origem, antinômicos e irreconciliáveis - a Monarquia hereditária e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus, o poder pela vontade coletiva, livre e soberana de todos os cidadãos.

MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870. In: MELO, Américo Brasileiro de Almeida e. Os programas dos partidos e o Segundo Império. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1878, pp. 68-69, 81, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito das características sociais, políticas e institucionais do contexto da Proclamação da República. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- as transformações sociopolíticas, intelectuais e ideológicas da segunda metade do século 19;
- a criação, a difusão e a recepção do Partido Republicano e do Manifesto Republicano; e
- os debates públicos nos anos finais da Monarquia no Brasil.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. O surgimento de uma alternativa política republicana relaciona-se diretamente a um período de profundas transformações sociopolíticas no Brasil. É necessário indicar as características desse processo a partir de exemplos – a Guerra do Paraguai, as disputas em torno da escravidão, a Lei de Terras, entre outros.

Q2. Deve-se contextualizar, igualmente, as transformações intelectuais e ideológicas, discutindo perspectivas dissidentes, reformistas ou mesmo revolucionárias, que ganharam força no debate público, especialmente a partir da década de 1870.

Q3. No plano político, esse contexto torna viável a alternativa republicana, cabendo discutir episódios como a queda do gabinete Zacarias, a formação do Partido Republicano e os debates na imprensa, de forma a enfatizar, no caso desta última, seu caráter estratégico para a ação política.

Q4. É imprescindível apontar a importância do Manifesto Republicano, percorrendo suas principais críticas e propostas, a exemplo dos questionamentos ligados ao Poder Moderador, à noção de “monarquia temperada” e à defesa do federalismo.

Q5. Também cumpre discorrer a respeito das consequências imediatas e de médio prazo da criação do Partido Republicano e da publicação do Manifesto, a exemplo do estímulo à criação e conversão de clubes à causa dos republicanos, bem como demarcar graus de adesão e diferenças no bojo da agenda republicana segundo as províncias do Império e (ou) correntes ideológicas.

Q6. Cabe examinar os efeitos das causas políticas republicanas à luz da dinâmica eleitoral, indicando, entre outros aspectos possíveis, a formação de um partido efetivo em São Paulo, a ser descrito com base nos grupos sociais que fizeram parte dele, e a força política eleitoral das ideias republicanas em províncias como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Q7. Outro fenômeno a discutir é a transformação paulatina do vocabulário político ao longo da década de 1880, com o sucesso da propaganda republicana em afirmar a ideia de uma equivalência entre democracia e república a partir do ideal, defendido por várias correntes, de uma extensão da cidadania.

Q8. A questão dos grupos sociais que aderiram ao republicanismo deve ser correlacionada à centralidade do debate abolicionista, com a finalidade de mostrar as ambiguidades no posicionamento e o pragmatismo amiúde adotado em relação a esse tema, tendo em vista a necessidade de conciliar os interesses de grupos urbanos e rurais.

Q9. O contexto também foi marcado pelo aumento das tensões entre militares e o governo, exemplificadas, entre outros fatores a serem elencados, pelas demandas dos militares pelo direito em discutir abertamente temas que considerassem de interesse. Espera-se que o candidato discuta, ainda, como algumas lideranças, a exemplo de Benjamin Constant, buscaram se aproximar da direção do Partido Republicano, e vice-versa.

Q10. Deve-se mostrar também que as críticas intensas à acefalia do poder perante a fragilidade do imperador tomaram parte dos debates públicos, dando margem à construção de uma imagem de apatia nacional.

Por outro lado, as agitações nas ruas da Corte instigavam a manifestação de um discurso em nome da ordem, servindo de justificativa, segundo certos atores políticos, para uma transição politicamente mediada rumo à República.

Referências:

MELLO, Maria Tereza Chaves. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV / Edur, 2007.
ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Ana Cecília Sabbá Colares 17,5

TL - 60;
758 palavras;
12,6 palavras por linha

O 15 de novembro de 1889 teve início com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), pondo fim ao tráfico de escravos, e com a Lei de Terras (1850), provendo a regulamentação das propriedades rurais. A Lei de Terras, apesar de “ter sofrido o veto dos barões” (José Murilo de Carvalho), representa um primeiro choque do Imperador com a sua base cafeicultora, agravado pelo fim do tráfico negreiro. Ao longo dos anos que se seguiram, outras transformações sociopolíticas e intelectuais na sociedade levariam ao inexorável fim da Monarquia e à Proclamação da República.

Se, em 1845, “nada mais Saquarema do que um luzia no poder” (Holanda Cavalcante), a partir dos anos 1860, tal premissa passa a ser cada vez menos verdadeira. Os liberais, no processo do “renascer liberal”, passam a retomar demandas históricas, como a crítica ao Poder Moderador, ao senado vitalício, à lei de reforma do CPC. Ademais, a recorrência das fraudes eleitorais e a insatisfação mesmo de conservadores moderados fazem com que membros do próprio Partido Conservador passem a concordar com algumas demandas liberais. É nesse contexto que surge a Liga Progressista, sob o comando dos liberais, e que Teófilo Otoni e Zacarias Góes de Vasconcelos publicam manifestos atacando frontalmente o Poder Moderador e, ainda assim, são chamados ao gabinete. D. Pedro II entendia a magnitude das transformações que estavam ocorrendo. Leis eleitorais

tentando reverter o avanço liberal, a exemplo da Segunda Lei dos Círculos, não foram capazes de conter o movimento. O fim da escravidão nos mais diversos países também influenciava nas transformações ideológicas pelas quais passava a sociedade a respeito do tema.

Nesse contexto de críticas ao regime, começam a tomar cada vez mais ímpeto as ideias republicanas, e assim é criado o Partido Republicano, dentro do movimento liberal. Vale notar, contudo, que o movimento republicano nunca chegou a ter abrangência nacional, com atuação adstrita ao Centro-Sul, em particular, Rio de Janeiro e São Paulo. Havia, ainda, importantes diferenças entre os partidos dessas duas cidades: no Rio de Janeiro, composto majoritariamente por camadas médias urbanas; em São Paulo, o Partido Republicano Paulista foi fundado por cafeicultores do Oeste paulista, que buscavam concertar posições para a criação de um novo regime, no qual seu poder econômico fosse refletido, em igual magnitude, em poder político. Os republicanos não necessariamente eram abolicionistas, ou vice-versa, e, enquanto durou a escravidão, o Partido ficou, em grande medida, adstrito às fazendas de café de São Paulo e ao debate acadêmico-político – não atingiu as massas, que “assistiram bestializadas ao golpe”. O Manifesto Republicano também surge nesse contexto de crise da Monarquia. Única monarquia entre diversas repúblicas, por meio do Manifesto, o Brasil dizia: “somos da América e queremos ser americanos”, mas, assim como o Partido Republicano, não obteve muito apoio popular. Especialmente após a edição da Lei Saraiva, a população participava muito pouco da política. Contudo, o Manifesto Republicano teve o condão de impelir o governo a tentar realizar algumas reformas demandadas

pela oposição (“reform mongering”), sem que para isso fosse necessária a mudança de regime, a exemplo das reformas judicial e militar.

Os debates nos anos finais da Monarquia no Brasil voltaram-se, portanto, a quais outras reformas o governo imperial deveria ou não realizar, assumindo o debate sobre a abolição da escravidão uma importância fulcral. Pela primeira vez na história, segundo José Murilo de Carvalho, a população se organizou em caráter não reativo, mas para apoiar a bandeira da abolição: fugas e atividades de grupos como os caifazes eram toleradas, a população comprava camélias e abrigava escravos fugidos. Outro debate público relevante era a respeito da fraude eleitoral, com a Lei Saraiva tentando pôr fim ao problema com a vedação dos votos dos analfabetos. Discutia-se, ainda, a questão do Senado vitalício, do papel do Exército (que não se sentia prestigiado o suficiente após a Guerra do Paraguai), e a permanência do Poder Moderador. A fim de manter-se no poder, D. Pedro II convocou gabinetes para implementar parte dessa agenda, a exemplo do gabinete Ouro Preto, já no final do Império, e da tentativa de pôr fim ao senado vitalício. Sem apoio no parlamento, a impossibilidade de consecução de reformas mais substantivas nos anos 1880 levou ao agravamento da crise.

O fim da escravidão foi o estopim para o fim do regime. Se a Lei Eusébio de Queiroz, por um lado, representou a consolidação do Estado Saquarema e foi, ao mesmo tempo, um prelúdio da sua crise, a Lei Áurea confirmou que, com a adesão dos “republicanos do 14 de maio” ao movimento republicano, o Império não teria mais sustentação.

Felipe Pereira

17,5

TL – 60;
932 palavras;
15,5 palavras por linha

O fim do 2º Reinado brasileiro, em 1889, decorreu, entre diversos aspectos, devido a mudanças na composição de forças político-sociais cujas origens remetem à Guerra do Paraguai e à disputa entre os partidos conservadores e liberal. Após a Trindade Saquarema (1849-53), houve período da Conciliação de Carneiro Leão, revelando a fratura no partido conservador, de sorte que a facção mais moderada aceitava compor gabinete com liberais moderados, chegando-se a concluir projeto que permitia melhor composição com elites provinciais (Lei de Círculos, 1855). Após divergências quanto à conciliação e período de conservadores puros, foi a vez da Liga Progressista assumir o poder, em 1862, e logo dragado foi para as divergências no Prata. A Guerra do Paraguai (1864-70) revelou que havia contradições sociais profundas na sociedade brasileira. A luta armada envolvendo escravizados demonstrou para o Exército imperial o seu valor, bem como adensava o sentimento em prol da emancipação. Não à toa, Dom Pedro II solicitou 5 projetos de emancipação ao Conselho de Estado, levando a questão inclusive na “Fala do Trono”, em 1866. Além disso, por divergências quanto à condução da guerra por Caxias (conservador), Zacarias Góes abriu mão do gabinete “ligueiro”, levando a nova hegemonia conservadora (1868-78). A partir de então, verifica-se fratura no partido liberal, tendo sido consolidado o Clube da Reforma, com restrições ao Conselho de Estado projetados, e o Clube Radical, prevendo, inclusive, a

emancipação dos escravos. De forma a “sequestrar a agenda liberal”, o gabinete Rio Branco, o mais longo do 2º Reinado, entabulou reformas da Guarda Nacional, Lei dos Terços (1875) e a Lei do Ventre Livre, esta tendo levado a cisão forte entre conservadores “emperrados” (contra qualquer flexibilização na questão servil) e conservadores moderados. As relações entre partidos, Poder Moderador e gabinete foram expostas por J. Nabuco, no discurso de “Sorites”.

Não obstante também eram verificadas mudanças na mentalidade das elites, a “Geração de 1870”, influenciada pelo “Bando de Ideias” (darwinismo social, positivismo, racialismo), tentou conformar, em tese, ordem política mais atualizada a seus tempos. A Escola de Recife propugnava o branqueamento racial da sociedade brasileira, Benjamin Constant com as ideias positivistas de August Comte advogam por positivismo e maior atuação da caserna “científica” na política brasileira, e emancipacionistas avaliavam a necessidade de aumentar a migração europeia, como Argentina e EUA já faziam. Nesse contexto, surgiu o Manifesto do Partido Republicano (1870) pelo que seria o Partido Republicano Paulista, de Prudente de Moraes. O Manifesto apregoava o fim do Poder Moderador, fim da vitaliciedade do Senado, federalismo, voto direto, “comunhão de espírito” com outros países das Américas, não falava em abolição da escravidão. O Manifesto não foi recebido com muito entusiasmo no cenário político, haja vista a pouca relevância de liberais exaltados na Câmara dos Deputados desde o período regencial. Do mesmo modo, havia outros projetos republicanos, como de facções no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul (PRR, este de viés mais autoritário).

Deve-se lembrar que o cenário político também estava conturbado por outros aspectos. A Questão Religiosa, envolvendo os limites do Padroado do beneplácito, levaram, segundo alguns autores, à queda de Rio Branco (1875). Esse era um período de exigências de direito da “cidadania em negativo e em positivo”, segundo J. M. de Carvalho. Revolta do Vintém, Quebra-Quilos e a própria postergação do Censo de 1850 para 1872, demonstra as limitações quanto ao Estado. O Censo de 1872, em particular, demonstrava, além da composição racial (maioria somada de negros e miscigenados, em relação a brancos) que as elites precisariam construir novas formas de interação sociedade-Estado. Quanto à “cidadania em positivo”, verifica-se, por outro lado, confluência de movimentos organizados da sociedade civil em torno de uma causa nacional (a abolição). Foram congregadas a Sociedade Abolicionista e a Confederação Abolicionista (1885), além de bancada congressual, sob liderança de Nabuco e seu livre correr entre “salões e ruas”, apresentando intelectualmente em O Abolicionista o projeto e os objetivos com o fim da escravidão. Porém, o processo foi consubstanciado por “flores, votos e balas”. As discussões parlamentares retardaram ao máximo a libertação gradual, chegando-se à lei dos Sexagenários (1885) com poucos benefícios palpáveis. Nesse contexto, intensificou-se a oposição junto a processos de compra de alforrias e emprego do Poder Judiciário (André Rebouças) para fazer valer as leis antiescravistas existentes.

Nessa seara, houve a organização de fugas coletivas por caifazes, levando ao ordenamento para o Exército recuperar escravizados fugidos. Militares tarimbeiros, como Sena Madureira,

recusavam-se a ser “capitães do mato”. A organização de corpo do Exército formados durante a Guerra do Paraguai demonstrava que os negros tinham enorme valor e não faziam sentido perpetrar a lógica escravista existente. Assim, após Ceará (1884) e Amazonas decretaram o fim da escravidão nos seus estados, e muitas discussões na Câmara, a Lei Áurea (1888) foi aprovada denotando abolição sem reforma agrária (como queria A. Rebouças), mas sem indenização (contra expectativa dos latifundiários do Vale do Paraíba – RJ). Os “barões do café”, embora monarquistas em geral, aproximavam-se, com isso, do partido republicano (“republicanos de última hora”). O partido republicano já congregava os “empresários do café” paulistas que se viam sub-representado na Câmara dos Deputados e nos gabinetes. Modo geral, havia a expectativa de que fossem indenizados pela Abolição. Assim, a congregação de forças políticas levou ao republicanismo ganhar força. “Liberais à americana” uniram-se aos tarimbeiros (Deodoro da Fonseca) e proclamaram a República em novembro de 1889. Mesmo a tentativa de sequestro da agenda republicana pelo Gabinete Ouro Preto foi incapaz de ter mudado os rumos da História, que não teve participação popular (“os bestializados”).

Luiza Valladares de Gouvêa 17,5

TL – 60;
760 palavras;
12,6 palavras por linha

Ainda que José Murilo de Carvalho considere que o povo assistiu bestializado à Proclamação da República, a baixa participação popular no movimento de Campo de Santana não significa que não houve debates públicos nos anos finais da monarquia. Com efeito, as transformações sociopolíticas, intelectuais e ideológicas da segunda metade do século XIX indicam uma profunda inflexão na mentalidade política do país, com a qual a monarquia não foi capaz de lidar.

No campo sociopolítico, o fim do tráfico (com a Lei Eusébio de Queiroz) deu azo a transformações como a liberação de capitais, o tráfico interprovincial, a escassez de mão de obra. Como consequência, foi dado impulso à imigração, à urbanização e à industrialização, sobretudo com a ascensão da elite cafeicultora do Oeste Paulista. Outro marco da transformação sociopolítica do país foi a Guerra do Paraguai. Além de ter fomentado o sentimento de nacionalismo, deu impulso ao abolicionismo, sobretudo no seio do Exército. A queda do gabinete Zacarias, em 1868, deu azo às insatisfações dos liberais, que culminaram nos Clubes da Reforma Radical e no movimento republicano. Portanto, pode-se identificar na imigração, no abolicionismo, na industrialização e na urbanização as principais transformações sociopolíticas da época.

Em relação às transformações intelectuais e ideológicas, cabe destacar os movimentos que progressivamente contestaram as bases da monarquia. O “esvoaçar de novas ideias” trazidas da Europa pela geração de 1870 instigaram não apenas o republicanismo, mas também o cientificismo. Este contestava as bases divinas do poder monárquico e incutia nas elites um ideal renovado de liberalismo. Além disso, as teses racialistas de branqueamento transformavam a relação com a mão de obra, acelerando a transição da imigração europeia, por considerar ser superior à africana, a partir de noções racistas da frenologia. Se a Europa inspirava um novo vento liberal, manifestado nos Clubes e no Novo Partido Liberal, o americanismo crescia entre os adeptos do Republicanismo, que denunciavam o isolamento internacional do Império e se filiavam a uma ideia seminal de pan-americanismo, que se consubstanciou na presença do Império na Conferência de Washington de 1889, apesar da orientação reticente da delegação imperial em relação às propostas estado-unidenses. Outra transformação ideológica é a formada pelo movimento abolicionista, que ganhou força a partir de 1870, conformando verdadeira solidariedade afro-brasileira, apesar dos conservadores emperrados.

O Partido Republicano Paulista (PRP) foi formado em 1873, em Itu, congregando cafeicultores receosos dos rumos Imperiais. Sua origem remonta ao Manifesto Republicano de 1870, documento que denunciava o isolamento monárquico (“Somos da América e queremos ser americanos”) e os arbítrios do Imperador. O Manifesto foi obra do Clube Radical, movimento que contestava as bases da monarquia, o poder moderador, o senado vitalício e o Conselho de

Estado. O Manifesto foi difundido via imprensa e folhetins, nos clubes e associações que os formavam pela oposição liberal ao Império, motivado após a queda do gabinete Zacarias, em 1868. As iniciativas da Coroa para a emancipação (Lei dos Sexagenários e, posteriormente, em 1875 e 1888, as Leis do Ventre Livre e Áurea) contribuía para que as oligarquias cafeicultoras cerrassem fileiras ao lado dos Republicanos.

Cabe frisar, contudo, a heterogeneidade do Republicanismo nos estertores do Império. No Rio de Janeiro, o movimento republicano era composto de profissionais liberais e, apesar de favoráveis ao abolicionismo, capitanearam o Manifesto de 1870, que não menciona a questão da mão de obra. Em São Paulo, onde surge o Partido Republicano, o movimento era composto por cafeicultores do Vale do Paraíba, contrários à abolição e reticentes com as medidas emancipacionistas imperiais. No Exército, o republicanismo era imbuído do positivismo, capitaneado por Benjamin Constant, na Praia Vermelha. Considerava-se que a República seria um estágio social evolutivo mais avançado. O Clube Militar, formado em 1890, congregava militares positivistas e históricos, sob o comando de Deodoro da Fonseca, fazendo convergir os projetos republicanos civil e militar que culminariam na Proclamação da República. Cabe lembrar a participação republicana política. Em 1890, foi eleito deputado republicano na Câmara dos Deputados.

Apesar da articulação entre elites e militares, no final da Monarquia debates públicos sobre o abolicionismo e a república tomaram as ruas, com destaque para a imprensa, para os folhetins e para a literatura de Machado de Assis.

Revoltas populares evidenciavam a “cidadania em negativo” e o alijamento do povo das decisões políticas, a exemplo da Revolta dos Muckers, no RS, da Revolta dos Quebra-Quilosedo Revoltado Vintém, no RJ. O Republicanismo fulminou as bases monárquicas advogando a coisa pública (“res publica”) e a participação do povo via direitos (ainda que não implementados plenamente) em contraste com o poder divino monárquico.

TL – 60;

733 palavras;

12,2 palavras por linha

A dissolução do gabinete progressista pelo Imperador Dom Pedro II em 1868, fazendo uso do Poder Moderador de azo a uma série de questionamentos acerca das instituições monárquicas no Brasil. Acompanhados de grandes transformações nos planos sociopolítico, intelectual e ideológico, além do econômico, tais questionamentos comportam a crise do Império que culminaria na Proclamação da República de 15 de novembro de 1889.

Consolidado o Império, sua hegemonia regional e sistema econômico baseado no latifúndio, a Monarquia brasileira vive seu apogeu nos anos 1870. É precisamente neste cenário, todavia, que surgem as sementes de sua contestação. Aliados do poder pela troca autoritária do gabinete Zacarias, os progressistas fundam, em finais de 1860 e início da década seguinte, o Clube Radical e o Partido Republicano, primeira contestação aberta ao regime monárquico. A hegemonia dos conservadores no poder até 1878 dá impulso aos debates públicos e às novas ideias que proliferariam na sociedade brasileira naquele tempo. Passariam a ser contestadas as bases da legitimidade imperial, desde o escravismo e a religião católica, até suas instituições mais características, como o Poder Moderador, o Conselho de Estado e o Senado vitalício.

O Manifesto Republicano e a fundação do Partido Republicano são

expressão clara dessa contestação. Assinado em 1870 por algumas dezenas de militares, profissionais liberais, alguns poucos proprietários de terras e políticos, principalmente de São Paulo, o Manifesto apontava a incompatibilidade entre o Poder Moderador, que considerava arbitrário e antidemocrático, e o poder soberano do povo (entendido como o conjunto de cidadãos, os aptos a votar e serem votados). O Manifesto não era radical, defendendo a instalação da República de modo pacífico e democrático, sem rupturas bruscas do tecido social. Apesar do início modesto, o Partido Republicano foi ganhando adeptos gradualmente e participando da vida política do país, chegando a eleger deputados para a Câmara e expandindo-se para outras províncias.

O Partido Republicano era visto pelo Imperador com estranha simpatia. Dom Pedro afirmava que se não o quisessem mais, iria dar aulas no Colégio Dom Pedro. A adesão cresceu particularmente entre os militares da escola de cadetes, onde Benjamin Constant tornou-se verdadeiro ídolo e propagador da causa republicana e do positivismo de Auguste Comte. O republicano ganhou muitos adeptos de última hora quando da abolição da escravidão pela Lei Áurea, em maio de 1888, vista como traição por boa parte dos proprietários rurais, embora tenha sido amplamente celebrada nas ruas do Rio de Janeiro.

O abolicionismo teve particular impacto na crise da Monarquia, repercutindo na “questão militar” e nas relações entre os grupos liberal e conservador no Parlamento. Com a Lei do Ventre Livre em 1871, aumentou o número de libertos e impulsionou-se o movimento abolicionista nos anos 1880, que fazia grande barulho na mídia e nos debates públicos. A recusa dos oficiais do Exército em capturar

escravos fugidos foi o principal elemento a incitar os militares contra a monarquia. Em 1885, a Lei dos Sexagenários, aprovada, assim como a do Ventre Livre, por um gabinete conservador, incomodou os liberais, pois fora subvertida por Cotegipe em favor dos proprietários de escravos.

Outra transformação política relevante da época foi a reforma eleitoral aprovada em 1881. Na contramão da democracia, a reforma reduziu a franquia eleitoral ao proibir o voto aos analfabetos, embora instituísse o voto direto, eliminando o colégio eleitoral que intermediava a eleição dos deputados. Além disso, no campo intelectual e ideológico, as diversas “ideias novas” agitavam o país. Além do republicanismo e do positivismo, o darwinismo, o evolucionismo, o naturalismo e outros “ismos” encontravam no Brasil terreno fértil para serem assimilados e veiculados, conforme os interesses e perspectivas de seus disseminadores. A “questão religiosa”, que opôs o projeto de romanização do clero ao gabinete Rio Branco nos anos 1870, acrescentara mais um elemento à contestação da legitimidade da monarquia. Todas essas questões eram debatidas publicamente nos anos 1880.

As características sociais – com cerca de 700 mil escravizados e milhões de libertos, além de uma massa de analfabetos inaptos a votar -, políticas - com aberta contestação ao regime monárquico por parte dos republicanos e da jovem oficialidade militar-, e institucionais – com órgãos anárquicos e incapazes de responder à crise do Império -, indicam que o contexto da Proclamação da República em 1889 era de decadência e envelhecimento do regime monárquico, finalmente sepultado por uma conspiração

militar que, mais do que mera quartelada, teve o envolvimento expressivo de setores sociais relevantes, ainda que desprovida de participação popular ampla.

MENOR NOTA

Anônimo

4,5

TL – 22;

247 palavras;

11,22 palavras por linha

Na segunda metade do século 19, evidenciou-se que o Brasil precisava de mudanças. No campo político, o sistema monárquico mostrava-se incapaz de se atualizar e de atender às demandas da população. Do lado dos liberais, existem propostas de reforma constitucional que relativizassem o poder do imperador, destacando a moralização eleitoral, o fim do Moderador, o fim do Senado vitalício e a responsabilização de ministros.

Após o fim da Guerra do Paraguai, D. Pedro II havia dissolvido o gabinete progressista, composto por liberais e conservadores moderados, e o Partido Progressista chega ao fim. Esses políticos, então, passam a debater política fora do Parlamento, com a criação do Clube da Reforma, que defendia, principalmente, o fortalecimento do Legislativo. O setor liberal mais exaltado, composto por alguns proprietários de terras e por membros das classes médias urbanas, compôs uma dissidência e criou o Clube Republicano, transformado, posteriormente, no Partido Republicano.

Seu projeto de governo fez-se público na publicação do Manifesto Republicano, assinado por nomes como Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. Defendiam a modernização do Brasil, a proclamação da República, um sistema político mais eficiente e menos concentrado. Seus defensores, porém, não necessariamente defendiam a Abolição, entendendo que a causa

republicana era prioridade. Alguns de seus membros, como Rui Barbosa, eram entusiastas do sistema federativo norte-americano.

Ao mesmo tempo, expandiam-se, entre os militares, que haviam voltado do conflito paraguaio, os ideais positivistas, que também pregavam a moralização da política e a modernização, mas de uma forma



Geografia

Questão 01

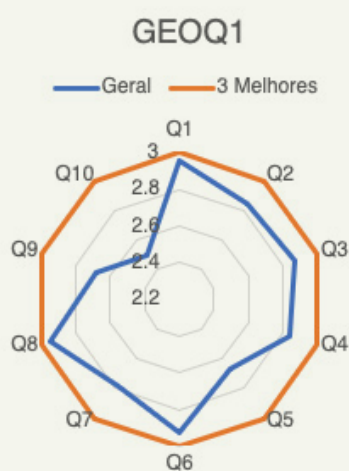
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **28,3**

Média Pessoas com Deficiência: **25,8**

Média Candidatos Negros: **27,6**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A ideia de que, em períodos de crise, os fluxos imigratórios se interrompem torna-se muito mais difícil de ser sustentada no início do século 21, que é marcado de uma forma sem precedentes na história pelos fluxos migratórios dos mais diversos tipos e compõe o que Castles e Miller (1993) chamaram de a “era das migrações”. Todavia, os fatores de contradição do funcionamento do sistema econômico em escala global – sobretudo a produção das desigualdades, de conflitos e guerras, os efeitos para a população da destruição do meio ambiente, o desemprego e a degradação

do trabalho (BASSO, 2018) – não se interrompem, tampouco as expectativas dos emigrantes e dos refugiados de buscarem melhores condições de vida ou de lutarem pela sobrevivência.

VILLEN, Patrícia. *Impactos da crise na na migração internacional no Brasil*. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luis Felipe Aires (orgs.). *Migrações em expansão no mundo em crise*. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2020, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo analisando o fenômeno migratório no mundo e no Brasil. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- as tradicionais e novas motivações que perpetuam as migrações, citando pelo menos um exemplo;
- o crescente número de refugiados e apátridas em meio ao cenário das migrações do século 21;
- os efeitos sociais e culturais das migrações nos países que recebem esses grandes fluxos;
- os países que mais recebem os fluxos e possuem pouca visibilidade;
- a migração e as redes de tráfico humano;
- a atuação da comunidade internacional e das agências multilaterais diante do fenômeno, incluindo-se os refugiados;
- o quadro da migração internacional no Brasil no século 21; e
- a institucionalidade do tema no Estado brasileiro, incluindo-se as questões laborais e a abordagem legal.

PADRÃO DE RESPOSTA

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

Q1. Nos anos iniciais do século 21, a conflagração de guerras, nos mais diversos pontos do planeta continuam a movimentar grandes contingentes de pessoas, a exemplo do que acontece na Síria e, mais recentemente, na Ucrânia. Adicionalmente, as nações que se encontram em profundas crises econômicas, tais como aquelas localizadas na América Central, como Guatemala e Honduras, também continuam a ser fatores de deslocamento das populações. Além disso, mudanças de regimes, como aquele ocorrido recentemente no Afeganistão, geram fluxos consideráveis, em face do caráter político-religioso do grupo que assumiu o poder no país. Ainda outro motivo a considerar é que o fator religioso tem se mostrado um impulsionador de fluxos migratórios forçados, a exemplo do que se observou com os rohingyas, em Bangladesh.

Q2. Além dos fatores de ordem política, econômica e das guerras, mais recentemente há um novo tipo de migrante, aquele que se desloca em face das questões ambientais que, embora ainda sejam fluxos incipientes e pouco estimados, vem adquirindo espaço nos debates, pois são uma nova categoria de deslocados que, muitas vezes internamente, não encontram condições de sobrevivência em seus lugares de origem. Bangladesh é um desses países com grande quantidade de pessoas que se deslocam, em face das questões ambientais nas suas áreas litorâneas e vão se instalar nas favelas de suas maiores cidades, como Daca. Outra nova categoria de migrantes, não forçados, são os trabalhadores do conhecimento, caracterizados por indivíduos com alta escolaridade e qualificação profissional que transitam pelo mundo ocupando cargos e posições em organizações públicas e privadas, além de organismos multilaterais.

Q3. Esse complexo quadro de deslocados que mescla migrações espontâneas e outras diásporas que ocorrem por crises resultou em um grande contingente daquilo que se denomina refugiados ou apátridas. São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, uma delas é a discriminação contra minorias na legislação nacional, não reconhece todos os residentes do país como cidadãos.

Q4. Atualmente há uma ampla discussão a respeito dos efeitos social e cultural desses grandes deslocamentos nos países receptores, sendo a xenofobia o traço mais evidente, por uma série de fatores, que vão desde o ambiente de instabilidade econômica de alguns desses países que, sequer têm assegurado emprego para seus nacionais, o que resulta em um sentimento de insegurança econômica por parte das suas populações, que vislumbram os migrantes como aqueles que lhes tirariam oportunidades. Algumas dessas nações, inclusive, adotam rígidas políticas que dificultam a entrada dos migrantes e sua permanência, promovendo retornos maciços desses refugiados para seus países de origem.

Q5. Em face desse sentimento, são comuns os episódios de xenofobia, reforçados, muitas vezes, por visões distorcidas de grupos sociais que adotam posturas pré-concebidas dos povos, notadamente, de algumas religiões ou de determinados grupos étnico-raciais, o que, por vezes, leva a eclosão de tensões entre grupos nacionalistas e migrantes e ao surgimento de movimentos políticos que alçam posições nos governos e nas casas legislativas de determinados países, defendendo as pautas nacionalistas e contrárias às migrações.

Q6. Apesar da visibilidade que a mídia confere aos problemas dos fluxos migratórios nos países do norte global, notadamente nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, não é nessas regiões que se encontra maior número de deslocados, mas sim na Turquia, no Paquistão e em Uganda que, juntos, já receberam mais de 6 milhões de pessoas em situação de refúgio. Há outros países fortemente impactados pelos fluxos, a exemplo da Jordânia que recebeu mais de 500 mil refugiados da guerra da Síria em seus enormes campos de abrigo.

Q7. Um dos efeitos perversos dos deslocamentos forçados são as redes de tráfico humano que se viabilizam em função da vulnerabilidade dos indivíduos e estão associadas, sobretudo, à exploração sexual, ao trabalho forçado, a práticas de servidão ou à remoção de órgãos. Além disso, há uma economia ilegal que se vale dessas diásporas, notadamente, aquela que viabiliza o ingresso, de forma ilegal, dos migrantes/refugiados nos países receptores. Popularmente a figura mais conhecida dessas redes, são os chamados coiotes, que acompanham os migrantes na travessia das fronteiras, mas quase sempre eles são apenas uma das peças da complexa engrenagem que alimenta tais organizações. As formas para assegurar o acesso expõem, na maior parte das vezes, os migrantes a situações de perigo e, não são raras as tragédias, que resultam em dezenas de mortes, sejam elas durante a travessia de grandes extensões de água, ou ainda pelo confinamento em lugares inadequados.

Q8. Diante desse cenário, diversas instituições têm atuado não apenas no acolhimento desses refugiados, sejam elas não governamentais ou multilaterais, sendo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações

Unidas para Refugiados (ACNUR), no âmbito do sistema das Nações Unidas (ONU), as principais unidades que atuam com o tema. Nesse segmento, a OIM é o principal organismo intergovernamental no campo da migração que trabalha e atua em rede com parceiros governamentais, e não-governamentais, e o ACNUR possui um direcionamento mais específico voltado para os refugiados, e sua atuação é centrada em assegurar direitos elementares no processo de reintegração desses indivíduos aos países que os receberam.

Q9. O Brasil possui longa tradição de receber migrantes, desde o século 19, sobretudo com japoneses e europeus. Em tempos recentes, esse perfil se aproximou mais dos nacionais da porção latina do continente americano, com distintas motivações, como os bolivianos que migram em função da estagnação econômica do seu país, ou ainda os haitianos que fogem da crise econômica, política, agravada pela grande catástrofe que foi o terremoto que atingiu o país, em 2010, além dos venezuelanos que deixaram seu país em face da crise econômica e de problemas de ordem política.

Q10. Ainda se tratando do Brasil, sob o aspecto legal, o tema vem sendo tratado pela nova Lei de Migração (LDM), Lei no 13.445/2017, que se apresenta como um importante marco na resposta do Estado brasileiro diante das tendências da migração contemporânea. Observa-se que em seu viés “principlológico”, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, a LDM faz explícita referência aos direitos humanos, pautando o repúdio à discriminação e a não criminalização de migrantes que estão de modo irregular no País, na igualdade de direitos, incluindo a liberdade de associação sindical e política, e a impossibilidade de expulsão ou deportação coletivas. No âmbito da estrutura do Estado brasileiro,

o tema vem sendo tratado pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério da Justiça, a quem compete tratar da política nacional de migração, bem como orientar as questões laborais dos migrantes que ingressam no Brasil solicitando permanência.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência: VILLEN, Patrícia. Impactos da crise na migração internacional no Brasil. In: BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. (Orgs.) Migrações em expansão no mundo em crise. São Paulo: EDUC/PIPEq, 2020.

Adriana Medeiros de Gabinio

30

TL – 60;
1047 palavras;
17,4 palavras/linha

Segundo o Relatório de 2019 World Population Prospects, o mundo vive quatro megatrends neste século, entre os quais, a migração internacional. De acordo com Max Sorré, as migrações são intrínsecas à vida humana. Não obstante, a recente intensificação do fenômeno justifica chamar o tempo atual de “era das migrações” (Castles e Miller). Essa ideia é ratificada pelo recente Global Trends (UNFPA, 2021), que calcula que 270 milhões de pessoas são migrantes – e, entre esses, 80 milhões são deslocados forçados. Ao todo, estima-se que 3,5% da população global faz parte do fenômeno migratório atual.

No final do XIX, Ravenstein tentou explicar as motivações dos migrantes em suas “leis da migração”, relacionando o deslocamento com questões de sexo e idade. Atualmente, porém, percebe-se a explicação de Ravenstein como insuficiente, especialmente após estudos de Zipf e Lee: para o primeiro, as migrações possuem relação inversa com a distância, enquanto o segundo adiciona os “obstáculos intervenientes” (dificuldades legais, identificação cultural). Ainda, Harris e Todaro acrescentaram a importância das expectativas de renda como elemento da decisão de migrar – o que explicaria fenômenos como downgrade (em que um indivíduo em qualificação se desloca para outro país, trabalhando em setor de menor qualificação – comum entre países do Leste Europeu para Europa Ocidental). Finalmente, nos anos 1990, Massey apresentou a teoria das

redes migratórias, explicando que as migrações criam redes de contatos, expectativas e oportunidades que relacionam famílias, grupos e cidades. Exemplos notáveis são a migração de mineiros de Governador Valadares para Massachussets, ou das relações entre nacionalidades e setores econômicos (a lavanderia do chinês, a banca de revista do italiano). Outra explicação importante para a perpetuação das migrações é a migração circular, que relaciona lugares de partida e chegada, especialmente notável nas migrações internas.

No século XXI, o fenômeno das migrações forçadas se aprofundou notavelmente, em razão da proliferação e maior escala de conflitos armados, inclusive intraestatais. Destacam-se, nesse sentido, a guerra no Afeganistão, a guerra civil síria e, mais recentemente, a instabilidade e crise econômico-política na Venezuela. Com isso, aos migrantes que buscam melhores condições de vida, somam-se enorme contingente de deslocados forçados. Como um dos efeitos colaterais, eleva-se o problema da apatridia, que alcança hoje cerca de 20 milhões de pessoas, segundo ACNUR, visto que, não raro, critérios de nacionalidade (por solo e por sangue) geram conflito negativo para crianças filhos de pais migrantes, cujo status não é plenamente reconhecido em muitos países. Exemplo disso tem atingido refugiados sírios, pois o registro de nacionalidade síria demanda presença dos pais (por vezes, engajado na guerra civil), enquanto o país de refúgio (Turquia, Alemanha, França) não lhes reconhece nacionalidade por jus soli.

De forma geral, os fluxos migratórios mais representativos ocorrem entre países em desenvolvimento (fluxo Sul-Sul), e são regulares (“legais”). Por isso, os países que mais recebem

fluxos migratórios atualmente são países do sul global. Em termos de migrações forçadas, destacam-se Turquia, Colômbia e Paquistão. Em termos gerais, os EUA são o maior receptor de fluxos migratórios, sendo grande parte dos imigrantes latino-americanos (especialmente mexicanos). Em termos proporcionais, países do Oriente Médio produtores de petróleo, como Emirados Árabes Unidos, destacam-se pela recepção de trabalhadores do Sudeste Asiático para setores como construção civil. Os efeitos sociais e culturais são múltiplos: primeiramente, a importância das remessas de renda para países de saída desses migrantes tende a ser considerável para a economia (por exemplo, Porto Rico); em segundo lugar, pode-se apontar a tendência de concentração espacial de grupos nacionais em determinado bairro (como Chinatown ou Livramento, de chineses, em Nova Iorque e São Paulo); finalmente, questões como xenofobia podem-se manifestar, especialmente em contextos de crise, como se observou recentemente na África do Sul, contra imigrantes nigerianos.

É de se destacar, nesse contexto, que embora menos midiáticos que os fluxos sul-norte, os fluxos sul-sul são numericamente mais representativos. Por isso, alguns dos países que recebem maiores fluxos e recebem pouca visibilidade têm sido – além do Paquistão, que conforma destino de refugiados afegãos – Bangladesh (que recebe refugiados rohingya do Mianmar), Colômbia (que recebe maior número de venezuelanos deslocados no exterior) e Uganda (que recebe refugiados do Sudão do Sul). A pouca visibilidade desses fluxos pode aprofundar outro problema, qual seja, o das redes de tráfico humano, que atinge em especial contingentes populacionais já vulneráveis, como mulheres e crianças, em circuitos

menos atendidos pela comunidade internacional. Diferentemente do tráfico de migrantes, em que redes de grupos criminosos transferem pessoas de um país a outro, por meios ilícitos, o tráfico de seres humanos inclui problemas como escravidão sexual, trabalhos forçados, entre outros crimes.

A fim de amparar os migrantes e elevar as condições mínimas de direitos humanos, a comunidade internacional empenha-se, há décadas, através de iniciativas como Passaporte Nansen (para apátridas, Liga das Nações), mas especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o Estatuto dos Refugiados (1951), dos Apátridas (1954), ACNUR, Organização Internacional de Migrações, bem como iniciativas, exemplo do “I Belong” (para apátrida). Com esses esforços, a comunidade internacional busca maior amparo aos migrantes, sendo o esforço mais recente os Pactos Globais de 2018 para Refugiados e para Migração Segura, Ordenada e Regular. Apesar de ter-se desengajado do último documento em 2019, o Brasil figura como país de recepção e envio de migrantes internacionais, sendo reconhecido pelo ACNUR em seus esforços na Operação Acolhida, que, desde 2018, recebe, apoia e interioriza venezuelanos que chegam ao Brasil com reconhecido status de refugiado.

Ademais dos mencionados documentos internacionais, a Constituição Federal e a Lei de Migração, bem como Lei de Refúgio, garantem aos imigrantes no Brasil direitos de acesso à saúde, trabalho, inclusive associação sindical, exercício de toda atividade lícita, bem como processo facilitado de naturalização em caso de apátrida. Após retorno de parte da comunidade brasileira no exterior na década de 2000-2010, o Brasil vive atualmente momento de “diáspora”, estimando o MRE em

2,4 milhões de brasileiros expatriados, localizados sobretudo nos EUA, Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão. Em relação aos imigrantes, destacam-se bolivianos, portugueses e espanhóis, bem como, com visto humanitário, haitianos, e, em situação de refúgio, venezuelanos.

André Delgado Freire

30

TL – 60;
852 palavras;
14,2 palavras/linha

As migrações internacionais constituem fenômeno complexo, com uma multiplicidade de causas e repercussões nos campos econômico, político, social, cultural, jurídico e diplomático. A intensificação dos deslocamentos, voluntários e forçados, é marca do século XXI, consequência da evolução dos meios de transporte e de comunicação, mas também da persistência de conflitos em diversas regiões e da intensificação das desigualdades estruturais do mundo globalizado. Novas motivações para deslocamentos forçados também ganham destaque nas últimas décadas. No Brasil, o tratamento do tema sofreu grande inovação a partir de 2017.

Para além dos migrantes econômicos que buscam trabalho e melhores condições de vida em países desenvolvidos, geralmente vindos do sul global (é notória a diáspora mexicana nos Estados Unidos ou o grande número de africanos morando na França, por exemplo), vem aumentando também o número de deslocamentos forçados através de fronteiras internacionais. Milhões de pessoas são forçadas a deixarem seus locais em virtude de conflitos armados, civis ou internacionais, por exemplo na Síria, no Afeganistão, na Líbia ou no Sudão do Sul. Outros tantos milhões acabam expulsos por crises políticas que levam a violações maciças dos Direitos Humanos, como no caso da Venezuela, onde o colapso econômico dos últimos anos levou mais de 5 milhões de pessoas a deixarem o país, ou de Myanmar, onde a perseguição à minoria étnico-

religiosa Rohingya produziu milhões de refugiados e de apátridas. Além das tradicionais, no século XXI sobressaem novas motivações para deslocamentos forçados, como a crise climática, que já deteriora as condições de produção, por exemplo, nas franjas do Saara, e expulsa populações de regiões costeiras e insulares com o aumento do nível do mar, além das catástrofes intensificadas, como deslizamentos de terra, ciclones e inundações.

Os números de refugiados atingem os 26 milhões e de apátridas, cerca de 10 milhões, conforme os relatórios mais recentes, batendo novos recordes a cada ano. O crescente fluxo de migrantes irregulares coloca sob pressão os sistemas sociais dos países receptores, em geral desenvolvidos no caso das migrações econômicas, mas cada vez mais entre os países em desenvolvimento, que atraem os deslocados forçados em virtude da proximidade geográfica. Os efeitos sociais podem ser sentidos nos índices de violência, no aumento da xenofobia e no colapso localizado de sistemas de acolhimento, como ocorrido no Brasil em Pacaraima, fronteira com a Venezuela. Culturalmente, os migrantes podem trazer grande aporte, mas muitas vezes são vistos como uma ameaça à identidade nacional, aumentando o rechaço, como nos EUA ou na França, com sérias repercussões políticas.

Na medida em que os deslocados forçados tendem a sair às pressas em caso de conflitos armados ou desastres naturais, os fluxos se direcionam para países vizinhos. Estão entre os maiores receptores de migrantes países como Uganda, Bangladesh, Colômbia e Paquistão, embora esses fluxos recebam menos atenção midiática do que aqueles direcionados à Europa ou aos EUA. Nessas situações de extrema vulnerabilidade, é comum que os

migrantes caiam vítimas de redes de tráfico humano, com atravessadores prometendo facilitar seu transporte ou entrada nos países de destino. É notória a atuação dos “coiotes” na fronteira entre o México e os EUA, causadora de frequentes incidentes de morte e embates com as autoridades migratórias norte-americanas. O combate a esse crime tem sido uma das prioridades da comunidade internacional nos últimos anos acerca das migrações.

Diferentes agências e organizações internacionais, como a OIM ou o ACNUR, além da UNRWA, atuam diante do fenômeno, assistindo os países e os migrantes, além de fomentarem a adoção de normas internacionais sobre a matéria. Em 2018, a Assembleia Geral da ONU aprovou o Pacto Global para os Refugiados e o Pacto Global para Migrações, tendo o Brasil se retirado deste último, embora faça parte do primeiro. A comunidade internacional busca atenuar o sofrimento dos refugiados e apátridas por meio da aplicação da Convenção sobre apatridia e do Estatuto dos Refugiados, promovendo uma distribuição mais equitativa dos ônus e dificuldades de sua recepção.

O Brasil é um emissor líquido de migrantes, embora tenha crescido a recepção de refugiados, apátridas e migrantes voluntários nos últimos anos. Estima-se em mais de 3 milhões o número de brasileiros morando no exterior, com grande concentração nos EUA (mais de 1 milhão), mas grandes diásporas brasileiras também no Paraguai, no Japão, em Portugal, no Reino Unido, na Itália e na Alemanha. Enquanto país de destino, o Brasil é grande receptor de bolivianos, haitianos e venezuelanos, aos quais a Operação Acolhida busca receber, assistir e promover sua interiorização, merecendo o reconhecimento da comunidade internacional.

Em consonância com a Constituição Federal, a legislação nacional (Lei de Migrações, Lei do Refúgio e diversas normas infralegais) pautam-se pelo respeito aos direitos humanos, pela não criminalização da migração, pelo repúdio à xenofobia e pela promoção da integração social dos migrantes. É assegurado o acesso igualitário aos serviços públicos e ao direito ao trabalho, entendido como a melhor forma de assimilação do migrante. Portarias ministeriais têm autorizado a concessão de vistos de acolhida humanitária para sírios, afegãos, haitianos e ucranianos, enquanto o CONARE, órgão com composição tripartite, é o responsável pelo reconhecimento da condição de refugiado no país. O fenômeno migratório suscita diferentes abordagens, sendo o caso brasileiro digno de nota.

Raíssa Guimarães Carvalho

30

TL – 60;
812 palavras;
13,5 palavras/linha

O aumento da intensidade dos fluxos migratórios durante o início do século XXI compõe o que Castles e Miller chamam de a “era das migrações”. Segundo Bauman, o fenômeno das migrações se intensificou com o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicações e tornou-se uma questão global. O migrante pode ser definido como aquele que deixa sua residência habitual – geralmente seu país natal – , para constituir residência em um outro país. De acordo com teóricos liberais, os fatores que geram os fluxos migratórios se dividem em fatores de repulsão e de atração. Tradicionais fatores de repulsão são as guerras, as perseguições políticas ou por origem e problemas socioeconômicos, como desemprego e violência. Um exemplo são as migrações de países da América Central rumo aos EUA. Um novo fator de repulsão são os desastres ambientais, a exemplo de habitantes de ilhas ameaçadas pelo aquecimento global. Já os fatores de atração são aqueles que motivam a escolha de um país novo para se habitar, como a busca de melhores empregos e sistema de saúde.

Nesse cenário, o recente relatório do ACNUR apontou o aumento nos fluxos de refugiados e de apátridas. Apátridas são aqueles que não possuem nacionalidade, e os refugiados, de acordo com a Convenção no tema de 1951 são aqueles que sofrem perseguição por origem, religião ou por pertencimento a um grupo social ou político. O aumento do número

de conflitos intraestatais foi uma das razões para esse cenário, além do aumento de deslocados internos. Destacaram-se o número de refugiados do Sudão, do Afeganistão, da Síria e da Venezuela. Diferentemente dos “migrantes econômicos”, há razões imperiosas de violência e de segurança que originaram esses fluxos.

Vários efeitos sociais e culturais podem ser apontados nos países que recebem esses grandes fluxos. Por um lado, há ganhos em intercâmbio cultural, com a emergência de novas expressões artísticas influenciadas pelos migrantes. Nota-se também o constável ganho acadêmico, a exemplo do fluxo de indianos que migram aos EUA para estudar nas universidades norte-americanas. No entanto, alguns possíveis impactos negativos também podem ser apontados, como o fortalecimento de movimentos xenófobos, de intolerância religiosa e de extremismo violento. Parte da sociedade dos países receptores pode vislumbrar o imigrante como potencial ameaça à identidade nacional e à segurança de seu país.

Entre os fluxos que recebem maior visibilidade, estão os fluxos Sul-Norte, correspondentes a fluxos de origem de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. No entanto, os fluxos Sul-Sul estão entre os mais significativos e não recebem tamanha visibilidade. Por exemplo, destaca-se o fluxo de africanos rumo aos Emirados Árabes e a outros países do Golfo por motivações econômicas. Também se destacou o grande número de refugiados sírios no Líbano e na Turquia. Outro exemplo de destaque foram os refugiados rohingyas de Mianmar em Bangladesh.

O crescimento dos fluxos migratórios e o apoio a restrição e a medidas legais para impedir o ingresso de imigrantes (principalmente em países desenvolvidos) tiveram como consequência o aumento das redes de imigração irregular e de tráfico humano. São exemplos as ações de “coiotes” nas regiões de fronteira com os EUA e também as embarcações que realizam irregularmente a travessia de imigrantes no Mar Mediterrâneo. Por meio da Operação Sofia, os países da EU buscavam impedir essas ações. A mitigação das redes de tráfico humano também é um dos objetivos da Convenção de Palermo, a qual o Brasil faz parte.

Como um problema global, os fluxos migratórios, incluindo os de refugiados, são objeto de atuação da comunidade internacional e de diversas agências multilaterais. Em seu aspecto legal, destacam-se a Convenção para Refugiados de 1951 e seus protocolos, a Declaração de Cartagena e a Convenção para trabalhadores migrantes. No âmbito da ONU, há, desde 2016, a atuação da Organização Internacional para Migrações (OIM). Destaca-se também o ACNUR, para refugiados, criado em 1951. Outras agências podem ser apontadas, como a UNRWA, para refugiados palestinos, e o UNFPA. O tema também é tratado em outras organizações, como a OEA, bem como em arranjos multilaterais como o BRICS. O objetivo é impulsionar a migração segura, ordenada e regular.

O Brasil é um país em que se constata um equilíbrio entre os fluxos de emigração e de imigração. O país é signatário da Convenção de 1951 sobre refugiados, do Protocolo de 1967 que estende sua aplicação geográfica e da Declaração de Cartagena (1984), que amplia as hipóteses de concessão de refúgio. A partir da nova lei de migração

de 2017, que põe fim ao Estatuto do Estrangeiro de 1980, a abordagem da migração passa a ter como foco o respeito aos direitos humanos, de acordo com a Constituição de 1988. Dessa forma, o imigrante não é mais visto como “potencial inimigo”. Destacam-se também a atuação do CONARE, às facilidades para concessão de nacionalidade a apátridas, e à concessão de vistos temporários a venezuelanos e haitianos. Com esses vistos, essas pessoas podem habitar e trabalhar regularmente no país.

NOTA MÉDIA

Bruno Brito da Cruz Abaurre

28

TL – 60;
778 palavras;
13 palavras/linha

As migrações internacionais não são um fenômeno particularmente recente; em países de colonização europeia como Brasil e EUA, a imigração foi componente importante na formação do território e do tecido social. A migração é o resultado de uma análise comparativa entre os fatores de atração e de repulsão entre o lugar de origem e de destino, bem como a distância entre os dois pontos, o que a globalização não tornou irrelevante.

A migração mais usualmente retratada na mídia é a econômica, do sul para o norte. Está exemplificada pelos migrantes que vão da África para países da Europa Ocidental, como a Espanha. Mais recentemente, tem-se falado dos emigrantes climáticos, que se deslocam devido a mudanças e catástrofes ambientais, de que são exemplo os emigrados do Haiti após os terremotos de 2021. Além disso, também há migração norte-sul (típica dos expatriados para subsidiárias) e norte-norte, representativa da globalização, a ideia (falsa) do “mundo sem fronteiras”. Por fim, há também as migrações sul-sul, fortemente influenciadas pela distância.

Os conflitos internacionais e as instabilidades internas desde o início dos anos 2000 provocaram desde então aumento significativo das migrações. Afegãos, depois iraquianos, sudaneses, sírios, birmaneses e mais recentemente ucranianos se viram diante de tamanhos elementos de repulsão, que precisaram se deslocar,

por vezes internacionalmente. A maior parte desses migrantes vai para países próximos, a maioria deles também no sul global; é o caso dos venezuelanos na Colômbia e dos sírios na Turquia.

Diante desse quadro, as instituições multilaterais têm se voltado para esse tema. Em 2018, no âmbito da ONU, foi acordado o Pacto Internacional de Migrações, que não é um tratado internacional, mas ainda assim foi rechaçado pelos EUA, e abandonado pelo Brasil. Na mesma ocasião, foi celebrado o Pacto para Refugiados, do qual o Brasil efetivamente participa. O assunto dos refugiados é endereçado pelo ACNUR, e a ONU conta com órgão específico para os refugiados palestinos. Esse cuidado especial é importante, sobretudo pela especial vulnerabilidade dos refugiados, que podem ser vítimas de “coiotes”. O Brasil, por exemplo, recentemente criminalizou esta prática.

Apesar de muitas vezes migrarem por razões humanitárias, essas pessoas frequentemente enfrentam resistência nos países de chegada. A construções de muros e campos para recebê-los, além de acordos para limitar a sua quantidade, simboliza a resistência à globalização pela via do nacionalismo, por vezes xenófobo. E isso mesmo quando a imigração poderia ser positiva para o país. É o caso de países da Europa Ocidental como a Alemanha e do Japão, cujas pirâmides demográficas caminham para uma maior razão de dependência dos velhos para com a PEA, de modo que receber jovens e famílias numerosas seria vantajoso. Os EUA são um exemplo de criminalização e exclusão dos imigrantes, o que não mudou substancialmente no governo Biden.

Os efeitos sociais da imigração podem ser efetivamente deletérios para países do sul global que não contam com infraestrutura econômica e social adequada para receber migrantes em grandes números. É o caso do Líbano, que

na crise da Síria, a partir de 2014, recebeu 1 milhão de migrantes, o que equivale a 20% de sua população. O mesmo se pode dizer dos migrantes venezuelanos na Colômbia. Esses países estão sob enorme pressão, mas recebem menos atenção na mídia que os EUA e a UE, por exemplo.

O Brasil é, ao mesmo tempo, um país que envia emigrantes e que recebe imigrantes, o que está em linha com sua natureza de potência média. Entre os milhões de brasileiros vivendo no exterior, a maioria deles está nos EUA, onde a rede dos que chegaram antes contribui para a manutenção do fluxo. Em seguida, vêm Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão (decasséguis). Por outro lado, o Brasil também é um país de recepção, com grande presença de bolivianos, venezuelanos, haitianos e congolezes. Além dos compromissos internacionais já mencionados, é a Lei de Migração o principal instrumento legal que trata dessa questão no Brasil. Essa norma, aliás, ampliou o conceito de refugiados, para abranger aqueles que deixaram seu país em razão de calamidade pública ou estado de guerra. Com isso, passou-se a atribuir a condição de refugiado a imigrantes venezuelanos, o que facilita a sua empregabilidade, dada a autorização de residência conferida automaticamente a refugiados. A LM também facilita a residência e até a naturalização de apátridas. Especificamente quanto aos venezuelanos, que chegam majoritariamente por Roraima, foi criada a Operação Acolhida para organizar a chegada e sua distribuição pelo território. O assassinato de um imigrante congolês no Rio levou Itamaraty e Min. da Justiça a se voltarem para a situação deles.

Em suma, a globalização não eliminou as distâncias nem as discrepâncias econômicas e securitárias que levam as pessoas a migrar. O alto número de migrantes preocupa.

TL – 60;

645 palavras;

10,7 palavras/linha

A migração está presente em toda a história da humanidade. O homem sempre migrou em busca de melhores condições de vida. Como afirma o teórico de migrações Ernest Ravenstein, a migração ocorre devido às assimetrias entre as regiões. Tradicionalmente, as pessoas migram em busca de oportunidades e trabalho, como foi o caso dos japoneses que vieram a bordo do Kasato Maru para o Brasil em 1908, ou mesmo a migração nordestina para São Paulo em meados do século XX em função da industrialização pujante da capital paulista. Há, ainda, novas motivações que tornam, hoje, mais complexos os movimentos migratórios globais, como o fenômeno das mudanças climáticas, que, por exemplo, está afundando determinadas ilhas do Pacífico, tornando suas populações em refugiados ambientais.

Vivemos o período de maior migração da história da humanidade. As novas tecnologias de transporte e comunicações tornam a migração muito mais acessível do que em outros tempos, e questões como miséria, mudanças climáticas e grandes conflitos tornam ela muito mais necessária. Nos últimos anos o mundo viu um forte crescimento do número de refugiados no mundo devido à instabilidade política na Venezuela e aos conflitos na Síria e na Ucrânia, além do aumento de apátridas em razão de conflitos étnicos e genocídios. Além disso, criminosos aproveitam da situação de vulnerabilidade de muitos migrantes

para extorqui-los, transportá-los em condições insalubres e inseri-los nas redes de tráfico de pessoas e tráfico sexual, com especial vulnerabilidade de mulheres e crianças.

Em tempos de crises econômicas e políticas, os efeitos sociais e culturais das migrações, já normalmente complicados, ficam ainda mais intensos. Ocorre uma ascensão de uma retórica e uma política protecionista, xenófoba e racista. Exemplos importantes são as resistências europeias aos refugiados sírios, ou os ataques às populações migrantes chinesas no contexto da pandemia de Covid-19. Na busca de respostas fáceis, o imigrante, sendo o “outro”, passa a ser o culpado das mazelas da sociedade. No entanto, ao contrário do que diz o senso comum, não são os países mais ricos que recebem o maior número de imigrantes. Proximidade física e cultural são fatores extremamente importantes, de modo que os principais locais de recepção são os mais próximos. Refugiados venezuelanos vão principalmente para a Colômbia, sírios vão para a Turquia e a Jordânia, ucranianos vão para a Polônia, entre muitos outros exemplos, de modo que a migração intra-continental é muito superior à inter-continental. Não raro, os países que mais recebem são pobres, com poucas condições de integrar o migrante e com pouco suporte da comunidade internacional.

Existem diversas agências internacionais que buscam coordenar a questão da migração e dos refugiados, como a OIM, a ACNUR, além de ser debate frequente em organismos amplos como a Assembleia Geral das Nações Unidas ou em foros de Direitos Humanos onde se discute o direito a migrar e os direitos dos migrantes. Busca-se, também, uma melhor coordenação das políticas

migratórias no âmbito da União Europeia, principalmente depois do conflito na Ucrânia.

No Brasil, foi publicada a Lei de Migração em 2017, que mudou a maneira como o tema é tratado, com foco nos direitos humanos dos migrantes e não como questão de segurança nacional, como era até então. O país passou a ser importante receptor de migrantes e refugiados, como haitianos, venezuelanos e ucranianos, notadamente com as operações acolhida. A coordenação do tema fica à cargo principalmente dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, tendo um órgão específico para a questão do refúgio, o CONARE. Ao refugiado é dado condições de acolhimento melhores do que aos demais migrantes, incluindo facilitação para emissão de documentação e para a concessão do direito de trabalhar.

Os migrantes brasileiros vão em sua maioria para países ricos em busca de melhores condições de vida, notadamente para os Estados Unidos, Portugal, Reino Unido e Japão (fenômeno de *dekassegui*). Há, ainda, importante população de brasileiros no Paraguai, em razão das conexões fronteiriças entre ambos países, chamados “brasiguaios”.

Questão 02

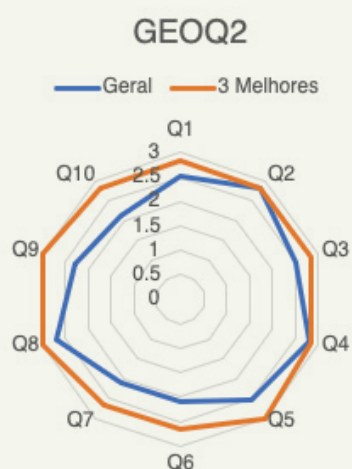
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **24,9**

Média Pessoas com Deficiência: **22,3**

Média Candidatos Negros: **24**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

As atuais dinâmicas socioespaciais do território brasileiro indicam que as maiores cidades continuarão a crescer paralelamente à constituição de novas centralidades urbanas intermediárias. Tais fenômenos, aparentemente contraditórios, são, na verdade, complementares. O que ocorre é uma reorganização dos espaços e da rede urbana do País, que acompanha uma nova divisão territorial do trabalho (SANTOS, 2009).

NUNES, Débora Aquino; TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; TRINDADE, Gesiane Oliveira da. Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém (Estado do Pará). Confins [On-line], 29 | 2016, posto on-line no dia 25 de novembro de 2021, consultado em 29 de abril de 2022. Disponível em: <http://

journals.openedition.org/confins/11376>. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.11376>. Acesso em: 29 abr. 2022, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo analisando as dinâmicas relacionadas às cidades médias na Amazônia brasileira e suas funcionalidades. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- conceituação de cidade média nos estudos a respeito de rede urbana no Brasil;
- cidades médias na Amazônia e suas relações com a rede fluvial e rodoviária;
- relações entre cidades médias na Amazônia e as frentes de ocupação versus modernização do território; e
- desigualdades socioespaciais e cidades médias na Amazônia.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Q1. Longe de ser um consenso entre os estudiosos, a noção de “cidade média” envolve uma série de interpretações e conceituações. O primeiro enfoque relacionado a essa classificação tem como base o tamanho populacional das cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes. Atualmente, instituições oficiais, ainda adotam essa característica como central.

Q2. Apesar da importância que a definição de cidade média tem nos estudos brasileiros, o patamar demográfico serve apenas como primeira aproximação para compreender tais cidades, pois não há relação direta entre o tamanho da população de uma cidade e seu papel na rede urbana (SPOSITO, 2001). A partir dessas considerações, outro enfoque surge dentro dos estudos relacionados às cidades médias, o qual incorpora elementos qualitativos, tendo em vista uma nova forma de abordá-las. Sposito (2001) considera as cidades médias como aquelas de expressiva importância na estrutura urbana regional.

Q3. A cidade média é fenômeno recente na Amazônia, que somente adquiriu importância após as mudanças ocorridas a partir da década de 1960, visto que anteriormente este tipo de cidade era quase inexistente. Logo, houve a ascensão das cidades médias na rede urbana, as quais passaram a desempenhar papéis econômicos e a ser destino do fluxo de migrantes, mas foram as metrópoles que mantiveram papel central e de comando da rede urbana, tornando-se uma tendência que acompanha a dinâmica urbana nacional.

Q4. As cidades médias apresentam relações distintas no que diz respeito a sua localização e vinculações com os sistemas de transporte. Na Amazônia, existem cidades que foram criadas a partir da localização em relação às

principais bacias hidrográficas, outras cidades foram constituídas a partir da conexão com as rodovias, outras cidades tem essa dupla localização às margens de rios e rodovias como Altamira e Itaituba no Pará, Porto Velho e Rio Branco, entre outras.

Q5. No contexto amazônico, esse debate guarda especificidades que precisam ser levadas em consideração. As cidades médias brasileiras são comumente associadas à modernização econômica de espaços onde as relações capitalistas já se mostram mais consolidadas, e também ao melhor índice de qualidade de vida de seus habitantes, quando comparado ao de outros centros urbanos, como as metrópoles. Porém, na Amazônia, cidades como Marabá e Santarém tendem a se diferenciar das demais, pois consistem em espaços que nem sempre revelam a incorporação dos processos de acumulação de capitais, possuindo traços de dinâmicas concernentes a frentes pioneiras, agropastoris e minerais, e baixos índices de qualidade de vida (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007) quando comparados aos de outras regiões do País.

Q6. A importância das cidades médias amazônicas chama a atenção, principalmente no que se refere às suas relações econômicas, políticas e socioterritoriais com as sub-regiões das quais fazem parte. Essas cidades parecem apontar elementos para se pensar a particularidade de centros urbanos intermediários para além da centralidade econômica, normalmente considerada na definição das cidades médias. Uma referência à centralidade política, caracterizada pela presença de instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados às decisões políticas que nelas se fazem presentes, e pelo fato de sediarem importantes forças políticas, associações, movimentos sociais, sindicais e categorias sociais diversas.

Q7. As políticas de reordenamento territorial promovidas pelo Estado, para inserção da Amazônia no processo de expansão capitalista, a partir da segunda metade do século 20, ocasionaram transformações econômicas, sociais e na rede urbana regional. Neste contexto, atribuíram às cidades funções econômicas de acumulação, comandando uma rede de municípios em seu entorno, por meio da distribuição de bens e serviços e controle da produção primária para exportação, papel que também passou a ser desempenhado por um tipo de cidade até então inexistente da rede urbana: as cidades médias.

Q8. Pode-se afirmar que, o processo de urbanização suscitou para essas cidades inúmeros “problemas urbanos”, como são observados nos indicadores de saneamento, emprego, migração e transporte.

Q9. Mais da metade da população amazônica reside nas cidades, sentindo com isso os mesmos problemas urbanos que afetam a maioria da população brasileira que vive em centros urbanos. As cidades, são lugares privilegiados de reprodução das interações sociais e se constituem bases para a realização ampliada da intervenção direta do Estado na produção do espaço e na ligação de pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região. Tanto no passado como no presente, este processo não tem ocorrido sem sobressaltos, representando uma espacialização essencial ao desenvolvimento do capital. Tal processo não se dá isento de conflitos, pois está imbricado de múltiplos agentes portadores de diferentes práticas socioespaciais, torna as cidades amazônicas o lugar por excelência das lutas sociais.

Q10. Becker (2003) sugere alguns elementos. São eles: a) Ritmo acelerado da urbanização que se efetiva em razão do crescimento urbano, repercutindo

na multiplicação, na criação e no revigoramento dos núcleos urbanos; b) Mudança na estrutura urbana e no povoamento, expressando, assim, forte desconcentração urbana com importante participação das cidades médias; c) Incorporação dos valores rurais ao urbano, demonstrando, desse modo, estreitas vinculações entre o campo e a cidade; d) Grande variedade quanto à situação de crescimento, tamanho e estrutura dos núcleos urbanos, expressando distintos modelos ou padrões de urbanização; e) Carências generalizadas de equipamentos e serviços urbanos, mostrando forte ausência de infraestrutura urbana dos núcleos urbanos; f) Presença de uma economia instável e informal, expondo as populações à dependência direta de empregos públicos, revelando problemas com a informalidade.. Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

NUNES Débora Aquino; JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da Trindade; TRINDADE, Gesiane Oliveira da. Cidades médias na Amazônia brasileira: da centralidade econômica à centralidade política de Marabá e Santarém (Estado do Pará). *Confins [On-line]*, 29 | 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11376>>.

Acesso em: 29 abr. 2022.

OLIVEIRA, V.L. TRINDADE, J.R. As cidades médias do hinterland amazônico paraense: urbanização e desenvolvimento em período recente. Belém, *Cadernos CEPEC, UFPA, volume 2, no 3, 2013.*

Guilherme de Augusto Baldan Costa Neves 29

TL – 60;
785 palavras;
13 palavras/linha

A Amazônia foi definida por Berta Becker como Floresta urbanizada. Com efeito, a região apresenta taxas de urbanização superiores a 70%, aproximando-se da taxa observada na Europa – embora abaixo da taxa nacional de 84%. Ao mesmo tempo, a rede urbana amazônica é macrocefálica, marcada pelo isolamento de diversos de seus municípios, e precária.

A urbanização amazônica remonta, sobretudo, ao ciclo da borracha, na virada dos séculos XIX e XX. Antes, já havia cidades e vilas, voltadas à exploração das drogas do sertão e à proteção das fronteiras, mas o ciclo da borracha gerou o primeiro grande surto urbanizador. Nesse período, as principais cidades, com destaque para Manaus e Belém, situavam-se ao longo dos rios, de forma a facilitar o escoamento da produção. Ao fim do surto da borracha, seguiu-se um período de estagnação urbana, já que extintos os impulsos exógenos. A urbanização tornou a ganhar força com o período militar, com a criação de grandes projetos de exploração de recursos naturais (incluindo energia hidrelétrica), a facilitação relativa do acesso à terra, a instalação da SUDAM e da Zona Franca de Manaus e a abertura de ferrovias, tudo isso associado a um projeto de ocupação voltado a afastar os “ventos desenfreados da cobiça”. A abertura de rodovias transformou de forma significativa o padrão de ocupação urbana: as cidades podiam afastar-se dos rios e passavam a situar-se nas margens das novas rotas de transporte, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. Com efeito, até o

presente, as rodovias, por permitirem a ocupação contínua, incluindo ramais, atuam como forte indutor de desmatamento.

Esse mais recente surto urbanizador foi associado ao crescimento das cidades médias, que podem ser entendidas como capazes de exercer funções intermediárias numa rede urbana, definidas, por sua vez, como um conjunto funcionalmente articulado de cidades. A expansão das cidades médias, em geral, enseja a formação de redes mais equilibradas (redes *christalerianas*), ao promo-repartição mais eficiente de funções. Nesse sentido, o crescimento de cidades como Santarém e Ji-Paraná, permite que seja aliviada alguma da pressão exercida sobre os antigos polos de Belém e Manaus, para o que também contribui o crescimento de capitais como Porto Velho e Rio Branco, estas ainda associadas ao padrão fluviais de ocupação. As cidades médias, marcadas, ainda, pela população mais baixa do que os grandes centros regionais, reúnem indústrias de produção de insumos e processamento da produção agropecuária, à medida que boi, soja e milho se expandem no sentido da floresta. Essas cidades situam-se ou às proximidades das rodovias ou em locais em que possam estimular a conexão de modais, ligando rodovias à ampla rede hidrográfica amazônica. Em seu entorno, desdobra-se desmatamento expressivo, como aquele observado no chamado arco do desmatamento, que cruza a região do norte do Pará até Rondônia, atravessando o Mato Grosso.

Em paralelo a esse processo de modernização agrícola, são implantadas cada vez mais próteses humanas no território. A modernização contribui para o aumento da produção e das exportações, tendo as cidades médias como ponto de apoio fundamental. Além das máquinas, dos insumos (fertilizantes, adubos, por exemplo),

aquelas cidades são ponto de reunião e difusão de informações, input fundamental da produção crescentemente submetida ao meio técnico-científico-informacional. Ao mesmo tempo, essa modernização agrava disputas por terra, expulsa trabalhadores do meio rural ou força sua crescente proletarização e estimula a degradação ambiental. Deve-se notar que o desenvolvimento amazônico, além dos graves efeitos sobre a própria região, pode afetar o regime de chuvas em partes significativas do território do Brasil, em particular, e da América do Sul, em geral, deteriorando as condições produtivas em vastas áreas.

As cidades médias da Amazônia são, cada vez mais, cenários de desigualdade, com a pujança e a miséria coexistindo lado a lado. Partes não negligenciáveis da população dessas cidades são compostas por trabalhadores de baixa qualificação e precária formação educacional que foram expulsos de suas terras, sem condições de arcar com os novos custos produtivos de forma competitiva. Dessa forma, formam-se bolsões de indivíduos desempregados ou precariamente inseridos no mercado de trabalho. Seus locais de residência são, em sentido similar, esquecidos pelo capital e poder público. Com efeito, estima-se que somente cerca de 10% de todas as residências da região Norte cumpram os requisitos de habitação de qualidade do IBGE, que inclui aspectos como acesso à rede de esgoto e a água filtrada, cenário ainda mais dramático nas cidades médias. Além disso, há profundas carências no que se refere ao sistema de saúde e ao acesso à educação. Deve-se notar, ainda, que a rede urbana amazônica continua marcada pela existência de diversos municipais rurais e isolados (principal marca dessa rede), incapazes de estabelecer relações externas e dependentes de transferências externas de renda.

Lucas Godoy Vilela Barbosa 29

TL – 60;
842 palavras;
14 palavras/linha

Não há consenso na conceituação de cidade média. Pode-se usar por critério a demografia, pois existiria um contingente populacional mínimo capaz de abrigar uma maior densidade técnica territorializada. Há o critério de localização, que situa a cidade média entre uma cidade maior e outra menor. Por fim, há o critério funcional, segundo o qual as cidades médias são assim definidas pelas funções intermediárias que desempenham na rede. O último critério parece ser o mais adequado, pois a difusão do meio técnico-científico-informacional (MTCI) pelo território possibilitou uma nova distribuição territorial do trabalho, em um centrifugismo que levou atividades produtivas para as cidades médias e um centripetismo que concentrou o comando nas metrópoles, que controlam os aspectos políticos da produção, enquanto as cidades médias controlam os aspectos técnicos. Essa nova dinâmica fortalece e adensa a rede urbana nacional. As cidades médias oferecem economias de aglomeração que guiam as decisões locais das empresas e apresentam, no Brasil, maior crescimento que as metrópoles.

Ao estudar a rede urbana da Amazônia, Bertha Becker apontou a centralidade das cidades para a política territorial de ocupação da região, de modo que se pode falar de uma Floresta Urbanizada na Amazônia. Tradicionalmente, seguiu-se o padrão de circulação pelo rio e de ocupação das várzeas. Essa dinâmica deu origem a uma rede urbana dendrítica, com

centros de maior hierarquia destinados a escoar a produção extrativa pelos rios, de modo que a hidrografia é o principal fator explicativo das cidades de ocupação antiga. Alguns núcleos dessa rede se refuncionalizaram com o avanço do MTCL à Amazônia. A cidade de Oriximiná (PA) implantou polo de mineração de bauxita, e Santarém (PA) passou a receber grãos do Centro-Oeste escoados via BR-163 ou vindos de Itaituba, pela Estação de Transbordo de Cargas. Assim, refuncionalizam-se núcleos tradicionais de ocupação e constituem-se novas cidades médias, integradas em redes lineares (com Belém ou Manaus, as metrópoles da região) ou perpendiculares (com o Centro-Oeste). Nesse modelo, também se inclui Itacoatiara (AM).

Na segunda metade do século XX, houve maior intervenção estatal por meio de políticas territoriais na região, sobretudo a partir da criação da SUDAM, em 1966. Foram estimuladas a ocupação do território e a colonização de terras públicas, em uma dinâmica preocupada com a garantia de integridade territorial e soberania. O novo padrão tinha a circulação por rodovias e ocupação da terra firme. Foram construídas, no regime militar, a rodovia Transamazônica e a BR-163 até Santarém, numa rede urbana axial. Nesse modelo, as cidades cumpriam a função de distribuir bens e serviços de forma contígua a seu entorno, garantindo o abastecimento dos colonizadores. A nova frente de ocupação rodoviária possibilitou o surgimento de cidades de médio porte ou cidades intermediárias que, com a modernização do território, tornaram-se cidades médias.

A cidade de Parauapebas (PA) abriga a sede da Vale, que tem na região o maior investimento privado do Brasil em mineração, a mina S11D. Dela, parte uma rede ferroviária duplicada,

em direção ao Terminal da Ponta da Madeira, no Porto de Itaquí. A poucos quilômetros, Marabá (PA) processa a bauxita de Oriximiná e exporta alumínio para o mundo, por meio do porto de Barcarena. A cidade de Altamira (PA) abriga a UHE Belo Monte, uma das cinco maiores UHE do mundo. Como se vê, as cidades médias da rede amazônica funcionam como elos entre a produção extrativa local e a reprodução do capital global, em relações técnicas densas e por meio de redes que se comunicam de forma seletiva com outros nós, nacionais e locais. Há igualmente outras cidades médias na frente de ocupação litorânea, mas em geral elas adquirem maior centralidade após se inserirem em elos mais inovadores da produção, como Santarém e Itacoatiara. O avanço da modernização no território é contemporâneo ao avanço da fronteira agrícola na região, com efeitos negativos para a desigualdade na região.

As cidades médias da Amazônia, ao implantar nova funcionalização do espaço e inserir o núcleo urbano em uma nova divisão territorial do trabalho, provocam desterritorialização de alguns habitantes, que perdem o acesso simbólico ou material que antes possuíam. É o caso dos indígenas deslocados para a construção de Belo Monte, por exemplo. Além de gerar desigualdades espaciais internas, que levam a aglomerados de exclusão, as cidades médias na região também estabelecem desigualdade em relação aos outros elementos da rede. A concentração de próseres no território (como portos e depósitos de cereais) em Santarém posicionou esta cidade em relação desigual às outras cidades da BR-163, como Novo Progresso (PA). O avanço produtivo propiciado pelas cidades médias, ademais, fomenta disputa pelo uso do território, levando a conflitos por terra na região. Por fim, ao concentrarem pessoal técnico bem remunerado

apto para gerir os aspectos técnicos de uma produção altamente tecnificada, de um lado, e abrigar expressivo contingente populacional com baixa qualificação e remuneração, as cidades médias da Amazônia são loci de considerável desigualdade social interna, ostentando altos indicadores no Índice de Gini.

As cidades médias da Amazônia lograram estabelecer fluxos com redes de comando e gestão que ultrapassam a hinterlândia de Belém e Manaus, adensando a rede urbana da região.

Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida

29

TL – 60;
667 palavras;
11 palavras/linha

A urbanização do Brasil coincide com a noção de “urbanização periférica”, própria de países latino-americanos e africanos e que concentrou, rápida e desordenadamente, grandes populações em poucos aglomerados urbanos. Recentemente, porém, o país apresenta o fenômeno da “desmetropolização”: embora as metrópoles brasileiras continuem a crescer, as cidades médias crescem a ritmo superior, em particular nos arredores de metrópoles ou nas frentes pioneiras da Amazônia.

Cidades médias são aquelas cuja população varia entre 100 mil e 500 mil habitantes, segundo critérios do REGIC 2018, estudo do IBGE que estabelece a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e suas zonas de influência. As cidades médias na Amazônia, com destaque para Marabá e Santarém, apresentam algumas das maiores taxas de crescimento urbano do país. A ocupação mais intensa da região foi planejada, segundo B. Becker, entre os anos 1930 e 1966, com a criação da SPVEA (1953) e a inauguração da primeira porção da rodovia Belém-Brasília (1959). Sua execução ocorreu entre 1966, com a criação da SUDAM, e 1985, e englobou ações estatais tal qual a criação da Suframa, do PIN, do INCRA e do Polamazônia. Segundo Porto-Gonçalves, os governos militares suplantaram o modelo estrada-cidade-subsolo ao modelo anterior, rio-várzea-floresta, o que equivale dizer que buscou-se integrar o espaço amazônico às outras “penínsulas” do país (de acordo com Golberi de Couto e Silva), a partir de

uma lógica rodoviarista e extrativista, de que os maiores exemplos são a Transamazônica e o Projeto Grande Carajás. Em particular nas cidades médias, é possível observar um sistema híbrido (e por vezes precário) das redes fluvial e rodoviária como forma de deslocamento de pessoas e bens, o que vai de encontro com a noção de espaço geográfico de Milton Santos, qual seja, a de uma “acumulação desigual de tempos”. Exemplo prático foi a recente dificuldade de acesso às vacinas contra a COVID-19 por parte de habitantes da região amazônica, em particular em pequenas e médias cidades, mas também em Manaus, no que se refere a equipamentos médicos.

Embora haja certa polarização de influências advindas de Manaus e Belém, o atual modelo informacional de influências entre cidades faz com que as cidades médias orbitem, paralelamente, outros centros urbanos relevantes. As cidades médias na Amazônia são irradiadoras de demandas por bens e serviços, e mantêm relações significativas com as frentes de ocupação no Arco Adensado de Povoamento, assim como na Amazônia Central. A agroindústria, em plena expansão e detentora de amplo capital, é a principal impulsionadora de projetos como a Ferrogrão ou o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém. O crescimento das cidades médias da Amazônia e a expansão da moderna agricultura estão no centro do que B. Becker chamou de “incógnita do Heartland”, ou seja, a coexistência de medidas ambientais protetivas (como estabelecimento de reservas ambientais e indígenas) e de transformações de vetor economicista (mineração, agronegócio e construção de hidrelétricas) a partir dos anos 1985, que a autora considera como sendo um período de transição de modelo - da noção de “fronteira de recursos” para “fronteira socioambiental”, parte do processo de modernização do território brasileiro.

A distância da região amazônica da core area brasileira impõe dificuldades ao seu desenvolvimento, em particular devido às suas vicissitudes próprias e devido à questão ambiental. A bacia amazônica possui o maior potencial hidrelétrico não aproveitado do país, assim como sofre particularmente no setor elétrico - Macapá sofreu recentemente com interrupções em seu fornecimento elétrico, e Boa Vista é a única capital do país a não fazer parte do SIN, sendo abastecida pela Venezuela. As desigualdades socioespaciais fazem-se presentes não apenas nas metrópoles amazônicas, mas também nas cidades médias, onde se observa número relevante de aglomeração subnormais, limitações no provimento de serviços públicos, assim como processo de periferação, paralelo ao processo de desmetropolização. Assim como em outras cidades médias brasileiras, percebe-se igualmente expressões de segregação espacial de diferentes matizes, além de significativas taxas de violência urbana. Tal é a heterogeneidade da região amazônica, que Porto-Gonçalves sugere a utilização de seu nome no plural, de modo a não perder em vista suas desigualdades - “Amazônias”.

Dandara Miranda Teixeira de Lima

24,5

TL – 58;
589 palavras;
10 palavras/linha

A urbanização brasileira é historicamente caracterizada pelo fenômeno da metropolização e da macrocefalia urbana, concentrando grandes contingentes de pessoas em cidades grandes, como São Paulo. Nos últimos [anos] (sic.), paralelamente a esse processo, há também o fenômeno da desmetropolização, que consiste na desaceleração do crescimento das grandes metrópoles e no deslocamento de empresas e pessoas para as cidades médias. Esses processos não são contraditórios, mas complementares, pois refletem a desconcentração concentrada que dá a origem a uma reorganização da rede urbana. Com a busca por diminuição de custos, por partes das empresas, as cidades médias tornam-se mais atrativas, pois oferecem mão-de-obra qualificada e ainda estão próximas aos centros de serviços especializados. Ademais, a deterioração das condições de habitabilidade das grandes metrópoles, denominada involução metropolitana, também gera a busca por melhores condições de vida por parte da classe média, fenômeno também conhecido como suburbanização ampliada. Nesse sentido, as cidades médias tendem a crescer, como ocorreu com Campinas, atual metrópole, e com Ribeirão Preto, que já é capital regional, nos termos do novo Regic. As grandes metrópoles não carecem de importância devido à desmetropolização, pois continuam concentrando as funções de comando da rede produtiva e os serviços especializados necessários, sobretudo, informacionais.

A Amazônia possui metrópoles, como Belém e Manaus, porém o crescimento das cidades médias tem sido notável, como Marabá e Santarém, principalmente devido à importância de suas relações com a rede fluvial e rodoviária da região. A Amazônia, por ser composta por diversos rios e afluentes, demanda o desenvolvimento de aparatos logísticos tanto para a circulação de pessoas, como ocorrem com as migrações pendulares, quanto para integrar a rede de escoamento da produção nacional, proveniente tanto da produção de soja de cidades do norte do Mato Grosso, como Sorriso, quanto de cidades produtoras de partes do Matopiba. Ademais, destaca-se o escoamento da produção de minério, de Carajás, e da Zona Franca de Manaus, voltada à exportação, principalmente.

O ganho de importância das cidades médias na Amazônia, sobretudo para fins logísticos, tem reacendido o debate sobre expansão de sua frente de ocupação. A Amazônia, formada pela parte Ocidental, mas preservada pela parte Central e pelo Arco do Fogo, é cada vez mais ocupada na sua parte Central, como evidencia a construção das ferrovias Norte-Sul e Ferrogrão e a inauguração de faixas da BR que ligam Santarém nos últimos anos. Essas frentes de ocupação contrapõem-se à modernização efetiva do território, pois são realizadas de forma não planejada e sem aproveitamento otimizado das terras ocupadas, definidas sobretudo pelos interesses de grandes empresários.

A expansão das cidades médias na Amazônia não tem sido, contudo, simétrica. A Amazônia é uma das regiões com maior número de favelas, que correspondem à metade da cidade de Belém. A desmetropolização na Amazônia consiste no crescimento de algumas cidades médias, como Marabá e Santarém, como complementação

à cadeira produtiva e de escoamento definidas pelas grandes metrópoles. Outras cidades médias tendem a ser marginalizadas. Ademais, sendo um processo de urbanização não planejado e definido de “cima para baixo”, há grandes desigualdades socioespaciais nos seus territórios, com ocupação por mão-de-obra de outros Estados e com desprestígio da população local, das comunidades tradicionais e do seu modo de viver. As mudanças atuais na Amazônia já suscitam grandes manifestações de contingentes populacionais prejudicados, além de críticas no contexto internacional pelo não cumprimento das obrigações de desenvolvimento sustentável.

A Amazônia, conforme Bertha Becker alega, consiste em floresta urbana em que o vetor protecionista, inaugurado principalmente a partir da década 1970, se contrapõe à política de ocupação ou predatória realizada no governo militar, que implementava.

MENOR NOTA

Anônimo

20

TL – 60;
598 palavras;
10 palavras/linha

Embora não haja um critério oficial do IBGE a conceituar cidade média (a divisão do Instituto segmenta as unidades urbanas em cinco categorias: metrópole, capital regional, centro regional, centro de zona e centros locais), pode-se defini-la a partir de três critérios: populacional, econômico e papel na rede urbana. Em termo populacionais, essas cidades teriam entre 100 mil e 1 milhão de habitantes, sendo destacadas as entre 200 mil e 500 mil como as aglomerações médias paradigmáticas. Esses núcleos concentram atividades econômicas diversificadas e são capazes de exercer competências de comando em seu entorno. Entre 2000 e 2012, esses municípios foram os que apresentaram o maior crescimento populacional no país, de aproximadamente 2% ao ano, enquanto as metrópoles acima de 1 milhão de habitantes viram seu crescimento desacelerar, razão pela qual Milton Santos defende que há uma desmetropolização em curso no Brasil, não por estarem em declínio absoluto e sim pela queda em seu peso relativo.

As cidades médias exercem um importante papel de coordenação dentro da região menos “metropolizada” do país: a Amazônia. Com apenas Belém e Manaus superando a barreira do 1 milhão de habitantes e quase 40% do território nacional em seus limites, a Amazônia apresenta uma rede urbana fragmentada e, muitas vezes, atomizada. Em alguns locais, a “Amazônia dos rios” descrita por Bertha Becker prepondera sobre o

espaço mecanizado. Não obstante, deve-se atentar ao crescimento de capitais estaduais com características de cidades médias, como Porto Velho e Boa Vista, e também de importantes aglomerações como Santarém, Marabá e Sinop. Boa parte desses núcleos urbanos encontram-se na fronteira de expansão agrícola ou em áreas mineradoras e são importantes pontos logísticos para escoamento de produtos para o mercado externo, integrando—se a cadeias globais de valor.

Santarém é o melhor exemplo de cidade média na Amazônia integrada ao meio técnico--científico-informacional, descrito por Milton Santos. É o ponto radial do chamado “Arco Norte”, atualmente um dos principais eixos de escoamento de grãos do país. Santarém está conectada por via terrestre com a rodovia BR 163, que passa por Miritituba, importante ponto [ou porto, difícil de ler] graneleiro e que, muitas vezes, utiliza balsas para transporte de mercadorias que serão transferidas para navios maiores, em terminais que suportam embarcações de maior calado (como Santarém e Barcarena, porto da Vila do Conde). Também há projetos para conectar Santarém à região produtora de grãos por via férrea. No momento, essa integração ocorre preponderantemente por rodovias, seguindo para os portos do Arco Norte e de navio pelas bacias do Tapajós e Amazonas rumo ao Atlântico.

No entanto, esse processo não ocorre de forma homogênea. As cidades médias fora dos principais eixos de ocupação sofrem com a falta de integração (Macapá não conta com conexão rodoviária a outros estados e Boa Vista não está interligada ao sistema elétrico nacional de transmissão de energia). Outras cidades, como Altamira, passaram por um processo de crescimento

acelerado em razão das obras para a construção de Belo Monte e não conseguiram atingir um grau de diversificação econômica suficiente para assegurar boa qualidade de vida à população, sofrendo com altos índices de violência e pobreza. Isso contrasta com o desenvolvimento de Sinop, no centro do eixo da economia dinâmica impulsionada pelo moderno agronegócio.

Além do eixo norte-sul, há o leste-oeste, formando basicamente pelo rio Amazonas e pela incompleta rodovia transamazônica. Manaus e seu entorno contam com uma estrutura portuária moderna e capaz de atender às demandas de escoamento da Zona Franca. A Transamazônica, contudo, ainda é uma prótese não concluída no território, sendo incapaz de gerar o mesmo dinamismo proporcionado pelas integrações das rodovias sentido norte-sul.

Questão 03

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 14,5

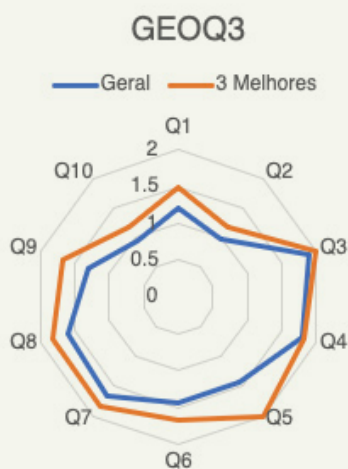
Média Pessoas com Deficiência: 12,5

Média Candidatos Negros: 13,7

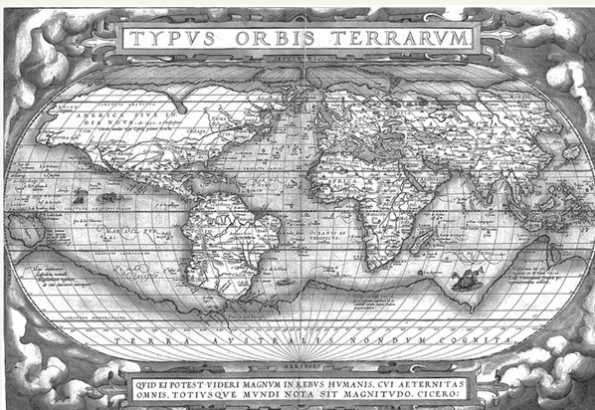
A evolução das ciências do homem e da sociedade, por conseguinte, é marcada, ao mesmo tempo, pela transformação daquelas que existem há muito tempo – o estudo das línguas, a história e a geografia –, pelo reforço daquelas que nasceram na época das luzes – a economia política – e pelo aparecimento da sociologia e psicologia.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

MÉDIAS POR QUESITO



Observe a figura e leia, com atenção, o excerto a seguir.



Mapa *Theatrum Orbis Terrarum* (Teatro do Mundo), de Abraham Ortelius. Disponível em: <<https://www.magnusmundi.com/a-evolucao-do-mapa-mundi/>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Considerando que essa figura, a qual ilustra um dos principais símbolos do conhecimento geográfico, o mapa e o excerto apresentado, que contextualiza o nascimento da geografia como corpo científico sistematizado e com método próprio, têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo abordando os seguintes tópicos:

- conhecimentos geográficos que antecedem a geografia como ciência;
- origens da geografia e da escola determinista;
- o possibilismo como reação à escola determinista;
- o paradigma regional nos estudos da geografia;
- a emergência da nova geografia e sua aplicação;
- o despontar da geografia crítica e seu engajamento político; e
- novas abordagens da geografia sob a perspectiva cultural e fenomenológica.

**Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Q1. O conhecimento geográfico, a saber, é tão antigo quanto a história da humanidade. Pode-se dizer que tais conhecimentos dispersos desenvolveram-se na Grécia Antiga. Esse acervo de conhecimentos manifestou-se por meio de estudos dispersos, relatos de lugares e elaboração de mapas com pouca precisão. Na Idade Média, sob o feudalismo, ocorreu pouco desenvolvimentos da geografia, e grande parte de seus estudos foram influenciados pela Igreja com base nos conhecimentos teológicos. Já sob o capitalismo mercantil, a corrida expansionista das metrópoles europeias em direção a novas terras possibilitou a sistematização de conhecimentos geográficos, a partir dos navegadores e de especialistas que os acompanhavam em suas empreitadas.

Q2. Assim, no início do século 19, o conjunto de pressupostos para a sistematização da geografia já estava posto. A Terra estava toda conhecida. A Europa articulava um espaço de relações econômicas mundializado. As metrópoles detinham informações dos mais variados lugares da superfície terrestre. As representações do Globo terrestre estavam desenvolvidas e difundidas pelo uso cada vez maior de mapas. A fé na razão humana, colocada pela filosofia, abria a possibilidade de uma explicação racional para qualquer fenômeno da realidade.

Q3. A partir de então, pode-se dizer que a geografia emergiu como ciência na Alemanha. Os autores considerados como os pais da ciência geográfica são os alemães Humboldt e Ritter. Foi na Alemanha que apareceram os primeiros institutos e as primeiras cátedras dedicadas a essa disciplina, bem como as primeiras propostas metodológicas, foi lá que se formou a primeira corrente de pensamento

na geografia: o determinismo. O determinismo geográfico partia do entendimento de que o ambiente estabelece os padrões da cultura humana de determinado local e seu desenvolvimento social, considerando principalmente os fatores físicos, como formas de relevo e clima.

Q4. Como reação ao determinismo alemão, emergiu, na França, o possibilismo, corrente que teve em Vidal de La Blache seu maior expoente, consolidando a Escola Francesa de Geografia. Os defensores do possibilismo entendiam que o homem era apresentado como um agente ativo, ao invés de passivo, como na visão determinista. A partir dessa premissa, o objeto de estudo da Geografia, nessa concepção, era a superfície da Terra e os fenômenos que nela se produzem.

Q5. Ainda ao longo da primeira metade do século 20, emergiu a geografia regional, que adquiriu notoriedade, nos anos de 1940, com Richard Hartshorne e Alfred Hettner. Trata-se de uma corrente que defende a criação de referenciais de análise por meio da comparação dos lugares, enfatizando a aplicação do princípio da analogia, isto é, da comparação entre duas situações, dois locais ou duas circunstâncias. Essa corrente busca a separação e a segregação de características conforme áreas específicas, ou regiões, como forma de entender o espaço e as interações sociais dentro dele. Foram essas duas escolas que exerceram a maior influência no decorrer da geografia tradicional, que alcançou a metade do século 20.

Q6. A partir da metade do século 20, ocorreram movimentos de renovação da geografia. Nesse contexto, surgiu a geografia teórico-quantitativa, que se destacou por utilizar, em larga escala, modelos matemático-estatísticos. Uma vertente dessa corrente intitulou-se

teorética, com a finalidade de romper qualquer vínculo com os trabalhos empíricos que marcavam as escolas tradicionais, comprometendo-se, exclusivamente, com a reflexão teórica.

Q7. No final dos anos de 1960, mas, sobretudo, na década de 1970 do século 20, o campo de conhecimento geográfico deu os primeiros sinais para uma mudança mais radical, adotando uma postura mais crítica e engajada politicamente nas grandes causas sociais do mundo e em seus reflexos espaciais. Nessa corrente, o método mais adequado para a compreensão da complexidade espacial era o materialismo histórico dialético.

Q8. No Brasil, a geografia crítica instaurou-se como paradigma nas instituições de ensino superior em fins dos anos de 1970 e teve em Milton Santos um dos seus maiores expoentes. Nessa perspectiva, a geografia adquiria um papel de ciência ativa, que servia para denunciar os grandes problemas sociais e suas expressões espaciais, buscando a transformação da realidade.

Q9. Embora os primeiros estudos que levam em conta a dimensão cultural tenham vindo do final do século 19 e já no século 20, com a Escola de Berkley e Carl Sauer, o paradigma da geografia cultural adquiriu maior expressividade nos anos finais do século, sob a égide de teóricos como Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph e Mercer e Powell. Tal paradigma é centrado na valorização da percepção do indivíduo e do grupo social na busca de se compreender a forma de sentir das pessoas em relação aos seus lugares.

Q10. Também se denomina geografia humanística a geografia cultural que mescla os aspectos materiais e imateriais, tais como práticas de consumo e produção culinária, culturas

populares e a paisagem cultural e suas representações. Nos últimos anos, as investigações dedicadas às religiões, às percepções, aos sentimentos de pertença, às identidades culturais, às representações e às interpretações de textos passaram a ser trabalhadas e divulgadas, amplamente, pelo campo da geografia.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência:
CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

Leonardo Maciura Beltrame

19

TL – 40;
709 palavras;
17,7 palavras/linha

O conhecimento geográfico é milenar. Com efeito, é impossível relegar as contribuições, na antiguidade, de autores como Estrabão e Ptolomeu, as quais permitiram, já naquela época, que se medisse a extensão da circunferência da Terra com precisão espantosa para a época. Na época das Grandes Navegações, foram elaborados mapas e instrumentos de imensurável importância prática, como o astrolábio. Já no século XVIII, Immanuel Kant despontava como um autor e professor que valorizava o saber geográfico, por meio do estudo da natureza e da diferenciação entre as áreas.

No entanto, a Geografia surge como ciência, como um corpo de estudos sistematizados, apenas no século XIX, na Alemanha, onde pensar o espaço era central. Identificam-se, como pais da Geografia, Alexander von Humboldt, que enunciou o princípio da causalidade e estudava o todo, sem privilegiar o homem, e Karl Ritter, com sua Geografia regional e antropocêntrica. Posteriormente, Friedrich Ratzel fundou a primeira escola, a determinista. Ratzel é considerado o pai da Geopolítica, pois formulou o conceito de “espaço vital”, segundo o qual caberia a um povo se expandir se aquele território não mais atendesse às suas necessidades. Assim, Ratzel acabava por legitimar o expansionismo alemão, com grande ênfase nos conceitos de território e de espaço geográfico. Segundo Ratzel, as condições naturais determinavam o comportamento humano.

Em reação, o possibilismo de Paul Vidal de la Blache visava, ao mesmo tempo, deslegitimar o expansionismo alemão e legitimar o expansionismo francês, após a Guerra Franco-Prussiana – a vitória alemã foi creditada, em parte, à superioridade do conhecimento geográfico alemão. Assim, La Blache formula o conceito de “gêneros de vida”: a população e os recursos formariam um acervo de técnicas construídas historicamente, de modo que a invasão por uma potência estrangeira seria uma usurpação de tal acervo. Por sua vez, em suas colônias, a França estaria apenas levando a civilização a povos que ainda não tinham desenvolvido essa interação e esse conjunto de técnicas. Ao contrário de Ratzel, para La Blache a natureza oferece possibilidades, cabendo ao ser humano fazer uso delas. O possibilismo valorizava, sobretudo, os conceitos de paisagem e região.

O Método Regional surgiu na primeira metade do século XX e teve no norte-americano Richard Hartshorne o seu principal expoente. Aqui, o objetivo era estudar a diferenciação das áreas da superfície terrestre, de modo que o conceito de região era central. Para essa corrente, a prevalência do ser humano ou da natureza dependeria do local que se estuda. O método utilizado por Hartshorne era o indutivo, do particular para o geral.

A Nova Geografia, Geografia Pagmática ou Geografia Teorético-Quantitativa surgiu após o final da Segunda Guerra Mundial, em contexto de intensa industrialização e urbanização, sob o paradigma fordista de produção. Calcada em autores como Christaller e Dimatteis, a Nova Geografia promoveu relevante mudança metodológica, priorizando o levantamento de dados e estatísticas para a ação do Estado. Fez uso intenso

da matemática, e privilegiou métodos dedutivos de cunho positivista. Tratou-se de uma Geografia eminentemente oficial, aplicada para fornecer subsídios a políticas governamentais, sem muitos questionamentos.

Desponta, como consequência, a Geografia Crítica, que considerava que, enquanto a Geografia Tradicional (determinismo, possibilismo e Método Regional) não conseguia explicar o mundo de forma satisfatória, a Nova Geografia não queria fazê-lo. Esta última seria, além de alienada, alienante, dado o seu descolamento do substrato social. Assim, autores como Milton Santos e Yves Lacoste defenderam uma Geografia engajada, com profunda influência marxista. A Geografia Crítica considerava que o mundo é um sistema só, com repercussões distintas. Defendia que o estudo geográfico deve levar em consideração problemáticas sociais, como o conflito pelo uso do território, a segregação espacial e a gentrificação. Valorizava o conceito de espaço geográfico.

As novas abordagens da Geografia sob a perspectiva cultural e fenomenológica inserem-se, sobretudo, dentro do âmbito da Geografia Humanista. Autores como Yi-Fu Tuan colocam especial relevo no conceito de lugar, extensão carregada de significações, com destaque para os laços afetivos e emocionais que ligam um indivíduo a determinada porção do território. O espaço geográfico, para essa corrente, é entendido como espaço vivido, dando-se atenção para o elemento do uso. Dentro dessas novas abordagens, também é possível destacar preocupações de cunho pós-positivista, feminista e antropológico. Ao contrário da Geografia Crítica, não consideram que o mundo é um sistema só; privilegiam, portanto, as diferenças e a afetividade.

Paloma Scroccaro Costa 18

TL – 40;
572 palavras;
14,3 palavras/linha

A geografia moderna nasce, como ciência, no início do século XIX. Nessa época, o positivismo fomenta a diferenciação dos objetos de estudo, ainda que haja diálogo entre as áreas da sociedade, como a história e o estudo das línguas. O saber geográfico, portanto, tem suas primeiras fontes nos filósofos, cartógrafos e matemáticos que construía mapas e realizavam expedições para catalogar o território e entender os fenômenos da natureza. Destacam-se, pois, as primeiras tentativas de mensurar o tamanho da Terra ou as pesquisas geológicas de classificação dos animais e suas características. A geografia tradicional, no entanto, surge na Prússia, em meados do século XIX, sob a liderança, principalmente, de Humboldt e de Ritter. O primeiro, viajante naturalista, desenvolve seus estudos a partir da análise e da classificação dos espaços e das regiões. Financiado por uma herança significativa, o estudioso chega a realizar expedições até mesmo na América. Ritter, por sua vez, fazia parte da cátedra de Berlim e lançará as bases do que viria a ser o determinismo. Não é à toa que a geografia esteve associada aos prussianos, já que o dimensionamento do território estava relacionado ao poder do Estado alemão, que nascia em 1871. Sendo assim, Ratzel vai identificar o Estado com um organismo vivo, que precisava crescer e possuir um “espaço vital” para a sua sobrevivência. As condições naturais seriam, pois, determinantes no aproveitamento do território e de seus usos para o desenvolvimento da civilização.

A Guerra Franco-Prussiana foi crucial para o estímulo da geografia francesa regional, notadamente sob a liderança de La Blache. Após a derrota na guerra, o francês buscará deslegitimar o expansionismo alemão, enquanto assegurará o avanço dos territórios franceses, com base na escola do possibilismo e na noção de “gênero de vida”. As condições naturais não seriam mais um imperativo, mas uma possibilidade para os Estados. Nesse contexto, Hartshorne, nos EUA, também se destaca pelo método regional, de acordo com o qual essa divisão espacial dos fenômenos e das características físicas viabilizaria o entendimento geográfico e a criação de um objeto estruturado de estudos.

Em meados do século XX, associada à urbanização, ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao avanço das indústrias, surge, então, a Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa ou Teorética). Essa revolução do saber geográfico, da qual protagonizou Dematteis, criticava a falta de bases científicas nas correntes anteriores. Sendo assim, a priorização de cálculos matemáticos, a catalogação de dados e a quantificação das regiões facilitarão a aplicação de políticas públicas e urbanísticas, bem como a construção de estudos probabilísticos e prospectivos no espaço geográfico. Na década de 1960, surge, então, a Geografia Crítica, associada a ideologias marxistas e às críticas em torno do tecnicismo excessivo da “New Geography”. Autores como David Harvey e, no Brasil, Milton Santos advogam “por uma geografia nova”, propugnando o engajamento político dos estudos geográficos e sua correlação com as desigualdades socioeconômicas.

Na década de 1990, outra abordagem, dessa vez humanista, ganha destaque. Nesse contexto, Yi-Fu Tuan vai ressaltar o conceito de lugar e suas relações psicológicas e subjetivas entre os grupos que nele habitam. Nessa perspectiva, a vivência cultural ganha relevância na identificação das pessoas com o ambiente. Essa Geografia Humanista tem, em certa medida, ganhado novos contornos, na contemporaneidade, com a incorporação de estudos sobre grupos minoritários. Ressalta-se, por exemplo, a corrente latino-americana que valoriza o papel cultural da mulher (Pacha Mama), associada à perspectiva fenomenológica da natureza e às suas interações com a sociedade.

Andrea Kakitani Carbone

16,5

TL – 40;
553 palavras;
13,8 palavras/linha

Antes da geografia tornar-se, efetivamente, uma ciência, os estudos geográficos eram caracterizados pelo empirismo, pela observação e pelos relatos de viagem. São emblemáticos, nesse contexto, os estudos cartográficos de europeus que viajavam às colônias de seus países, pois auxiliavam na orientação da ocupação dos novos territórios. A pesquisa geográfica mesclava-se com outras áreas, como a astronomia e a botânica. Os germânicos Ritter e Humboldt foram precursores da geografia enquanto ciência, no contexto de formação da identidade alemã, no início do século 19. É com a difusão do Iluminismo e do positivismo que a geografia adota método próprio, na segunda metade do século 19. A escola determinista de Ratzel teve papel central nesse processo. Esse autor privilegiava a análise da relação sociedade-natureza, estando a primeira subordinada à segunda. Ele criou, assim, a noção de espaço vital, o território necessário para que a sociedade supra as suas necessidades. Perder território, nessa lógica, significava retroceder. Ratzel, então, justificava, pela geografia, a consolidação e a expansão do Império Alemão.

Em reação ao determinismo de Ratzel, Vidal de La Blache formulou a geografia possibilista: a natureza, por meio dos “gêneros de vida” oferecia possibilidades para o desenvolvimento da sociedade. O geógrafo francês rechaçava a geografia ideologizada de Ratzel, de modo que pregava maior cientificismo. No entanto, os estudos

de La Blache também serviram ao seu Estado de origem, pois justificavam a formação do Império colonial francês, compreendido como uma “colcha de retalhos” de regiões diferentes entre si, mas harmônicas. Esse geógrafo ficou conhecido como Pai da Geografia Regional, pois privilegiava o estudo dos elementos das regiões. O Método Regional, popularizado pelo estadunidense Hartshorne, surgiu no fim do século 19 e início do 20. Seu conceito de região diferia daquele de La Blache, pois Hartshorne acreditava que a pesquisa de diferenciação de regiões era o produto supremo da geografia: tratava-se de áreas intrinsecamente diferentes entre si. La Blache, por sua vez, analisava as possibilidades proporcionadas por cada região.

A Geografia Tradicional de Ratzel, La Blache e Método Regional mostrou-se insuficiente para o estudo de um mundo urbano, integrado mundialmente e em industrialização. Surgiu, assim, uma Nova Geografia, orientada para os desafios do século XX. Na primeira metade do século passado, emergiu a geografia pragmática, a qual buscava atualizar os métodos da Geografia Tradicional, mas não sua essência. Inspirados pelo neopositivismo, esses geógrafos utilizaram métodos matemáticos para analisar o espaço e formular orientações para a atuação do Estado em sua empresa capitalista (diferente dos estudos anteriores, voltados para a análise do passado). No Brasil, essa vertente estava presente na geografia quantitativa ou teórica.

Nos anos 1960/1970, surgiu a geografia crítica, de inspiração marxista e terceiro-mundista. Para esse geógrafo, o espaço não era estático, como na geografia pragmática, mas um produto e um produtor da sociedade. Eles

privilegiavam os estudos da divisão internacional do trabalho, com destaque para as consequências sociais, econômicas e culturais da produção do espaço geográfico. A geografia era, nesse sentido, uma forma de resistência. Nesse grupo, destacam-se Milton Santos e David Harvey. Nos anos 1970/1980, criou-se a geografia humanista, de inspiração cultural e fenomenológica. Assim como a geografia crítica, negava o paradigma tradicional no seu todo, mas também rejeitava o economicismo das geografias crítica e pragmática. Por meio da noção de espaço vivido, valorizava-se o sentimento de pertencimento aos lugares. Além disso, analisava as ideias de toponímia/topofobia.

NOTA MÉDIA

Bruno Brito da Cruz Abaurre

14

TL – 40;
551 palavras;
12,7 palavras/linha

Embora a geografia tenha se institucionalizado enquanto ciência no século XIX, ela não nasceu no vácuo. Com efeito, conhecimentos de natureza geográfica eram produzidos desde muito tempo antes. Como exemplo, é possível citar as sociedades científicas britânicas, a preocupação portuguesa com cartografia no século XVIII (eg, Mapa das Cortes), o trabalho de civilizações pré-colombianas em agricultura e na construção de suas cidades. Contudo, foram os “pais da geografia”, Humboldt e Ritter, que a institucionalizaram. Aquele, preocupado sobretudo com a geografia física; por exemplo, explicando o Deserto do Atacama com base na corrente fria do Pacífico. Ritter, voltado para as relações entre sociedade e espaço.

Como se pode observar, a geografia nasce na Alemanha, exatamente no contexto de unificação do país, o que não foi coincidência. O determinismo geográfico, baseado nas ideias do também alemão Ratzel, foi usado como justificativa para a formação de uma grande nação alemã. Dado que as características naturais determinam as características da sociedade, o povo alemão precisava obter o “espaço vital” para assegurar seu próprio desenvolvimento.

O possibilismo do francês Paul Vidal de la Blache surge como uma reação à interpretação causal entre meio e homem estabelecida pelo

determinismo. Segundo ele, o meio oferece possibilidades; as sociedades, nas regiões, estabelecem seu meio de vida. Em outras palavras, o possibilismo francês é a origem do regionalismo, pautado pela exaustiva análise das características físicas dos lugares.

A Nova Geografia, surgida em meados do século XX, foi uma resposta à Geografia Tradicional e foi mais forte nos EUA. Essa corrente voltava-se contra a falta de “cientificidade” dos primeiros geógrafos. A sua ideia de ciência pautava-se pela eliminação daquilo que fosse particular; pretendia-se resumir tudo ao binômio localização-distância. Isso porque o binômio permitia a aplicação pragmática do conhecimento geográfica sobre qualquer território. A nova geografia foi usada para planejamento urbano e por agentes econômicos; por exemplo, para estabelecer os limites mínimos que os diferentes estabelecimentos precisavam alcançar e o limite máximo que podiam alcançar, com base em localização e distância.

A geografia crítica tece críticas ao baixo cientificismo da geografia tradicional, mas também ao conteúdo da nova geografia. Para autores como Yves Lacoste e Milton Santos, que escreveram a partir dos anos 1960, a nova geografia não contemplava as questões do espaço da periferia do capitalismo. Pelo contrário, a nova geografia teria se vendido ao mercado, em vez de buscar examinar a exclusão, que a geografia evidenciava, causada pelo capitalismo. Nesse sentido, a geografia crítica era politicamente engajada.

De 1980 em diante, têm surgido correntes geográficas preocupadas particularmente com a cultura. Com efeito, a geografia humanista crítica o economicismo da geografia crítica, porque se volta para os afetos (positivos e negativos) construídos

pelos comunidades pelos lugares onde vivem. A noção de paisagem, inclusive a cultural, é importante para essa corrente, na medida em que revela a atuação do homem sobre a paisagem, e os efeitos dela sobre ele. Nasce aqui a ideia de “não lugar”: um espaço com função tão específica, que normalmente não enseja a formação de afetos. Embora relativamente recente, a geografia certamente continuará a evoluir, em novas correntes.

TL – 40;
558 palavras;
14 palavras/linha

A estruturação da geografia como disciplina científica remonta à segunda metade do século XIX, na Alemanha, no contexto de sua unificação. A questão espacial torna-se particularmente importante naquela conjuntura, mas não se podem ignorar as contribuições que precediam aquele momento, em particular as obras de Humboldt e Ritter, acadêmicos influenciados por Kant. Suas obras divergiam quanto a debates que se tornariam comuns na geografia, mas convergiam na percepção de suas obras como esforço de síntese. Ademais, antes mesmo da estruturação da geografia como ciência, gregos e alemães deixaram legado cartográfico de alta qualidade.

Friederich Ratzel é geralmente tido como pai da geografia tradicional. Dedicando-se ao estudo das relações entre o ser humano e seu meio, ficou associado ao determinismo. Nessa lógica, o ser humano jamais seria capaz de libertar-se plenamente das condições impostas pelo meio. Ainda assim, os grupos humanos diferenciam-se entre si pela capacidade de converter ou não aquilo que o meio fornecia em progresso: povos culturais seriam aqueles de maior sucesso; povos naturais permaneceriam plenamente submetidos ao império da natureza. Ratzel propugnava uma tendência expansionista dos Estados, assemelhados a seres vivos, em busca dos recursos necessários para sua sobrevivência (lebensraum).

O possibilismo surge associado ao francês Paul Vidal de la Blache.

De acordo com essa lógica, cabia a natureza apenas “dispor”, enquanto o homem poderia “propor”. Os gêneros de vida seriam o conjunto de práticas adotadas em relação em meio compartilhadas por um grupo humano. Embora de la Blache criticasse o pensamento de Ratzel como uma justificativa do imperialismo, seu próprio pensamento, de forma mais velada, servia aos interesses colonialistas, ao indicar que o contato entre gêneros seria benéfico mesmo para o grupo inferior.

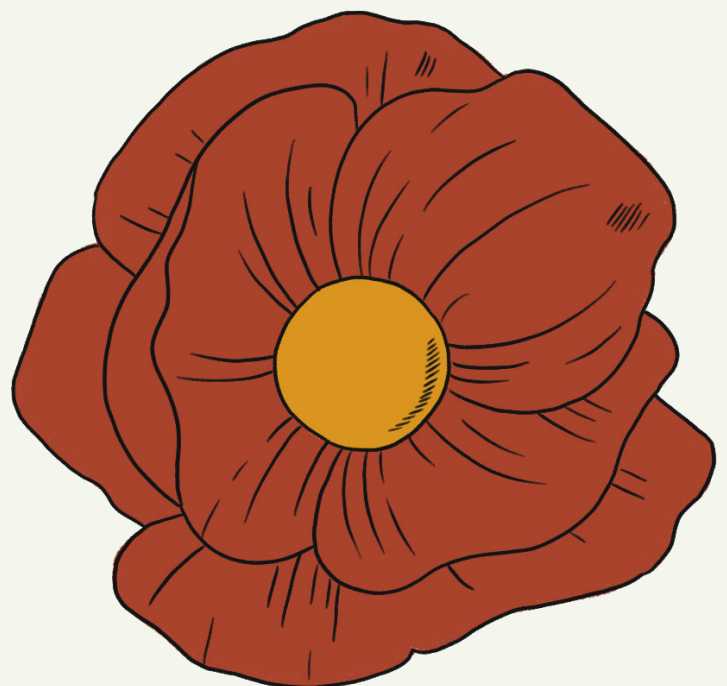
O paradigma regional também é associado à geografia francesa. Esse pensamento é profundamente associado à preferência pelo empirismo e pelo descritivismo (marcas, também, da geografia tradicional) e pela prioridade aos conceitos de região e paisagem, dedicando-se a explicar de que maneira se formaram dadas manifestações morfológicas visíveis aos olhos.

A nova geografia era profundamente crítica ao empirismo e ao determinismo; faltava à geografia, naquela concepção, estatuto verdadeiramente científico e capacidade de generalização. Para solucionar o problema, sugeria o uso maciço de métodos positivistas e modelos matemático-científicos, a partir dos quais seria possível formular verdadeiras leis da natureza. O conceito privilegiado era o espaço, mas reduzido a seus aspectos quantificáveis, como localização e distância, sem conteúdo social.

A geografia crítica, por sua vez, repudiava tanto o empirismo quanto os modelos da nova geografia, os denunciando como voltados aos países do Norte e à manutenção do status quo. Essa escola rompe o isolamento auto-imposto em relação à política e, aproximando-se

do pensamento marxista, enfatiza a geografia como instrumento de libertação e transformação social, como se depreende pelo título do livro de Lefebvre, “la géographie ça sert d’abord à faire la guerre”. O espaço passa a ser visto como forma-conteúdo, como produção e meio de produção, se tornando pleno de conteúdo social.

A geografia humanista critica o economicismo das duas vertentes anteriores e passa a enfatizar o subjetivismo, a produção de valores e significados sobre o espaço. Trata-se de perspectiva fortemente centrada no ser humano, que alça a cultura a papel central na formação do espaço, o que poderia explicar como se formam manifestações diferentes dos dois lados de uma fronteira, apesar do compartilhamento. Enfatizam-se os sentimentos projetados sobre o espaço e por ele projetados.



Questão 04

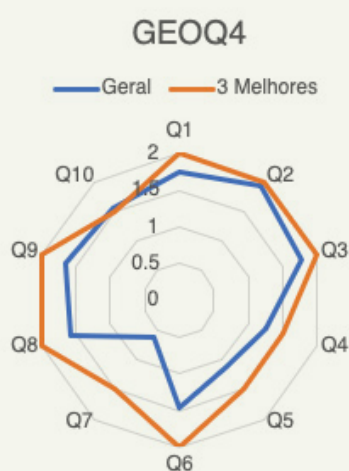
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 15

Média Pessoas com Deficiência: 14

Média Candidatos Negros: 13,3

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Os chips estão presentes em todos os aparelhos eletrônicos – do celular ao computador, do eletrodoméstico ao automóvel. É importante ter em mente que existem tipos diferentes de chips, com funções diversas, como os para processamento de dados e os para armazenagem de informação, por exemplo. Apesar disso, a produção deles é muito semelhante.

Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com>>. Acesso em: 28 abr. 2022, com adaptações.

No ano marcado pela falta de microchips, problema que afetou a indústria global e, no Brasil, impediu a produção de cerca de 300 mil veículos, as vendas de automóveis,

comerciais leves, caminhões e ônibus somaram 2,119 milhões de unidades em 2021, apenas 3% acima do resultado do ano anterior.

Disponível em: <<https://www.otempo.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2022, com adaptações.

Considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, em relação à produção global de chips eletrônicos, redija um texto dissertativo analisando a globalização e a divisão internacional do trabalho e os impactos da pandemia da Covid-19 na economia mundial. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a reestruturação produtiva da economia globalizada;
- a reestruturação produtiva e a desconcentração industrial no Brasil;
- a divisão internacional do trabalho no setor de chips e de componentes eletrônicos; e
- os impactos econômicos da pandemia da Covid-19 sobre a produção de chips e de componentes eletrônicos.

**Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Q1. A reestruturação produtiva representa transformações que vêm ocorrendo na indústria, seja de ordem técnica, seja do ponto de vista do trabalho e também na lógica espacial. A reestruturação é dinâmica, um processo dialético, em que elementos do “novo” e do “velho” coexistem na mesma empresa.

Q2. Nesse sentido, cada empresa tem temporalidade diferente. “Algumas conseguem mais inovações, processamento de informações mais rápida, assegurando o gerenciamento flexível – o tempo não é apenas comprimido: é processado” (CASTELLS, 2001). Enquanto isso, em outras empresas, esse processo ocorre de forma mais lenta, o que se deve às condições das quais se apropriam, da inovação, da informação e do capital investido.

Q3. Um processo de desconcentração industrial é caracterizado pela realocação industrial, em que muitas empresas se deslocaram de São Paulo para os estados do Ceará, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Goiás e do Paraná.

Q4. No setor automobilístico, houve um movimento de reespecialização geográfica da produção. A título de exemplo, com a Volkswagen, em Resende (Rio de Janeiro); Peugeot/Citroën, em Porto Real (Rio de Janeiro); Honda, em Sumaré (São Paulo); Toyota, em Indaiatuba (São Paulo); Iveco-Fiat, em Sete Lagoas (Minas Gerais); Mercedes-Benz, em Juiz de Fora (Minas Gerais); General Motors, em Gravataí (Rio Grande do Sul); Renault, em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná); Nissan, em Curitiba (Paraná); Ford, em Camaçari (Bahia); Hyundai, em Aratu (Bahia); e Mitsubishi, em Catalão (Goiás), entre outras.

Q5. A reestruturação produtiva no Brasil acontece em um contexto de recessão, desemprego, instabilidade econômica e abertura comercial. Esse processo inicialmente ocorreu no setor automobilístico e, mais tarde, no setor bancário, atingindo quase a totalidade dos ramos produtivos e serviços, com alterações significativas nos empregos.

Q6. No início da década de 1990, a indústria eletroeletrônica chinesa encontrava-se tecnologicamente atrasada e contava com a produção de bens eletrônicos de consumo e pequena produção de componentes semicondutores. A mão de obra abundante e barata, mais os subsídios do governo, via política fiscal, atraíram investimentos provenientes do Japão, de Taiwan e de Hong Kong. Nos últimos 15 anos, os investimentos neste setor proporcionaram a formação de uma base

Q7. Grande parte da produção doméstica chinesa do setor eletroeletrônico é realizada por joint ventures formadas entre capitais estrangeiros e nacionais.

Q8. Com a crise, observou-se perdas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: depois do tombo de 26% registrado em 2020 após a chegada da pandemia da Covid-19 ao País, quando foram vendidos 2,058 milhões de veículos, o setor esperava uma recuperação de pelo menos 15%. Somente o segmento de automóveis e comerciais leves, o mais afetado pela escassez de semicondutores, teve desempenho ainda pior, com vendas de 1,984 milhão de unidades em 2021, apenas 1,4% acima do resultado de 2020. No início do ano passado, a projeção das montadoras era de crescer também 15% nesse mercado. A alta de 3% foi puxada pelo segmento de caminhões, cujas vendas cresceram mais de 30%.

Q9. Com a crise, observou-se quebras nas cadeias produtivas em diversos setores. A título de exemplo, no setor automotivo: as fabricantes de veículos, contudo, foram atropeladas pela crise dos semicondutores, problemas de logística (falta de navios e contêineres para trazer peças importadas) e pela alta de preços de matérias-primas, que foi repassada ao consumidor local.

Q10. Como consequência do choque de oferta, registrou-se aumento de preços nos setores afetados pela crise. A título de exemplo, no setor automotivo: sem oferta suficiente nas concessionárias, o mercado de carros usados atraiu o consumidor que buscava modelos zero quilômetro e cresceu 18%, em 2021, no comparativo com o ano anterior. Foram comercializados 11,244 milhões de automóveis e comerciais leves seminovos (com até três anos de uso) e usados mais antigos, ou seja, quase seis unidades para cada novo vendido. Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- DENG, B. L.; DENG, B. S. *A economia política da indústria de semicondutores e o recente desenvolvimento limitado da República Popular da China (2014-2021)*. *Revista de Economia Contemporânea* (2022) 26: p. 1-25 (*Journal of Contemporary Economics*) ISSN 1980-5527.
- GOMES, M. T. S. *O debate sobre reestruturação produtiva no Brasil*. *RA E GA* 21 (2011), p. 51-77, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*. *Revista de Economia Política*, vol. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015.
- PARANHOS JÚNIOR, C. p. *Produção de componentes eletrônicos: necessidade estratégica para defesa, segurança e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, ESG, 2017.

Guilherme Augusto Baldan Costa Neves 18

TL – 40;
564 palavras;
14 palavras/linha

A economia globalizada moderna caracteriza-se pelo espraiamento espacial da produção, que se torna possível com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e com o desenvolvimento de sistema de transporte ágeis e de longo alcance. Esses desdobramentos permitem – embora seletivamente, como enfatiza Milton Santos, uma vez que o acesso às diferentes tecnologias é diferenciado – uma compressão do binômio espaço-tempo, que o grande capital busca explorar, a fim de obter uma saída à sua crise de lucros. A economia globalizada repousa, ainda, sobre a flexibilidade do processo produtivo e das relações trabalhistas (num contexto de desmantelamento de proteção e perda de poder sindical), de forma a adaptar-se rapidamente a uma demanda volátil. Ao mesmo tempo, a descentralização produtiva não se fez acompanhar de desconcentração de poder: os setores dependentes de mão de obra pouco qualificada, como as indústrias, deslocam-se para a periferia, de forma a explorar o trabalho a custos mais baixos ou se beneficiar se legislações (ambientais, trabalhistas, sociais) mais frouxas; enquanto as atividades de maior valor agregado, como planejamento, design, pesquisa e financiamento, permanecem nos países centrais, verdadeiros polos do mandar.

No Brasil, ocorreu semelhante difusão da produção, não acompanhada de difusão do poder. Ao longo dos anos 1970, a produção começou a afastar-se do principal polo produtivo até então,

a região metropolitana e o estado de São Paulo, em função das deseconomias de aglomeração (alugueis altos, infraestrutura sobrecarregada, por exemplo) e deslocou-se, sobretudo, para o interior do polígono de concentração industrial de Clélio Campolina, ainda majoritariamente no Centro-Sul do país. Fora do polígono foram beneficiadas, sobretudo, as metrópoles nordestinas. Outros fatores de desconcentração foram os grandes projetos de exploração de recursos naturais (como Carajás) e o desenvolvimento do complexo agro-industrial no Centro-Oeste, fomentando industrialização e urbanização fora da Região Concentrada. Em contraste, SP permaneceu o principal polo do mandar.

Os chips e componentes eletrônicos são partes fundamentais da economia digital, que já responde por cerca de 22% do PIB global e deve continuar a crescer. A cadeia internacional de chips é altamente complexa, exigindo grande inteligência de mercado das firmas que nele operam. A cadeia pode ser dividida em três etapas: projeção, design e financiamento, atividades de alto valor, concentrada na UE e, sobretudo, nos EUA; fabricação, concentrada em países asiáticos, com destaque para Coreia do Sul, Taiwan e China; e integração ao produto final e testagem, que ocorre, principalmente, na China.

A complexidade dessas cadeias as torna particularmente sensível a perturbações. Trata-se, também, de cadeia altamente concentrada, no que se refere à produção: as cinco maiores empresas em termos de produção respondem por 90% dos chips. Nesse sentido, as perturbações causadas pela pandemia foram significativas. Do lado da demanda, o aumento da pobreza e do desemprego fragilizou a demanda por celulares, computadores, carros e máquinas indústrias e, portanto, derrubou a demanda por chips. Pelo lado da oferta, as restrições colocadas

por diferentes países às atividades produtivas comprometeram a produção, o que se torna ainda mais grave em função de alto grau de produção. A redução da demanda e a queda da oferta, contudo, não coexistem temporalmente. Dessa forma, a demanda já se recuperou, em alguma medida, em vários lugares, mas a oferta ainda não se regulou. No caso brasileiro, como a produção doméstica de semicondutores atende apenas 10% da demanda, os brasileiros enfrentam preços mais altos para os diversos produtos que dependem desses componentes.

Paloma Scroccaro Costa 18

TL – 40;
623 palavras;
15,6 palavras/linha

A noção de globalização, como entendida hodiernamente, ganhou destaque a partir da década de 1980, ainda que esse fenômeno já pudesse ser identificado nos primeiros fomentos à integração logística entre os países. A estrutura produtiva fordista caracterizava-se pela centralização geográfica da produção, baseada em vantagens locacionais e em proximidades com as matérias-primas, em um processo especializado que propiciava os ganhos de escala. O modelo flexível de produção, do período pós-fordista, veio, então, alterar a divisão internacional do trabalho (DIT). Segundo Manuel Castells, a globalização não ensejava mais uma disputa entre países, mas entre agentes econômicos que buscavam no espaço geográfico a melhor maneira de produzir e de lucrar. Nos termos de Georges Benko, o fordismo periférico seria a distribuição da DIT para países com mão de obra barata, vantagens tributárias ou alfandegárias e amplo acesso a recursos naturais. Criar-se-iam, portanto, espaços de “mandar”, com capital e tecnologia, sobretudo no hemisfério norte, como nos EUA, e espaços de “obedecer”, característicos do hemisfério sul, principalmente, como na América Latina ou no Sudeste Asiático.

No Brasil, a primeira fase da industrialização - que se baseou no modelo de substituição de importações -, poderia ser temporalmente identificada entre as décadas de 1930 e 1970, quando se faziam notar tanto a condição arquipélago da produção nacional quanto a concentração das principais indústrias em São Paulo. A partir de 1970, então, houve

gradual desconcentração da produção, favorecida por incentivos governamentais, como a mudança da capital para Brasília, em 1960, e os projetos militares de “integração dos anecúmenos”. Clélio Campolina destaca, no entanto, que esse processo foi “poligonal”, ocasionando, na prática, uma desconcentração concentrada, como se nota nas dimensões geográficas e econômicas das metrópoles do Sul e do Sudeste. Nesse contexto, a guerra fiscal entre os Estados favoreceu o deslocamento de certas indústrias, como a calçadista, para o Nordeste. O crescimento dos complexos agroindustriais e das cidades médias também propiciou a integração à montante e à jusante no Centro-Oeste, como demonstra a existência de uma Zona de Processamento para Exportação em Uberaba.

Nessa lógica capitalista de aproveitamento dos espaços, a produção mundial de chips e componentes eletrônicos segue algumas tendências e apresenta certas peculiaridades. A produção de lítio, essencial para a fabricação desses chips, encontra-se geograficamente concentrada ainda, como exemplificam as grandes reservas bolivianas, nos desertos de sal. Nesses lugares, é comum a presença de empresas estrangeiras de grande porte, que fazem a extração e o envio para outras regiões, para a confecção dos microcomponentes, que demandam alto grau de especialização e conhecimento técnico. A China, por exemplo, tem-se destacado pela ampla escala de produção de semicondutores que são enviados para os demais países, como os EUA e os países europeus, para a montagem de carros, placas solares e celulares de alta tecnologia.

É em função dessa logística, baseada em transportes marítimos e acessos alfandegários, que a pandemia colocou à prova o tradicional funcionamento das Cadeias Globais de Valor (CGVs). As restrições sanitárias impuseram o fechamento das fronteiras e o controle mais severo dos fluxos comerciais, levando à escassez da oferta desses componentes eletrônicos em países que dependem, essencialmente, de sua importação. Surgiu, assim, um movimento de “renacionalização” da produção dessa nova matéria-prima, em um processo que o economista Walden Bello descreve como uma espécie de “desglobalização”, na qual os Estados buscariam direcionar essas fabricações para dentro de suas fronteiras. Os impactos imediatos da pandemia, nesse sentido, foram observados na inflação, na falta de peças automotivas e nos conflitos entre os setores industriais e os governos para a concessão de subsídios ou a proteção da indústria doméstica. A longo prazo, isso pode significar um arrefecimento da distribuição global de setores estratégicos, considerando que a soberania produtiva é um fator determinante na geopolítica moderna.

Aline Freitas de Paula e Silva

17

TL – 40;
493 palavras;
12,3 palavras/linha

A globalização e a divisão internacional do trabalho resultaram em uma redistribuição produtiva radical em comparação com o modelo fordista. A separação geográfica entre os processos de gestão, design, produção de insumos e montagem dos produtos deu às empresas transnacionais a possibilidade de desfrutarem de diversas vantagens comparativas, aumentando, assim, suas margens de lucro. Essa criação de cadeias globais de valor foi possibilitada pela redução dos custos do transporte marítima graças à containerização. A economia globalizada reestruturou-se sem alterar significativamente os padrões de acumulação de capital, pois o maior valor continuou a ser transferido para os países centrais, responsáveis pelas etapas de gestão e design e origem dos investimentos diretos e de portfólio.

No Brasil, a região sudeste concentrou a produção industrial ao longo do processo de industrialização por substituição de importações. Na regionalização proposta por Milton Santos, o sul e o sudeste correspondem à região concentrada pela disponibilidade do meio técnico científico informacional. Os esforços federais para desconcentrar a produção tiveram resultado limitado e, até os dias atuais, o sudeste, e principalmente São Paulo, sedia a maior parte das empresas brasileiras. Na década de 1950, deu-se início a uma verdadeira “guerra de lugares”, uma guerra fiscal para oferecer vantagens para que as indústrias se estabelecessem em

estados do norte e do nordeste. Entre as iniciativas federais bem-sucedidas, destaca-se a Zona Franca de Manaus, que garante isenção fiscal para as montadoras ali localizadas.

O setor de chips é bastante exemplificativo das vantagens e vulnerabilidades da divisão internacional do trabalho. A produção de wafers de silício é altamente custosa, requer o uso de equipamentos caríssimos, mão de obra especializada e ambiente controlado, pois qualquer perturbação pode danificar a produção dos cristais. Por isso, no Vale do Silício, na Califórnia, acontecem as etapas de gestão das empresas de tecnologia e de design dos chips, já a produção é terceirizada para empresas no sudeste asiático, especialmente em Taiwan. A produção de componentes eletrônico em geral também é bastante concentrada nessa região, com destaque para o papel da China (notadamente Shenzhen) e Coreia do Sul.

A pandemia de Covid-19 expôs as vulnerabilidades desse modelo de produção, os lockdowns realizados para conter o vírus resultaram em interrupções e choques nas cadeias produtivas. A política chinesa de tolerância zero com a Covid e a manutenção dos lockdowns por longos períodos intensificou a desorganização das cadeias de produção. Um agravante, que decorre dessa desorganização, é o aumento dos preços dos fretes marítimos, pois o fluxo de carga e descarga de contêineres entre os principais portos do mundo foi desajustado. Ao interromper o acesso à serviços, a pandemia aumentou a demanda por bens de consumo duráveis, como automóveis, celulares e computadores, os chips são insumos indispensáveis para todos esses bens e, por isso, houve um aumento no preço de aparelhos eletrônicos em geral. Essa

crise tem motivado os países centrais a repensarem esse modelo de produção e a estimularem a fixação de indústrias estratégicas em seus territórios para reduzir a dependência externa.

NOTA MÉDIA

Mateus de Andrade Kuntzler 14,5

TL – 40;
521 palavras;
13 palavras/linha

Antes de 1945, a economia internacional tinha seus locais de produção definidos pelo modelo fordista de produção, que impunha a rigidez da produção, da tarefa executada pelo trabalhador e do local de produção. Logo, havia uma divisão tradicional do trabalho, na qual países centrais exportavam bens industriais e países periféricos exportavam bens primários. Tal regra passou a sofrer exceções a partir de 1930 e, principalmente, durante a Guerra Fria, em função da substituição de importações, que ensejou o fordismo periférico; e da criação de plataformas de exportação em países asiáticos, como Taiwan e Coreia do Sul.

O advento do Meio Técnico-Cinetífico-Informacional (MTCI) possibilitaria a aceleração dos fluxos culturais, econômicos e políticos em um processo de globalização. A globalização e o avanço da técnica permitiriam a proliferação de multinacionais; a complexificação das cadeias globais de valor; e uma economia de rede, com valores permeando os territórios. Surgia o modelo de produção pós-fordista, caracterizado pela flexibilidade da produção, do trabalhador e do local de trabalho. Isso, contudo, não significou uma homogeneização do espaço, que seguia desigual, fragmentado e compartimentado. Ademais, o Estado mantinha sua importância, definindo políticas de ordenamento territorial. Em função do pós-fordismo, as metrópoles

industriais, que concentravam a produção e a população por meio da horizontalidade, tornavam-se cidades globais, perdendo sua produção e sua população em termos relativos (em função de deseconomias de aglomeração), mas coordenando a economia mundial e nacional por meio da verticalidade (cityness).

O Brasil não fugiria à regra do pós-fordismo, e viveria um processo de desconcentração concentrada segundo Clelio Campolina. As indústrias de maior valor agregado deixariam São Paulo, que concentrava a produção, mas se manteriam na macrorregião concentrada (SP-RJ-ES-MG-PR-SC-RS), como fez a Embraer. Já as indústrias intensivas em mão-de-obra saíam da área de desenvolvimento poligonal, dirigindo-se ao Nordeste, como fez a Grendene. São Paulo, porém, “seguiria em todo lugar”, mantendo-se como “metrópole irrecusável do Brasil”. Prova do comando paulista sob a produção é o REGIC de 2018.

Manuel Castells divide a nova divisão internacional do trabalho em 4 posições: locais de trabalho informacional, extremamente valorizado; de trabalho industrial, de baixo custo; de trabalho intensivo em recursos naturais; e de trabalho desvalorizado. Em função da complexificação das cadeias globais de valor, causada pela globalização, a produção de chips e componentes eletrônicos, que mescla o trabalho informacional e o trabalho industrial, se concentraria nas antigas plataformas de exportação da Ásia (Taiwan e Coreia do Sul). Isso é a prova de que mesmo no modelo pós-fordista, ainda há uma localização vantajosa para a produção de um bem. Logo, o espaço não é homogêneo.

A covid-19, porém, levou os Estados a restringirem a circulação de bens e pessoas. Porém, no mundo globalizado,

como a circulação preside a produção, é “indispensável colocar a produção em movimento”. Logo, os entraves logísticos à produção e à exportação de chips, levaram a problemas na produção nos setores primário, secundário e terciário de todos os países, visto que o chip é essencial a qualquer produção que envolva o mínimo de tecnologia. Esse problema na oferta de chips levaria à inflação mundial de oferta. Ademais, geraria maior interesse geopolítico da China na produção de microchips taiwanesa.

TL – 40;
543 palavras;
13,5 palavras/linha

A pandemia de Covid-19 desarticulou as cadeias produtivas e afetou, sobremaneira, o processo de globalização. Há significativos hiatos entre a oferta e a demanda globais, e alguns Estados já planejam aumentar o protecionismo e renacionalizar estruturas produtivas, como a França com a indústria “Le Coq Sportif”, o que afeta ainda mais as cadeias globais de valor. Nesse contexto, a produção de chips e semicondutores ganha relevo, por serem um componente fundamental da produção industrial.

A reestruturação produtiva da economia globalizada já vinha ocorrendo antes da pandemia, como demonstram as tentativas de renacionalizar plantas industriais que haviam se instalado em outros países, como exemplifica a defesa da indústria siderúrgica estadunidense pelo governo Trump. No que se refere a chips, os prolongados lockdowns em países como a China, Taiwan e Vietnã, que abrigam muito da produção de semicondutores fizeram com que houvesse um considerável choque de oferta dessa mercadoria no mercado global, encarecendo os custos de produção. Dessa forma, países como os EUA e a Alemanha, que dependem desses insumos tecnológicos em suas cadeias produtivas, buscam o retorno da produção desses componentes em seu território, para evitar novas desarticulações como a causada pela pandemia de Covid-19. Esse fenômeno se insere em um contexto maior de arrefecimento do processo

de globalização e de fechamento de setores considerados estratégico pelos Estados, no interior de suas fronteiras nacionais.

O Brasil apresenta um processo de desconcentração industrial denominado “desconcentração concentrada”, em que a produção industrial deixa de concentrar-se nos centros tradicionais, mormente São Paulo, mas ubica-se em novos polos, seja por incentivos estatais, como Camaçari (BA), seja por serem polos tecnológicos modernos, como São José dos Campos e Campinas. Dessa forma, São Paulo deixa de ser o único polo industrial brasileiro, convivendo com demais centros que também polarizam a produção. Do mesmo modo, a reestruturação produtiva brasileira passa a valorizar o complexo agroindustrial, que já representa 25% do PIB e é dependente de insumos tecnológicos sofisticados, como chips e semicondutores. Nesse contexto, foi aprovada a desestatização da fábrica nacional de semicondutores, o que pode aumentar a competitividade no setor, bem como atrair investimentos, mas também pode afetar a autonomia tecnológica nacional em uma área sensível e em um momento de choque de oferta desses componentes. Assim sendo, o Brasil não está indiferente aos processos de reestruturação produtiva, de desconcentração industrial, sem a desarticulação das cadeias produtivas globais.

A divisão internacional do trabalho no setor de chips e de componentes eletrônicos respeita o paradigma das cadeias globais de valor. Dessa maneira, enquanto países periféricos inserem-se agregando pouco valor, como a indústria extrativa do silício, outros países, como o Vietnã e Taiwan, agregam mais valor produzindo esses componentes e outros Estados, ainda, como Alemanha

e EUA, estão no topo dessas cadeias produtivas, pois projetam esses chips e componentes eletrônicos produzidos em outras regiões do mundo. Nesse sentido, há espaços de mandar nos países centrais, dotados de alta tecnologia, e de obedecer, nos países periféricos, que agregam o valor do trabalho e das matérias-primas. Nada obstante, a pandemia de Covid-19 desarticulou essa divisão internacional da produção, ensejando gargalos de oferta e prejuízos às transnacionais dos países centrais, o que engendrou um processo de reestruturação produtiva, em que plantas de chips e componentes eletrônicos podem ser desterritorializados para serem reterritorializados nos países centrais.



Política Internacional

Questão 01

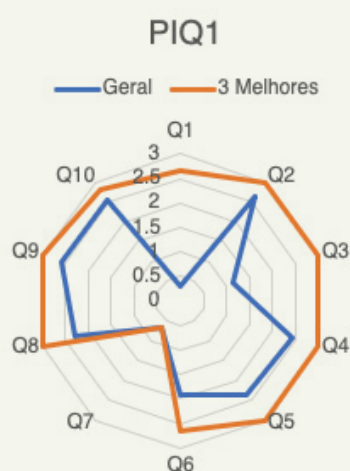
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **19,5**

Média Pessoas com Deficiência: **13**

Média Candidatos Negros: **18,5**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Os líderes globais endossaram unanimemente a responsabilidade de proteger na Cúpula Mundial de 2005. Após [...] um tempo de divisões globais profundas, isto foi um avanço. O imperativo estava claro: fazer mais para proteger as pessoas, e fazê-lo como uma comunidade internacional unida. No entanto, hoje ainda há o receio de que o princípio possa ser usado para realizar ações coletivas voltadas a outros propósitos além daqueles acordados nessa cúpula. Há também preocupações acerca de possíveis padrões duplos e do uso seletivo do princípio no passado. É por isso que esses diálogos abertos e francos são necessários para dissipar equívocos e desconfianças. Temos que forjar um

entendimento mútuo e estabelecer um apoio forte à responsabilidade de proteger como uma ferramenta de proteção e prevenção. [...] Neste momento de desafios extremos, não devemos abandonar tal responsabilidade e nem a deixar em estado de animação suspensa, finamente articulada em palavras, mas violada, por vezes, na prática.

GUTERRES, António. Remarks to the General Assembly debate on the responsibility to protect. United Nations, Secretary-General, Jun. 25, 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2018-06-25/responsibility-protect-remarks-general-assembly>>. Acesso em: 28 abr. 2022 (tradução livre), com adaptações.

Em 2018, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) retomou o debate a respeito do princípio da responsabilidade de proteger (responsibility to protect – R2P). Nessa ocasião, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, se pronunciou para manifestar preocupações com relação ao emprego desse princípio e, ao mesmo tempo, para reforçá-lo. Se, por um lado, há desconfianças quanto à eficácia da responsabilidade de proteger, por outro, as alternativas a ele parecem ter perdido espaço na agenda onusiana. Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do princípio da responsabilidade de proteger. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o surgimento do princípio da responsabilidade de proteger no âmbito da construção do argumento humanitário a partir dos anos de 1980 até 2005;
- a contestação do princípio da responsabilidade de proteger na Cúpula Mundial de 2005;

- os pilares do princípio da responsabilidade de proteger; e
- a adoção do princípio da responsabilidade de proteger no caso da Líbia, em 2011, e suas implicações para situações posteriores.

**Extensão do texto: até 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

No primeiro tópico, espera-se que o candidato demonstre conhecimento em relação à evolução histórica da construção do argumento humanitário em torno da responsabilidade internacional da proteção de civis, com ênfase no dilema entre, de um lado, a intervenção por razões humanitárias e o direito à assistência humanitária e, do outro, a soberania estatal. Inicialmente, nos anos de 1980, o dever de ingerência foi o termo que pautou a construção desse argumento.

Q1. Esse termo dizia respeito à atuação de organizações não governamentais (ONGs), principalmente a dos Médicos sem Fronteiras, em emergências humanitárias e em conflitos armados –, com a finalidade de ajudar às populações carentes e de remediar o sofrimento delas, por meio de ações como assistência médica, tratamento de doentes ou feridos e outros. Em seguida, nos anos 1990, o argumento passou a se estruturar em torno da intervenção humanitária. **(Q2)** – Ao contrário do termo anterior, a intervenção humanitária pressupunha a atuação de governos nacionais em territórios estrangeiros com o propósito de proteger – se necessário, por meio do uso da força militar – as populações contra graves violações dos direitos humanos. Ainda nessa década, considerando a gravidade de tais violações em situações como na Somália, em Ruanda, na Bósnia, em Kosovo, entre outras, surgiram outros termos e iniciativas correlatos com a intervenção humanitária, como a segurança humana, a Doutrina Blair, a soberania como responsabilidade e a soberania individual.

Ostermoseasiniativasmencionados, em particular a soberania como responsabilidade, foram examinados pelo relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS, na sigla em inglês) intitulado “The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty” e publicado em 2001. Uma das principais contribuições desse relatório, que passou a pautar o debate no início do século 21, foi propor a substituição do termo intervenção humanitária, ou direito de intervir, por responsabilidade de proteger (Q3), na tentativa de reconciliar as posições divergentes entre os países do Sul e do Norte a respeito da redefinição da soberania. Além disso, esse relatório também distinguiu três dimensões dessa responsabilidade – responsabilidade de prevenir, de agir e de reconstruir –, entre outras questões, que pautariam as discussões do termo na agenda onusiana.

Na Cúpula Mundial de 2005, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a resolução A/RES/60/1, por meio da qual a organização incorporou o conceito de responsabilidade de proteger (Q4). Nesse documento, reconheceu-se que, tanto os estados quanto a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas, teriam a responsabilidade de proteger as populações contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Com base nessas considerações, o candidato deve já tratar do segundo tópico solicitado na questão. Nesse tópico, é preciso demonstrar conhecimento acerca do debate em torno do princípio da responsabilidade de proteger no decorrer da cúpula. Primeiramente, faz-se necessária a identificação de países que se opuseram, total ou parcialmente a esse princípio, e as posições assumidas por eles. São

exemplos desses países: China, Cuba, Egito, Irã, Paquistão, Rússia, Venezuela, Vietnã e Malásia. Na sequência, é preciso selecionar pelo dois desses países e apresentar a sua respectiva posição (Q5). Para exemplificar, China e Malásia rejeitaram parcialmente esse princípio por causa da importância de discutir mais a respeito dele, enquanto Cuba rejeitou totalmente por o considerar como um pretexto para a intervenção de superpotências em assuntos domésticos. Ainda nesse segundo tópico, é preciso conferir maior pontuação às respostas que, comparativamente, apresentem maior número de países e suas posições.

No terceiro tópico, é desejável que o candidato mencione que os três pilares do princípio da responsabilidade de proteger foram estabelecidos no relatório do então secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, apresentado à AGNU em 2009 – documento este intitulado *Implementing the Responsibility to Protect: Report of the Secretary-General (A/63/677)*. O primeiro pilar é que os Estados detêm a responsabilidade primária de proteger a própria população, nacionais ou não, contra o genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade, assim como qualquer incentivo a essas transgressões (Q6). O segundo pilar é que a comunidade internacional detém a responsabilidade de encorajar e auxiliar os Estados a cumprirem a sua responsabilidade primária, sobretudo, por meio da cooperação e da implementação de uma estratégia de prevenção (Q7). E, finalmente, o último pilar é que essa comunidade deve estar preparada para agir coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas – em particular com os Capítulos VI, VII e VIII –, quando um Estado falhar em proteger a própria população contra as transgressões citadas anteriormente (Q8).

Finalmente, no último tópico, o candidato deve demonstrar capacidade de análise da adoção controversa do princípio de responsabilidade de proteger quando se deu a intervenção na Líbia em 2011 e argumentar que essa adoção, por um lado, trouxe novamente à tona as preocupações demonstradas por países na Cúpula Mundial de 2005 e, por outro, inviabilizou que esse princípio fosse utilizado em situações posteriores, como na guerra civil na Síria. As Resoluções de 1970 e de 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), adotadas no início de 2011, foram as primeiras a fazer referência a esse princípio, e a segunda autorizou, pela primeira vez, o uso da força para fins de proteção humanitária contra um Estado em pleno funcionamento. A comunidade internacional, por meio do CSNU e sob a liderança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), decidiu intervir na Líbia diante da resposta do governo de Muammar Kadafi à revolta popular que ocorreu no contexto da Primavera Árabe. A intervenção se deu sob os auspícios da Resolução de 1973, a qual determinou que fossem tomadas as medidas necessárias para proteger civis ameaçados em território líbio e, entre essas medidas, se estabeleceu a ambígua zona de exclusão aérea. Essa medida possibilitou o uso de uma força militar robusta sob a retórica humanitária, porém a implementação dessa medida acabou favorecendo os rebeldes e levou à mudança de regime, com a queda e morte de Kadafi (Q9). Países que se abstiveram na votação da Resolução de 1973, como a Índia, questionaram o fato de que o uso do princípio da responsabilidade de proteger não foi condizente com o mandato conferido pelo documento. Além disso, a experiência negativa do caso líbio elucida as preocupações já apresentadas por países, como Cuba, na Cúpula Mundial de 2005 e por António Guterres, especificamente a

possibilidade de o princípio ter padrões duplos e ser usado seletivamente: a responsabilidade de proteger poderia legitimar intervenções de grandes potências e da OTAN, mesmo que sob a retórica humanitária, para atender os próprios interesses, a exemplo da mudança de regime na Líbia. Dessa forma, diversos países, como China e Brasil, mostraram-se céticos em adotar esse princípio para pautar a atuação da comunidade internacional na Síria e no Sudão do Sul, por exemplo, com o receio de que os resultados malsucedidos ocorressem novamente (Q10).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- BELLAMY, Alex J. *Responsibility to protect*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- EVANS, Gareth J. *The Responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all*. Washington, D.C.: Brookings, 2008.
- FONSECA JR, Gelson. *Dever de Proteger ou Nova Forma de Intervencionismo?* In: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W. e ALSINA, João Paulo (Org.) *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010, pp. 175-192.
- PUREZA, José M. *As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia*. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan./jun. 2012, p. 3-19.
- RIBEIRO, Mikelli M. L. A. *Soberania e responsabilidade internacional humanitária: avaliando o processo de ajuste normativo no âmbito da ONU*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 30, set./dez. 2019, p. 199-234.
- UN. *United Nations. Implementing the responsibility to protect: report of the Secretary-General*. A/63/677, Jan. 12, 2009. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/SG_reportA_63_677_en.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- UN. *United Nations. Resolution adopted by the General Assembly on 16 September 2005*. A/RES/60/1. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_60_1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

André Novo Viccini

27

TL – 90;

1112 palavras;

12,4 palavras/linha

O princípio da responsabilidade de proteger (R2P) foi resultado de uma elaboração da comunidade internacional a partir dos anos 1980. Nessa época, com a aproximação do fim da Guerra Fria, os conflitos violentos passam por uma mudança de natureza em âmbito geral, no sentido em que passam a predominar aqueles de natureza interestatal em detrimento dos interestatais, embora estes continuem a ocorrer. Nesse contexto, constrói-se um argumento humanitário a partir do descongelamento da bipolaridade no final dos anos 1980. Operações de paz mais robustas, a partir de então, passam a ser aprovadas pelo CSNU, muito embora ainda sob o capítulo VI da Carta da ONU, como aquelas em Angola (UNAVEM) e Moçambique (ONUMOZ), em que há maior componente médico e policial, com fins humanitários. Na concepção do Conselho, era preciso proteger e auxiliar a população civil de países que passavam por conflitos domésticos, com base na promoção da dignidade humana e nos direitos internacionais dos indivíduos. É nesse período também que se começa a elaborar a noção de “dever de proteger”, em um sentido mesmo de ingerência da comunidade internacional, como elaborado no seio do Médicos sem Fronteiras na época, em consonância com concepções, então em voga, de *shared commons*.

Nos anos 1990, a nova espécie de conflitos se intensifica, com a propagação da violência étnica no interior dos Estados, muitas vezes

associada à dissolução URSS, como no leste europeu e nos Balcãs, mas também em outras regiões, como na África. Ao mesmo tempo, o fim da Guerra Fria permite um “descongelamento” do CSNU, que passa a aprovar mais resoluções, e coloca em voga o tema dos direitos humanos, de que é ilustração a Conferência de Viena de 1993, mas não só. A ONU envia, assim, missões a Somália, Ruanda, Iugoslávia e outros países. Contudo, sua atuação sob o Capítulo VI da Carta e a demora em tomar ações mais efetivas não são capazes de impedir os massacres na Bósnia e em Ruanda, gerando críticas internacionais à sua inação em proteger os civis de genocídios e crimes contra a humanidade perpetrados com fins de limpeza étnica nesses países. Essas críticas, somadas à experiência fracassada dos EUA na Somália, onde foi derrubado helicóptero norte-americano em missão de paz, acarretam uma retração relativa nas operações com fins de proteger civis. Nesse contexto, Boutros-Ghali elabora a Agenda para a Paz, em 1993, e seu suplemento, em 1995, onde constam, entre os tipos de operação de paz, aquelas de pacificação por meio de imposição da paz (*peace enforcement*). Relativiza-se, assim, o princípio do consenso dos Estados, acrescentando-lhe o princípio de uso da força não só em legítima defesa, mas também em proteção do mandato da missão, incluindo a proteção a civis. Desse modo, no final dos anos 1990, o argumento humanitário passa a informar as operações de paz da ONU, como aquelas no Kosovo (UNMIK) e no Timor Leste (UNTAET e sucessoras), em que se instalam, nos países, administrações de território pelas Nações Unidas, e, no início dos anos 2000, missões robustas com autorização de uso da força, como a MINUSTAH, sendo que algumas delas com atuação ativa de forças militares, como a MONUSCO.

Nesse contexto, e com uma intensificação de conflitos em áreas geopoliticamente estratégicas no período, algumas vezes associados pelas principais potências ao terrorismo internacional após os ataques de 11 de setembro aos EUA pela Al-Qaeda, a Cúpula Mundial da ONU de 2005 endossa unanimemente o princípio da responsabilidade de proteger. Contudo, diversos países, entre eles o Brasil, fazem ressalvas quanto aos limites e ao modo de aplicação desse princípio. Em primeiro lugar, não deveria ele ser usado com fins políticos (por exemplo, para destituir governos), em violação ao princípio de não intervenção consagrado no artigo 2(7) da Carta da ONU e no costume internacional. Em segundo lugar, não deveria obedecer a padrões duplos, aplicando-se seletivamente a uns países e não a outros. Desse modo, estabeleceram-se os pilares do princípio da responsabilidade de proteger para que fosse aplicado conformemente ao Direito Internacional e respeitando-se a soberania, a independência, a integridade territorial e a igualdade jurídica entre os Estados. O primeiro pilar é que ele deveria ser aplicado apenas em casos de genocídio, crimes contra a humanidade e limpeza étnica, limitando-se assim a arbitrariedade em seu uso. O segundo pilar é que a responsabilidade primária de proteger a população cabe ao Estado com jurisdição territorial sobre ela. O terceiro pilar consiste em que a comunidade internacional (ou seja, o Conselho de Segurança, e não estados particulares ou alianças militares não mandatadas) deve antes buscar cooperar com o Estado para tentar pôr fim às violações, devendo agir somente após demonstrada a incapacidade do Estado em fazê-lo ou sua não vontade ou mesmo sua colaboração.

Assim, em 2011, pela Res. CSNU 1973, o princípio da responsabilidade de proteger foi aplicado no caso das violações cometidas pelo governo de Muammar Gaddafi, na Líbia, contra os direitos humanos de sua população. Na ocasião, alguns países, entre eles, fizeram ressalvas quanto ao modo de aplicação do princípio. Com efeito, a atuação das forças militares da OTAN, mandatadas pelo CSNU, foram utilizadas, sob o pretexto de proteger os civis, para a destituição de Gaddafi, cujo governo não agradava aos EUA e seus aliados. Nesse contexto, o Brasil propôs o conceito de responsabilidade ao proteger (RWP). De acordo com ele, os mandatos do CSNU deveriam ser suficientemente claros, de modo a limitar na prática as possibilidades de usos políticos do conceito. Ademais, a atuação das forças militares no terreno deveria ser objeto de constante e estrito monitoramento pela comunidade internacional, de modo a verificar se não estariam extrapolando seu mandato. Ainda, dever-se-ia dar mais ênfase à prevenção de conflitos, por meio de mais intensa atividade diplomática e cooperação internacional.

A implementação equivocada do R2P na Líbia, porém, não deixou de ter implicações para conflitos posteriores. No mesmo ano de 2011, Rússia e China vetam a resolução do CSNU que autorizaria o uso da força na Síria, por temer que o R2P seria utilizado politicamente no caso para derrubar o governo de Bashar al-Assad. Na ocasião, o Brasil novamente fez ressalvas ao projeto de resolução. A China acabaria por elaborar conceito semelhante ao RWP, mas, assim como este, sem maiores implicações de longo prazo até o momento. No conflito no leste da Ucrânia tampouco foi aplicado o R2P, nem em outros conflitos que envolveram interesses estratégicos de membros do CSNU. Por outro

lado, vemos sua aplicação na constituição de missões de paz na RDC (MONUSCO), na RCA (MINUSCA), no Sudão do Sul (UNMISS) e em outros países da África, o que, de um lado, demonstra as possibilidades de proteção dos direitos humanos, mas de outro revela a seletividade no uso da R2P.

João Pedro Portella Ribeiro Cardoso 27

TL – 90;
1270 palavras;
14,1 palavras/linha

Na forma da Carta das Nações Unidas, o direito à não intervenção em assuntos internos e a vedação ao uso da força constituem pilares da ordem internacional. Nesse sentido, esses princípios somente podem ser excepcionados pelo Conselho de Segurança, no exercício de sua competência de órgão mantenedor da paz e da segurança internacionais. Usualmente, o CSNU exerce esse poder na presença de conflitos armados ou outras ameaças à paz internacional. Contudo, a partir das décadas finais do séc. XX, diante da paralisia do Conselho em face de situações graves de violência e desrespeito aos direitos humanos, começou a desenvolver-se o argumento da “intervenção humanitária” enquanto justificativa legítima para intervenções, muitas vezes por meio da força, em contextos domésticos de Estados conflagrados. Hoje, esse argumento toma a forma contestada de “responsabilidade de proteger”.

Ao fim da Guerra Fria, o Conselho de Segurança retomou um papel mais ativo e ampliou seu escopo de atuação. Não mais bloqueado pelos impasses entre EUA e URSS, típicos da bipolaridade, que haviam impedido ação efetiva contra situações conflituosas, o Conselho teve papel de destaque na bem-sucedida “Operação Desert Storm”, que respondeu à agressão ilícita perpetrada pelo Iraque contra o Kuwait. Tido como momento de êxito do sistema multilateral de segurança, o episódio levou as Nações Unidas a expandir seus métodos de ação nesse campo. Em 1992, o relatório “Uma Agenda para a Paz” é

lançado pela Organização, ampliando as formas e funções das operações de paz organizadas pela ONU e incluindo a possibilidade de intervenções à revelia do consentimento das partes. Assim, ao longo dos anos 1990, multiplicam-se as chamadas operações de “peace enforcement”, como as enviadas para Somália, Ruanda e Iugoslávia. Nessas operações, raramente havia uma paz ou consenso mínimo a ser protegido, e os capacetes azuis pareciam fazer, eles mesmos, a guerra contra grupos armados locais. Na Somália, as tropas da ONU viram-se em confronto aberto com milícias armadas; em Ruanda, pouco fizeram para impedir o genocídio; na Iugoslávia, foram feitas de reféns pelos sérvios de modo a prevenir um ataque aéreo da OTAN. Especialmente nesse caso, o argumento da intervenção humanitária ganhou força. Mesmo sem autorização expressa do CSNU, a OTAN interviu no conflito unilateralmente contra Milosevic, argumentando que, em situações de violação generalizada de direitos humanos, o uso da força não seria vedado pela Carta da ONU, o que, segundo esse argumento, só seria proibido se voltado a agredir a soberania, independência ou integridade territorial de outro Estado. Rússia e China, no CSNU, rejeitaram o argumento.

O intervencionismo acentuado das operações de peace enforcement foi contido após essas experiências, com a edição do “suplemento à agenda para a paz”. Contudo, o argumento da intervenção humanitária não perdeu força, pois se encaixava na doutrina da política exterior dos EUA. Para Washington, a existência de “failed states”, isto é, estados falidos, que supostamente não seriam capazes de garantir a segurança de seus nacionais, justificaria intervenções externas, ainda que acompanhadas de iniciativas de construção da paz pós-conflito e desenvolvimento da institucionalidade. De modo a conter

eventuais unilateralismos, as Nações Unidas passaram a discutir a temática no quadro do multilateralismo. Surge, assim, o conceito de “responsabilidade de proteger”, que dá nome a relatório editado pelo Secretário-Geral da Organização. Segundo esse relatório, a responsabilidade de proteger consiste no dever, por parte da comunidade internacional, de empreender ações coletivas contra situações de graves violações humanitárias. Assim, excepcionando-se a não intervenção em assuntos internos, a ONU, notadamente pelo Conselho de Segurança, poderia intervir em Estados que perdessem a capacidade de proteger seus nacionais, ou que, mais gravemente, fossem diretamente responsáveis por atacar seus próprios cidadãos. Objetivava-se, assim, evitar a repetição do que ocorrera em Ruanda e na ex-Iugoslávia, sem dar margem ao unilateralismo.

A exposição do conceito foi realizada na Cúpula Mundial de 2005. Não foi, porém, amplamente aceito. Países como Rússia e China, além de relevante contingente de Estados do Sul global, contestaram a ideia, que violaria, ou ao menos facilitaria a violação da soberania, independência e integridade de Estados mais frágeis. Criticava-se a instrumentalização dos direitos humanos como forma de fundamentar ações militares potencialmente lesivas aos Estados que as sofressem. A responsabilidade de proteger assomava, assim, como arma retórica de agressão dos Estados mais poderosos contra Estados mais fracos. A conduta adequada das Nações Unidas, em contextos de graves crises humanitárias internas, não deveria ser a intervenção armada, mas o auxílio humanitário e o diálogo diplomático. Mesmo quando essa intervenção se fizesse necessária, deveria ser submetida a critérios objetivos, e decidida no foro competente das Nações Unidas.

Apesar das contestações, o princípio, que ganhou o apelido de “R2P”, passou a integrar o léxico das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Em 2011, assumiu destacada relevância no contexto da intervenção na Líbia. Desde o início da Primavera Árabe, o Oriente Médio vinha passando por intensas convulsões internas, com a derrubada de governos ditatoriais ou o início de guerras civis. Na Líbia, o mandatário Gaddafi reprimiu as manifestações contra seu governo, fazendo uso, inclusive, da força. Com a deterioração da situação interna, surgiram relatos de que Gaddafi estaria assassinando civis envolvidos com a resistência a seu regime. O tema chegou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que pautou intervenção no país sob os auspícios da responsabilidade de proteger. Nesse contexto, duas resoluções foram votadas. A primeira condenava o governo de Gaddafi pelas agressões a civis e violações flagrantes do direito humanitário. A segunda criava uma “no-fly zone” (zona de exclusão aérea) sobre a Líbia e autorizava a ação da OTAN no país, sob fundamento do desrespeito de Gaddafi às determinações da primeira resolução. Naquele momento, o Brasil, juntamente com os demais membros do BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), ocupava assento no Conselho. O Brasil votou favoravelmente à primeira resolução, mas absteve-se quanto à segunda, pois duvidava da eficácia que uma intervenção externa poderia ter na resolução pacífica do conflito líbio. Os demais membros do BRICS seguiram essa abstenção, manifestando sua preocupação com a proteção de civis.

De todo modo, a intervenção da OTAN na Líbia foi aprovada e, ainda em 2011, Gaddafi foi capturado e linchado por forças da oposição. Contudo, apesar das tentativas do CSNU de colaborar na reconstrução

do país mediante o envio de missão política especial, as forças de oposição a Gaddafi não encontraram consenso e, em 2014, iniciou-se uma guerra civil entre o governo de Trípoli, apoiado politicamente pelo CSNU, e forças militares sediadas em Tobruk. A guerra, apesar de alguns pactos de cessar-fogo, ainda não foi encerrada e produziu ampla devastação no país, com imensos fluxos de refugiados e deslocados internos. Diante desse aparente fracasso do bombardeio aéreo da OTAN e da responsabilidade de proteger, o Brasil propôs, como complemento, o conceito de responsabilidade ao proteger (RwP).

A responsabilidade de proteger foi mal recebida após o ocorrido na Líbia, tendo Rússia e China bloqueado ações semelhantes no conflito sírio. A ideia de responsabilidade ao proteger, proposta pelo Brasil, visa a complementar o conceito e evitar seus abusos. Assim, a intervenção humanitária deveria ser um último recurso, privilegiando-se a diplomacia preventiva e o desenvolvimento humano como meios de evitar o conflito. A intervenção deveria ocorrer apenas se não piorasse a situação e deveria ter como prioridade a proteção dos civis, que não poderiam ser vitimados pela ação externa. Ainda, a intervenção, quando necessária, deveria ocorrer sob mandato claro do CSNU, com objetivos e métodos detalhadamente delineados, além de contar com mecanismos seguros de fiscalização e monitoramento. Por fim, deveria ser acompanhada de medidas abrangentes de reconstrução pós-conflito, com garantia de direitos humanos, eleições e instituições. Essas medidas deveriam ser prévias ou concomitantes à ação da ONU, e não apenas posteriores.

Fernanda Brandão de Souza 26,5

TL - 90 linhas;
1074 palavras;
11,9 palavras/linha

O princípio da responsabilidade de proteger (R2P) foi gestado ao longo das últimas duas décadas do século XX e ratificado, formalmente, na Cúpula Mundial de 2005. O período de formação desse princípio foi marcado pelo debate acerca das implicações e da legitimidade de intervenções humanitárias em face da soberania estatal. Com efeito, ao longo da Guerra Fria, sobretudo nos momentos de maior tensionamento nas relações entre as superpotências, intervenções militares efetuadas com base no argumento humanitário eram, frequentemente, acusadas de serem violações à soberania e à independência dos Estados afetados e interferências em assuntos internos, as quais eram condenadas pelo bloco rival, no contexto da bipolaridade. Muitas dessas condenações ocorriam no âmbito do próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o qual se encontrava paralisado ante as divergências entre seus membros permanentes e com “poder de veto”. Não obstante, a percepção de que direitos humanos eram um bem cuja proteção, dada sua relevância, não se poderia restringir à jurisdição exclusiva dos Estados assumia proeminência cada vez maior, nos debates internacionais, desde a Segunda Guerra Mundial. O direito internacional humanitário, mediante a formulação dos direitos de Genebra, da Haia e de Nova York, ganhava relevância no cenário internacional, em conjunto com pactos regionais e globais atinentes aos direitos humanos, como o PIDCP e o PIDESC, concluídos pelo

ECOSOC em 1966. Em face desses processos concomitantes e, por vezes, contraditórios, a construção do argumento humanitário não teve chances de prosperar até as décadas de 1980 e 1990.

Na década de 1980 e, sobretudo, na de 1990, a decadência da União Soviética e a formação de um mundo “uni-multipolar” permitiram maiores desenvolvimentos do argumento humanitário. A atmosfera de otimismo e o destravamento de pautas de segurança internacional relevantes no âmbito do CSNU possibilitaram que a comunidade internacional chegasse a maiores consensos acerca de quais questões de violações estatais de direitos humanos deveriam ser objeto de intervenções humanitárias, sem que isso significasse violações de soberania. Atrocidades cometidas, à época, no âmbito de conflitos internos, como o genocídio de Ruanda, em 1994, e o massacre de Srebrenica, no contexto da Guerra da Bósnia e da dissolução da Iugoslávia, evidenciaram à comunidade internacional que a resistência ou a demora em intervir poderia gerar grandes desastres humanitários. Por essa razão, resistências relacionadas à Linha de Mogadíscio precisavam ser equacionadas, a fim de garantir que violações humanitárias de tamanha magnitude não voltassem a ocorrer da mesma maneira. A rápida intervenção multinacional no Kosovo, no final da década de 1990, constituiu evidência de que, gradualmente, a comunidade internacional e, particularmente, o CSNU chegavam a acordos acerca da responsabilidade internacional de proteger.

A Cúpula Mundial de 2005 consistiu, finalmente, no momento de consagração da R2P; a adoção desse princípio não sobreveio, contudo, sem contestações. Indagou-se, por exemplo, que intervenções humanitárias pautadas pela R2P poderiam agravar conjunturas de violações de direitos humanos,

sobretudo se realizadas em desacordo com os mandatos autorizados pelo CSNU. Além disso, houve desconfianças concernentes à real eficácia da R2P no sentido de minorar sofrimentos humanos e divergências relativas à discricionariedade do CSNU no estabelecimento de critérios para a implementação dessas intervenções. Nessa perspectiva, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, solicitou ao CSNU, após a Cúpula de 2005, o esclarecimento acerca de quais critérios seriam utilizados para determinar ou autorizar intervenções fundamentadas na R2P. Em resposta, o CSNU preferiu não adotar critérios estáticos e objetivos, procedendo à aplicação da R2P de forma casuística. Essa interpretação conferida pelo CSNU apresenta, portanto, o potencial de acarretar arbitrariedades na implementação da R2P, o que, de todo modo, não impediu a adoção desse princípio em resolução da Assembleia Geral da ONU (AGNU) e a sua aceitação no âmbito do CSNU.

Desse modo, foram estabelecidos os pilares do princípio da responsabilidade de proteger. Primeiramente, acordou-se que era responsabilidade primária do Estado a proteção de seus nacionais; no entanto, caso o Estado não lograsse garantir essa proteção, seja pela incapacidade ou pela ineficiência estatal em proteger, seja pela ação comissiva do Estado na violação dos direitos humanos de seus nacionais, caberia à comunidade internacional a responsabilidade de garantir a proteção desses nacionais. Adicionalmente, intervenções humanitárias deveriam ser autorizadas pelo CSNU, e a R2P deveria ser aplicada em casos de crimes de guerra, crimes contra humanidade, genocídio e limpeza étnica. A R2P pauta-se, por fim, pela compreensão de que a vida humana é o valor último a ser preservado e protegido pela comunidade e pelo direito internacionais.

Em que pese o estabelecimento desses pilares e dessas condicionalidades na aplicação da R2P, a concretização desse princípio esteve sujeita a arbitrariedades e a condutas equivocadas por parte de seus executores. Essa implicação foi particularmente evidente no caso da Líbia, em 2011. Diante das recorrentes acusações de violações de direitos humanos perpetradas pelo então ditador líbio Muammar Khadafi, o CSNU autorizou que forças multinacionais interviessem na Líbia, pautadas pelo princípio da R2P, consoante com o mandato estabelecido pela resolução 1973 do Conselho. As forças foram autorizadas a realizar bloqueio aéreo no espaço líbio. Apesar de oposições expressivas de países da comunidade internacional, como o próprio Brasil, que estava ocupando assento não permanente no CSNU em 2011 e que não votou favoravelmente à referida resolução, a intervenção ocorreu, culminando na deposição de Khadafi. As forças multinacionais acabaram extrapolando o mandato autorizado pelo CSNU e provocando uma situação de extrema instabilidade na Líbia, de modo que, até os dias atuais, inexistiu um Estado plenamente funcional no país, capaz de assegurar os direitos e o bem-estar da população.

Nesse contexto, sob a chancelaria de Antonio Patriota, o Brasil apresentou à AGNU o conceito de “responsabilidade ao proteger”, que complementaria a R2P. Nesse sentido, além de proteger, a comunidade internacional deveria assumir certas responsabilidades em casos de intervenção humanitária, como ater-se estritamente ao mandato do CSNU, restringir suas medidas apenas ao que for estritamente necessário para a garantia da paz e da segurança dos nacionais, evitar sofrimentos humanos e prestar contas em relação às ações efetuadas. A “responsibility while

protecting” foi, posteriormente, uma ideia desenvolvida em documentos no CSNU, mas jamais chegou a ser incorporada ao arcabouço normativo da ONU. Nessa perspectiva, é relevante que o Secretário-Geral António Guterres tenha suscitado, mais uma vez, a pauta da R2P na AGNU. Isso demonstra que, embora a R2P seja princípio consolidado no âmbito das Nações Unidas, ainda há diversas contribuições a serem realizadas para a melhoria dessa ideia, de modo a evitar condutas arbitrárias, a incluir grandes potências na R2P a proteger vidas e direitos humanos.

NOTA MÉDIA

Felipe Pereira 18,5

TL – 90;
1075 palavras;
11,9 palavras/linha

Durante a Guerra Fria, o conflito geopolítico, ideológico e bipolar impedia uma atuação mais ampla da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Conselho de Segurança (CSNU) em missões de paz. Com o ocaso da União Soviética (1991), observou-se a abertura de possibilidade de atuação na criação de missões de operações de paz. Assim, no início da década de 1990, verificou-se consenso para criar missões de paz (“Capítulo Seis e Meio”), em Angola (UNAVEM-I e II) e em outros países, de modo a preservar o engajamento solicitado por esses países, de forma neutra e uso da força somente em legítima defesa das tropas. Essas missões de 1ª geração foram contrapostas com o relatório “Uma Agenda para a Paz” (1992) de Boutros Gali, identificando novas possibilidades de atuação (peaceenforcing e peacebuilding), de modo que o consentimento para operação de missões de paz, passou a ser flexibilizado. Nesse contexto, surgem as operações de paz de 2ª geração, sendo o momento mais notório o da Somália, em que se observou desestruturação política intensa e fracionamento de poderio e diálogo em inúmeros clãs. A falha da operação levou a desengajamento posterior dos EUA em outros conflitos no exterior. Nesse contexto, observou-se o conflito genocida (hutus v. tutsis), cuja mortandade exagerada levou à percepção de que a comunidade internacional não poderia se abster de situações de graves violações de direitos humanos, como em Ruanda. Mesmo com o Relatório Brahimi

(2000), apregoando o reengajamento de operações de paz, houve a necessidade de concertação política mais multilateral para observar os limites da atuação internacional.

Na Cúpula Mundial de 2005, foram estabelecidas diversas iniciativas em prol de paz e segurança internacional. Houve a abertura de negociações intergovernamentais para a expansão do número de membros permanentes do CSNU (gestação do G4) em reformas abrangentes da ONU, bem como a criação da Comissão de Consolidação da Paz (CCP). Além disso, houve a formulação dos princípios da responsabilidade de proteger (R2P). Nele, elencava-se que os Estados eram os principais responsáveis pela manutenção da ordem em suas fronteiras, porém, caso falhassem em sua atuação de forma omissa, a comunidade internacional como um todo teria a competência por atuar em contraposição a tais ameaças à paz, segurança e estabilidade internacionais. Embora não seja um costume, tratado ou princípios de jus cogens, ele balizaria as decisões futuras do CSNU. A responsabilidade seria atribuída em casos de omissão estatal deliberada no cometimento de crimes de genocídio, lesa-humanidade, de guerra e de limpeza étnica (de agressão não).

Não obstante, o R2P foi criticado por países em desenvolvimento que viam a possibilidade de atuação de potências ocidentais contra sua soberania, independência política e integridade territorial, em patente desrespeito ao art. 2º da Carta da ONU (1945) e da DUDH (1948). Esses países avaliavam que agrupamentos regionais, com discursos de intervenção humanitárias e democráticas, haviam se excedido no uso da força (caso da OTAN, na ex-Iugoslávia). Além disso, temiam que o momento unipolar dos EUA levasse

ao incremento de atuações unilaterais, sob a lógica de vulnerabilidade das fronteiras dos EUA na “Guerra ao Terror”, e impusesse ações interventivas como no caso das interpretações extensivas de resolução do Capítulo VII aprovadas pelo CSNU, em relação ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003). A hipótese de que o R2P fosse utilizado para fins políticos internos dos EUA ou de países europeus deterioraria, inclusive, as organizações internacionais, atribuindo viés de atuação ao CSNU. Assim, a lógica de missões multidimensionais para a construção de capacidades estatais, como no Timor Leste (UNTAET), de 3ª geração pareciam mais adequadas.

Mesmo com o Relatório Capstone (2008), houve missões de paz adotadas com o princípio R2P. Patente é o caso, durante a Primavera Árabe, de autorização de “todos os meios necessários” na Líbia pelo CSNU. O Brasil se absteve de Resolução, em 2011, enquanto membro não permanente no biênio 2011-12, sob o governo Dilma Rousseff, na Líbia. A queda de Khadafi e a desestruturação social, formando milícias de diversas facções em Benghazi e Trípoli, denotavam que a paz deveria ser construída de forma duradoura, não sem consentimento das partes (não à toa, até hoje, o conflito na Líbia permanece). O Brasil advogou, e ainda advoga, o princípio da Responsabilidade AO Proteger (RWP), ou seja, quando a comunidade internacional atuasse, ela deveria seguir os direitos humanos e atuar para resolver o conflito, não para agravá-lo. É necessária responsabilidade na atuação de tropas, seja por capacetes azuis, seja por forças multinacionais (OTAN) ou regionais. Deve-se buscar resolver as causas profundas dos conflitos em associação do trinômio paz, segurança e desenvolvimento, de sorte que o diálogo político seja privilegiado ao uso da força.

Apesar disso, houve autorização do uso da força na Líbia, contra o princípio de RWP, em prol do R2P, em 2011. Desde então, a situação na Líbia só se deteriorou, com quebra de confiança das partes quanto a um diálogo político avançado pelos próprios líbios. Houve a acusação de cometimento de excessos e possíveis crimes de guerra pelas forças internacionais que deveriam buscar o oposto. Naquele momento, houve consenso entre as potências permanentes do CSNU (P5). Desde então, percebe-se redução de consenso dos membros com poder de veto para estabelecer missões sob R2P com os termos declarados em 2011. Embora algumas outras missões de paz e autorização de uso da força tenham sido acordadas no âmbito do CSNU, desde 2011, com em Abiye (Sudão do Sul), e em outros países africanos, observa-se maior comedimento quanto ao engajamento em lógica R2P. Pode-se dizer, inclusive, que, crescentemente, tem havido aceitação tácita do princípio RWP (embora este não seja mutuamente excludente ao R2P, mas, sim, complementar).

Para alguns analistas, há descrédito crescente de organizações internacionais e o emprego de resoluções como em 2011 tem influência nessa tendência. O Brasil tem atuado, desde então, no fortalecimento de missões de paz e de presença na CCP, vide o apoio às estratégias A4P e A4P+ e participação desde sua criação no C.34, em configurações específicas para Guiné-Bissau e Golfo da Guiné. As missões de paz autorizadas têm levado em consideração características regionais e ampliação de uso da força híbridas (missões de 4ª geração, junto com a União Africana). Além de se buscar o trinômio desenvolvimento-paz-segurança, o Brasil atua no sistema de prontidão da CCP (nível 2 para Exército e nível 3 para a Marinha), em treinamento de tropas e staff,

envolvendo a perspectiva de gênero (Agenda Mulheres, Paz e Segurança) e na prevenção de conflitos, sob lógica de paz positiva, e projetos de cooperação técnica e humanitárias.

TL – 89;
846 palavras;
9,5 palavras/linha

A responsabilidade de proteger é um princípio advogado sobretudo por países do Norte global que entendem haver um dever de qualquer nação e, do concerto das nações, de intervir em situações nas quais o direito humanitário seja violado. Esse princípio entende que é admissível violar a soberania de um país para proteção do elemento humano, sendo esse um de seus pilares. Isso não significa que tais operações não necessitem ser aprovadas pelas Nações Unidas, porém flexibiliza as possibilidades nas quais os Estados estão legitimados a agir.

O tema entrou na agenda nos anos 1980 em especial pela atuação da França, que defendia haver um dever de atuação de forças externas dentro de um país soberano, sem seu consentimento, a fim de proteger o direito humanitário, entendido como jus cogens. Essa discussão acabou não prosperando pela falta de apoio de outras potências à França, como a União Soviética, engajada em sua desastrosa campanha no Afeganistão, por exemplo; mas a ideia não foi completamente abandonada.

Nos anos 1990, há a emergência de diversos conflitos domésticos e espalhados por diversos continentes. A comunidade global passa a criticar as organizações internacionais pela sua inação frente aos genocídios perpetrados em Ruanda e Burundi. Também há problematizações acerca da atuação nas guerras balcânicas, com o massacre em Srebrenica e os estupros coletivos em áreas de atuação

de força de paz internacional. Em 2000, é publicado o Relatório Brahimi, que reforça a necessidade de proteção às pessoas e ao direito humanitário em operações de paz. Forma-se o caldo perfeito para uma reabertura da discussão sobre a responsabilidade de proteger.

O país a trazer à tona o tema foi o Canadá, com uma responsabilidade de proteger ampla e com interpretações demasiadamente extensivas. A responsabilidade de proteger passou a ser vista por países do Norte quase como um corolário do princípio da jurisdição universal, o qual a Bélgica tentava aplicar em relação ao caso Yerodia. Ademais, o princípio trazia nuances de uma espécie de legítima defesa de terceiros, o que acabaria por excluir da apreciação das Nações Unidas, ao menos no curto prazo, a legitimidade do ato. Seria o equivalente à legítima defesa prevista na Carta das Nações Unidas, que pode ser exercida individual ou coletivamente e imediatamente comunicada ao Conselho de Segurança.

Essa perspectiva desagradou aos países do Sul global, que já eram o principal ponto focal de operações de paz e de investigações pelo recém criado Tribunal Penal Internacional. Esses países entendiam esse modelo de responsabilidade de proteger como seletivo e passível de usos espúrios, para além dos propósitos legítimos de proteção de civis e militares. Serviria, portanto, para a alteração de regimes. Assim, foi convocada a Cúpula Mundial de 2005 para se discutir quais seriam os limites da responsabilidade de proteger. Na Cúpula a responsabilidade de proteger foi reconhecida pelos países como um princípio válido, desde que utilizado dentro de determinados parâmetros. O primeiro pilar é o de não seletividade, ou seja, não se pode analisar situações

análogas com vieses diferentes apenas com base nos atores envolvidos. O segundo é o do uso estrito para a proteção de pessoas e dotação de efetividade ao direito humanitário, sendo vedada qualquer ação voltada à alteração da configuração do poder político do país, sendo respeitada a autodeterminação dos povos.

O próprio Conselho de Segurança da ONU abraçou o conceito e passou a utilizá-lo em suas resoluções. Um dos casos mais emblemáticos foi o da invasão à Líbia, em 2011. A resolução do Conselho aprovou que a OTAN interviesse no país, que passava por um processo de desestabilização causada pela chamada “Primavera Árabe”. Na ocasião, o Brasil apresentou o conceito de “Responsabilidade ao Proteger”, o qual serviria como um corolário ao R2P (sigla em inglês da responsabilidade de proteger) ao definir parâmetros para a intervenção, que acabou não sendo acatado.

O desfecho é que a Líbia acabou se fragmentando ainda mais e a atuação das forças da OTAN causaram um efeito spill-over ao desestabilizar países do entorno. A Líbia continua a ser um país em conflito 11 anos após a ação militar externa (embora no momento haja um esforço conjunto para sua pacificação via política). O fato é que os países do Sul Global, em grande parte, acusaram a ação como intervencionismo em assuntos internos (derrubada de Ghadafi) e que a R@P nada mais era que uma desculpa para essa e novas operações. Guterres, em sua proposta de reforma de algumas instituições onusianas, trouxe à baila o assunto em 2018, porém a AGNU ainda não firmou posição.

O Brasil tem como princípios das relações internacionais a não intervenção e a autodeterminação dos povos, defendendo que o uso da força apenas pode ser efetivado como última

instância e com o respaldo das Nações Unidas. Ademais, apoia os trabalhos da Comissão de Consolidação da Paz como instância na qual poder-se-ia discutir os limites da R2P. O Brasil não é contrário à R2P (inclusive é signatário das quatro convenções de Genebra de 1949 e dos três protocolos adicionais), entretanto entende como necessária a definição de parâmetros mais claros de atuação e dentro dos marcos da Carta da ONU.

Questão 02

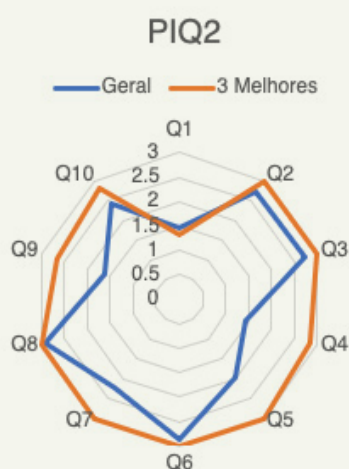
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **23**

Média Pessoas com Deficiência: **21,3**

Média Candidatos Negros: **20,1**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Foi a ascensão de Atenas e o medo que isso inspirou em Esparta que tornou o conflito inevitável". (Tucídides, historiador grego aproximadamente 460-400 a.C.).

ALLISON, Graham. A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

[Q]uando uma potência em ascensão ameaça tomar o lugar de uma potência dominante, a tensão estrutural resultante torna um confronto violento a norma, e não a exceção. Aconteceu entre Atenas e Esparta no século V a.C., entre Alemanha e Grã-Bretanha um século atrás e quase levou União Soviética e Estados Unidos à guerra nos anos de 1950 e 1960.

ALLISON, Graham. A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

Na obra *A Caminho da Guerra*, o cientista político norte-americano Graham Allison apresenta a dinâmica conhecida como "Armadilha de Tucídides", segundo a qual a ameaça percebida pela potência hegemônica em relação aos desafios representados pela emergência de uma nova potência no sistema internacional estimula a competição entre elas, podendo resultar, no fim das contas, em um conflito sistêmico. Tendo a máxima do historiador grego e o conceito formulado por Allison como referências, e considerando que os excertos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do relacionamento entre Estados Unidos da América e China no período contemporâneo.

Extensão do texto: até 90 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

O candidato deve aplicar uma moldura teórico-conceitual (competição entre grandes potências em um cenário internacional anárquico/concorrência hegemônica) em uma situação política concreta e contemporânea (relacionamento bilateral China-EUA). O candidato deverá inicialmente demonstrar familiaridade com a contribuição de Tucídides – historiador do conflito entre Atenas e Esparta no século VI a.C. – para disciplina de Relações Internacionais; em particular, a descrição da dinâmica entre potências concorrentes pela primazia no sistema internacional (item i). É indispensável ter conhecimento prévio da obra supracitada de Graham Allison, o que o cientista político norte-americano define como “Armadilha de Tucídides” –, muito em particular o relacionamento contemporâneo entre Washington e Pequim (item ii). Com base nessas referências, caberá ao candidato narrar a ascensão internacional da China no último meio século e descrever a distribuição do poder nas relações internacionais do pós-Guerra Fria (1991-), da chamada “unipolaridade” à multipolaridade, propondo discussão acerca do surgimento de hipotética nova bipolaridade, desta vez entre EUA e China – não se espera que o candidato emita juízo definitivo quanto à questão, senão que apresente os contornos da discussão (item iii). Para isso, será necessário comparar a dinâmica bipolar que caracterizou a disputa ideológica e por zonas de influência entre EUA e União Soviética no período da Guerra Fria (1945-2011) e o atual relacionamento entre EUA e China Popular. (item iv). O candidato deve recorrer à história para retrair

o “rapprochement” conduzido pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon e por seu conselheiro de Segurança Nacional/secretário de Estado, Henry Kissinger, com a China maoísta, que transformou o tabuleiro geopolítico internacional nos anos de 1970 (item v), culminando, décadas depois, nas fricções entre os dois países no período do Governo do ex-presidente Donald Trump e do presidente Joe Biden, do lado norte-americano, e do presidente Xi Jinping, do lado chinês; será aqui oportuno contrastar a atitude dos Governos Trump e Biden frente à China (item vi).

O complexo relacionamento entre os dois países deve ser explorado pelo candidato demonstrando conhecimento a respeito das áreas de convergência e complementaridade entre os dois países – por exemplos, volume de intercâmbio comercial, integração produtiva e das cadeias de suprimento, dívida norte-americana com a China e a cooperação em temas como mudanças climáticas (item vii) – e os irritantes no relacionamento, como competição comercial e escalada tarifária; competição científico-tecnológica e disputa acerca de propriedade intelectual; estranhamentos no Mar do Sul da China (reivindicações chinesas); aliança sino-russa, inclusive no contexto do conflito na Ucrânia; alterações quanto à gestão da pandemia da Covid-19 (item viii). Essa complexidade – isto é, o fato de que o relacionamento não se presta a simplificações – deverá ser explorada pelo candidato, que poderá recorrer ao conceito de “interdependência complexa”, desenvolvida pelos teóricos norte-americanos Joseph Nye e Robert Keohane, para demonstrar por que as múltiplas conexões entre EUA e China – especialmente o entrelaçamento entre as duas economias – poderiam tornar um conflito armado direto entre essas duas potências menos provável do que

poderia sugerir a elaboração conceitual de Allison; neste caso, a demonstração de um paralelo com a dinâmica entre Alemanha imperial e Grã Bretanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial será bem acolhida (item ix). Finalmente, espera-se que o candidato apresente argumentação referente à inclinação de respectivamente China e EUA para o conflito armado, tendo em vista o histórico de política externa e segurança e defesa das duas potências (item X).

Q1. Abordar a contribuição de Tucídides para o campo das Relações Internacionais.

Q2. Explorar o conceito de “Armadilha de Tucídides” apresentado nas epígrafes.

Q3. Descrever ascensão internacional da China e a distribuição de poder nas relações internacionais contemporâneas.

Q4. Comparar a dinâmica EUA versus China à dinâmica EUA versus União Soviética no decurso da Guerra Fria.

Q5. Apresentar histórico do relacionamento EUA-China.

Q6. Descrever estado atual do relacionamento EUA-China.

Q7. Apresentar os pontos de convergência na referida relação bilateral. **Q8.** Enumerar os irritantes no relacionamento sino-americano.

Q9. Explicar por que o conceito de “interdependência complexa” tornaria mais improvável um conflito armado.

Q10. Contrastar a inclinação das políticas externas da China e dos EUA para um conflito armado.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- ALLISON, Graham. A caminho da guerra: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2017.*
- KISSINGER, Henry. White House Years: The first volume of his classic memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.*
- KISSINGER, Henry. Years of Renewal: The concluding volume of his memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.*
- KISSINGER, Henry. Years of Upheaval: The second volume of his classic memoirs. New York: Simon & Schuster, 2011.*
- KISSINGER, Henry. Sobre a China. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.*

Renato de Mendonça Neves

29

TL – 90;
1235 palavras;
13,7 palavras/linha

A crescente rivalidade entre a República Popular da China (RPC e os Estados Unidos se desenha para ser o grande conflito geopolítico do século XXI. Segundo a lógica da Armadilha de Tucídides, a célere ascensão econômica e militar chinesa ameaçaria a posição hegemônica dos EUA, resultando, em última medida, em um conflito direto. As relações sino-americanas vem sofrendo tensionamentos crescentes nos últimos anos, com clara mudança de postura americana em relação à Doutrina Nixon adotada nos 1970.

A posição americana em relação à China era distinta no pós-Segunda Guerra. Com a vitória dos Aliados, retomou-se a guerra civil chinesa, findando em 1949 com a vitória do Partido Comunista na China Continental e o isolamento do Kuomintang em Taiwan. Os EUA, bem como a ONU, não reconheceram o governo comunista, mantendo-se relações com Taiwan, que preservou o assento no Conselho de Segurança. Houve tensões entre EUA e a China Continental no contexto da Guerra da Coreia, em que os países apoiavam facções opostas.

A partir dos anos 1970, iniciou-se movimento de reconhecimento da RPC. Adotando-se a política de Uma Só China, países passaram a reconhecer o governo comunista em detrimento de Taiwan. A RPC também retoma o assento permanente no CSNU. Nos EUA, estabelece-se a Doutrina Nixon, segundo a qual a aproximação com a RPC, com a experimentação chinesa

ao modelo capitalista, poderia levar a uma transição democrática no país. Além disso, após o cisma sino-soviético, a aproximação seria estratégica para isolar a URSS no contexto da Guerra Fria. A diplomacia do pingue-pongue a visita de Deng Xiaoping aos EUA são indicativos do período.

De fato, com Deng Xiaoping, a China instituiu as Quatro modernizações, no intuito de ampliar o potencial econômico chinês, com abertura parcial ao molde do “socialismo com feições chinesas”. Contudo, eventos como o massacre da praça da Paz Celestial, duramente criticado pelos EUA e pelo Ocidente, mostram que o controle político do PCC permanecia firme.

Mesmo assim, presidentes pós-Nixon mantiveram a postura de aproximação, na crença da transição democrática. Durante Clinton e George W. Bush, aceitou-se a adesão da China à OMC, bem como o reconhecimento do país como economia de mercado. As economias americana e chinesa iam gradativamente complementando-se, com o aproveitamento da mão de obra barata chinesa para a montagem e fornecimento de componentes eletrônicos dos manufaturados americanos. A postura também era benéfica para a China, que crescia e modernizava-se com base na doutrina de ascensão pacífica.

A crise financeira de 2009 expôs elementos de fragilidade na economia americana, com efeitos negativos espalhando-se especialmente nas economias centrais. Ao mesmo tempo, China e demais emergentes foram menos afetados, aumentando sua importância econômica e política relativa, por organismos como o BRICS e o G20 financeiro. A célere ascensão chinesa torna o país, inclusive, principal parceiro comercial em países que tinham os EUA como principal

parceiro. Politicamente, dissidências em questões como a guerra civil síria demonstram a crescente influência chinesa para além do seu entorno. Em seu segundo governo, Barack Obama adota a estratégia do Pivô Asiático, a fim de conter a influência chinesa, porém sem o confronto direto. Iniciativas como o TPP buscavam atrair economicamente países do entorno chinês, isolando-a. Ao mesmo tempo, o presidente Xi Jinping banca a iniciativa Cinturão e Rota, cujos capitais de quase US\$ 1 trilhão almejam dar novo salto qualitativo na participação chinesa no globo.

Com o governo Trump (2016-2020) adota-se postura clara de inflexão contra a RPC. Como mostra a tese de Allison Graham, a parceria sino-americana não pareceu modificar o regime chinês. Pelo contrário: haveria possivelmente ameaça à segurança americana. É nesse sentido que Trump classifica a China e a Rússia como potências rivais no Relatório de Segurança, inaugurando uma nova era de “competição entre grandes potências”. Alguns teóricos chegam a tratar a rivalidade sino-americana como uma “nova Guerra Fria”. De fato, há paralelos: trata-se de embate entre uma nação capitalista e uma comunista; ambas são nuclearmente armadas; há diferenças culturais relevantes entre Ocidente e Oriente. Contudo, muitos fatores tornam a conjuntura atual especialmente delicada: apesar de comunista a China é amplamente integrada ao mercado global, sendo, inclusive, o principal parceiro econômico americano, o que nunca foi o caso da URSS. O arsenal nuclear chinês, ademais, é efetivamente muito menor que o americano e o russo, o que faz a China se recusar a ser incluída na revisão de acordos de desarmamento, como o de mísseis intermediários. A China tampouco

lidera um bloco antagonista aos EUA: sua política externa baseia-se na promoção do multilateralismo e em princípios de não ingerência e respeito à soberania, adotando-se postura de nova convivência harmônica. Apesar disso, a China sob Xi tem adotado postura de aumento do seu poderio militar, em especial em seu entorno no Mar do Sul da China, a fim de garantir sua soberania sobre a chamada “linha dos nove traços”, algo que não é reconhecido mundialmente. Além disso, a China também expandiu seu poder econômico na América Latina e África, regiões de habitual influência americana.

Com base nessa configuração de ameaça, Trump adotou várias posturas reativas e de enfrentamento à China. Na economia, iniciou o processo de “decoupling”, orientando empresas a reduzirem sua participação na China e retornar suas estruturas para o território americano. Adotou imposições tarifárias, iniciando uma guerra comercial com efeitos em todo mundo. E acusou a China de violações generalizadas de direitos humanos, em especial no Tibet, em Hong Kong e em Xijiang, onde o secretário de Estado Mike Pompeo classificou as políticas chinesas como genocidas. Em sua chegada ao governo, o democrata Joe Biden não adotou o mesmo tom de enfrentamento direto, mas manteve as políticas de isolamento econômico e político. Além disso, Joe Biden vale-se do sistema de alianças americanas para conter a China no Pacífico, há estratégias como o Quad, o “diamante democrático” de contenção com EUA, Índia, Japão e Austrália; e a Aliança AUKUS, recém-anunciada entre EUA, Reino Unido e Austrália, prevendo o fornecimento de submarinos nucleares americanos para a Austrália, no lugar dos franceses. Na União Europeia, os EUA lograram

convencer diversos países a não adotar a tecnologia 5G chinesa, sob acusação de risco de espionagem. Os EUA também acusam os chineses de roubar propriedade intelectual em seus programas tecnológicos.

Com o crescente afastamento entre EUA e RPC, cresce o risco de que a “Armadilha de Tucídides” se torne uma profecia autorrealizável. Sem mecanismos do diálogo entre as duas potências, como existiam na Guerra Fria (o “telefone vermelho”), riscos menores podem escalar rapidamente. Além disso, com a postura americana de isolamento da China, cresce sua aproximação da Rússia, ameaçando a criação de um bloco antagônico sino-russo. O recente conflito na Ucrânia, no qual a China apoia a Rússia tacitamente, aumenta os temores de que Pequim realize incursão militar de reanexação de Taiwan. Esse é atualmente o principal ponto de tensão entre os dois países, com os EUA fornecendo armamento à ilha e mantendo contatos próximos com a presidente taiwanesa, o que gera reações de Pequim. Os EUA mantêm postura dúbia se reagiriam a uma invasão de Taiwan, apesar de haver lei americana sobre o tema. Ainda não é claro se haverá um conflito direto entre EUA e China, mas a atual conjuntura de tensões prejudica a segurança global, afetando o bom funcionamento do sistema internacional. O Brasil, como país que tem parceria estratégia com ambos, deve exercer cautela com os dois países, de modo a garantir a preservação dos interesses brasileiros a preservação da paz e segurança.

Anônimo

27

TL – 90;
1047 palavras;
11,6 palavras/linha

A Armadilha de Tucídides é um importante conceito realista para analisar o comportamento de uma potência hegemônica (Estados Unidos) em relação à emergência de uma nova potência no sistema internacional (China). Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos emergiram como grande potência vencedora do ponto de vista político, com a consagração do modelo liberal-democrático, e do ponto de vista econômico, com a afirmação do capitalismo de mercado, perfazendo uma ordem que alguns analistas chamaram de uni-multipolar. Embora os EUA tenham-se sagrado uma potência hegemônica, deve-se ressaltar que sua ordem passou a ser progressivamente questionada por países emergentes no final da década de 1990 e até o início dos anos 2010, como a Índia, Rússia, Brasil e China. Esta logrou, por meio de êxitos econômicos, científicos, políticos e militares, afirmar-se como verdadeira potência em ascensão e encontra-se apta a contestar a posição americana consolidada em diversos domínios como o geoestratégico, na defesa e segurança, em ciência e tecnologia, além do econômico.

A emergência da China como potência revisionista, contudo, não ocorreu imediatamente e, por muito tempo, o seu desenvolvimento não sofreu oposição americana, sendo até mesmo incentivado. Com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos demoraram a reconhecer a China continental como a verdadeira detentora da personalidade jurídica internacional do Estado que deveria

ocupar o assento no CSNU. Esta posição será ocupada pela China Insular (Taiwan) até precisamente a mudança da posição americana, advinda de constrangimentos do Cisma Sino-Soviético e da “diplomacia do ping-pong” de Nixon, a qual via como oportuna a aproximação com os chineses como contraponto aos soviéticos. Dessa aproximação inicialmente política, mas posteriormente deveras econômica, a partir do governo de Deng Xiaoping, que promoveu uma parcial abertura ao capital estrangeiro, resulta que diversas empresas americanas, sejam elas indústrias ou do setor de serviços e finanças foram paulatinamente instalando-se em território chinês. Os incentivos fornecidos pelo governo de Pequim, além da mão de obra barata, estimularam maciços investimentos americanos no país.

A dimensão econômica do relacionamento é, assim, um dos eixos centrais para compreender a sua dinâmica. Como primeira (EUA) e segunda (China) economias mundiais, os países detêm estoques enormes de investimentos um no outro. A China é, atualmente, o maior investidor nos EUA, enquanto este também o é para a China. O comércio bilateral também é expressivo, com os dois países contando com quase 30% dos fluxos mundiais. Há, portanto, uma significativa dependência econômica recíproca entre EUA e China. Contudo, apesar desse vultoso relacionamento econômico e comercial, recentemente, aspectos sensíveis dessa dimensão têm levantado preocupações em ambos os lados. Os EUA preocupam-se com a dimensão de seu déficit comercial com a China (o maior que possuem) e com a grande quantidade de “bonds” do governo americano detidos por Pequim. O desequilíbrio comercial tem sido tão grande que o ex-presidente Donald Trump proibiu ou sobretaxou a

entrada de diversos produtos chineses em solo americano, sendo em seguida retaliado pela sua contraparte asiática, em episódio que ficou conhecido como Guerra Comercial (2019). Ainda na dimensão econômica é possível recordar as acusações americanas aos chineses de promoverem espionagem industrial, fato que motivou a prisão de empresária chinesa da Huawei no Canadá. As tentativas de formação de blocos ou coalizões econômicas pelos EUA com países europeus e aliados são também uma relevante dimensão da estratégia americana em conter economicamente que a China capitaneie iniciativas de integração como a RCEP.

No plano geoestratégico, os países competem por zonas de influência ao redor do mundo, como o Indo-Pacífico, a África e a América Latina. Quanto ao primeiro, espaço de disputa EUA-China por excelência, é possível citar uma série de iniciativas de ambos os lados. Os Estados Unidos têm firmado diversas parcerias com países da região ou que lá possuem territórios para assegurar a cooperação em defesa e inteligência, com a finalidade alegada de manter um Indo-Pacífico livre. Entre elas incluem-se o QUAD (Índia, Austrália, Japão e EUA), além das iniciativas de inteligência com países anglófonos com o “five eyes” e o AUKUS. A articulação americana com países da região do Mar do Sul da China, como Filipinas, Malásia, Taiwan e Indonésia também faz parte da estratégia americana de contenção chinesa em uma área historicamente disputa, mas encontra obstáculos na relevância das trocas comerciais com os chineses na balança comercial desses países. A China, por outro lado, tem pretendido reclamar soberania sobre essa região (Spratly e Parcel), além de exibir importantes projetos econômicos para a região. Nesse tocante, deve-se ressaltar o projeto

Cinturão e Estrada (BRI), apelidado de “nova rota da seda”, como grande iniciativa de investimentos e infraestrutura, cuja pretensão é construir uma rede de projetos de infraestrutura do Extremo Oriente à Europa (embora existam projetos na África e na América Latina).

No que se refere à África como palco de disputa, deve-se recordar os maciços investimentos chineses em infraestrutura de países africanos, os quais por muito tempo foram negligenciados pelos EUA em função das inseguranças políticas e sociais do continente. Em contrapartida, há a alegação americana de que a China promove a “diplomacia da dívida” junto a esses países, visando a exercer maior influência. Já no que se refere à América Latina, tradicional área de influência americana, é possível identificar a China como principal parceiro comercial de vários países da região, como o Brasil. Com relação a este, especificamente, a questão do leilão da tecnologia 5G, entre 2019 e 2021, ilustra a disputa de interesses entre China (querendo, através da Huawei, aumentar seu mercado) e Estados Unidos (com receio de que a tecnologia seja utilizada para espionagem).

Finalmente, há de se citar que o relacionamento EUA-China se tem revestido, no campo militar e de defesa, como verdadeira Guerra Fria 2.0. Os EUA têm pressionado para que os chineses se vinculem a instrumentos de não proliferação de armamentos. O país também tem apoiado Taiwan em seu pleito de soberania e Hong Kong de autonomia. A China, por outro lado, tem estabelecido relações próximas com a Rússia, como manifestado em comunicado sobre “parceria duradoura”, além de se aproximar do Paquistão (rival estratégico da Índia) e de ter-se colocado como importante

fornecedora de vacinas. Tecidas essas considerações, o conceito de “armadilha de Tucídides”, de Grahon Allison, revela-se deveras apropriado para descrever o relacionamento EUA-China, embora não se deva esquecer que os países detêm economias interdependentes e importante cooperação climática.

Raíssa Guimarães Carvalho

27

TL – 86;
1071 palavras;
12,4 palavras/linha

As dinâmicas do relacionamento entre EUA e China são de extrema relevância para as relações internacionais, por se tratar das duas maiores economias do globo, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e detentores de duas das maiores forças militares do mundo. Sob a ótica realista, a ascensão de uma potência contra-hegemônica poderá engendrar em um conflito bélico com a potência declinante, em um contexto que se convencionou como “Armadilha de Tucídides”, por fazer referência ao conflito entre Esparta e Atenas. De fato, a rivalidade crescente entre Alemanha e Grã-Bretanha foi um condicionante da 1ª. GM, assim como a disputa entre EUA e URSS, durante o período da Guerra Fria, que quase resultou em um conflito armado entre essas potências. Deve-se pontuar, porém, que o relacionamento entre EUA e China é mais complexo do que esses episódios anteriores, por se tratar de potências que possuem pontos de divergência, mas também de convergência no relacionamento bilateral. Deve-se também asseverar que o encrudescimento de desconfianças, sob a perspectiva do “Dilema de Segurança” de Herz, pode ocasionar a deterioração da dinâmica entre esses países. Ademais, como pontuou Mearsheimer, um provável declínio chinês também pode resultar no acirramento de tensões. Entre os antecedentes do relacionamento contemporâneo entre EUA e China, está a aproximação bilateral ocorrida durante a década de 1970, no governo do presidente norte-americano Nixon. No que se denominou de

“diplomacia do pingue-pongue”, H. Kissinger buscou a reaproximação entre os países - tensionada após a revolução comunista de 1949 -, com a estratégia de se contrapor à URSS no sistema internacional. Apesar de os EUA terem votado contra a RPC como representante no CSNU, iniciou-se um período de melhora no relacionamento, mesmo com divergências, como o caso de Taiwan. Posteriormente, durante o governo de Bill Clinton, em uma perspectiva liberal, buscou-se apoiar a integração da China às instituições internacionais, a exemplo do apoio à entrada da China na OMC. Essa postura será posteriormente revista por outros governos norte-americanos seguintes, como o de Donald Trump.

Desde o processo de modernização impulsionado por Deng Xiaoping, a China tem defendido a ideia de “um país, dois sistemas”, que propiciou sua ascensão econômica e geopolítica. Em recente discurso para o PCC, Xi Jinping asseverou que a China obteve êxito em seu primeiro objetivo - de ter uma economia capaz de propiciar uma vida digna aos chineses -, de modo que o país almeja ser a maior economia do mundo em 2050 (o país já é em termos de poder de compra). Essa postura tenderá a exacerbar a rivalidade econômica entre EUA e China. Ademais, a “diplomacia do lobo guerreiro”, utilizado pela China ao optar por um discurso diplomático mais altivo, principalmente durante a pandemia de COVID-19, também poderá ser um fator para o acirramento de tensões entre EUA e China.

Durante o governo Obama, os EUA procurou reorientar sua política externa para a Ásia, no que se convencionou de “Pivot to Asia”. Obama almejou o fortalecimento de alianças com países da região, a exemplo do apoio ao arranjo de cooperação QUAD, entre Estados Unidos, Japão,

Índia e Austrália. Ademais, o acordo comercial TPP também teria como objetivo contrabalancear o avanço econômico chinês sobre os países da região. Com o início do Governo Trump, os EUA adquirem uma postura de maior confronto à China. Os EUA se retiram do TPP e passam a aplicar sanções a China, inaugurando uma “guerra comercial” entre os países. Havia especial atenção aos crescentes déficits comerciais dos EUA em relação à China. O governo Trump fazia críticas à política comercial chinesa, que utilizaria de um câmbio artificial, uso indevido de subsídios e de empresas estatais e de violação de direitos de propriedade intelectual acordados no TRIPS, no arcabouço da OMC. Em 2020, os países chegaram a um acordo a fim de equilibrar a dinâmica comercial bilateral. Trump também fez críticas à China relacionadas ao início da pandemia de COVID.

No governo Biden, a China continua a ser considerada um país com rivalidades econômicas e sistêmicas face aos EUA. Biden não arrefece as críticas dos EUA face às práticas comerciais chinesas e defende uma reformada OMC que revise pontos como o TED a países em desenvolvimento e a reforma do órgão de apelação. Ademais, permanecem as críticas em relação à iniciativa chinesa “One Belt One Road” e a incursão chinesa em países africanos, o que os poderia colocar em uma “armadilha de dívida”. Em relação à Taiwan, apesar de os EUA tradicionalmente adotarem uma postura de “ambiguidade estratégica”, Biden recentemente afirmou que os EUA poderiam intervir na ilha caso a China autorizasse uma operação militar para reintegrar Taiwan ao território chinês. Biden também reiterou críticas acerca das ações sobre Hong Kong e sobre a província de Xinjiang, sob a qual há acusação de violações de direitos humanos do regime chinês

sobre os uighures. Além disso, sobre a perspectiva de contenção à expansão comercial chinesa, principalmente após a entrada em vigor do acordo comercial RCEP, o qual a China faz parte, Biden recentemente anunciou a negociação de um novo acordo comercial com países da Ásia.

A busca por uma contraposição à presença chinesa na Ásia também teve como resultado a recente aliança chamada AUKUS, entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, para gerar ganhos em cooperação militar e a venda de armamentos bélicos entre esses países. Biden também apoia o reforço ao arranjo QUAD, como forma de contraposição à China.

O relacionamento bilateral entre China e EUA também sofreu deterioração após a invasão russa à Ucrânia em fevereiro de 2022. Putin anunciava uma grande aliança entre Rússia e China, o que foi interpretado pelos países ocidentais, principalmente por Biden, por uma carta branca chinesa às ações de Putin. A China acusa os EUA de ter acirrado as tensões sobre a questão ucraniana e critica a imposição unilateral de sanções, sem a aprovação do CSNU, à Rússia. Para a China, as ações dos EUA apenas exacerbam o conflito.

Algumas convergências podem também ser pontuadas. Há uma grande presença de empresas norte-americanas na China e um grande fluxo de investimentos chineses nos EUA, além da detenção de títulos de dívida pública norte-americana pelo governo chinês. Ademais, se a Rússia apresenta-se como ator que se opõe à ordem internacional vigente, a China é mormente um ator que busca reformá-la, como a revisão de cotas do FMI, a criação do AIIB e do NBD, no âmbito dos BRICS.

A relação entre China e EUA é potencialmente conflituosa.

Liz Pinhata de Souza
22,5

TL – 88;
968 palavras;
11 palavras/linha

EUA e China estão em uma disputa pela hegemonia global. A análise que Tucídides fez da guerra entre Atenas e Esparta foi uma das inspirações para o desenvolvimento da Teoria Realista das Relações Internacionais. Nos anos 1990, a Teoria Neorrealista de Mearsheimer preconizou que a paz é mantida pela existência de um hegemon, nesse caso, os EUA. Assim, a emergência da China como potência econômica, política e, crescentemente, militar estaria fadada a dar origem a um conflito sistêmico, cujos polos seriam esses dois países. Até o presente momento, no entanto, a relação entre China e EUA é marcada por críticas mútuas e conflitos comerciais que ainda não alcançaram temas de segurança.

A relação entre EUA e República Popular da China (RPC) já começou conflituosa. A RPC é resultado da revolução comunista que alcançou o poder nos primeiros anos da Guerra Fria. Nessa época, sua existência motivou o envolvimento dos EUA nas guerras da Coreia e do Vietnã, na tentativa de impedir a formação de uma “cortina de bambu” semelhante à “cortina de ferro” na Europa. Em 1971, os EUA, assim como o Brasil, votaram contra a entrada da RPC na ONU e, somente em 1979, aquele país estabeleceu relações com a China. Nos anos 1990, em um contexto no qual parecia ter triunfado a teoria do “fim da história”, de Francis Fukuyama, os EUA incentivaram a entrada da China em organismos multilaterais, como a OMC, com o intuito de influenciá-la a adotar a democracia liberal nos moldes

ocidentais. Contudo, a unipolaridade do Sistema Internacional foi contestada no século XXI, especialmente após a Crise de 2008, com a emergência da China como potência global e a assertividade militar da Rússia no espaço pós-soviético.

Em termos econômicos, a China ameaça a hegemonia norte-americana sobre o comércio internacional. China e EUA são os principais parceiros econômicos um do outro, e a relação é deficitária para os EUA. Isso motivou a escalada tarifária mútua no governo de Donald Trump. Tendo começado como plataforma de exportações, hoje, a China produz tecnologia de ponta, domina o importante mercado de semicondutores e faz pesados investimentos em tecnologia verde. O PIB por poder de compra chinês já ultrapassa o dos EUA. Os investimentos chineses no exterior crescem, principalmente na África, mercado com enorme potencial de expansão, o que gera as críticas americanas sobre possíveis “armadilhas da dívida”. A One Belt One Road Initiative tem potencial para aumentar a influência chinesa – por meio de investimentos – sobre países de todos os continentes, incluindo a América, tradicionalmente dentro da esfera de influência dos EUA. A iniciativa tem potencial para aumentar a conectividade dentro do território chinês – favorecendo a produtividade do país – e a capacidade de escoamento internacional da produção chinesa. A tentativa dos EUA de reduzir a influência da iniciativa chinesa, o programa America Grows, falhou, pois há países que participam das duas. A Nova Rota da Seda Digital, baseada na tecnologia 5G chinesa, desencadeou a defesa, por parte dos EUA, de empresas de 5G de seus aliados, como a sueca Ericsson, para tentar barrar a influência da China no campo da tecnologia.

China e EUA tecem críticas mútuas um ao outro. Em organismos multilaterais, os EUA criticam a China por não seguirem as normas estabelecidas, como as relativas à transparência na OMC e na OMS (COVID-19). A China, em contrapartida, defende o “multilateralismo real”, mais inclusivo em relação a posicionamentos e interesses não ocidentais. Os EUA denunciam as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado chinês em Xinjiang (perseguição a uigures), Taiwan e Hong Kong. A China defende, tradicionalmente, a não intervenção, e sua diplomacia torna-se mais assertiva (wolf warrior diplomacy).

O incremento das forças armadas chinesas preocupa os EUA. Tradicionalmente uma potência terrestre, a China hoje possui uma das maiores marinhas do mundo. O exercício chinês de poder sobre o Mar do Sul da China é criticado pelos EUA, que regularmente enviam navios militares para a região. A mudança climática, e o conseqüente descongelamento do Ártico, é um ponto de tensão na relação dos dois países, interessados em explorar recursos minerais e estabelecer rotas de comércio na região. Os EUA tentaram, sem sucesso, a inclusão da China nas negociações sobre o Novo START, tratado de limitação de poder nuclear com a Rússia.

Acrescente aproximação entre China e Rússia ameaça a hegemonia militar e estratégica dos EUA. China e Rússia convergem sobre a necessidade de reforma da governança global, com base no binômio representação-eficácia, atuando juntas no BRICS e no RIC. O relacionamento comercial entre esses países é importante, tendendo a crescer com a construção (recentemente acordada) de gasodutos e oleodutos entre eles. No âmbito de

sua “amizade sem limites”, China e Rússia frequentemente promovem exercícios militares conjuntos e adotam posicionamentos comuns em relação a conflitos estrangeiros, como a Guerra da Síria e a Crise Venezuelana. O fortalecimento do eixo Beijing-Moscou condiz com a ênfase que a Rússia passou a conferir aos países asiáticos, como reação à expansão da UE sobre a Europa do Leste. A possível oposição de uma enorme coalização euroasiática – que inclua o heartland de Mackinder, o rimland de Spykeman e o novo poder marítimo chinês, nos termos de Mahan – aos EUA têm potencial para desencadear uma segunda Guerra Fria, a qual, segundo alguns autores, já existe.

A emergência da China, potência estatista não ocidental, surpreendeu os defensores da hegemonia política, econômico e militar dos EUA sobre o mundo. Nos últimos anos, os EUA seguem influentes internacionalmente, como a maior economia e maior potência militar do planeta. No entanto, suas tentativas de reduzir a influência da China sobre o Sistema Internacional, a exemplo da “guerra comercial”, têm-se mostrado ineficazes. Ainda não é possível afirmar se os desentendimentos ideológicos e comerciais entre os dois países desencadearão um conflito, como previsto por Mearsheimer, ou se a transição para a bipolaridade – ou até unipolaridade chinesa – será pacífica.

TL – 90;
1082 palavras;
12 palavras/linha

O relacionamento entre Estados Unidos e China no período contemporâneo tem sido marcado por grandes disputas. Por um lado, os Estados Unidos, desde meados do século XX, principalmente após as duas guerras mundiais, consagrou-se como a maior potência mundial, tanto no aspecto econômico – como evidenciam as conferências de Bretton Woods e a dominância do dólar – quanto no aspecto política e de segurança. Após o fim da Guerra Fria, a ordem mundial liberal e o modelo democrático foram estabelecidos como referência para o mundo, em lugar do sistema socialista e da política autoritária. A vitória do liberalismo endossou a tese neoliberal das relações internacionais. Por outro lado, a China percorreu caminho antagônico ao dos Estados Unidos. A Revolução Chinesa, em 1949, dividiu a China em República Popular da China, sob o comando de Mao Tsé-Tung, e o Estado da China, representado por Taiwan. Nas décadas seguintes, a RPC sofreu forte influência do socialismo russo, mas adotou o maoísmo como sistema particular com foco na agricultura. A partir da década de 1970, contudo, as quatro revoluções econômicas da China (agricultura, comércio, energia, defesa) e a política de portas abertas, concretizada pela criação de zonas especiais de produção, gerou grande desenvolvimento na RPC, que também passou a estabelecer relações com os Estados Unidos, 1972, com o Brasil, 1974, e ser aceita no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Ainda

assim, a China manteve fechamento político, como evidenciou o Massacre na Praça da Paz Celestial na década de 1990. Atualmente, contudo, o crescimento da China tem sido surpreendente e rivalizado fortemente com a economia americana. A China é grande investidora, importadora e exportadora mundial, além de ter obtido êxito em utilizar o multilateralismo como estratégia de soft power e de diversificação de parcerias, sem alinhamentos propriamente ideológicos.

A “Armadilha de Tucídides”, fortemente relacionada a teoria realista de relações internacionais, explica, em grande parte, o incômodo dos Estados Unidos com o crescimento econômico e a ascensão política chinesa. Não obstante, a competição por poder hegemônico não é suficiente para abarcar todos os elementos em jogo. O que há é uma disputa sobre o modelo da nova ordem internacional, já que o fim da Guerra Fria havia decretado a vitória das democracias, como modelo propício ao desenvolvimento econômico, e da ordem liberal internacional, com maior abertura econômica (a exemplo do Consenso de Washington) e com menor intervenção do Estado. A China, sendo governo autoritário, com forte intervenção na economia e com supressão de liberdades civis é, contudo, evidência contrária ao estabelecido no status quo, sob liderança dos Estados Unidos.

A rivalidade entre Estados Unidos e China abrange diversos âmbitos na atualidade. Quanto ao aspecto econômico, é notável que os países são os maiores parceiros comerciais um do outro na contemporaneidade. Contudo, o ex-presidente D. Trump contestava a balança comercial predominantemente negativa para os Estados Unidos nos últimos anos. Esse entendimento gerou a atual

guerra comercial entre os países, que findavam a negociação da fase 1, para reequilibrar a balança comercial. Outrossim, cabe enfatizar a crítica dos Estados Unidos à Organização Mundial do Comércio, que não foi efetiva em monitorar as medidas de liberalização da China. Na verdade, a participação chinesa no órgão, a partir de 2001, seria para uma função “pedagógica”, para que a China deixasse de intervir na economia. Isso não aconteceu e a China vincula a instalação de empresas no país à transferência de tecnologia. Os EUA também criticam as vantagens dos países em desenvolvimento no órgão, já que nem todos eles estão no mesmo patamar de desenvolvimento, mas aferem vantagens semelhantes. A rivalidade também abrange os acordos megarregionais. A Parceria Transpacífica servia ao propósito de aproximar os EUA dos países da ASEAN e do Sudeste Asiático, sem intromissão da China. Trump, contudo, retirou os EUA do Acordo e a China, em contrapartida, firmou a Parceria Regional Abrangente na região. Atualmente, o presidente Biden busca reverter essa situação propondo novo acordo. Ainda nesse aspecto, os EUA criticam a concentração produtiva concentrada (sic.) na China, decorrente das cadeias globais de valor. Esse fator tornou os postos asiáticos mais importantes que os do Atlântico e a pandemia evidenciou ainda mais o risco de desindustrialização. Não à toa, o ex-presidente Donald Trump defendia o retorno da produção industrial.

Os EUA e a China também tem (sic.) discordado em outros âmbitos. Os EUA criticam a Iniciativa Belt and Road chinesa, que visa a integração intercontinental com Europa e África. Além de atrair os vizinhos do Atlântico, alerta sobre a “armadilha do endividamento”, que tornaria os países africanos mais dependentes da China. Ademais, no âmbito político,

critica a aproximação entre China e Rússia, atentando para a formação de um bloco euroasiático que mudaria a configuração de poder. Por essa razão, os EUA tem (sic.) buscado cooperação crescente com o entorno asiático, em consonância com o pensamento de Rimland, com países do Sudeste Asiático, Coreia do Sul, Austrália e Japão. O Quad é representativo desse movimento. Há também confronto em relação à delimitação do mar do Sul da China. Desde o “Pivô Asiático” de Obama, o governo americano defende a livre navegação no mar e se propõe a defendê-lo, em consonância com a política “Estratégia Diamante” do Shinzu Habe (sic.) [Shinzu Abe, ex-Primeiro Ministro do Japão. No aspecto político, o (sic.) Estados Unidos também critica a diminuição da soberania relativa de Hong Kong, que tem sido alvo da política de integração territorial (“Uma só China”) chinesa. Ademais, critica a ausência de condenação mais assertiva da China à Rússia, na recente guerra na Ucrânia, e se contrapõe ao apoio chinês a Maduro, na Venezuela. A China não reconhece Juan Guaidó como líder do país. As controvérsias também ocorrem no Conselho de Segurança, em que China e Rússia tem vetado possíveis intervenções na Síria, Venezuela e Ucrânia.

No aspecto da segurança, os países têm rivalizado quanto a necessidade de comprometimento da China em acordos trilaterais de redução de armas nucleares. Esse foi um dos motivos (sic.) que o ex-Presidente Trump usou para denunciar acordos de NFT com a Rússia e o de Arranha-Céus. Ademais, há fortes críticas às violações de direitos humanos na China, principalmente à minoria uigu (sic.). Por fim, há também oposição à adoção da rede 5G da Hawai (sic.), pois a China intervém fortemente na economia e pode colher dados dos cidadãos americanos. Há iniciativa

entre EUA, Japão e Brasil, o JPED, para fortalecer a democracia e segurança-tecnológica. Assim, as rivalidades entre China e EUA são uma realidade no contexto internacional contemporâneo e oferecem riscos à estabilidade mundial.



Questão 03

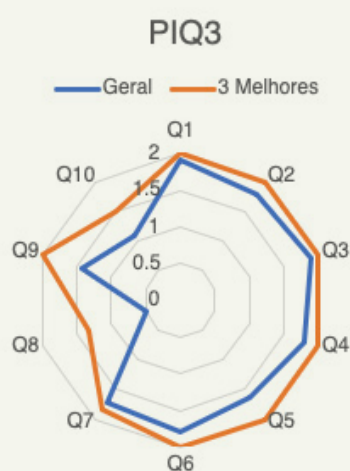
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **15,5**

Média Pessoas com Deficiência: **16,3**

Média Candidatos Negros: **15,8**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A percepção de que a África poderia representar uma dimensão privilegiada para a política externa brasileira emerge de forma emblemática na década de 1960 [...].

RIBEIRO, Claudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. In: Revista Brasileira de Ciência Política, 2009, pp. 289-329.

Tendo em vista a política externa brasileira em relação aos países do continente africano e considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- o papel das relações com a África na construção do paradigma universalista da atuação internacional do Brasil a partir dos anos de 1960;
- os objetivos do Brasil nas relações com os países do continente africano;
- quatro formas de cooperação em defesa presentes no Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, no Domínio da Defesa, de junho de 2010; e
- como as relações com a África estão manifestadas na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa de 2012.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1 e Q2. As relações com países da África, a partir dos anos de 1960, foram relevantes para a construção do paradigma universalista da política externa brasileira, contribuindo para a diversificação e a ampliação do alcance da inserção internacional do País. Também, para o desenvolvimento de uma matriz de política externa embasada na ideia de parcerias não excludentes com vistas à promoção da própria autonomia. A cooperação com países que apresentam problemas e vulnerabilidades relativamente similares contribuiu para ampliação da capacidade de ação do Brasil, no sistema internacional, em conjunto com desdobramentos do contexto internacional da segunda metade do século 20. As relações com os países do continente africano representavam também um esforço no sentido de diversificar as parcerias comerciais do País e de autonomia no sistema internacional, dimensões igualmente constitutivas do universalismo. Esses objetivos passaram a integrar a atuação internacional do Brasil, ainda que com variações, e assumindo formas específicas de acordo com políticas e orientações de governos.

Q3. Com a Política Externa Independente, o Brasil buscou ampliar a sua base de relacionamentos para além de seus eixos “tradicionais” (América do Sul, Europa Ocidental e Estados Unidos da América). O País passou a abrir novas frentes de atuação internacional, na África, na Ásia e no Oriente Médio – regiões em que, naquele momento, muitos países acabavam de conquistar ou estavam em processo de conquista de sua independência formal na esteira do processo de descolonização.

Q4 e Q5. Além dos aspectos mencionados, entre os objetivos do Brasil nas relações com os países do continente africano estão: internacionalização de empresas brasileiras, ampliação de exportações, estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, fornecimento de assistência de cooperação técnica, para o desenvolvimento, apoio para projetos de política externa e para candidaturas em organismos internacionais, assim como cooperação em defesa.

Q6 e Q7. As formas de cooperação em defesa presentes no Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, no Domínio da Defesa, são: a) visitas mútuas, entre as Partes, de delegações de alto nível, à entidades civis e militares; b) reuniões entre instituições de defesa equivalentes; c) formação de quadros e pessoal técnico-militar, nos estabelecimentos de ensino das Partes; d) intercâmbio de instrutores e de estudantes de instituições militares; e) promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar, exercícios militares conjuntos, bem como a correspondente troca de informação; f) participação em cursos teóricos e práticos, estágios, conferências, seminários, debates e simpósios de interesse da defesa; g) consultoria no domínio da potenciação, emprego do armamento e de técnica militar, como também outras áreas de interesse militar e técnico-militar; h) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade da participação de entidades militares e civis de nível estratégico; i) fornecimento, manutenção, reparação e modernização de armamento e técnica militar; j) realização de pesquisas científicas e trabalhos de construção experimental para a criação,

produção de armamento e técnica militar; k) facilitação de iniciativas comerciais relativas a materiais e serviços relacionados à área da defesa; l) participação como observadores, em manobras e outros exercícios militares nacionais; m) visitas de navios de guerra e aeronaves militares; n) intercâmbio de delegações e troca de experiências; o) organização e participação em eventos culturais e desportivos.

Q8. A Política Nacional de Defesa (PND) fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado quanto ao que fazer para alcançá-los. A Estratégia Nacional de Defesa (END) dispõe a respeito de como fazer o que foi estabelecido pela Política. A PND é o documento condicionante do planejamento de ações destinadas à defesa nacional. Os termos do modelo de defesa propostos nos documentos consideram a intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. A edição de 2012 da PND e da END foi realizada de maneira conjunta.

Q9 e Q10. A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ambas de 2012, indicam que o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a Região Sul-Americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Aponta que entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico e de incremento à participação brasileira no cenário internacional estão: a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais em instâncias como a Cúpula América do Sul-África (ASA), no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e a Comunidade de Países de Língua

Portuguesa (CPLP). O documento aponta que o Brasil atribui prioridade, entre outros, aos países da África, em especial aos da África Ocidental e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- BRASIL. Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no domínio da Defesa. Brasília, 23 de junho. MRE. 2010b.*
- BRASIL. Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2012.*
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.*
- RIBEIRO, Claudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 1, 2009, pp. 289-329.*
- SEABRA, Pedro. A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 57, n. 1, 2014.*

Ana Cecília Sabbá

Colares

18,5

TL – 60;
905 palavras;
15,1 palavras/linha

Até 1960, as relações do Brasil com a África eram difusas e de baixo perfil. O paradigma africanista da PEB tem início com a Política Externa Independente (PEI) e, desde então, apesar de breves interrupções, a importância das relações com a África tem se mantido constante na diplomacia brasileira.

A PEI inaugura a “natural vocação africana” do Brasil e busca implementar relações mais robustas com os países africanos, fundamental para a concretização de uma diplomacia mais autônoma e universalista, que o Brasil buscava adotar a partir de então. Data do período a primeira visita de um chanceler brasileiro, Afonso Arinos, ao continente, a criação da Divisão da África no MRE e a nomeação de Raimundo de Souza Dantas, o primeiro embaixador negro, para chefiar a embaixada em Gana, além de aberturas de embaixadas em países como Senegal, Etiópia e Nigéria. Apesar do abandono da política africanista pelo governo Castello Branco (“passo fora da cadência”), e da visão da África como relevante apenas na proteção do “hemisfério interior” do Brasil, ainda no final dos anos 1960, no governo Costa e Silva, são retomadas algumas medidas de aproximação do continente, que passam a reafirmar que o paradigma universalista da PEB tornar-se-ia política de Estado. Como exemplos dessa aproximação, pode-se citar abertura de embaixada no Quênia, consultas junto à Comissão Econômica para a África na ONU, a fim de aumentar os investimentos

brasileiros na região, e o aumento das rotas marítimas e aéreas com a África do Sul.

É na década de 1970, no entanto, que o paradigma africanista do Brasil realmente se fortalece. No governo Médici, o Brasil cria comissão de comércio com a África do Sul, o périplo africano do chanceler Mario Gibson Barboza entabula diversos acordos de cooperação técnica e cultural com os países visitados, e empresas brasileiras começam a internacionalizar-se em Angola. O governo Geisel representa a retomada definitiva do universalismo da PEB e, nesse contexto, a África assume relevância fulcral. O Brasil abandona de vez a posição “zig-zague” com relação ao colonialismo português na ONU e a condenação do apartheid, e se aproxima com maior intensidade da África negra. Ao dotar postura pró-Palestina em momentos como a votação da Resolução 3379, aproxima-se, também, dos países árabes, e o comércio com a África atinge novos patamares. Cabe notar ainda que, desde 1960, a concertação com os países africanos em prol do desenvolvimento sempre aproximou o Brasil da África, realidade que se estende até os dias atuais. O universalismo da PEB se manteve no governo Figueiredo, mas, autores como Amado Cervo caracterizam os anos 1990 como anos de “afropressimismo”, tendo em vista a relativa perda de importância africana na balança comercial do Brasil. Os anos 2000, por sua vez, retomam a importância do continente para a PEB, como revela a abertura de inúmeras embaixadas, diversas visitas de alto nível ao continente, o crescimento do comércio e a formação de inúmeras coalizões de geometria variável, a exemplo do IBAS. O paradigma universalista, e o papel da África nisso, nunca mais foi posto de lado.

Sombra Saraiva caracteriza as relações do Brasil com o continente como “atlantismo brasileiro”, fazendo referência à forma diferenciada do país de manter relação com os africanos, com base na cooperação, nas trocas comerciais, na horizontalidade e na concertação política. Assim, dentre os objetivos do Brasil na sua relação com os países africanos estão a promoção ao desenvolvimento, o combate à fome (por meio de programas como o Fundo IBAS), a concertação em órgãos multilaterais, a cooperação Sul-Sul, a expansão do comércio (por meio da assinatura de acordos de investimento, de maior integração entre o Mercosul e os blocos africanos e da atuação do setor privado nacional), e a consecução de projetos de defesa no entorno estratégico brasileiro, em especial, no Atlântico Sul.

Quanto ao tema de defesa, cabe destaque o Acordo de Cooperação na matéria com Angola, de 2010. O Acordo prevê diversas formas de cooperação, dentre as quais, o combate a crimes no Atlântico do Sul, como tráfico de drogas e pirataria, exercícios militares conjuntos, intercâmbios entre oficiais da Marinha dos dois países nas respectivas escolas navais (à semelhança da formação de mais de mil militares da Namíbia na escola naval brasileira), compartilhamento de informações e ajuda mútua para o levantamento das plataformas continentais. Nesse contexto, cabe destaque o acesso gratuito outorgado pelo Brasil das imagens dos satélites CBERS a países africanos, que pode em muito contribuir para o compartilhamento de informações e combate ao crime.

As relações com a África assumem, assim, importância fundamental na estratégia de defesa do Brasil, tal como manifestado na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional

de Defesa, de 2012. O Atlântico Sul e os países atlânticos fazem parte do entorno estratégico brasileiro, e qualquer política de defesa do território não pode desconsiderar a proteção da imensa costa brasileira e da Amazônia Azul. Assim, as relações com a África devem servir ao propósito também de proteger a fronteira marítima do Brasil, e a produção de mísseis A-Darter, em conjunto com a África do Sul, e exercícios militares conjuntos, no âmbito do IBSAMAR, buscam servir a esse propósito. O fato de a ZOPACAS ter criado na região uma zona livre de armas nucleares e de o Brasil “construir cada vez mais pontes sobre o Atlântico”, tornando-o gradualmente “mais Mediterrâneo” concretiza a ideia da Política Nacional de Defesa em prol de um Atlântico Sul seguro e sem ameaças, como as existentes atualmente no Golfo da Guiné.

Gabriela Barcelos Tamoio Costa 18,5

TL – 60;
639 palavras;
10,6 palavras/linha

De fato, como afirma Claudio Ribeiro, as relações entre Brasil e África ganham uma dimensão privilegiada na política externa brasileira a partir dos anos 1960. O Brasil, no contexto da política externa independente, buscava a diversificação de parcerias, aumentar o nível de autonomia nacional e, assim, tomar decisões mais independentes em termos de política externa. Aproveitou-se, no período, do lançamento do Movimento dos Países Não-Alinhados, e, embora o Brasil não fizesse parte, o movimento proporcionou certa margem de manobra ao país. Assim, há a visita a países africanos e a criação do Departamento de África no Itamaraty, durante o governo João Goulart. Tal postura vai ser aprofundada no período do Pragmatismo Responsável e Ecumênico, com votos a favor das independências de Angola e Guiné-Bissau – a despeito da postura portuguesa – e com o voto de condenação do apartheid e do sionismo, na ONU. Todas essas medidas colaboraram para o estreitamento de laços com países do continente africano e para a construção de confiança mútua entre os governos. Abria-se, com as relações africanas, uma frente não só de comércio internacional, mas também de apoio na defesa de posições conjuntas em foros internacionais.

Desde então, as relações vêm se diversificando. Houve, nos anos 1980, o estabelecimento da ZOPACAS, por resolução da ONU, que estabelece a cooperação em defesa e ausência de

conflitos na região do Atlântico Sul. Nos anos 1990, houve a criação da CPLP, junto a países de língua portuguesa e que, dessa forma, compartilham importante passado histórico com o Brasil. Nos anos 2000, houve a criação do IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul na coordenação de posições em defesa do meio ambiente. Mais recentemente, a África do Sul foi incorporada ao BRICS como representante do continente africano e importante potência emergente do continente. Dadas essas iniciativas, pode-se dizer que os objetivos do Brasil nas relações com a África são tão variados quanto são os países que compõem o continente. De forma geral, há a coordenação política e cultural, a intensificação do comércio, a cooperação técnica, a defesa do Atlântico Sul e o estreitamento de relações para a busca de posições comuns em foros internacionais, todos podem ser considerados objetivos do Brasil na relação com a África.

A cooperação em defesa é uma das modalidades mais importantes nas relações Brasil-África, do que é exemplo a formação e estruturação da Marinha da Namíbia, realizada com o apoio da Marinha do Brasil. Outro importante exemplo de cooperação em defesa é aquela estabelecida entre Brasil e Angola, em 2010. O Acordo de Cooperação estabelece quatro formas de cooperação em defesa, quais sejam, a cooperação técnica na formação de oficiais e no estabelecimento de boas práticas, o treinamento conjunto de algumas tropas dadas as similaridades territoriais e geográficas entre os países, o reforço das estruturas de defesa do Atlântico Sul, notadamente, a ZOPACAS, e a coordenação de estratégias no tocante à região do Atlântico Sul.

Dado o histórico de relações e a importância do continente africano para o entorno estratégico brasileiro, a África comparece de forma relevante na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa de 2012. O primeiro, mais antigo, é documento amplo que traça as orientações, as grandes linhas, da política de defesa brasileira. O segundo, já revisado algumas vezes, detalha como os grandes objetivos serão atingidos, é documento mais técnico voltado propriamente à estratégia militar. Na Política Nacional de Defesa, a África, mais especialmente a costa atlântica africana, aparece como uma das regiões do entorno estratégico brasileiro, assim como o Atlântico Sul, que embora não se resuma à relação com a África, tem nela importante elemento. Na Estratégia Nacional de Defesa, são elencados os meios de garantir a defesa do entorno estratégico, o que, no caso da África, passa pelo estreitamento das relações e cooperação militar, missões de treino conjunto, reforço da ZOPACAS e cooperação técnica.

Vinicius Henrique Fontana 18,5

TL – 59;
550 palavras;
9,3 palavras/linha

Até os anos 1960, o tratamento que a política externa brasileira dava aos países africanos era guiada pela percepção de uma mera convergência histórico-cultural e pelo lusotropicalismo (valorização da sociedade criada pelos portugueses nos trópicos) associados ao lobby português. Com a Política Externa Independente (PEI), idealizada no governo Jânio Quadros por Afonso Arinos, o Brasil passa a defender a independência de países africanos com o discurso de descolonização. O chanceler faz um périplo pelo continente africano e o primeiro embaixador negro é nomeado para um posto em Gana (Raimundo Dantas). A África passa a ser entendida como uma potencial aliada em questões multilaterais e como uma parceira comercial.

Entretanto, a política universalista da PEI falha ao manter a defesa (ao menos tácita, por meio da abstenção) do colonialismo português. Essa mudança virá com o Pragmatismo Ecumênico e Responsável de Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira, que irão reconhecer as independências de Angola e Moçambique, mesmo com governo comunistas e com o não reconhecimento português, já que as negociações ainda estavam em andamento. Também há uma nova condenação ao regime do apartheid na resolução 3379 da AGNU, a qual, por uma infelicidade histórica, também condenou o sionismo como forma de racismo, sendo revogada em 1991. O Brasil lutou contra o regime do

apartheid apoiando outras resoluções e negando-se a elevar sua legação em Pretória ao status de embaixada.

As aproximações com a África continuaram constantes ao longo dos últimos anos, embora o fluxo comercial tenha arrefecido na última década. O Brasil e seis países africanos fazem parte da CPLP (juntamente com Portugal e Timor-Leste), bem como há o arranjo de cúpulas entre países da América do Sul e África (AFRAS), em processo de reativação. Com a África do Sul, o Brasil articula-se dentro dos BRICS, como fórum de debates mais amplo, do IBAS (inclusive com o projeto IBAS Ocean, voltado à cooperação militar) e do BASIC (voltado a negociações climáticas). O continente africano é o maior destino de cooperação enviada pelo Brasil por meio da ABC, como a fazenda experimental da Embrapa no Mali e intercâmbios técnicos como o Cotton-4.

Com relação à área de defesa, o entorno brasileiro compreende também a costa oeste da África, como definido na Política Nacional de Defesa. Assim, é necessário securitizar a área, atuando contra ilícitos e valorizando o status de área livre de armas nucleares, reforçando a Zona de Paz do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada por resolução da AGNU. Já a Estratégia Nacional de Defesa, que operacionaliza a PND, define três domínios estratégicos: nuclear (para fins pacíficos), espacial e cibernético. Além disso, prevê a realização de exercícios militares conjuntos com países africanos, além de oferecer treinamento a esses contingentes, já que esses países são vistos como parceiros no combate à ilícitos, como a pirataria no golfo da Guiné e outras áreas do Atlântico Sul.

O Acordo de Cooperação em Defesa entre Angola e Brasil prevê uma série de formas de cooperação, dentre elas: fornecimento de material bélico, treinamento de tropas, exercícios conjuntos e troca de inteligência e informações.

Em conclusão, os países do continente africano são fundamentais para os objetivos brasileiros de defesa, segurança, comércio e também construção de capital político, já que ocupam 54 assentos nas Nações Unidas e seriam fundamentais para garantir os dois terços necessários a uma reforma da Carta.

TL – 60;
747 palavras;
12,5 palavras/linha

A política externa brasileira esteve, por muito tempo, afastada da África, mantida sob o jugo da colonização europeia até meados do século XX. O continente africano, todavia, representa hoje uma dimensão privilegiada de nossa diplomacia, tendo em vista os laços históricos, culturais e humanos que unem os dois lados do Atlântico.

No contexto dos processos de descolonização afro-asiáticos nos anos 190 e 1960, abriram-se novas rentes de atuação para a política externa do Brasil. As relações com a África tiveram papel crucial na construção do paradigma universalista da atuação internacional brasileira. A Política Externa Independente propugnada por Jânio Quadros e levada a cabo pelos chanceleres Afonso Arinos Melo Franco, San Tiago Dantas e Araújo Castro foi árdua defensora da autodeterminação dos povos africanos, explicitando essa posição na Assembleia Geral da ONU. Durante a PEI, houve troca de visitas oficiais entre o Brasil e líderes africanos como Leopold Senghor do Senegal.

A curta duração da PEI e as turbulências políticas no Brasil atrasaram a consolidação de uma política africanista sólida. Foi somente nos anos 1970, com a atuação do chanceler Mario Gibson Barboza e, depois, de Azeredo da Silveira, que se afirmou em definitivo uma “virada africanista” em nossa política externa. Gibson realizou em 1972 um “périplo”, em que visitou nove capitais africanas,

ainda que tenha evitado as colônias portuguesas para não melindrar o relacionamento com Lisboa. Sob Geisel e Silveira, já em 1974 o Brasil se livrou da hipoteca do colonialismo português e consolidou a virada africanista, sendo pioneiro no reconhecimento das independências da Guiné, de Angola e de Moçambique. No período, foram abertas diversas embaixadas em países africanos, abrindo as portas do continente para a política externa brasileira e firmando o paradigma universalista em nossa atuação internacional. Os governos seguintes mantiveram sempre a África entre as prioridades do Brasil no exterior.

Hodiernamente, as relações do Brasil com os países africanos orientam-se por três eixos principais: promoção dos laços econômicos-comerciais, cooperação em múltiplas áreas e coordenação política. O primeiro eixo envolve a promoção do comércio bilateral e dos investimentos mútuos. Os mercados emergentes africanos têm grande potencial para a absorção de produtos brasileiros e várias empresas nacionais já possuem investimentos significativos em países de África. O Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU converge com esse objetivo, bem como aquele de livre comércio com o Egito firmado pelo bloco sul-americano.

Em termos de cooperação, o Brasil é importante fornecedor de cooperação técnica para países da África, com exemplos no campo da agricultura, da saúde, educação e muitos outros coordenados pela ABC, em formato bi ou trilateral. Vale lembrar o fornecimento recente de imagens satelitais à Moçambique em auxílio à resposta às enchentes ocorridas naquele país, os projetos de cotonicultura em países do Sahel ou a produção de medicamentos pela Fiocruz também em Moçambique.

Na área da administração pública, o Brasil é referência para muitos países africanos.

Dentro da coordenação política, o Brasil visa promover a democracia e o Estado de Direito, bem como o respeito aos direitos humanos na África. A participação brasileira em missões de observação eleitoral atesta essa atuação. A coordenação militar expressa-se, por exemplo, na construção da marinha da Namíbia com apoio do Brasil ou no desenvolvimento dos mísseis A-Darter em conjunto com a África do Sul. A CPLP é instrumento primordial de coordenação com os seis países de língua portuguesa no continente e a dimensão da defesa está presente na participação plena do Brasil no Grupo G7++, voltando ao combate à pirataria no Golfo da Guiné, bem como no Acordo de Cooperação em Defesa com Angola, de 2010.

O Acordo será revisado e aprofundado, ao que tudo indica, na próxima reunião de alto nível do mecanismo Brasil-Angola, a ocorrer em data próxima ainda em 2022. O Tratado prevê cooperação em defesa na forma de exercícios militares conjuntos, compartilhamento de informações de inteligência, inclusive via Centro de Análises Estratégicas da CPLP, intercâmbio de alunos em formação nas respectivas escolas militares e facilitação de serviços de parte a parte na área militar.

As previsões do Acordo e a atuação da política externa brasileira em relação à África coadunam-se com os objetivos e conceitos estabelecidos na PND e na END de 2012. Os documentos estruturantes da Defesa no Brasil preveem a África e o Atlântico Sul como partes do entorno estratégico brasileiro, no qual a construção de laços de confiança e amizade

contribui para a segurança nacional. O fortalecimento da ZOPACAS é mencionado, reforçando a importância da África para a defesa e para a política externa do país.

TL – 61;

910 palavras;

14,9 palavras/linha

Sombra Saraiva descreve que as relações Brasil-África de 1950 a 1973 foram caracterizadas por “zigzague”, haja vista o balanceamento [sic] de interesses com Portugal (salazarista) e a África do Sul e os demais países do continente. Durante a Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e Jango, houve a criação do Departamento de África, aprovação e voto favorável à Resolução 1514 na ONU em prol da descolonização, missão do navio Custódio de Melo, sob a lógica de afinidade histórico-cultural, mas abstenção de resoluções condenatórias específicas ao apartheid. Castelo Branco fortalece relações comerciais com o continente em envio de missão comercial. Sob lógica universalista, derivada também do discurso dos 3Ds, de Araújo Castro (1963), Costa e Silva engajou-se com africanos em foros multilaterais (UNCTAD), embora mantivesse o apoio ao colonialismo português veladamente. Em Médici, Gibson Barboza protagonizou o Périplo para a África, sem visitar PALOPs. A mudança estrutural ocorreu de fato com Geisel, no Pragmatismo Responsável e Ecumênico, após a Revolução dos Cravos (1974), ao ser o 1º país a reconhecer as independências de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola (Missão Ítalo Zappa), fugindo da lógica bipolar e em busca de novos mercados e fontes de petróleo. Figueiredo refutou a hipótese de construir uma OTAS, enquanto Sarney adotou sanções ao regime do apartheid, propugnou pela criação da ZOPACAS e do IILP (1989). Lula teve postura de

solidariedade ativa, perdoadando dívidas externas de países africanos, e Dilma defendeu o RWP e o IBAS na atuação de missões de paz. Temer manteve a lógica universalista com ampliação de contatos para acesso a mercados da África do Sul, por exemplo.

Atualmente, a política externa brasileira (PEB) pautada também pelo paradigma universalista busca o desenvolvimento inter-regional conjunto. Participa de iniciativas de defesa na lógica de paz positiva (IBSAMAR), desenvolvimento tecnológico (míssil DART com África do Sul), monitoramento de eleições (preside a configuração específica para Guiné-Bissau na CCP/ONU), além de iniciativas multilaterais de paz e segurança (monitorar o Golfo da Guiné). É o país com mais embaixadas africanas da América Latina (mais de 30) e conta com decidido apoio na CPLP para difusão e promoção da língua portuguesa, sendo Luanda escolhida para uma das sedes do Instituto Guimarães Rosa. Em termos comerciais, o Brasil busca diversificar suas fontes de suprimento de fertilizantes (Marrocos), além de reforçar parcerias tradicionais quanto à exportação de bens da indústria de transformação e importação de óleos combustíveis (Argélia). O continente é fonte estratégica de internacionalização de empresas brasileiras (Marcopolo e WEG, na África do Sul) e construção de infraestrutura (corredor de Nacala e aeroporto de Maputo, Moçambique). Além disso, em projeto de cooperação bilateral e trilateral constrói capacidades estatais em experiências autorreplicáveis, horizontais, demand-driven (exemplo do PROSAVANA com Moçambique e Japão). Além disso, está presente em 5 missões de paz no continente, com um force commander (MONUSCO), cooperando na Agenda Mulheres, Paz e Segurança, além de concertar

esforços para a reforma do CSNU, ao apoiar a Declaração de Sirte, e fortalecer a UA (apoio à ZCLCA).

Haja vista a cooperação militar tradicional brasileira com Angola, inclusive em missões de paz (UNAVEM-I e II), o Brasil coopera de diversas formas com o governo de Luanda. Primeiro, ele recebe oficiais angolanos para treinamento de operações de paz, no âmbito dos centros de treinamento do Exército e da Marinha. Segundo, atua no provimento de insumos para a formação de police troops. Terceiro, ajuda a fornecer insumos para o patrulhamento de águas angolanas em exercícios militares com a África do Sul (IBSAMAR). Quarto, busca fortalecer a fronteira nordeste angolana em vista da desestruturação fronteiriça do lado congolês. Quinto, apresenta na formação de staff doutrinas de engajamento em conflitos.

Conforme a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa, o “entorno estratégico brasileiro” é composto para além das fronteiras terrestres, das fronteiras molhadas do Atlântico Sul (“um rio chamado Atlântico”) e da fronteira oriental (que é formada pela costa ocidental africana). Assim, é relevante que o Brasil auxilie os países da África Ocidental (Cedeao) e Austral (SACU, além de Angola), pois a desestabilização política nesses países pode levar a reflexos negativos para o Brasil. A pirataria no Golfo da Guiné, com desvio e roubo de cargas, aumenta os custos de frete internacional, reduzindo as perspectivas de fornecimento sustentado de petróleo para o Brasil. A atuação criminosa pode confluir para o embaraço de operações em plataformas de petróleo pós-sal e pré-sal africana (o ridge atlântico evidencia grandes reservas de hidratos de metano e hidrocarbonetos na

costa da Namíbia até Benin). Além disso, a escalada de conflitos pode ocasionar aumento no número de refugiados, utilizando a rota atlântica, aumentando a necessidade de aquisição de informações. Ademais, rotas marítimas relevantes para o Brasil que margem a costa ocidental africana podem ser afetados em caso de distúrbios no patrulhamento da defesa desses países. Assim, a atuação do IBSAMAR (“a onça, o leão e o tigre”) serve como mecanismo dissuasório. Finalmente, o aumento da presença de grupos terroristas (Boko Haram e Estado Islâmico do Grande Saara) gera maciças violações de direitos humanos. Isso, aliado a redes de tráfico de pessoas, armas e animais, aumenta o poder de grupos paraestatais que podem prejudicar o funcionamento estatal eficiente. Assim, verifica-se a importância e prioridade atribuída pela diplomacia e órgãos de defesa, inclusive em composições 2+2, para instar projetos de cooperação técnica, humanitária e de defesa conjuntas (A4P+), tendo sido as forças do Exército e Marinha indicadas para nível 2 e 3 do sistema de prontidão CCP.

Questão 04

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **10,7**

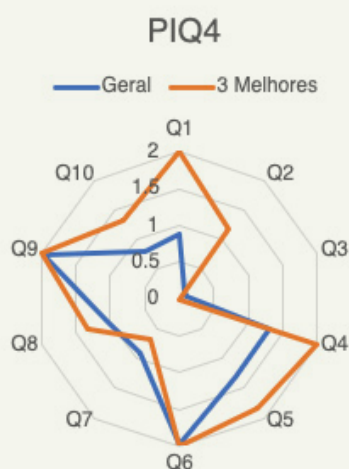
Média Pessoas com Deficiência: **8,5**

Média Candidatos Negros: **9,8**

NAÇÕES Unidas no Brasil. Brasileiros das forças de paz concluem missão no Líbano após uma década de participação. Centro de Imprensa das Nações Unidas no Brasil. 2 de dezembro de 2020. Disponível em: <brasil.un.org>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, com base na conjuntura mencionada, redija um texto dissertativo comentando acerca do papel desempenhado pelo Brasil na FMT-UNIFIL, entre 2011 e 2020, enquadrando-o no histórico brasileiro de participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, e elenque as prioridades brasileiras em matéria de cooperação naval e segurança marítima após a retirada do contingente brasileiro da missão da Organização das Nações Unidas no Líbano.

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Depois de quase uma década de serviço na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL, na sigla em inglês) auxiliando a Marinha Libanesa na proteção das vastas águas territoriais do país, os integrantes das forças de paz da tripulação do navio da Marinha do Brasil concluíram sua missão com a UNIFIL e retornam para suas casas nesta quarta-feira (2). Também concluindo a missão da UNIFIL, junto com mais de 200 marinheiros brasileiros, estava o Navio-Capitânia da FTM-UNIFIL, a Fragata Independência, após nove meses de serviço.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A questão busca identificar o conhecimento do candidato em relação ao protagonismo brasileiro desempenhado frente à Força-Tarefa Marítima (FMT) da Força Interina das Nações Unidas, no Líbano (UNIFIL), entre 2011 e 2021, além de verificar se os postulantes à carreira diplomata compreendem a importância da segurança marítima no Atlântico Sul para a política externa. O (a) candidato (a) deverá contextualizar a criação da UNIFIL no período da Guerra Civil Libanesa (1975-1990) e o tenso relacionamento entre Líbano e Israel, que ocupou o Sul do país entre 1985 e 2000 (item i). Na sequência, deverá apontar a ampliação do mandato da missão, por intermédio da Resolução no 1.701/2006 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), criando a FMT, após novas alterações na porção setentrional do território libanês entre, de um lado, as Forças de Defesa de Israel (FDI) e, de outro, a milícia Hezbollah, no verão de 2006 (item ii). A FMT-UNIFIL é o único componente naval em operações de manutenção da paz em toda história da modalidade, o que comprova seu caráter único e extraordinário, característica que caberá ao(a) candidato(a) demonstrar (item iii). Aqui, deverá se referir à cessão de meios navais – especialmente da nau-capitânia da Força-Tarefa, além de 200 militares da Marinha do Brasil – para patrulhar as áreas jurisdicionais libanesas com vistas, principalmente, a coibir o contrabando de armas para o território do Líbano, contribuindo, assim, para a estabilização do país (item iv). Deverá situar a disposição em assumir a liderança da FMT-UNIFIL na tradição brasileira em contribuir para a manutenção da paz e da segurança

internacionais, com base na preferência pela solução pacífica das controvérsias, no respeito ao Direito Internacional – obrigações contidas no art. 4 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil – e na opção pelo multilateralismo (item v). É nesse contexto que o (a) candidato (a) deverá fazer uma reconstituição da participação brasileira em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, destacando o emprego de tropas nas operações desdobradas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo (item vi). O Brasil é lar da principal e mais numerosa diáspora no mundo, contando com aproximadamente sete a 10 milhões de descendentes de libaneses em sua população. Essa dimensão humana do relacionamento bilateral deverá ser ressaltada como elemento importante, justificando a presença da Marinha do Brasil por prolongado período na FMT-UNIFIL (item vii). Finalmente, o (a) candidato deverá se referir à retirada dos militares brasileiros do Líbano, no início de 2020, após praticamente uma década ininterrupta, comandando o componente naval da UNIFIL (item viii), demonstrando a mudança de foco da Marinha do Brasil para a cooperação naval, a segurança marítima e o combate aos ilícitos transnacionais no Atlântico Sul (por exemplo, pirataria, tráfico de armas, narcóticos e pessoas; pesca ilegal, não documentada e não regulamentada) – definida como parte integral do “entorno estratégico brasileiro” pela Estratégia Nacional de Defesa (END) (item ix). É exemplo dessa mudança de foco a criação da Operação GUINEX-I (Golfo da Guiné), que se vale dos mesmos meios navais anteriormente desdobrados na FMT-UNIFIL (item x).

Q1. Contextualizar a criação da UNIFIL (1978) no contexto da Guerra Civil Libanesa.

Q2. Abordar a ampliação do mandato da UNIFIL após guerra no sul do Líbano (2006).

Q3. Ressaltar o caráter único do componente naval da UNIFIL entre outras operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

Q4. Descrever o papel desempenhado pela Marinha do Brasil no patrulhamento das águas entre Líbano e Israel no período.

Q5. Inserir protagonismo na FMT-UNIFIL no histórico brasileiro de contribuições com a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Q6. Apresentar a tradição brasileira em Operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com referências às operações empregadas em Suez, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Haiti e República Democrática do Congo.

Q7. Aludir às relações históricas entre o Brasil e o Líbano, especialmente diante da importante diáspora libanesa no Brasil.

Q8. Contextualizar a decisão de retirada dos militares brasileiros da UNIFIL.

Q9. Comentar a mudança de foco de atuação para o Atlântico do Sul. Crescimento das atividades ilícitas no Golfo da Guiné (pirataria, narcotráfico, pesca ilegal).

Q10. Referir-se à criação da Operação GUINEX-I.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A

avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado. 1. ed. Brasília: IPEA, 2012.

GOULART, Felipe Haddock Lobo; SCHERER, Lígia Maria; VELOSO, Pedro Augusto Franco. Brasil-Líbano: legado e futuro. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2017.

FISK, Robert. Pobre Nação. As Guerras Do Líbano No Século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Felipe Pereira

15

TL – 60;
915 palavras;
15,3 palavras/linha

A atuação brasileira em missões de paz remonta a UNEF-I (1956). Desde então, as Forças Armadas brasileiras têm aperfeiçoado a Doutrina de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa (END) para realidade contemporânea, de sorte que a atuação da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas (UNIFIL) reflete o comprometimento brasileiro com o trinômio paz, segurança e desenvolvimento. O Brasil se engajou em operações de paz em praticamente todos os continentes ao longo de sua história. Com a descolonização africana, atuou nas missões multidimensionais, do “Capítulo 6 e Meio” da Carta da ONU, autorizadas, em lógica da 1ª geração de missões de paz, que envolvem o consentimento das partes e uso da força somente em legítima defesa, como no caso de Angola (UNAVEM I e II) e Moçambique (UNMOC), na década de 1990. Atuou na construção de capacidades e instituições estatais no Timor Leste (UNTAET), com atuação de Sérgio Vieira, no campo político dessa missão de 3ª geração. Em missões envolvendo desestruturação sociopolítica e ambiental, o Brasil participou na MINUSTAH e MINUJUST no Haiti com emprego de milhares de tropas. Tradicionalmente, o chefe comandante da MONUSCO, da República Democrática do Congo, é brasileiro. Atualmente, o Brasil tem pessoal técnico, staff, em 5 missões na África, participação com tropas em missão da ONU no Chipre e esforço no Líbano, mesmo com o fim da UNIFIL, em 2020. Além disso, o Brasil participa ativamente da CCP, desde sua criação em 2005, na composição C.34, sob

a lógica do A4P e A4P+, tendo sido indicado para análise da configuração específica para Guiné-Bissau e do Golfo da Guiné.

Em relação à FMT-UNIFIL, ela foi relevante, desde 2011, haja vista a situação de guerra civil de 1975 a 1990 no Líbano, desestruturação de infraestrutura, atuação estrangeira em lados opostos (Israel e Síria), elevado número de refugiados palestinos e, desde 2011, de sírios, além de atuação do Hezbolá, considerado por alguns Estados europeus como terroristas. A FMT-UNIFIL reforçou os laços humanitários históricos entre Brasil-Líbano, sendo o Brasil o detentor da maior comunidade de descendentes libaneses do mundo, com raízes migratórias desde 1880 (cristãos em maioria) e da guerra civil (sobretudo muçulmanos). A FMT-UNIFIL atuou para a vigilância de águas mediterrâneas e acesso livre e desimpedido de mercadorias e alimentos ao porto de Beirute. A FMT-UNIFIL patrulhou águas de modo a atuar como ferramenta dissuasório e ameaças terroristas (Estado Islâmico, Frente Al-Nusra), identificação de minas subaquáticas e eventual desminagem, e dissuadir pirataria internacional do Golfo de Áden e Chifre da África. A FMT-UNIFIL atuou como intermediária para a cooperação humanitária, identificando e analisando ameaças, como a contestação política na Revolução de 2019 e explosão do porto de Beirute em 2020. Mesmo com o fim da missão, a Marinha brasileira continuou auxiliando o recebimento de alimentos, remédios e doações para o Líbano, de sorte que o desabastecimento e encarecimento de insumos básicos não prejudicasse ainda mais Beirute.

Com o fim da FMT-UNIFIL, seguindo a END, as forças navais brasileiras devem fortalecer sua presença no “entorno estratégico brasileiro”.

Para além da fronteira terrestre, o entorno estratégico é conformado pelo Atlântico Sul (“um rio chamado Atlântico”) e pela fronteira leste (costa ocidental da África). No âmbito do Atlântico Sul, há reforço à proteção da biodiversidade e enorme potencial energético (eólico offshore, pré-sal e reservas de hidratos de metano) e mineral (terras raras) da Amazônia Azul. Do mesmo modo, o setor crítico nuclear é relevante para atuação da Marinha, na construção do submarino nuclear (PROSUB), com cooperação francesa e argentina, garantia do tratado de TATELOLCO (Atlântico Sul como área livre de armas nucleares) e da ZOPACAS. A cooperação com o IBAS em exercícios navais conjuntos (IBASMAR, “a onça, o tigre e o leão”) ajuda a demonstrar o efeito dissuasório naval. Além disso, há treinamento de pessoal para missões de paz (centro de treinamento CoOpPazMar), formando oficiais e tropas em doutrina de engajamento de paz positiva. A definição de força da Marinha em nível 3 do sistema de prontidão da CCP revela o esforço de melhoria de portos e estratégias de mobilização. Além disso, iniciativas de diálogo bilateral 2+2 com países africanos pode ser boa estratégia para avaliação de desafios comuns na África Ocidental (CEDEAO) e Austral (SACU, além de Angola). A cooperação naval é sentida em estratégias de modernização da Marinha da Namíbia e para o combate ao tráfico marítimo de armas, pessoas e animais, além de combater a pirataria no Golfo da Guiné. Do mesmo modo, é relevante que a cooperação técnico-militar esteja aliada a estratégias de desenvolvimento nacional, evitando-se que mais pessoas venham a aderir a movimentos terroristas, como do Boko Haram e Estado Islâmico do Grande Saara. A cooperação naval tem sido aventada em diálogo da CPLP, para eventual modernização de Marinhas e atuação em Cabo Verde, São Tomé

e Príncipe e Angola. Além disso, a segurança marítima é relevante para se evitar que deposições de governo ganhem dimensões internacionais, destinando-se inclusive apoio para a estabilidade política em Guiné-Bissau.

Assim, observa-se que os laços Brasil-África podem ser adensados, lembrando-se da iniciativa do navio Custódio de Melo, durante a década de 1960, para fortalecer as relações comerciais inter-regionais. A segurança marítima para a defesa das rotas comerciais brasileiras no Atlântico Sul (para Caribe, América do Norte, Ásia, Europa e África) é fundamental. Igualmente, as missões científicas em apoio ao PROANTAR evidenciam a vontade de manutenção e cooperação científica em todos os continentes. O apoio de cooperação com a Marinha argentina também auxilia na conformação de identidade sul-americana fortalecida, bem como no MERCOSUL.

André Novo Viccini

14,5

TL – 58 linhas;
656 palavras;
11,3 palavras/linha

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) é uma operação de paz da ONU criada na década de 1970 no contexto dos conflitos no país entre facções civis, com envolvimento nesses conflitos de países vizinhos como Israel e Irã. Às tarefas de monitoramento das fronteiras e verificação de retirada de forças estrangeiras do território libanês foram acrescentadas, após novo conflito envolvendo grupos rivais e Israel, em 2006, funções mais robustas à missão, com significativo aumento de efetivos militares e criação de uma Força-Tarefa Marítima para patrulhar as águas territoriais do Líbano. A FTM-UNIFIL esteve inicialmente sob comando de países membros da OTAN, mas, a partir de 2011, o Brasil envia nau-capitânia e efetivos militares para assumir esse comando.

O Brasil, até então, não participava da UNIFIL, mas tinha atuação importante em diversas outras missões de paz, as quais lhe forneceram a experiência necessária para uma ação bem-sucedida à frente da FTM, apesar de esta ser a primeira operação de paz com componente marítimo da ONU. Com efeito, o Brasil participa de missões de paz desde que enviou o Batalhão de Suez, sob o comando de Paiva Chaves, à UNEF, em 1956. Atuou, depois disso, em diversas outras missões de paz, seja de primeira (UNIPOM, UNFICYP, ONUC), de segunda (UNAVEM, ONUMOZ), de terceira (UNTAET) ou de quarta geração (MINUSTAH, MONUSCO, MINUSCA). A participação na MINUSTAH, da qual comandou o componente militar desde sua criação, em 2004, até seu término, em 2017, representou mudança importante

na posição do país, elevando muito seu perfil na área da paz e da segurança internacionais, constituindo a primeira operação com mandato baseado no Cap. VII da Carta da ONU de que o Brasil participou. As justificativas para essa participação em operação robusta concernem à preocupação primordial da MINUSTAH com o desenvolvimento do Haiti e com a reconstrução do país após os conflitos e mesmo durante. O Brasil mantém, assim, seus princípios de não intervenção, de defesa da paz e de preocupação com o desenvolvimento ao participar de missões robustas multidimensionais sob mandato do Cap. VII da Carta da ONU. A atuação do Brasil em outras missões, como a MONUSCO (cujo comando militar exerceu de 2013 a 2015 e desde 2018), a MINUSCA, a UNFICYP, a UNMISS e a UNIFIL baseiam-se igualmente nessas premissas.

À frente da FTM-UNIFIL, o Brasil atuou para o patrulhamento das águas territoriais libanesas, para a busca e apreensão de navios suspeitos de carregar armamentos ilegais (quando autorizado) e para o exercício de resgates humanitários, como no caso de naufrágios, inclusive envolvendo imigrantes. Na missão, não só as tropas foram de fundamental importância, senão também os especialistas e oficiais brasileiros. As naus-capitânicas, também, durante todo o período, foram brasileiras. Chegou-se a contar com mais de 200 tropas na operação em determinados momentos, atingindo os milhares os participantes. É de notar a importância tanto do CCOPAB, o centro de operações de paz do Exército, como do centro de operações de paz naval brasileiro no treinamento e preparação desses efetivos.

Com a retirada da nau-capitânia do Brasil em dezembro de 2020, o comando da FTM-UNIFIL passou, no início de 2021, para a Alemanha. A decisão brasileira justifica-se pela

necessidade de manutenção dos navios brasileiros e de sua concentração no entorno estratégico do Atlântico Sul, em contexto de restrições orçamentárias. Após a retirada do contingente, as prioridades do Brasil passam a ser, assim, a defesa desse entorno, atuando contra a pirataria no Golfo da Guiné, garantindo o comércio marítimo no Atlântico Sul, monitorando a Amazônia Azul, onde se situam grande quantidade de recursos estratégicos vivos e minerais, como o pré-sal, patrulhando a costa brasileira, para combater ilícitos e cooperando com países da costa africana, como a Namíbia, a Guiné e Angola, inclusive no âmbito de organismos como a CPLP, no qual se organizam exercícios marítimos como o Felino. Participa o Brasil também de exercícios como o OBAMEXPRESS [sic] e o IBSAMAR, com vistas a garantir a segurança do Atlântico Sul.

Fernanda Brandão de Souza

13,5

TL – 60;
555 palavras;
9,25 palavras/linha

O Brasil participou ativamente dos esforços da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), ao longo dos anos entre 2011 e 2020. Mesmo após a retirada expressiva de tropas brasileiras, ainda há presença residual de brasileiros na UNIFIL, conforme consta nos registros das missões de paz no sítio eletrônico da ONU. A UNIFIL iniciou suas ações de manutenção da paz na região libanesa, com o intuito de manter cessar-fogo entre tropas israelenses e membros do Hezbolá, que se confrontavam no sul do Líbano. Em que pese esse mandato inicial e precípua, as atribuições da missão logo se estenderam para ações de combate à pirataria e de controle de tráfico de armas nas águas territoriais do país.

Nesse contexto, o Brasil atuou na UNIFIL entre 2011 e 2020, na liderança de sua força-tarefa marítima e contribuindo por meio da concessão da Nau Capitânia. As tropas brasileiras, portanto, auxiliaram a Marinha Libanesa na manutenção do cessar-fogo e nas atividades de combate à pirataria, ao tráfico e a outros ilícitos internacionais. A participação brasileira na UNIFIL enquadra-se nos esforços do país de preservar a paz e a segurança internacionais e de auxiliar nações em desenvolvimento a prosperarem em contexto de maior estabilidade. Além disso, a atuação brasileira concorre para os esforços diplomáticos de manter a relevância internacional do país como um ator global e apto a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Atualmente, o Brasil contribui com tropas para MONUSCO, UNIFA, MINURSO, UNMISS, UNIFICYP e, residualmente, para a UNIFIL. Desse modo, apesar da retirada de agentes da MINUSTAH, da qual o Brasil participou, na posição de liderança, entre 2004 e 2017, a participação brasileira em missões de paz ainda é expressiva. A UNIFIL, nesse sentido, consistia em mais um vetor da participação brasileira na promoção da paz e da segurança internacionais, com base na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e no Livro Branco de Defesa Nacional.

A participação brasileira da UNIFIL evidencia, ademais, o bom desempenho dos militares nacionais e proporciona a criação de laços socioculturais e a projeção do “soft power” brasileiro. Evidencia, adicionalmente, a prioridade nacional em matéria de cooperação naval. Hodiernamente, a cooperação naval bilateral com países africanos ou por meio da ZOPACAS (1986) é fundamental para a promoção do Atlântico Sul pacífico e livre de armas nucleares. Além disso, possibilita o combate à pirataria e ao tráfico no Golfo da Guiné e em outras áreas sensíveis em termos securitários. Outrossim, a cooperação naval brasileira prioriza a proteção dos recursos marinhos e energéticos na plataforma continental brasileira, a Amazônia Azul. Por isso, há cooperação bilateral com a Namíbia para a proteção de recursos comuns relativos ao pré-sal.

Desse modo, em que pese a retirada substantiva de tropas brasileiras da UNIFIL, o Brasil ainda apresenta forte atuação em matéria de cooperação naval e de segurança marítima no contexto regional e no âmbito global. Realizar atividades que favoreçam a segurança dos mares, a preservação dos recursos marinhos e dos recursos energéticos promove

a paz e, por conseguinte, viabiliza o desenvolvimento de diversas nações emergentes que necessitam explorar recursos de fundo marinho e de estabilidade para promover seu progresso socioeconômico. Desse modo, a cooperação naval e em missões de paz é vetor para a consecução do fim último da diplomacia brasileira: a promoção do desenvolvimento.

NOTA MÉDIA

Gabriela Barcelos

Tamoio Costa

10,5

TL – 42;

421 palavras;

10 palavras/linha

O Brasil destaca-se, historicamente, por estar presente em diversas operações de manutenção de paz da ONU. Desde a UNEF I, lançada no contexto da Crise de Suez, até hodiernamente, com o Brasil sendo parte em 7 das 12 operações de paz em curso, o país tem desempenhado importante papel. Particularmente após o fim da Guerra Fria, se, por um lado a quantidade de missões de paz da ONU aumentou expressivamente, por outro, também a participação brasileira se tornou mais frequente. É reflexo da confiança na capacidade e conhecimento de campo desenvolvido pelo Brasil a liderança militar no contexto da MINUSTAH. Tal liderança foi exercida durante todo o período de implementação da missão, entre 2003 e 2017. Trata-se de missão complexa, envolvendo não apenas intervenção militar, mas também todo um esforço de reconstrução das capacidades políticas e sociais do país.

No contexto da UNIFIL, o Brasil foi responsável pela liderança da Força-Tarefa Marítima durante quase 10 anos. A missão desempenhada pela força-tarefa buscava proteger o litoral libanês (aproximadamente 200km) e impedir o tráfico de armas e entorpecentes. Os militares brasileiros eram, notadamente, parte de um esforço mais amplo, no qual há também forças terrestres estrategicamente posicionadas em zonas propensas a conflitos entre Líbano e Israel. Cabe, no entanto, ressaltar, que as relações

entre Brasil e Líbano vão muito além da presença da Marinha do Brasil, sendo o Brasil país de escolha de vasto contingente de migrantes libaneses. Os militares brasileiros, por sua vez, também foram muito bem acolhidos no Líbano, tanto por seus habitantes quanto pela estrutura estabelecida pelo Itamaraty no país.

Assim, desde o fim da missão marítima no Líbano, a Marinha brasileira tem trabalhado com ainda mais intensidade na defesa da Amazônia Azul, que equivale a quase 50% do território brasileiro. A Marinha brasileira tem também colaborado com os vizinhos do Cone Sul em exercícios conjuntos de treinamento, como o ocorrido no Uruguai. Há ainda o enfoque concedido ao Atlântico Sul e aos parceiros no contexto da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), garantindo a segurança do entorno estratégico brasileiro e do Atlântico Sul como um todo. A Marinha do Brasil também tem estabelecido formas de cooperação para coibir o tráfico e a pirataria no Golfo da Guiné.

O histórico de atuação da Marinha brasileira e do país como um todo é importante trunfo para a credibilidade internacional do Brasil. A ação em coerência com os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 é uma forte credencial para uma atuação brasileira ainda mais ativa no plano internacional.

TL – 60;
606 palavras;
10,1 palavras/linha

Desde a criação da ONU, e dos debates que subsidiaram a existência das operações de paz, o Brasil tem exercido papel de relevância. Muito embora as operações de paz não estejam expressamente previstas na Carta da ONU, elas puderam ser concebidas pelo que o ex-Secretário Geral da ONU, Dag H., chamou de capítulo 6,5 da Carta da ONY. O próprio início da atuação da ONU, e de seu CSNU, como garantes da manutenção da paz e da segurança internacional confundem-se com o histórico das operações de paz e da atuação do Brasil nessa seara.

A primeira operação de paz de que o Brasil participará será a UNEF I. A operação visava a supervisionar a trégua entre árabes e israelenses, no contexto das guerras decorrentes da instalação de um Estado judeu em território historicamente palestino. Para o Brasil, participar em tal operação representava sobretudo um símbolo de que o país se encontrava apto a participar ativamente da ordem internacional do pós-Guerra. Haverá um intenso engajamento do país nas décadas seguintes com as operações de paz, sobretudo no Oriente Médio. Em âmbito interamericano, com a OEA, o Brasil, por exemplo, participará da Força Interamericana de Paz (FIP), que intervirá na República Dominicana.

O período do Regime Militar, contudo, promoverá uma inflexão na participação do país em operações de paz, tendo em vista razões de política interna e a percepção de que

o Brasil deveria privilegiar a segurança interna, regional e hemisférica em um contexto de bipolaridade (teoria dos círculos concêntricos). Nesse sentido, a participação numérica absoluta do país em operações de paz cairá, refletindo as preocupações acima citadas.

A Redemocratização, por sua vez, imprimirá um novo ritmo na inserção internacional do país e em sua participação em operações de paz. Em um contexto de “renovação de credenciais” e de reflexões acerca novas espécies de operações de paz, como peace-keeping, peace-making, peace-building e peace-enforcement, o país habilitou-se novamente a atuar de maneira assertiva no sistema internacional. Nesse diapasão, o país procurará participar de operações condizentes com os seus interesses estratégicos. Serão emblemáticas dessa atitude as missões em Angola, Moçambique e Timor-Leste (UNAVEM I e II, UNITA I e II, além da UNITAET).

O avanço dos anos 2000, além das discussões a respeito da responsabilidade de proteger (R2P) na Cúpula Mundial em 2005, promoverão um aprofundamento da participação do Brasil em operações de paz. A atuação do Brasil no comando da MINUSTAH e futuramente sua participação na MINUSJUSTH consagram o Brasil como importante garante da paz e da estabilidade nas Américas. A quase uma década de Serviço na Força-Tarefa Marítima da UNIFIL também credenciaram o Brasil como importante player para a paz no Oriente Médio. Além disso, o Brasil passou a manter presença ativa no continente africano, conforme demonstram a MONUSCO, a MINUSCA, a UNAMID, a UNMISS e a MINURSO, em países como Congo, República Centro-Africana, Sudão e Sudão do Sul.

Após a retirada do contingente brasileiro na UNFIL, o Brasil tem afirmado uma série de prioridades em matéria de cooperação naval e segurança marítima. O Brasil tem sido um colaborador ativo na segurança e estabilidade na região do Golfo da Guiné, local característico de pirataria. O Brasil também tem realizado intensa cooperação sob a égide da ZOPACAS, com o objetivo de manter a segurança no Atlântico Sul. São sintomáticos os exercícios navais conjuntos com países africanos (Namíbia e África do Sul). Essas iniciativas demonstram que manter o Atlântico Sul como uma zona de paz é uma prioridade naval, assim como a proteção da Amazônia Azul e a estabilidade das rotas internacionais de comércio (Golfo da Guiné). Não se olvide, igualmente, a atuação na plataforma continental (LEPLAC) com a Namíbia.



Economia

Questão 01

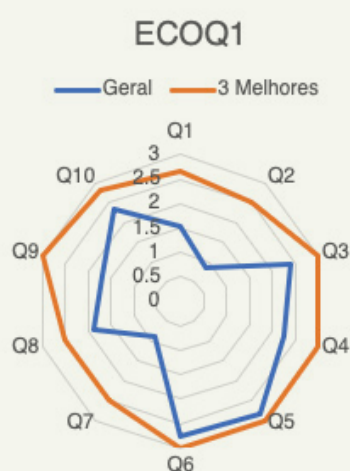
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 21

Média Pessoas com Deficiência: 13,5

Média Candidatos Negros: 14

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A crise da dívida ocorreu no início da década de 1980 e desestabilizou muitas economias latino-americanas e bancos privados internacionais. Segundo Simonsen e Werlang (1990, p. 460), “como a desfavorável aritmética da dívida conduziu ao colapso da reciclagem competitiva, a sabedoria convencional diz que os países devedores têm, agora, que transferir recursos para o exterior porque eles tomaram empréstimos em excesso no final dos anos 70.”

SIMONSEN, M. H.; WERLANG, S. R. O problema da dívida dos países em desenvolvimento: uma análise via teoria dos jogos. In.: Revista Brasileira de Economia, 44(3), 1990, pp. 457-483, com adaptações.

Considerando que o excerto de Simonsen e Werlang (1990) tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- as características da reciclagem competitiva que os autores mencionam;
- o papel dos bancos privados internacionais nesse processo;
- os riscos percebidos desse tipo de operação; e
- os motivos para a formação de um cartel de credores no início da década de 1980.

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Ao longo das décadas de 1960 e de 1970, a dívida externa de países em desenvolvimento era apontada como sustentável.

Q2. Isso ocorria porque as taxas de crescimento das exportações dos países em desenvolvimento estavam acima das taxas de juros internacionais para os empréstimos a esses países.

Q3. O empréstimo oficial era percebido como lento e burocrático, de modo que o empréstimo bancário foi preferido pelos países e visto como de pouco risco pelos bancos.

Q4. Caso não tivessem contraído esses empréstimos, os países em desenvolvimento teriam sido forçados a contrair suas importações de países industriais, agravando a recessão após o primeiro choque do petróleo.

Q5. Esse processo (de empréstimos com bancos privados e rolagem de dívida via tais bancos, e não por canais oficiais) ficou conhecido como reciclagem competitiva.

Q6. O aumento da taxa de juros em dólar, que ocorreu nos anos de 1981 e de 1982, modificou esse cenário.

Q7. Tal fato provocou o aumento das relações juros versus exportação, em 1982, dos países em desenvolvimento.

Q8. O problema foi diagnosticado como sendo de liquidez e não de solvência, o que favorecia a rolagem das dívidas.

Q9. Entretanto, dívida soberana não apresenta efeito colateral da mesma

forma que dívidas privadas, o que aumentou o risco para os credores.

Q10. Por isso, foi estabelecido o cartel de credores como forma de socializar os riscos da operação de rolagem.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência: SIMONSEN, M. H.; WERLANG, S. R. O problema da dívida dos países em desenvolvimento: uma análise via teoria dos jogos. In.: Revista Brasileira de Economia, 44(3), 1990, pp. 457-483.

André Delgado Freire

29

TL – 60;
838 palavras;
13,96 palavras/linha

Os anos 1970 viram o ápice do modelo nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização por substituição de importações no Brasil e em toda a América Latina. O modelo, baseado nas ideias cepalinas, segundo as quais a deterioração dos termos de troca prejudicava o desenvolvimento dos países exportadores de commodities, pressupunha altas taxas de investimento na indústria, muitas vezes superiores à capacidade de poupança doméstica (pública e privada) desses países. O principal entrave ao desenvolvimento durante décadas havia sido a tendência ao estrangulamento externo, decorrente da crescente necessidade de importação de bens de capital e insumos industriais. A solução para a escassez de divisas e de investimentos desde o final da década de 1960, vinha na forma de poupança externa.

À alta liquidez do sistema financeiro internacional somou-se, a partir de 1973, o enorme volume de poupança obtido pelos países da OPEP com o primeiro choque do petróleo. Ao quadruplicar o preço do barril, os países exportadores se viram diante de um grande volume de recursos, os chamados petrodólares. Incapazes de absorver todo o excesso de poupança em suas economias domésticas, tais países buscavam rentabilidade para esses recursos, aplicando-os nos bancos de países desenvolvidos, em franco processo de internacionalização naquela mesma época. Os petrodólares eram, então, direcionados à empréstimos para os países em desenvolvimento importadores de poupança, no processo

denominado reciclagem competitiva. Nada mais era do que o sistema financeiro funcionando como previsto, direcionando os excessos de poupança de alguns países para tomadores de empréstimos interessados em investimentos externos para equilibrar seus balanços de pagamentos e impulsionar seu crescimento.

Os bancos privados, principalmente nos EUA e Europa, tiveram papel central nesse mecanismo. Em um ambiente de alta liquidez, emprestavam a juros baixos, porém flutuantes, para a América Latina, que então apresentava altas taxas de crescimento econômico. Os ativos do sistema bancária em face dos países latinos cresceu vertiginosamente ao longo dos anos 1970. No Brasil, um dos principais tomadores, estava em curso o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel, que colocou a economia em “marcha forçada”, aumentando aceleradamente o endividamento externo, notadamente das empresas estatais, frente aos bancos privados estrangeiros que intermediavam a canalização dos petrodólares. Tal endividamento acelerado continha riscos consideráveis, tanto pra credores quanto para devedores.

Os riscos percebidos desse tipo de operação envolviam o fato de os juros serem flutuantes, podendo levar ao aumento inesperado do custo das dívidas em caso de alteração das condições de liquidez internacional. O excesso de endividamento externo em moeda estrangeira por parte de países em desenvolvimento ensejava riscos relacionados às variações cambiais em caso de desvalorização de suas moedas domésticas. O eventual aperto de liquidez poderia comprometer a capacidade dos devedores de honrar seus compromissos com o serviço da dívida. Por fim, havia o risco sistêmico de

contaminação dos sistemas financeiros nos países desenvolvidos em caso de insolvência e calote da dívida por parte dos latinos, o que não seria exatamente uma novidade na história.

Tais riscos se concretizaram a partir de 1979 com o segundo choque do petróleo. O novo abrupto aumento dos preços do barril desequilibrou rapidamente o setor externo de diversos países, interrompendo o projeto do II PND no Brasil. O primeiro a decretar o calote foi o México em 1982, espalhando o medo de contaminação e interrompendo abruptamente o fluxo de recursos aos países da região. Simultaneamente, o aumento das taxas de juros pelo FED de Paul Volcker, com vistas a controle da inflação que afetava a economia norte-americana, impôs custos adicionais à dívida latino-americana, contraída, lembre-se, a juros flutuantes. Nesse período, o governo do presidente Figueiredo, com Delfim Neto à frente da economia, deu início a negociações com o FMI. Em 1987, o governo Sarney decretaria a moratória da dívida brasileira.

Diante da concretização do risco sistêmico, dada a ameaça de defaults generalizados, os bancos privados credores organizaram-se no Clube de Paris em um oligopólio cooperativo de credores, visando a negociações conjuntas. A formalização de um cartel pressupõe um pequeno número de ofertantes com controle de fatia significativa do mercado e dispostos a cooperar, em sua maioria, para a manutenção de altos preços e a garantia de lucros aos oligopolistas, que passam a agir, em conjunto, com o poder de um monopolista. No caso da crise da dívida dos anos 1980, os credores se uniram para assegurar negociações vantajosas aos seus interesses, mantendo sua capacidade de extrair vantagens dos devedores insolventes, os “consumidores” do

produto cartelizado, isto é, as dívidas. Além disso, por meio da formação desse cartel, reduziram seus riscos individuais associados ao calote dos devedores, distribuindo entre si os prejuízos do default e os custos das negociações.

Conforme apontam Simonsen e Werlang, os países devedores tiveram que transferir recursos ao exterior, uma vez que haviam tomado empréstimos em excesso no final dos anos 1970. Os sacrifícios foram duradouros no caso do Brasil, que só equalizaria plenamente sua dívida externa nos anos 2000, quando se tornou um credor externo líquido. A situação de outros países, a exemplo da Argentina, é reveladora da desfavorável aritmética da dívida e dos riscos da dívida externa.

Ana Cecília Sabbá Colares 27,5

TL – 52;
617 palavras;
11,86 palavras/linha

A crise da dívida dos anos 1980 levou à moratória de diversos países latino-americanos nessa década, a exemplo do México e do próprio Brasil. Pôs, ainda, diversos bancos privados internacionais em situação delicada e, até mesmo, pré-falimentar em determinados casos. Essa conjuntura econômica levou ao que Mario Simonsen e Werlang caracterizam como “colapso da reciclagem competitiva”.

A reciclagem competitiva consistia em financiar o endividamento por meio de mais endividamento. Prática comum do Brasil ao menos desde o início da República, no contexto do 1º choque do petróleo, de 1973, foi a opção escolhida pelo país para manter os níveis de crescimento econômico. Esse processo de reciclagem competitiva previa taxas de juros flutuantes para os tomadores de empréstimos e funcionou enquanto ainda houve liquidez no mercado financeiro internacional. Era uma opção sobretudo dos países em desenvolvimento, que podiam tomar empréstimos junto a bancos privados internacionais sem ter de dar muitas garantias ou ter de se submeter às condições de austeridade fiscal normalmente impostas pelo FMI para a tomada de empréstimos. O pagamento dos juros e das amortizações movimentavam o sistema financeiro e permitia que novos empréstimos fossem feitos, justificando, assim, o nome “reciclagem”.

Nesse processo, como se pode perceber, os bancos privados internacionais assumem importância central, pois era por meio deles que eram realizados os empréstimos. Com pouca regulamentação e com baixa (ou quase inexistente) avaliação de risco, os bancos tornaram-se cada vez mais vulneráveis ao não pagamento dos empréstimos e, quando a impossibilidade de pagamento veio, ocasionada pelo 2º choque do petróleo, a necessidade de socorro aos bancos levou ao próprio colapso do sistema. Dessa primeira experiência, perceberam-se os riscos da aprovação de empréstimos sem garantias, da ausência de regulamentação bancária sobre colchões mínimos de liquidez e limites de alavancagem e da ausência de agências de risco. Era preciso, pois, tornar os bancos mais resilientes a crises, e data da década de 1980 a Convenção da Basileia I, que buscava servir a esse propósito. Ademais, o financiamento do endividamento por meio de mais empréstimos trouxe à tona a vulnerabilidade do mundo em desenvolvimento a esse tipo de operação, com crises inflacionárias que se converteram em crises econômicas e políticas, ao longo de toda a década de 1980, em diversos países do Sul Global.

Nesse contexto, formou-se um cartel de credores no início da década de 1980. O principal motivo que levou a essa formação foi o 2º choque do petróleo, de 1979, tributário da diminuição da produção do produto no Oriente Médio, devido à eclosão da Revolução Iraniana. A isso, somou-se a decisão de Paul Volcker, à frente do FED, de aumentar exponencialmente a taxa de juros americana, a fim de controlar a inflação no país e voltar a atrair investimentos externos. A medida fez com que os juros flutuantes das dívidas dos países em desenvolvimento se multiplicassem, e a dívida de muitos deles se tornassem

impagáveis, como foi o caso do Brasil. Assim, a impossibilidade de pagamento (cunhada de “crise da dívida”), somada à falta de liquidez do sistema financeiro internacional, devido ao arrocho monetário do FED e o fim da “reciclagem dos petrodólares”, levou à falência de bancos privados internacionais e ao colapso do sistema de reciclagem competitiva, sendo requerido, dos países em desenvolvimento, que honrassem, então, com seus compromissos. Assim, surge um cartel de credores no início da década de 1980, que vai tentar impor regras mais rígidas para a contração de empréstimos, em especial, dos países em desenvolvimento.

A experiência da crise da dívida na década de 1980 no Brasil colocou em pauta a viabilidade do crescimento por meio do endividamento, assim como a sustentabilidade dessa prática. Se a lição foi aprendida, talvez a década de 1980 não tenha sido de todo “perdida”.

Leonardo Maciura Beltrame 27,5

TL – 60;
1023 palavras;
17,05 palavras/linha

A década de 1970 foi a origem de muitos problemas para países devedores, especialmente países periféricos, os quais sustentavam o seu processo de desenvolvimento em financiamentos internacionais. Conforme sustentam Simonsen e Werlang, a crise da dívida da década de 1980 decorreu da impossibilidade de se continuar recorrendo à reciclagem competitiva, convertendo a dependência externa em restrição externa.

O fenômeno da reciclagem competitiva, amplamente utilizado durante a década de 1970, possui algumas características peculiares. Ao final da Guerra do Yom Kippur (1973), os países árabes produtores de petróleo resolveram restringir a produção, o que ocasionou, em função da alta demanda, grande aumento nos preços. Muitas economias latino-americanas, dentre as quais o Brasil, adotavam políticas industrializantes de substituição de importações, de modo que eram altamente dependentes da importação de petróleo e da captação de empréstimos externos, uma vez que havia ampla liquidez no sistema financeiro internacional no contexto do fim do padrão dólar-ouro, decretado unilateralmente pelos EUA em 1971. Com o 1º Choque do Petróleo, o preço das importações disparou, o que gerou deterioração profunda no balanço de pagamentos desses países. No entanto, ainda havia muita liquidez no sistema financeiro internacional, por conta da reciclagem dos petrodólares, que possuía os seguintes traços: países importadores

comparavam petróleo; países produtores de petróleo depositavam os recursos advindo das exportações em bancos privados internacionais; esses bancos emprestavam recursos aos países periféricos, para que continuassem seus programas de desenvolvimento. Essa situação se tornou insustentável no final da década de 1970, com o 2º Choque do Petróleo e o aperto monetário promovido pelo FED em 1979. Os países devedores, a partir de então, passaram a enfrentar dois grandes problemas: o fim da liquidez no sistema financeiro internacional e a alta dos juros de forma quase generalizada. Como as dívidas eram a juros flutuantes, pós-fixadas, a dívida externa se tornaria impagável. Além disso, a alta dos juros nos EUA provocava fuga de capitais dos países periféricos, ocasionando maior deterioração no balanço de pagamentos. A dependência externa se convertia em restrição externa.

Os bancos privados internacionais, como visto, tiveram papel central nesse processo. Até o 2º Choque do Petróleo, eram os principais destinos dos dólares do petróleo e a principal origem dos empréstimos para as economias periféricas. Com o aperto monetário e a alta dos juros, a dívida externa se tornaria impagável, culminando na crise da dívida na década de 1980, que ficou conhecida, em muitos países, como a “década perdida”. Subitamente, os bancos internacionais viam-se desestabilizados, pois contavam com ativos e créditos podres que, aparentemente, não iriam recuperar. A expectativa era a de que a maturação no processo de ISI nos países devedores conduziria, eventualmente, ao pagamento de empréstimos e ao reequilíbrio no balanço de pagamentos, mas, na prática, prevaleceu a moratória da dívida externa, casos do México, em 1982, e do Brasil, em 1987, e em

pedidos de socorro ao FMI. A moratória mexicana contribuiu para agravar ainda mais a crise da dívida, devido ao “efeito contágio”. Os capitais saíam maciçamente dos países periféricos, retroalimentando a crise. Houve a quebra de muitos bancos privados internacionais, enquanto alguns deles, apoiados pelos governos nacionais, sobreviveram e se tornariam grandes credores dos países periféricos, aos quais só restaria negociar planos de reestruturação da dívida, como o Plano Brady, no caso do Brasil.

A reciclagem competitiva apresentava muitos riscos percebidos. De início, apostava na permanência da liquidez no sistema financeiro internacional, embora o sistema já desse sinais de desgaste. Além disso, confiava-se enormemente na maturação dos projetos industriais, os quais tornariam os países periféricos exportadores de produtos de maior valor agregado, revertendo a tendência de déficit – esse foi o caso, no Brasil, da “marcha forçada” de Geisel, em que se optou pelo crescimento com endividamento. Essa estratégia era arriscada porque a maturação seria um produto de longo prazo, não impedindo as crises da dívida. Outro risco diz respeito ao colapso cambial, à desvalorização excessiva e ao incremento da inflação. Com efeito, a inflação, sobretudo de custos, foi um grande problema para os países devedores, já que o preço dos insumos aumentava a passos largos. Para os bancos, os riscos eram, basicamente, de insolvência, o que tolhia a possibilidade de se fornecerem créditos ilimitados. Por fim, voltando aos países periféricos, a alta dos juros desestimulava o consumo e o investimento e contribuía para o ambiente de recessão, que tomou conta dessas economias durante a década de 1980.

Em função desse cenário, os credores internacionais optaram por formar um cartel, no início da década de 1980. Um dos motivos para essa decisão foi a possibilidade de adquirir maior força conjunta ante os países devedores, de modo a facilitar a imposição de medidas mais rígidas e evitar que alguns deles prejudicassem a outros com posturas mais permissivas. Outra razão é o fato de que muitos desses bancos encontravam-se enfraquecidos, à beira da insolvência, de modo que não possuíam alternativas senão negociar em conjunto. Muitas dessas negociações foram assumidas por governos e/ou instituições internacionais, os quais, a fim de reduzir os custos de transação diante da multiplicidade de credores, optaram pela formação de um cartel de credores. Muitos desses bancos privados internacionais, nesse sentido, eram “too big to fail” – a sua quebra ocasionaria danos enormes no conjunto da economia. Em contrapartida, os países devedores também congregaram esforços para negociar coletivamente o refinanciamento da dívida, com o objetivo de ganhar força. Destaca-se, com essa lógica, o Consenso de Cartagena, de meados dos anos 1980, formado por vários países latino-americanos, dentre os quais o Brasil.

A reciclagem competitiva foi a ferramenta utilizada por muitos países latino-americanos na década de 1980 para financiarem os seus projetos de desenvolvimento, especialmente após o I Choque do Petróleo. No entanto, ela pressupunha a existência de ampla liquidez no sistema financeiro internacional. Quando essa liquidez deixou de existir, após o II Choque do Petróleo e o aperto monetário do FED, o resultado foi a crise da dívida, que afetou também os bancos privados internacionais, que efetuavam a rolagem dessa dívida. Iniciava-

se a “década perdida” na América Latina, com sucessivas moratórias e calotes. No Brasil, Geisel optou pela “marcha forçada”, enquanto o governo Figueiredo, após o fracasso da estratégia de maxidesvalorização, teve de recorrer ao ajuste recessivo.

TL – 60;

877 palavras;

14,61 palavras/linha

O endividamento público é um instrumento importante para a distribuição intertemporal ótima das políticas públicas, tornando possível dissociar, temporariamente, a provisão de bens, por parte dos entes governamentais, da arrecadação de tributos. Na década de 1960 e de 1970, diversas economias latino-americanas passavam pelo processo de industrialização tardia por meio da substituição de importações. Segundo a concepção estruturalista da escola da CEPAL, esse processo seria necessário para que a economia fosse capaz, posteriormente, de produzir bens de capital por conta própria. Para isso, a participação do setor público, cumprindo sua função alocativa, foi essencial no fomento à indústria pesada e à construção de infraestruturas que dessem o suporte energético adequado ao desenvolvimento. No Brasil, a década de 1960 passou por um período de reformas estruturais no sistema financeiro, conhecido como PAEG. O grande problema da economia nacional, assim como em outros países vizinhos, era a falta de um sistema robusto de financiamento a longo prazo. A partir dessas reformas, a década de 1970, sobretudo no início, testemunhou uma fase de muitos investimentos na construção civil e subsídios à agricultura. Isso foi possível graças à abundância de liquidez no sistema internacional e, no caso do Brasil, graças à normativa 4.131 e à resolução 63, que permitiam que

empresas e bancos privados fizessem empréstimos diretos.

Houve, nesse período, sobreendividamento da economia, o que se tornou ainda mais grave quando as resoluções 432 e 320, por meio de hedges cambiais, estatizaram a dívida. Quando houve o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, os países produtores do Oriente Médio aumentaram vertiginosamente os preços do barril, gerando uma inflação significativa de custos nos países que, como o Brasil, dependiam da importação do produto. Foi nesse contexto que o ciclo de reciclagem competitiva se instaurou. Os EUA reagiram a esse choque aumentando a oferta de divisas e diminuindo os juros. Os países que haviam tomado muitos empréstimos se viram impulsionados a seguir investindo, como foi o caso do II PND (1974) de Geisel. Como os países produtores de petróleo passaram a receber mais divisas, eles dispunham de mais recursos para fazer investimentos. Esse ciclo (enviar divisas para o pagamento de petróleo e receber divisas para realizar investimentos) também foi chamado de reciclagem dos “petrodólares”. A situação passou a esgotar-se quando houve mais um Choque do Petróleo, em 1979, tendo como reação do FED a contração da política monetária e o aumento dos juros. Sendo assim, o serviço da dívida dos bancos privados e da economia passou a fundamentar a célebre “crise da dívida”, dos anos 1980. Com os movimentos especulativos dos investidores, em meio a esse cenário, houve, no México, o chamado “Setembro Negro”, em 1982, que causou corte brusco no fluxo de capitais para os PEDs.

O papel dos bancos privados internacionais, nesse processo, está relacionado à tomada de empréstimos e ao fornecimento de

crédito para a realização de inversões no setor infraestrutural do país. Como mencionado, a falta de um sistema de financiamento de longo prazo obrigou as economias a realizarem acordos e transações com bancos de grande porte, sobretudo dos EUA e da Europa, onde o sistema financeiro é, tradicionalmente, mais estruturado. Há, ainda, a necessidade de conversão de divisas para a realização de transações comerciais, especialmente com o dólar. Sendo assim, sob o monitoramento do Banco Mundial e os parâmetros de estabilidade dos Acordos de Basileia, os bancos atuam garantindo a movimentação necessária da liquidez tanto para os Estados quanto para entes privados nacionais.

Nesse tipo de operação, Sargent & Wallace alertam para os riscos do endividamento excessivo no que nomeiam Teoria Fiscal da Dívida. O aumento da emissão de títulos públicos associados a tomada de empréstimos, segundo os autores, possui um “potencial inflacionário de longo prazo”. Isso porque o custo da dívida vai-se tornando cada vez maior, gerando a possibilidade de haver “default” do governo, caso a dívida seja insustentável, aumentando a fuga de divisas e pressionando pela desvalorização/depreciação da moeda nacional. Pelo lado da segurança financeira internacional, há também o risco de o hiato entre o montante emprestado e a quantia de reservas bancárias levar a crises sistêmicas, especialmente sob ataques especulativos, o que é normalmente monitorado pela regulação preventiva, que exige reservas mínimas dos bancos, ou pela regulação comportamental, que propugna por transações transparentes com pleno acesso a informações.

O cartel caracteriza-se por ser um tipo de oligopólio em que há acordo explícito (conluio) para a regulação dos preços. Essa prática é proibida na maior parte das economias, como é o caso do Brasil, por meio do CADE. No mercado internacional de crédito, o cartel que se formou na década de 1980 esteve associado aos grandes retornos de escala do setor petrolífero. Exportadores do Golfo Pérsico, principalmente, usando seu poder de mercado, aumentaram seus lucros, em detrimento da redução da liquidez dos demais países. Sob a instabilidade do contexto internacional e a política restritiva de Ronald Reagan, os investidores também procuravam segurança nas moedas mais fortes, como o dólar e o euro, principalmente. Todo esse cenário impactou economias menores e criou um virtual oligopólio caracterizado de Estados e bancos privados que tinham possibilidade de emprestar. Por essa razão, economistas costumam advogar pela política de equilíbrio orçamentário, de maneira que os países possam reduzir os riscos fiscais, aumentar a credibilidade e diminuir a dependência dessas operações.

TL – 59;
619 palavras;
10,5 palavras/linha

O conceito de reciclagem competitiva mencionado por Simonsen e Werlang foi desenvolvido para descrever a manutenção da competitividade de empresas e setores da economia com base em fatores outros que o retorno auferido pela realização da venda de bens ou serviços. O conceito trata da atuação de elementos externos à firma na manutenção da competitividade, podendo ser tanto empréstimos realizados por agentes privados quanto flexibilidades promovidas pelo poder público, como isenções tarifárias e subsídios. Uma vez que esses auxílios às empresas são cortados, suspensos, há o colapso da reciclagem competitiva, uma vez que as empresas não têm condições de manter o mesmo nível de competitividade e são, portanto, abarcadas por empresas maiores ou destruídas. Essa reciclagem foi presente em vários países da América Latina durante o período de auge do desenvolvimentismo, por meio de vultosos empréstimos, auxílio do governo, protecionismo e reservas de mercado.

Nesse contexto, os bancos privados exerceram importante papel, uma vez que grande parcela do capital utilizado pelas empresas para manter suas atividades foi emprestado por esses bancos. Havia, no contexto internacional, sobretudo a partir da crise do petróleo de 1973, uma situação de alta liquidez. Governos do Golfo, para os quais fluiu intenso capital devido ao aumento dos preços do petróleo,

depositaram seus dólares em bancos internacionais à espera de lucrativas oportunidades de investimento, são os chamados petrodólares. Na medida em que o lucro só se realiza quando está em circulação, esses dólares foram em grande parte reinvestidos, emprestados, a países da América Latina – que buscavam a todo custo desenvolver-se no período -. No Brasil, foi financiado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) durante o governo Geisel, no qual buscava-se complementar o parque industrial brasileiro antes da diminuição da liquidez internacional. Entre 1973 e 1978, foram realizados importantes investimentos em tecnologia, com a criação da Embrapa, por exemplo, em bens de capital, com o estabelecimento da Imbel, como ilustração, e em energia, com a construção da usina de Paulo Afonso, notadamente.

A operação, no entanto, não era desprovida de riscos, do ponto de vista dos credores internacionais. De fato, tratava-se de somas bastante elevadas de capital a ser emprestado a países com alto grau de endividamento adquirido nos anos anteriores. Havia dúvidas sobre a capacidade de solvência da dívida, tanto externa quanto interna e, embora a economia apresentasse crescimento, como é o caso do Brasil, o parque industrial continuava incompleto e a economia mantinha elevado grau de protecionismo. A pressão inflacionária era também um risco de vinha se avolumando devido ao alto grau de endividamento público. Finalmente, cabe ressaltar o risco político, onde por um lado havia a possibilidade de moratória decretada por governo ditatoriais, por outro, a queda do governo que levaria a novo regime político. Todos esses fatores levaram à adoção, pelos credores, de altas taxas de juros pós-fixados, porquanto o alto risco demanda maiores retornos, sob a perspectiva do capital.

Dada a eclosão da crise da dívida nos anos 1980 na América Latina, os bancos passaram a agir como um cartel. O cartel é possível em uma estrutura de mercado oligopolista, com poucos fornecedores – no caso, bancos –. Os ofertantes agem em conluio para estabelecer um determinado preço por seu produto e uma dada quantidade a ofertar. Essa articulação entre os fornecedores permite sua atuação como se fosse um mercado monopolista, há uma oferta menor e um preço mais alto do que em mercado competitivo. Dessa forma, há maior cooptação do excedente do consumidor em favor do monopolista. Cabe ressaltar ainda que, dado o contexto de urgente necessidade de capital para pagamento da dívida, o empréstimo torna-se um bem de baixa elasticidade – considerando-se sua essencialidade. Como consequência, os bancos poderiam ser capazes de cobrar valores ainda maiores pelos empréstimos realizados.

Questão 02

Relatório de notas

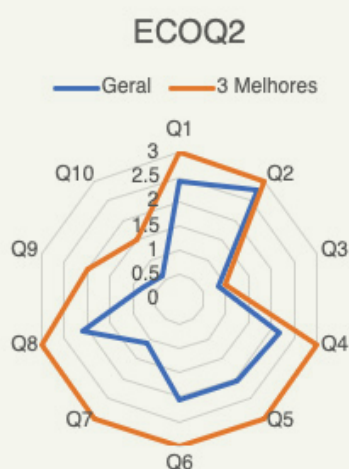
Média Ampla Concorrência: **18,9**

Média Pessoas com Deficiência: **18**

Média Candidatos Negros: **6,5**

Considerando o exposto e os conhecimentos acerca de balanço de pagamentos, redija um texto dissertativo no qual explique o porquê de essa pessoa estar equivocada e de a proposta não ter como prosperar.

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, a situação hipotética a seguir.

Suponha que uma pessoa proponha as seguintes medidas para avançar o crescimento brasileiro: fomentar o aumento das exportações de bens e serviços gerando constantes superávits em conta corrente; estimular a atração do investimento externo, ano a ano, levando a substanciais saldos nas contas de capital e financeira; e promover a diminuição das reservas estrangeiras para reduzir o custo fiscal. A esse respeito, ela argumenta que as maiores economias do mundo consistentemente adotam política dessa natureza.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Para verificar que a proposta é contraditória, é necessário entender o que é o balanço de pagamentos e seus componentes – a conta de transações correntes, a conta de capital, a conta financeira e a relação com os haveres da autoridade monetária. Na definição do Banco Central do Brasil, tem-se o seguinte: “o balanço de pagamentos é o registro estatístico de todas as transações – fluxo de bens e direitos de valor econômico – entre os residentes de uma economia e o restante do mundo, ocorridos em determinado período de tempo.” Cada uma dessas transações é classificada como transação corrente, ou como transação de capital ou financeira, o que determina as contas que compõem o balanço de pagamentos. Para a organização das estatísticas, o Banco Central do Brasil adota metodologia que se conforma com a sexta edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimento (BPM6), do Fundo Monetário Internacional (FMI), desde junho de 2015.

A conta de transações correntes traz a soma dos resultados da balança comercial, da balança de serviços, da balança de rendas e das transações unilaterais correntes. A balança comercial é o resultado das exportações menos as importações de bens, os definidos como itens físicos e produzidos, sobre os quais direitos de propriedade podem ser estabelecidos e transferidos de uma unidade institucional para outra por meio de transações. A balança de serviços é calculada a partir do resultado dos gastos de não residentes no Brasil, menos os gastos dos residentes no Brasil com serviços no exterior. Entre os serviços apurados, citam-se

transportes, viagens internacionais, seguros e serviços governamentais. Em Rendas, são incluídas receitas advindas de salário e ordenado; lucros e dividendos; e juro. Por último, as transferências unilaterais correntes são o resultado líquido dos seguintes tipos de operação: as recebidas por residentes no Brasil têm valor positivo; e as enviadas por residentes no Brasil, valor negativo.

A conta capital registra as transferências de ativos não financeiros, não produzidos, e transferências de capital (ativos reais e financeiros). A conta financeira registra fluxos de transações e de capital, e está dividida em investimento direto, investimento em carteira, derivativos, e outros investimentos. Pela definição do BPM6, “direct investment is a category of cross-border investment associated with a resident in one economy having control or a significant degree of influence on the management of an enterprise that is resident in another economy. [...]”.

A abertura de uma filial de uma empresa estrangeira no Brasil, os empréstimos entre a matriz e as filiais e a detenção do controle de empresas de países diferentes são exemplos de investimento direto. Investimentos em carteira são a aquisição de ações e de outros títulos. Derivativos são contratos cujo valor é determinado a partir de outro ativo (de onde “derivam”).

Finalizam os componentes do balanço de pagamentos os haveres da autoridade monetária, que são as reservas internacionais sob controle da administração. São considerados reservas nacionais ouro, direitos especiais de saque (ativos emitidos pelo FMI), posição de reservas no FMI, reservas em moeda estrangeira, além de outros ativos de alta liquidez.

O cálculo do balanço de pagamentos adota o princípio das partidas dobradas. Por esse princípio, cada transação no balanço de pagamentos será registrada duas vezes, uma como crédito (recursos que entram no País) e outra como débito (recursos que saem do País). No caso da exportação de soja, por exemplo, no valor de 100, essa exportação será registrada como crédito em exportações, mas terá de representar débito em algum outro item. Se o exportador recebeu dólares por sua exportação e os vendeu a um operador de câmbio, haverá um aumento de ativo externo pelo operador de câmbio, o que representa débito.

Nesse contexto, a proposta de saldos nas contas de transações correntes, de capital e financeira sem aumento de reservas não pode prosperar porque cada transação que tende a aumentar o saldo em transações correntes tende a reduzir o saldo nas contas de capital e financeira. Por exemplo: uma exportação tem a tendência de aumentar o saldo em transações correntes, porém deve haver um destino para a moeda estrangeira adquirida pela exportação. Se ela for utilizada para adquirir bens ou serviços do exterior, irá cancelar o efeito sobre as transações correntes, assim como ocorrerá se o dinheiro for transferido unilateralmente a um não residente.

Se, porém, a moeda estrangeira for utilizada para a compra de ativos no exterior – ações ou títulos, por exemplo – será aumentado investimento de residentes brasileiros no exterior, o que tende a reduzir o saldo do investimento no Brasil, diminuindo o saldo da conta de capital.

Fica claro, portanto, que a tendência de todo saldo em transação corrente é um deficit semelhante nas contas financeira e de capital, e vice-versa. A única exceção para essa tendência advém do fato de as reservas

internacionais não estarem incluídas nas contas financeira e de capital. Nesse caso, um país pode estar com saldo nas contas de capital e financeira, mas se todo o saldo nas transações correntes for compensado por aquisição de reservas pela autoridade monetária, será possível manter saldo positivo nos dois aspectos do balanço de pagamentos.

Na prática, observa-se que países com superávits em transações correntes tendem a apresentar déficit em investimento externo líquido, e vice-versa. Com efeito, nem os Estados Unidos da América (EUA) e nem a China apresentam consistentemente superavit em ambos. De maneira geral, os EUA acumulam déficit em transações correntes há décadas, enquanto a China apresenta superavit. Do ponto de vista dos investimentos externos, ocorre o inverso e, enquanto os EUA acumulam superavit, a China acumula déficit. Nesse caso, a política chinesa incrementou o nível de reservas a até um pico de US\$ 3,9 trilhões em 2014, o que representou quase 40% do produto interno bruto chinês à época.

Q1. Definir satisfatoriamente o que é o balanço de pagamentos.

Q2. Citar os componentes principais do balanço de pagamentos.

Q3. Mencionar as autoridades responsáveis pelo levantamento das estatísticas no Brasil e pela padronização do sistema.

Q4. Elaborar os componentes da conta de transações correntes.

Q5. Elaborar os componentes da conta capital.

Q6. Elaborar os componentes da conta financeira.

Q7. Explicar o princípio de partidas dobradas.

Q8. Explicar como saldos em transações correntes tendem a ser compensados por deficits nas contas de capital e financeira.

Q9 e Q10. Explicar como o balanço de pagamentos de duas grandes economias diferem do que sugere o enunciado, a exemplo China e EUA.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

IMF (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual. International Monetary Fund.*

BCB (2014). *Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm1bpm6p.pdf>>.* Acesso em: 30 abr 2022.

BCB (2015). *Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6). Nota Metodológica no 2 – Transações correntes. Disponível em: .* Acesso em: 30 abr 2022.

BCB (2015). *Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6). Nota Metodológica no 3 – Investimentos diretos e renda primária (lucros). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/notas_metodologicas/balanco_pagamentos/bpm6/nm3bpm6p.pdf>.* Acesso em: 30 abr 2022.

Fernanda Brandão de Souza

30

TL – 60;
762 palavras;
12,7 palavras/linha

A estrutura do Balanço de Pagamentos brasileiro, conforme as recomendações do BPM6, constitui-se pela Conta de Transações Correntes (CTC), a qual se subdivide em Balança Comercial (BC), que registra as exportações líquidas, em Balança de Serviços (BS), que registra a troca de serviços com o exterior, em Rendas Primárias (RP), referentes às transações de fatores produtivos, e em Rendas Secundárias (RS), concernentes às transações unilaterais de renda sem contrapartidas. A Conta Capital, por sua vez, registra ativos não produzidos, ao passo que a Conta Financeira (CFIN) elenca os ativos e passivos de residentes referentes a investimento diretos, investimentos em portfólio ou em carteira e outros investimentos. A Conta de Ativos de Reserva, por fim, inserida na CFIN, registra a quantidade de reservas que entram e que saem do país, impactando a elevação ou a dedução da base monetária no mesmo montante. Essa conformação do Balanço de Pagamentos possibilita o registro das transações realizadas entre residentes e não residentes e permite avaliações consistentes acerca de quais medidas são, de fato, adequadas e pertinentes para avançar o crescimento brasileiro.

Com base no princípio das partidas dobradas, é possível perceber que a proposta enunciada no excerto da questão é equivocada e contraditória, de modo que não pode ser adotada como estratégia para o crescimento brasileiro. O saldo global do Balanço de Pagamentos deve, sempre, ser igual a

zero, de sorte que a CFIN, incluindo a Conta de Ativos de Reserva, deve ter valor equivalente ao somatório das receitas e das despesas da CTC e da Conta Capital, descontados eventuais Erros e Omissões. Desse modo, não seria coerente haver constantes superávits na conta-corrente (CTC), sem que isso gerasse contrapartidas na CFIN. O fomento a superávits e o aumento das exportações de bens e serviços geram, primeiramente, a elevação do saldo da Conta de Ativos de Reserva, da CFIN, o que contradiz a hipótese de que deveria haver superávits em CTC, juntamente com a redução das reservas estrangeiras. Além disso, superávits em CTC tendem a gerar uma poupança externa, o que reduz a capacidade de não residentes de investirem no Brasil com base em ativos financeiros advindos da poupança externa. Com efeito, o saldo da CTC, que consiste na dedução de despesas em face das receitas, deve ter resultado equivalente ao da CFIN, cujo saldo decorre da equação ativos menos passivos, haja vista que não são feitas referências à Conta Capital ou a Erros e Omissões.

O estímulo à atração de investimentos externos também se relaciona com o saldo em conta-corrente e com o montante das reservas estrangeiras. Os investimentos externos estão relacionados, em grande medida, às taxas de juros domésticas, considerando também o risco do país e o risco de desvalorização cambial. Desse modo, altas taxas de juros tendem a atrair capitais de curto prazo (investimentos em portfólio), ao passo que desincentivam o investimento direto no país (IDP). Os investimentos diretos (IDP) podem acarretar reduções nas reservas estrangeiras devido às rendas líquidas enviadas ao exterior (RLEE); no entanto as reservas são ampliadas com a atração de capitais de curto prazo, o que, mais uma vez, demonstra o equívoco da proposta analisada.

De todo modo, não se pode considerar que a promoção da dedução das reservas estrangeiras seja medida eficaz para o crescimento econômico sustentado ou para a redução do custo fiscal. De fato, há um custo de carregamento associado à elevação de reservas, visto que essas poderiam ser utilizadas para outros fins, como, por exemplo, para realizar o pagamento do serviço da dívida ou de seu principal, deduzindo déficits nominais que comprometem o resultado fiscal. Apesar disso, essa medida não afeta o esforço orçamentário do governo, que é necessário para produzir superávits primários e, efetivamente, reduzir o custo fiscal. Além disso, a manutenção de reservas pode ser importante para momentos de crise cambial ou de choques externos, em que o uso dessas reservas pode ser adequado para ancorar as expectativas dos agentes, por meio das estabilidades cambial e monetária e por meio do crescimento sustentado.

Finalmente, não se pode afirmar que as maiores economias do mundo consistentemente adotem políticas dessa natureza. Os Estados Unidos, que apresentam o maior PIB nominal do mundo, apresentaram, em sua trajetória, elevados déficits gêmeos, enquanto a China, com o maior PIB em paridade de poder de compra, possui elevados valores em ativos de reservas estrangeiras. As transações registradas no Balanço de Pagamentos evidenciam que há equilíbrios e contrapartidas nas trocas entre residentes e não residentes e que há complementaridade entre as economias externas e domésticas, de sorte que um jogo de soma-zero não é necessário para a consecução de crescimento econômico.

Otávio Forattini

Lemos Igreja

27,5

TL – 60;
738 palavras;
12,3 palavras/linha

O Balanço de Pagamentos é o método do Banco Central para medir as contas externas brasileiras. Atualmente, o cálculo utilizado é o BPM6, que se baseia na análise de fluxos. O sistema de contrapartidas se mantém nesse modelo, e essas se concentram na Conta Financeira do Balanço. O cálculo é obtido pelo saldo da Conta Financeira, subtraindo o saldo da Conta Capital e subtraindo o Saldo de Transações Correntes, para obter o valor correspondente a erros e omissões, preferencialmente próximo a zero.

O Saldo de Transações Correntes (STC) é obtido pela soma da Balança Comercial, que é a diferença de bens exportados e importados, da Balança de Serviços, da conta de Renda Primária e da Conta de Renda Secundária. A Renda Primária se refere a juros, aluguéis e serviços, enquanto a Renda Secundária se refere primordialmente a doações. Ambas as contas são obtidas pela diferença da renda recebida no exterior com a renda enviada ao exterior. A Conta Financeira é calculada pela diferença entre o saldo de ativos (investimentos – desinvestimentos) e o saldo de passivos (investimentos – desinvestimentos) de fluxos financeiros, principalmente investimentos em portfólio e investimento externo direto. Já a Conta Capital diz respeito a transferências unilaterais. O Brasil costuma ser deficitário em transações correntes, levemente superavitário na Conta Capital, e deficitário na conta financeira.

Na proposta mencionada, os movimentos indicados não trariam os resultados esperados. De modo

geral, o aumento das exportações de bens e serviços não necessariamente provoca superávits no saldo de transações correntes, sendo o caso brasileiro evidência dessa relação. De todo modo, em uma economia aberta, com alta mobilidade de capitais e câmbio flutuante, tal como a economia brasileira, os constantes superávits em transações correntes significariam a maior entrada de divisas estrangeiras do que a saída, provocando processo de apreciação cambial. A apreciação do Real diante da moeda estrangeira aumentaria o preço do produto no mercado internacional, o que reduziria a competitividade das exportações brasileiras. Consequentemente, haveria uma pressão contrária, de diminuição das exportações, no cenário apresentado. Esse processo é corroborado pelo uso do modelo IS-LM-BP, com expansão da curva IS, em cenário de mobilidade de capitais e câmbio flutuante, seguindo de retorno em direção ao ponto inicial, a depender do grau de mobilidade de capitais.

O estímulo à atração de investimento externo levaria antes a um déficit na conta financeira, com a expansão de passivos da conta financeira, levando a um desequilíbrio em relação ao saldo de transações correntes. O intenso investimento externo na economia nacional também contribuiria para a apreciação cambial, prejudicando o cenário de crescimento proposto. A apreciação cambial desestimularia a entrada de investimentos.

A sugestão de financiamento da política fiscal pelo uso das reservas internacionais também é insustentável para o crescimento brasileiro. A manutenção de expressivas reservas internacionais é importante para eventuais desequilíbrios do balanço de pagamentos e para o contrapeso à dívida externa. A queima dessas divisas deixara o país sujeito a moratório

internacional e instabilidade externa, como já ocorreu na história econômica brasileira. A saúde fiscal nacional deveria antes se basear na relação dos gastos com a arrecadação tributária e os espaços para crescimento da demanda e da oferta agregada nacional. O compromisso com o tripé macroeconômico de metas de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante impede o uso de reservas para saneamento fiscal. O país dispõe de outros instrumentos, como o controle da carga tributária, com aumento ou diminuição de impostos, para a política fiscal.

O raciocínio da pessoa em questão também se equivoca em argumentos que esse modelo é utilizado de forma consistente pelas maiores economias mundiais. Países como o Estados-Unidos, Alemanha e França apresentam déficit em suas balanças comerciais. O crescimento da China, por exemplo, é mantido por ação em todos os componentes do Produto Interno Bruto, com estímulos à poupança, ampla massa consumidora, gastos governamentais e saldo positivo da balança comercial.

De modo geral, aponta-se para o componente da poupança como principal limitador do crescimento e do desenvolvimento nacional. O aumento nos níveis de poupança privada, governamental e externa no Brasil estimularia o investimento produtivo, com efeitos de longo prazo sobre a oferta agregada brasileira. Se o Brasil é abundante em recursos naturais, ainda carece de investimentos na qualificação da mão de obra, no desenvolvimento tecnológico e no capital produtivo. Uma expansão do mercado consumidor mediante aumento da massa salarial acompanhada de proporcional desenvolvimento tecnológico-produtivo, dentro dos compromissos

do tripé macroeconômico, demonstra ser caminho mais eficaz para o país na economia internacional.

Renato de Mendonça Neves 25,5

TL – 60;
765 palavras;
12,75 palavras/linha

A proposta da pessoa de acumular constantes superávits em conta corrente (TCC) e substantivos saldos nas contas capital e financeira (CCF) está equivocada porque vai contra a própria composição do balanço de pagamentos. A função do balanço de pagamentos (BP) é registrar todas as transações que uma economia efetua com o resto do mundo em um período determinado. No modelo BPM6, o registro é feito de transações entre residentes e não residentes, de maneira que o somatório de todas as transações deve ser zero. O saldo do BP é dado pela equação $TCC + CCF + \text{Erros e omissões} = 0$. Se a economia acumula superávits em conta corrente e em conta financeira e capital, o saldo do BP estaria equivocado.

A conta de transações correntes (TCC) é composta de três contas: a balança comercial de bens e serviços, que é formada por importações e exportações; a conta de Renda Primária, que inclui a remuneração pelos setores de produção (lucros, salários, juros e aluguéis); e a conta de Renda Secundária, que inclui doações e ajuda humanitária. A soma do saldo dessas três contas equivale ao saldo em transações correntes, que compõe a parte “acima da linha” do BP.

Pelo princípio das partidas dobradas, transações registradas acima da linha devem ter sua contrapartida registrada na conta abaixo da linha – ou seja, a CCF. Caso um país venda um bem para o exterior, essa transação será registrada na conta de exportações,

tendo sua contrapartida na conta de reservas internacionais, que compõe a conta financeira. Mesmo que, como a pessoa propõe, o país atraia investimento externo, essa transação será registrada como um passivo na conta financeira, enquanto que a entrada do valor será registrada como uma variação positiva na conta de Ativos de Reserva. A proposta também se equivoca no entendimento da conta Ativos de Reserva. Diferentemente das demais contas do BP, que são de fluxo, a conta de Ativos de reserva é de estoque, onde se registra variações nas reservas estrangeiras em poder da autoridade monetárias. Aumentos nas exportações, *coeteris paribus*, levam a aumento nas reservas. Igualmente, atração de investimento externo também provoca aumentos nas reservas. Logo, a proposta de diminuir as reservas estrangeiras é contraproducente com as duas primeiras medidas. O argumento de que as maiores economias do mundo consistentemente de desfazem de suas reservas tampouco se sustenta. China e Japão são as 2ª e 3ª economias do mundo em PIB, respectivamente. Ambas detêm grandes contingentes de reservas, em maioria obrigações junto ao Tesouro dos EUA. É fato que a maior economia global, os EUA, tem baixo nível de reservas. Mas isso porque é uma situação à parte, já que ele detém o monopólio da emissão de dólares, principal ativo de reserva.

A proposta de acúmulo simultâneo de superavit comercial e atração de investimento externo também não se coaduna com os princípios macroeconômicos. A Atração de investimento consiste em absorção de poupança externa (SE). Essa prática é comum em países com baixo estoque de poupança doméstica. Há, contudo, a equivalência entre poupança externa e o saldo em transações correntes com o sinal trocado ($SE = -TC$). A atração

de poupança externa serve, portanto, para financiar déficits em transações correntes. Se há superávit, não há razão para a tração de financiamento externo, sob o ponto de vista do equilíbrio do BP`. A exportação de poupança doméstica pode, inclusive, ser um fator positivo para o país de origem: mediante investimento externo direto, o país de destino pode promover seu crescimento interno, levando a maior absorção de importações provenientes do país de origem, o que enseja acúmulo de superávits comerciais para o país investidor.

A proposta de acúmulo de superávits comerciais, saldo em investimento eterno na conta capital e financeira e concomitante redução de reservas estrangeiras é incompatível com a estrutura do Balanço de Pagamentos. Em sua sexta versão (BPM6), o balanço apresenta inovações importantes, como a transferência das transações de royalties e propriedade intelectual para a conta da renda primária, em vez da conta capital. Além disso, há agora sessão para a Posição Internacional de Investimentos – PII, onde se pode visualizar com mais facilidade as obrigações passivas e ativas assumidas pelos residentes com não residentes. Cabe dizer que a gestão de reservas internacionais, apesar de apresentar custo de oportunidade à economia pode funcionar como “colchão de liquidez em cenários de choques internos e interrupção dos fluxos internacionais de investimento. É com base nesse entendimento que o Brasil possui, atualmente, mais de 300 bilhões de dólares em reservas, alocadas sob os critérios de segurança, liquidez e rentabilidade. O equilíbrio no BP é fundamental para o bom funcionamento da economia.

NOTA MÉDIA

Vinícius Henrique Fontana

17

TL – 58;
561 palavras;
9,67 palavras/linha

O balanço de pagamentos de um país reflete a situação deste perante o resto do mundo em termos de troca, sendo que consiste em três contas básicas: transações correntes, conta de capital e conta financeira. O fomento das exportações de bens e serviços não necessariamente acarretará superávits no saldo de transações correntes ou estimular o crescimento, isso porque ele consiste em apenas uma parcela da conta, bem como do PIB. A conta de transações correntes comporta quatro subdivisões: exportações e importações de bens; exportação e importação de serviços; renda primária e renda secundária. A renda primária consiste nas trocas entre residentes e não residentes tendo como fator gerador a produção (juros, salários, etc.). Já a secundária consiste em trocas sem contrapartida na produção (como doações). Veja que se houver um maciço contingente de investimento acumulado de não residentes no país, é possível que a saída de recursos por transferência de renda primária supere os ingressos pelo fomento das exportações. Dentro desse cenário, em considerando como constante a transferência de renda secundária, haveria déficit na conta de transações correntes.

Eis o risco da segunda proposição, de estímulo a investimentos externos. Há um equívoco em contabilizá-los na conta de capital, já que os investimentos diretos e em carteira estão compreendidos na conta

financeira. O investimento não necessariamente melhora os termos de troca de um país, pois o seu produto pode estar totalmente voltado ao consumo interno, portanto não há relação necessária entre superávits e investimento externo, como já mostrado anteriormente.

Por fim, outro equívoco é combinar as propostas anteriores com a redução de reservas. Um aumento das exportações e do aporte de investimentos, a princípio, ocasionarão um aumento das reservas internacionais do país. Caso essas reservas estejam disponíveis, haverá uma melhora na liquidez da economia em relação aos seus compromissos internacionais, reduzindo o risco de insolvência. Países com expressivos superávits, como China, Japão e Arábia Saudita, mantêm robustas reservas para se blindar de choques externos, garantindo liquidez (curto prazo) e solvência (longo prazo). Portanto, não faz sentido se desfazer de reservas - pelo contrário, é necessário acumulá-las.

Ressalta-se que o balanço de pagamentos retrata um fluxo anual e não é a ferramenta mais adequada para se analisar o crescimento de um país. A medida mais aceita leva em conta também fatores internos: o PIB. Pela ótica do dispêndio, o PI consiste em consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas. Um aumento nas exportações, em tese, aumentaria o PIB no referente ao setor externo; contudo, há de se verificar os impactos sobre o consumo interno, já que parte das mercadorias poderia ser deslocada para exportações, reduzindo a oferta doméstica e o consumo, apenas alterando o perfil do PIB.

É interessante perceber que as reservas de um país podem ser utilizadas como poupança, que nada mais é do que o adiamento de um gasto. O país pode utilizar as suas

reservas estrangeiras para estimular setores econômicos, entretanto acabará reduzindo sua capacidade de honrar compromissos com credores internacionais. As reservas, contabilizadas na conta financeira, acabam sendo uma medida sobre as relações de um país com o mundo, sobretudo quando há superávit e sendo utilizadas para recurso interno ou pagar dívida externa. Quanto mais de longo prazo for o perfil da dívida, ou seja, com melhores fundamentos macroeconômicos - incluindo reservas -, maior capacidade o país terá de atrair investidores e captar poupança externa.

TL – 60;
837 palavras;
13,95 palavras/linha

Em um contexto de baixo crescimento econômico, surgem muitas propostas para a rápida elevação da renda. Sem embargo, o conhecimento do funcionamento da contabilidade nacional permite compreender as consequências da proposta apresentada e criticá-la, o que cabe fazer nesse momento.

Inicialmente, para aumentar o saldo na balança de bens e serviços, é necessário aumentar a competitividade das mercadorias e serviços nacionais. *Ceteris paribus*, o principal condicionante da competitividade internacional é o câmbio. Assim sendo, para aumentar esse saldo, como diz a proposta, é necessário desvalorizar o câmbio, o que estimula exportações e restringe importações. Além disso, se a conta corrente do balanço de pagamentos (BP) está positiva, disso decorre que não há necessidade de poupança externa para fechar esse balanço, pelo contrário, há a possibilidade de aplicar a poupança interna em outros países de modo a, futuramente, repatriar essas remessas de lucros e dividendos mediante o aumento da renda primária da conta corrente do BP. Nada obstante, a proposta pugna pela atração de investimento externo; assim sendo, tudo mais constante, a taxa de juro é o principal fator para incentivar o aporte de capitais no Brasil. Consequentemente, o aporte de investimentos mediante a alta dos juros valorizaria o câmbio, anulando o efeito da desvalorização que garantiria o saldo positivo da balança de bens

e serviços e, dessa forma, da conta corrente, tudo isso para garantir uma poupança externa desnecessária para fechar o BP, pois há, como mencionado, sobras na conta corrente do BP.

Além disso, há a questão das reservas. A subida dos juros para atrair investimentos torna mais custosa a manutenção de reservas em moeda forte, na medida em que elas não apresentam a mesma rentabilidade dos títulos públicos em moeda nacional, já que os juros subiram para atrair investimentos e, nessa conjuntura, o governo gasta mais remunerando esses títulos vendidos a juros altos do que recebe aplicando as reservas na média de juros internacional, que é inferior a nacional, caso contrário não seriam atraídos investimentos. Nada obstante, a venda das reservas, como afirma a proposta, teria efeitos deletérios, pois, ou o governo vende suas reservas e, *ceteris paribus*, valoriza o câmbio sobremaneira, na medida em que a subida de juros para atração de investimentos inicialmente já elevou o valor da moeda nacional, ou o governo, também para evitar o inchaço dos meios de pagamento, ao passo que vende reservas, coloca títulos da dívida pública no mercado para enxugar esse excesso de liquidez, em uma política monetária contracionista, que também enseja o aumento da taxa de juros. Dessa maneira, de toda forma, a venda de reservas engendraria uma elevação dos juros e uma valorização do câmbio que anularia o efeito inicial da desvalorização cambial para criar superávits na conta corrente do BP.

Ademais, a proposta afirma a necessidade de estimular a atração de investimentos, ano a ano, como forma de avançar o crescimento brasileiro. Ora, os juros e rendimentos desses investimentos feitos na conta financeira do BP devem ser pagos na conta de renda primária da conta corrente do

BP, mas, como demonstrado, com o câmbio valorizado, o saldo da balança de bens e serviços fica afetado, o que, muito provavelmente, enseja déficits na conta corrente que, além de anular os “constantes superávits” da proposta, tornam o país mais dependente da atração de investimento externo para fechar o BP, na medida em que as reservas poderiam auxiliar em momentos de desequilíbrio foram vendidas. Isso criaria um ciclo vicioso em que o país dependeria de altas taxas de juros para fechar o BP, como uma verdadeira âncora, estando vulnerável a choques especulativos e variações de liquidez internacional, em um cenário semelhante ao da crise cambial brasileira de 1999. Dessa forma, praticamente todos os efeitos positivos da proposta seriam anulados: o juro alto para atrair investimento e da venda de reservas valorizaria o câmbio, afetando o superávit de bens e serviços, que seria incapaz de compensar a remessa de rendimentos da renda primária decorrente dos investimentos atraídos; outrossim, sem reservas, o país ficaria com o risco de não fechar seu BP em caso de choques especulativos, acumulando atrasados no saldo final. No contexto da realidade das famílias e dos agentes econômicos, eles sofreriam duplamente: primeiro, com a desvalorização cambial para fomentar a balança comercial e restringir importações e, em segundo momento, com a alta taxa de juros que restringiria a renda e a demanda agregada, além dos riscos decorrentes de uma crise do BP em decorrência da falta de reservas, o que levaria o Brasil a pedir empréstimos a instituições como o FMI, ensejando novos ajustes, com novas desvalorizações cambiais e altas de juros.

Solucionar problemas macroeconômicos não é simples. O balanço de pagamentos apresenta as trocas do país com o resto do mundo, e

suas contas são interdependentes. Se a intenção é aumentar o saldo em conta corrente para diminuir a necessidade de poupança externa, é imprudente atrair mais poupança externa ao custo de anular o efeito da alta das exportações. Finalmente, alienar reservas é tornar o país dependente de financiamento externo em caso de choques especulativos.

Questão 03

Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 13,8

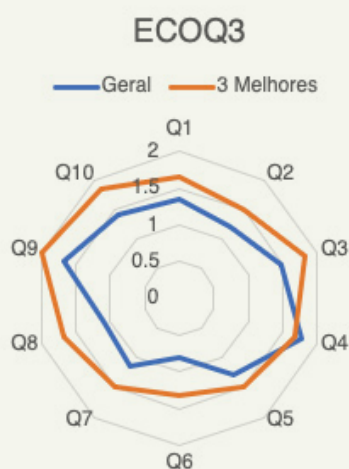
Média Pessoas com Deficiência: 11,3

Média Candidatos Negros: 11,1

duas hipóteses justificam a presença do comércio intrassetorial.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, a situação hipotética a seguir.

Redija um texto dissertativo explicando o conceito de vantagem comparativa e como ele pode dar origem ao comércio internacional nos modelos tradicionais ricardiano e Hecksher-Ohlin, evidenciando as diferenças entre os dois modelos quanto ao aspecto, e esclareça por que esses modelos não são adequados para se compreender a existência do comércio intrassetorial. Além disso, cite os fatores que diferenciam esses dois modelos no que tange às hipóteses de concorrência monopolística e de economias de escala, e especifique como essas

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Conceito de vantagem comparativa. Vantagem comparativa é a capacidade de um agente ou país de realizar uma atividade de maneira mais eficiente (com menor custo de oportunidade) do que as demais atividades. Um país possui vantagem comparativa na produção de um bem se ele for capaz de produzir esse bem de maneira mais eficiente (com menor custo de oportunidade) do que os demais bens.

Q2. Como vantagens comparativas podem dar origem ao comércio internacional? A existência de países com vantagens comparativas na produção de bens diferentes pode dar origem ao comércio internacional ao permitir que cada país se concentre na produção do bem sobre o qual possui vantagem comparativa, exportando parte de sua produção em troca dos bens sobre os quais o país não possui vantagem comparativa.

Q3. Vantagens comparativas no modelo ricardiano. No modelo ricardiano, as vantagens comparativas decorrem de diferenças na tecnologia de produção: países diferem na produtividade do trabalho – que é o único fator de produção – entre produtos, e um país terá vantagem comparativa na produção do bem que necessitar da menor quantidade de trabalho por unidade produzida.

Q4. Vantagens comparativas no modelo Hecksher-Ohlin. No modelo Hecksher-Ohlin, as vantagens comparativas decorrem de diferenças na dotação relativa de fatores de produção (que, ao contrário do modelo ricardiano, são ao menos dois): um país terá vantagem comparativa sobre o bem cuja produção necessitar mais intensivamente do fator de produção que for relativamente abundante naquele país.

Q5. Definição de comércio intrassetorial. Comércio intrassetorial ocorre quando há comércio de um mesmo tipo de bem nas duas direções – isto é, quando um mesmo país exporta e importa um mesmo tipo de bem.

Q6. Ausência de comércio intrassetorial nos modelos ricardiano e Hecksher-Ohlin. Em ambos os modelos, o comércio decorre do fato de que países concentram sua produção em diferentes bens para aproveitar as vantagens comparativas, de modo que não há razão para o surgimento de comércio internacional de bens semelhantes.

Q7. Economias de escala. Nesses dois modelos, há retornos constantes de escala: os custos unitários são constantes, independentemente do volume produzido. A introdução de economias de escala (retornos crescentes de escala) implica que custos unitários serão inversamente proporcionais à quantidade produzida.

Q8. Concorrência monopolística. Nos dois modelos, há também concorrência perfeita, isto é, nenhum produtor ou consumidor possui poder de mercado, e os lucros econômicos são nulos. A introdução de concorrência monopolística implica que firmas produzem variedades diferenciadas de um mesmo bem com poder de mercado, mas a existência de um grande número de variedades substitutas faz com que os lucros econômicos também sejam nulos.

Q9. Economias de escala e concorrência monopolística podem dar origem ao comércio internacional. A existência de economias de escala e concorrência monopolística pode levar ao surgimento de comércio internacional, mesmo na ausência de diferenças em tecnologias ou dotação de fatores entre países, uma vez que firmas em diferentes países podem se especializar em variedades específicas para aproveitar as economias de escala e trocar o excedente com outros países.

Q10. Economias de escala e concorrência monopolística podem explicar o comércio intrassetorial. Nesse caso, é possível que firmas em diferentes países se especializem na produção de variedades de um mesmo tipo de bem, de modo que um mesmo país pode exportar e importar um mesmo produto (em variedades diferentes), dando origem ao comércio intrassetorial.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referência: KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. Economia Internacional (10. ed.). São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015, caps. 3, 5, 7.

João Pedro Portella Ribeiro Cardoso

17

TL - 40 ;
580 palavras;
14,5 palavras/linha

Os modelos tradicionais de David Ricardo e Hecksher-Ohlin têm como pressuposto a existência de um mercado em concorrência perfeita. Assim, os agentes são tomadores de preços, não há barreiras à entrada, os bens são homogêneos, as informações são simétricas e os retornos de escala são constantes. Partindo desses pressupostos, David Ricardo modela uma economia de fator único em que os ganhos de comércio são extraídos da especialização produtiva em um bem que apresente vantagem comparativa. Uma economia tem vantagem comparativa na produção de um bem quando seu custo de oportunidade em termos de outros bens é menor. Assim, mesmo que a economia tenha vantagens absolutas em mais de um bem, deverá produzir somente o bem com vantagem comparativa (especialização relativa) e adquirir o outro bem por meio de comércio internacional. Dessa forma, o comércio funciona como uma comercialização de fatores de produção e a fronteira de possibilidades de produção da economia como um todo é expandida.

O modelo de Hecksher-Ohlin também trabalha com a ideia de vantagem comparativa. Nesse modelo, porém, há mais de um fator de produção, e a vantagem comparativa é explicada pela dotação relativa de fatores de produção. Nesse sentido, a vantagem comparativa é obtida quando se produz o bem que for mais intensivo no fator abundante. Esse modelo pressupõe que as dotações são estáticas. Assim, uma economia

abundante em mão-de-obra deveria se especializar em bens intensivos nesse fator. Ao fazer comércio, essas economias estariam comercializando seus respectivos fatores abundantes.

Esses modelos não são adequados para explicar o comércio intrassetorial. Essa constatação foi feita por Leontief ao analisar um suposto “paradoxo” no comércio dos EUA, que exportariam bens intermediários e importariam bens de alta complexidade apesar de serem uma economia abundante em capital e mão de obra qualificada. Ocorre, porém, que o comércio intrassetorial permite a segmentação da produção de um bem entre firmas distintas, com o objetivo de extrair economias de escala. Assim, um país como os EUA pode terceirizar parte de sua cadeia produtiva para outros países, beneficiando-se de ganhos de escala externos e internos. Nesse sentido, é necessário relaxar o pressuposto da concorrência perfeita e dos ganhos de escala constantes para explicar o comércio intrassetorial.

Quando há economias externas de escala, como no modelo de Kemp, há ganhos de eficiência quando o setor como um todo cresce. A presença de múltiplas firmas em um único setor favorece as trocas intrassetoriais de tecnologia, insumos e fatores de produção, além de favorecer a segmentação produtiva conforme a produtividade relativa de cada fator. Assim, as firmas têm maior eficiência se seu setor for maior. Já as economias internas de escala ocorrem quando há ganhos de eficiência a partir do aumento na escala de produção individual da firma. Assim, se determinada etapa da produção de um bem apresentar economias internas de escala, pode ser mais eficiente deslocá-la para outra firma do mesmo setor, obtendo ganhos de escala mediante o comércio intrassetorial. Esse é o caso do modelo de Panagarya.

Por fim, a concorrência monopólica ocorre quando se relaxa o pressupostos dos bens homogêneos. Há concorrência monopólica quando muitas firmas produzem bens que são substitutos imperfeitos entre si. Para Krugman, esse é o principal fator a explicar o comércio intrassetorial. O maior poder de mercado das firmas estimula aumentos de escala na produção, mas a relativa semelhança dos bens permite que as firmas do mesmo setor possuam fornecedores similares. Assim, terceirizam parcelas da produção umas às outras, dentro do mesmo setor, de modo a maximizar os ganhos de escala.

Vinicius Kuczera Zampier 17

TL – 40;
535 palavras;
13,37 palavras/linha

O modelo ricardiano representa uma das vertentes da teoria clássica que busca explicar a existência do comércio internacional e a sua composição. As suas premissas são: existência de dois países e 2 produtos, concorrência perfeita, ausência de custos de transporte e ganhos de escala, existência de um único fator de produção (trabalho), existência de funções de produção diferentes entre os países, existência de comércio internacional de fatores de produção. Com base nelas, Ricardo defende que o país deve se especializar no setor que melhor utilize o fator (vantagens comparativas), que tal especialização é benéfica (aumento da utilidade) e gera uma especialização da divisão internacional do trabalho (DIT). O modelo Heckscher-Ohlin, por outro lado, representa uma vertente neoclássica, de modo que há premissas similares (modelo 2+2, c. perfeita, ausência de custos e ganhos de escala). Contudo, nele há 2 fatores de produção (trabalho e tecnologia) e as funções de produção são iguais nos mesmos setores produtivos (independente do país). Como resultado, o modelo advoga que cada país deve se especializar no setor em que o fator intensivo for mais abundante (vantagem comparativa), o que resultaria em maior bem-estar (deslocamento entre produção e consumo, aumento da produção) e especialização da DIT.

Ambos os modelos não são adequados para explicar o comércio intrassetorial (fluxo internacional de

bens pertencentes a um mesmo setor produtivo) porque tal comércio demanda a presença de uma concorrência imperfeita (fenômeno estudado pela teoria contemporânea do comércio internacional). O comércio intrassetorial, assim, é explicado pela existência de diferenciação horizontal e vertical de produtos. No caso da d. horizontal, há produtos com as mesmas qualidades técnicas, mas atributos sensoriais ou estéticos os tornam mais ou menos úteis ao consumidor. A globalização comercial gerou um aumento exponencial do fluxo desses produtos, sobretudo entre países de maior renda (Krugman). Como resultado, os balanços de pagamento registram a exportação/importação de produtos aparentemente iguais. A atuação crescente de transnacionais, capazes de produzir bens com características específicas para cada mercado consumidor, também favoreceu o comércio intrassetorial.

Os modelos ricardiano e de H.O. também são inadequados para explicar a concorrência monopolística e a presença de economias de escala. A c. monopolística pressupõe a existência de produtos heterogêneos (marca) e a posse de certo poder de mercado (preço de longo prazo diferente do custo marginal), o que fere pressupostos clássicos e possibilita à firma algum lucro anormal. Tal atributo justifica a internacionalização de empresas (via comércio ou IDE) pois as possibilita cobrir os custos derivados da comercialização fora das fronteiras nacionais. A ausência dessa vantagem específica à propriedade (como patentes) reduziria as possibilidades de proliferação do comércio intrassetorial. O mesmo pode ser dito das economias de escala (redução do custo médio frente ao aumento da produção da firma ou do seu setor). Tais economias, não consideradas pelos modelos clássico e neoclássico, fomentam o comércio internacional (intrassetorial e intrafirmas)

e a conquista de novos mercados, o que enseja a formação de grandes oligopólios internacionais. Destaca-se também que economias de escala dinâmicas favorecem firmas líderes (conquista de consumidores, controle do acesso a insumos) e contribuem para a consolidação de especializações não explicadas pelas teorias clássicas (ausência de vantagens c.). Além disso, economias externas à firma podem causar perdas a economias menores em caso de abertura.

Bruno Brito da Cruz Abaurre

15,5

TL – 40;
525 palavras;
13,12 palavras/linha

O comércio internacional é defendido como a fonte da riqueza desde Adam Smith, mas foi David Ricardo quem desenvolveu a teoria das vantagens comparativas, explicando por que mesmo o país que tem vantagem absoluta na produção de 2 produtos frente a outro deverá escolher se especializar em um deles e efetivamente comerciar. Desde então, as teorias do comércio internacional evoluíram e foram complementadas, como demonstram os estudos de Hecksher-Ohlin e de Paul Kruger.

O modelo de vantagens comparativas de Ricardo é baseado no 2 x 2: dois produtos e dois países. Sob a lógica ricardiana, a produtividade marginal do trabalho é o fator que determina o produto no qual o país se especializará (e a tecnologia não é conhecimento público). Como pontuado acima, mesmo que o País A seja mais eficiente que o País B na produção de X e Y, ele se especializará no produto em que for relativamente mais eficiente quando comparado a B. O modelo ricardiano leva à especialização total e à divisão internacional do trabalho, e considera economias constantes de escala.

O modelo Hecksher-Ohlin de vantagens comparativas difere do ricardiano na medida em que se baseia no 2 x 2 x 2: dois produtos, dois países e dois fatores; ou seja, não é só o fator trabalho que importa. Sob o Modelo Hecksher-Ohlin, a tecnologia é amplamente conhecimento, há mobilidade de fatores entre setores, mas não entre países. Nesse Modelo,

a especialização é um resultado da dotação dos fatores entre os países. Assim como o modelo ricardiano, o Modelo Hecksher-Ohlin leva à especialização total e à divisão internacional do trabalho. Portanto, ambos são incapazes de explorar o fato empiricamente constatável de que há comércio intrassetorial, que não existiria se a especialização fosse total.

Sob a ótica da imperfeição da concorrência e da circulação da informação, Kruger é um dos economistas que estudam o comércio intrassetorial. Esse modelo de comércio explica tanto o comércio entre matriz e filiais, como o comércio entre países que produzem o mesmo tipo de bem; por exemplo, o comércio de carros japoneses, europeus e americanos entre essas três regiões. Sob essa visão (diferente da de Ricardo), há economias de escala, tanto intrafirma com o seu crescimento, quando para as firmas em geral com o crescimento dos mercados. Com isso, as firmas trabalham com mercados mundiais, inclusive o de outros países produtores. Nesse sentido, aliás, os consumidores têm acesso a mais marcas, ainda que no cômputo total mundial possa haver um número menor de firmas.

Outro ponto importante a explicar o comércio intrassetorial é a concorrência monopolística. Trata-se do mercado em que os bens não são homogêneos (premissa da qual partem as teorias das vantagens comparativas), de modo que os produtos têm alguma diferenciação. O exemplo clássico é de restaurantes, mercado onde também não há barreiras à entrada, de modo que a tendência de longo prazo é lucro econômico zero. Porém, pensar no comércio internacional sob essa ótica, da concorrência monopolística, ajuda a entender os esforços de diferenciação entre os produtos: comprar um carro Toyota pode não

ser o mesmo que comprar um carro BMW, o que contribui para o comércio intrassetorial, dadas as diferenças de qualidade percebidas.

NOTA MÉDIA

Anônimo

13

TL – 40;
504 palavras;
12,6 palavras/linha

O conceito de vantagem comparativa foi desenvolvido em oposição ao de vantagem absoluta, defendido por Adam Smith. Para este, apenas haveria comércio quando dois países tivessem vantagens absolutas, cada um em um bem. Isso significa que a produção total desse bem deveria ser maior, em termos absolutos, em comparação à do outro país. Por sua vez, o conceito da vantagem comparativa envolve uma comparação relativa, e não absoluta. Isso significa uma comparação entre as produções de diferentes bens internamente (entre elas) e, depois, externamente (em relação às do outro país). A especialização da produção e da exportação, desse modo, ocorreria em relação à produção do bem em que se tem vantagem comparativa. Como, ao contrário das vantagens absolutas, não é possível não ter vantagens comparativas em nada, ou tê-las em tudo, os países necessariamente comercializariam, aumentando seu bem-estar.

Tanto Ricardo quanto Hecksher e Ohlin concordam sobre serem as vantagens comparativas aquilo que explica o comércio internacional; discordam, porém, quanto à origem delas. No modelo ricardiano, elas surgem das diferenças da produtividade relativa do trabalho. Trata-se, nesse sentido, de uma diferença tecnológica entre dois países que, considerando haver apenas um fator de produção, explicam as especializações produtivas e o comércio. Cada país produziria aquele bem em cuja produção apresenta

maior produtividade relativa do trabalho: deixa de produzir menos de um outro bem que o outro país em relação a esse mesmo bem. No modelo Hecksher-Ohlin, as vantagens comparativas derivam da dotação relativa dos fatores de produção e da intensidade relativa com que esses fatores são utilizados na produção de um bem. Presume-se que os países têm um mesmo nível tecnológico, mas que têm dotações distintas dos fatores trabalho e capital. Nesse modelo, os países especializam-se e exportam aqueles bens que são relativamente intensivos nos fatores de produção relativamente abundantes.

Percebe-se que tanto o modelo ricardiano quanto o de Hecksher-Ohlin, ao explicar a origem do comércio com base nas vantagens comparativas, justificam, em última análise, as trocas internacionais na existência de diferença entre os países na produção de dois ou mais bens. O comércio apenas existira de se houvesse diferenças produtivas que justificassem produzir apenas um bem e comprar o outro bem que fosse diferente deste. Trata-se, necessariamente, de um comércio intersetorial, em que os países não compram os mesmos bens que produzem internamente. Para explicar o comércio intrasetorial, é preciso recorrer às teorias que justificam o comércio na existência de economias de escala.

Para autores como Krugman, o comércio internacional teria um caráter oligopolista ou até mesmo monopolista, a depender do nível de barreiras à entrada de novas firmas no mercado. Por essa teoria, aquelas firmas que fossem pioneiras em seus mercados teriam a “vantagem do pioneirismo”, conseguindo atingir amplas parcelas do mercado mundial e, portanto, atingir níveis de produção

que lhe proporcionassem economias de escala. Desse modo, tomariam grande parte do mercado mundial ou até mesmo ele todo. Apesar disso, na hipótese de formar-se, tão somente, um oligopólio, nada impede que um país que produza dado bem também o compre de empresa estrangeira.

TL – 40;

479 palavras;

11,97 palavras/linha

D. Ricardo avança a noção de “vantagens absolutas” de Adam Smith e cria a noção de “vantagens comparativas” a partir dos conceitos de “produtividade relativa” (a relação entre um fator específico e seu produto) e “custo de oportunidade” (o custo de empregar um fator de uma forma determinada, e não de outras). A partir dessa ideia, Ricardo entende o comércio internacional como sendo sempre positivo, ainda que um país detivesse vantagem absoluta na produção de todos os bens possíveis. O modelo Hecksher-Ohlin, por sua vez, explora as ideias ricardianas, e entende a vantagem comparativa como sendo consequência da dotação relativa de fatores por diferentes produtores: países exportariam bens intensivos em seus fatores de produção abundantes, e importariam bens intensivos em seus fatores de produção escassos.

Segundo Ricardo, os lucros de diferentes setores seria o mesmo no longo prazo, uma vez que os produtores utilizariam, primeiramente, seus fatores de alta produtividade relativa e baixo custo de oportunidades; os lucros seriam reinvestidos na produção, que passaria, gradativamente, a utilizar fatores menos produtivos e de maior custo de oportunidade; até o momento em que o lucro de outro setor fosse mais atrativo, ponto no qual o produtor migraria de setor. O modelo Hecksher-Ohlin, por sua vez, entende que a remuneração dos fatores de produção converge no longo prazo, uma vez que o emprego de fatores abundantes aumentaria sua remuneração, inicialmente baixa,

enquanto o desemprego de fatores escassos diminuiria sua remuneração inicialmente alta. Uma vez que ambos os modelos interpretam a convergência de lucros e de remuneração de fatores como fenômenos advindos de dinâmicas entre diferentes setores (agricultura em contraposição à manufatura, por exemplo), eles não são adequados para se compreender o comércio intrassetorial. Os aspectos analisados levam em conta elementos entre diferentes setores (como no caso da convergência de lucros de Ricardo) ou de setores iguais, porém exclusivamente empregados ou não empregados em diferentes economias (como no caso das dotações relativas de Hecksher-Ohlin).

Na concorrência monopolística, apesar de haver inúmeros produtores, sem barreiras à entrada de novos atores, e produto homogêneo, o lucro econômico não tende a zero, uma vez que há esforço constante dos produtores em diferenciar seus produtos. Nesse sentido, há uma alteração nas relações ricardianas de produtividade relativa e vantagem comparativa, o que impede a convergência de lucros. No modelo Hecksher-Ohlin, isso muda a relação de remuneração dos fatores, uma vez que pode diferenciar preços do produto final, indo além das relações de abundância e escassez. No que tange à escala, Ricardo entende que a produtividade relativa dos fatores é fixa por fator, mas que seu custo de oportunidade é cada vez maior. Hecksher-Ohlin não abarca noções de escala ou tecnologia.

As hipóteses de escala e concorrência monopolística justificam a presença do mercado intrassetorial, na medida em que alteram a relação entre emprego de fatores produtos e produto, por diferenciação (concorrência monopolística) ou por queda do custo médio (escala).

Questão 04

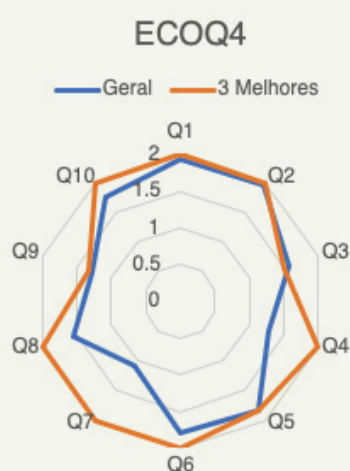
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **16,3**

Média Pessoas com Deficiência: **15,5**

Média Candidatos Negros: **15,2**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Um operário, em uma fábrica de alfinetes, não treinado no uso das ferramentas ali presentes dificilmente poderia talvez fabricar um único alfinete em um dia, empenhando o máximo de trabalho; de qualquer forma, certamente não conseguirá fabricar 20. Entretanto, da maneira como essa atividade é hoje executada, não somente o trabalho todo constitui uma indústria específica, mas ele está dividido em uma série de setores, dos quais, por sua vez, a maior parte também constitui provavelmente um ofício especial. Um operário desenrola o arame, outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas,

um quinto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer uma cabeça de alfinete, requerem-se três ou quatro operações diferentes; montar a cabeça já é uma atividade diferente, e alvejar os alfinetes é outra; a própria embalagem dos alfinetes também constitui uma atividade independente. [...] Vi uma pequena manufatura desse tipo, com apenas 10 empregados, e na qual alguns desses executavam duas ou três operações diferentes. Mas, embora não fossem muito hábeis, conseguiam produzir, entre elas, mais do que 48 mil alfinetes por dia. Assim, já que cada pessoa conseguia fazer 1/10 de 48 mil alfinetes por dia, pode-se considerar que cada uma produzia 4 mil e 800 alfinetes diariamente.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, v. 1, Coleção Os Economistas, p. 65-66, com adaptações.

O excerto mostra como várias pessoas trabalhando em conjunto podem produzir mais que a soma do que cada uma produziria por conta própria. A teoria da firma, em economia, trata do processo de produção — não em seus aspectos técnicos, mas nos quantitativos — e dos custos envolvidos. Ela permite que a firma decida quanto vai produzir e vender de seu produto, tendo em vista as condições de mercado (demanda esperada, preços dos insumos, preço do produto final, entre outros fatores).

Considerando o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo mostrando como a função de produção determina, em um mercado de concorrência perfeita, a oferta do produtor. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- fatores de produção;
- descrição geral de uma função de produção;
- tipos de escala que podem corresponder à função de produção;
- custos envolvidos;
- distinção entre curto e longo prazo; e
- como os custos permitem determinar a oferta do produtor.

Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

A produção de uma firma é o processo de transformação de insumos em produtos. Do ponto de vista econômico, os insumos, ou fatores de produção, podem ser classificados como trabalho (incluindo a mão de obra envolvida na operação dos demais fatores físicos), terra (isto é, o local de produção), capital (incluindo as instalações, ferramentas, máquinas e matérias primas) e capacidade empresarial (a capacidade de organizar os demais fatores da maneira mais eficiente possível). A função de produção permite determinar quanto será produzido a partir da quantidade de cada fator empregado no processo. Ela reflete a tecnologia de produção adotada pela firma. Conforme essa tecnologia, pode-se definir os rendimentos de escala, que mostram a relação entre o crescimento percentual da quantidade de todos os fatores empregados e o crescimento percentual da produção resultante. Há processos com rendimentos crescentes, constantes ou decrescentes de escala, conforme o aumento percentual da produção seja superior, igual ou inferior ao aumento percentual da quantidade de fatores empregados.

A firma também depende dos custos de produção de seus bens ou serviços para tomar sua decisão de ofertar. Esses custos são a soma do valor monetário de cada fator utilizado, considerando o custo de oportunidade, ou seja, o melhor retorno que se teria com cada fator caso não fosse usado na produção da firma em questão. Na análise dos custos, a firma deve considerar acerca de quais fatores ela pode tomar decisões. Se puder decidir a respeito de todos os fatores de produção, a análise é de longo prazo. Se, porém, algum

fator tem sua quantidade fixada, a análise é de curto prazo. Assim, para esses fatores cuja quantidade não pode ser mudada, consideram-se os custos fixos. Por outro lado, no longo prazo, todos os fatores podem ser mudados, e a firma analisa apenas custos variáveis.

Para a decisão de quanto produzir, de acordo com o preço de mercado sob concorrência perfeita, a firma deve realizar também a análise do custo médio de cada unidade produzida, ou seja, o custo total da produção rateado pelo total de unidades do produto. Por fim, irá considerar ainda o custo de produzir a próxima unidade do produto, que é o custo marginal. Enquanto o custo marginal está abaixo do custo médio, é mais eficiente para a firma aumentar sua quantidade produzida. Isso significa que a firma apenas produz quantidades que estejam acima do ponto de equilíbrio médio-marginal, ponto em que o custo médio e o marginal se igualam. O preço a ser cobrado deve ser, no mínimo, igual ao custo marginal. Como há concorrência perfeita, a firma se mantém no menor preço possível, e a curva de oferta coincide, então, com a curva de custo marginal, a partir do equilíbrio médio-marginal. É assim que eventos que afetem a estrutura de custos da firma mudam também a curva de oferta, por meio do custo marginal.

Q1. Enumerar os fatores de produção (apenas a menção é suficiente, sendo considerados eventuais sinônimos, como “trabalho” e “mão de obra”). Do ponto de vista econômico, os insumos, ou fatores de produção, podem ser classificados como trabalho (incluindo a mão de obra envolvida na operação dos demais fatores físicos), terra (isto é, o local de produção), capital (incluindo as instalações, ferramentas, máquinas e matérias primas) e capacidade empresarial (a capacidade de organizar os demais fatores da maneira mais eficiente possível).

Q2. Definir função de produção. A função de produção permite determinar quanto será produzido a partir da quantidade de cada fator empregado no processo.

Q3. Classificar os crescimentos de escala. Conforme essa tecnologia, podem-se definir os rendimentos de escala, que mostram a relação entre o crescimento percentual da quantidade de todos os fatores empregados e o crescimento percentual da produção resultante. Há processos com rendimentos crescentes, constantes ou decrescentes de escala, conforme o aumento percentual da produção seja superior, igual ou inferior ao aumento percentual da quantidade de fatores empregados.

Q4. Definir os custos de produção (não é necessário separar por fator). Esses custos são a soma do valor monetário de cada fator utilizado, considerando o custo de oportunidade. Em outras palavras, o melhor retorno que se teria com cada fator caso não fosse usado na produção da firma em questão.

Q5. Distinguir curto prazo de longo prazo. Se puder decidir a respeito de todos os fatores de produção, a análise é de longo prazo. Se, porém, algum fator tem sua quantidade fixada, a análise é de curto prazo.

Q6. Enunciar que, no longo prazo, há apenas custos variáveis. Assim, para esses fatores cuja quantidade não pode ser mudada, consideram-se os custos fixos. Por outro lado, no longo prazo, todos os fatores podem ser mudados, e a firma analisa apenas custos variáveis.

Q7. Definir custos médios. A firma deve realizar também a análise do custo médio de cada unidade produzida, que é o custo total da produção rateado pelo total de unidades do produto.

Q8. Definir custos marginais. Por fim, vai considerar ainda o custo de produzir a próxima unidade do produto, o custo marginal.

Q9. Enunciar que, sob concorrência perfeita, a firma produz nos pontos acima do equilíbrio médio-marginal (não é necessário mencionar esse nome). “Enquanto o custo marginal está abaixo do custo médio, é mais eficiente para a firma aumentar sua quantidade produzida. Isso significa que a firma apenas produz quantidades que estejam acima do ponto de equilíbrio médio-marginal, ponto em que o custo médio e o marginal se igualam.

Q10. Enunciar que a curva de oferta corresponde à curva de custo marginal a partir do equilíbrio médio-marginal. O preço a ser cobrado deve ser, no mínimo, igual ao custo marginal. Como há concorrência perfeita, a firma se mantém no menor preço possível, e a curva de oferta coincide, então, com a curva de custo marginal, a partir do equilíbrio médio marginal. Caso queira, embora não haja necessidade, o candidato pode usar formulações matemáticas como parte do argumento. Se o fizer, eventuais erros na formulação serão devidamente considerados na correção e pontuação da resposta.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências: KRUGMAN, P. R., WELLS, R. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017, p. 293.

Adriana de Medeiros Gabinio 20

TL – 40;
623 palavras;
15,57 palavras/linha

Em um mercado de concorrência perfeita (infinitos ofertantes e demandantes, agente price takers, produto homogêneo, ausência do poder de mercado), o produtor se depara com uma curva de demanda horizontal (no caso da firma individual), o que indica que, dado o preço de mercado, ele só poderá definir seu nível de oferta. Para tanto, o ofertante seguirá a regra do produto, segundo o qual deve ofertar a quantidade em que custo marginal (Cmg) se iguala à receita marginal (Rmg), que, no caso da concorrência perfeita, será equivalente ao preço. Graficamente, sendo “quantidade” (Q) representada no eixo das abscissas, e o “preço” (P), no das ordenadas, a quantidade ofertada pelo produtor em concorrência perfeita será encontrada no ponto “q”.

Para produzir essa quantidade, o ofertante necessita dos insumos descritos na função de produção, qual seja, $Q(x) = f(K, L)$, isto é, a quantidade produzida depende dos fatores de produção “K” (capital) e “L” (trabalho). Importa ressaltar que o fator “capital” inclui os insumos relativos a terra (aluguel) e maquinário (tecnologia), mantendo-se “K” para fins de simplificação. Conforme descreveu Smith acerca dos alfinetes, os insumos “K” e “L” submetem-se ao princípio dos rendimentos marginais decrescentes, com magnitudes particulares ao bem, à tecnologia e ao insumo, de modo que se pode descrevê-las como “ α ” e “ β ”. Logo, sendo a função de produção do tipo Cobb-Douglas, $Q(x) = f(K, L)$,

isto é, a função de produção apresenta os insumos capital e trabalho, cujos rendimentos marginais possuem magnitudes “ α ” e “ β ”. Caso $\alpha + \beta > 1$, a função terá rendimentos crescentes de escala, o que significa que, caso os insumos “L” e “K” dobrem, a produção total mais que dobrará; caso $\alpha + \beta < 1$, haverá rendimentos decrescentes de escala, de modo que, se “L” e “K” dobrarem, a produção terá resultado menor que o dobro; caso $\alpha + \beta = 1$, ter-se-á rendimentos constantes de escala, e, ao dobrar “L” e “K”, o produtor terá o dobro do produto. Comparando-se as isoquantas, no primeiro caso, elas se aproximarão; no segundo caso, elas se afastarão umas das outras; no terceiro caso, a distância entre elas será constante.

Ademais de considerar a quantidade, o produtor precisa considerar seus custos, que incluem os custos fixos (que não dependem da quantidade produzida), dos custos variáveis (que variam de acordo com a quantidade) e os custos de oportunidade (perda de oportunidade por não estar investindo em outra atividade). Entre os custos variáveis, têm-se o custo médio (relação entre o custo total e quantidade produzida total) e o custo marginal (custo adicional pela produção de uma unidade a mais). Além desses, o ofertante deve observar a existência de custos afundados (irrecuperáveis), a fim de desconsiderá-los na tomada de decisões. Como, no curto prazo, ao menos um insumo de produção é fixo (enquanto, no longo prazo, todos os insumos são variáveis), algumas decisões do ofertante dependerão do horizonte temporal.

Veja-se, por exemplo, como os custos impactam na oferta do produtor. Como já destacado, o produtor determinará sua oferta no ponto em que o custo marginal (Cmg) for igual à receita

marginal (Rmg). Todavia, caso o preço de mercado caia, ele deve fazer uma escolha entre continuar produzindo com prejuízo ou suspender atividade. Como, no curto prazo, os custos fixos são irreversíveis (afundados), ele deverá considerar apenas os custos variáveis, representado no gráfico de abcissa “Q” (quantidade) e ordenada “P” (preço) como “Cvme” (custo variável médio). Assim, se o preço for menor que “Cvme”, o produtor deve suspender produção no curto prazo e, no longo prazo, encerrar as atividades.

Liz Pinhata de Souza

20

TL – 40;
486 palavras;
12,15 palavras/linha

Na concorrência perfeita, a oferta de produtos é determinada pelos custos de produção. A curva de oferta do produtor é positivamente inclinada nos eixos custo e quantidade produzida, indicando que os custos aumentam à medida que a quantidade produzida aumenta, pois os insumos estão submetidos à lei dos rendimentos decrescentes. Os principais fatores de produção são o trabalho (empregados) e o capital (máquinas), ainda que a terra também seja considerada como tal, especialmente em relação à produção agrícola. Nesse contexto, a função de produção relaciona positivamente o trabalho e o capital à quantidade produzida: quanto mais insumos empregados, maior será a quantidade produzida. Podem corresponder, à função de produção, escalas crescentes, constantes e decrescentes de escala. Nas escalas crescentes, as quantidades empregadas de insumos levam ao crescimento proporcionalmente maior da quantidade produzida. Nas escalas constantes, a produção é proporcional aos insumos empregados. Já nas escalas decrescentes, a produção cresce a taxa proporcionalmente menor que o aumento dos insumos.

Há diversos custos envolvidos na produção. O custo fixo refere-se aos gastos que independem da quantidade produzida e que se diluem quando aumenta a produção (ex.: o salário dos garçons de um restaurante). O custo variável é o que aumenta ou diminui de acordo com a alteração na quantidade produzida (ex.: os ingredientes para o preparo

dos pratos de um restaurante). O custo total é a soma do custo fixo e do custo variável. O custo médio é o custo total dividido pela quantidade produzida, equivalendo ao custo de qualquer unidade produzida. O custo marginal é o custo de produção de uma unidade adicional, calculado pela divisão da variação do custo total pela variação na quantidade produzida. Há ainda os custos irrecuperáveis (no exemplo do restaurante, poderia ser o valor que o chef pagou por sua formação em gastronomia) e os custos implícitos, que equivalem ao custo de oportunidade, aquilo que se deixou de ganhar com outra atividade.

Na microeconomia, o curto prazo é aquele em que apenas um insumo pode ser alterado (capital ou trabalho) e o longo prazo é o tempo em que todos os insumos se tornaram variáveis. Por isso, no curto prazo, a firma deve paralisar suas atividades se o custo variável médio for maior que o preço (prejuízo); nesse caso, o preço ainda cobre os custos fixos. No mesmo sentido, se o prejuízo permanece no longo prazo, depois da variação de todos os insumos, a firma deveria fechar. Note-se que a firma só deve produzir com preço maior que o custo variável médio. Para maximizar seus lucros, a firma produz quantidade em que a receita marginal seja igual ao custo marginal e ao preço. Como resultado, a curva de oferta do produtor equivale à curva de custo marginal a partir do seu cruzamento com a curva de custo variável médio, o qual acontece no ponto de custo variável médio mínimo. Essa é a forma como os custos permitem determinar a oferta do produtor.

Renato de Mendonça Neves 20

TL – 40;
575 palavras;
14,38 palavras/linha

- Na teoria da firma, a função de produção determina a produção de uma empresa, a quantidade que produzirá e o preço a ser cobrado. A função de produção depende dos fatores de produção (o custo dos fatores, em geral, capital e trabalho); do preço de mercado; das expectativas em torno da demanda; e da tecnologia adotada. Nessa produção, a receita total do produtor será dada pelo produto do preço cobrado e a quantidade produzida ($RT = PxQ$).

Na concorrência perfeita, o produtor pode ampliar sua receita reduzindo os custos ou aumentando a produção. Trata-se das economias ou retornos de escala. Uma firma pode ter retornos constantes de escala (aumento na dotação dos fatores leva a aumento proporcional da produção); retornos crescentes de escala (aumento na dotação dos fatores leva a aumento mais que proporcional da produção [sic] ou retornos decrescentes de escala. No primeiro caso, as isoquantas (curvas que relacionam as quantidades empregadas de fator trabalho e capital) se afastam do centro a distâncias regulares; no segundo, a distâncias menores; e no terceiro, a distâncias maiores. Uma firma pode experimentar um primeiro momento de retornos crescentes de escala, até chegar a um ponto de saturação, a partir de onde terá retornos decrescentes de escala.

Uma firma pode controlar sua produção pelos custos envolvidos. Há o custo de oportunidade, que é o custo

de não dedicar-se a outra atividade; o custo fixo, que não depende do volume de produção (o aluguel do espaço, por exemplo [sic], o custo variável, que muda com o volume de produção; o custo afundado, que é irrecuperável após assumido; e o custo marginal, que é o custo gerado pela produção de uma unidade adicional do bem. Esses custos também podem ter a vertente média, quando divididos pela quantidade produzida.

O comportamento da firma se distingue no curto e no longo prazo. Quanto aos fatores de produção, um dos fatores é considerado fixo no curto prazo; já no longo, ambos são variáveis. Quanto aos custos, o acúmulo de experiência pode levar a aumento da produtividade no longo prazo, com redução do custo unitário.

Em um mercado de concorrência perfeita, nem ofertantes nem consumidores são capazes de, individualmente, influenciar o preço de modo que o preço é dado pelo mercado. Para determinar a oferta do produtor, ele deve fixar sua produção no ponto em que o custo marginal equivale ao rendimento marginal ($Cmg = Rmg$). Como o preço é dado, haverá equivalência entre os três ($P = Cmg = Rmg$). Nesse ponto, o lucro econômico obtido é zero, sendo o lucro máximo da firma competitiva. Não há incentivos à saída, e todos os custos são compensados. Os custos podem apresentar variações no curto prazo. Se o preço de mercado for menor que o custo total médio (soma do custo fixo médio e do custo variável médio), a firma pode optar por interromper temporariamente as atividades (como no caso da fábrica de sorvete no inverno) ou operar no prejuízo. Contudo, caso o preço esteja abaixo do custo variável médio, a firma deverá encerrar suas atividades. Como se trata de concorrência perfeita, não

há barreiras à entrada nem à saída; uma firma entrará no mercado se vislumbrar lucro positivo, e sairá se vislumbrar lucro negativo no longo prazo. O amplo conhecimento de sua função de produção é fator essencial para o êxito da firma em concorrência perfeita, reduzindo custos a fim de garantir o lucro econômico máximo, com produção socialmente eficiente nos termos de Pareto.

NOTA MÉDIA

Jonas Paskauskas Werdine 16

**TL – 40;
547 palavras;
13,67 palavras/linha**

A Teoria da Firma, via de regra, aborda as escolhas produtivas do ofertante com base nos custos envolvidos nos fatores de produção capital (K) e trabalho (L). Por custos relativos ao trabalho, entende-se aqueles relacionados ao pagamento de salários e encargos de trabalhadores, ao passo que o capital tem relação com a estrutura propriamente dita, como máquinas, equipamentos, espaço da fábrica, etc. Os custos de capital geralmente envolvem o pagamento de aluguéis, impostos, manutenção de equipamentos e outros. Assim, os fatores de produção são os elementos usados pelas firmas na produção do bem.

No contexto da Teoria da Firma, lida-se com a ideia de que custos fixos, que não variam conforme o aumento ou a redução da atividade produtiva; custos variáveis, que variam conforme se pretende aumentar ou reduzir a quantidade produzida; custo marginal, que cuida do custo adicional que cada nova unidade de fator produtivo variável acrescenta ao custo total, que é a soma dos custos fixos e custos variáveis; custo total médio, que é a razão entre custo total e quantidade produzida; custo variável médio, sendo a razão entre custo variável e a quantidade produzida; e custo fixo médio, razão entre custo fixo e quantidade produzida. Desse modo, no curto prazo, lida-se com o fator L como fator variável e o fator K como fator fixo, ao passo que, no

longo prazo, tanto L quanto K são fatores variáveis, na medida em que se considera possível a expansão ou redução quantitativa de fatores ligados ao capital.

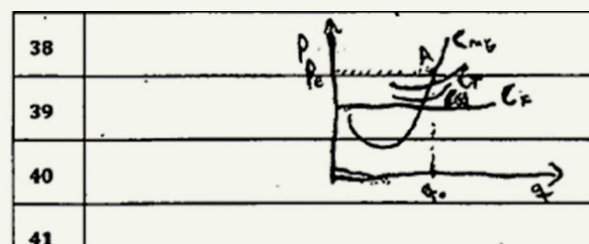
Considerando-se o curto prazo e admitindo-se que $F(P) = [K, L]$, a curva de custo marginal poderá indicar a quantidade a ser produzida com o fim de maximização do lucro econômico. Isso porque, considerando um mercado de concorrência perfeita, a receita total (R) do produtor será definida pelo produto da quantidade vendida (q) e do preço (P), na fórmula $R = P \times q$. Por outro lado, enquanto tomador preços a receita marginal equivalerá ao preço, na medida em que cada unidade adicional vendida aumentará a receita no exato valor do preço de mercado. Com isso, considerando que a lei dos rendimentos decrescentes importa o progressivo aumento dos custos marginais após breve início de rendimentos crescentes de escala, tem-se que o produtor obterá lucro enquanto o preço do mercado do bem for capaz de cobrir o custo marginal. O lucro econômico máximo, traduzido na maior quantidade de bem estar obtida pelo produtor, ocorrerá quando $C_{mg} = R_{mg}$, a qual equivale a P.

Isso porque, ao se igualar o custo marginal ao preço, não será vantajoso ao ofertante acrescentar nova unidade de fator variável (L), o que representaria perda de receita líquida e produtividade. Assim, em um mercado de concorrência perfeita, o lucro econômico buscado equivale a 0 (zero), o que se obtém ao produzir a quantidade onde $C_{mg} = P$.

Assim, a curva de custo marginal é capaz de revelar a própria curva de oferta, na medida em que, nas hipóteses onde o preço de mercado for insuficiente a cobrir mesmo o custo variável médio, será determinado o

ponto de fechamento imediato da empresa, onde a produção será zero. A representação gráfica da presente resposta é exposta a seguir:

O ponto A representa onde o preço de mercado equivale ao custo marginal, o que define a quantidade ofertada (q_0).



TL – 39;

487 palavras;

12,48 palavras/linha

Função de produção é uma fórmula matemática que expressa quanto de produto é possível alcançar com determinada quantidade de fatores de produção e determinada tecnologia, ou seja, a forma como esses fatores são combinados entre si. Em um eixo cartesiano onde o eixo X representa um fator de produção e o eixo Y representa outro, as isoquantas lá dispostas representam cada um delas uma função de produção diferente, ao passo que os pontos ao longo de uma mesma isoquanta representam as diferentes formas de combinar aqueles fatores de produção mantendo um mesmo nível de produção.

Às funções de produção podem corresponder diferentes formas de escala, de modo que os retornos podem ser diferentes ao longo do tempo. É possível haver escalas internas à firma, quando a redução dos custos médios se faz mediante o aumento do tamanho da firma. E possível, também, que haja escalas externas à firma, relacionadas a questões como ampliação da infraestrutura, o que beneficiará todo o setor e não apenas a firma individualmente. Além disso, também existem escalas relacionadas à experiência da firma, quando esta, por já estar no mercado há bastante tempo, adquiriu “know-how” suficiente que lhe permita reduzir seus custos médios.

Em um mercado competitivo, assim como nas demais estruturas de mercado, existe uma função de produção para o curto prazo e uma para

o longo prazo. No curto prazo, existe, ao menos, um fator de produção fixo e um variável. Consequentemente, o produtor depara-se com custos fixos e com custos variáveis. Em contrapartida, no longo prazo, existem apenas fatores de produção variáveis, de modo que os custos envolvidos na produção se tornam variáveis: quanto mais fatores empregados, maiores os custos – embora não necessariamente maior a produção, já que os retornos de escala podem ser crescentes, constantes ou decrescentes, independentemente da produtividade marginal decrescente dos fatores.

O produtor, em um mercado competitivo, depara-se, sempre, com uma demanda perfeitamente elástica. Diante dela, produz até o nível em que seu custo marginal, que é crescente, encontra-se com a curva de demanda. Isso porque esta também representa sua curva de receita marginal. Ao igualar custo marginal e receita marginal, a firma estará maximizando seus lucros. Dado que, na concorrência perfeita, não há barreiras à entrada e à saída de firmas, o lucro econômico, a longo prazo, será zero. Isso significa que a receita total média, que equivale ao preço (representado pela curva de demanda), é igual ao custo total médio. Desse modo, percebe-se que, a longo prazo, é possível determinar se a oferta do produtor está em equilíbrio quando há uma situação de igualdade entre custo marginal, receita marginal, preço, receita total média e custo médio, esse último estando em seu ponto mínimo.

A partir da análise da função de produção e das questões a ela correlatas, como tipos de escala e custos, é possível compreender as escolhas feitas por uma determinada firma. Isso é válido, como visto, tanto no curto quanto no longo prazo.



Dir eito

Questão 01

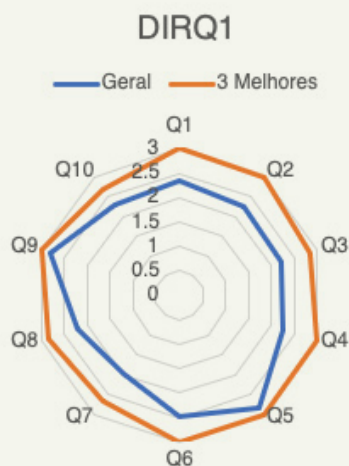
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **25,5**

Média Pessoas com Deficiência: **25,5**

Média Candidatos Negros: **23,8**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

A solução de controvérsias é uma das funções essenciais do Direito e isso vale igualmente para o Direito Internacional. De fato, a solução pacífica de controvérsias internacionais é um pré-requisito para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Além disso, o estabelecimento de mecanismos de solução de controvérsias internacionais é necessário para garantir a efetividade do sistema jurídico internacional. A solução pacífica de controvérsias internacionais ocupa, portanto, um lugar central no Direito Internacional.

TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 3 (tradução livre).

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador tendo em vista o lugar que a solução pacífica de controvérsias internacionais ocupa na estrutura do sistema jurídico-internacional, como um pré-requisito para a manutenção da paz e da segurança internacionais, entendimento delineado por Yoshifumi Tanaka, redija um texto dissertativo acerca desse assunto. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais no Direito Internacional, delimitando as suas principais características e especificidades;
- os meios de solução pacífica de controvérsias internacionais: negociação, bons ofícios, mediação, conciliação e inquérito;
- indicação, de forma sucinta e objetiva, de dois tratados internacionais e de duas declarações internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais;
- descrição e explicação quanto à importância do Pacto de Bogotá ou Tratado Americano de Soluções Pacíficas, assinado pelo Brasil e por outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948, para a resolução pacífica de controvérsias internacionais perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ); e
- possível relação a ser estabelecida entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, no âmbito do Direito Internacional, e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1998.

PADRÃO DE RESPOSTA

Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o candidato discorra acerca da obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, tanto no plano conceitual como no das características gerais desta obrigação no Direito Internacional. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes means that States must settle disputes by peaceful means, not coercive means. It is not suggested that all international disputes must be resolved immediately. In appropriate circumstances, wisdom may require parties to freeze disputes and maintain the status quo. The 1959 Antarctic Treaty that freezes claims to territorial sovereignty over Antarctica is a case in point. However, it must be remembered that freezing of international disputes is only possible as long as all parties in dispute agree to do so. In addition, absence of solution must not constitute a threat to the maintenance of international peace and security.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 6

Q2. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, a respeito de negociação e de bons ofícios, ambos como meios de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (a) negociação: “Whilst negotiation is an elusive concept, the ICJ in the 2011 Georgia/Russia case clarified to some extent the concept of negotiations. Three points in particular merit highlighting. First, negotiations must be distinct from mere protests or disputations. Negotiation entails more than the plain opposition of legal views

or interests between two parties, or the existence of a series of accusations and rebuttals, or even the exchange of claims and directly opposed counterclaims. Second, negotiation requires, at the very least, a genuine attempt by one of the disputing parties to engage in discussion with the other disputing party with a view to resolving the dispute, even though an obligation to negotiate does not imply an obligation to reach agreement." Third, to meet the precondition of negotiation in the compromissory clause of a treaty, these negotiations must relate to the subject matter of the treaty containing the compromissory clause. In other words, the subject matter of the negotiations must relate to the subject matter of the dispute which must concern the substantive obligations contained in the treaty in question." TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.30.

(b) Bons ofícios: "Good offices are a procedure in which a third party seeks to facilitate efforts towards a peaceful settlement of disputes between parties by providing them with a channel of communication. Good offices may be performed by a single State or a group of States, or by non-State actors, such as international institutions and individuals acting independently. [...] Normally good offices involve no more than helping to bring the parties in dispute into direct negotiations. However, the role of a third party exercising good offices may change over time and involvement of the third party may be deepened according to the developments of the events concerning the dispute. Hence the distinction between good offices and mediation is thin in practice." TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.43.

Q3. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, acerca de mediação; e conciliação, ambas como meios de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (c) mediação: "Mediation is a process whereby a third party actively assists two or more parties in dispute, with their consent, to develop a mutually acceptable solution in the settlement of an international dispute by offering its own proposals. By offering mediation, a third party intervenes in the negotiation process between parties to a dispute with a view to reconciling the claims of the contending parties and to advance his own proposals aimed at a mutually acceptable compromise solution. The ICJ formulated mediation as third States, on their own initiative, endeavoured to bring together the viewpoints of the States concerned by making specific proposals to them? The importance of mediation in the peaceful settlement of international disputes was acknowledged by UN General Assembly Resolution 70/304 of 2016." TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 45. (d) Conciliação: "Conciliation performs a dual function: (i) To investigate and elucidate the issues of facts, and (ii) to facilitate the settlement of disputes by suggesting mutually acceptable solutions to the parties in dispute. [...] Three requirements must be met to secure the effectiveness of conciliation: independence and impartiality of conciliation commission, confidentiality and non aggravation of the situation. [...] Normally a conciliation commission is composed of three or five members. While the modes of selecting conciliators vary according to treaties, usually each party to a dispute appoints either one of the three conciliators or two of

the five conciliators. The third or the fifth conciliator is then appointed by a joint decision of the two parties to the dispute or by a joint decision of either the two or the four conciliators already appointed by the parties. Under the traditional conciliation, composition of a conciliation committee is largely left in the hands of the parties in dispute.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.65-68.

Q4. Espera-se que o candidato disserte, com riqueza de detalhes e características, quanto ao inquérito, como meio de solução pacífica de controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, (e) inquérito: “As noted, the primary role of inquiry is to facilitate the settlement of international disputes by elucidating issues of facts underlying international disputes. The role of inquiry is increasingly important in the settlement of international disputes involving scientific and technical matters, such as international water disputes.⁶ Inquiry can also contribute to the prevention of international disputes.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. P.53.

Q5. Espera-se que o candidato elenque, de forma sucinta e objetiva, 2 (dois) Tratados internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes is clearly embodied in Article 2(3) of the Charter of the United Nations (hereafter the UN Charter). [...] Whilst the obligation under this provision is primarily incumbent upon members of the United Nations, it is binding

on every State as a rule of customary international law. This obligation is also to apply to the United Nations itself. Subsequently the obligation of peaceful settlement of international disputes is confirmed in multiple international instruments, such as the 1970 Friendly Relations Declaration, the 1982 Manila Declaration, and the 2012 Declaration on the Rule of Law.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.05-06.

Q6. Espera-se que o candidato elenque, de forma sucinta e objetiva, 2 (duas) Declarações internacionais, contendo menção expressa à obrigação de solução pacífica das controvérsias internacionais. A título exemplificativo, segundo Yoshifumi Tanaka, “The obligation of peaceful settlement of international disputes is clearly embodied in Article 2(3) of the Charter of the United Nations (hereafter the UN Charter). [...] Whilst the obligation under this provision is primarily incumbent upon members of the United Nations, it is binding on every State as a rule of customary international law. This obligation is also to apply to the United Nations itself. Subsequently the obligation of peaceful settlement of international disputes is confirmed in multiple international instruments, such as the 1970 Friendly Relations Declaration, the 1982 Manila Declaration, and the 2012 Declaration on the Rule of Law.” TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p.05-06.

Q7. Espera-se que o candidato descreva, ainda que de forma objetiva, o contexto de formação, a estrutura e a função do Pacto de Bogotá ou “Tratado Americano de Soluções Pacíficas”, assinado pelo Brasil e por

outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948. A título exemplificativo, segundo María Teresa Infante Caffi, “The American Treaty on Pacific Settlement, or the “Pact of Bogota”, adopted at the Ninth International Conference of American States in 1948, relates to the structure of the Inter-American System while remaining independent from the Charter of the Organization of American States (oas), which sets forth the political premises of the System. The Pact inherits proposals already advanced by the Inter-American Juridical Committee since 1945, when a draft Inter-American System of Peace emerged. Draft studies conducted over the years 1938-45 and the work of the Inter-American Juridical Committee to coordinate and systematize Inter-American Peace Agreements had shown preferences for a combination of procedures for dispute settlement, including voices in favor of a regional court. On the whole, the concept of an Inter-American System of Peace was enshrined at the Chapultepec Conference. Judicial and arbitral procedures subsequently took center stage in the discussion in Bogota, resulting in an innovative scheme of compulsory jurisdiction subject to limits and exceptions. [...] The characteristics of the Pact of Bogota as an instrument for the settlement of disputes may be systematized as follows: · The Pact contains a complete set of mechanisms ranging from diplomatic means including conciliation, to adjudication through judicial and arbitral procedures; · It establishes a complex relationship between recourse to the International Court of Justice, the competence of the Court, and arbitration, whereas the latter may be available in case the ICJ declares itself to be without jurisdiction in controversies other than those set out in Articles V, VI and VII of the Treaty (Article XXXV). Thus, the “High Contracting Parties obligate

themselves to submit [a dispute] to arbitration, in accordance with the provisions of Chapter Five of this Treaty”. · It lists a number of conditionalities that establish limits to the competence and admissibility of cases before international tribunals as well to other mechanisms of dispute settlement. · It allows for reservations by the parties with the result that they can be subject to different mechanisms or obligations with respect to each and every other party. [...] The jurisprudence illustrates that the jurisdictional clause embodied in Article XXXI considered together with Article VI, and even Article II, have stood up over the past 15 years. With all its weaknesses and despite the criticisms directed at it, the Pact has been considered a sort of corpus juris of international law in the Americas.” INFANTE CAFFI, María Teresa. The Pact of Bogota: Cases and Practice. ACDI, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017. Disponível em: <https://www.acdi.org.co/>. Acesso em: 10 maio 2022.

Q8. Espera-se que o candidato explique a importância do Pacto de Bogotá ou “Tratado Americano de Soluções Pacíficas”, assinado pelo Brasil e por outros países, em Bogotá, em 30 de abril de 1948, para a resolução pacífica de controvérsias internacionais perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ). A título exemplificativo, segundo María Teresa Infante Caffi, “The American Treaty on Pacific Settlement, or the “Pact of Bogota”, adopted at the Ninth International Conference of American States in 1948, relates to the structure of the Inter-American System while remaining independent from the Charter of the Organization of American States (oas), which sets forth the political premises of the System. The Pact inherits proposals already advanced by the Inter-American Juridical Committee since 1945, when a draft Inter-American System of Peace emerged. Draft studies conducted over the years 1938-45 and the work of the

Inter-American Juridical Committee to coordinate and systematize Inter-American Peace Agreements had shown preferences for a combination of procedures for dispute settlement, including voices in favor of a regional court. On the whole, the concept of an Inter-American System of Peace was enshrined at the Chapultepec Conference. Judicial and arbitral procedures subsequently took center stage in the discussion in Bogota, resulting in an innovative scheme of compulsory jurisdiction subject to limits and exceptions. [...] The characteristics of the Pact of Bogota as an instrument for the settlement of disputes may be systematized as follows:

- The Pact contains a complete set of mechanisms ranging from diplomatic means including conciliation, to adjudication through judicial and arbitral procedures;
- It establishes a complex relationship between recourse to the International Court of Justice, the competence of the Court, and arbitration, whereas the latter may be available in case the ICJ declares itself to be without jurisdiction in controversies other than those set out in Articles V, VI and VII of the Treaty (Article XXXV). Thus, the “High Contracting Parties obligate themselves to submit [a dispute] to arbitration, in accordance with the provisions of Chapter Five of this Treaty”.
- It lists a number of conditionalities that establish limits to the competence and admissibility of cases before international tribunals as well to other mechanisms of dispute settlement.
- It allows for reservations by the parties with the result that they can be subject to different mechanisms or obligations with respect to each and every other party. [...] The jurisprudence illustrates that the jurisdictional clause embodied in Article XXXI considered together with Article VI, and even Article II, have stood up over the past 15 years. With all its weaknesses and despite the

criticisms directed at it, the Pact has been considered a sort of *corpus juris* of international law in the Americas.” INFANTE CAFFI, María Teresa. *The Pact of Bogota: Cases and Practice*. ACDI, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017.

Q9. Espera-se que o candidato delimite a possível relação entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fazendo apenas menção, básica e elementar, ao princípio da solução pacífica dos conflitos inscrito no art 4º, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Q10. Espera-se que o candidato disserte, de modo criativo e analítico, a respeito da relação entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais, no âmbito geral do Direito Internacional, e os princípios que devem reger a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, mais particularmente, a solução pacífica dos conflitos, contida no art. 4, inciso VII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 1º maio 2022.

INFANTE CAFFI, María Teresa. *The Pact of Bogota: Cases and Practice*. ACDI, Bogotá, v. 10. p. 85-116, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5910889.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2022.

TANAKA, Yoshifumi. *The Peaceful Settlement of International Disputes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

Vinícius Kuczera Zampier 29,5

TL – 60;
844 palavras;
14 palavras/linha

O dever dos Estados em buscar a solução pacífica de controvérsias internacionais representa um dos fundamentos (*prima principia*) do Direito Internacional, possui natureza costumeira e convencional, e conforma uma série de regras do sistema. Uma controvérsia entre Estados representa qualquer desacordo em relação à questão de fato ou de direito (Caso *Mavrommatis*, CPJI). A sua solução pacífica pode envolver meios diplomáticos ou jurisdicionais. No caso dos primeiros, as tratativas envolvem somente as partes ou terceiros, possuem diferentes graus de institucionalidade, demandam a concordância de todos os envolvidos e não necessitam estar de acordo com o DIP. As jurisdicionais englobam o recurso à arbitragem (discricionariedade das partes, escolha do árbitro e direito aplicável, obrigatoriedade do laudo arbitral) ou a algum tribunal internacional (como cortes universais – CIJ, T. do Direito do Mar – ou regionais), sendo necessário aceitar a sua jurisdição de forma tácita ou expressa.

A busca de soluções pacíficas tem como base os princípios da boa-fé (*ius cogens* segundo a CIJ), igualdade soberana dos Estados e imunidade absoluta dos atores estatais para atos de império. Segundo a CIJ, contudo, os Estados não têm obrigação de encontrar uma solução e não há prazo determinado para as tratativas (Caso *Bolívia x Chile*). Por outro lado, a busca de uma solução pacífica não impede, *ad aeternum*,

eventual jurisdicionalização frente ao fracasso de soluções diplomáticas (entendimento do T. I. do Mar, caso envolvendo instalação nuclear, Irlanda x GB). De forma paralela aos princípios e costumes, tal dever foi progressivamente codificado, ao mesmo tempo em que o direito à guerra (*ius ad bellum*) era restringido: Convenção Drago-Porter, C. de Paz de Paris, Tratado Constitutivo da LDN, Tratado do Rio de Janeiro (T. Saavedra Lamas). Como consequência, a Carta das NU reforçou tal previsão e elencou a solução pacífica de controvérsias como um de seus princípios, determinando também que qualquer ação do CSNU deve ser precedida de diplomacia preventiva. Ademais, a Declaração Universal dos DH também previu tal dever estatal e seguidas resoluções da AGNU o reforçaram, como a res. 2625 (Declaração sobre os princípios que regem as relações entre os Estados) e a res. 1415 (D. sobre o direito à independência dos povos colonizados). Como consequência, o princípio ganhou densidade (parte da doutrina defende o seu caráter de *ius cogens*).

A Carta das NU elenca, em rol exemplificativo, alguns métodos diplomáticos. A negociação (bilateral, trilateral, plurilateral, multilateral) representa o mais simples deles, não havendo exigências de forma. Os *bons ofícios* envolvem a participação de um terceiro que atua para proporcionar um ambiente de diálogo, mas não oferece solução específica (exemplo: *bons ofícios* de Portugal na controvérsia da Ilha Trindade, Brasil x GB). Na mediação, por outro lado, permanece o caráter informal, mas o terceiro envolvido apresenta uma solução possível não-vinculante (exemplo: mediação dos EUA na controvérsia fronteiriça entre Brasil, Colômbia e Peru –

Ata de Washington). A conciliação também envolve a apresentação de uma alternativa não-vinculante para a controvérsia, mas é revestida de maior formalidade (existência de uma estrutura e procedimentos pré-determinados, por exemplo). Tal mecanismo está previsto na CONVEMAR, que prevê uma lista em anexo de conciliadores e a necessidade de buscar a conciliação antes de acionar a jurisdição compulsória. Por fim, o inquérito representa um mecanismo de averiguação dos fatos envolvidos, geralmente realizada por uma comissão de inquérito, e pode preceder a conciliação (exemplo: comissão de inquérito criada durante a Guerra do Chaco, Paraguai x Bolívia).

O Pacto de Bogotá (1948) deu continuidade à tradição latino-americana de valorização da solução pacífica de controvérsias (criação da Corte de Justiça Centro-Americana, doutrina Drago, Convenção Drago-Porter, T. do Rio de Janeiro) e previu o dever de seus membros em solucionar pacificamente eventuais controvérsias. Na convenção são elencados meios diplomáticos (rol exemplificativo) e também é previsto que, em falta de consenso, a parte que se sentir prejudicada pode acionar a CIJ. Assim, a convenção possui uma cláusula compromissória que vincula os Estados-partes à jurisdição compulsória da CIJ, um meio expresso de aceitação de sua jurisdição. Contudo, tal previsão só é válida entre as partes do Pacto de Bogotá (reciprocidade). Assim, o Brasil pode acionar a Corte ou ser acionado por outras partes, visto que ratificou o documento sem reservas. Logo, apesar de não mais fazer parte da cláusula Raul Fernandes, o Brasil está vinculado à jurisdição da CIJ cumpridos os requisitos do Pacto e do Estatuto da Corte. A Bolívia utilizou o Pacto para acionar o Chile na CIJ em duas ocasiões (dever de negociar e garantia de acesso ao mar).

A primazia da busca por soluções pacíficas na arena internacional consta expressamente no preâmbulo da CF/88 (que serve de vetor interpretativo para toda a constituição) e no art. 4º, que elenca os princípios que devem guiar a política externa brasileira. Assim, a prevalência de um atuar pacífico e em prol do encontro de soluções comuns deve guiar não somente as ações do P. Executivo, como também do Legislativo (ao analisar tratados, aprovar indicações de embaixadores) e do Judiciário (julgamento de contenda envolvendo atores exteriores, análise de pedidos de cooperação jurisdicional), o que reforça o tradicional respeito e valorização do DIP pelo Brasil.

Ana Cecília Sabbá Colares 29

TL – 59;
902 palavras;
15,3 palavras/linha

O Direito Internacional, que surgiu como um direito “ad bellum”, tornou-se, paulatinamente, um direito “contra bellum”. São marcos desse processo a Carta da Liga das Nações e o Pacto Briant-Kellog (1928), mas, devido ao caráter não vinculante das decisões do Conselho da Liga e da abrangência limitada do Pacto, foi só com a promulgação da Carta da ONU (1945) que a guerra foi definitivamente proscrita do DIP.

A Carta da ONU prevê que todos os Estados-membros têm a obrigação de solucionarem suas controvérsias por meios pacíficos, e, por força dos artigos 2.6 e 25 da Carta, o CSNU pode fazer inclusive com que Estados não membros se submetam aos seus preceitos, caso ameacem a paz e a segurança internacional. A obrigação de solução pacífica de controvérsias implica que a guerra não é mais meio legítimo de solução de conflitos (a não ser nas duas hipóteses previstas pela Carta da ONU: legítima defesa e autorização do CSNU), e o Estado que desrespeita essa obrigação comete um ilícito internacional e, portanto, pode ser responsabilizado internacionalmente. Tal obrigação reveste-se, ainda, de obrigação “erga omnes”, tendo em vista que a CIJ, no Caso Nicarágua (1984), já se pronunciou no sentido de que a Resolução 2625 da AGNU, que proíbe o uso da força, seria norma costumeira, com diversos autores chegando inclusive a defender que se trata de matéria de “jus cogens”.

Há uma gama de meios disponíveis para a solução pacífica de controvérsias, dentre os quais a negociação, os bons ofícios, a mediação, a conciliação e o inquérito. Na negociação, não há terceiro ator envolvido, e as partes buscam, por conta própria, negociar a resolução da questão. É o que se verifica, por exemplo, na fase de consultas do Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) da OMC. No caso da utilização de bons ofícios, uma terceira parte coloca as partes conflitantes em contato, mas não oferece soluções nem participa diretamente do processo negociador. Na mediação, há uma atuação mais ativa de uma terceira parte, que propõe soluções e apresenta alternativas à saída do conflito, tal como feito pelo Papa João Paulo II no caso do Canal de Beagle, na década de 1980, entre Argentina e Chile. A conciliação, por sua vez, oferece um aparato mais elaborado para a solução pacífica, sendo normalmente feita por uma comissão conciliadora (ao invés de um único mediador), que participa ativamente do processo, tentando angariar concessões de ambas as partes para um acordo final. O inquérito é utilizado para esclarecer fatos e determinar autorias, de modo que, por vezes, o simples esclarecimento leva à resolução do conflito. Pode, ainda, ser usado por mediadores e conciliadores, para auxiliar seu trabalho. Vale notar, por fim, que todos esses meios diplomáticos são capazes de criar direito, diferentemente dos meios judiciais.

Diversos tratados e declarações internacionais contêm menção expressa à obrigação de solução pacífica de controvérsias, coadunando-se, assim, com o novo “jus gentium” do Direito Internacional de proteção máxima do indivíduo. Entre os tratados, pode-se citar o tratado constitutivo da

OMC, que, no seu Anexo referente ao SSC, prevê tal obrigação. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM) também estabelece que os Estados têm o dever de solucionar qualquer conflito relacionado aos temas tratados pela Convenção de forma pacífica e prevê, ainda, uma série de meios para tal, como a arbitragem e o próprio recurso ao Tribunal do Mar (TIDM). Quanto a declarações internacionais, as declarações contidas nas Resoluções 1514 (1960) e 2625 (1970) da AGNU, sobre a Concessão de Independência dos Países e Povos Coloniais e as Relações Amistosas entre os Povos, respectivamente, preveem em seu texto a obrigação da solução pacífica, ainda que, posteriormente, a Resolução 2708 (1970) estabeleça que os povos coloniais poderiam lutar pela sua independência por todos os meios cabíveis (caso de direito à autodeterminação externa).

Nesse contexto, merece destaque o Pacto de Bogotá, que prevê, entre os Estados-membros da OEA, uma série de mecanismos de solução pacífica de controvérsias e contem cláusula compromissória para a CIJ. Com efeito, trata-se do único instrumento jurídico abrangente no continente que prevê a possibilidade de resolução de uma controvérsia com potencial para abalar a paz hemisférica por meio de um tribunal internacional. Por meio dessa cláusula, diversos conflitos americanos já foram levados à CIJ, a exemplo da controvérsia envolvendo Chile e Bolívia a respeito do direito de uma saída para o mar do Estado boliviano, que se prolonga desde a Guerra do Pacífico – o que, por si só, já demonstra o potencial belicoso da controvérsia.

É princípio constitucional das relações internacionais do Brasil a defesa da paz, assim como a solução pacífica de controvérsias, previstos no

art. 4º da CRFB, de modo que o Estado brasileiro se coaduna com a evolução do Direito Internacional não só na prática – por meio da sua tradição pacifista -, mas também na lei. Esses princípios constitucionais inserem-se, ainda, na lógica da abertura do direito constitucional contemporâneo ao Direito das Gentes, fenômeno que Peter Häberle chama de “Estado Constitucional Cooperativo” e Gomes Canotilho de “constitucionalismo global”. Se a proscricção da guerra e a implementação da obrigação de solucionar os conflitos pacificamente foi um processo lento e gradual no DIP, a inter-relação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional é um fenômeno que avança rapidamente, e que nos faz perceber que vivemos mesmo em uma grande rede multissetorial, de diálogo não só de cortes e de fontes, mas também do direito, como assevera Anne Peters.

Anônimo

28,5

TL – 60;
783 palavras;
13 palavras/linha

A solução pacífica de controvérsias internacionais configura-se como pré-requisito para a manutenção da paz e da segurança internacionais, conforme argumento exposto por Y. Tanaka. A obrigação de soluções pacíficas de controvérsias internacionais sempre foi uma reivindicação antiga dos Estados, mas encontrou sua máxima expressão na Carta da ONU, em diversos artigos, em especial os arts. 18, 45 e seguintes, bem como no Estatuto da CIJ. Trata-se de importante instrumento para coibir o uso da força nas relações internacionais, o qual, atualmente, apenas é permitido em situação de legítima defesa ou quando autorizado pelo CSNU. A solução pacífica de controvérsias é, assim, importante princípio de direito internacional, podendo o CSNU convidar as partes a ela se submeterem.

Da obrigação de resolver pacificamente controvérsias internacionais, conforme dita a Carta da ONU, resulta a possibilidade de os Estados recorrerem a meios de solução pacífica dessas controvérsias. Esses meios recebem diversas categorizações didáticas, como a que os divide em meios jurisdicionais, judiciais, políticos, além de diplomáticos. Meios judiciais de solução de controvérsias são aqueles esposados por tribunais internos que exercem jurisdição, como a CIJ e o TIDM. Meios jurisdicionais configuram-se por meio da arbitragem internacional, por meio do qual as partes se submetem a cláusulas compromissórias e compromissos arbitrais, podendo, a depender do caso, escolher os árbitros e o procedimento a ser adotado.

Nos meios políticos e diplomáticos inserem-se a negociação, os bons ofícios, a mediação, a conciliação, o inquérito, além da atuação da AGNU e do CSNU na solução de controvérsias. A negociação corresponde ao método pelo qual as partes procuram resolver controvérsias por meio de negociações entre as suas autoridades ou delegações. Nesse sentido, os diplomatas podem exercer papel relevante nas negociações. Trata-se de meio pouco institucionalizado. Os bons ofícios ocorrem quando uma terceira parte se oferece para aproximar as partes, mostrando-se como interlocutora e promotora do diálogo. No caso do Canal de Beagle (Argentina vs. Chile), o Papa prestou bons ofícios para a resolução da questão.

A mediação corresponde a método pelo qual as partes convidam uma terceira parte para mediar a controvérsias. A parte terceira busca, assim, aproximar as partes, identificar as demandas de cada mediado e apresentar uma solução para as partes. Essa solução, contudo, não é vinculante. Na conciliação, as partes também convidam uma parte terceira para empregar esse meio, o qual buscará aproximar as partes e apresentar uma solução. Trata-se, contudo, de meio mais institucionalizado que a mediação, uma vez que o conciliador apresentará uma solução concreta, definindo a responsabilidade ou o direito de cada parte. Apesar disso, a solução também não é vinculante.

O inquérito corresponde a procedimento com o objetivo de investigar fatos pertinentes a uma controvérsia internacional. Reúnem-se, assim, informações a respeito dos fatos que deram origem ou agravaram a controvérsia. O inquérito normalmente ocorre antes da utilização de outros meios, mas essa ordem não é obrigatória. Lembrando que a negociação pode ocorrer

por meio de notas diplomáticas, encontros de cúpula ou reuniões entre autoridades, bem como que não há uma ordem de utilização dos meios de solução. Alguns órgãos exigem, contudo, que os Estados empreguem prontamente esses meios antes de analisar as controvérsias (ex: consultas da OMC). Recorde-se que as decisões da CIJ possuem caráter vinculante.

Sucintamente, pode-se citar o Pacto de Bogotá (1948), a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, a Declaração de Havana, a Declaração de Cartagena e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, que contêm a obrigação de solução pacífica de controvérsias. Quanto à importância do Pacto de Bogotá para a solução pacífica de controvérsias, é possível identificá-lo como marco interamericano da questão. Por meio dele, os países signatários, inclusive o Brasil, se obrigaram a resolver suas controvérsias pacificamente perante a CIJ. Assim, antes de submeter um caso à Corte, as partes devem recorrer aos meios pacíficos de solução, como a mediação, a negociação, a conciliação, entre outros, compromisso que tem ajudado na manutenção da paz no continente. São exemplos de soluções que ocorreram ao seu amparo, a questão do Canal de Beagle e a Guerra do Cenepa.

Há uma íntima relação entre a obrigação de solução pacífica de controvérsias internacionais e a CF/88. Como é cediço, o artigo 4º da Constituição enuncia os princípios que devem reger as relações internacionais do Estado Brasileiro (RFB). Entre eles, encontramos diversos pontos de contato com a sobredita obrigação, como o fato de esses princípios determinarem a busca pela cooperação entre os Estados, a solução pacífica de

controvérsias, o respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, além do respeito à paz e o repúdio ao terrorismo. Frise-se, ademais, que o art. 5º determina o respeito à legalidade, privilegiando, assim, soluções que estejam em consonância com o Direito Internacional e com o primado do Direito.

NOTA MÉDIA

Vinícius Henrique Fontana 25

**TL – 60;
600 palavras;
10 palavras/linha**

A Carta das Nações Unidas (CNU) prevê, em seu capítulo VI, que todos os seus membros busquem resolver os seus desentendimentos por meios pacíficos acima de qualquer ato de uso da força (capítulo VII da CNU). Qualquer nação pode chamar a atenção da Assembleia Geral das Nações Unidas ou do Conselho de Segurança para situações que possam representar ameaça ou ruptura da paz, sendo que o Conselho pode convidar os países a utilizar sua estrutura institucional para solucionar pacificamente controvérsias. Sempre que o Conselho estiver deliberando sobre questões de ameaça ou ruptura da paz e segurança, a Assembleia Geral fica impedida de atuar (CNU, art.12).

Há cinco meios de solução pacífica de controvérsias arroladas na CNU, em rol não exaustivo: negociação, bons ofícios, mediação, conciliação e inquérito. A negociação é realizada de forma direta pelas partes, sem a intervenção de um terceiro, sobretudo pela via diplomática. Os bons ofícios são oferecidos por um ator fora da disputa que fornece um espaço ou plataforma para que as partes possam dialogar, sem participação direta do ofertante. A mediação conta com a intervenção de um terceiro no sentido de busca ativa pelo diálogo e soluções, realizando propostas e sugestões. A conciliação funciona de modo semelhante à mediação, contudo costuma seguir um rito com maior grau de institucionalização. O inquérito, por

sua parte, consiste na mera apuração dos fatos, sem qualquer juízo de mérito. Além desses cinco meios, conhecidos como extrajudiciais, há os métodos jurisdicionais de solução pacífica de controvérsias: a arbitragem e a apreciação judicial.

A necessidade de solução pacífica das controvérsias aparece em tratados como a própria Carta das Nações Unidas e também na Convenção de Montego Bay sobre o Direito do Mar, de 1982. Em declarações internacionais, ou seja, sem caráter vinculante, a solução pacífica está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, e na Declaração do Rio, em 1986, sobre a intervenção dos Estados Unidos em países da América Latina.

É inclusive dentro do sistema interamericano que se desenvolve parte importante da doutrina de soluções pacíficas das controvérsias com considerável sucesso, tendo em vista a ausência de conflitos bélicos internacionais ativos no continente. É uma tradição que vem desde o tempo de conferências da União Pan-Americana, porém que ganha corpo em 1948 com a criação da Organização dos Estados Americanos, em Bogotá, e de todos os instrumentos que servem como seu arcabouço jurídico. O Tratado Americano de Soluções Pacíficas de Controvérsias prevê que as disputas entre Estados americanos sejam resolvidas sem recurso às armas, sendo possível às partes remeter o caso à Corte Internacional de Justiça. É um mecanismo facilitador, tendo em vista que a OEA não conta com uma corte de temática universal como a CIJ e que simplifica o processo de submissão, já que as partes devem estar de acordo para aceitação da jurisdição da Corte onusiana (ou terem depositado a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória).

O Brasil tem posição de destaque como país promotor de soluções pacíficas de disputas. A Constituição Federal de 1988 abraça, em seu artigo 4º, como princípios das relações internacionais, a defesa da paz e a solução pacífica de controvérsias, de forma expressa. Além disso, engaja-se em organismos multilaterais a fim de buscar ameaçar no aprimoramento do arsenal normativo internacional, como nos trabalhos realizados junto à Comissão de Direito Internacional, que realiza estudos e propõe projetos de resoluções. Mesmo dentro de organismos internacionais como o Conselho de Segurança, vinculados frequentemente ao uso da força, o Brasil busca avançar para uma agenda de paz, valorizando a prevenção e pacificação como pilar do mandato 2022-23.

TL – 59;
857 palavras;
14,5 palavras/linha

A Carta da ONU inaugurou um novo período nas reações internacionais, porque afirmou a proscricção do uso da força em seu artigo 2 (4). A proibição da guerra de agressão também possui natureza costumeira e de jus cogens, como reconheceu a CIJ no Caso Nicarágua; as Emendas de Kampala ao Estatuto de Roma criaram a competência *rationae materiae* para o TPI julgar indivíduos pelo crime de agressão.

A obrigação de solução pacífica de controvérsias consiste em uma obrigação positiva imposta aos Estados. Essa obrigação é prevista no preâmbulo, no art. 2 (6) e no capítulo VI da Carta da ONU; o Estatuto da CIJ também privilegia a solução pacífica de conflitos por meios jurisdicionais. Os Estados têm a obrigação de negociar para encontrar uma solução pacífica toda vez que surgir uma controvérsia internacional. A busca por uma solução pacífica pode tomar três formas: a diplomática (entre Estados), a política (com intermédio de uma organização internacional) e a jurisdicional (com a participação de um tribunal internacional). Os artigos 41 e seguintes da Carta da ONU estabelecem que o CSNU poderá recomendar medidas a serem tomadas por Estados no âmbito de uma controvérsia internacional, quando considerar que existe uma ameaça à paz e à segurança internacionais. O capítulo VII da Carta da ONU prevê as duas únicas hipóteses de uso da força: a legítima defesa (individual ou coletiva) e a autorização pelo CSNU (art. 51).

O art. 42 da Carta da ONU prevê meios de solução pacífica de controvérsias. A negociação consiste no contato direto, sem intermediários, entre dois Estados soberanos, com vistas a uma solução pacífica transaccional. Os bons ofícios consistem na participação de um 3º Estado como facilitador do diálogo entre duas partes envolvidas em uma controvérsia, como ocorreu recentemente com Israel, no tocante à invasão russa da Ucrânia. A mediação consiste na participação ativa de um 3º Estado nos diálogos entre dois Estados envolvidos em uma controvérsia internacional, como ocorreu com a Noruega nos Acordos de Oslo, entre Israel e Palestina. A conciliação consiste em uma participação ainda mais ativa de um 3º Estado, que chega a apresentar uma proposta de solução (não obrigatória) para os Estados envolvidos em uma controvérsia. O inquérito consiste na coleta das informações factuais de uma controvérsia jurídica, e essas informações poderão ser utilizadas em qualquer outro modo de solução pacífica de conflitos.

Além da Carta da ONU, o Pacto Briand-Kellog e o Tratado do Rio de Janeiro (Saavedra Lamas) previam a solução pacífica de conflitos. O otimismo de Briand-Kellog foi rompido com o flagelo das duas guerras mundiais, e o Tratado do Rio chegou a contar com a ratificação de diversos Estados europeus. Em nenhum dos dois casos, todavia, a proibição do uso da força foi absoluta. Apesar de existir uma obrigação inicial de solução pacífica, a possibilidade de uso da força estava resguardada. A Declaração de Princípios (Resolução 2625 da AGNU) afirmou a solução pacífica de conflitos como um princípio internacional, ao lado da independência e do direito à autodeterminação. A Declaração de Teerã, negociada por Brasil e Turquia antes da assinatura do Acordo Nuclear iraniano (P5+1), também afirmava a solução pacífica de controvérsias.

Para exercer sua jurisdição contenciosa, a CIJ precisa verificar 3 requisitos: existência de controvérsia jurídica (objetiva, Caso Mavrommatis; ou subjetiva, Caso Ilhas Marshall), a parte deve ser um Estado, e a parte deve reconhecer a jurisdição da CIJ. O reconhecimento da jurisdição pode ocorrer de maneira ad hoc (caso a caso) ou por tratado. O reconhecimento por tratado pode ocorrer de 3 formas: tratado com cláusula compromissória (CVDT/1969, Brasil fez reserva ao artigo), cláusula Raul Fernandez (Brasil fez reserva) ou tratado de solução de controvérsias.

O Pacto de Bogotá (48) é um tratado de solução de controvérsias no âmbito interamericano. Em seu preâmbulo e art. 3º e seguintes, o tratado prevê que uma controvérsia entre os Estados-partes será remetida à CIJ em caso de fracasso dos meios diplomáticos e políticos de solução de controvérsias. O Pacto de Bogotá, assim, é importante mecanismo de garantia da paz no hemisfério Ocidental. Controvérsia entre Chile e Bolívia pelos territórios anexados na Guerra do Pacífico foi enviada à CIJ com base no Pacto de Bogotá.

A CF/88 inovou na tradição constitucional brasileira ao prever os princípios constitucionais de relações internacionais (art. 4º), que possuem natureza dupla: quanto à forma, são princípios de direito interno; quanto ao conteúdo, são princípios de direito internacional, conforme definição de João Christófolo. O art. 4º replica, em grande parte, a Declaração de Princípios da AGNU da década de 1970, o que comprova a relação entre a CF/88 e a solução pacífica de controvérsias. O art. 4º prevê, explicitamente, a solução pacífica de controvérsias, a não intervenção, a independência nacional e a igualdade entre os Estados. Todos esses princípios estão

intimamente relacionados à histórica atuação brasileira em defesa da paz internacional, como comprovam a participação de Ruy Barbosa na 2ª Conferência da Haia, a não participação brasileira em guerras desde 1945 e o engajamento nacional em missões de paz (comando da MINUSTAH, comando naval da UNIFIL e force-commander da missão na RDC). A afirmação constitucional também inclui a defesa da paz, o que se coaduna com o pleito brasileiro por um assunto permanente no CSNU.

Questão 02

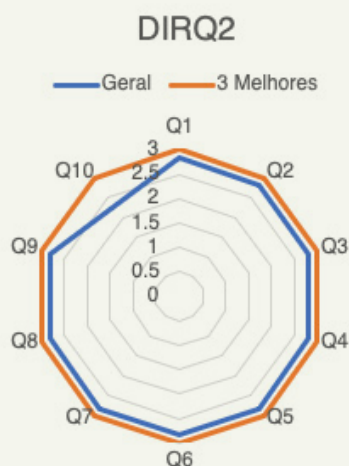
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: 29,4

Média Pessoas com Deficiência: 28,5

Média Candidatos Negros: 30

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Durante uma batalha, uma bandeira preta tremulando de um ponto no alto costuma ser a maneira habitual de mostrar a localização de postos de primeiros socorros ou de hospitais de campanha militar, e existe um acordo tácito de que ninguém deve disparar naquela direção. Porém, às vezes os obuses atingem mesmo assim esses locais, e seus oficiais intendentess e homens que servem nos hospitais não são mais poupados do que os vagões carregados de pão, vinho e carne para preparar sopa para os feridos.

[...] numa época em que escutamos falar tanto de progresso e civilização, uma vez que infelizmente não podemos sempre evitar as guerras, não seria uma questão de urgência apoiar, dentro de um espírito humano e verdadeiramente civilizado, a tentativa de evitar, ou pelo menos aliviar, os horrores da guerra?

DUNANT, Henry. Lembrança de Solferino. CICV: Genebra, 2016, pp. 37 e 126.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo acerca do Direito Internacional Humanitário que se desenvolveu contemporaneamente a partir da segunda metade do século 19, em particular após a Segunda Guerra Mundial, de modo a constituir conjunto normativo que disciplina as relações entre Estados, organizações internacionais e outros sujeitos de Direito Internacional em tempo de guerra. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos.

- definição de Direito Internacional Humanitário e identificação de suas características fundamentais;
- embora a base normativa convencional do Direito Internacional Humanitário seja constituída por dezenas de tratados, não é exagero afirmar que as quatro Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 1977 continuam a ser a pedra angular desse ramo do direito. A esse respeito, identifique o conteúdo principal de cada um desses seis textos convencionais;
- citação e explicação de três das principais normas ou princípios que regulamentam as operações militares em um conflito armado;

- explanação quanto ao estatuto das armas químicas e das armas biológicas à luz dos princípios e das normas do Direito Internacional Humanitário e menção aos principais marcos normativos concernentes à matéria; e
- comentários acerca do estatuto das armas nucleares e das controvérsias jurídicas com base no assunto, à luz dos desenvolvimentos recentes envolvendo a matéria.

**Extensão do texto: até 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Q1. Espera-se que o (a) candidato(a) mencione que o Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas internacionais provenientes principalmente dos tratados e do costume internacional. Deve afirmar, ademais, que tais normas devem ser aplicadas em conflitos armados, internacionais ou não (SWINARSKI, 1996; CICV, 2015).

Q2. A definição proposta pelo (a) candidato(a) deverá, também, mencionar que as normas de Direito Internacional Humanitário limitam, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, e que protegem, além disso, as pessoas e os bens afetados ou que venham a ser afetados pelo conflito (SWINARSKI, 1996; CICV, 2015).

Q3. Espera-se que o (a) candidato(a) cite que a primeira Convenção de Genebra de 1949 disciplina a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Enfermos das Forças Armadas em Campanha; que a segunda Convenção de Genebra de 1949 versa acerca da Melhoria das Condições dos Feridos, Enfermos e Náufragos das Forças Armadas no Mar; que a terceira Convenção de Genebra dispõe a respeito do Tratamento dos Prisioneiros de Guerra. Espera-se, ainda, que o (a) candidato(a) se recorde que a quarta Convenção de Genebra de 1949 regulamenta a Proteção dos Civis em Tempos de Guerra, como civis estrangeiros no território das partes em conflito, civis em territórios ocupados, civis detidos e internados e pessoal sanitário e religioso ou unidades de defesa civil; que o Primeiro Protocolo de 1977 fortalece a proteção das vítimas de conflitos armados internacionais, e que o Segundo Protocolo de 1977 disciplina a proteção das vítimas de conflitos armados não internacionais.

Q4. O (A) candidato(a) poderá recordar, por exemplo, que a norma básica da “distinção” obriga as partes a “distinguir, em todas as circunstâncias, entre pessoas e bens civis por um lado, e combatentes e objetivos militares por outro. Uma parte em um conflito armado pode dirigir um ataque unicamente contra combatentes e objetivos militares. Nem a população civil, nem indivíduos civis podem ser atacados, exceto se participarem diretamente das hostilidades e enquanto durar a sua participação” (CICV, 2015). Dessa forma, ataques indiscriminados são proibidos, como determinam os arts. 48 e 52 (2) do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 e as Regras 7, 11, 12 e 13 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Deverá dizer que a Corte Internacional de Justiça, na Opinião Consultiva no caso “Armas Nucleares” (1996), afirma que o princípio da distinção é um dos “princípios cardeais” do Direito Internacional Humanitário e um dos “princípios inderrogáveis do direito consuetudinário internacional”.

Q5. Nesse quesito poderá citar, por exemplo, que os ataques contra um combatente ou um objetivo militar devem estar de acordo com o princípio da “proporcionalidade”. Isso significa que “é proibido lançar um ataque que provavelmente cause a morte incidental ou danos a civis e (ou) estragos excessivos aos bens civis em relação à vantagem militar concreta e direta prevista” (CICV, 2015). O dever de calcular a proporcionalidade do ataque está codificado nos arts. 51 (5) (b) e 57 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977. Tornou-se regra do direito consuetudinário, aplicável tanto a conflitos internacionais quanto a conflitos não internacionais, e se encontra codificada na Regra 14 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Deverá se referir, por oportuno, que a Corte Internacional de Justiça, na Opinião Consultiva no caso “Armas Nucleares” (1996), reconheceu a aplicabilidade do princípio da proporcionalidade, ao afirmar que “o respeito ao meio ambiente é um dos elementos a serem levados em conta para avaliar se uma ação está em conformidade com os princípios da necessidade e da proporcionalidade”.

Q6. Poderá indicar, por exemplo, que, segundo o dever de precaução, uma parte em um conflito “deve tomar cuidado constantemente para poupar civis ou bens civis durante a realização de operações militares. A parte que conduz um ataque deve fazer todo o possível para verificar que os alvos sejam objetivos militares. Deve escolher meios e métodos de ataque que evitem, ou pelo menos minimizem, os danos incidentais a civis e a bens civis. Deve abster-se de lançar um ataque se parecer claro que as perdas ou danos causados seriam excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta prevista” (CICV, 2015). Os arts. 57 e 58 do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 determinam o dever de precaução quando objetivos civis e militares estão próximos um do outro. As Regras 18, 19, 22, 23 e 24 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha determinam que medidas de precaução devem ser tomadas em face dos efeitos dos ataques.

Q7. Poderá também relatar que as armas químicas e as armas biológicas (ou bacteriológicas) integram a categoria das armas de destruição em massa. Uma vez que seus efeitos são indiscriminados por natureza, seu uso é incompatível com o Direito Internacional Humanitário, embasado no dever de distinguir entre objetivos militares e civis, e entre civis e membros de forças armadas (BOUCHET-SAULNIER, 2014). Além disso, deverá relatar o banimento

do emprego de armas químicas e biológicas depois da Primeira Guerra Mundial, mediante o Protocolo de Genebra para a Proibição do Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos de Guerra, de 1925. Cumpre mencionar do mesmo modo que tal banimento foi reforçado em 1972, com a Convenção sobre Armas Biológicas, que entrou em vigor em 1975 e constitui o primeiro tratado multilateral de desarmamento a proscrever uma categoria inteira de armas de destruição em massa.

Q8. Quanto às armas químicas, desde o século 19, há textos proibindo a utilização dessa categoria de armas. A Convenção sobre Armas Químicas firmada em 1992 banuiu o emprego de tais armas, seu desenvolvimento, armazenamento e transferência, além de exigir a destruição dos arsenais. Ensejou, ademais, a criação da Organização Internacional para a Proscrição das Armas Químicas, sediada na Haia. Finalmente, as Regras 74, 75 e 76 do Estudo de Direito Consuetudinário de Direito Internacional Humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha proíbem o emprego de armas químicas e biológicas.

Q9. A proibição abrangente ou universal do emprego de armas nucleares é inexistente, embora parte da doutrina considere que tais armas são de destruição em massa e, por consequência, geram efeitos indiscriminados. Por ambas as razões, deveriam ser proibidas nos termos do Primeiro Protocolo Adicional de 1977, que veda armas incapazes de distinguir entre civis e combatentes e que causam sofrimentos desnecessários (BOUCHET-SAULNIER, 2014). Apesar disso, potências nucleares, como os Estados Unidos da América, a França e o Reino Unido, apuseram reservas quanto a eventuais efeitos do Primeiro Protocolo sobre armas nucleares

quando da assinatura ou adesão ao mencionado texto convencional.

Q10. Caberá, ademais, mencionar que a Corte Internacional de Justiça afirmou, em 1996, em opinião consultiva a pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, que o uso de armas nucleares não é nem formalmente proibido nem formalmente autorizado; que a ameaça ou uso de armas nucleares em violação do art. 2 (4) e do art. 51 da Carta das Nações Unidas é ilegal; que a ameaça ou o uso de armas nucleares seriam geralmente contrários a normas fundamentais do Direito Internacional Humanitário, particularmente o princípio da distinção e a proibição de causar sofrimento desnecessário. Não obstante, a Corte não concluiu definitivamente se, na circunstância extrema de ameaça à sobrevivência de um Estado, o uso de armas nucleares seria legítimo.

Os quesitos correspondem aos seguintes tópicos do enunciado da questão:

Q1 e Q2: tópico 1;

Q3: tópico 2;

Q4, Q5 e Q6: tópico 3;

Q7 e Q8: tópico 4; e

Q9 e Q10: tópico 5.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- BOUCHET-SAULNIER, Françoise. *The Practical Guide Guide to Humanitarian Law*. 3. ed. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2014.
- COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Direito Internacional Humanitário (DIH). Respostas às Suas Perguntas*. Genebra: CICV, 2015.
- CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. *Opinião Consultiva. Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*. ICJ Reports, 1996.
- MALANCZUK, Peter. *Ackhurst's Modern Introduction to International Law*. 7. ed. Nova York: Routledge, 1997.
- SWINARSKI, Christophe. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília: CICV, Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1996.
- SHAW, Malcolm N. *International Law*. 6. ed. Cambridge: Cambridge, 2010.

Dandara Miranda Teixeira de Lima

30

TL – 60;
710 palavras;
11,8 palavras/linha

O Direito Humanitário consiste em vertente dos direitos humanos destinada à prevenção a graves violações à integridade e à vida de combatentes e civis em situação de guerra. O Direito Humanitário visa, portanto, a evitar que os horrores da guerra gerem maiores danos aos povos, mesmo em situações políticas em que ela é tida como inevitável. O Direito Internacional Humanitário desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX, ganhando maior força após a Segunda Guerra Mundial, dada a percepção de que a ausência de um regime internacional de proteção aos seres humanos fortalecido resulta em graves crimes contra a humanidade. Essa vertente dos direitos humanos impulsionou a criação de instituições como a Cruz Vermelha e a violação de seus tratados constitutivos encontra respaldo no Estatuto de Roma, que tipifica o crime de guerra e confere ao Tribunal Penal Internacional a competência para julgá-los.

Apesar de a base normativa do Direito Internacional Humanitário ser constituída por diversos tratados específicos, as quatro Convenções de Genebra, de 1949, e seus Protocolos Adicionais, de 1977, configuram-se como pedra angular desse ramo do direito. Elas dispõem sobre diversas situações com possível violação de direitos humanos *in bellu* (sic.), como a não escravização e a proteção de prisioneiros de guerra, a proteção de civis e combatentes em caso de deslocamento por navio ou outro meio que ofereça riscos, a proteção a

civis e a prevenção de situações que os atinjam desproporcionalmente no momento de guerra, a livre passagem e a proteção daqueles que realizam assistência humanitária, devendo ser reconhecida sua neutralidade; o direito de assistência médica dos civis e dos combatentes feridos; a não submissão de combatentes e civis à tortura e à violações a sua integridade física. Ademais, os tratados também preveem a proteção de estabelecimentos públicos não militares, pois atingem desproporcionalmente civis, além da proteção de símbolos nacionais, como as instituições do Congresso ou Palácio Presidencial.

O Direito Humanitário também subsidia as normas e princípios que regulamentam as operações militares em um conflito armado. A atuação militar deve ser pautada pelo princípio da necessidade, de modo que ela não pode exacerbar o objetivo previamente determinado é gerar danos desnecessários. Cabe mencionar ainda o princípio da proporcionalidade, isto é, não se pode empregar meios desproporcionais ao objetivo, gerando mais prejuízos do que o necessário. As operações militares devem igualmente serem pautadas pela adequação estrita, devendo haver sempre uma análise dos benefícios e do custo humano da missão. O respeito ao Direito Humanitário, a proteção aos civis e o respeito aos combatentes são os princípios básicos das operações.

As normas de Direito Humanitário também são constituídas por tratados que proíbem o uso de armas químicas e biológicas. Inicialmente, os princípios tratados sobre a matéria consistiriam nas Convenções de Haia, que previam, desde meados do século XX, a proibição utilização de tipos específicos de armas químicas e biológicas, como gases e coquetéis. Atualmente, a proibição desses armamentos conta com a

Convenção das Nações Unidas sobre Armas Químicas, que conta com uma organização internacional que fiscaliza e fomenta a destruição de armas químicas de Estados membros no prazo de 10 anos, aproximadamente. Ademais, há também a Convenção das Nações Unidas sobre Armas Biológicas, que foi a primeira a proibir totalmente a utilização de uma categoria interna de armas de destruição em massa. Os estatutos coadunam-se com o Direito Humanitário e proíbem a sua utilização em situações de guerra.

Quanto ao estatuto das armas nucleares, o Direito Humanitário prevê claramente a proibição de sua utilização, porém essa vertente proibitiva precisa ser mais fortalecida. Embora o Tratado de Proliferação de Armas Nucleares preveja a proibição de armas nucleares, sua regulamentação só ocorreu com o TPNAN, que está em vigor, mas não possui como membros nenhum Estado detentor de armas nucleares. Ademais, parecer da CIJ da década de 1970 não concluiu de forma inequívoca a proibição desses armamentos. Atualmente, a ameaça de uso de armas nucleares na guerra da Ucrânia demonstra a fragilidade do Direito Humanitário nesse aspecto. Há, hoje, somente um acordo, o Novo Start, que regula a diminuição de armas nucleares entre Rússia e Estados Unidos. Exceção a esse cenário são o Tratado de Proibição de Parcial de Testes Nucleares, a Convenção de Terrorismo Nuclear em vigor e as zonas livres de armas nucleares, como Tlatelolco e Pedinlaba.

Daniel Nogueira Chignoli

30

TL – 60;
817 palavras;
13,6 palavras/linha

Embora se possa asseverar que, atualmente, exista um *ius contra bellum* no contexto do direito internacional, de modo que as alternativas para o uso da força são exceções delimitadas na Carta da ONU, conflitos armados ainda existem. Nesse contexto, ainda é fundamental o *ius in bello* ou Direito de Genebra, que dispõe sobre os direitos e garantias a combatentes e não combatentes. Ainda que não seja suficiente para evitar as guerras, esse ramo do direito é capaz de regular as condutas em combate, apontar ilícitos internacionais e limitar o uso de determinados armamentos.

O Direito Internacional Humanitário surge na segunda metade do século 19, no contexto da criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, após os horrores da batalha de Solferino. Como objetivo, esse direito busca regulamentar a conduta durante conflitos armados, no que se refere à utilização de armamentos, proteção de prisioneiros de guerra e de civis, determinação de alvos militares e contenção de represálias. Houve uma grande evolução do Direito de Genebra, com contribuições como a Cláusula Martens, na Conferência da Haia de 1899, a respeito de normas gerais de humanidade durante os conflitos de modo a representar restrições mínimas que deveriam ser seguidas nas confrontações, o que foi reconhecido pela Comissão de Direito Internacional da ONU. Nesse contexto, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de maior regulamentação do direito

internacional humanitário, o que engendrou as quatro Convenções de Genebra de 1949, que tratam da proteção de combatentes e não combatentes, dos prisioneiros de guerra (com a exceção de que espiões e mercenários não estão por ela protegidos) e da proteção de infraestruturas que não tem importância militar. Além disso, em 1977, outros dois protocolos são adicionados às convenções, incorporando avanços como a limitação de certos tipos de armas em combate e dispendo sobre conflitos internos e grupos beligerantes, no segundo protocolo. Dessa forma, o direito de Genebra constitui o arcabouço elementar para a regulamentação da conduta dos agentes durante conflitos armados.

Como qualquer ramo do direito, o direito internacional humanitário apresenta suas normas e princípios específicos. Há o impedimento de se causar sofrimento desnecessário, de modo que, ainda que toda ação militar cause danos, esses devem ser condizentes com os objetivos determinados, evitando meios cruéis ou armamentos que causem terror. Além disso, há a necessidade de distinção de combatentes e não combatentes, a fim de proteger civis de serem alvos em confrontos armados, mas com a ressalva de que civis que passem a participar do conflito como se fossem combatentes terão tratamento semelhante. Ademais, há a necessidade de proteção dos prisioneiros de guerra, na medida em que, uma vez que deponham suas armas, eles passam a ser responsabilidade do Estado que os capturou e os custodia, devendo respeitar seus direitos humanos. Finalmente, há a questão sobre a impossibilidade de o meio ambiente ser alvo de represálias militares, o que constitui uma inovação no âmbito do direito internacional humanitário.

Entre as classes de armas que mais causam sofrimento em conflitos armados, as armas químicas são um paradigma importante. Desde seu uso na Primeira Guerra Mundial, a comunidade internacional apresenta profundo repúdio quando armas químicas e biológicas são empregadas no campo de batalha. Entre os princípios do direito internacional humanitário desrespeitados por esse arsenal estão causar sofrimento desnecessário e não discriminar combatentes de não combatentes. Nesse contexto, a comunidade internacional não poupou esforços para estabelecer a Convenção Internacional para a Eliminação de Armas Químicas e Biológicas, que teve adesão de quase todos os Estados, além da criação da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (OPAQ), que atua inspecionando programas nacionais que possam vir a desenvolver esses armamentos, bem como prevenindo seu uso futuro. Nesse sentido, o direito humanitário evoluiu, significativamente para a solução desse tipo de armamento.

Em contrapartida, as armas nucleares seguem uma questão para o direito de Genebra. Apesar da assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear pela imensa maioria dos Estados e do estabelecimento de zonas livres de armas nucleares, seu artigo 6º, que trata sobre o desarmamento das potências nuclearmente armadas segue sem execução, consequentemente, enquanto o desarmamento não for completo, a proliferação será um risco. Em parecer à AGNU, outrossim, a CIJ fez o non liquet, ao não decidir se o uso de armas nucleares estaria de acordo com o direito internacional, caso a existência do Estado esteja em risco. Ainda assim, a Corte determinou a necessidade do desarmamento e as afetações das armas nucleares ao direito humanitário, como sendo um armamento desproporcional, que

não diferencia combatentes de não combatentes e causa sofrimento desnecessário. Nesse contexto, para cumprir o art. 6º do TNP, a Coalizão da Nova Agenda, com protagonismo do Brasil, propôs o Tratado para o Banimento de Armas Nucleares, que já está em vigor, mas que não conta com a assinatura de nenhum país nuclearmente armado.

Dessa forma, embora muito se haja conquistado, há, ainda, muito que evoluir no âmbito do Direito de Genebra.

Jonas Paskauskas Werdine 30

TL – 60;
857 palavras;
14,2 palavras/linha

Surgido, em sua faceta moderna, durante o século XIX, o Direito Internacional Humanitário resulta da sensibilização dos países e da sociedade civil acerca da necessidade de proteção a indivíduos vulneráveis no contexto de conflitos armados entre Estados. Durante o século XX, o “jus in bellum” passa por significativo avanço conceitual, ampliando-se o escopo, os temas regulamentados e o rol de direitos e obrigações relativos a indivíduos de alguma forma envolvido em conflitos armados. Hodiernamente, o Direito Humanitário subdivide-se em vários ramos, a saber: o Direito de Genebra, que trata de combatentes e não combatentes durante um conflito; o Direito de Haia, referentes aos meios e métodos passíveis de utilização em um contexto de guerra; o Direito de Roma, pertinente à responsabilização penal de indivíduos sob os auspícios de TPI; e o Direito de Nova York, uma tentativa de afirmar, ainda que não integralmente, a vigência dos Direitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no contexto de um conflito. Sendo uma das derivações do estudo mais amplo dos Direitos Humanos, o Direito Humanitário busca trazer alguma previsibilidade e princípios de humanidade à excepcional situação da guerra, onde nem todos os Direitos Humanos vigoram. (13 linhas)

No estudo do Direito Humanitário, evidencia-se a centralidade do Direito de Genebra, que é o ponto de partida histórico-conceitual do “jus in bellum”. Nesse sentido, a despeito da existência de instrumentos anteriores

e posteriores, as quatro Convenções de Genebra de 1949 e os Protocolos Facultativos de 1977 fornecem a matriz normativa essencial no contexto de um conflito armado. Nesse contexto, as convenções tratam de: não combatentes (civis); prisioneiros de guerra (também considerados não combatentes); naufragos e prisioneiros no contexto de batalhas navais; e feridos e médicos voluntários. Por outro lado, os Protocolos de 1977 buscaram tratar de omissões relevantes das quatro convenções iniciais. A primeira omissão suprida refere-se à extensão do Direito de Genebra a conflitos intraestatais, como guerras civis, que, até então não estavam no escopo das convenções, exceto por ilações doutrinárias e jurisprudenciais acerca da “cláusula Martens” (aplicação geral de regras de humanidade) prevista nas quatro convenções e instrumentos predecessores. A outra omissão que se buscou suprir foi a garantia de direitos a combatentes e a reafirmação da validade dos Direitos Humanos “lato senso” no contexto de um conflito. Destaca-se que, para ser considerado “não combatente”, civis, feridos, prisioneiros e naufragos não podem se engajar no conflito, sob pena de se perder o enquadramento jurídico na referida condição. (16 linhas)

Com relação ao conflito armado propriamente dito, regulam-se, sobretudo, os meios e métodos utilizados o que perpassa pelos princípios da utilidade, da proporcionalidade e imediaticidade, todos ligados ao princípio geral de proteção a não combatentes. Por utilidade, entende-se que, durante um conflito militar, as forças em combate devem atacar apenas alvos úteis a objetivos militares, como bases, acampamentos, certos modais de infraestrutura, de modo a não agredir alvos desnecessários ao fim militar, como escolas, hospitais, residência civis. Quanto à proporcionalidade, entende-se

que a destruição causada pelo meio de combate escolhido deve ser proporcional ao objetivo que se pretende atingir, de modo a evitar danos excessivos no âmbito do conflito, sobretudo à população civil. Por fim, o terceiro princípio indica que os meios escolhidos pelos combatentes devem evitar ao máximo que os efeitos do conflito perdurem no tempo, afetando as populações envolvidas mesmo após o encerramento das hostilidades. (11 linhas)

A partir desses princípios, passaram-se a criar instrumentos normativos internacionais com o fim de conter a proliferação e o uso de algumas armas convencionais, mas sobretudo de armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares). A Convenção pela Proibição de Armas Biológicas (CPB), de 1978, é o primeiro acordo internacional a proibir integralmente o uso, desenvolvimento, transporte, estocagem e produção de um tipo específico de armamento. A CPB não prevê a criação de organismo fiscalizador, mas obteve êxito em extinguir a maior parte das armas biológicas, contando com ampla adesão dos países. No tocante às armas químicas, a Convenção de 1993 estabelece proibição nos mesmos termos da CPB, porém cria a OPAQ como organismo internacional capaz de fiscalizar a completa destruição dos arsenais químicos declarados, o que deveria ocorrer em até 5 anos após a adesão de cada Estado ou entrada em vigor do acordo. (10 linhas)

Quanto às armas nucleares, a questão torna-se mais complexa na medida em que o TNP (1968), embora proíba Estados não nuclearmente armados de obter armas nucleares, não estabelece controle tão rígido quanto ao compromisso de desarmamento dos nuclearmente armados, o que sempre levantou críticas ao tripé do acordo (não proliferação, desarmamento e uso pacífico) como desigual. O TPAN,

que proscree as armas nucleares completamente e foi firmado em 2017, não conta com a participação de nenhum Estado nuclearmente armado. Por outro lado, em parecer consultivo solicitado pela AGNU, a CIJ afirmou que, embora, via de regra, o uso de armas nucleares seria contrário ao Direito Internacional Humanitário, sobretudo por violar o princípio da proporcionalidade, a Corte não teria como responder ao questionamento na hipótese de risco à existência do Estado. Apesar da inexistência de costume internacional sobre o assunto, Cançado Trindade defende que o uso dessas armas viola norma de “jus cogens”. (10 linhas)

NOTA MÉDIA
Anônimo
30

TL – 60;
751 palavras;
12,5 palavras/linha

O Direito Internacional Humanitário é um ramo específico dos Direitos Humanos aplicável aos conflitos armados, o que não impede que também o Direito Internacional dos direitos Humanos se aplique a essas situações. Há quem separe o Direito Internacional Humanitário em 4 categorias: o Direito de Genebra, o Direito de Haia, o Direito de Nova Iorque e, mais recentemente, o Direito de Roma. Dessas categorias o Direito de Genebra acaba por destacar-se, com suas 4 convenções e seus dois protocolos adicionais, documentos que, de maneira geral, assentam-se nos princípios gerais do Direito Internacional Humanitário.

O primeiro princípio a regulamentar as operações militares em conflitos armados é o que impõe a obrigação de não haver ataques a civis, a bem civis ou a infraestrutura civil. Nesse sentido, esse princípio proíbe a guerra total, restringido os conflitos armados a alvos militares. O segundo princípio basilar é o da humanidade. Os métodos utilizados em uma guerra devem ser aqueles que proporcionem o menor sofrimento humano possível, motivo pelo qual inúmeras são armas proibidas pelo Direito Internacional Humanitário, como as armas químicas e as biológicas. No caso específico dessas espécies de armas, sua proibição decorre não apenas do princípio da humanidade, mas também de convenções específicas, a saber a Convenção para Proibição de Armas Químicas e a Convenção para a Proibição de Armas Biológicas. Ambas as convenções impõem um banimento

geral e sem exceções a essas armas, inclusive obrigando que os países signatários eliminem, imediatamente, seus arsenais químicos e biológicos. O Brasil é parte das duas convenções e faz parte da OPAR, organização humanitária criada para fiscalizar o cumprimento da Convenção para a Proibição das Armas Químicas. Por fim, o terceiro grande princípio do Direito Internacional Humanitário é o da proporcionalidade. De acordo com este, ao atacar-se um alvo militar, é preciso que os meios utilizados sejam proporcionais aos gastos militares que advirão do ataque, a fim de reduzir, ao máximo, os danos colaterais a bem, infraestrutura e pessoas civis.

O Direito Internacional moderno teve seu desenvolvimento iniciado no século XIX, momento em que já alguns tipos de armas foram proibidas por tratados internacionais. Além disso, é também desse período as 3 primeiras Convenções de Genebra, cada uma delas tratando de um aspecto específico quanto à proteção daqueles que não participam da guerra ou que deixaram de participar. São objetos da proteção dessas convenções os náufragos e o feridos de guerra, os ex-combatentes e aqueles que atuam como profissionais da saúde. Esses mesmos três grupos seriam objeto das 3 primeiras Convenções de Genebra de 1949, elaboradas após a Segunda Guerra Mundial, a fim de atualizar as proteções conferidas pelas convenções do século XIX. A grande novidade, naquele momento, foi a proteção conferida aos civis, os quais foram o objeto específico da quarta Convenção de Genebra.

Em comum, as 4 Convenções de Genebra tinham o fato de dirigir-se, precipuamente, à regulamentação dos conflitos armados envolvendo Estados. A respeito de conflitos armados internos, as convenções de 1949 eram silentes, à exceção de seu artigo 3º,

comum a todas elas. Esse artigo permite vislumbrar que aquelas convenções também se direcionavam aos conflitos internos. Apesar disso, estes vieram, mais tarde, a ser regulamentados pelo Protocolo I à Convenções de Genebra de 1949, o qual trata especificamente sobre conflitos envolvendo civis e o Estado ou apenas entre civis. O Protocolo II às Convenções de 1949, por sua vez, trouxe regulamentações sobre a atuação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, como seus símbolos.

Preocupação do Direito Internacional Humanitário, as armas nucleares ainda são um tema controverso, dados os aspectos políticos que, sempre, o envolvem. O Tratado de Não Proliferação (TNP), ao contrário de seus homólogos referentes às armas químicas e biológicas, nunca vedou, expressamente, as armas nucleares, pois embora não permitisse o desenvolvimento destas àqueles que não as tinham no momento da ratificação/adesão, não impõe, de forma peremptória, a obrigação de desarmamento àqueles países que já eram nuclearmente armados. Por sua vez, a CIJ, no caso Testes Nucleares, afirmou que não havia, no Direito Internacional, proibição do uso dessas armas. Ainda assim, seu uso estaria restrito: apenas em caso de resposta a ataque nuclear, em razão dos princípios da humanidade e da proporcionalidade.

Apenas mais recentemente uma vedação expressa às armas nucleares foi estabelecida. Primeiramente, por meio do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT), já ratificado pelo Brasil, mas ainda não vigente. Em segundo lugar, pelo Tratado de Proibição de Armas Nucleares (TPAN), que o Brasil assinou, após ser um grande defensor seu, e que já está em vigor.

MENOR NOTA

Anônimo

27

TL – 60;
765 palavras;
12,8 palavras/linha

O Direito Internacional Humanitário compreende normas destinadas à restrição de determinados tipos de armamentos em conflitos (Direito de Haia) e à proteção de não combatentes e locais civis (Direito de Genebra). A origem desse ramo do direito remonta ao fim do século 19, quando foram realizadas as primeiras conferências em Haia, foi criada o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV, dotado de personalidade jurídica internacional) e foi firmada a primeira Convenção de Genebra. O Direito Internacional Humanitário evoluiu rapidamente após a II Guerra Mundial, pois os países foram e suas populações civis foram profundamente abaladas pelo conflito. As normas em questão estabelecem um patamar de proteção em tempo de guerra, sendo consideradas normas de jus cogens. Desse modo, não pode um Estado alegar sua não vinculação ao Direito Internacional Humanitário, e a violação dessas normas acarreta a responsabilidade internacional do país ou do indivíduo violador.

As quatro Convenções de Genebra de 1949 e os dois Protocolos Adicionais de 1977 formam a base do Direito Internacional Humanitário. As Convenções possuem um art. 3º em comum, o qual garante um patamar mínimo de proteção em conflitos não internacionais, uma vez que as normas das convenções são primordialmente destinadas aos conflitos internacionais. Cada convenção regula temas específicos: os grupos de pessoas que não devem ser alvos de ataques; os locais que não devem ser alvos de ataques;

o auxílio humanitário concedido pela CICV, por outras organizações internacionais e por terceiros Estados; e a proteção a combatentes feridos que não mais estão em batalha. Os Protocolos aprofundaram o grau de proteção das convenções, sendo um destinado a regular o Direito Humanitário em conflitos internacionais e outro destinado a estabelecer regras para os conflitos não internacionais. A violação dos textos mencionados constitui crime de guerra, conforme os termos do Estatuto de Roma do TPI.

A regulamentação das operações militares em um conflito armado é âmbito do Direito de Haia, o qual tem seu conjunto normativo segmentado em uma série de tratados. No entanto, observa-se três princípios centrais do Direito de Haia. Primeiro, o princípio da necessidade: as operações militares só devem ser executadas caso sejam necessárias para os objetivos do grupo beligerante, sendo vedadas ações supérfluas. Segundo, o princípio da humanidade: as operações militares devem causar o menor nível de sofrimento humano possível, sobretudo no que diz respeito aos civis. Terceiro, o princípio da proporcionalidade: as operações militares devem realizar ações proporcionais à situação de guerra e aos atos que lhe foram infligidos.

O Direito Internacional Humanitário, no ramo do Direito de Haia, também compreende a proibição a determinados tipos de armamentos, os quais são considerados excessivamente danosos aos civis e aos combatentes, como é o caso das armas químicas e biológicas. Na década de 1920, o Protocolo de Genebra determinou a proibição do uso de armas químicas e biológicas, sem mencionar sua produção, estocagem ou venda. A proibição completa desses armamentos foi estabelecida apenas após o fim da II Guerra Mundial. Primeiro, foi firmada a Convenção sobre

Armas Biológicas e, depois, nos anos 1970, foi firmada a Convenção sobre Armas Químicas. Ambas proíbem o uso, a produção, a estocagem e a transferência desses armamentos, além de prever sua destruição e/ou entrega. No entanto, apenas a segunda convenção conta com um órgão fiscalizador de seu cumprimento, a OPAQ. A essa organização compete a monitoração do desenvolvimento de armas químicas, a exemplo de suas atividades na Síria.

O principal tratado acerca do estatuto das armas nucleares é o TNP, baseado nos pilares de não proliferação, uso pacífico da tecnologia nuclear e desarmamento. Esse tratado “congelou” o poder mundial, pois permitiu que os Estados nuclearmente armados em 1968 (EUA, URSS, Reino Unido, França e China) mantessem seus arsenais e apenas se comprometessem de forma vaga com o desarmamento (art. 6º). Os demais Estados-parte foram proibidos de adquirir armas nucleares. Os testes nucleares foram, de início, regulados pelo PTBT (proíbe testes de superfície) e, depois, pelo CTBT (proibição completa dos testes). Nos anos 1990, o Protocolo Adicional do TNP determinou maior ingerência da AIEA nos estabelecimentos nucleares dos países signatários. Em 2017, com a contribuição do Brasil, foi firmado o TPAN, que proíbe as armas nucleares de forma similar ao regime de armas químicas. Os países nuclearmente armados não assinaram o TPAN. Em parecer consultivo, a CIJ já afirmou que o uso de armas nucleares é, a priori, contrário ao Direito Humanitário, mas, em caso de ameaça à integridade do Estado, a Corte afirmou o “non liquet”. No caso das Ilhas Marshall sobre armas nucleares, a CIJ não analisou a questão, pois não haveria uma controvérsia jurídica. Em voto divergente, Trindade condenou a posse e o uso dessas armas.

Questão 03

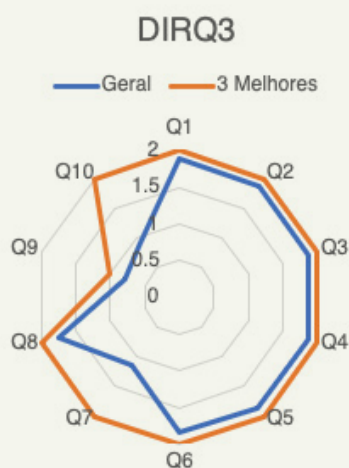
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **16,9**

Média Pessoas com Deficiência: **16,5**

Média Candidatos Negros: **16,6**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, o excerto a seguir.

Com efeito, em 1996 foi criado o Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional (TPI), cujos travaux préparatoires estenderam-se por dois anos. Os debates concentraram-se sobretudo em três questões centrais de capital importância, a saber: a tipificação dos core crimes sob a competência *ratione materiae* do TPI, o princípio da complementaridade nas relações entre este último e as jurisdições nacionais e o procedimento a ser adotado (incluindo as prerrogativas da promotoria). Em

17 de julho de 1998, a Conferência de Roma das Nações Unidas aprovou o Estatuto do TPI (composto de 13 partes e 128 artigos), seus anexos e a Ata Final da Conferência.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Os Tribunais internacionais contemporâneos. Brasília: FUNAG, 2013, p. 33, com adaptações.

Considerando que o excerto apresentado tem caráter meramente motivador e tendo em vista os aspectos centrais do exercício da jurisdição penal internacional por Cortes e Tribunais Penais Internacionais, em especial, pelo TPI na busca pelo primado da justiça internacional, redija um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- indicação das quatro espécies de crimes da competência do TPI, conforme o art. 5º do Estatuto de Roma;
- citação de um exemplo de conduta ou ato criminoso previsto no Estatuto de Roma para cada uma das quatro espécies de crimes da competência do TPI;
- análise quanto à possibilidade jurídica de o TPI julgar e responsabilizar criminal e diretamente Estados por crimes contra a humanidade, segundo o art. 25 do Estatuto de Roma;
- explanação a respeito da exclusão da jurisdição do TPI relativamente à idade dos indivíduos, conforme o art. 26 do Estatuto de Roma; e
- abordagem acerca da possibilidade jurídica de o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) solicitar o adiamento de determinado inquérito ou procedimento criminal ao TPI, indicando o fundamento jurídico de eventual solicitação pelo CSNU, bem como o prazo (período) da medida, de acordo com o art. 16 do Estatuto de Roma.

**Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o candidato redija o texto considerando os aspectos a seguir.

Q1. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crime de genocídio”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “a” do Estatuto de Roma.

Q2. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crimes contra a humanidade”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “b” do Estatuto de Roma.

Q3. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crimes de guerra”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “c” do Estatuto de Roma.

Q4. Espera-se que o (a) candidato (a) apenas elenque a espécie “crime de agressão”, prevista no art. 5, parágrafo 1º, alínea “d” do Estatuto de Roma.

Q5. Espera-se que o (a) candidato (a) cite 4 (quatro) exemplos de condutas ou atos criminosos previstos no Estatuto de Roma, ou seja, 1 (um) exemplo para cada uma das 4 (quatro) espécies de crimes da competência do Tribunal Penal Internacional (TPI).

Q6. Espera-se que o (a) candidato (a) desenvolva o argumento segundo o qual o Tribunal Penal Internacional (TPI), em harmonia com o art. 25 do Estatuto de Roma, tem competência para responsabilizar apenas os indivíduos (pessoas físicas), criminal e diretamente, pelos crimes previstos no art. 5 do Estatuto de Roma.

Q7. Espera-se que o (a) candidato (a) discorra a respeito da exclusão da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) quanto às pessoas que, à data da alegada prática do crime, não tenham ainda completado 18 anos de idade, conforme o art. 26 do Estatuto de Roma.

Q8. Espera-se que o (a) candidato (a) assinale a possibilidade jurídica de adiamento de determinado inquérito e procedimento criminal, no sentido de que nem um inquérito ou procedimento crime poderá ter início ou prosseguir os seus termos mediante requisição do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), segundo art. 16 do Estatuto de Roma.

Q9. Espera-se que o (a) candidato (a) indique o fundamento jurídico de eventual solicitação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), qual seja, Resolução aprovada nos termos do disposto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, segundo art. 16 do Estatuto de Roma.

Q10. Espera-se que o (a) candidato (a) aponte o prazo (período) de 12 meses a contar da data em que o Conselho de Segurança assim o tiver solicitado em Resolução aprovada nos termos do disposto no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, podendo o pedido ser renovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em conformidade com o art. 16 do Estatuto de Roma.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizeram o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Os Tribunais internacionais contemporâneos*. Brasília: FUNAG, 2013.
UNITED NATIONS. *Rome Statute of the International Criminal Court*. Disponível em: < [https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute\(e\).pdf](https://legal.un.org/icc/statute/english/rome_statute(e).pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida

20

TL – 40;
439 palavras;
10,9 palavras/linha

A competência *ratione materiae* do TPI abarca quatro espécies de crime: crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade, estabelecidos pelo Estatuto de Roma; e crimes de agressão, estabelecidos pelas Emendas de Kampala. Conduta criminosa relativa ao crime de genocídio é, a título de exemplo, o estabelecimento de medidas que impeçam determinado grupo de pessoas de gerar descendentes. Ato criminoso que diz respeito a crime de guerra seria o ataque a civis ou o uso de armas proscritas. Por sua vez, crimes contra a humanidade são caracterizados pela ação sistemática, geral ou localizada, que, intencionalmente, ocasiona graves danos físicos ou psicológicos à população civil, como é o caso da prática de tortura. Já os crimes de agressão são aqueles que violam o princípio da não agressão e o respeito à soberania estatal e à integridade territorial. É importante ressaltar que, no caso de crime de genocídio, o grupo de pessoas vitimadas torna-se alvo por suas distinções raciais, étnicas ou religiosas, por exemplo.

O TPI não é capaz de julgar e responsabilizar Estados criminalmente, e sua competência *ratione personae* abarca apenas pessoas físicas. Ele possui jurisdição complementar àquela dos Estados, e atua a pedido dos Estados ou face a possível conduta omissiva de suas partes. Caso seja necessário, o TPI pode demandar a entrega de nacional para que seja processado e julgado, uma

vez que a presença do réu é condição para o prosseguimento do caso. O Brasil, particularmente, submete-se constitucionalmente à jurisdição do TPI, obrigando-se, caso demandado, a efetuar eventual entrega.

No que se refere à idade dos indivíduos, o TPI não tem jurisdição para julgar pessoas que não apresentam maioria penal, fixada em 18 anos. Paralelamente, existe a possibilidade de levar em consideração, para o exercício de sua jurisdição, para o prosseguimento do caso e para a definição do julgamento, idade avançada de indivíduos, na medida em que pode haver necessidades especiais de saúde, a partir de ótica humanitária.

O CSNU é um dos legitimados para levar casos ao TPI, assim como os Estados partes e o Promotor do Tribunal. O CSNU pode, ainda, solicitar o adiamento de determinado inquérito ou procedimento criminal ao TPI, com fundamento jurídico em resolução de sua parte, conforme o Estatuto de Roma, pelo prazo máximo de 12 meses. O CSNU tem primazia na ação para manutenção da paz e segurança internacionais a partir de suas resoluções embasadas nos capítulos VI e VII da Carta da ONU, e, na década de 1990, estabeleceu tribunais penais ad hoc para a ex-Iugoslávia e para Ruanda, prática validada pela CIJ no Caso Tadic (1997) e que se prolonga, atualmente, por meio de seu Mecanismo Residual.

Lucas Godoy Vilela Barbosa 19,5

TL – 40;
561 palavras;
14 palavras/linha

O Tribunal Penal Internacional (TPI) tem jurisdição sobre quatro crimes: (a) o genocídio, quando é praticada uma conduta, como assassinato, com o objetivo de aniquilar, no todo ou em parte, grupo étnico, nacional, racial ou religioso; (b) o crime contra a humanidade, que consiste em uma série de condutas, como o apartheid, praticadas no contexto de um ataque generalizado ou sistemático a um grupo social; (c) o crime de guerra, que é uma violação grave às Convenções de Genebra de 1949 e a outros instrumentos que regulam os conflitos armados, e que pode se expressar, por exemplo, no ataque a locais de culto, escolas ou hospitais; (d) o crime de agressão, que é o ataque armado de um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de outro estado e pode se expressar, por exemplo, no bombardeio ou no bloqueio a portos.

A jurisdição do TPI recai somente sobre indivíduos, em complementariedade às jurisdições nacionais. Nesse sentido, não é possível ao tribunal julgar e responsabilizar criminal e diretamente um estado, nos termos do art. 25 de seu Estatuto. No caso dos crimes contra a humanidade, além dos elementos materiais e do elemento sistemático, é necessário que o ataque generalizado se dê no quadro de um estado ou organização. Assim, embora a presença de uma política de estado seja importante para caracterizar o crime contra a humanidade, não é possível julgar estados no TPI.

De acordo com o art. 26 do Estatuto do TPI, o Tribunal só poderá exercer sua jurisdição sobre indivíduos com mais de dezoito anos. A exclusão da jurisdição do órgão em relação à idade dos indivíduos é uma adequação das normas do regime penal internacional à Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em 1991 [NOTA DO AUTOR: a convenção foi assinada em 1989 e entrou em vigor em 1990], no âmbito da ONU. Esse documento garante aos menores de 18 anos procedimentos penais diferenciados, com o objetivo de ressocialização da criança em conflito com a lei. As garantias processuais específicas às crianças e as disposições sobre o cumprimento da pena não seriam compatíveis com os mecanismos previstos no Estatuto de Roma.

O artigo 16 do Estatuto de Roma permite que o CSNU solicite a suspensão de um inquérito ou de um procedimento criminal em curso, para que o Conselho exerça suas atribuições relativas à solução de controvérsias que possam representar ameaça à paz e à segurança internacionais, seja por meio do capítulo 6 ou 7 [NOTA DO AUTOR: de acordo com o art. 16 do ETPI, a resolução deve ser aprovada nos termos do capítulo VII]. A suspensão requerida pelo CSNU pode durar até um ano, nos termos do art. 16. Na década de 2000, os Estados Unidos patrocinaram seguidas resoluções que requeriam a exclusão de cidadãos norte-americanos da jurisdição do TPI pelo prazo de um ano. A recorrência da resolução suscitou desgaste diplomático e, a partir de 2004, os EUA passaram a assinar acordos bilaterais com outros países proibindo a entrega de norte-americanos ao TPI. Dessa forma, estaria excluída a jurisdição do tribunal, uma vez que o Estatuto de Roma prevê que o estado-parte não está obrigado a entregar um indivíduo ao TPI caso essa entrega

violate normas sobre imunidades vigentes para a parte. De todo modo, o art. 16 garante ao CSNU a prerrogativa de suspender o andamento de inquérito ou procedimento, mas essa atribuição deve ser exercida com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais, função precípua do Conselho, em casos nos quais o adiamento seja necessário para que uma eventual controvérsia seja resolvida.

Patrícia Camargo de Sousa

19

TL – 40;
478 palavras;
11,95 palavras/linha

O Tribunal Penal Internacional, estabelecido pelo Estatuto de Roma, julga indivíduos acusados de praticar genocídio, crimes de guerra, crime contra a humanidade e crime de agressão (desde a emenda de Kampala, para fatos após 2018) em Estados partes ou quando o indivíduo acusado é nacional de um Estado parte. A competência também pode ser estabelecida de forma “ad hoc”. O genocídio é a tentativa de exterminar um grupo no todo ou em parte (elementos objetivo e subjetivo), como verificado em Ruanda na década de 1990. Crimes de guerra são aqueles das Convenções de Genebra de 1949 contra prisioneiros de guerra, médicos, instituições hospitalares (destruição de hospitais, como na Iugoslávia na década de 1990). Crimes contra a humanidade são ações de violência contra populações de forma sistemática e autorizado pela autoridade, como a tortura e os desaparecimentos forçados na América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Já o crime de agressão, prescrito em Kampala e em resolução da ONU, é invasão de território, ataque a embarcações oficiais, entre outros.

Estados não podem ser responsabilizados por crimes contra a humanidade no TP, embora sejam praticados por autoridades. Isso porque o TPI só julga indivíduos, sempre maiores de 18 anos e nunca “n absentia”, que vão ao TP por meio da entrega, que não se confunde com a extradição. A jurisdição do TPI é subsidiária e complementar (ne bis

in idem), exceto em caso de “sham trial”. A pena máxima é de 30 anos, mas pode ser, excepcionalmente, perpétua. A obediência a ordens não afasta a responsabilidade dos indivíduos acusados, nem a qualidade de oficial (princípios inspirados no tribunal de Nuremberg).

O CSONU pode solicitar o adiamento de inquérito ou procedimento criminal ao TPI pelo prazo de doze meses em função de sua competência, pela Carta da ONU, de manutenção da paz. A delegação do Quênia chegou a solicitar ao CSONU o adiamento de inquérito envolvendo seu nacional, mas o órgão não aceitou a solicitação. Como, pelo artigo 103 da Carta da ONU, a Carta prevalece sobre outras normas internacionais, resolução do CSONU poderiam prevalecer sobre os procedimentos prescritos no Estatuto de Roma. O CSONU também tem competência para encaminhar ao TPI casos envolvendo indivíduos de Estados que não são parte do Estatuto e que não praticaram crimes em Estados partes do Estatuto. Isso porque questões de paz são preferencialmente tratados pelo CSONU (Carta da ONU), o que também fundamenta a possibilidade de suspensão do inquérito. O caso Lockerbie, julgado pela CIJ, sedimentou o entendimento que prevalece a Carta da ONU frente outras obrigações internacionais, tratando da superioridade das resoluções do CSONU.

Assim, não há responsabilidade penal de Estados, de modo que apenas indivíduos são julgados pelo TPI. Este, formado por nove juízes a título pessoal e o procurador, recebe denúncias de países parte e do CSONU. São respeitados os princípios da legalidade, devido processo legal e proporcionalidade, por exemplo.

NOTA MÉDIA

Aline Freitas de Paula e Silva 16,5

TL – 40;
468 palavras;
11,7 palavras/linha

As quatro espécies de crimes da competência do TPI são o crime de genocídio, o crime contra a humanidade, o crime de guerra e o crime de agressão. O crime de genocídio é o ataque direcionado a um grupo étnico ou religioso com o objetivo explícito de aniquilá-lo, como foram o holocausto e o genocídio de Ruanda. Os crimes contra humanidade são ataques generalizados a uma população com o objetivo de causar grave dano à integridade física e mental ou à vida. Os crimes de guerra são aqueles que acontecem no contexto de conflitos armados e que violam os princípios e normas do direito humanitário, como o ataque a hospitais de campanha e o uso de escudos humanos. O crime de agressão é o que foi definido mais recentemente e refere-se à qualquer violação da integridade territorial de um Estado por meio do uso da força.

A possibilidade de o TPI julgar e responsabilizar Estados por crimes contra a humanidade foi aventada ao longo dos travaux préparatoires, mas não prosperou. Os Estados possuem responsabilidade internacional objetiva em relação aos danos causados, mas não estão sujeitos à responsabilização penal. Os responsabilizados pela agressão serão os chefes de estado e os chefes militares que idealizaram e praticaram a ação. Aqueles que, como Cançado Trindade, defendem a possibilidade de responsabilização criminal do Estado justificam sua

posição com a ideia de que o Direito internacional não deve ser regido por uma *raison d'état*, mas sim por uma *raison d'humanité*. Aqueles que são contrários alertam para o perigo de transformar o “Estado criminoso” em pária e, assim, causar danos à população pelo incentivo, velado ou não, à xenofobia.

Para que o TPI exerça sua jurisdição é preciso que se esgotem as vias jurídicas internas. Em vista da impossibilidade de julgar internamente, em muitos países, pessoas menores de 18 anos, elas são excluídas da jurisdição do TPI, em conformidade com as normas convencionais sobre os direitos das crianças.

Há uma profunda cooperação entre o TPI e o Conselho de Segurança da ONU, que pode solicitar a instauração de inquérito ou seu aditamento. O CSNU é o órgão prioritário para tratar questões de paz e de segurança, caso algum inquérito do TPI tenha o potencial de colocar em risco alguma negociação em andamento no Conselho ou se sobrepuser a medidas adotadas no CSNU ele poderá ser suspenso por prazo indeterminado, enquanto durarem as circunstâncias que levaram à suspensão. Essa prerrogativa não deve, contudo, ser usada para gerar impunidade.

O direito penal internacional representa uma importante evolução no tratamento de crimes internacionais e na contenção da impunidade. A forma desproporcional que ele é usado contra nacionais de países africanos tem sido, recentemente, razão de protesto por esses países. A ratificação do Estatuto de Roma por mais países é necessária para garantir a universalidade dessa instância jurídica.

TL – 40;
453 palavras;
11,3 palavras/linha

O único tribunal penal em funcionamento na atualidade é o TPI. No passado, os tribunais de Nuremberg, de Tóquio, de Ruanda e da Ex-Iugoslávia já haviam responsabilizado indivíduos criminalmente por meio do exercício da jurisdição internacional.

O art. 5º do Estatuto de Roma estabelece a competência do TPI para julgar os crimes de guerra (ex.: estupro coletivo), crimes contra a humanidade (ex.: escravidão), crime de genocídio (ex.: não punição de civis que atentem contra a vida e integridade de pessoas de grupo étnico específico, como no genocídio de Ruanda dos anos 1990) e crime de agressão (ex.: envio de tropas militares a país estrangeiro sem autorização deste). As Emendas de Campala, que entraram em vigor em 2018, regulam a responsabilização pelo crime de agressão.

O TPI somente julga indivíduos, em oposição à CIJ, que somente julga Estados. Decisões do TPI até chegaram a atingir presidentes em exercício, como no caso do sudanês Omar al-Bashir. O TPI não tem jurisdição, contudo, para julgar indivíduos de idade muito avançada, pois, devido às limitações decorrentes da idade, esses indivíduos deixaram de oferecer risco à paz e à segurança internacionais. O direito penal, como ultima ratio, tem como objetivo principal a proteção da sociedade, em detrimento da vingança contra o criminoso.

O TPI segue o princípio da complementariedade, na medida em que só exerce sua jurisdição sobre crime grave, que ameace a paz e a segurança internacionais e que já não tenha sido julgado (ou esteja em julgamento) por tribunais internos efetivos. Ele se destina a evitar a impunidade de indivíduos que controlam as instâncias judiciais em seus países de origem, graças a fatores políticos, econômicos ou hierárquicos. Nesse contexto, o TPI dialoga com o CSNU, órgão máximo na definição do que, efetivamente, constitui ameaça à paz e segurança. O art. 16 do Estatuto de Roma chega a prever a possibilidade de que o CSNU solicite o adiamento de inquérito ou de procedimento criminal ao TPI, sob o fundamento de que ainda não foi definido se o crime cometido ensejou ameaça à paz com repercussão internacional, pelo prazo máximo de 3 meses.

O procedimento padrão do TPI começa com o inquérito instaurado pelo procurador do tribunal, de ofício, por denúncia de membro do Estatuto de Roma ou por denúncia do CSNU. Exige-se que o crime tenha sido cometido após 2002, por nacional de Estado parte do Estatuto de Roma ou no território de um. Nos crimes de agressão, é necessário que o crime seja posterior a 2018 e que o acusado seja nacional de e tenha praticado o crime em Estado que ratificou as Emendas de Campala. Todas essas exigências não se sustentam em caso de indicação direta do indivíduo para o procurador do TPI pelo CSNU.

Questão 04

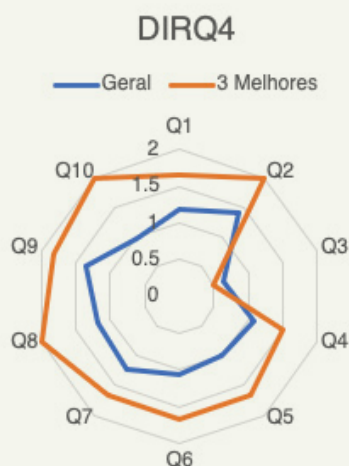
Relatório de notas

Média Ampla Concorrência: **12,3**

Média Pessoas com Deficiência: **7,75**

Média Candidatos Negros: **11**

MÉDIAS POR QUESITO



Leia, com atenção, os excertos a seguir.

Sua Alteza a Princesa Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, e a República do Paraguai, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em declará-los, defini-los, e reconhecê-los do modo seguinte: o território do Império do Brasil divide-se com a República do Paraguai pelo álveo do rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo rio Paraná; do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju até

onde ela finda; daí segue em linha reta, ou que mais se lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambaí; prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do rio Apa, e baixa pelo álveo deste até a sua foz na margem oriental do rio Paraguai; todas as vertentes que correm para Norte e Leste pertencem ao Brasil e as que correm para o Sul e Oeste pertencem ao Paraguai. A Ilha do Fecho dos Morros é domínio do Brasil.

(Tratado de Limites, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1872, art. 1º).

Se acontecer (o que não é de esperar) que uma das altas partes contratantes, por qualquer motivo que seja, deixe de nomear o seu comissário dentro do prazo acima marcado, ou que, depois de nomeá-lo, sendo mister substituí-lo, o não substitua dentro de igual prazo, o comissário da outra parte contratante procederá à demarcação, e esta será julgada válida, mediante a inspeção e parecer de um comissário nomeado pelos governos da República Argentina e da República Oriental do Uruguai.

(Tratado de Limites, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1872, art. 2º, primeira parte).

Da confluência do rio Apa, no rio Paraguai, até a entrada ou desaguadouro da Baía Negra, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai é formada pelo álveo do rio Paraguai, pertencendo a margem esquerda ao Brasil e a margem direita ao Paraguai.

(Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1927, preâmbulo, art. 1º).

Além da ilha do Fecho dos Morros, que é brasileira, conforme ficou estipulado na parte final do artigo 1º do Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872, pertencem, respectivamente, aos Estados Unidos do Brasil ou ao Paraguai,

as demais ilhas que fiquem situadas do lado oriental ou do lado ocidental da linha de fronteira, determinada pelo meio do canal principal do rio, de maior profundidade, mais fácil e franca navegação, reconhecido no momento da demarcação, segundo os estudos efetuados. Uma vez feita a distribuição geral das ilhas, elas só poderão mudar de jurisdição por acessão à parte oposta. As ilhas que se formarem posteriormente à data da distribuição geral das mesmas serão denunciadas por qualquer das partes contratantes e se fará a sua adjudicação de acordo com o critério estabelecido no presente artigo.

(Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1927, preâmbulo, art. 2º).

As Altas Partes Contratantes convêm em realizar, em comum e de acordo com o previsto no presente Tratado e seus Anexos, o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu.

(Tratado de Itaipu, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Brasília, em 26 de abril de 1973, art. 1º).

A República Federativa do Brasil reconhece o domínio territorial e a soberania da República do Paraguai sobre a ilha denominada "Isla Margarita", pelo Paraguai, e conhecida até agora como ilha de Porto Murinho, ou Banco das Três Barras, pelo Brasil, de coordenadas aproximadas vinte e um graus, quarenta e um minutos, vinte e sete segundos e três décimos de Latitude Sul (21° 41' 27.3" S) e cinquenta e sete graus, cinquenta e três minutos, vinte e três segundos e seis décimos de Longitude Oeste (057° 53' 23.6" W).

(Protocolo Adicional ao Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, art. 1º).

A República do Paraguai reconhece o domínio territorial e a soberania da República Federativa do Brasil sobre a ilha denominada ilha do Chapéu, pelo Brasil, e conhecida até agora como "Isla Del Sombrero", pelo Paraguai, de coordenadas geográficas aproximadas vinte graus, trinta e três minutos, trinta e oito segundos e nove décimos de Latitude Sul (20° 33' 38" S) e cinquenta e oito graus de Longitude Oeste (058° 00' 00.0" W).

(Protocolo Adicional ao Tratado de Limites Complementar, celebrado entre Brasil e Paraguai, em Assunção, em 4 de dezembro de 1975, art. 2º).

Considerando que os excertos normativos apresentados têm caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito da aplicação dos tratados concernentes à delimitação territorial e ao aproveitamento fluvial, que vinculam o Brasil ao Paraguai. Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

explicação acerca dos pressupostos da personalidade jurídica do Estado, vinculando-os ao Brasil, quando da celebração do Tratado bilateral de 1872, tendo em vista o seu art. 1º;

definição, diferenciação e indicação dos critérios de delimitação territorial e aproveitamento hídrico utilizados pelo Brasil e pelo Paraguai nos Tratados bilaterais de 1872, 1927, 1973 e 1975;

definição, diferenciação e indicação dos critérios de delimitação territorial e aproveitamento hídrico utilizados pelo Brasil e pelo Paraguai nos Tratados bilaterais de 1872, 1927, 1973 e 1975;

análise da possibilidade de modificação de dispositivos do Tratado bilateral de 1973 em razão do princípio da utilização equitativa como obrigação jurídica ambiental.

PADRÃO DE RESPOSTA

**Extensão do texto: até 40 linhas
[valor: 20,00 pontos]**

Q1. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito da distinção entre a personalidade jurídica do Estado e a do seu representante. A personalidade jurídica do Estado é originária. Logo, todo Estado tem capacidade para celebrar tratados por meio de seu representante, que é, em regra, o chefe de Estado, mas pode ser um plenipotenciário (REZEK, 2018, pp. 60-61). No art. 1º, mencionam-se como partes do tratado o imperador D. Pedro II e a República do Paraguai, o que pode induzir que se trata de um instrumento celebrado entre uma pessoa física e um Estado.

Q2. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar quanto aos elementos constitutivos do Estado, isto é, o que faz com que um Estado seja um sujeito de Direito Internacional. A personalidade internacional originária do Estado ostenta três elementos conjugados: base espacial territorial, comunidade humana nacional, forma e governo independente (REZEK, 2018, p. 201). É importante que o candidato faça uma análise individualizada desses três elementos.

Q3. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca dos aspectos jurídicos da delimitação territorial como condição de igualdade entre Estados nacionais, tendo em vista que o exercício da soberania só se realiza especialmente até a fronteira com os vizinhos. Isso faz com que seja, muitas vezes, complexa a fixação dos limites espaciais do exercício da soberania ou de direitos soberanos. (MAZUOLLI, 2020, p. 429). Para tanto, a celebração de tratados de delimitação territorial é necessária. (MAZUOLLI, 2020, p. 431).

Q4. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar com relação à delimitação territorial fluvial. Quando a fronteira entre Estados ribeirinhos é representada por cursos d'água, as controvérsias são ainda mais complexas. Sendo assim, alguns critérios têm sido utilizados pelos Estados, que compartilham cursos d'água internacionais. Espera-se que o candidato descreva os seguintes critérios: (i) critério de “uma das margens”, que corresponde à nacionalização do curso d'água contíguo, i.e., este encontra-se integralmente no território de um dos Estados ribeirinhos; (ii) critério do “condomínio”, segundo o qual o curso d'água é internacionalizado pelos Estados Partes do tratado internacional de delimitação; (iii) critério da “equidistância”, por meio do qual traça-se uma linha mediana entre as margens do curso d'água; (iv) critério do “talvegue”, segundo o qual a linha fronteira se confunde com o canal mais profundo do curso d'água internacional (MAZZUOLI, 2020, p. 432).

Q5. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito dos critérios adotados por Brasil e Paraguai nos Tratados de 1872, 1927, 1973 e 1975. No primeiro, as partes adotaram dois critérios: (i) “talvegue”, no trecho que segue o álveo do Rio Paraná, da foz do Iguaçu até o Salto Grande das Sete Quedas; (ii) “talvegue” e “uma das margens” do trecho que vai da nascente principal do Rio Apa, até a sua foz na margem oriental do Rio Paraguai. No Tratado de 1927, adotou-se o critério do talvegue. No tratado de 1973, foi a vez do critério do condomínio. Por fim, no Tratado de 1975, legitimou-se um critério diferente dos quatro indicados no Q4, que corresponde a coordenadas geográficas por meio de georreferenciamento.

Q6. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar quanto à possibilidade jurídica de criação de obrigação convencional para terceiros Estados. Nos termos do art. 36 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, adotada em 1969, é possível que um tratado internacional crie direito a um Estado terceiro, i.e., Estado não parte, quando as partes do tratado têm a intenção de criar tal direito e o Estado terceiro, por sua vez, aceita-o de modo expresso ou tácito (AMARAL JÚNIOR, 2015, p. 75).

Q7. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca do fato de que, por meio do Tratado de 1872, Brasil e Paraguai, no art. 2, preveem o direito de a Argentina e o Uruguai inspecionarem e opinarem acerca da demarcação entre Brasil e Paraguai por intermédio de um comissário nomeado por tais Estados terceiros. Tais direitos só vão ser adquiridos em caso de consentimento pelo Uruguai e Argentina. Por este motivo, o mesmo artigo, em sua parte final, determina que “Se os ditos governos [da Argentina e do Uruguai] não puderem aceder à solicitação que para esse fim lhes será dirigida, começará ou prosseguirá a demarcação, da fronteira, da qual será levantado por duplicada um mapa individual com todas as indicações e esclarecimentos precisos para ser um deles entregue à outra parte contratante, ficando a esta marcado o prazo de seis meses para mandar, se assim lhe convier, verificar a sua exatidão”.

Q8. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar a respeito da consolidação de um novo direito internacional dos cursos d'água, favorecido pela Declaração de Estocolmo (1972) e pela Declaração do Rio de Janeiro (1992), que culminaram na Convenção das Nações Unidas sobre Cursos d'Água, celebrada em

1997. Este novo direito internacional dos cursos d'água implica a obrigação de utilização equitativa, que é considerado um princípio do direito internacional (BIRNIE; BOYLE; REDGWELL, 2009, pp. 540-541). Nos termos do art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, são fontes do direito internacional os princípios gerais do direito (ACCIOLY; NASCIMENTO E SILVA; CASELLA, 2009, p. 122).

Q9. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar acerca do fato de que o equilíbrio entre considerações econômicas e ambientais deve ser feito a partir da consolidação do princípio do desenvolvimento sustentável em meados dos anos de 1980. Desde a década anterior, tem-se reconhecido de modo amplo e geral a obrigação de preservação ambiental quando da aplicação de um tratado internacional em vigor anteriormente (LEE, 2007, p. 283). Existindo essa obrigação, cujos efeitos são erga omne, o Brasil e o Paraguai se vinculam por meio dela.

Q10. Espera-se que o candidato seja capaz de identificar e dissertar em relação ao fato de que o Tratado bilateral de 1973, celebrado entre Brasil e Paraguai, deve ser cumprido pelas partes levando-se em conta a obrigação geral de não causar dano ambiental significativo aos Estados vizinhos ou em espaços fora de jurisdição nacional (BIRNIE; BOYLE; REDGWELL, 2009, p. 549). Desta forma, é possível que, quando da aplicação do Tratado de 1973, haja conflito entre a norma convencional e o princípio, aquela deve ser hermenêuticamente modificada para se adequar ao princípio (MAZZUOLI, 2020, p. 86).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

Referências:

- ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Curso de Direito Internacional Público*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BIRNIE, Patricia; BOYLE, Alan; REDGWELL, Catherine. *International Law & the Environment*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- LEE, Karen. *International Environmental Law Reports*. Vol. 5. New York: Cambridge University Press, 2007.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
- REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Andrea Kakitani Carbone 18

TL – 40;
497 palavras;
12,4 palavras/linha

Os elementos constituidores de um Estado são listados na Convenção de Montevideu de 1933: população permanente, território delimitado, governo constituído e capacidade de relacionar-se com outros Estados. Entende-se que o reconhecimento da personalidade jurídica do Estado é ato meramente declaratório. Quando da celebração do Tratado bilateral de 1872, o Brasil tinha população permanentemente instalada em seu território, delimitado por acordos territoriais da época da Colônia e do Império, e um governo soberano, sendo d. Pedro II o Chefe de Estado brasileiro, encarregado de representar o país nas relações com outros Estados. A Princesa Regente, a qual assinou o tratado em nome do Imperador, estava habilitada a realizar atos internacionais, representando o Império brasileiro, pelos poderes que lhe foram concedidos por d. Pedro II. Desse modo, não houve vícios na celebração do tratado.

Nos tratados de 1872 e 1927, o critério utilizado para a delimitação territorial foram as fronteiras naturais: no primeiro, os rios Paraná, Apa e Paraguai foram usados para determinar os limites internacionais; no segundo, recorreu-se ao Paraguai. Esse método facilita a demarcação fronteira. Também no tratado de 1927, observa-se o critério de distribuição geral das ilhas formadas no rio Paraguai, cuja jurisdição só mudaria por consequências naturais (acessão). No tratado de

1973, o critério para a delimitação territorial e o aproveitamento hídrico foi a soberania compartilhada dos recursos hídricos do rio Paraná, com a formação de um condomínio entre os países. No tratado de 1975, Brasil e Paraguai realizaram compensação territorial, reconhecendo o domínio da “Isla Margarita” pelo Paraguai e o domínio da ilha do Chapéu pelo Brasil. Trata-se de casos de anexação parcial de território.

No art. 2º do Tratado bilateral de 1872, Brasil e Paraguai criaram direitos convencionais para a Argentina e o Uruguai (Estados terceiros), os quais poderiam nomear um comissário para a inspeção e parecer de demarcação territorial e realizada pelo comissário de apenas uma das partes. Como regra geral, os direitos e obrigações criados em favor de Estados terceiros não os vinculam, pois, no direito internacional, impera a doutrina voluntarista. Seria necessária, assim, a manifestação de consentimento dos Estados que não participaram da negociação do tratado. Contudo, há tratados que geram efeitos para terceiros, como os tratados territoriais. No caso do tratado de 1872, Argentina e Uruguai teriam que consentir com o acordo para exercer seus direitos e não são juridicamente obrigados a cumprir o texto do art. 2º.

Os dispositivos do Tratado bilateral de 1973 poderiam ser modificados pelo princípio da utilização equitativa como obrigação jurídica ambiental. À luz do Direito Ambiental, os Estados não podem fazer uso de recursos compartilhados de modo que outros países sejam afetados sem prévia consulta a esses países. Além disso, recursos fronteira devem ser utilizados de modo comum e sustentável. O uso não equitativo dos recursos pode

resultar na responsabilização do Estado. Considerando que o Tratado de 1973 afetava os recursos hídricos argentinos, o princípio em discussão demandaria a inclusão da Argentina nas negociações. Isso foi realizado com o Acordo Tripartite de 1979.

Luiza Valladares de Gouvêa

16

TL – 39;
558 palavras;
14 palavras/linha

No Direito Internacional, a personalidade jurídica do Estado é plena (têm todas as capacidades), originária e objetiva (reconhecida ipso facto). Segundo os costumes e a Convenção de Montevideu de 1933, a existência dos Estados pressupõe governo efetivo, independência jurídica, população permanente e território definido, ainda que sujeito a alterações. O Tratado de 1872 foi celebrado entre a República do Paraguai e o Império do Brasil. A transição brasileira para a República, em 1889, não afetou as relações jurídicas. Em primeiro lugar, porque os pressupostos da personalidade objetiva do Brasil foram mantidos, apesar da transição de governo (o reconhecimento de governo não é pressuposto de existência do Estado). Em segundo lugar, porque segundo os costumes refletidos na Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em matéria de Tratados (de 1978, ratificada pelo Brasil em 2020 [sic: ratificada em 2019, promulgada em 2020]), consagra-se a sucessão automática de tratados territoriais, em consonância com o princípio da aplicação territorial e da intangibilidade de fronteiras.

Diferentes critérios de delimitação territorial e aproveitamento hídrico foram usados nos Tratados de 1872, 1927, 1973 e 1975. Tradicionalmente, usa-se o critério dos limites naturais, segundo o qual as fronteiras são definidas a partir de marcos geológicos ou hídricos, como rios (Rio Paraná, 1872), serras (de Maracaju, 1927), ilhas (Fecho do Morros, 1927 – e Margarita, 1975). O

critério do *uti possidetis* (ocupação efetiva) também foi largamente usado. O condomínio territorial, segundo o qual os dois países exercem soberania paralelamente sobre um território e seus recursos, foi usado em 1973 para o aproveitamento hídrico da região das Sete Quedas. A demarcação por critérios de georreferenciamento, em que se faz uso de coordenadas geográficas para a delimitação precisa, foi usado em 1975.

O art. 2º do Tratado de 1872 cria a prerrogativa, para a Argentina e para o Uruguai, de nomear comissários para o julgamento da demarcação entre Brasil e Paraguai. Segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, é possível criar direitos para terceiros, desde que estejam previstos por escrito e que não tragam ônus, salvo quando o tratado cria situações jurídicas objetivas. Pode-se, também, criar obrigações, desde que sejam aceitas pelo terceiro. A exigibilidade do cumprimento no disposto no art. 2º do Tratado de 1872 _condiciona-se, portanto, à aceitação dessa incumbência pela Argentina e pelo Uruguai, na condição de terceiros Estados, já que não integram o Tratado de 1872, e tanto a CVDT de 1969, quanto os costumes vedam [sic: estabelecem, não?] o *pacta tertiis*. Os tratados, esclarece-se, vinculam apenas os signatários.

O princípio da utilização equitativa não é uma obrigação jurídica ambiental absoluta. Por tratar-se de princípio, deve ser sopesado diante da existência de outras normas, no caso concreto. Se, por um lado, a utilização equitativa preconiza o aproveitamento proporcional e comum, por outro, o Direito Internacional reconhece princípios como a soberania sobre recursos e a aplicação territorial dos tratados. No caso do Tratado de 1973, estabeleceu-se condomínio

para o aproveitamento conjunto dos recursos hídricos da região do Salto das Sete Quedas. Em que pesem as considerações anteriores, a própria noção de condomínio comporta uma interpretação favorável à aplicação do princípio da utilização equitativa. É o que se verifica no caso concreto: com efeito, o Tratado de 1973 criou a Itaipu Binacional, que faz a gestão da energia elétrica produzida, distribuindo igualmente seus benefícios entre os dois países. A noção de equidade,

Vinícius Kuczera Zampier 15,5

TL – 40;
567 palavras;
14,1 palavras/linha

O costume internacional e tratados como a Convenção de Montevideu sobre os Dtos e Obrigações dos Estados consolidaram que a existência de um território definido, população permanente, governo (exercício da jurisdição) e soberania estatal representa os elementos constitutivos de um Estado. A presença de tais pressupostos confere personalidade jurídica internacional ao ente estatal, de forma que reconhecimentos posteriores possuem natureza meramente declaratória. Além disso, o elemento “governo” engloba todo o poder público. Contudo, cabe a cada Estado decidir soberanamente quem o representará nas relações externas. No caso do Brasil imperial, tal competência cabia ao Imperador (chefe de Estado), que poderia atribuí-la a outro indivíduo. Atualmente, tal prerrogativa cabe ao P. da República e vigora o princípio da função (a presidência representa o país nas relações internacionais via previsão constitucional – competência exclusiva), de modo que deixa de prevalecer o caráter personalista característico dos regimes monárquicos (o que leva o monarca – e não o Estado em si – a figurar como contratante).

O tratado bilateral de 1872 entre Brasil e Portugal prevê uma fronteira seca entre ambos no rio Paraná, atribuindo soberania integral ao Brasil de suas águas (entendimento pátrio até os anos 1970, recusado pelo Paraguai). Já o tratado de 1927 prevê o critério da equidistância para delimitar a fronteira no rio Paraguai, de modo que cada país exerce soberania

exclusiva sobre uma porção do rio (linha paralela às margens). O tratado de 1973 resolveu a controvérsia limítrofe ao prever o exercício da soberania em condomínio no trecho indicado do rio Paraná. Por fim, o acordo de 1975 adotou um critério geográfico natural ao indicar especificadamente a quem pertence a soberania de cada ilha.

Segundo a CVDT, um tratado internacional pode criar direitos para terceiros, sem o seu consentimento expresso, desde que tal direito fique claro no corpo do documento e não preveja contrapartidas (relativização do pacta tertiis). Tal previsão gera o direito ao terceiro Estado de exigir a sua efetivação (via reclamação) e não pode ser excluída arbitrariamente sem o seu consentimento. Contudo, também se faz necessário analisar o conteúdo da previsão e se houve, de fato, intenção de criar o referido direito. A análise do art. 2º do tratado bilateral de 1872 demonstra que tal comprovação resta pouco evidente, visto que Argentina e Uruguai são mencionados como espécie de mediadores/árbitros, de modo que as partes contratantes, de comum acordo, poderiam modificar a solução de controvérsias eleita sem a necessidade de consultar os governos argentino e uruguaio.

O Tratado de Itaipu (1973) previu o aproveitamento hidrelétrico conjunto do rio Paraná por Brasil e Paraguai, países que exercem soberania partilhada sobre suas águas. Tal previsão encontra respaldo no DIP, como comprova o princípio do direito soberano à exploração dos recursos naturais nacionais presente nas Declarações de Estocolmo e do Rio de Janeiro. Tal direito também foi previsto no T. da Bacia do Prata. Contudo, o DIP também prevê o dever de não causar danos ambientais a outros Estados e de informar previamente países à jusante acerca

de modificações realizadas no curso dos rios. Tais previsões coadunam-se com o dever de utilização equitativa, também expresso no T. da Bacia do Prata. Apesar desse princípio não constar expressamente no tratado de 1973, as suas previsões não o violaram, fato reforçado pela solução pacífica da controvérsia envolvendo a Argentina (tese da otimização de Corpus, T. Tripartite, 1979). Tal acordo, inclusive, poderia servir de base para interpretar o de 1973, segundo a CVDT.

NOTA MÉDIA

Otávio Forattini

Lemos Igreja

11,5

TL – 40;
522 palavras;
13,05 palavras/linha

A Conferência Americana de Montevideu de 1933 gerou entendimento que se generalizou no direito internacional público a respeito do surgimento do Estado enquanto novo ator internacional. O Estado estaria condicionado a demonstração de efetivo domínio sobre um território, de população fixa e capacidade soberana externa e interna, podendo se fazer representar. Disputas territoriais, à luz do direito internacional, não infringem no reconhecimento do Estado enquanto tal. Em 1872, entretanto, quando da assinatura do Tratado de Limites com o Paraguai, a figura do Estado estava diretamente ligada ao soberano, no caso brasileiro, que se organizava em sistema monárquico. A personalidade jurídica internacional do Estado se realizava na figura do soberano, que era legítimo para o estabelecimento de fronteiras e de relações com os demais Estados na seara internacional.

Em específico nas delimitações com o Paraguai, os dois países desenvolveram os métodos de delimitação acompanhando as evoluções tecnológicas. Se em primeiro momento, em 1872, a demarcação era realizada por comissários à luz de determinações imprecisas, seguindo nascentes de rio e formações de relevos de acordo com traçados gerais, o Tratado Complementar de 1927 evoluiu em critérios de delimitação. Possibilitou-se a indicação precisa do início e término da via fluvial utilizada

para demarcação, incluindo-se ainda estudos científicos de demarcação do meio do rio, o que proporcionou a divisão de ilhas. Em 1972, verifica-se o viés econômico presente, pelo desenvolvimento de técnicas para uso dos recursos hídricos com finalidade energética, demonstrando a complexificação da temática fronteiriça. No Protocolo Adicional de 1975 ao Tratado de 1927, o avanço científico é nítido na troca de domínios territoriais pela menção a coordenadas exatas espaciais para identificação das ilhas. A evolução dos critérios de delimitação territorial garante maior segurança jurídica sobre o tema, evitando futuras disputas.

Em evidência da dificuldade de demarcação física enfrentada à época, o Tratado de 1872 previu a participação de Estados terceiros para auferição e aprovação de demarcação quando esta fosse realizada por apenas uma das partes, em caso de ausência de comissário da outra parte. Esse mecanismo objetivava garantir a segurança jurídica dos resultados do tratado às duas partes, de forma reduzir os riscos de questionamentos futuros. O cumprimento dos direitos dos Estados terceiros (Argentina e Uruguai, no caso em tela) dependeria, no entanto, necessariamente da acquiescência de ambos em participarem do Tratado, tendo em vista a soberania que lhes permite recusar obrigações às quais não se vincularam expressamente.

O mais intenso debate jurídico assenta-se no Tratado de Itaipu, cuja revisão está prevista para o ano de 2023, o que demanda densa negociação jurídica. Pelas bases do Tratado, o domínio dos recursos hídricos é compartilhado pelos dois países. Entretanto, foi previsto que o Paraguai venderia seu aproveitamento hidrelétrico excedente ao Brasil

por valor reduzido diante do maior financiamento brasileiro da usina e da maior demanda energética nacional. Entretanto, o princípio da utilização equitativa é utilizado pelo Paraguai visando a possibilidade de fixação autônoma de preços e venda para países terceiros de sua metade do aproveitamento de recursos hídricos. Esse posicionamento conforma o cerne da negociação acerca da renovação do Tratado, tendo ambas as partes argumentos jurídicos válidos para manutenção ou modificação dos dispositivos em questão.

TL – 34;
404 palavras;
11,8 palavras/linha

Os Estados são sujeitos plenos e originários de DIP, possuindo capacidades jurídicas ilimitadas. Se, atualmente, a titularidade da personalidade jurídica do Estado brasileiro é exercida pela República Federativa do Brasil, em 1872, na ocasião da celebração do tratado bilateral com o Paraguai, ela era exercida pelo Imperador, no caso, representado pela Princesa Regente Isabel.

A análise dos tratados bilaterais entre Brasil e Paraguai, em 1872, 1927, 1973 e 1975, concernentes à delimitação territorial e ao aproveitamento fluvial, mostra que os princípios e as definições de território e de aproveitamento hídrico se transformam ao longo do tempo. Em 1827, o objetivo era elencar elementos naturais que fundamentassem a demarcação da fronteira, com um paradigma de aproveitamento hídrico soberanista - cada um aproveita os recursos presentes em seu território.

Em 1927, acordou-se um ajuste no critério de delimitação do instrumento anterior, complementando-o. O álveo do rio Paraguai continua a ser referência, mas são acrescentados critérios para identificar a qual território pertencem as ilhas fluviais, também fundamentados em elementos naturais. Abre-se, porém, a possibilidade de mudança de jurisdição por acessão à parte oposta. O critério soberanista continua presente no aproveitamento hídrico.

Em 1973, mantêm-se os critérios de delimitação, mas o paradigma de aproveitamento hídrico é alterado, prevendo-se o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Paraná. Finalmente, em 1975, Brasil e Paraguai reconhecem, respectivamente, a soberania paraguaia da Isla Margarita e a soberania brasileira da ilha do Chapéu, em linha com o que dispõe o tratado de 1927.

No DIP atual, é preciso utilizar a Convenção de Viena de 1969 para que se formule um parecer quanto ao art. 2º do tratado de 1872. A rigor, tratados são instrumentos baseados em uma lógica sinalagmática, criando direitos e obrigações apenas para suas partes. Em casos excepcionais, é possível que um tratado crie direitos para terceiros, como faz o instrumento de 1872, ao estabelecer uma condição em que Argentina e Uruguai possam vir a participar, via nomeação de um comissário, do processo de demarcação. Se Brasil e Paraguai quiserem alterar esse dispositivo, devem comunicar e consultar os Estados citados.

Não há uma incompatibilidade jurídica entre o Tratado de 1973, que define o aproveitamento hidrelétrico no rio Paraná e o princípio de utilização equitativa do direito ambiental. A prática e a interpretação, dessa maneira, deve levar o princípio em consideração. Caso desejem e haja um acordo, Brasil e Paraguai podem fazer uma emenda ao texto original, incluindo, textualmente, a utilização equitativa.



Lingua Espanhola

4 MANERAS EN QUE LOS LATINOAMERICANOS INFLUYEN EN LA ECONOMÍA Y SOCIEDAD DE ESPAÑA

España no es la misma hoy que hace 25 años. A comienzos de los 90 apenas todavía buscaba modernizarse y europeizarse en varias esferas. En 1995 apenas atraía migrantes en comparación con la media de sus vecinos europeos. Y entonces todo cambió en pocos años. Entre 1998 y 2007 España creció como pocas veces en su historia. Fueron los años del doble boom: el económico y el migratorio. Cientos de miles de latinoamericanos, entre otras personas de otras regiones, migraron a España buscando oportunidades. Por las calles de las principales ciudades, con Madrid a la cabeza, comenzó a extenderse el chupe, la bandeja paisa, el cebiche y la arepa. Aparecieron las peluquerías dominicanas, los locutorios ecuatorianos, las tiendas de comestibles sudamericanas. El impacto fue tan visual como profundo. “Lo mejor que le ha pasado a España”, dice Juan Cruz Díez, sociólogo español y doctor en ciencias políticas por la Universidad Complutense de Madrid. En España hoy viven alrededor de un millón y medio de latinoamericanos, según datos del Instituto Nacional de Estadística (INE); pero se estima que el peso real es bastante mayor ya que muchos aparecen en los registros como españoles, por haber conseguido la nacionalidad o llegar

al país ya con la doble. Pero ¿cómo se transformó España con el boom de la migración latinoamericana? ¿Cómo siguen dinamizando el país?

1. Refuerzo económico: Con la entrada del euro a comienzos de 2000, se inició una de las mayores épocas de prosperidad en la historia del país ibérico. Aumentaron el consumo, la demanda de viviendas y la inversión extranjera. España se erigió como un país de oportunidades. Cientos de miles de ciudadanos latinoamericanos acudieron a la demanda pujante de mano de obra. “Los latinoamericanos han sido necesarios para varias industrias españolas, como la construcción, o la agricultura, donde muchos ecuatorianos, por ejemplo, acudieron a trabajar”, dice a BBC Mundo el sociólogo Alejandro Portes, ganador del Premio Princesa de Asturias en 2019, entre otros logros, por sus trabajos sobre migración internacional. Su llegada masiva coincide con el buen estado de salud de la economía y también con la llegada de migrantes de otras regiones del mundo. Son fenómenos que van de la mano, aunque América Latina fue una de las regiones con mayor peso migratorio desde los años del boom. Y también, la que encontró una adaptación aparentemente más plácida por el idioma y los vínculos históricos. “Esto hace pensar que mucho de lo que se atribuye a la población extranjera es extrapolable a los latinoamericanos porque son muchos y dominan la media”, explica Dirk Godeanu, profesor de economía aplicada en la Universidad de La Laguna en Tenerife. Actualmente, Europa es la región con más extranjeros en España, seguido de cerca por América Latina, pero los expertos estiman que la presencia de latinoamericanos es mucho mayor por sus facilidades para adquirir la nacionalidad. Tanto Portes como Godeanu coinciden en

que los latinoamericanos “realizaron contribuciones significativas al crecimiento económico del país”. “Su fuerza productiva se convirtió en parte de una cadena de valor y del valor del Producto Interior Bruto (PIB). Eso generó una riqueza económica a través del mercado de trabajo”, apunta Godeanu. Y no solo eso, este boom migratorio en que los latinoamericanos tuvieron un papel protagonista también significó un refuerzo del sistema fiscal. “En términos generales, la migración tuvo un balance económico positivo en los servicios públicos y ayudó a solucionar problemas financieros en la Seguridad Social y las pensiones”, agrega Godeanu.

2. Más población activa: “Si la población en España no disminuyó entre 2000 y 2010, e incluso hasta la década de 2020, ha sido por la llegada masiva de migrantes, que ayudaron a neutralizar la disminución de la población y la baja fertilidad de los nativos”, explica Portes. Datos oficiales constatan que el incremento de población activa en España se ha nutrido especialmente de la oferta laboral extranjera. La llegada de muchas mujeres latinoamericanas en edad fértil no solo contribuyó a rejuvenecer la población, sino que también aumentó la tasa de fertilidad en el país. En unos años se generó una demanda importante de cuidados de personas mayores y niños y otras actividades del servicio doméstico. Una demanda, que, a su vez, dejó de corresponderse con una oferta de mano de obra autóctona”, explica Laura Oso, socióloga de la Universidad de A Coruña en España. Oso dice que, a comienzos de los 90, empiezan a llegar mujeres migrantes y “estas mujeres tuvieron un papel fundamental, clave, para que generaciones más jóvenes de mujeres españolas pudieran conciliar su vida laboral y doméstica.

Godeanu analiza que la llegada de muchos migrantes pendientes de regularizar también provocó un aumento de la economía sumergida y, por consiguiente, una precarización de condiciones laborales en varios sectores, especialmente aquellos con importante presencia migratoria como en el caso de la hostelería. “Si hay una migración sin papeles, esas personas contribuyen irremediablemente a una mayor economía informal”, apunta.

3. Un mercado de consumo más variado: La llegada y el asentamiento de latinoamericanos cambió el paisaje urbano español. En Carabanchel, el distrito más grande de Madrid y donde más migrantes viven, es fácil perderse entre cebicherías peruanas, locutorios ecuatorianos, tiendas de comestibles sudamericanas y establecimientos de envío de remesas. “Todo esto es muestra de cómo la migración amplió el mercado de consumo, incluyendo la vivienda, el mercado bancario y las remesas. Son también más estómagos que alimentar, algo que las cadenas de distribución saben y por eso han diversificado sus ofertas al tener una clientela importante de migrantes”, explica Godeanu. “Los consumidores migrantes tienen necesidades particulares y eso el marketing lo sabe muy bien. Las instituciones financieras tienen en los latinoamericanos un objetivo preferido para abrir cuentas corrientes, enviar remesas y financiar hipotecas”, añade. “Los más interesados en invertir son mexicanos, venezolanos, colombianos y peruanos, llegando a ocupar en torno al 60% de las ventas en el barrio de Salamanca”, explicó Calzada, de la inmobiliaria Promora Madrid, especializada en viviendas de lujo. Para Calzada, los compradores latinoamericanos han contribuido a mejorar el comercio y la restauración del barrio, dándole un valor añadido. “No hay más que ver que los grupos de restauración más

conocidos siguen abriendo nuevos restaurantes. También las mejores firmas de moda se pelean por alquilar los mejores locales de la zona”, apunta.

4. Inversión vital: Las inversiones latinoamericanas en el mundo son un fenómeno consolidado y en los últimos años España se ha convertido en uno de los principales destinos. Según datos de ICEX, la región es el cuarto inversor en importancia en España, solo por detrás de Estados Unidos, Reino Unido y Francia, y por delante de potencias como China y Alemania. “En el panorama económico siempre ha habido una tradición de inversión latinoamericana, pero en los últimos años se ha ido acelerando y acrecentando” dice Alfredo Arahetes, doctor de economía por la Universidad Pontificia Comillas de Madrid. Arahetes explica que el mayor peso de inversión latinoamericana en España viene de México. La inversión de capitales latinoamericanos en sectores profundamente dañados, como el inmobiliario y el financiero, argumenta el experto, tuvo un efecto mitigador en la crisis. “Si viene un inversor venezolano a comprar cajas [de ahorros] en una región importante como Galicia, eso ayuda a la estabilización del sector.”, ejemplifica Arahetes. Cuantificarlo es complejo, pero expertos en inversiones coinciden en que la entrada de más capital latinoamericano, en un momento crítico como 2008, contribuyó a fortalecer varios sectores en España. Una ganancia bidireccional, dice Arahetes: “España ganó estabilización en sectores críticos y los inversores latinoamericanos consiguieron presencia en Europa y otros mercados al comprar capital español”.

CUETO, José Carlos. 4 maneras en que los latinoamericanos influyen en la economía y sociedad de España. BBC News Mundo. Disponible en: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-60763364>>. Acceso en: 9 mayo 2022, con adaptaciones.

Elabore un resumen, en lengua española, con su propio vocabulario, del texto presentado.

**Extensión del texto: hasta 60 líneas.
[valor: 25,00 puntos]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Desde 1998 hasta 2007 España vivenció un boom de crecimiento económico y se estableció como un país atractivo para la migración. Muchos latinoamericanos, entre otras nacionalidades, emigraron para España buscando oportunidades. A partir de ese momento, la cultura latina empezó a circular en las calles españolas y surgieron, así, las tiendas regionales. Para Juan Cruz Díez, sociólogo español y doctor en ciencias políticas por la Universidad Complutense de Madrid, este boom de migrantes latinoamericanos fue “lo mejor que le ha pasado a España”. Según el Instituto Nacional de Estadística (INE), viven alrededor de un millón y medio de latinoamericanos en España y los inmigrantes fortalecen el país de diversas maneras.

A partir del cambio de moneda en el 2000 para el euro, la economía española se volvió próspera y España se estableció como una nación llena de oportunidades. En consecuencia, ciudadanos latinoamericanos concurren para suplir la demanda de mano de obra. Podemos observar que América Latina se adecuó mejor a la migración por tener la lengua en común y su relación histórica y cultural. Para Dirk Godeanu, profesor de economía aplicada en la Universidad de La Laguna en Tenerife, “En términos generales, la migración tuvo un balance económico positivo en los servicios públicos y ayudó a solucionar problemas financieros en la Seguridad Social y las pensiones”.

Informaciones oficiales constatan que el aumento de población activa en España ocurrió principalmente de la mano de obra extranjera. Laura Oso, socióloga de la Universidad de A Coruña, en España, menciona que las mujeres migrantes de los años

90 tuvieron un papel principal para que generaciones más jóvenes de mujeres españolas pudieran conciliar su vida laboral y doméstica. Lo que preocupa es que, debido a la falta de regularización, muchos migrantes se someten a condiciones precarias de trabajo contribuyendo al aumento de la economía informal. Ya por otra parte, Godeanu señala que “Las instituciones financieras tienen en los latinoamericanos un objetivo preferido para abrir cuentas corrientes, enviar remesas y financiar hipotecas”, los latinoamericanos están dispuestos a realizar inversiones fortificando un mercado de consumo diversificado.

Por último, el texto señala que España se estableció como el principal destino de inversionistas. Según datos de ICEX, América Latina es el cuarto inversor en importancia en el país siendo precedido apenas por Estados Unidos, Reino Unido y Francia. Alfredo Arahetes, doctor de economía por la Universidad Pontificia Comillas de Madrid, declara que “En el panorama económico siempre ha habido una tradición de inversión latinoamericana, pero en los últimos años se ha ido acelerando y acrecentando”, siendo México el mayor inversionista. Además, los sectores inmobiliario y financiero en crisis se vieron beneficiados por el ingreso de capitales latinoamericanos. Los técnicos en finanzas concuerdan en que el ingreso de más capital latinoamericano favoreció varios sectores económicos de España. Según Arahetes: “España ganó estabilización en sectores críticos y los inversores latinoamericanos consiguieron presencia en Europa y otros mercados al comprar capital español”.

Raíssa Guimarães Carvalho

25

Según las informaciones del texto, los latinoamericanos provocaron efectos importantes en la economía y en la sociedad de España. En razón de los cambios en la economía y en la sociedad, España no es la misma de los años 90. El país buscaba modernización y la integración con los países europeos. Siendo así, entre 1998 y 2007, hubo una explosión económica y migratoria en España, y muchos latinoamericanos migraron al país, en la búsqueda por mejores oportunidades. Según el sociólogo Juan Cruz Díez, el impacto fue positivo, y muchos latinoamericanos que viven en España no están en los datos oficiales del Instituto Nacional de Estadística (INE).

La prosperidad económica de España en el período también es explicada por la entrada de la circulación del euro a comienzos de 2000 y por el aumento de la inversión extranjera. Siendo así, varios latinoamericanos buscaron el país con el objetivo de mejores condiciones de vida. Los latinoamericanos fueron extremadamente importantes para las industrias de construcción y para la agricultura, según el sociólogo Alejandro Portes, ganador del Premio Princesa de Asturias. Los migrantes de América Latina son una parte demasadamente importante del movimiento migratorio desde los años del “boom”.

Además, otra consecuencia del “boom” migratorio de los latinoamericanos fue el refuerzo del sistema fiscal. La migración fue importante para ayudar el gobierno español a solucionar sus problemas financieros, como la Seguridad Social

y las pensiones. Los latinoamericanos también contribuyeron al crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) de España.

Una consecuencia fue también el incremento de la población activa española. La llegada significativa de migrantes fue importante para evitar la disminución de la población española, en razón de las bajas tasas de fertilidad de los nativos. Además, por su participación en las actividades laborales del servicio doméstico, las mujeres migrantes ayudaron a las españolas a conciliar la vida laboral y la doméstica. Sin embargo, hubo también un aumento de la economía informal en España.

La migración cambió irremediablemente el paisaje de las ciudades españolas. La llegada de los migrantes contribuyó también para el crecimiento del mercado de consumo, del mercado bancario y de las remesas internacionales. Instituciones financieras buscaron a los migrantes para invertir y para abrir sus cuentas corrientes. Según las informaciones del texto, España ha sido uno de los principales destinos de las inversiones latinoamericanas. Alfredo Arahuetes, doctor en economía por la Universidad Pontificia Comillas de Madrid, afirma que el mayor peso de esas inversiones es de México. Además, las inversiones latinoamericanas, principalmente en el momento crítico de 2008, fueron importantes para estabilizar y fortalecer varios sectores de la economía española.

Luiza Valladares de Gouvêa 24,5

A fines de los años 1990, España se transformó mediante la presencia de migrantes, principalmente los latinoamericanos, que hoy en día son cerca de un millón y medio, según el Instituto Nacional de Estadística. Aunque hace 25 años el país no era moderno en comparación con el resto de Europa, entre 1998 y 2007 hubo un boom migratorio que cambió profundamente las principales ciudades españolas, incluso su aspecto visual. Cabe investigar de qué manera el país se transformó y cómo la migración sigue influyendo en la economía y sociedad de España. Las cuatro principales maneras se relacionan con la economía, la población, el mercado de consumo y las inversiones.

El euro, implementado a comienzos de 2000, inició una época de prosperidad económica que provocó la migración de latinoamericanos, en razón del aumento en la demanda de mano de obra. De forma concomitante, llegaron migrantes de otras partes del mundo. Sin embargo, el peso de la migración latinoamericana se explica por la facilidad de adaptación por la lengua y la historia comunes. Algunos expertos están de acuerdo con la perspectiva según la cual los migrantes contribuyeron a la economía española mediante el refuerzo del sistema fiscal y del mercado de trabajo, solucionando problemas financieros y previdenciarios.

La segunda gran contribución de los migrantes fue la neutralización de la disminución poblacional en España,

entre 2000 y 2020. El incremento de población activa tuvo un papel fundamental en el aumento de la tasa de fertilidad, por la llegada de mujeres latinoamericanas en edad fértil, que también posibilitaron que las mujeres españolas más jóvenes pudieran conciliar tareas laborales y domésticas. Si, por un lado, el boom migratorio rejuveneció la población, por otro, provocó el aumento de la economía informal, por la precarización del trabajo.

La migración latinoamericana además, diversificó el mercado de consumo español en sectores como la vivienda, el mercado bancario y las remesas. Las necesidades particulares de los consumidores migrantes provocó la ampliación de la oferta. En el caso del barrio de Salamanca, los mexicanos, venezolanos, colombianos y peruanos representan el 60% de los clientes de servicios inmobiliario y financieros.

Es importante también destacar que España se convirtió en uno de los principales destinos de las inversiones latinoamericanas en el mundo, que solo están por detrás de las estadounidenses, inglesas y francesas. Aunque la inversión latinoamericana es tradicional, se ha incrementado en los últimos años, con destaque para los aportes de México. Sectores españoles perjudicados por la crisis, como el inmobiliario y el financiero, se beneficiaron de capitales latinoamericanos, especialmente en momentos críticos, como 2008. Sin embargo, los beneficios fueron bidireccionales, pues las inversiones latinoamericanas lograron abrir mercados en Europa a través de esas operaciones.

Se puede concluir que la migración latinoamericana transformó la economía, la población y los mercados de consumo y de inversiones en España, ayudando la recuperación del país después de sucesivas crisis. Los efectos de la influencia latinoamericana en la economía y cultura española se sienten hasta el presente y se proyectarán en el futuro.

Pedro Guilherme Bastos Menezes de Almeida

24,5

Migrantes latinoamericanos han tenido un impacto muy positivo en España en las últimas décadas. Entre fines de los años 1990 y 2007, hubo gran crecimiento económico y migratorio, y se pudo ver iniciativas de latinoamericanos en sus principales ciudades. Según Juan Cruz Diéz, sociólogo, eso ha sido muy bueno para el país. Datos del Instituto Nacional de Estadística demuestran que hay alrededor de un millón y medio de latinoamericanos en España, pero las estimativas son de que haya muchos otros.

Hubo, por esa razón, un gran impacto económico en el país, junto a la entrada del euro, en los años 2000, lo que generó aumento en el consumo, en la búsqueda por viviendas y en las inversiones extranjeras. Según Alejandro Portes, sociólogo, la llegada de latinoamericanos en ese contexto fue importante para la construcción y la agricultura, en términos de mano de obra. A pesar de que haya migrantes de otras partes del mundo, los latinoamericanos tienen una mejor adaptación, una vez que tienen lenguas e historias comunes.

Migrantes de América Latina tienen facilidades para obtener la nacionalidad, y su presencia en España contribuyó para el incremento del PIB y del sistema fiscal, según Dirk Godeanu, profesor de economía aplicada, lo que ayudó el gobierno a solucionar problemas financieros. Antes de la llegada de migrantes, la media de edad de la población española era más alta, y la fertilidad más baja. Los latinoamericanos contribuyeron para rejuvenecer la población y para aumentar la tasa de

nacimientos. Por esa razón, la población de España no disminuyó entre 2000 y 2010. Según Laura Oso, socióloga, jóvenes latinoamericanas aumentaron la oferta de mano de obra para el sector de cuidados de personas mayores y niños, lo que posibilitó que jóvenes españolas pudieran tener mejores vidas laboral y doméstica. Por otro lado, la presencia de migrantes sin regularización contribuyó para la informalidad y para peores condiciones de trabajo.

Los migrantes también ayudaron a cambiar el paisaje de las ciudades españolas, con tiendas de nuevos tipos y más variedad en el mercado de consumo. Hubo, incluso, ampliación en los mercados bancario y de remesas. Hay interés por tener cuentas corrientes, enviar remesas y financiar hipotecas, pero también por hacer inversiones. Según Calzada, que trabaja en una inmobiliaria, el impacto sobre los negocios ha sido muy positivo.

Además del refuerzo económico, de aumentar la población activa y de hacer el mercado de consumo más variado, hay una cuarta manera con que los latinoamericanos provocaron cambios en España: con grandes inversiones. España es uno de los principales destinos de las inversiones latinoamericanas, y América Latina es la cuarta inversora más importante del país, solo por detrás de Estados Unidos, Reino Unido y Francia, e incluso tiene más inversiones que China o Alemania. Alfredo Arahuetes, doctor de economía, las inversiones latinoamericanas no son nuevas, pero su volumen y velocidad son cada vez más grandes. La mayor parte de las inversiones vienen de México, y tuvieron un impacto muy importante en los sectores inmobiliario y financiero durante la crisis de 2008. Según Arahuetes, las dos partes ganan: España, con más estabilidad y crecimiento; América Latina, con más presencia en Europa y otros mercados.

NOTA MÉDIA

Dandara Miranda Teixeira de Lima 19,75

El autor José Carlos Cueto aborda el tema de la influencia de los latinoamericanos en la economía y en la sociedad de España. A comienzos de los años 90, España buscaba modernizarse y europeizarse en varias esferas, pero no atraía migrantes como sus vecinos europeos. No obstante, entre 1998 y 2007, el país creció rápidamente en el aspecto económico y migratorio, como pocas veces ocurrió en su historia. El impacto de la presencia de tantos latinoamericanos fue tan visual como profundo y hoy viven en España más de un millón de latinos. El autor investiga entonces el impacto de la migración latinoamericana e la manera por la cual estos migrantes siguen dinamizando el país.

En primer lugar, la entrada de migrantes latinoamericanos contribuyó significativamente al crecimiento económico del país. Aumentaron el consumo, la demanda de viviendas y la inversión extranjera. Además, estos migrantes acudieron a la demanda de mano de obra en varias industrias españolas, como la construcción y la agricultura. Su llegada también coincidió con el buen estado de salud de la economía y con la llegada de migrantes de otras regiones. Aparentemente, hubo una adaptación más fácil por el idioma y los vínculos históricos. Asimismo, el boom migratorio fue un refuerzo al sistema fiscal y ayudó a solucionar problemas financieros en la Seguridad Social. Hoy Europa es la región con más extranjeros en España y la fuerza productiva de los migrantes se convirtió en crecimiento económico.

En segundo lugar, la llegada masiva de migrantes ayudó a neutralizar la disminución de la población y la baja fertilidad de los nativos. Según datos oficiales, hubo un incremento de la población activa de España e de la oferta laboral extranjera. La llegada de mujeres latinoamericanas en edad fértil contribuyó a rejuvenecer la población y a aumentar la tasa de fertilidad en el país. Además, ellas fueron importantes para responder a la demanda de cuidados de personas mayores y niños y otros servicios domésticos. Así, las mujeres españolas pudieron conciliar su vida laboral y doméstica. En contrapartida, la llegada de muchos migrantes pendientes de regularizar también provocó un aumento de la economía sumergida.

En tercer lugar, la llegada de latinoamericanos generó un mercado de consumo más variado y cambió el paisaje urbano español. En las calles de España, hay viviendas de muchas nacionalidades. La migración amplió también el mercado bancario y generó una diversificación de las cadenas de distribución alimentares. Las instituciones financieras tienen en los latinoamericanos un objetivo preferido para abrir cuentas corrientes y financiar hipotecas. Los mexicanos, venezolanos, colombianos y peruanos son los más interesados en invertir. Además, los compradores latinoamericanos han contribuido a mejorar el comercio y la restauración de los barrios.

En último lugar, las inversiones latinoamericanas son fundamentales para España, uno de sus destinos principales. La región es el cuarto inversor en importancia en España. Aunque siempre ha habido una tradición de inversión latinoamericana, en los últimos años hubo una aceleración. Las inversiones fueron importantes para mitigar los efectos de la crisis de 2008, especialmente en los sectores

inmobiliario y financiero. Al mismo tiempo, los inversores latinoamericanos también consiguieron presencia en Europa y otros mercados.

Versión

Minervino ouviu tocar a campainha, levantou-se do canapé, atirou para o lado o livro que estava lendo, e foi abrir a porta ao seu amigo Salema.

- Entra. Disse para o amigo.
- Vim, mal recebi o teu bilhete. Que desejas de mim?
- Um grande serviço!
- Oh, diabo! Trata-se de algum duelo?
- Trata-se simplesmente de amor. Senta aqui.

Sentaram-se ambos. Eram dois rapagões de vinte e cinco anos, oficiais da mesma Secretaria do Estado; dois colegas, dois companheiros, dois amigos, entre os quais nunca houvera a menor divergência de opinião ou sentimentos. Estimavam-se muito, estimavam-se deveras.

— Mandei-te chamar — continuou Minervino — porque aqui podemos falar mais à vontade; lá em tua casa seríamos interrompidos por teus sobrinhos. Esperarmos até amanhã? Só seria possível se não se tratasse de uma coisa inadiável. Há de ser hoje por força!

- Estou às tuas ordens.
- Bom. Lembras-te de um dia ter te falado de uma viúva bonita, minha vizinha, por quem andava muito apaixonado?
- Sim, lembro-me. Um namorico...
- Namoro que se converteu em amor, amor que se transformou em paixão!
- Quê? Tu estás apaixonado?
- Apaixonadíssimo... E é preciso acabar com isto!
- De que modo?
- Casando-me; és tu quem vai pedi-

la em casamento!

- Eu? Sério?
- Sim, meu amigo. Bem sabes como sou tímido. Apenas me atrevo a fixá-la durante alguns momentos quando me aproximo da janela ou a cumprimentá-la quando entro ou saio. Se eu mesmo fosse falar a ela algo, era capaz de não articular três palavras. Lembras-te daquela ocasião em que fui pedir ao ministro que me designasse para a vaga do Florêncio? Pus-me a tremer diante dele e a muito custo consegui expor o que desejava. E quando o ministro me disse: — Vá embora descansado, hei de fazer justiça —, eu respondi-lhe: — Vossa excelência, se me nomear, não choverá no molhado! — Ora, se sou assim com os ministros, que dirá com as viúvas.

- Mas tu a conheces?
- Estou perfeitamente informado: é uma senhora digna e respeitável, viúva do Senhor Perkins, negociante americano. Mora ali defronte, no número 37. Peço a ti que a procures imediatamente e lhe faças o pedido de minha parte. És tão desembaraçado como eu sou tímido; estou certo que serás bem-sucedido. Dize-lhe de mim o melhor que puderes dizer; advoga a minha causa com a tua eloquência habitual e a gratidão do teu amigo será eterna.

- Mas que disparate! — observou Salema. — Isto não é sangria desatada! Por que há de ser hoje e não outro dia? Não vim preparado!
- Não pode deixar de ser hoje. A viúva Perkins vai-se amanhã para a fazenda da irmã, perto de Vassouras, e eu não queria que partisse sem deixar lavrada a minha sentença.
- Mas, se lhe não falas, como sabes que ela vai partir?
- Ah! Como todos os namorados, tenho a minha polícia... Mas vai, vai, não te demores.

Traduzca al español el texto presentado.

[valor: 25 puntos]

PADRÃO DE RESPOSTA

Minervino oyó sonar el timbre, se levantó del sofá, tiró hacia un lado el libro que estaba leyendo/leía y fue a abrirle la puerta a su amigo Salema.

- Entra. Le dijo al amigo.
- Vine/He venido, apenas recibí/he recibido tu nota. ¿Qué quieres de mí?
- ¡Un gran servicio!/¡Un servicio/trabajo muy importante!
- ¡Ay, Dios mío! ¿Se trata de algún duelo?
- Se trata simplemente de amor. Siéntate aquí.

Los dos se sentaron. Eran dos muchachos/chicos/jóvenes de veinticinco años, oficiales de la misma Secretaría de Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca había habido ninguna/la menor divergencia de opinión o sentimientos. Se estimaban/se querían mucho, se estimaban/se querían verdaderamente.

— Mandé/He mandado llamarte —continuó Minervino— porque aquí podemos hablar más a gusto/tranquilamente; allá/allí en tu casa tus sobrinos nos interrumpirían. ¿Esperar hasta mañana? Solo sería posible si no se tratase/tratara de algo que no se puede posponer/aplazar/inaplazable. ¡Tiene que ser hoy sí o sí/de cualquier manera/obligatoriamente!

- Estoy a tus órdenes.
- Bueno. ¿Recuerdas que un día te hablé de una viuda bonita/guapa, mi vecina, de la que/quien estaba muy enamorado?
- Sí, lo recuerdo. Un amorío. . .
- ¡Amorío que se convirtió en amor, amor que se convirtió en pasión!
- ¿Qué? ¿Estás enamorado?
- Enamoradísimo... ¡Y hay que acabar con esto!
- ¿De qué modo?/¿Cómo?
- ¡Casándome! Y tú eres el que/quien le propondrá matrimonio.
- ¿Yo? ¿En serio?

— Sí, mi amigo/amigo mío. Sabes bien lo tímido que soy. Solo me atrevo a mirarla durante unos momentos/instantes cuando me acerco a la ventana o a saludarla cuando entro o salgo. Si fuera a decirle algo, sería capaz de no articular ni tres palabras. ¿Recuerdas aquella vez que fui a pedirle al ministro que me asignase/asignara la plaza/el puesto de Florencio? Me eché/Empecé a temblar delante de él, y con mucha dificultad conseguí/pude/logré exponer lo que deseaba. Y cuando el ministro me dijo: “Váyase tranquilo, he de hacer justicia/haré justicia”, (yo) le respondí/contesté: “¡Su excelencia/excelentísimo, si me nombra, no lloverá sobre mojado/no se equivocará/no repetirá el error!”. – Pues/Ya ves, si así soy con los ministros, imagínate con las viudas.

— ¿Pero la conoces?

— Estoy perfectamente informado: es una señora digna y respetable, viuda del Señor Perkins, negociante americano. Vive allí enfrente, en el número 37. Te pido que la busques inmediatamente y le hagas el pedido de mi parte. Eres tan ingenioso/listo como yo tímido; estoy seguro de que tendrás éxito. Dile de mí lo mejor que puedas; aboga mi causa con tu elocuencia habitual, y la gratitud de tu amigo será eterna.

— ¡Pero qué locura! —observó Salema— ¡Esto no es cuestión urgente/un desangramiento! ¿Por qué tiene que ser hoy y no otro día? ¡No he venido/estoy preparado!

— Tiene que ser hoy/No puede dejar de ser hoy. La viuda Perkins se va mañana a la granja de su hermana, cerca de Vassouras, y no quería que se fuera sin dejar expresada mi decisión/sin que conociese/conociera mi decisión.

— Pero si no le hablas, ¿cómo sabes que se irá?

— ¡Ah! Como todos los novios/amantes/enamorados, tengo mi policía... pero vete, date prisa.

Vinicius Gonzalez Nóbrega 23

Minervino escuchó sonar el timbre, se levantó del sofá, puso a su lado el libro que leía e fue a abrirle la puerta a su amigo Salema.

— Adelante, dijo al amigo.

— Vine, pues acabé de recibir tu mensaje. ¿Qué deseas de mí?

- ¡Un gran servicio!

— Ay, diablos. ¿Se trata de algún duelo?

— Se trata simplemente de amor. Siéntate aquí.

Los dos se sentaron. Eran dos muchachos de veinticinco años, oficiales de la misma Secretaría de Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca había sucedido ninguna divergencia de opinión o de sentimientos. Los dos se estimaban mucho.

— Mandé llamarte -continuó Minervino - porque aquí podemos hablar de una manera más comfortable; en tu casa, seríamos interrumpidos por tus sobrinos. ¿Esperar hasta mañana? Solo sería posible si no se tratara de una cosa inadiable. ¡Hay que ser hoy!

— Estoy a tus órdenes.

— Bueno. ¿Tú te acuerdas que un día te hable de una viuda bonita, vecina mía, por quién estuve muy enamorado?

— Sí, me acuerdo. Un encanto...

— ¡Un encanto que se convirtió en amor, amor que se convirtió en pasión!

— ¿Qué? ¿Estás enamorado?

— Muy enamorado... ¡y hay que acabar con eso!

— ¿Cómo?

— Casándome; ¡tú eres el que va a pedirla en matrimonio!

— ¿Yo? ¿En serio?

— Sí, mi amigo. Tú sabes bien como soy tímido. Solo me atrevo a mirarla durante algunos momentos, cuando me acerco a la ventana, o a saludarla

cuando entro o salgo. Si yo fuera a hablarle algo, probablemente no lograría articular ni tres palabras. ¿Te acuerdas de aquella ocasión cuando fui a pedirle al ministro que me indicara para el puesto de Florêncio? Me puse a temblar delante de él, y me costó mucho lograr exponer lo que deseaba. Y cuando el ministro me dijo – Vé descansado, yo haré justicia -, le contesté: - Excelencia, si me indicas, ¡no lloverá sobre el mojado! - Si soy así con los ministros, imagínate con las viudas.

— ¿Pero tú la conoces?

— Estoy perfectamente informado; es una señora digna y respetable, viuda del Señor Perkins, un negociante americano. Vivo allí al frente, en el número 37. Te pido que la busques inmediatamente y le hagas el pedido de mi parte. Eres tan extrovertido como soy tímido, estoy cierto que lo lograrás. De mí, le dí lo mejor que puedas; defiende mi causa con la elocuencia habitual, y tu amigo será siempre agradecido de ti.

— ¡Pero qué disparate! - observó Salema. ¡Eso no es una sangría sin control! ¿Por qué hoy y no otro día? ¡No vine preparado!

— No puede suceder otro día. La viuda Perkins se va mañana a la hacienda de la hermana, cerca de Vassouras, y yo no quería que ella partiera sin que fuera registrada mi sentencia.

— Pero, si no le hablas, ¿cómo sabes que va a partir?

— ¡Ah! Como todos los enamorados, tengo mi policía... Pero vé, vé, no te demores.

Liz Pinhata de Souza 21,25

Minervino escuchó el timbre, se levantó del sofá, tiró al lado el libro que estaba leyendo, y se fue a abrir la puerta a su amigo Salema.

- Entra. Dijo para el amigo.

- Vine, apenas recibí tu nota. ¿Qué deseas de mí?

- ¡Un gran servicio!

- ¡Oh, diablos! ¿Se trata de algún duelo?

- Se trata simplemente de amor. Siéntate aquí.

Se sentaron los dos. Eran dos muchachotes de veinte y cinco años, oficiales de la misma Secretaría de Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca había habido ni un pequeño desacuerdo de opinión o sentimientos. Se estimaban mucho, se estimaban de verdad.

- Mandé que te llamaran – siguió Minervino – porque aquí podemos hablar con más tranquilidad; allí en tu casa seríamos interrumpidos por tus sobrinos. ¿Que esperaríamos hasta mañana? Solo sería posible si no se tratara de una cosa que no puede esperar. ¡Tiene que ser hoy por fuerza!

- Estoy a tus órdenes.

- Bueno. ¿Te acuerdas que un día te hablé de una viuda bonita, mi vecina, de quien andaba muy enamorado?

- Sí, me acuerdo. Un pequeño noviazgo...

- ¡Noviazgo que se convirtió en amor, amor que se transformó en pasión!

- ¿Qué? ¿Estás enamorado?

- Enamoradísimo... ¡Y es necesario acabar con eso!

- ¿De qué manera?

- Casándome; ¡eres tú quien le va a pedir en matrimonio!

- ¿Yo? ¿En serio?

- Sí, mi amigo. Sabes bien como soy

tímido. Apenas me atrevo a fijarla cuando me acerco de la ventana o a saludarla cuando entro o salgo. Si yo mismo fuera a decirle algo, sería posible que no consiguiera decir tres palabras. ¿Te acuerdas de aquella ocasión en que le fui a pedir al ministro que me nominara al cupo de Florencio? Me puse a temblar delante de él y con mucho esfuerzo conseguí exponer lo que deseaba. Y cuando el ministro me dijo: - Ve descansado, voy a hacer justicia -, yo le contesté: - ¡Vuestra excelencia, si me nombra, no lloverá en lo mojado! - Pues, si soy así con los ministros, imagínate con las viudas.

- ¿Pero tú la conoces?

- Estoy perfectamente informado: es una señora digna y respetable, viuda del Señor Perkins, hombre de negocios americano. Vive ahí en frente, en el número 37. Te pido que la busques inmediatamente y le hagas mi pedido. Tienes tan poca vergüenza como yo tengo mucha timidez; estoy seguro de que tendrás éxito. Dile de mí lo mejor que puedas decir; defiende mi pedido con tu elocuencia habitual y el agradecimiento de tu amigo será eterno.

- ¡Pero que absurdo! - Comentó Salerma. - ¡Esto no es tan urgente! ¿Por qué debe ser hoy y no otro día? ¡No vine preparado!

- No se puede dejar que no sea hoy. La viuda Perkins se va mañana para la hacienda de su hermana, cerca de Vassouras, y yo no querría que partiera sin dejar decidida mi sentencia.

- Pero, si no le hablas, ¿cómo sabes que ella se va?

- ¡Oh! Como todos los novios, tengo mi policía... Pero ve, ve, no te demores.

Renato de Mendonça Neves 21

Minervino escuchó sonar la campana, se levantó del canapé, atiró al lado el libro que estaba leyendo, y fue a abrir la puerta para su amigo Salema.

— Entra. Dijo a su amigo.
— Vine en el momento que recibí tu recado. ¿Qué deseas de mí?
— ¡Un gran servicio!
— ¡Oh, Diab! ¿Se trata de algún duelo?
— Se trata simplemente de amor. Siéntate aquí.

Se sentaron ambos. Eran dos rapaces de 25 años, oficiales de la misma Secretaría del Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca hubiera la más pequeña divergencia de opinión o sentimientos. Se estimaban bastante, se estimaban de verdad.

— He enviado por tí — continuó Minervino — porque aquí podemos hablar con más comodidad; en tu casa seríamos interrumpidos por tus sobrinos. ¿Esperamos hasta mañana? Solamente sería posible si no fuera una cosa inadiable. ¡Hay que ser hoy por fuerza!

— Estoy a servicio.

— Bueno. ¿Te acuerdas de que un día he hablado contigo sobre una viuda muy bonita, mi vecina, de quien yo estaba muy enamorado?

— Sí, me acuerdo. Un lío...

— ¡Lío que se convirtió en amor, amor que se transformó en pasión!

— ¿Qué? Tú estás enamorado?

— Apasionadísimo... ¡Y hay que acabarse con eso!

— ¿De qué modo?

— Casándome; ¡eres tú quien va a

pedirla en matrimonio!

— ¿Yo? ¿En serio?

— Sí, mi amigo. Sabes bien que soy tímido. Solo me permito mirarle por pocos momentos cuando me aproximo de la ventana, o saludarla cuando entro o salgo. Si yo mismo fuera a hablar con ella, era posible que no articularía tres palabras. ¿Te acuerdas de aquella ocasión en que fui a pedirle al ministro que me designara para la posición de Florencio? Me puse a temblar delante él y con mucho esfuerzo logré exponer lo que yo deseaba. Y cuando el ministro me dijo: —Vete descansado, haré justicia —, yo le contesté: —¡Vuestra excelencia, si me nombras no te arrepentirás! — Bueno, si soy así con los ministros, qué dirá con las viudas.

— ¿Pero tú la conoces?

— Estoy perfectamente informado: es una señora digna y respetable, viuda del señor Perkins, negociante americano. Vive ahí delante, en el número 37. Te pido que la procures ahora y le hagas el pedido por mi parte. Es tan corajoso cuanto yo soy tímido; estoy seguro de que tendrás éxito. Dile de mi lo mejor que puedas decir; aboga mi causa con tu elocuencia habitual y la gratitud de tu amigo será eterna.

— ¡Pero qué absurdo! —observó Salerma. —¡Esto es una sangría desatada! ¿Por qué hay de ser hoy y no otro día? ¡No vine preparado!

— No pude dejar de ser hoy. La viuda Perkins se va mañana a la hacienda de su hermana, cerca de Vassouras, y yo no quería que se fuera sin dejar puesta mi sentencia.

— ¿Pero si no hablas con ella, cómo sabes que ella se va?

— ¡Ah! Como todos los novios, yo tengo mi policía... Pero vete, vete, no te demores.

NOTA MÉDIA

Guilherme Dias

14

Minervino escuchó el sonido de la campana, se levantó del canapé, tiró al lado el libro que estaba leyendo, y fue a abrir la puerta a su amigo Salema.

— Entra. Dijo a su amigo.

— Vení luego que recibí tu billete. ¿Qué deseas de mí?

— ¡Un gran servicio!

— ¡Oh, diablo! ¿Se trata de algún duelo?

— Se trata simplemente de amor. Sentate aquí.

Se sentaron ambos. Eran dos mozos de veinticinco años, oficiales de la misma Secretaría del Estado; dos colegas, dos compañeros, dos amigos, entre los cuales nunca hubo la menor divergencia de opinión o sentimientos. Se estimaban mucho, se estimaban demasiado.

— Mandé llamarte — continuó Minervino — porque aquí podemos hablar más tranquilos; en tu casa seríamos interrumpidos por tus sobrinos. ¿Esperar hasta mañana? Solo sería posible si no tratase de una cosa inadiable. ¡Hay que ser hoy por fuerza!

— Estoy a tus órdenes.

— Bueno. ¿Te acuerdas de un día haberte hablado de una viuda bonita, mi vecina, por quién andaba muy enamorado?

— Sí, me acuerdo. Un pequeño gusto...

— Gusto que se convirtió en amor, ¡amor que se transformó en pasión!

— ¿Qué? ¿Estás apasionado?

— Muchísimo... ¡Y hay que acabar con esto!

— ¿De qué modo?

— Casandome; ¡eres tú quién vas a pedirla en casamiento!

— ¿Yo? ¿En serio?

— Sí, mi amigo. Sabes bien como soy tímido. Solo puedo fijarla durante algunos momentos cuando me acerco de la ventana o cumprimentarla cuando entro o salgo. Si yo mismo fuera hablar algo a ella, no podría articular tres palabras. ¿Te acuerdas de la ocasión en que fui pedir al ministro que me apuntara para el puesto de Florencio? Empecé a temblar delante de él y a mucho costo conseguí exponer lo que deseaba. Y cuando el ministro me dijo: — Va embora descansado, yo haré justicia —, yo le contesté: — ¡Vuestra excelencia, si apuntarme, no será sin motivos! — Si yo soy de esta manera con los ministros, imagine con las viudas.

— ¿Pero tú la conoces?

— Estoy perfectamente informado: es una señora digna y respectable, viuda del señor Perkins, negociante americano. Vive allí en frente, en el número 37. Te pido que la busques inmediatamente y le hagas el pedido de mi parte. Eres tan extrovertido como soy tímido; estoy cierto que tendrás éxito. Le digas de mí lo mejor que puedas; abogues mi causa con tu elocuencia habitual y seré eternamente grato.

— ¡Pero qué disparate! — observó Salema. — ¿Esto no es una emergencia! ¿Por qué hay que ser hoy y no otro día? ¡No he venido preparado!

— No puede dejar de ser hoy. La viuda Perkins se va mañana hacia la hacienda de su hermana, cerca de Vassouras, y yo no quería que partiese sin saber del resultado.

— Pero, si no le hablas, ¿Cómo sabes que ella partirá?

— ¡Ah! Como todos los nobios, tengo mi policía... Pero va, va; no te demores.



Lingua Francesea

SCIENCE ET POLITIQUE, UN DIALOGUE IMPOSSIBLE ?

[...] Beaucoup de scientifiques font avec amertume le constat que leur parole a peu de poids, dès lors que leurs découvertes vont à l'encontre des intérêts socioéconomiques dominants ou pourraient contraindre les gouvernements à prendre des décisions perçues négativement par leur base électorale. Ils sont aussi confrontés à l'émergence de sociétés où le gourou est facilement préféré à celui qui questionne le monde et où la croyance prend le pas sur la raison. Enfin, ils prennent pleinement conscience que malentendus et confusions sont des obstacles majeurs à un dialogue constructif entre eux et les différents acteurs de la société. Les divergences profondes d'intérêts, de hiérarchies de valeurs et de pratiques ont un poids souvent plus important que les arguments rationnels fondés sur des faits.

Face aux attentes bien souvent contradictoires de ses interlocuteurs, il n'est pas toujours facile pour le scientifique de bien cerner jusqu'à quel point il peut simplifier la formulation des connaissances, leurs limites et les incertitudes, pour faire ressortir les implications de ses découvertes, le plaçant ainsi de facto dans un rôle de lanceur d'alerte. Certains refusent d'assumer ouvertement cette forme d'engagement. Pour eux, un message neutre et factuel est nécessaire afin de garantir la crédibilité du messenger et de maintenir le savoir à distance de l'instrumentalisation, dans la lignée d'Isaac Newton déclarant : « Je sais

calculer le mouvement des corps pesants, mais pas la folie des foules. »

Pour d'autres, au contraire, la stricte neutralité n'est plus envisageable dès lors que leurs recherches ont des implications fortes et immédiates. Lorsqu'il est avéré que certaines régions du monde vont devenir inhabitables par submersion ou bien du fait du dépassement des seuils de températures physiologiquement tolérables par les organismes humains, le scientifique peut se contenter d'informer sur le résultat immédiat de ses recherches : la mer va monter de telle hauteur ; la température va augmenter de telle valeur. A contrario, il peut adopter une vision systémique qui va le pousser à mettre en garde contre les conséquences vraisemblables pour les populations. Ces conséquences sont difficiles à cerner précisément, car on ne dispose d'aucune loi physique ni de protocole expérimental pour valider les projections socioéconomiques des effets du dérèglement climatique. Mais alerter sur les impacts potentiels du dérèglement climatique consiste déjà à prendre parti. C'est davantage vrai encore quand on affirme qu'on ne peut pas lutter contre ces impacts en recourant à des mesures de sécurisation à court terme qui s'appuient elles-mêmes sur des émissions additionnelles de gaz à effet de serre — par la climatisation ou l'enneigement artificiel par exemple —, renforçant par là même la cause du problème que l'on s'efforce de traiter.

L'essentiel reste de permettre aux interlocuteurs de bien séparer ce qui est du domaine de la connaissance scientifique, de la spéculation (qui est au cœur du métier de chercheur) et de la préconisation (la part citoyenne du scientifique chercheur), sachant que la réception du message par ses destinataires se fait à travers une série

de filtres liés à leur personnalité (culture, croyances, sensibilité au risque) et à leur position sociale (notamment les conflits d'intérêts et d'usages que cette dernière peut susciter). Il semble donc vain de considérer que le dialogue entre scientifiques et citoyens puisse échapper à une certaine forme de subjectivité et d'engagement.

Face à une demande grandissante de la société, nombre de scientifiques du climat et de l'environnement ressentent le besoin de développer un cadre de réflexion collectif au sein de la communauté académique sur l'éthique et la responsabilité de nos engagements publics comme de nos pratiques. Ceci a notamment motivé la création du mouvement « Labo 1.5 », qui vise à mieux comprendre et réduire l'empreinte environnementale de la recherche. Ce faisant, les chercheurs se heurtent à une contradiction centrale : s'ils doivent montrer l'exemple, jusqu'où peuvent-ils aller sans que la qualité de leur travail en soit trop affectée ? Ce tiraillement entre l'objectivité nécessaire à une bonne recherche et la subjectivité qui sous-tend l'engagement au service de la société n'est pas nouveau, mais les crises environnementales le remettent au premier plan.

LEBEL, Thierry. Manière de voir. Octobre 2021.

Résumez le texte présenté avec vos propres mots.

**Extension du texte:
maximum de 60 lignes.
[valeur: 25,00 points]**

PADRÃO DE RESPOSTA

Les découvertes des scientifiques ne sont pas toujours en accord avec les intérêts socioéconomiques ou politiques. En outre, la société est parfois plus encline à adhérer aux discours de charlatans qu'à écouter la raison et accepter les arguments et les faits qu'ils avancent. Les chercheurs s'aperçoivent ainsi qu'il est difficile d'être entendus. Pour pouvoir instaurer un dialogue avec la communauté, ils doivent rendre accessibles leurs connaissances, mais aussi se transformer en lanceurs d'alerte en expliquant quelles peuvent être les implications de leurs découvertes. Si quelques-uns refusent de s'engager et pensent que le message scientifique doit être neutre et reposer uniquement sur des faits pour être crédible, d'autres croient qu'il faut choisir un camp quand les conséquences sont graves et avérées. Pour ce qui est des projections socioéconomiques liées au changement climatique, elles ne peuvent pas toujours être validées, car on manque d'instruments scientifiques pour cela. C'est alors que la société doit comprendre la différence entre ce qui relève de la connaissance scientifique, ce qui concerne la recherche et ce qui est du ressort de la préconisation, sans oublier que la réception du message dépendra également de la personnalité et de la position sociale de l'interlocuteur. Par ailleurs, la propre recherche scientifique a un impact sur l'environnement que les chercheurs doivent prendre en compte pour montrer l'exemple, sans que leur travail en soit toutefois affecté. Ainsi, ils se retrouvent eux-mêmes confrontés à des contradictions dans l'exercice de leurs fonctions, ce qui est une vieille bataille, mais qui redevient particulièrement apparent avec les questions environnementales.

Raíssa Guimarães Carvalho

25

Selon les informations du texte, les crises environnementales remettent la question d'un dialogue possible entre la science et la politique au premier plan. Beaucoup de scientifiques affirment que leur parole a peu de poids dans le débat public, principalement quand leurs idées sont contre les intérêts dominants. En effet, les gouvernements ne prennent pas de décisions qui peuvent être perçues de manière négative par la population. En outre, les scientifiques pensent qu'un dialogue constructif sera seulement possible si les obstacles, comme les malentendus et les confusions, sont évités. Dans ce cadre, les divergences d'intérêts, les valeurs personnelles et les pratiques communes sont plus importantes que les arguments rationnels des scientifiques.

Pour le scientifique, il est difficile de simplifier ses formulations. En outre, beaucoup de scientifiques refusent d'assumer un engagement qui peut être considéré politique. Ces scientifiques soulignent l'importance des positions neutres et factuelles, qui seraient nécessaires pour garantir la propre crédibilité des scientifiques. Selon Isaac Newton, il est capable de calculer le mouvement des corps pesants, mais il ne peut pas calculer la folie des personnes.

Cependant, il y a des scientifiques qui pensent et affirment que la stricte neutralité n'est plus envisageable. Pour eux, les recherches ont des implications réelles, fortes et immédiates. Ainsi, elles peuvent provoquer des conséquences négatives aux populations. En effet, ces conséquences sont difficiles à cerner, mais les scientifiques ont la

possibilité d'alerter les populations. À l'égard du changement climatique, les scientifiques peuvent proposer des meilleures actions pour freiner les impacts environnementaux. Par exemple, les scientifiques déclarent que la climatisation et l'enneigement artificiel renforcent le problème des émissions de gaz à effet de serre. Ainsi, d'autres mesures sont nécessaires.

La communauté scientifique sait aussi que la réception du message par les destinataires passe par les filtres de la personnalité, de la position sociale et économique, des croyances et de la culture. Les destinataires doivent ainsi séparer la connaissance scientifique de la spéculation et de la préconisation. Néanmoins, une certaine forme de subjectivité est inévitable.

Beaucoup de scientifiques du climat suggèrent le développement d'un cadre de réflexion collectif au sein de la communauté académique à l'égard des engagements publics. Le problème est qu'il y a une contradiction centrale entre l'objectivité nécessaire à une bonne recherche et la subjectivité essentielle aux intérêts de la société. Le mouvement « Labo 1.5 » a aussi essayé de définir le rôle de la communauté académique dans les questions environnementales.

Ana Luiza Pinto Cardão 24

Il y a beaucoup de scientifiques qui savent que leurs oeuvres ne sont pas toujours prises en compte, surtout si elles sont en contradiction avec les intérêts des élites socioéconomiques et politiques. En plus, il y a des sociétés où il est plus acceptable d'écouter un gouru que la raison. Par conséquent, ils savent que le dialogue entre eux et d'autres acteurs de la société est assez compliqué, étant donné leurs divergences concernant d'intérêts, de hiérarchie de valeurs et de pratiques.

À cause des attentes contradictoires de ceux qui les écoutent, les scientifiques ont des difficultés par rapport à la communication, comme la simplification des concepts et la clarté de leurs alertes. Dans ce contexte, il y a ceux qui préfèrent s'éloigner de ce type d'engagement, en soulignant que la crédibilité du message et la distance vis-à-vis de l'instrumentalisation sont le plus important.

Cependant, il y en a d'autres qui mettent la stricte neutralité en question, car leurs études ont des implications immédiates. Dans le sujet de la montée de la température mondiale, on peut parler de ses implications techniques immédiates ou mettre en évidence ses conséquences pour les sociétés humaines. Il est vrai qu'il est difficile de prévoir les effets concrets du dérèglement climatique. Or, il faut jouer un rôle dans la question, en faisant des alertes. De surcroît, force est d'éviter des mesures de sécurisation à court terme, qui non seulement se basent sur des émissions additionnelles de gaz à effet de serre, mais aussi contribuent pour rendre le problème encore plus grave.

En fait, les interlocuteurs doivent être capables de distinguer les informations scientifiques de la spéculation et de la préconisation. Les scientifiques doivent considérer que le message peut être interprété des façons différentes, que dépendent de la personnalité et de la position sociale de leur cible. Ainsi, la subjectivité et l'engagement ne sont pas toujours observés dans ce dialogue entre la science et la société.

Considérant l'expansion de la demande de la société, il y a beaucoup de scientifiques du climat et de l'environnement qui pensent que la communauté académique doit entamer un débat sur l'éthique et la responsabilité des engagements publics de ses membres. Le mouvement « Labo 1.5 » a le but de comprendre les impacts environnementaux de la recherche et de les réduire. Si les scientifiques font ce qu'ils demandent de la société, est-ce qu'ils peuvent garder la qualité de leur travail? La contradiction entre l'objectivité d'une bonne recherche et la subjectivité qui sous-tend l'engagement au service de la communauté n'est pas une nouveauté, mais elle se souligne à cause des crises environnementales.

Vinícius Gonzalez Nóbrega 24

Dans le domaine de la science, il y a parfois quelques difficultés par rapport au dialogue avec la société. Plusieurs scientifiques constatent que, fréquemment, leurs découvertes ont peu de poids dans le débat public, particulièrement quand leurs conclusions s'opposent à des intérêts dominants ou à la volonté des bases politiques. De plus, ils constatent que les gourous sont souvent préférés aux scientifiques et que les croyances triomphent sur la raison. Dans ce contexte, il y a des différentes opinions par rapport à la manière d'édifier un dialogue constructif entre la science et le public général.

Pour une partie des scientifiques, il est difficile de cerner comment simplifier les connaissances techniques pour que le public puisse mieux les comprendre. Donc, ils refusent d'assumer une position engagée dans les débats, car un message neutre et factuel pourrait mieux garantir leur crédibilité. D'autres scientifiques argumentent qu'ils ne peuvent pas assumer une position neutre, car les conclusions de leurs recherches ont des implications immédiates par rapport à la société. C'est le cas de la science climatique : quand les scientifiques constatent que les changements climatiques peuvent occasionner la submersion de quelques régions ou une augmentation extrême des températures, il ne faut pas rester neutre. Donc, ces scientifiques adoptent une posture engagée, afin d'alerter le public par rapport aux implications de leurs découvertes. Les conséquences du dérèglement climatique sont pourtant difficiles à spécifier, car il n'y a aucune loi naturelle par rapport

aux effets socioéconomiques de ce phénomène. En tout cas, une grande partie des scientifiques ne veulent pas assumer une posture de neutralité, car ils trouvent important d'alerter sur les possibles conséquences du changement climatique, parfois en affirmant que quelques mesures à court terme peuvent renforcer le problème.

Les scientifiques doivent donc présenter leurs messages d'une manière qui permet la séparation par rapport à la connaissance scientifique, à la spéculation et à la préconisation. De plus, le message doit être adéquat par rapport au public destinataire. C'est-à-dire, il faut élaborer le message en considérant des spécificités par rapport à la culture, à la position sociale et aux croyances du public. Il y a donc une subjectivité inhérente au dialogue entre les scientifiques et la société. Dans ce contexte, plusieurs scientifiques ont élaboré des initiatives pour encourager une réflexion à propos des responsabilités de leur communauté. C'est le cas du mouvement « Labo 1.5 », qui a le but de réduire les conséquences environnementales des activités scientifiques. Cependant, il est souvent difficile de cerner comment le faire sans affecter la qualité de la production académique. La crise climatique met en évidence le conflit entre l'objectivité de la connaissance scientifique et la subjectivité nécessaire à l'engagement.

**Aline Freitas de
Paula e Silva
16,75**

Le dialogue entre la science et la politique est difficile, parce que fréquemment les découvertes des scientifiques contredisent les intérêts socioéconomiques et politiques. Les sociétés courantes préfèrent le gourou à la science et la raison est moins importante que la croyance. Il y a beaucoup de malentendus au dialogue entre les scientifiques et les différents secteurs de la société. Les arguments rationnels sont soumis aux intérêts et aux valeurs. La contradiction rend la formulation d'une simplification des découvertes scientifiques très compliquée et les scientifiques ne peuvent pas faire ressortir la signification des choses qu'ils étudient. D'un côté, il y a certains qui préfèrent la neutralité pour éviter l'instrumentalisation de leurs travaux. De l'autre, il y a certains qui préfèrent souligner l'importance de leurs recherches.

Le résultat neutre des recherches scientifiques sur le dérèglement climatique ne peuvent pas mettre en garde les conséquences, il faut présenter une vision systémique à la population. Pour lutter contre les impacts de dérèglement climatique, on ne peut pas utiliser des mesures à court terme, parce qu'elles causent des émissions additionnelles.

Il est essentiel que les interlocuteurs séparent la connaissance scientifique de la spéculation et de la préconisation. La réception des messages par le destinataire est influencée par des aspects de la culture, de la personnalité et des conflits d'intérêt de la société. La subjectivité est aussi présente que c'est nécessaire de créer un cadre de

réflexion collective sur la responsabilité et l'éthique des engagements publics de la communauté académique. Cette demande a abouti à le mouvement « Labo 1.5 ». Les chercheurs sont toujours face à la contradiction entre l'objectivité de leurs recherches et la subjectivité de l'engagement au service de la société.

Version

[...] A Europa exerceu sempre sobre a imaginação dos nossos homens de letras uma atração perigosa. Houve, talvez, tempo em que Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva, podiam ter formado uma Academia Brasileira em Paris. Isso vinha de trás, e continua hoje com mais força. Bem poucos dos nossos homens de letras recusariam em qualquer tempo um desterro para longe do país. Há felizmente muito entre nós, quem de coração, de sentimento, pela imaginação, pelo espírito, por todo o prazer de viver, prefira o quadro, o aspecto, a sensação do nosso torrão brasileiro a todos os panoramas d'arte da Europa. Para se ser assim tão sincero, tão definitivamente brasileiro, - em alguns isso vem de uma reação natural contra o egoísmo estético - parece, a julgar pelo nosso confrade, o autor da Retirada da Laguna, que o melhor é ter tido no sangue a inoculação da própria arte europeia. Como quer que seja, foi preciso contar com essa migração certa do talento nacional, com esse tributo que ele pagou sempre a Paris.

Havia também que atender à representação igual dos antigos e dos modernos... Uma censura não nos hão de fazer: a de sermos um gabinete de antigualhas. A Academia está dividida ao meio, entre os que vão e os que vêm chegando; os velhos, aliás sem velhice, e os novos; os dois séculos estão bem acentuados, e se algum predomina é o que entra; o século 20 tem mais representação entre nós

do que o século 19. Quanto a mim, já tomei o meu partido... Uma vez me pronunciei entre os dois e como o fiz no livro de uma jovem senhora do nosso patriciado, pedir-lhe-ei licença para reproduzir, creio que nos mesmos termos, essa minha última profissão de fé. "Nascido, dizia eu, em uma época de transição, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligarme ao passado que ameaça ruína do que ao futuro que ainda não tem forma." É apenas, como vedes, uma preferência; resta-me ainda muita simpatia pelas quimeras que disputam umas às outras o toque da vida e muita curiosidade pelas invenções e revelações iminentes. Eu não sou o poeta do quadro de Gleyre, vendo a barca das ilusões perdidas, dourada pelo crepúsculo da tarde, e abismado no seu próprio isolamento. O coração, que é a parte fixa de nós mesmos, está em mim voltado para o céu estrelado, para a cúpula de verdades imortais, de princípios divinos, que sucede ao trabalho, aos esforços, às ardentes decepções do dia. Oh!..., meus senhores, é quando a vida para, que se tem a plenitude do viver. Ao contrário de tudo o mais, a vida, falo da vida intelectual, não é o movimento; é a parada do espírito, a absorção, a dilatação infinita do pensamento em um só objeto, em um só gozo, em uma só compreensão. Quieta non movere. Serei talvez um velho imaginário; é o meio de não ser um jovem imaginário. Há na vida uma coisa que não se deve fingir: - é a mocidade. [...]

NABUCO, Joaquim. Discurso pronunciado na Sessão Inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, na qualidade de secretário-geral. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-de-posse>>. Acesso em: 22 abr. 2022, com adaptações.

PADRÃO DE RESPOSTA

[...] L'Europe a toujours exercé sur l'imagination de nos hommes de lettres une dangereuse attraction. Il y a eu, peut-être, un temps où Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva, auraient pu former une Académie brésilienne à Paris. Cela n'est pas nouveau et continue aujourd'hui avec plus de force. Bien peu de nos hommes de lettres refuseraient à tout moment une expatriation loin du pays. Il y en a heureusement beaucoup parmi nous qui, du fond du cœur, par sentiment, par imagination, par esprit, pour tout le plaisir de vivre, préfère le cadre, l'aspect, la sensation de notre terre brésilienne à tous les panoramas d'art de l'Europe. Pour être ainsi si sincère, si définitivement brésilien, – chez certains, cela vient d'une réaction naturelle contre l'égoïsme esthétique –, il semble, à en juger par notre confrère, l'auteur de « La retraite de Laguna », que le mieux est d'avoir eu dans le sang l'inoculation du propre art européen. Quoi qu'il en soit, il a fallu faire avec cette migration certaine du talent national, avec ce tribut qu'il a toujours payé à Paris.

Il fallait également attribuer la même représentation aux anciens et aux modernes... Un reproche ne peut nous être fait : celui d'être un cénacle d'antiquailles. L'Académie est divisée en deux, entre ceux qui s'en vont et ceux qui arrivent ; les vieux, d'ailleurs sans vieillesse, et les jeunes ; les deux siècles sont bien mis en valeur, et s'il y en a un qui prédomine, c'est celui qui commence ; le XXe siècle est mieux représenté parmi nous que le XIXe siècle. Quant à moi, j'ai déjà choisi mon camp... Une fois, je me suis prononcé entre les deux et comme je l'ai fait

dans le livre d'une jeune femme de notre patrie, je lui demanderai la permission de reproduire, je crois que dans les mêmes termes, ma dernière profession de foi. « Né, disais-je, dans une époque de transition, je préfère en tout, art, politique, religion, me lier au passé qui menace de s'effondrer qu'au futur qui n'a pas encore de forme. » C'est seulement, comme vous le voyez, une préférence ; j'ai encore beaucoup de sympathie pour les chimères qui se disputent entre elles le soupçon de vie et beaucoup de curiosité pour les inventions et révélations imminentes. Je ne suis pas le poète du tableau de Gleyre, voyant la barque des illusions perdues, dorée par le crépuscule du soir, et stupéfait dans son propre isolement. Le cœur, qui est la partie fixe en nous-mêmes, se tourne chez moi vers le ciel étoilé, vers la coupole de vérités immortelles, de principes divins, qui succède au travail, aux efforts, aux ardentes déceptions du jour. Oh !... Messieurs, c'est quand la vie s'arrête qu'on a la plénitude du vivre.

Contrairement à tout le reste, la vie, je parle de la vie intellectuelle, n'est pas le mouvement ; c'est l'arrêt de l'esprit, l'absorption, la dilatation infinie de la pensée en un seul objet, en une seule jouissance, en une seule compréhension. *Quieta non movere*. Je serai peut-être un vieil imaginaire ; c'est le moyen de ne pas être un jeune imaginaire. Il y a dans la vie une chose qu'on ne doit pas feindre : — c'est la jeunesse. [...]

Referência: NABUCO, Joaquim. Discurso pronunciado na Sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, na qualidade de Secretário Geral. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/joaquim-nabuco/discurso-de-posse>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Otávio Forattini
Lemos Igreja
16,75

L'Europe a toujours exercé sur l'imagination de nos hommes lettrés une attraction dangereuse. Il y a peut-être eu un moment pendant lequel Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva auraient pu former une Académie brésilienne à Paris. Cela venait d'avant, et continue aujourd'hui avec plus de force. Très peu de nos hommes lettrés refuseraient à n'importe quel moment un voyage lointain hors du pays. Heureusement, il y en a plusieurs parmi nous qui à cœur, à sentiment, pour l'imagination, pour l'esprit, pour le plaisir de vivre, préfèrent le tableau, l'aspect, la sensation de notre sécheresse brésilienne, plutôt que tous les panoramas d'art d'Europe. Pour être ainsi, si sincère, si définitivement brésilien, - dans certains cela vient d'une réaction naturelle contre l'égoïsme esthétique - il semble, à juger par notre confrère, l'auteur de « Retirada da Laguna », qu'il faut mieux avoir eu dans le sang l'inoculation de l'art européen même. Quoi qu'il n'en soit, cette migration certaine du talent national a été nécessaire, avec cet hommage qu'il paye toujours à Paris.

Il fallait aussi s'y attendre à la représentation égale des anciens et des modernes... Une critique qu'il ne nous feront pas : celle de que nous faisons partie d'un cabinet de répression. L'Académie est partagée en deux, entre ceux qui s'en vont et ceux qui arrivent ; les vieux, d'ailleurs sans âge, et les nouveaux ; les deux siècles sont bien marqués, et s'il y en a qui domine, c'est celui qui entre ; le XXème siècle

a plus de représentation parmi nous que le XIXème siècle. Quant à moi, j'ai pris mon parti... Certaine fois me je suis prononcé entre les deux et comme je l'ai fait dans le livre d'une jeune dame de notre groupe, je lui demanderai pardon pour reproduire, je crois que dans les mêmes termes, cette dernière exclamation de croyance qui m'appartient. « Né, je disais, dans une époque de transition, je préfère en tout, art, politique, religion, me lier au passé qui menace faillite plutôt qu'au futur que n'a pas encore de forme ». C'est seulement, comme vous pouvez le voir, une préférence ; il me reste encore beaucoup de sympathie pour les chimères qui disputent les unes avec les autres la touchée de la vie, et beaucoup de curiosité envers les intentions et révélations imminentes. Je ne suis pas le poète du tableau de Gleyre, voyant la barque des illusions perdues, dorée par l'aube, et suspendu dans son propre isolement. Le cœur, qui est la partie figée de nous-mêmes, est en moi tourné vers le ciel étoilé, vers le panthéon de vérités immortelles, de principes divins, qui succède au travail, aux efforts, aux douloureuses déceptions du jour. Oh ! ..., mes messieurs, c'est quand la vie s'arrête, qu'on a la plénitude du vivre. Au contraire du reste, la vie, je parle de la vie intellectuelle, n'est pas du mouvement ; c'est l'arrêt de l'esprit, l'absorption, l'étalage infini de la pensée dans un seul objet, dans un seul plaisir, dans une seule compréhension. « Quieta non movere ». Je serai peut-être un vieux imaginaire ; c'est le moyen de ne pas être un jeune imaginaire. Il y a dans la vie une chose qu'on ne doit pas faire semblant : c'est d'être jeune.

Gabriel Joaquim

14,75

L'Europe a toujours exercé une attraction dangereuse sur l'imagination de nos hommes de lettres. Il y a eu peut-être un temps où Magalhães, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, João Francisco Lisboa, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva, pourraient avoir formé une Académie brésilienne à Paris. Cela venait d'avant, et continue aujourd'hui avec plus d'intensité. Peu de nos hommes de lettres refuseraient à n'importe quel temps l'isolement loin du pays. Il y a malheureusement plusieurs entre nous, qui de cœur, de sentiment, par l'imagination, par l'esprit, par tout le plaisir de vivre préfèrent le cadre, l'aspect, la sensation de notre identité brésilienne à toutes les formes d'art européenne. Pour être si sincère, si définitivement brésilien, - chez certains cela vient d'une réaction naturelle contre l'égoïsme esthétique - il semble, à juger par notre ami, l'auteur de « Retirada da Laguna », qu'il est mieux avoir dans le sang la pénétration de l'art européenne elle-même. Dans n'importe quelle façon, on a dû compter avec cette migration du talent national, avec cet hommage qu'il a toujours payé à Paris.

On devait aussi respecter la représentation égale des personnes âgées et modernes... On ne nous fera pas une critique : celle selon laquelle nous sommes un groupe de personnes âgées. L'Académie est divisée, entre ceux qui partent et ceux en train d'arriver ; les personnes âgées, sans être anciennes, et les personnes jeunes ; les deux siècles sont beaucoup marqués, et si quelqu'un domine c'est celui qui rentre ; le XXe siècle a plus de représentation entre nous que le XIXe siècle. Quant à moi, j'ai déjà pris mon

parti... À une fois, je me suis manifesté entre les deux et comme je l'ai fait chez un livre d'une jeune femme de notre élite, je demanderais des excuses pour reproduire, je crois dans les mêmes termes, ma dernière profession de foi. « Né, je le disais, à une époque de transition, je préfère en tout, art, politique, religion, de me lier au passé qui menace devenir une ruine qu'au futur qui n'a encore aucune forme ». C'est seulement, comme l'on voit, une préférence ; j'ai encore beaucoup de sympathie pour les monstres qui disputent les uns avec les autres le toucher de la vie et beaucoup de curiosité pour les inventions et les révélations urgentes. Je ne suis pas le poète de l'œuvre de Gleyre, voyant le bateau des illusions perdues, doré par le crépuscule de la tard, et surpris dans mon propre isolement. Le cœur, qui est un morceau permanent de nous mêmes, est - chez moi tourné vers le ciel étoillé, vers le sommet des vérités immortelles, des principes des dieux, qui succède le travail, les efforts, les déceptions intenses du jour. Oh !..., messieurs, c'est quand la vie arrête qu'on a l'intégralité de vivre. Au contraire de tout, la vie, je parle de la vie intellectuelle, n'est pas le mouvement ; c'est l'esprit arrêté, l'absorption, l'augmentation sans fin de la pensée dans un seul objet, dans un seul jouir, dans une seule compréhension. « Quieta non movere ». Je serais peut-être une personne âgée imaginaire ; c'est la façon de n'être pas une personne jeune imaginaire. Il y a dans la vie une chose que l'on ne doit pas chercher à jouer le rôle : - c'est le rôle d'être une personne jeune.

Luiza Valladares de Gouvêa 14

(...) L'Europe a toujours exercé une attraction dangereuse sur l'imagination de nos hommes de lettres. Il y a eu, peut-être, un temps où Magalhaes, Gonçalves Dias, Porto-Alegre, Odorico Mendes, Jean François Lisbonne, Sales Torres-Homem, Maciel Monteiro, Gomes de Sousa, Varnhagen, Joaquim Caetano, Pereira da Silva pouvaient former une Académie Brésilienne à Paris. Cela fait longtemps et continue aujourd'hui avec plus de force. Très peu d'hommes entre nos hommes de lettres refuseraient de rester loin du pays à n'importe quel temps. Il y a hereusement beaucoup de personnes entre nous qui préfèrent, sincèrement, de sentiment, par l'imagination, par l'esprit, par tout le plaisir de vivre, le cadre, l'aspect, la sensation de notre terre brésilienne à tous les possibilités d'art de l'Europe. Por être si sincère, si définitivement brésilien, - en certains cela l'origine d'une réaction naturelle contre l'égoïsme estétique - il semble, en jugeant par notre compagnon, auteur de la Retraite de Laguna, que le meilleur c'est d'avoir dans le sang l'innoculation de l'art européen lui-même. De toute manières, il a fallu cette migration certaine du talent, cette hommage qu'il a toujours rendu à Paris.

Il a fallu on aussi représenter également les anciens et les modernes... On ne peut pas nous accuser d'être un bureau plein d'antiquités. L'Académie est partagée en deux, entre ceux qui partiront et ceux qui arrivent ; les anciens, d'ailleurs, sans anachronismes, et les nouveaux ; les deux siècles sont bien accentués, et si certain prévaut, c'est celui qui commence ; le XXe siècle a plus de représentation entre nous que

le XIXe siècle. En ce qui me concerne, j'ai déjà pris mon parti... Une certaine fois je m'ai prononcé entre les deux et comme je l'ai fait dans le livre d'une mademoiselle de notre parti, je vais leur demander les permis pour reproduire, je crois qu'avec les mêmes termes, ma dernière manifestation de foi. « Né je disait, dans une époque de transition, je préfère en tout, art, politique, religion, me lier au passé que représente la menace de ruine qu'au futur qui n'a pas encore de forme ». C'est seulement, comme vous voyez, une préférence ; il me reste encore beaucoup de simpatie pour les rêves que disputent les uns entre les autres la touché de la vie et beaucoup de curiosité pour les inventions et révélations imminents. Je ne suis pas le poète du portait de Gleyre, voyant le bateau des illusions perdues, doré par le coucher du soleil de la soirée, et étonné dans son propre isolement. Le cœur, qui est la parti fixée de nous-mêmes, est en moi tourné vers le ciel étoilé, vers la réunion de vérités immortelles, de principes divins, qui sucède le travail, les efforts, les brûlantes déceptions de la journée. Oh !..., mesieurs, c'est lorsque la vie s'arrête de l'esprit, l'absorbition, la dilatation infinie de la pensée dans un seul objet, dans une seule jouissance, dans une seule compréhension. Quieta non movere. Je serau peut-être un ancien imaginaire ; c'est le moyen de ne pas être un jeune imaginaire. Il y a dans la vie une chose que l'on ne doit fausser : - c'est la jeunesse. (...)



CACD
&
2017

O acadêmico mais atento pode ter percebido que, apesar de o concurso ter aberto apenas 34 vagas em 2022, a turma é formada por 36 diplomatas brasileiros. Isso ocorreu porque tivemos a satisfação de receber **Rebeca e Verônica**, colegas aprovadas no CACD 2017, em nossa turma. Para integrá-las ao Guia da Ema Oblíqua e Dissimulada, apresentamos, nessa seção, suas respostas para uma das questões de 2017. Ambas obtiveram nota máxima na questão 4 da prova de Política Internacional. Acreditamos que essas respostas ainda são oportunas para os acadêmicos que veem os Guias de Estudo como uma boa ferramenta para alcançar esse sonho diferente que é ser diplomata.

Política Internacional Questão 04

O retorno à África foi talvez um dos capítulos mais marcantes da política exterior do Brasil na década de 70 do século XX. Os novos movimentos tornaram o Atlântico cada vez mais mediterrâneo. A visita de presidentes africanos ao Brasil e o intercâmbio de diplomatas e empresários no Atlântico aproximaram a África do Brasil de forma incontestável. Deu-se, afinal, consistência prática aos discursos de aproximação gestados no início da década de 60 pelo presidente Jânio Quadros.

José Flávio Sombra Saraiva. O lugar da África — A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias). Brasília: UnB, 1996, p. 133-4 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo contextualizando e analisando a gestação da política africana brasileira na década de 60 do século passado e a aproximação efetiva com a África na década seguinte. Em seu texto, discuta os fatores que retardaram ou dificultaram a concretização dessa política — especialmente os aspectos políticos que retardaram sua ampla implementação ainda na década de 60 — e a atuação da diplomacia brasileira diante dos desafios então colocados.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato deverá fazer uma redação com argumentação consistente, na forma e no conteúdo. No texto deverão ser abordados os seguintes aspectos:

1 O apoio, em determinados momentos, e a ambiguidade, em outros, com relação ao colonialismo português na África, e a crescente crítica dirigida ao Brasil por suas posições políticas perante o colonialismo português.

2 A questão das relações do Brasil com a África do Sul, que, em tempos de pleno Apartheid, era o principal parceiro comercial do Brasil na África e que causava certos constrangimentos para uma plena inserção brasileira na África.

3 A evolução do pensamento diplomático brasileiro com relação ao continente africano e sua posição estratégica para o Brasil, que foi se modificando desde o governo de Jânio Quadros até atingir maior maturidade a partir, sobretudo, do governo de Médici.

4 Discussão, mesmo que genérica, das dificuldades de finalização do processo de descolonização, principalmente com relação ao colonialismo português e à problemática envolvendo a África do Sul. Esses dois aspectos devem ser problematizados considerando a reação dos países africanos a qualquer tipo de apoio ou ambiguidade diante do colonialismo português e do Apartheid.

Rebeca Silva Mello 20

Comentário da autora

Agradeço muito a oportunidade de não só poder participar desse guia, mas também de ser parte integrante da turma Rio Branco 2022-2023, essa turma tão querida e unida, que me acolheu tão bem! A questão escolhida é bem velhinha (5 anos já!), mas espero que possa ajudar os nossos acadêmicos que continuam na luta. Um abraço, Rebeca.

A África tem papel singular para a política externa brasileira. Não obstante os laços históricos entre o Brasil e o continente africano, até o governo de Jânio Quadros as relações entre esses dois atores permaneceram um pouco adormecidas. Com o advento da Política Externa Independente (PEI), a retórica do país se tornou mais próxima do continente africano, de que o discurso dos três D's de Araújo Castro (Descolonização, Desenvolvimento e Desarmamento) é exemplo simbólico. No entanto, a permanência do discurso luso-tropical dificultava uma aproximação profunda, que só foi efetivada no pragmatismo responsável do governo Geisel.

A década de 1960 foi a década da descolonização. Desse modo, surgiram novos Estados Nacionais, que foram garantindo um a um o seu assento na Organização das Nações Unidas, ONU. A política externa do governo Jânio Quadros e, posteriormente, do governo Jango não foram displicentes em relação a isso. Portanto, o Brasil começou a defender o direito à descolonização dos países africanos em fóruns multilaterais, marcando

sinais de autonomia na política externa do país. No entanto, o país não defendia a independência das colônias portuguesas, porque, na visão brasileira, elas eram parte integrante de Portugal, eram territórios ultramarinos. Essa posição dificultava a cooperação mais profunda do continente africano com o Brasil. Para tentar obter um maior apoio africano, mesmo com o discurso luso-tropical, o Brasil marcou posições desenvolvimentistas na UNCTAD, que auxiliaram não só o próprio país, mas todo o mundo em desenvolvimento (de que a África fazia parte). Além disso, o país consolidou sua posição de membro observador do Movimento dos Não Alinhados, que abarcava grande parte dos países africanos.

A historiografia sustenta que o passo da PEI foi importante, mas ficou muito preso à retórica, principalmente por causa do comportamento cordial e silente em relação à Portugal. De fato, a relação Brasil-Portugal era tradicional, mas a configuração da ordem mundial estava mudando. Não obstante isso, o governo Castello Branco não apresentou uma forte proatividade nas relações com a África, porque a prioridade do país estava essencialmente voltada para as questões de segurança tanto no âmbito externo quanto no âmbito interno. Em contrapartida, o Governo Costa e Silva recuperou alguns aspectos da PEI, a fim de promover o crescimento e o desenvolvimento do país, o que inclui uma aproximação com a África. No entanto, a defesa do luso-tropicalismo se fez presente em todo período, assim como o silêncio sobre o Apartheid sul-africano.

O périplo pelo continente africano do chanceler do governo Médici, Mário Gibson Barboza, foi marcante na aproximação entre o Brasil e o continente africano. Apesar disso, o chanceler ainda não visitou colônias

portuguesas. Esse paradigma começa a mudar no governo Geisel, com Azeredo da Silveira, que passa a ir contra a colonização portuguesa em fóruns multilaterais, como na ONU. Além disso, o Brasil, que durante todo esse período tinha sido omissivo em relação à conduta racista promulgada pela África do Sul por meio do Apartheid, passa a criticar este Estado com veemência. Geisel, não só por imperativos econômicos, mas também políticos, propiciou uma verdadeira aproximação entre esses dois polos, que não se verificou apenas no plano da retórica, já que permitiu maior concertação política em temas importantes para a diplomacia brasileira, como a autonomia, a não intervenção e o desenvolvimento.

Os anos 1960 e 1970 foram decisivos para construir o caminho de cooperação que os dois lados do Atlântico formam. Nessa época, foram exacerbados os laços históricos entre os dois polos e, gradualmente, construiu-se o discurso de dívida. Hoje, o Brasil entende, mais do que nunca, que o continente africano precisa de parcerias e não assistencialismo, o que permite que os mecanismos de cooperação políticos, sociais e econômicos se multipliquem e se aprofundem.

Verônica Couto de Oliveira Tavares 20

A África revelou-se como parceira incontestada do Brasil, após os anos 1960, quando uma política direcionada ao continente começou a ser gestada, no âmbito da política externa independente de Jânio Quadros e Afonso Arinos de Melo Franco. A PEI conformou-se como um novo paradigma da política externa brasileira, que buscava uma atuação universalista e queria ampliar seus parceiros. Com o advento da descolonização e a multiplicação de novos Estados nacionais africanos, além do desejo de se afastar da lógica bipolar da Guerra Fria, o Brasil percebeu a oportunidade de revitalizar seus laços com o continente, de forma não somente paradigmática – instrumental e utilitária –, mas também de modo a resgatar seus laços histórico-culturais.

A PEI foi a primeira política externa desenvolvida pela diplomacia brasileira que tinha um trilha encaminhado para o continente africano. Muito em razão da conjuntura histórica, a oportunidade de diversificação e de ampliação de relações foi bem recepcionada pelo Brasil. No marco da PEI, Jânio Quadros nomeará o primeiro embaixador negro do Brasil, Raimundo de Souza Dantas, que ficará a cargo da embaixada em Acra. Visitas de presidente e mandatários africanos são organizadas e Senghor, presidente do Senegal, faz visita ao Brasil, porém já sob o comando de Castello Branco. Representações brasileiras são elevadas a nível de embaixada, além da abertura de novos postos em solo africano. Uma divisão específica para África e Ásia é estabelecida dentro do Ministério

das Relações Exteriores brasileiro. As mudanças administrativas devem ser compreendidas em sua amplitude, uma vez que revelam a mudança estrutural de paradigma pela qual passava a diplomacia brasileira.

José Flávio Sombra Saraiva define a política africana brasileira como errática, um caminho em “zigue-zague”, com avanços e recuos importantes. Pode-se afirmar como avanços os câmbios proporcionados pela PEI. Ao mesmo tempo, a PEI apresentou recuo por não se posicionar, de forma definitiva, a favor da descolonização e contra o regime de apartheid na África do Sul. Colaboraram para os recuos a aproximação do Brasil com a antiga metrópole, além da influência que a comunidade lusa exercia sobre a sociedade brasileira. O Brasil participava de resoluções na AGNU condenando a colonização e a favor da autodenominação dos povos, mas recusava-se a condenar Portugal, com suas colônias sendo chamadas de territórios ultramarinos. A atitude brasileira causava grande desconforto aos líderes africanos.

Embora o governo de tenha-se revelado como um “passo fora da cadência”, acordo com o professor Amado Cervo, verifica-se continuidade e mesmo aprofundamento da política africana brasileira conduzida por líderes militares. Os governos mais profícuos, em termos de avanços da política africana, foram os de Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, com suas políticas executadas pelos respectivos chanceleres, Mário Gibson Barboza e Azeredo da Silveira.

Após as reformas econômicas empreendidas por Castello Branco, o Brasil inicia uma fase de amplo crescimento econômico, impulsionado pelo consumo interno e pela conjuntura internacional favorável. Médici foi

responsável pelo governo que entregou ao Brasil o “milagre econômico”, com taxa média de crescimento do PIB de 11%, entre 1969 e 1972. Essa pujança econômica ofereceu ao país maior liberdade de ação no cenário internacional, que pôde executar sua independência e universalismo autóctones, em conformidade com suas demandas internas e seu desejo de expansão de influência externa.

Médici e Mário Gibson Barboza empreendem atuação efetiva da política africana: o périplo africano. O chanceler visita nove nações e consegue importantes avanços em termos não somente de comércio, mas também de construção de confiança entre as nações. O Brasil assume sua aproximação definitiva com os países africanos na cena internacional multilateral e, com Geisel e Azeredo da Silveira, condena a atuação colonialista. Reconhece, dessa forma, o governo português pós-Revolução dos Cravos imediatamente, e é o primeiro país a reconhecer as ex-colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Moçambique e Angola como Estados independentes, entre 1974 e 1975, mesmo com fortes divergências em relação ao comunismo, que liderou os movimentos libertários. Na ONU, condena o apartheid, afastando-se de seu maior parceiro comercial na África e visando a ampliação de parcerias. Embora não seja um momento de orgulho para a diplomacia, condena o sionismo como forma de racismo, aproximando-se de países africanos árabes.

Embora Sombra Saraiva acerte ao definir a política africana brasileira como instável e inconstante, verifica-se que, ao longo do período, avanços prevaleceram sobre os recuos, deram ensejo à exitosa política africana empreendida nos últimos anos e posicionaram o continente africano como uma das prioridades da diplomacia brasileira.

